

WORK IN PROGRESS FOR A WORLD IN PROGRESS

building a more renewable world

Formato eletrónico único europeu (ESEF) e versão PDF

Este documento constitui uma versão não oficial e não auditada em formato PDF do Relatório Anual 2025 da Altri, SGPS, S.A.. Esta versão foi preparada para facilitar o seu uso e não inclui informação conforme o disposto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial do relatório ESEF está disponível no website da CMVM e foi submetida a 9 de abril de 2026. Este documento é uma cópia integral da referida informação financeira. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.



ALTRI, SGPS, S.A.

Sociedade Emitente de valores mobiliários admitidos à negociação

Sede: Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 – Porto

NIF 507 172 086

Capital social: 25.641.459 Euros

O progresso constrói-se com consistência, visão e capacidade de execução ao longo do tempo. Na Altri, esse caminho é guiado por um compromisso contínuo com a excelência, visível na forma rigorosa como se definem objetivos e se concretizam resultados.

Em 2025, o Grupo deu mais um passo relevante no seu percurso de evolução, com avanços mensuráveis rumo às metas estabelecidas para 2030. A descarbonização das operações, a eficiência na utilização de recursos e a aposta contínua na inovação tecnológica continuam a orientar esta trajetória, assente numa abordagem que privilegia a simplicidade - transformar desafios complexos em soluções claras, eficazes e com impacto.

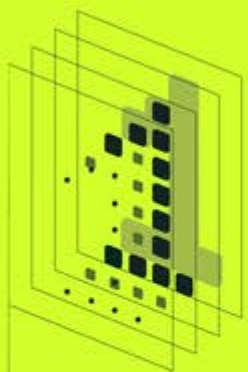
A utilização de 100% de energia primária de origem renovável nas unidades industriais, a redução de 51% das emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 1 e 2, bem como de até 25% no Âmbito 3, e os restantes objetivos do Compromisso 2030 refletem uma atuação baseada na integridade, sustentada por critérios exigentes, transparência e responsabilidade na tomada de decisão.

Este percurso exige também coragem - a capacidade de antecipar desafios, questionar o status quo e transformar ambição em resultados concretos e sustentáveis. Ao longo dos anos, a Altri tem vindo a consolidar o seu papel enquanto agente ativo na construção de uma economia mais sustentável e de baixo carbono, mantendo uma atuação coerente e orientada para o longo prazo.

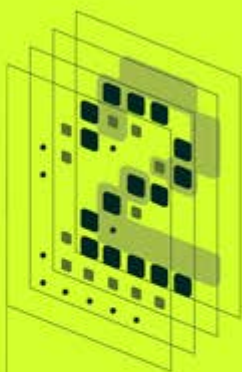
Este é, contudo, um caminho em contínua construção - feito de evolução permanente, aprendizagem e adaptação.

Work in progress for a World in progress.

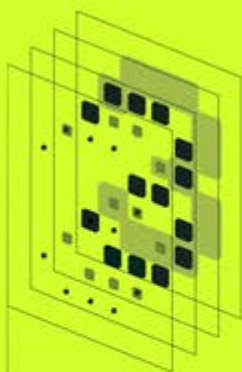
Altri, building a more renewable world.



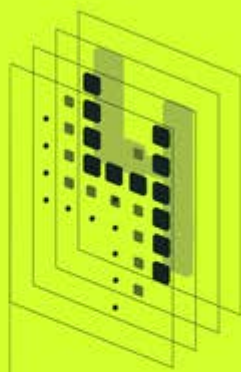
Relatório de Gestão



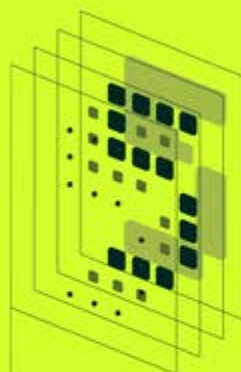
Relatório de Governo
da Sociedade



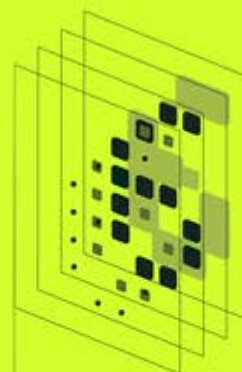
Demonstrações
Financeiras
Consolidadas e
Notas Anexas



Demonstrações
Financeiras Separadas
e Notas Anexas

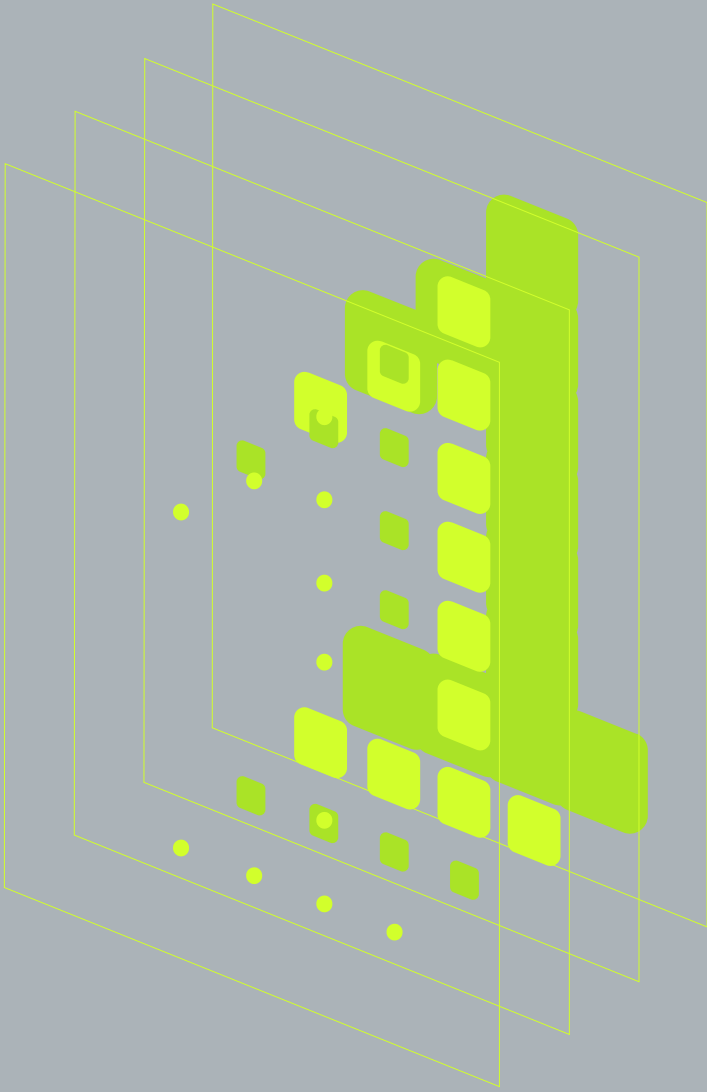


Certificação Legal das
Contas e Relatório de
Auditoria



Relatório e Parecer do
Conselho Fiscal

Relatório de Gestão



Liderar o
Progresso

7

Dar Forma ao
Progresso em
2025

11

Evoluir como
Grupo

15

Progridir com
Excelência
Operacional

34

Acompanhar
um Mercado em
Evolução

51

Sustentar o
Crescimento
Financeiro

54

Impulsionar a
Ação Climática

61

Desenvolver a
Floresta com
Responsabilidade

69

Valorizar
Pessoas e
Comunidades

76

Demonstração
de
Sustentabilidade

82

Preparar o
Futuro

317

Proposta do
Conselho de
Administração
para aplicação
do Resultado
Líquido
individual

319

Sobre o
relatório

320

Anexos ao
Relatório
de Gestão

322

Relatório de Gestão

7 Liderar o Progresso

7 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

9 Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

11 Dar Forma ao Progresso em 2025

12 Principais acontecimentos

14 Reconhecimento Global

15 Evoluir como Grupo

16 Eixos Estratégicos e Modelo de Negócio

17 Cadeia de Valor

18 Marca Global

20 Estrutura de Governo

22 Envolvimento com o Investidor

24 Gestão de Risco

26 Sustentabilidade

27 Compromisso 2030

30 Materialidade

34 Progredir com Excelência Operacional

35 Desempenho operacional

38 Excelência Operacional

42 Inovação

48 Certificações

49 Transformação Digital

51 Acompanhar um Mercado em Evolução

54 Sustentar o Crescimento Financeiro

54 Enquadramento macroeconómico

55 Desempenho financeiro

56 Evolução Bolsista

58 Taxonomia Verde e Investimento Responsável

61 Impulsionar a Ação Climática

69 Desenvolver a Floresta com Responsabilidade

76 Valorizar Pessoas e Comunidades

82 Demonstração de Sustentabilidade

83 Informações Gerais

124 Informação Ambiental

242 Informação Social

305 Informações de Governação

317 Preparar o Futuro

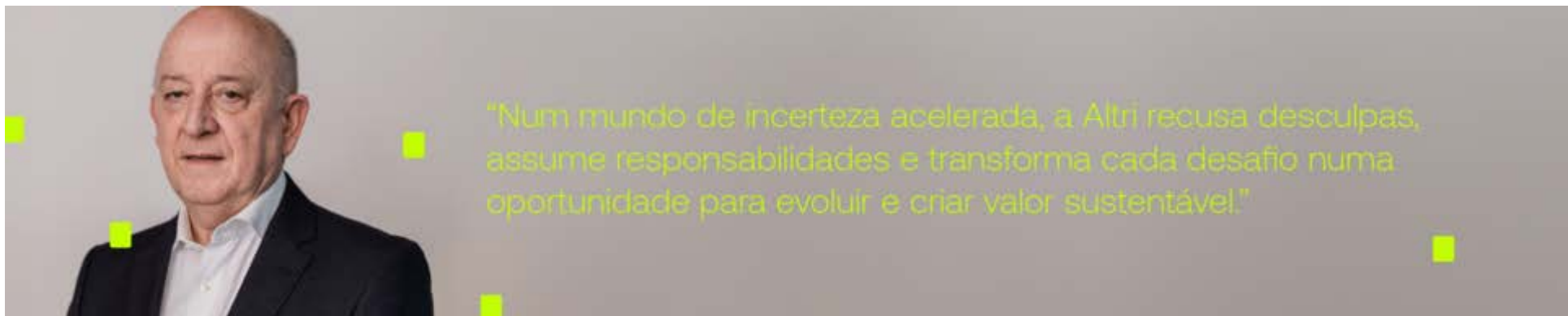
319 Proposta do Conselho de Administração para aplicação do Resultado Líquido individual

320 Sobre o relatório

322 Anexos ao Relatório de Gestão

Liderar o Progresso

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Prof. Alberto Castro PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos últimos anos, por estas mensagens tem perpassado a mesma ideia: o período a que se refere foi, no mínimo, desafiante, obrigou a maiores ou menores ajustamentos no “business plan”, requereu o empenhamento de toda a organização e afinações estratégicas, sendo as expectativas para o próximo exercício moderadamente otimistas. Numa indústria com fortes características cíclicas, os anos menos bons fazem parte “da vida”. Ainda assim, os tempos mais recentes têm sido marcados por uma virulência, amplitude e, sobretudo, rapidez dos movimentos surpreendentes que parecem dar razão àqueles que falam de “um novo normal”. Um “novo normal” a que muitos associam a ideia de aumento de risco e incerteza, colocando desafios acrescidos à organização, à gestão e ao desenho da estratégia.

Na Altri, a integridade constitui um dos valores porque nos movemos. Não procuramos desculpas, mesmo quando sofremos o impacto de forças económicas, políticas ou naturais que não controlamos. O sermos um “price-taker” deu-nos, por paradoxal que pareça, traquejo e agilidade. Preparámo-nos, em termos de estratégia, “business plan” e organização, destrinchando

entre tendências estruturais previsíveis (por exemplo, ao nível da procura, do clima ou da tecnologia) e as situações de risco e incerteza. Ajustamo-nos, mobilizando as pessoas e os parceiros, fazendo o melhor, atentas as circunstâncias. Aprendemos, procurando, sempre, sair melhor de cada provação, evoluir. Recusamos a retórica fácil. Ambicionamos a excelência. Apontamos para objetivos ambiciosos, cujo atingimento mantém a organização em tensão, exigindo sempre mais e o melhor de nós. Somos os nossos juízes mais críticos, comprometidos em não defraudar as expectativas do universo dos nossos “stakeholders”.

2025 foi um ano que, mais uma vez, nos pôs à prova. Numa envolvente difícil, continuámos a dar passos seguros na implementação da nossa estratégia de diversificação (produtos e mercados) e diferenciação (evolução para segmentos de maior valor acrescentado). Para tal, caminhamos “nas duas pernas”: por um lado, alavancando nas competências internas para alargar o leque de produtos, numa lógica de diversificação por extensão, minimizando o risco tecnológico e de mercado e, simultaneamente, evoluindo para segmentos de maior valor acrescentado; por outro, potenciando a nossa



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

dinâmica de inovação, alargada com a aquisição de uma empresa internacional, um desafio novo que almeja sedimentar o binómio diversificação/diferenciação que permitirá à Altri acesso a segmentos com maior potencial de crescimento e menor volatilidade. Paralelamente, consolidou-se a presença orgânica em países cujo potencial, pressentimos, não estava a ser devidamente aproveitado pelo modelo organizacional vigente e deu-se continuidade e prioridade à prospeção de novas parcerias tecnológicas ou comerciais noutras geografias.

Nas empresas com algum poder de mercado, há quem simplifique dizendo que, na gestão, os custos são factos e os preços política. No caso da Altri, em que a margem de manobra é, no curto prazo, quase inexistente, o foco tem de estar, a par de uma monitorização fina das condições e oportunidades de mercado, na gestão das operações e no controlo dos principais determinantes dos custos. Num contexto extremamente desafiante, mesmo com o total empenhamento das nossas pessoas, refletido em ganhos de eficiência operacional e num desempenho que nos coloca como referência mundial, no setor, em vários rankings ligados à sustentabilidade, ficámos aquém do que ambicionávamos. Ter sido a regra na indústria não alimenta a autocomplacência: somos, sempre, os nossos juízes mais exigentes.

Nos últimos seis anos, coincidentes com os dois mandatos deste Conselho de Administração, o mundo viveu uma pandemia sem precedentes há já um século, assistiu à invasão da Ucrânia pela Rússia, um conflito que perturbou cadeias de abastecimento e estimulou tensões inflacionistas que se julgavam enterradas. Como se fora pouco, o mundo convive, há um ano, com uma administração do país mais poderoso do mundo cujas decisões afetaram a ordem económica internacional, exponenciando o risco e a incerteza e que, no momento em que esta mensagem está a ser escrita, abriu um novo conflito no Médio Oriente cujo potencial de dano é difícil de antecipar. Paralelamente, os fenómenos climáticos extremos aumentaram de frequência e impacto enquanto, no domínio tecnológico, o desenvolvimento da inteligência artificial ameaça ser um “game changer”, com repercussões económicas e sociais de âmbito e impacto potencialmente disruptivos, seja ao nível macro ou micro. Navegar neste (novo) mundo não é fácil. Encontrar e manter um rumo, ainda menos. Mas é essencial: não há bom vento para um barco sem rumo, dizia Séneca. Assim como se diz que “quem vai ao mar, amanha-se em terra”.

A situação é, hoje, mais complexa pela pluralidade de dimensões, e dinâmicas, em causa. Policrise, dizem alguns. A sua análise convoca uma multiplicidade de saberes e competências naquilo que Whewell crismou de consiliência. Não acaba, por definição, com a incerteza. Permite, porém, decifrar o enigma mais cedo e tomar decisões mais atempadas e adequadas. A organização da empresa, o que nós somos, o nosso ADN, assume ainda mais relevância. O nosso passado dá-nos, nesse domínio, uma vantagem que, nem por isso, nos leva ao relaxamento. Não é em vão que proclamamos “planting seeds for tomorrow” como um dos nossos lemas.

Há seis anos a Altri mudou o seu modelo de Governance por vontade presciente dos seus acionistas. Nestes dois mandatos, fizemos por provar que estavam certos e honrar a confiança em nós depositada. Não obstante percalços pontuais, o balanço qualitativo aponta para uma evolução organizacional consistente e coerente com as mudanças da envolvente, o que permitiu posicionar a Altri como uma das referências da indústria, sem nela se cristalizar, apetente por novas oportunidades e desafios para os quais se tem vindo a preparar. É um legado para que os membros do Conselho de Administração (CA) cessantes se orgulham de ter contribuído e que, estamos certos, o novo CA será capaz de potenciar. Legado que não seria possível sem a confiança em nós depositada pelos acionistas e, em particular, o núcleo acionista de referência, sem a cumplicidade estratégica com a Comissão Executiva, e, sobretudo, sem o labor inextinguível de todas as pessoas que, diariamente, fazem a Altri. Bem hajam!



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva



José Soares Pina PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA | CEO ALTRI

O ano de 2025 ocorreu num cenário global bastante desafiante, caracterizado por grande volatilidade nos mercados, tensões comerciais constantes e pressão sobre os preços. Neste contexto complexo, a Altri mostrou uma capacidade extraordinária de adaptação e resiliência, permanecendo comprometida com a execução da sua estratégia e com a criação de valor sustentável a longo prazo. Este foi também um ano especial, marcado pela comemoração dos 20 anos do Grupo, fundamentada num percurso sólido, com grande enfoque na inovação e melhoria contínua num setor em mudança, mantendo um compromisso sólido com a sustentabilidade.

O desempenho económico alcançado reflete esse compromisso. Com receitas de 702,8 milhões de euros e uma produção total de 1,1 milhões de toneladas de fibras celulósicas, o Grupo registou um EBITDA de 94,1 milhões de euros, suportado por uma melhoria na eficiência operacional e por um rigoroso controlo de custos, pelo segundo ano consecutivo.

Paralelamente, 2025 ficou marcado por avanços estruturantes na estratégia de diversificação e inovação, onde mantivemos uma abordagem contínua de investigação e desenvolvimento, assente na procura de soluções mais eficientes, mais circulares e com menor impacto ambiental. A conversão da Biotek para pasta solúvel, o desenvolvimento de soluções na Caima assentes na valorização de subprodutos de origem renovável, como o ácido acético e o furfural, e a aquisição da maioria do capital da AeonIQ para a produção de filamento de última geração, traduzem a ambição da Altri em reforçar a sua

presença em segmentos de maior valor acrescentado, nomeadamente no têxtil sustentável e na bioeconomia, promovendo uma evolução consistente ao longo da cadeia de valor.

A floresta continua na génese do nosso modelo de negócio e orienta os nossos compromissos para uma gestão responsável de todos os seus recursos. Sendo a floresta a principal fonte de matéria-prima do Grupo, em 2025 reforçámos esse compromisso com a expansão das operações na Galiza através da aquisição da Altri Forestal, alargando a nossa experiência em gestão e logística florestal e promovendo uma cadeia de abastecimento mais integrada e resiliente.

O talento, empenho, conhecimento e dedicação das nossas pessoas são essenciais para alcançar os nossos objetivos. Ao longo do ano, consolidámos uma cultura de colaboração, partilha e responsabilidade, promovida por iniciativas como o programa SEEDS, que incentiva o desenvolvimento interno, a inovação e o envolvimento das equipas, elementos fundamentais para ultrapassar desafios e executar projetos estratégicos. Mantemos uma relação transparente com colaboradores, comunidades, parceiros e clientes, reconhecendo essa ligação como um pilar central da nossa atividade, contribuindo para um impacto positivo e acrescentando valor aos territórios onde estamos presentes.

A sustentabilidade ocupa uma posição central na estratégia da Altri, estando plenamente integrada nos processos de gestão e nas decisões tomadas pela empresa. Durante o ano de 2025, registámos avanços consistentes rumo aos objetivos definidos no Compromisso 2030 e ao compromisso Net Zero firmado com a SBTi, consolidando a nossa atuação em matéria de clima. Este percurso tem merecido reconhecimento externo: em setembro de 2025, a Sustainalytics distinguiu-nos como uma empresa de baixo risco; fomos incluídos na A List do CDP Clima, alcançando uma classificação de A- nos temas de água e floresta. Para além disso, recebemos a medalha de Platina da Ecovadis, o que representa conquistas significativas e evidencia o reconhecimento internacional do nosso desempenho ambiental e do compromisso com a transparência. Estes resultados assentam em práticas de governança responsáveis e no alinhamento com elevados padrões éticos, reforçando a confiança dos nossos stakeholders.

O início de 2026 revela sinais de recuperação em alguns mercados, em particular na Ásia, apesar de se manterem incertezas associadas ao contexto geopolítico global. Os constrangimentos registados no primeiro trimestre, resultantes de condições climáticas adversas em Portugal, apesar da sua natureza temporária, tiveram impacto nas nossas operações, assim como em múltiplos parceiros, fornecedores e populações locais. A Altri esteve sempre presente, apoiando e mitigando impactos, afirmando-se pela sua resiliência e capacidade operacional para permitir uma rápida normalização das suas atividades, mas nunca perdendo uma visão de longo prazo.

Com equipas altamente dedicadas, projetos estruturantes em progresso e uma estratégia rigorosamente definida, o Grupo Altri demonstra capacidade para responder aos desafios e capitalizar as oportunidades emergentes. O futuro exige que nos mantenhamos focados na nossa capacidade operacional, ao mesmo tempo que reforçamos a nossa visão futura da indústria com a participação em segmentos de maior valor acrescentado. É com este compromisso que a empresa prossegue o seu percurso, contribuindo de forma consistente para a promoção de um mundo mais renovável.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

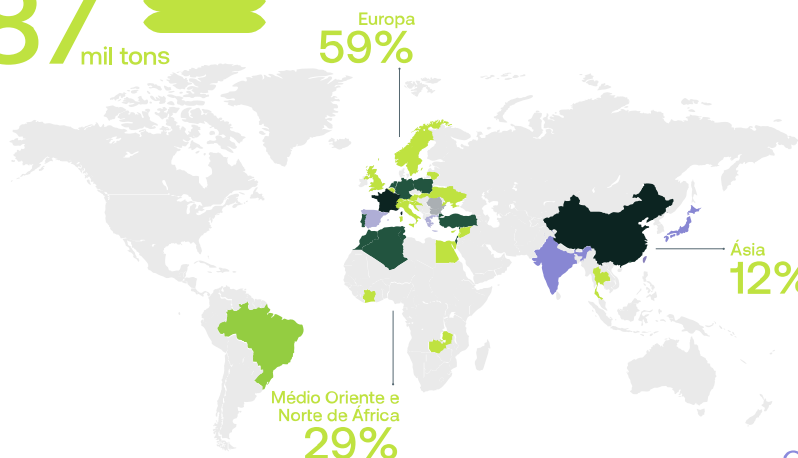
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dar Forma ao Progresso em 2025

20altri
anos

FIBRAS CELULÓSICAS PRODUZIDAS

1.087 mil tons



EBITDA

94M€

MARGEM EBITDA
13,4%

DIVIDENDOS
61,5M€



RECEITAS TOTAIS

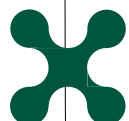
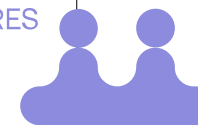
703M€

RESULTADO LÍQUIDO
CONSOLIDADO
21M€

CAPEX ALINHADO COM
A TAXONOMIA
61M€

COLABORADORES

835



Compromisso de
SEGURANÇA

STOCK DE CARBONO
NA FLORESTA
8.596.069 tCO₂e

PEGADA DE CARBONO
27% 73%
[âmbito 1 + 2] [âmbito 3]

12.000 ha
ÁREA DE CONSERVAÇÃO

Compromisso
NET-ZERO

ÁREA DE GESTÃO FLORESTAL
102.595 ha

95%
ENERGIA
RENOVÁVEL



80%
MADEIRA
CERTIFICADA

1

RELATÓRIO DE
GESTÃO

2

RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Principais acontecimentos 2025

Janeiro

- **Net-Zero Altri**
Apresentação do compromisso de definição do objetivo Net-Zero da empresa ao SBTi.

Fevereiro

- **20 anos Grupo Altri**
O Grupo Altri comemora 20 anos desde a sua fundação.

Março

- **Protocolo de colaboração com o Jardim Zoológico**
A Altri Florestal e o Jardim Zoológico assinaram um protocolo de colaboração focado na sustentabilidade da alimentação dos atuais e futuros *koalas* do Zoo.
- **Prémio Caixa ESG – Transparency & Performance**
Reconhecimento Prémio Caixa ESG – *Transparency & Performance*, uma distinção que valoriza empresas pela sua transparência e incorporação de boas práticas ESG.
- **Projeto Gama recebe Declaração de Impacto Ambiental positiva**
Declaração de Impacto Ambiental (DIA) positiva, um passo importante na tramitação ambiental do projeto.

Abril

- **“Da Informação à Ação: O Impacto do Data Governance na Transformação de Processos”**
Mesa-redonda que reuniu especialistas de referência para a partilha de visões e experiências sobre a transformação digital no setor industrial.

Maio

- **Prémio Nacional de Sustentabilidade**
Prémio Nacional de Sustentabilidade, do Jornal de Negócios, distingue o programa Safety Lab como vencedor na categoria “Saúde e Bem-Estar nas Organizações – Grande Organização”, contribuindo para o fortalecimento de uma Cultura de Segurança Altri.
- **Anúncio da conversão da Biotek de BHKP para DWP**
Investimento de 75 milhões de euros na conversão da produção da Biotek, com apoio do Estado Português sob a forma de incentivo parcial ao investimento, concedido pela AICEP, permitindo alcançar uma capacidade de produção de fibras solúveis de 180 mil toneladas/ano. O Grupo passa, assim, a superar as 300 mil toneladas/ano dedicadas às especialidades celulósicas.
- **Distribuição de dividendos**
Em Assembleia Geral de Acionistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de € 61,5 M, correspondendo a € 0,30 por ação, relativos aos resultados de 2024. Esta decisão mostra o compromisso do Grupo Altri para com uma remuneração atrativa dos seus acionistas.
- **Aquisição Greenalia Forest e Greenalia Logistics**
Aquisição da Greenalia Forest, uma das principais empresas do setor florestal galego, e da Greenalia Logistics, dando um importante passo estratégico na consolidação da sua presença na Galiza.

Junho

- **Novo Biospot – Monte Ruivo**
Inauguração de um *Biospot* em Monte Ruivo, no Algarve, traduzindo a estratégia do Grupo Altri para a conservação da biodiversidade – *Altri Diversity*.

Julho

- **Academia de verão**
A Academia de Verão Altri recebeu 44 jovens que participaram em trabalhos em equipa, resolveram business cases e assistiram a workshops sobre a inserção no mercado de trabalho.
- **Aquisição de uma participação maioritária na AeonIQ™**
Aquisição de uma participação maioritária de 58,7% na AeonIQ™, um passo decisivo para a entrada no setor dos têxteis sustentáveis de última geração.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Agosto

- **Ranking Revista TIME empresas mais sustentáveis**
3.ª posição mundial no seu setor no ranking das 500 empresas mais sustentáveis do mundo, elaborado pela revista TIME em parceria com a Statista.

Setembro

- **Publicação/atualização dos planos/políticas:**
Plano Altri para a Igualdade de Género 2026
Política de Gestão Ambiental
Política de Gestão de Recursos Hídricos
Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira
Política de Segurança e Saúde no Trabalho
- **LOOP Design Awards 2025**
Caima Go-Green reconhecida pelo projeto arquitetónico da central de biomassa residual como uma referência internacional na área do design industrial.
- **Dia Nacional da Sustentabilidade**
Reforço da importância de colaboração entre parceiros e setores, numa jornada comum para reduzir impactos e criar soluções, através da partilha de conhecimento, boas práticas e inovação, rumo ao Net-Zero.

Outubro

- **Rating ESG - Ecovadis**
Medalha de Platina, pelo 3º ano consecutivo. A classificação de 87 pontos em 100, coloca a Altri no Top 1% do setor da Produção de Pasta, Papel e Cartão.
- **2ª Convenção de Segurança e Saúde**
Esta convenção juntou trabalhadores e stakeholders externos, onde foram apresentados os indicadores de sinistralidade e iniciativas do Compromisso de Segurança, reforçando a importância da prevenção e adoção de comportamentos seguros.
- **Prémios Operações Florestais Altri**
Distinção dos fornecedores que mais se destacaram em 2024, pelo desempenho operacional no terreno, elevados padrões de qualidade, segurança e sustentabilidade nas operações florestais.
- **Web série Diário da Floresta**
Projeto que dá visibilidade às práticas de gestão florestal sustentável e que junta proprietários e técnicos, mostrando como conhecimento, proximidade e compromisso contribuem para uma floresta viva.
- **Encontro de proprietários florestais**
A Altri Florestal promoveu o Encontro de Proprietários Florestais — um momento de proximidade e partilha de conhecimento.

Novembro

- **ESG Risk Rating - Morningstar Sustainability**
Com a sua melhor pontuação de sempre, 11,1 neste **Rating**, a Altri reforça o estatuto de Empresa de Baixo Risco ESG, consolidando a sua posição como investimento seguro.
- **Grupo Altri, através da Biotek, emite 50 M€ em obrigações verdes**
Financiamento de 50 M€ em **Green Bonds** através da Caixa Geral de Depósitos, com maturidade de até 8 anos, foi totalmente subscrita pelo banco e destina-se a financiar a conversão da produção da Biotek.
- **Refinanciamento adicional de 100 M€ de dívida**
Durante o ano de 2025, foram liquidados empréstimos obrigacionistas no montante de 110M€, que venciam em 2025. Para além dos 50 M€ de **Green Bonds** emitidos pela Biotek, foi negociada nova dívida no montante de 100 M€, com um prazo até 2033.

Dezembro

- **CDP A list 2025 - Clima**
Reconhecimento como líder global em divulgação de informação relacionada com alterações climáticas. Fazer parte da A List significa estar entre os 4% de empresas com melhor classificação a nível mundial.
- **Grande Prémio de Comunicação APCE**
Distinção na categoria "Evento Interno até 250 pessoas", com o Altri Breakthrough 2024. Este evento promove o alinhamento estratégico, a comunicação interna e a cultura organizacional.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reconhecimento Global



A Altri foi distinguida como a 3.ª empresa mais sustentável do mundo no seu setor, no ranking global TIME/Statista das 500 empresas mais sustentáveis, consolidando a sua posição entre as organizações de referência em desempenho ESG.

Adicionalmente a Altri foi reconhecida entre as empresas líderes a nível mundial em sustentabilidade, integrando pela primeira vez a *A List* do CDP, com classificações A (Alterações Climáticas) e A- (Floresta e Água). Este resultado reforça o compromisso da Altri com a gestão responsável dos recursos naturais, a descarbonização e a transparência ambiental.

A Altri foi novamente distinguida com a Medalha de Platina da EcoVadis, posicionando-se no Top 1% do setor.

Paralelamente, atingiu a melhor classificação de sempre no ESG Risk Rating da Sustainalytics, em outubro de 2025, com 11,1 pontos, atingindo o estatuto de Empresa ESG Top Rated que distingue as 5 empresas com melhor classificação de risco ESG no setor da indústria “Papel e Floresta”.



Rating ESG	Avaliação Atualizada	Avaliação Anterior	Última Avaliação	Comparação com os pares
 CDP: D- a A	Global A Forest A- Water A-	Global B Forest A- Water B	4T'25	Acima da média da indústria
 EcoVadis: Bronze a Platina	Platina	Platina	4T'25	Top Global 1%
 Sustainalytics: 100 a 0	11,1	11,5	4T'25	[Indústria] 2º de 71 [Papel e Floresta] [Subsetor] 2º de 55 [Papel e Pasta]
 MSCI: CCC a AAA	BBB	BBB	1T'25	Dentro da média da indústria

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Evoluir como Grupo

A Altri é um grupo europeu, constituído em fevereiro de 2005, líder na produção de fibras celulósicas e gestão florestal sustentável.

O valor da Altri vem da fibra: produz fibras celulósicas para várias aplicações, desde o papel de impressão e escrita, passando pelos papéis para uso doméstico até ao setor têxtil.

A Altri detém 3 unidades industriais, a Biotek, a Caima e a Celbi, que, em conjunto, atingem uma capacidade de produção superior a 1 milhão de toneladas anuais.

A Altri apresenta-se como parceira estratégica na Sustentabilidade.

A Altri trabalha diariamente com os seus parceiros com o propósito de impulsionar inovação, eficiência e crescimento responsável, promovendo modelos de desenvolvimento que geram valor económico em equilíbrio com a sustentabilidade dos negócios e a proteção do planeta.

Assume a sustentabilidade como um compromisso estruturante, integrando-a na estratégia, nas operações e nas decisões que moldam o seu contributo para um futuro mais renovável.

[propósito]

Construir um mundo mais renovável

[visão]

Líderes na inovação de excelência e um parceiro reconhecido para os stakeholders da Altri, desenvolvendo soluções focadas, lean e de alto valor acrescentado.

celbi

Fibras Celulósicas BEKP | 800.000 t/ano

caima

Fibras Celulósicas Solúveis DWP | 115.000 t/ano

altriflorestal

Gestão Florestal | 102.595 ha

biotek

Fibras Celulósicas BEKP e DWP | 260.000 t/ano



AeonIQ

Filamento têxtil

Excelência

- Digitalizar, Inovar e Crescer
- Dar o melhor de cada um
- Acreditar no trabalho de equipa

Integridade

- Agir com integridade e respeito
- Defender e promover a Ética
- Aceitar a diversidade e inclusão

Simplicidade

- Fazer escolhas claras e consistentes
- Fazer com rapidez e pragmatismo
- Focar no importante

Coragem

- Lutar por objetivos inspiradores e ambiciosos
- Tomar a iniciativa e aprender com os erros
- Ver a mudança como uma oportunidade

[valores]

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Eixos Estratégicos e Modelo de Negócio

A Altri estrutura a sua atuação em quatro eixos estratégicos que orientam a forma como cria valor e integra a sustentabilidade no seu modelo de negócio. Estes eixos refletem as principais prioridades do Grupo, desde a gestão responsável da floresta até à valorização das pessoas, sustentadas pela excelência operacional, pela inovação tecnológica e pela afirmação da sustentabilidade como um fator diferenciador.



O modelo de negócio da Altri tem como objetivo principal a criação de valor a longo prazo, sustentado por princípios de sustentabilidade. O Grupo reconhece que o seu sucesso depende do bem-estar da sociedade e da preservação dos recursos naturais, sendo a gestão responsável um elemento fundamental para assegurar este equilíbrio. Assim, para demonstrar de forma transparente como cria valor, desde os recursos que mobiliza até aos resultados que alcança, é essencial apresentar uma visão integrada das suas atividades.

Para além de criar valor a partir dos recursos utilizados, o modelo de negócio da Altri traduz-se em benefícios concretos para as principais partes interessadas, nomeadamente clientes, investidores, comunidades locais, colaboradores e fornecedores.

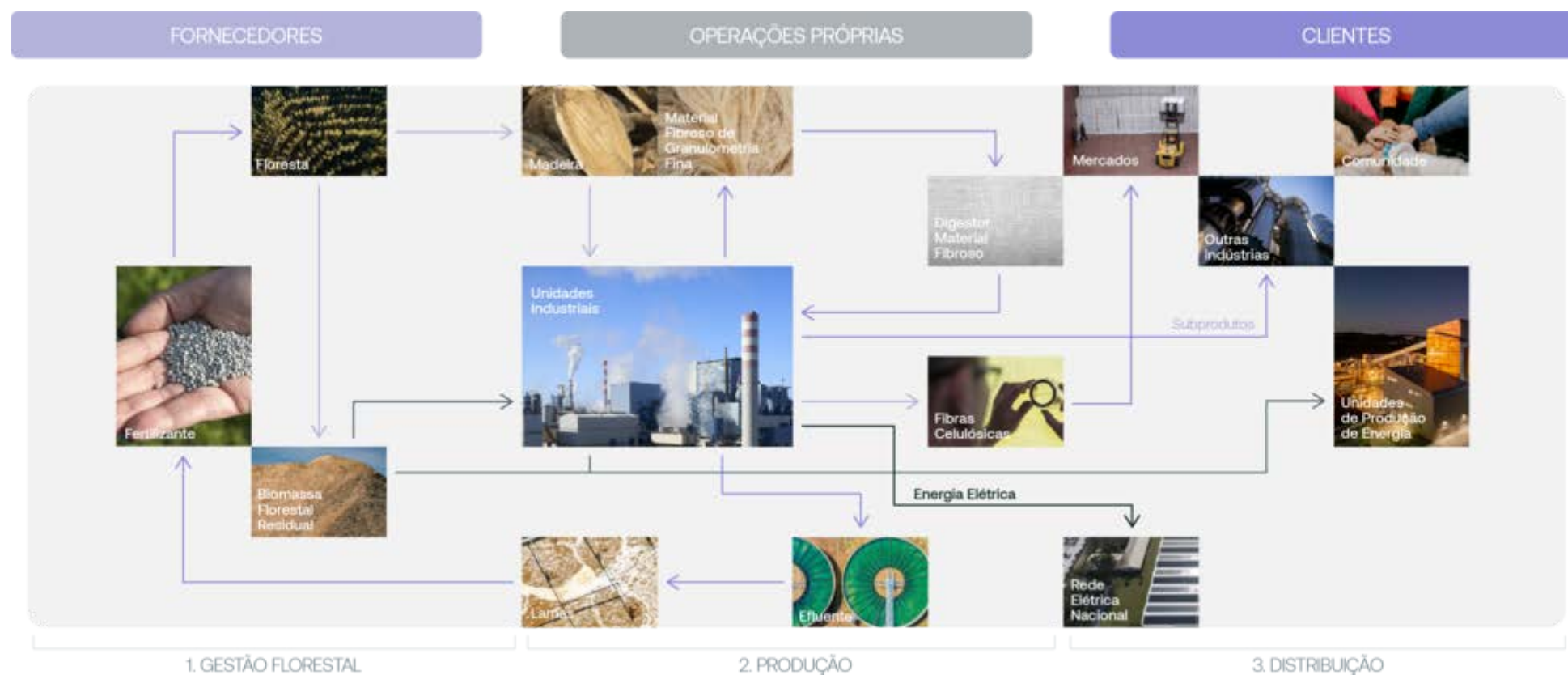
Cadeia de Valor

A atuação da Altri assenta numa cadeia de valor totalmente integrada, que combina a gestão florestal responsável com uma produção industrial eficiente e a entrega de produtos sustentáveis a clientes em diversos mercados.

As relações com os intervenientes a montante e a jusante da cadeia de valor assentam em parcerias de longo prazo, suportadas por critérios claros de sustentabilidade e por mecanismos consistentes de acompanhamento e avaliação. Esta abordagem permite ao Grupo mitigar riscos, responder de

forma eficaz às exigências regulatórias e de mercado e reforçar o alinhamento de toda a cadeia de valor com os objetivos definidos no Compromisso 2030.

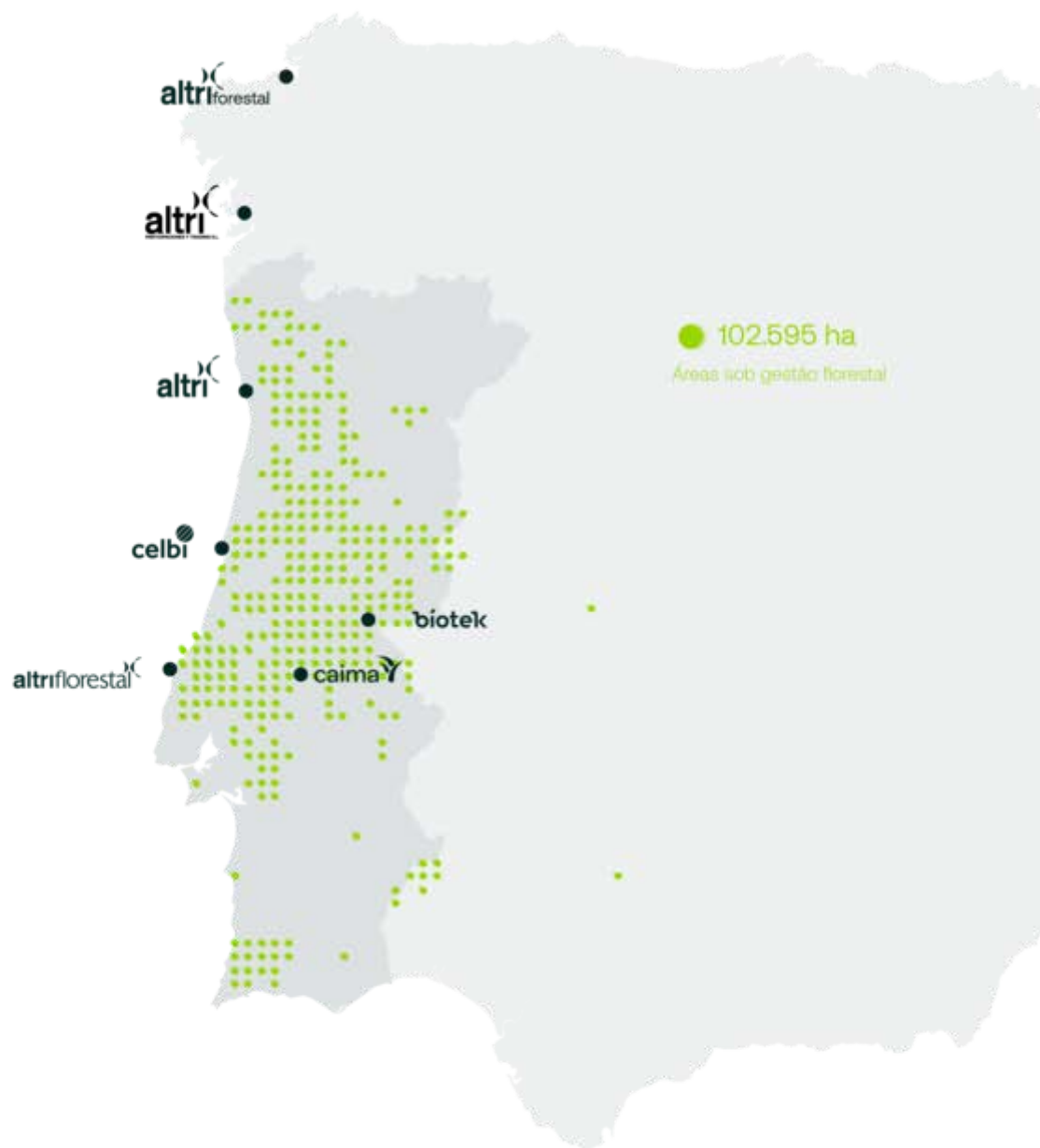
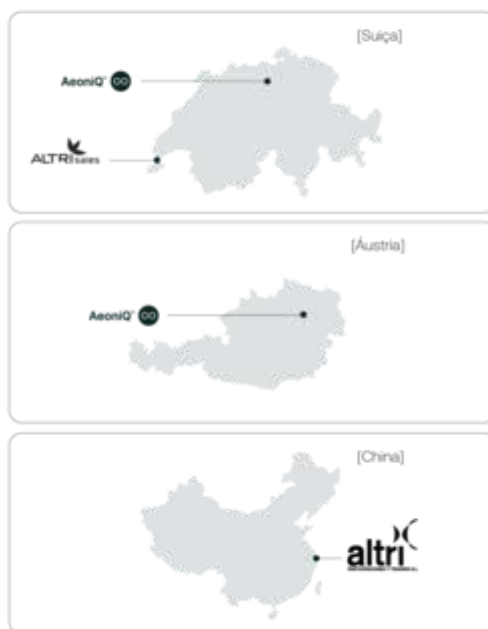
A infografia seguinte representa esta cadeia de valor de forma clara e sequencial, desde a gestão das áreas florestais que fornecem a matéria-prima, passando pelas operações industriais que transformam esses recursos em fibras celulósicas, até às etapas de distribuição que garantem a chegada dos produtos finais aos clientes.



Marca Global

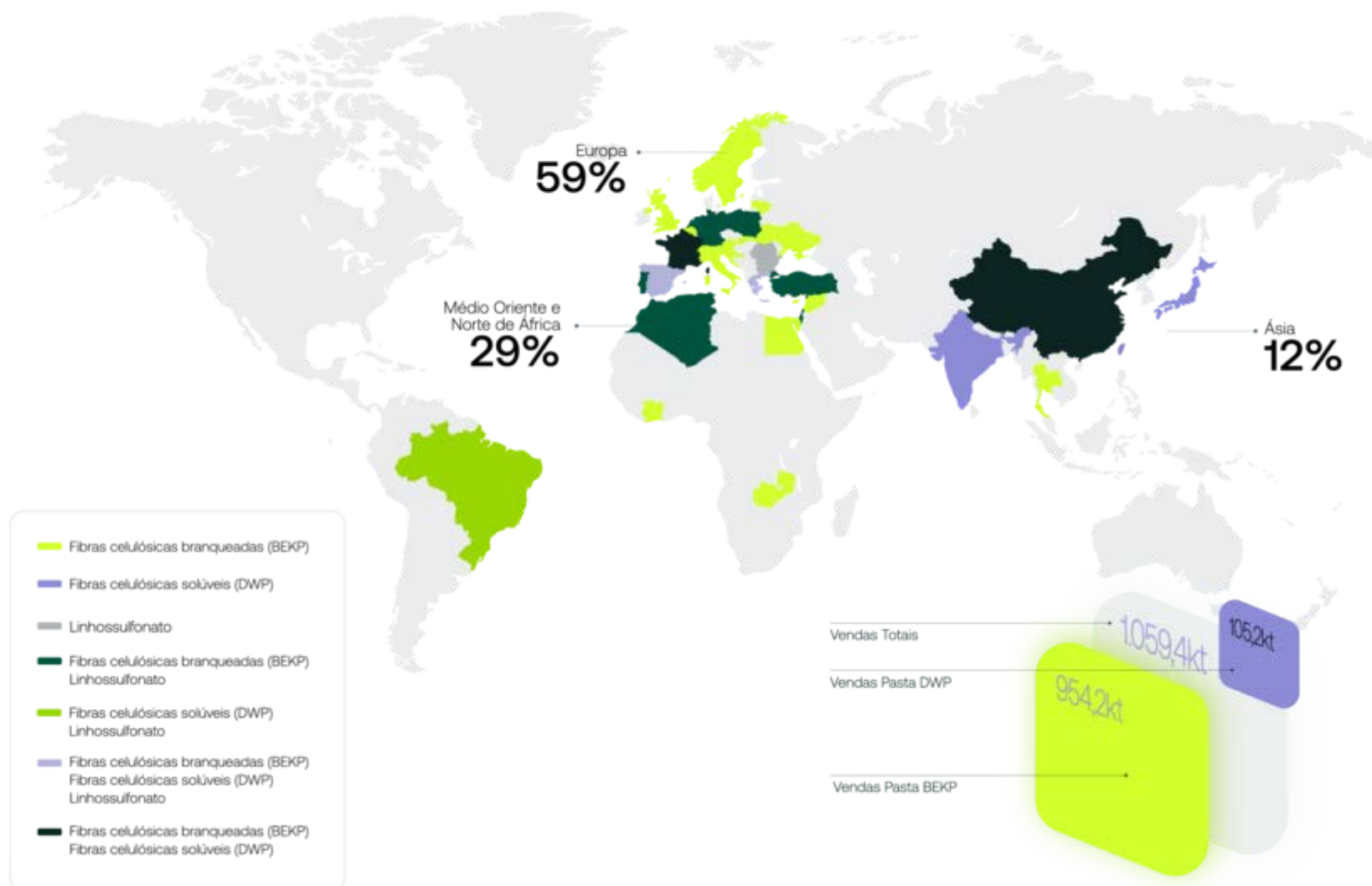
A Altri integra uma cadeia industrial e florestal robusta e interligada, orientada por um objetivo comum: transformar recursos naturais renováveis em valor sustentável, contribuindo ativamente para um mundo mais renovável, próspero e equilibrado.

Enquanto grupo de referência no setor das fibras celulósicas e da gestão florestal sustentável, a Altri promove novos paradigmas assentes na inovação responsável, na eficiência dos recursos, e na criação de impacto positivo ao longo de toda a sua cadeia de valor.



- 1 RELATÓRIO DE GESTÃO
- 2 RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
- 3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
- 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
- 5 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
- 6 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Altri no Mundo



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

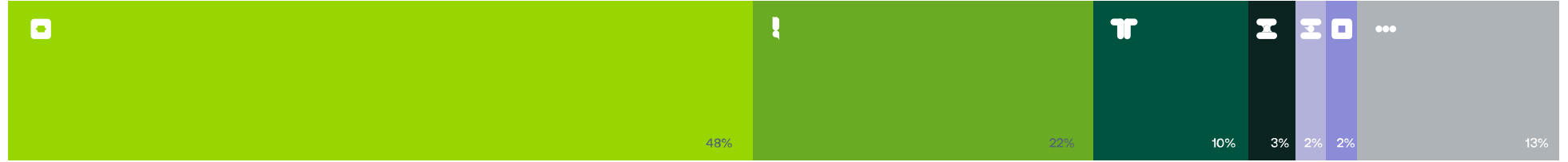
5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

VENDAS POR DESTINO FINAL 2025



0% 100%



Tissue

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Guardanapos
- Papel Higiénico
- Lenços de Papel



Impressão&Escrita

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Papel de escritório
- Impressão



Têxtil

Fibras celulósicas solúveis (DWP) utilizadas na produção de:

- Lyocell
- Viscose



Décor

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Papel de Parede
- Laminados de Mobiliário



Especialidades

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Papel de Fotografia



Embalagens

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Embalagens de comida
- Copos
- Caixas de cartão



Outras aplicações



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



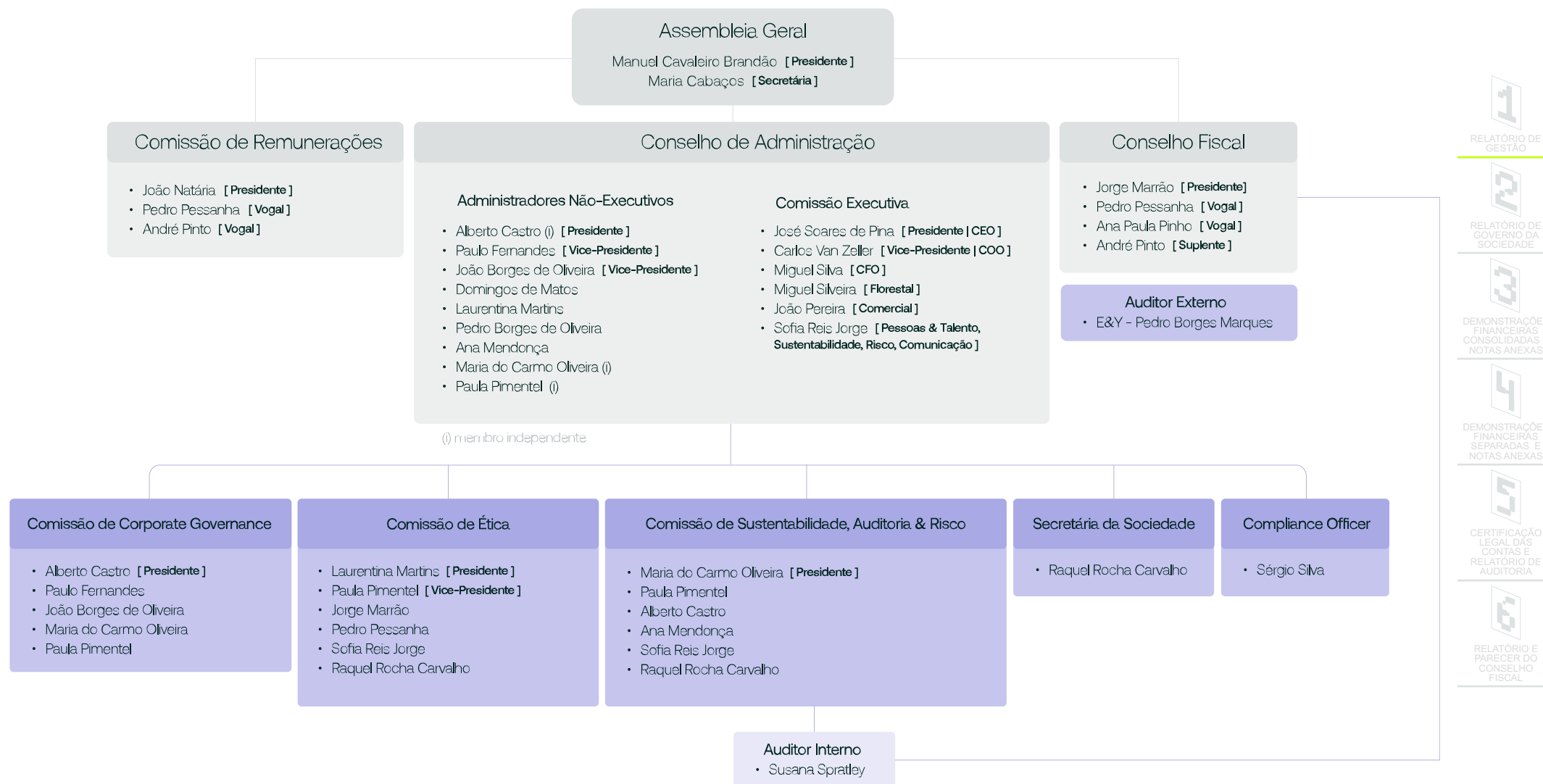
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estrutura de Governo

A estrutura de Governo da Altri é composta pelos seguintes órgãos, responsáveis pela gestão estratégica da organização:



Envolvimento com o Investidor

Os investidores têm um interesse cada vez maior sobre a informação de sustentabilidade das empresas, incluindo a existência de Planos de Transição Climática claros e mensuráveis.

Em 2025, o envolvimento dos investidores ganhou uma relevância renovada no contexto empresarial, impulsionado por um ambiente regulatório mais exigente e por uma intensificação da análise sobre o desempenho de sustentabilidade das organizações. O aumento das exigências associadas à transparência, à integridade dos dados ESG e à coerência entre compromissos e resultados tornou este ano particularmente marcante para a relação entre a Altri e os seus *stakeholders* financeiros.

Este reforço da atenção decorre não só das obrigações impostas pela nova Diretiva Europeia de Reporte de Sustentabilidade (CSRD), mas também das expectativas crescentes dos mercados, agências de rating e analistas relativamente a práticas empresariais responsáveis. Paralelamente, o foco na transição energética — com planos claros, mensuráveis e auditáveis — tornou-se central na avaliação de risco e de valor das empresas.

A Altri respondeu a este novo contexto com determinação, reforçando os seus processos internos de reporte, consolidando a robustez dos dados e aprofundando a transparência nos seus compromissos climáticos, nomeadamente através da implementação do Plano de Transição Climática e da atualização contínua do seu percurso rumo ao Net Zero.

Expectativas dos Investidores em 2025

Transparência e Rigor na Informação de Sustentabilidade

Os investidores demonstram um interesse crescente em dados ESG que sejam rigorosos, auditáveis e comparáveis. O ano de 2025 reafirmou a necessidade de apresentar métricas consistentes, suportadas por sistemas estruturados de recolha, validação e reporte de dados. A evolução dos ratings ESG passou a ser observada com maior detalhe, refletindo-se nas interações frequentes entre a Altri e os seus analistas de referência.

O diálogo com investidores evidenciou a necessidade de clarificar metodologias, assegurar coerência entre anos e reforçar a explicação dos fatores que influenciam melhorias ou variações de rating. Estes aspetos foram discutidos, ao longo do ano, com a Direção de Investor Relations, demonstrando a importância crescente da sustentabilidade como variável crítica de valorização financeira.

Verificabilidade e Conformidade Regulatória

A introdução plena da CSRD representou um marco no reporte corporativo. Os investidores exigem agora informação alinhada com os European Sustainability Reporting Standards (ESRS), com forte enfoque na dupla materialidade, na rastreabilidade dos dados e na avaliação de impactos, riscos e oportunidades de forma integrada.

Esta exigência reforça a confiança dos investidores, garantindo que a informação disponibilizada pela Altri responde às normas internacionais e reflete com rigor o seu desempenho ambiental, social e de governance.

Resposta da Altri às Exigências dos Investidores em 2025

Reforço dos Sistemas de Dados ESG

Para responder ao aumento das exigências dos investidores, a Altri consolidou os seus processos internos de recolha e validação de dados ambientais, sociais e de governance. Foram reforçados os mecanismos de monitorização mensal de indicadores, assim como a integração de sistemas que asseguram coerência, rastreabilidade e fiabilidade. Este reforço permite que os dados reportados reflitam com precisão o desempenho real da empresa, fortalecendo a confiança do mercado.

Implementação de um Plano de Transição Energética Alinhado com a Ciência

Em 2025, a Altri aprofundou a implementação do seu Plano de Transição Climática, que consolida os esforços de descarbonização numa estrutura coerente e orientada a resultados. O plano integra metas aprovadas pela SBTi, programas estratégicos multidimensionais e atualizações periódicas



sobre o progresso, permitindo aos investidores avaliar a evolução de forma transparente.

Governança e Diálogo Contínuo Com o Mercado

O envolvimento dos investidores ao longo de 2025 caracterizou-se por um diálogo aberto, consistente e centrado na transparência. A Altri manteve uma comunicação regular através de roadshows, reuniões bilaterais, presença em conferências internacionais com investidores, apresentações de resultados e partilha de insights ESG. A articulação entre as áreas de Sustentabilidade, Financeira e Investor Relations reforçou a capacidade de resposta às dúvidas do mercado e demonstrou uma abordagem integrada entre estratégia, operações e performance ESG.

Em 2025, a sustentabilidade afirmou-se de forma consistente como um eixo estruturante na relação entre a Altri e os seus investidores. O reforço do rigor na análise, em conjugação com exigências regulamentares mais rigorosas, contribuiu para elevar a qualidade e a transparência do diálogo, permitindo à empresa consolidar-se como um agente responsável, credível e firmemente comprometido com a transição climática.

A robustez dos sistemas de dados, a clareza do Plano de Transição Energética e a dedicação a uma comunicação aberta e rigorosa reforçam o posicionamento da Altri no mercado e fortalecem a confiança dos seus stakeholders financeiros. Este trabalho continuará a ser aprofundado em 2026, acompanhando a evolução regulatória e as expectativas crescentes dos investidores.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Gestão de Risco

A Altri está exposta a um conjunto de incertezas e condicionantes que resultam do contexto (interno e externo), em que desenvolve a sua atividade. Esta exposição pode desencadear riscos associados à atividade florestal, industrial e comercial do grupo, dos quais podem resultar impactos financeiros significativos, bem como, acidentes pessoais, segurança de processos, impactos ambientais, danos dos ativos, prejuízos para a reputação, falhas operacionais, incumprimentos, entre outros.

A implementação de um Sistema de Controlo Interno permite assim obter uma visão holística dos principais riscos e oportunidades com que o Grupo se depara. O Sistema de Controlo Interno torna possível a sua gestão estratégica, no âmbito do apetite ao risco da organização, aumentando a probabilidade dos objetivos organizacionais serem alcançados.

A gestão destes riscos no Grupo baseia-se num modelo de Gestão de Riscos que segue as normas e diretrizes a nível internacional (ISO 31000 e COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o modelo de governo de riscos com três linhas de defesa.

O objetivo é promover a integração entre estratégia, gestão de riscos, implementação do controlo e governação da empresa.

A gestão de riscos na Altri está inserida num quadro regulamentar que abrange um conjunto de políticas, normas e procedimentos baseado na Política de Gestão de Risco e no Modelo de Governo da Gestão de Riscos, aprovados pelo Conselho de Administração.

Na Altri, os procedimentos, sistemas e estrutura de governo apoiam o Grupo na gestão dos riscos a que está exposta. A gestão de riscos é, portanto, uma parte fundamental dos processos de tomada de decisão da Altri.

O modelo de governo é discutido em maior detalhe no Relatório de Governo da Sociedade, deste relatório.

Processo de Gestão de Riscos

A Altri desenvolve um processo sistemático e contínuo para a identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades. Este é implementado através de três linhas de defesa, de modo a conferir garantia razoável de que os objetivos do Grupo serão alcançados, ao mesmo tempo que se cria e preserva valor para as partes interessadas.

Principais Riscos

Os riscos mais significativos (TOP risks) identificados na tabela, resultam da avaliação qualitativa (expert judgment) realizada pelas primeiras linhas da organização, expressando já o risco residual que subsiste depois de implementadas as medidas de mitigação ou controlos já definidas pela empresa.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

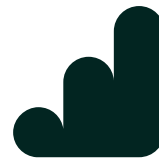
5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Taxonomia dos Riscos



Estratégico	Operacional	Financeiro	Compliance
Riscos que afetam a capacidade da organização executar a sua estratégia e alcançar os objetivos definidos, podendo afetar o valor acionista ou a viabilidade da organização.	Riscos que afetam a operação do Grupo e, potencialmente, a sua continuidade.	Riscos que afetam as finanças da empresa.	Riscos resultantes do potencial incumprimento de normas, leis, regulamentos ou licenças.
Competitividade Comercial ☒	Acesso a Madeira ☒	Preço ☒	Incump. Legal e/ou Regulamentar
Competitividade Tecnológica ☒	Acesso a Matérias Subsidiárias ☒	Crédito	Fraude, Corrupção e Infrações Conexas
Concentração de Produto ☒	Acidentes Industriais ☒	Inflação	
Expansão do Negócio	Obsolescência Industrial	Cambial	
Decisão de Investimentos	Qualidade de Produção	Liquidez	
Alteração Legal e/ou Regulamentar ☒	Qualidade de Matéria-prima e Subsidiárias	Taxa de Juro	
Compromisso ESG	Logística e Outbound ☒	Acesso a Financiamento	
Pessoas e Conhecimento	Alterações Climáticas ☒		
Deterioração da Cultura Organizacional	Acidentes com Pessoas ☒		
Comunidades Locais e Stakeholders	Conflitos Laborais		
Imagem e Reputação	Segurança da Informação (IT)		
Segregação e Delegação Competências	Segurança da Informação (OT)		
	Ciberataque ☒		
	Gestão de Terceiros		
	Gestão de Stocks		

☒ - Riscos mais significativos de acordo com a classificação de risco (conforme Manual de Gestão de Risco)

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

SUSTENTABILIDADE

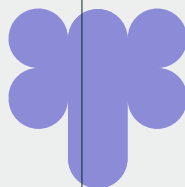
UMA VISÃO PARA O FUTURO

Os interesses das futuras gerações devem ser considerados no consumo das gerações atuais.



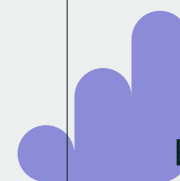
SOCIEDADE

A **Dimensão Social** pressupõe o respeito pelos direitos humanos e pela igualdade de oportunidades de todos os indivíduos na sociedade em prol de uma sociedade mais justa, com inclusão social e distribuição equitativa de bens.



AMBIENTE

A **Dimensão Ambiental** pressupõe a implementação de ações para minimizar os impactos negativos no ambiente, preservando, protegendo e melhorando a qualidade do ambiente através da promoção da produção e consumo responsáveis.



ECONOMIA

A **Dimensão Económica** refere-se à prosperidade de diferentes níveis da sociedade e à eficiência da atividade económica, incluindo a viabilidade das instituições e das suas atividades na geração de riqueza e na promoção de meios de trabalho dignos.



TECNOLOGIA

A **Tecnologia** compreende uma dimensão transversal às restantes na medida em que pressupõe a criação e implementação de soluções nas várias esferas do ecossistema da Sustentabilidade. Visa, neste contexto, a implementação ou criação de abordagens alternativas e sustentáveis ao longo da cadeia de valor, podendo mitigar os impactos negativos nas esferas ambiental, económica e social.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

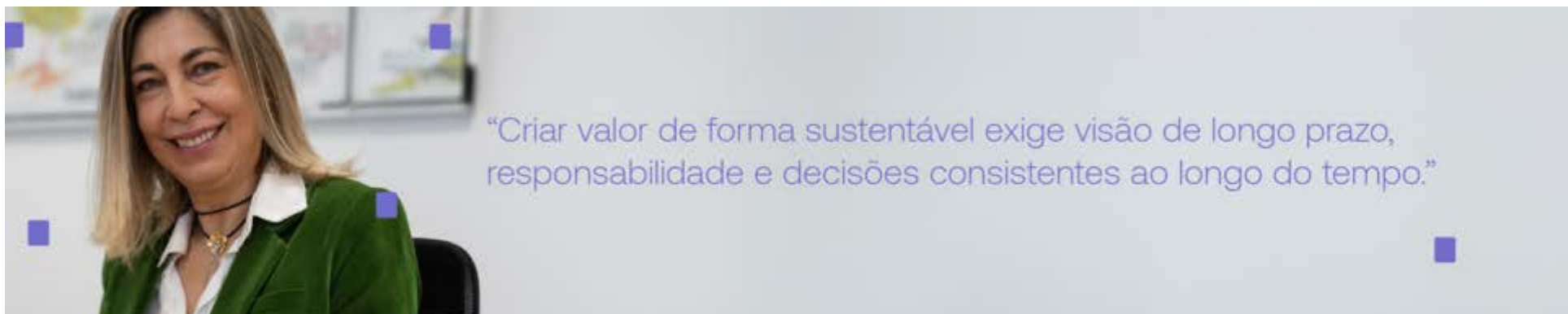
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Sofia Reis Jorge ADMINISTRADORA EXECUTIVA ALTRI | ÁREA PESSOAS E TALENTO, SUSTENTABILIDADE, RISCO E COMUNICAÇÃO

A Altri assume os seus compromissos de Sustentabilidade como um agente relevante no panorama nacional e internacional. Contribui ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e posiciona-se como um parceiro impulsionador na resposta aos desafios globais de sustentabilidade, alinhando a sua atuação com a Agenda 2030 e promovendo práticas responsáveis em toda a cadeia de valor.

Neste contexto, a Altri é membro do BCSD Portugal e do United Nations Global Compact, reforçando o seu envolvimento ativo em redes de referência que promovem a partilha de conhecimento, o alinhamento com boas práticas internacionais e a ação coletiva em matéria de sustentabilidade empresarial.



**United Nations
Global Compact**

Adesão ao United Nations Global Compact (UNGC)

A Altri participa no UN Global Compact, através do compromisso ao nível do CEO para incorporar estes dez Princípios universais na estratégia de negócio, no dia-a-dia das operações e na cultura organizacional, e reporta anualmente o seu progresso.

Este compromisso é um dos contributos mais significativos da Altri para o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 das Nações Unidas define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que servem de modelo global para o desenvolvimento sustentável. A Altri está empenhada em contribuir para estes objetivos e realizou uma avaliação para determinar de que forma a sua estratégia e atividades de negócio se alinham com os ODS e impactam os mesmos.

A avaliação envolveu o mapeamento dos ODS para os quais a Altri tem maior potencial para fazer a diferença, delineando o Compromisso 2030, e identificando também as principais metas associadas a cada objetivo.

Em 2025, a Altri continuou a implementação do Compromisso 2030. Este Compromisso, baseado nos ODS das Nações Unidas, orienta os nossos princípios e ações para concretizar as ambições do Grupo até 2030, tendo o total apoio da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco e da Comissão Executiva.

Para obter uma visão abrangente de cada objetivo, juntamente com as metas e iniciativas associadas e a visão de sustentabilidade, consulte o capítulo [Demonstração de sustentabilidade](#) do presente Relatório.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

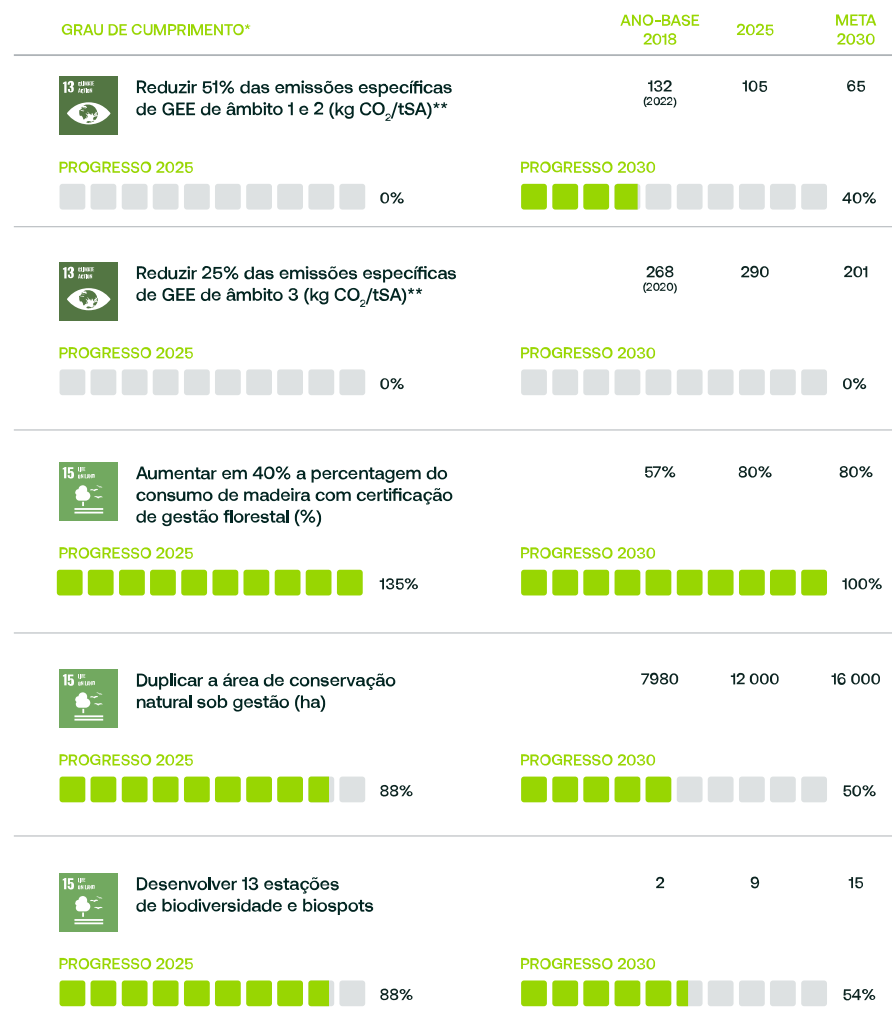
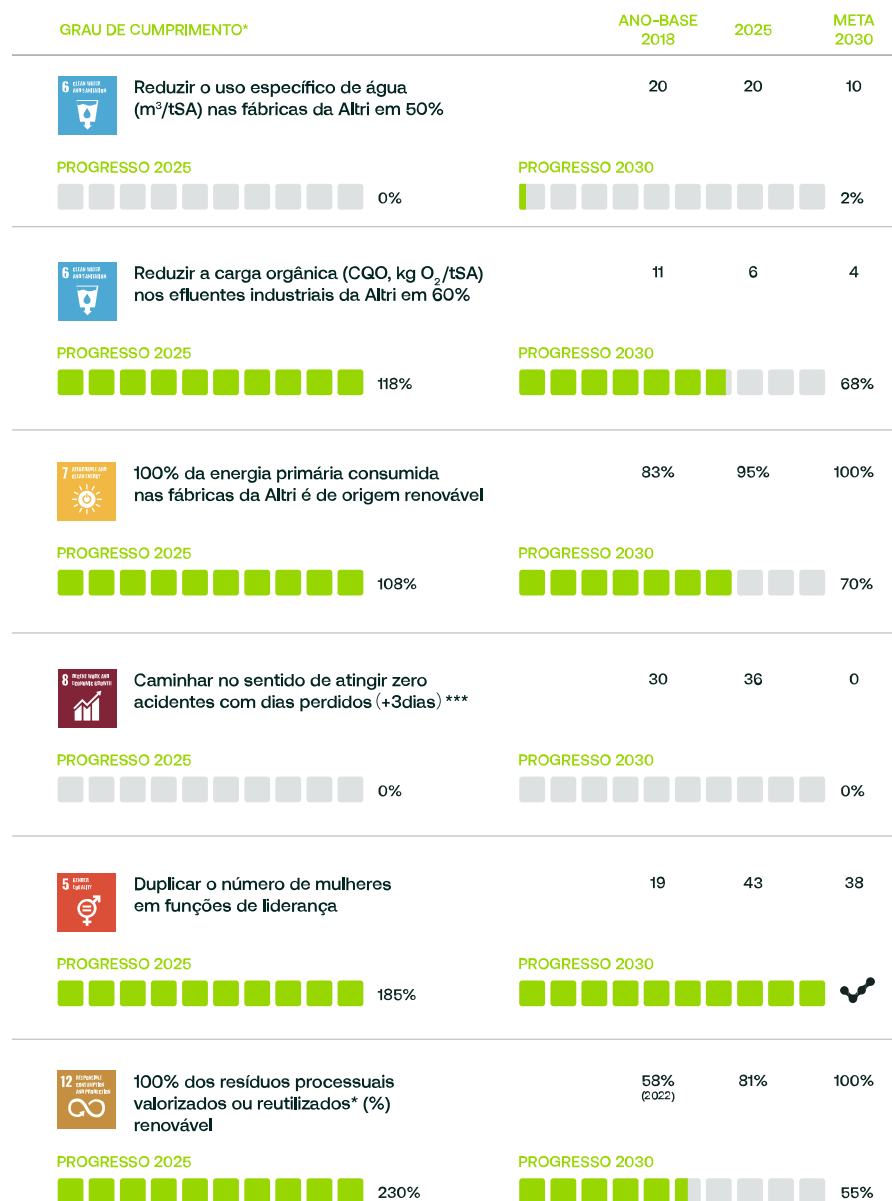
4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

A estratégia de sustentabilidade em 2025 assentou no reforço do Compromisso 2030, com foco em indicadores-chave como água, energia, emissões, resíduos, segurança e gestão florestal, amplamente monitorizados ao longo do ano.

Compromisso 2030



*O indicador da valorização de resíduos (ODS12) foi revisto para o ano de 2022, deixando de considerar os resíduos das centrais da Greenvolt;

**Ano-base SBT - 2020;

***Mais do que 3 dias perdidos

Linhas de Atuação 2025



SUSTENTABILIDADE FLORESTAL E BIODIVERSIDADE

Gestão florestal certificada FSC/PEFC, restauro ecológico e reforço da rastreabilidade via WoodChain.



DESCARBONIZAÇÃO

Redução progressiva das emissões de âmbito 1, 2 e 3, alinhada com o Net-Zero Altri.



GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS

Redução do uso específico de água, melhoria da carga orgânica dos efluentes, aumento da valorização de resíduos e reforço da energia renovável.



SEGURANÇA E BEM-ESTAR

Forte enfoque na segurança operacional, visando zero acidentes com dias perdidos.



MATURIDADE DADOS ESG

Foco no alinhamento regulatório, nomeadamente com a dupla materialidade e nova diretiva CSRD.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Materialidade

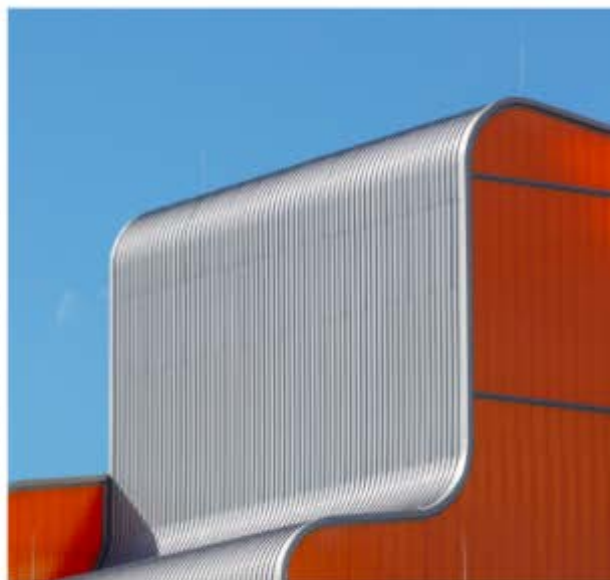
No decorrer de 2025, o Grupo reviu o seu exercício de análise de Dupla Materialidade. Seguindo a metodologia descrita em [Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais](#), a avaliação revelou que nove das dez normas temáticas das ESRS se destacam pelo impacto na sociedade e no ambiente e pela sua relevância financeira para o negócio. Os tópicos foram considerados materiais sempre que demonstraram significância em pelo menos uma destas dimensões — ou, em ambas — resultando numa leitura clara e integrada das prioridades estratégicas que orientam o compromisso da Altri com a sustentabilidade.

O conceito de Dupla Materialidade procura identificar impactos significativos, reais ou potenciais, sobre a sociedade e o ambiente, no curto, médio ou longo prazo, associados às operações da organização e à sua cadeia de valor a montante e a jusante. A avaliação engloba também todos os riscos e

oportunidades que podem afetar, negativa ou positivamente o desenvolvimento, desempenho e/ou a posição da Organização, no curto, médio ou longo prazo, e, como tal, aumentar ou diminuir o seu valor empresarial.

Durante o processo foram consultados mais de 200 stakeholders internos e externos, que se pronunciaram sobre a sua visão do Grupo Altri. No esquema seguinte estão representados os principais grupos de stakeholders identificados durante este processo, quais os objetivos da relação e a interligação com a estratégia do Grupo.

O processo de auscultação evidenciou um elevado grau de alinhamento entre partes interessadas internas e externas ao nível dos principais tópicos ESG, que foram considerados na identificação e priorização dos impactos, riscos e oportunidades.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Colaboradores

Objetivo: Perceber as expectativas e pontos de vista dos colaboradores contribuindo assim para um ambiente de trabalho mais produtivo, motivador e alinhado com a cultura da Altri.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Investimento em formação e desenvolvimento.
- Iniciativas de bem-estar no local de trabalho.
- Acordos laborais.

Entidades Oficiais

Objetivo: Construir uma relação de confiança e criar valor a longo prazo.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Compromisso com a transparência e comunicação proativa.

Clientes

Objetivo: Aferir as necessidades e expectativas dos clientes e construir relações de transparência e confiança.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Inovação e desenvolvimento de novos produtos alinhados com as suas necessidades e expectativas.
- Reforço do posicionamento competitivo do Grupo através da proximidade ao cliente e adaptação contínua da oferta.

Fornecedores e Subcontratados

Objetivo: Proteger e assegurar os direitos humanos e de trabalho dos trabalhadores na cadeia de valor. Promover a boa gestão florestal dos fornecedores de matéria-prima.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Reforço da qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade do abastecimento de matéria-prima.
- Desenvolvimento de uma cadeia de valor mais robusta, alinhada com os standards do Grupo e com as exigências regulatórias e de mercado.

Investigação e Ensino

Objetivo: Fortalecer a responsabilidade social e imagem institucional da Altri. Atrair talento qualificado.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Inovação e desenvolvimento e reforço da atratividade do Grupo.

Instituições Financeiras

Objetivo: Construir uma relação de confiança e criar valor a longo prazo.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Alinhar a estratégia de investimento com frameworks de investimento sustentável.
- Reforço do acesso a financiamento sustentável e alinhamento com expectativas ESG dos mercados de capitais.

Comunidades/Organizações não governamentais

Objetivo: Fortalecer o relacionamento com as comunidades e alinhar investimentos de acordo com as necessidades das comunidades.

Recolher o feedback das comunidades sobre o impacto causado pelas atividades do Grupo.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Investimento e promoção de ações de desenvolvimento local e criação de emprego.
- Reforço da licença social para operar através de relações de proximidade, transparência e criação de valor partilhado.

Comunicação Social

Objetivo: Fortalecer a imagem do Grupo e atrair novos clientes, parceiros e investidores.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Manutenção e construção da imagem reputacional do Grupo.
- Reforço da transparência e credibilidade institucional junto do mercado e da sociedade.

Decisores Políticos

Objetivo: Garantir o cumprimento com regulamentações, frameworks e standards legais.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Adaptação da estratégia e operações do Grupo de forma a assegurar o cumprimento legal.
- Antecipação de tendências regulatórias e contribuição ativa para o enquadramento do setor.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Associações Setoriais

Objetivo: Acompanhar e influenciar a evolução do enquadramento regulatório e normativo do setor.

Promover a partilha de conhecimento, inovação e boas práticas em sustentabilidade.

Reforçar a credibilidade e o posicionamento do Grupo como referência setorial responsável.

Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor florestal e industrial

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Apoia a antecipação de riscos regulatórios e de mercado
- Reforça o alinhamento da estratégia com tendências setoriais, transição climática e bioeconomia
- Contribui para a competitividade sustentável e para o posicionamento estratégico de longo prazo
- Facilita o alinhamento com standards ESG, certificações e expectativas de stakeholders institucionais

Parceiros

Objetivo: Promover a boa gestão florestal.

Criar parcerias estratégicas junto dos parceiros do Grupo e beneficiar do conhecimento externo.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Compromisso com a melhoria da gestão ativa dos espaços florestais.
- Reforço da capacitação técnica ao longo da cadeia de valor, garantindo práticas alinhadas com os standards do Grupo.
- Reforço do ecossistema de inovação e colaboração do Grupo, suportando a evolução do modelo de bioeconomia.
- Aumento da resiliência e capacidade de adaptação da cadeia de valor através de parcerias estratégicas.
- Valorização do conhecimento e desenvolvimento conjunto como alavancas de competitividade no longo prazo.

Seguradoras

Objetivo: Assegurar cobertura adequada dos riscos do negócio.

Demonstrar maturidade na gestão de riscos ambientais, sociais e operacionais.

Reduzir a exposição financeira a eventos adversos e aumentar a resiliência do Grupo.

Estabelecer relações de confiança baseadas em transparência e prevenção.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Alinhamento direto com a gestão integrada de riscos e oportunidades (IROs)
- Suporte à estratégia de resiliência climática, prevenção e continuidade do negócio
- Incentiva a melhoria contínua de práticas ambientais, de segurança e de governação
- Contribui para a proteção do valor económico e para a sustentabilidade financeira de longo prazo
- Integração do risco climático, ambiental e operacional na gestão estratégica do Grupo.

Acionistas/Investidores

Objetivo: Perceber as preocupações dos investidores.

Fortalecer a confiança e credibilidade no Grupo.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Foco no crescimento sustentável do Grupo Altri.

Sindicatos

Objetivo: Promover relações laborais estáveis, construtivas e baseadas na confiança.

Garantir o respeito pelos direitos laborais e condições de trabalho justas.

Contribuir para a prevenção de conflitos e para a melhoria do clima organizacional.

Reforçar a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

Interligação com a estratégia do Grupo:

- Apoia a atração, retenção e valorização do capital humano
- Contribui para a estabilidade operacional e produtividade
- Reforça a cultura de segurança, responsabilidade social e diálogo
- Alinha-se com os objetivos estratégicos nas dimensões social e de governação da sustentabilidade

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

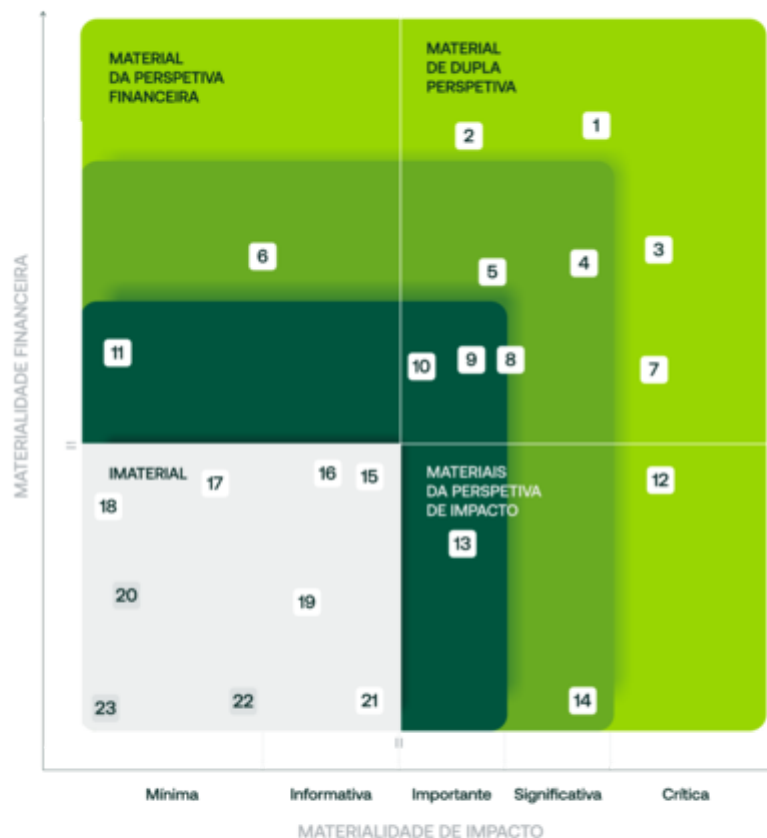
5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

AVALIAÇÃO DE DUPLA MATERIALIDADE



O Valor absoluto mais elevado quer da perspectiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspectiva financeira, independentemente se na perspectiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade. Por exemplo, o tópico Alterações Climáticas foi classificado como crítico da perspectiva de impacto (devido a um impacto positivo) e significativo da perspectiva financeira (devido a uma oportunidade e um risco, ambos com a mesma avaliação). Não obstante foram também identificados outros impactos positivos e negativos, bem como outros riscos e oportunidades, avaliados como materiais, mas com uma graduação inferior.

- Direitos civis e políticos das comunidades [S3]
- Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos [S1]
- Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade [E4]
Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços [E5]
Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades [S3]
Cultura empresarial [G1]
- Adaptação às alterações climáticas [E1]
Mitigação das alterações climáticas [E1]
Poluição da água [E2]
Condições de trabalho [S1]
- Água [E3]
Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos [S2]
- Substâncias que suscitam preocupação [E2]
- Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos [E5]
Resíduos [E5]
Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento [G1]
- Condições de trabalho [S2]
- Poluição do solo [E2]
- Poluição do ar [E2]
Impactos no estado das espécies [E4]
- Corrupção e suborno [G1]
- Energia [E1]
- Impactos e dependências dos serviços ecossistémicos [E4]
- Impactos na extensão e no estado dos ecossistemas [E4]
- Outros direitos relacionados com o trabalho [S2]
- Direitos dos povos indígenas [S3]
Poluição dos organismos vivos e dos recursos alimentares [E2]
- Substâncias que suscitam elevada preocupação [E2]
- Outros direitos relacionados com o trabalho [S1]
- Envolvimento político [G1]
- Proteção de denunciantes [G1]
- Microplásticos [E2]
Recursos marinhos [E3]
- Bem-estar animal [G1]
- Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais [S4]
Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais [S4]
Inclusão social dos consumidores e/ou utilizadores finais [S4]

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

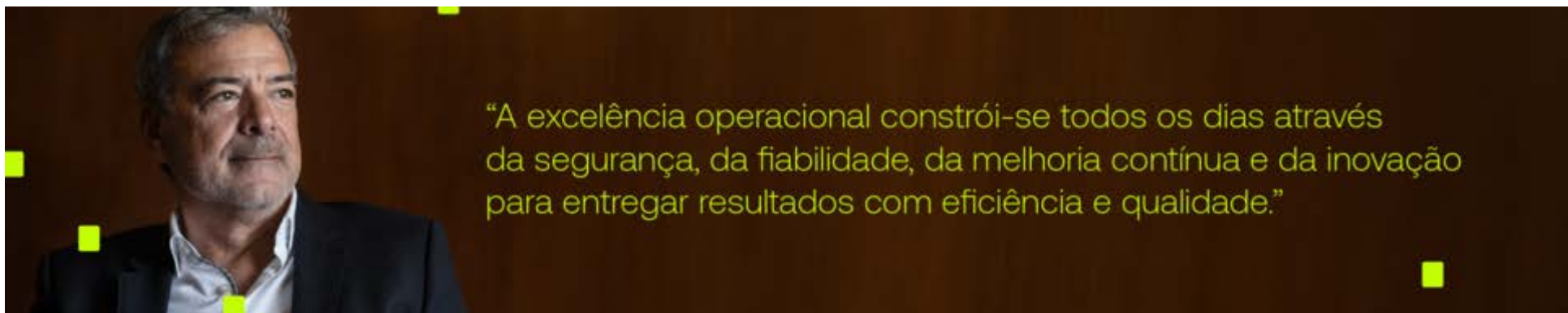
3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Progredir com Excelência Operacional



Carlos Van Zeller VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA I COO ALTRI



Em 2025, o Grupo Altri concluiu a aquisição de uma participação maioritária na AeoniQ™, um passo decisivo para a entrada no setor dos têxteis sustentáveis. O investimento da Altri permitirá desenvolver a primeira unidade industrial AeoniQ™ nas instalações da Caima, e reforça a sua visão estratégica de diversificação para aplicações celulósicas de alto valor acrescentado e baixo impacto ambiental. O produto AeoniQ confere características diferenciadoras, como:

01

Sustentabilidade significativamente superior, com uma pegada de CO₂ praticamente nula. Estando integrada na Caima — uma unidade industrial fossil fuel free — a produção de AeoniQ™ beneficiará diretamente deste modelo energético, aproximando-se de emissões zero ao longo do processo produtivo.

02

Circularidade avançada, 100% biodegradável e reciclável, com impacto mínimo na qualidade. Ao contrário do que acontece, por exemplo, com o papel, cujo processo de reciclagem tende a degradar as fibras, o AeoniQ™ pode ser reciclado com impacto mínimo nas suas propriedades funcionais.

03

Elevada tenacidade, sem fibrilação e capacidade de texturização, permitindo aplicações técnicas e têxteis de elevado desempenho.

04

Potencial de incorporação de matérias-primas recicladas, abrindo caminho a uma oferta ainda mais sustentável e com forte potencial de valorização.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

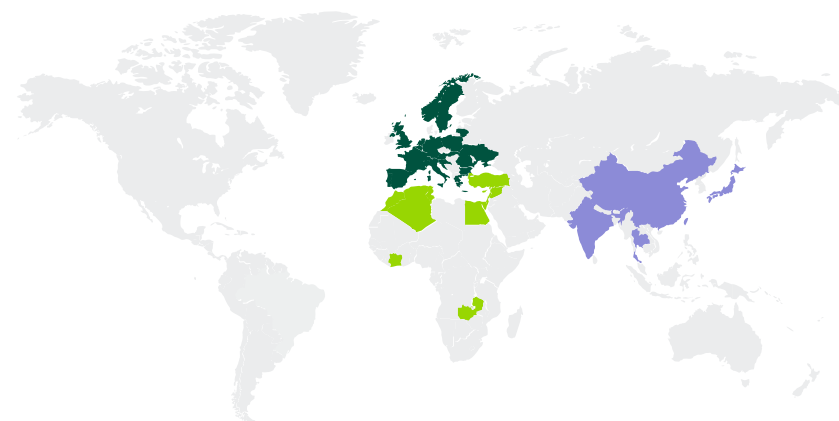
Desempenho Operacional

Em 2025, o volume de produção de pasta total atingiu 1.087,1 mil tons, um acréscimo de 1,1% ao comparar com 2024. O volume total de vendas de pasta em 2025 atingiu 1.059,4 mil tons, 1,8% inferior ao período homólogo.

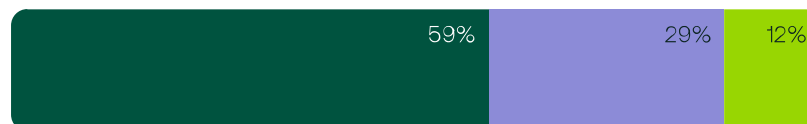
As vendas de Pasta Solúvel (DWP) foram inferiores em 2025, na comparação anual com o período homólogo. Este efeito é explicado por vários fatores, sendo os principais relacionados com: i) maior disponibilidade de DWP no mercado global devido a um aumento de oferta vinda de um produtor da América Latina, sendo que este está no processo de integrar verticalmente essa produção excedentária, o que poderá reverter este impacto; ii) a qualificação da DWP do Grupo Altri junto de alguns novos clientes sofreu alguns atrasos, principalmente devido a alguns constrangimentos logísticos.

Indicadores Operacionais (2025)

Mil tons	2025	2024	Var.%
Produção Pasta BHKP	957,4	957,3	0,0%
Produção Pasta DWP	129,7	118,3	9,6%
Produção Total	1 087,1	1 075,6	1,1%
Vendas Pasta BHKP	954,2	959,3	-0,5%
Vendas Pasta DWP	105,2	119,6	-12,0%
Vendas Totais	1 059,4	1 078,8	-1,8%



2025



2024



2023



2022



Europa Médio Oriente e Norte de África Ásia

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

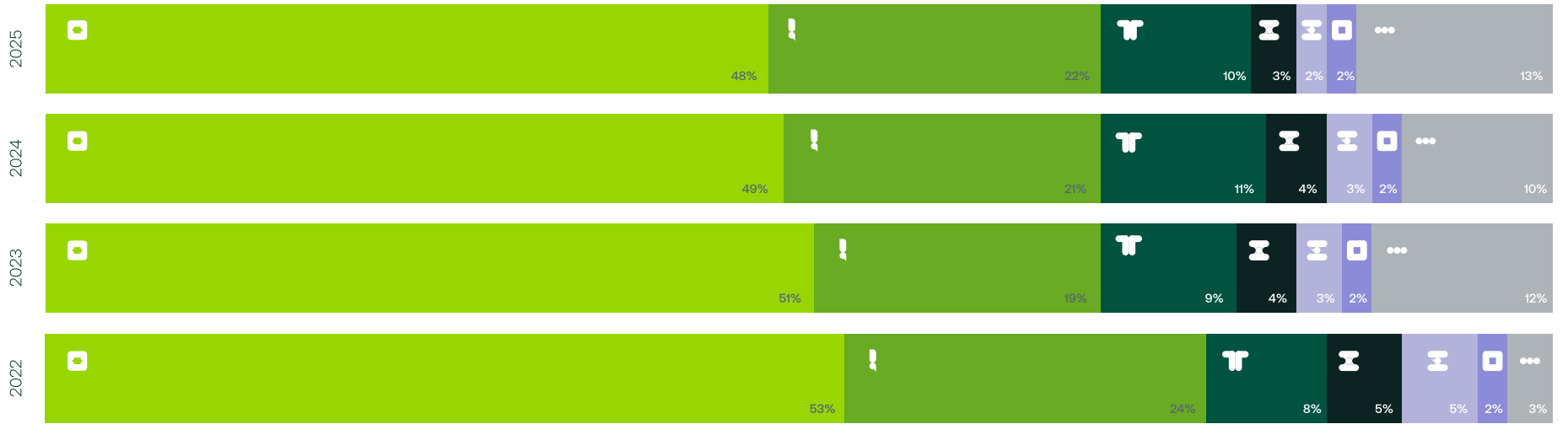
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



0%

100%



Tissue

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Guardanapos
- Papel Higiénico
- Lenços de Papel



Impressão&Escrita

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Papel de escritório
- Impressão



Têxtil

Fibras celulósicas solúveis (DWP) utilizadas na produção de:

- Lyocell
- Viscose



Décor

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Papel de Parede
- Laminados de Mobiliário



Especialidades

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Papel de Fotografia



Embalagens

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de:

- Embalagens de comida
- Copos
- Caixas de cartão



Outras aplicações



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em termos de uso final, o *Tissue* continua a ser o principal destino para as fibras celulósicas produzidas pelo Grupo Altri, com um peso no total do volume de vendas de 48% em 2025. Com o aumento da produção de pasta solúvel (DWP) na Biotek, deveremos continuar a ver uma tendência de crescimento deste segmento no peso total dos volumes vendidos, sendo que o enfoque atual da Biotek está na qualificação de DWP em múltiplos clientes. Em termos regionais, a Europa (incluindo Portugal) é responsável por 59% das vendas, seguida pelo Médio Oriente e Norte de África com 29%, sendo a Turquia o principal destino neste segmento geográfico.



PROJETO GAMA NA GALIZA

O projeto Gama, na Galiza, decorre de um Memorando de Entendimento (MdE) assinado com a Impulsa, um consórcio público-privado da Comunidade Autónoma da Galiza, para estudar em exclusivo a construção de uma unidade industrial de raiz, para a produção de pasta solúvel e fibras têxteis sustentáveis.

De notar que, no primeiro trimestre de 2025, foi publicada a Declaração de Impacto Ambiental (DIA) favorável ao projeto, por parte da Conselharia do Meio Ambiente da Xunta da Galiza. A DIA é um passo necessário e fundamental no processo de tramitação da licença ambiental integrada e mostra que as normativas ambientais em vigor do projeto serão cumpridas. De forma a reforçar o nosso compromisso com a região da Galiza e com os produtores de madeira da região, o Grupo Altri adquiriu ainda, no segundo trimestre de 2025, a Altri Forestal e Altri Forestal Logistics (anteriormente designadas por Greenalia Forest e Greenalia Logistics), que reforça a capacidade operacional do Grupo no aprovisionamento de matéria prima. O projeto Gama, na Galiza obteve ainda, em outubro de 2025, o selo STEP pela Agência Europeia de Clima, Infraestruturas e Meio Ambiente (CINEA). Este selo STEP – Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa valida o propósito do projeto na descarbonização da economia e reconhece o Gama como estratégico para melhorar a competitividade industrial da Europa, em linha com o Pacto Industrial Limpo.

O Grupo Altri tem ainda dado passos para garantir uma diferente opção técnica para uma conexão elétrica alternativa, independente da planificação futura da Rede Elétrica Espanhola, apesar da decisão da administração central de excluir o projeto Gama, na Galiza, da planificação elétrica até 2030.

O Grupo Altri continua empenhado na avaliação de uma nova unidade industrial para a produção de fibras têxteis sustentáveis na Galiza. Este é um projeto estruturante para a indústria quer a nível da bioeconomia e da circularidade, quer ao nível de gestão energética, utilizando tecnologia de ponta. Neste momento, o projeto encontra-se a aguardar uma decisão sobre a tramitação da licença ambiental integrada. O Grupo Altri reafirma a sua intenção de tomar uma decisão final de investimento assim que todas as condições estiverem reunidas.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelência Operacional

A aposta na excelência operacional, um dos eixos estratégicos da Altri, implica uma procura constante pela melhoria contínua, que permitirá alcançar vantagem competitiva e fortalecer a posição da Altri ao longo da sua cadeia de valor. Este empenho manifesta-se através de ações consistentes implementadas diariamente nas operações da Altri, geridas através do Altri Operating System (AOS).

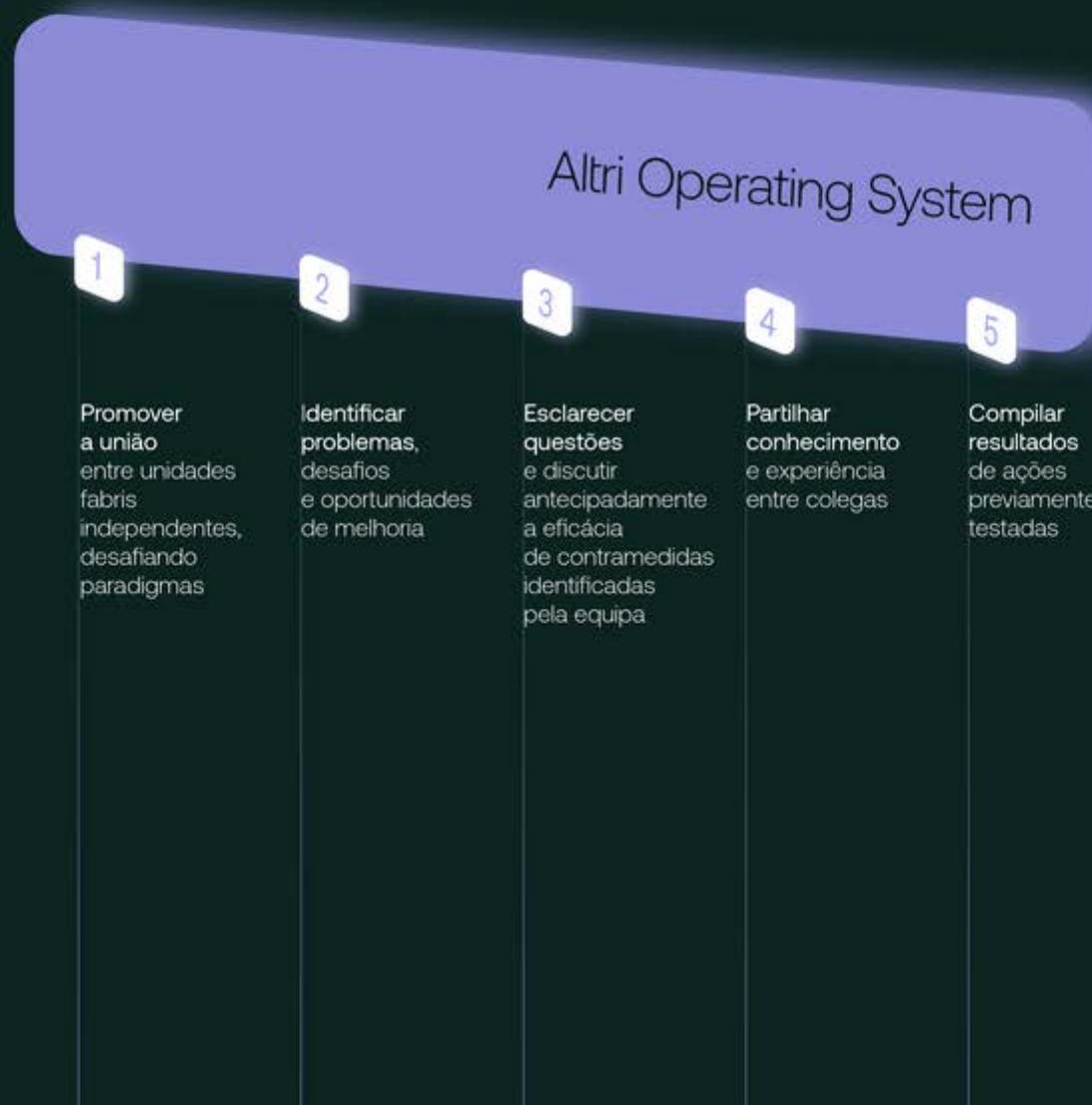
Esta cultura instituída no Grupo Altri incentiva a participação de todos os colaboradores, identificando melhorias nas suas atividades diárias e resolvendo questões desde a sua génese. O incentivo à comunicação e colaboração entre as várias áreas, com partilha das melhores práticas e lições aprendidas, representa o verdadeiro espírito Altri.

Através do Altri Operating System (AOS) é assegurado o alinhamento das prioridades entre as três unidades industriais do Grupo, fomentando a comunicação interna e garantindo a implementação das decisões estratégicas e respetiva priorização. A rapidez de adaptação ao uso destas ferramentas atesta o enraizamento da cultura de melhoria contínua no universo Altri.

AOS

altri operating system

Este modelo de gestão e governança assegura e potencia as sinergias do processo de transformação em curso e tem como objetivos:



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 2024, o Grupo concluiu com sucesso o primeiro ciclo Hoshin, uma metodologia fundamental para alinhar ações de melhoria com os objetivos estratégicos da empresa. Em 2025, foram definidas novas prioridades de melhoria.



Revista Altri Operating System



Publicação interna que garante a partilha de conhecimento, enquadra iniciativas estratégicas e fortalece uma cultura organizacional assente na transparência, na aprendizagem e na melhoria contínua.



- 1 RELATÓRIO DE GESTÃO
- 2 RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
- 3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
- 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
- 5 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
- 6 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

COMPROMISSO DE SEGURANÇA

Na Altri, a segurança não é apenas uma prioridade operacional — é um valor estruturante e inegociável da nossa cultura organizacional.

Com a adoção da metodologia Hoshin Kanri, em 2021, assumimos formalmente o compromisso estratégico de atingir zero acidentes. Este objetivo passou a integrar o desdobramento estratégico do Grupo, orientando decisões, investimentos e comportamentos em todas as unidades.

Em 2025, reforçamos esta ambição com um Compromisso de Segurança renovado, coletivo e transversal, consolidando a evolução do nosso modelo preventivo e fortalecendo a responsabilização em toda a organização.

Este compromisso assenta em três pilares fundamentais:

Responsabilidade partilhada

A segurança é uma responsabilidade comum, assumida em todas as áreas e níveis hierárquicos. Cada colaborador é um agente ativo de prevenção.

A segurança não pertence exclusivamente às equipas técnicas ou operacionais - é um compromisso organizacional.

Nesse sentido, envolvemos áreas como Aprovisionamentos, Financeiro, Risco, IT e Logística na revisão de processos e na implementação de novas práticas, garantindo que a prevenção é integrada nas decisões estruturais do negócio.

Iniciativas integradas

Todas as ações de segurança foram consolidadas num plano único, estruturado em quatro eixos: Cultura de Segurança, Iniciativas Transversais, Segurança Operacional e Medidas Técnicas.

Esta integração assegura coerência estratégica, evita duplicações, promove alinhamento entre unidades e reforça a eficácia do sistema preventivo.

Operamos como um único Grupo, com princípios e práticas harmonizadas.

Ação rápida e eficaz

Reforçamos a capacidade de resposta aos pontos críticos, promovendo harmonização de procedimentos, aceleração da digitalização de processos, reforço formativo e normalização de práticas.

A agilidade na identificação e mitigação de riscos é um fator-chave para reduzir a probabilidade e a gravidade de incidentes.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

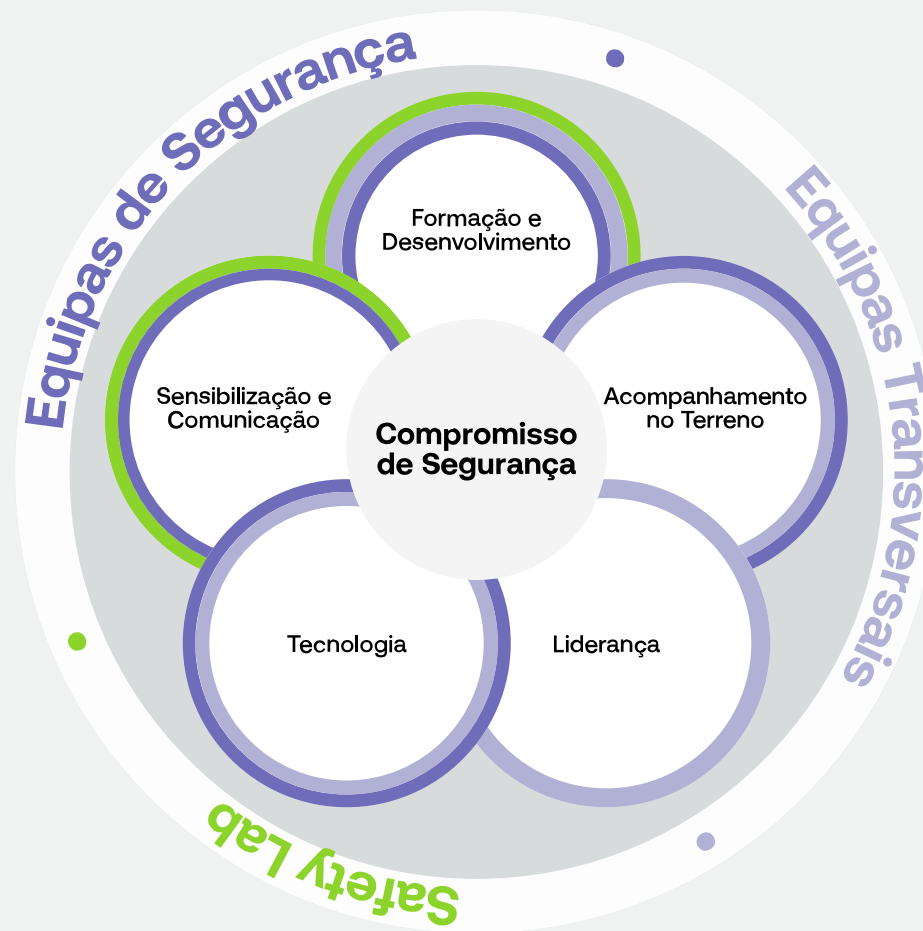
3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Cultura de Segurança



Este compromisso tem como objetivo reduzir de forma sustentada o número e a severidade dos acidentes, garantindo que cada colaborador regressa a casa em segurança, todos os dias.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Inovação

Através da equipa de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, a Altri reforça as suas parcerias com clientes, fornecedores, centros de investigação e universidades para oferecer soluções eficientes. Os projetos de inovação priorizam a otimização de processos, a circularidade e a sustentabilidade, e a integração eficiente de recursos e materiais. Em 2025, a Altri participou em vários projetos inovadores, em colaboração com startups e instituições de investigação, expandindo vários projetos promissores.

Inovar é um processo enraizado no modelo de negócio do Grupo Altri, que promove o desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos através de múltiplas parcerias com instituições científicas de referência, que permitam atingir os objetivos a que se propõe. A “aposta” do Grupo Altri em trazer a inovação “numa área onde não havia conhecimento em Portugal” (produção de fibras) é valorizada pelos seus stakeholders. É o apoio ativo da Altri à pesquisa científica e respetiva incorporação nos processos da organização e na cultura empresarial que permite ao Grupo inovar os seus processos e ter novos produtos. O Grupo posiciona-se, desta forma, na vanguarda da inovação de excelência e é um parceiro reconhecido dos seus stakeholders, com soluções focadas, lean e de alto valor acrescentado.

Os objetivos da Altri para a Inovação são:

Desenvolver novos produtos

com o know-how interno e parcerias que permita ao Grupo desenvolver, produzir e comercializar produtos de maior valor acrescentado.

Identificar e desenvolver processos e tecnologia inovadores

que sustentem a eficiência dos processos produtivos e suportem a produção de novos produtos.

Monitorizar o state-of-the-art

pelo acompanhamento da tecnologia que possa impactar o negócio e desenvolver benchmarks de forma a identificar áreas de melhoria e riscos.

Avaliar novos negócios

com a atualização da informação sobre as áreas *core* e a contínua prospeção de novas áreas de negócio dentro do setor e em áreas adjacentes.

Desenvolver o capital intelectual

pela consolidação e sistematização da informação científica e técnica de base, que permita formar ou reforçar as competências dos quadros que garantam a sustentabilidade a longo prazo.

Consolidar atividades de investigação

sendo o agente pivot de coordenação e sistematização de todas as ações de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D&I) para a área tecnológica da Altri.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Eixos Estratégicos para a Inovação Altri

Os projetos de inovação da Altri têm-se focado particularmente em quatro áreas estratégicas, adjacentes ao negócio atual, visando a criação de novos produtos e, sempre que possível, baseados na Economia Circular. A escolha das áreas estratégicas de desenvolvimento tem em consideração as potenciais aplicações da madeira e biomassa residual, exploradas há décadas e da valorização de resíduos da indústria de fibras celulósicas.



FIBRAS CELULÓSICAS E
NOVOS PRODUTOS
FIBROSOS



ESPECIALIDADES
QUÍMICAS DE
CELULOSE



NOVOS PROCESSOS E
TECNOLOGIAS DE
PRODUÇÃO DE
FIBRAS CELULÓSICAS



VALORIZAÇÃO DE
RESÍDUOS E
CORRENTES
PROCESSUAIS

1

RELATÓRIO DE
GESTÃO

2

RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Projetos de Investigação & Desenvolvimento (I&D)



Iniciado em 2022, este projeto vem no seguimento do projeto FIBER4FIBER, que consolidará a infraestrutura técnica proveniente desse projeto, bem como incluirá eventuais upgrades no piloto e aquisição de novos equipamentos analíticos.

Projeto colaborativo com a participação da Caima no Pilar I (biomaterial) Iniciativa 1 – Fibras de Celulose Regeneradas. Consórcio liderado pelo CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal.

Apoios



Parcerias



Status

A decorrer até 2026.

Contributo para a Sustentabilidade

Desenvolvimento e capacitação de conhecimento e de infraestrutura física e humana na área das fibras regeneradas de celulose e tecidos não tecidos (TNTs). Acrescentar valor a partir de recursos renováveis e desenvolver alternativas às matérias de base fóssil.

Progressos em 2025

No decorrer de 2025, ocorreu o desenvolvimento e capacitação de conhecimento e de infraestrutura física e humana na área das i) fibras regeneradas de celulose e ii) tecidos não tecidos (TNTs).

i) Fibras Regeneradas de Celulose:

- ▶ I&D em processos de dissolução de celulose, compreendendo Lyocell, Carbamato e Líquidos Iónicos, e utilizando pasta solúvel da Caima (foco na otimização do processo de dissolução desta pasta e fiação);
- ▶ Avaliação da incorporação de matéria-prima celulósica reciclada na produção de dope de Lyocell, fiação e caracterização dos filamentos Lyocell;
- ▶ Estudos de Análise de Ciclo de Vida – Life Cycle Analysis (LCA) – para fibras de celulose regenerada, incluindo integração e não integração na fábrica da Caima;
- ▶ Otimização da produção de fibras Lyocell com estudos de aditivação/funcionalização das fibras incluindo a utilização de lenhina e colofónia e caracterização das propriedades físicas, químicas e funcionais dos filamentos;
- ▶ Otimização de propriedades das pastas solúveis para processos de wet-spinning.

ii) Tecidos Não Tecidos (TNTs):

- ▶ I&D em novos TNTs com base em fibras processadas de base celulósica: Lyocell virgem combinado com fibras termoplásticas (acetato de celulose, políacido láctico e poliéster PET) e Lyocell reciclado;
- ▶ Testes de otimização do processo de agulhagem na consolidação dos TNTs e caracterização dos TNTs;
- ▶ I&D na funcionalização dos TNTs: utilização de lenhinas como aditivo funcional e otimização dos processos de aditivação e caracterização dos TNTs;
- ▶ Testes de biodegradabilidade e ecotoxicidade para amostras de não-tecidos de base Lyocell vs. fibras termoplásticas;
- ▶ Definição dos protótipos à escala laboratorial e dos testes e ensaios a realizar aos protótipos desenvolvidos.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ÁCIDO ACÉTICO E FURFURAL NA CAIMA

Este projeto de I&D é suportado pelo conhecimento gerado no projeto I&D CaimaChem e pretende estudar a viabilidade industrial de recuperar o ácido acético e furfural, presentes nos condensados da evaporação.

Apoio:



Parceiros:



Status

A decorrer até 2026.

Contributo para a Sustentabilidade

A remoção do ácido acético e furfural permite:

- ▶ Valorização de subprodutos: A recuperação destes compostos químicos permite a sua comercialização, minimizando simultaneamente o impacto ambiental no efluente industrial;
- ▶ Diversificação do portfólio: Esta iniciativa possibilita um incremento no volume de negócios da empresa, agregando valor ao processo produtivo sem aumentar o consumo de matéria-prima florestal;
- ▶ Otimização de processos: A transformação de uma sub-corrente em produto comercializável resulta na redução da carga orgânica dos condensados destinados ao tratamento de efluentes, com consequente diminuição dos custos operacionais associados;
- ▶ Promoção da bioeconomia: A produção do ácido acético de base renovável reforça o compromisso da Altri com a economia circular, gerando valor acrescentado nas dimensões económica, ambiental e social. O furfural será produzido em contínuo e, por isso, estará imune à sazonalidade associada ao processo de produção convencional, predominantemente baseado na utilização de resíduos agrícolas. Ambos os mercados revelam uma procura global crescente por alternativas de origem renovável.
- ▶ Integração energética sustentável: O projeto cria uma sinergia com a caldeira de biomassa residual existente, utilizando vapor de origem renovável para alimentar a unidade de separação do ácido acético e furfural.

Esta iniciativa demonstra o compromisso da Altri com a inovação sustentável e a melhoria contínua dos seus processos industriais, contribuindo para um modelo de negócio mais resiliente e ambientalmente responsável.

Progressos em 2025

Em 2025 foram iniciados os trabalhos de engenharia de detalhe e construção desta nova instalação industrial. Arranque previsto em 2026; Apresentação do projeto na World Methanol Conference – Outubro 2025

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

NATURAL DEEP EUTECTIC SOLVENTS

Este projeto está a ser desenvolvido em colaboração com a The Navigator Company e a Universidade de Aveiro, no âmbito de um PhD denominado “Natural Deep Eutectic Solvents as efficient media for the fractionation of bleached kraft pulps hemicelluloses and cellulose in biorefinery processes” e decorre de trabalho anteriormente efetuado no consórcio europeu PROVIDES, que tinha como objetivo desenvolver um processo inovador de produção de pasta a partir de novos solventes conhecidos como Deep Eutectic Solvents (DES).

Apoios



Parcerias



Status

Em curso.

Progressos em 2025

Disseminação Científica

Publicação de artigos científicos e participação em conferências, incluindo:

- ▶ "Xylan-chitosan based films with deep eutectic solvents for wound healing applications" (International Journal of Biological Macromolecules, June 2025).
- ▶ "Unlocking xylans value through the development of fully biobased materials for diverse applications" (XXVII International Conference – Forest Biobased Materials – TECNICEIPA 2025).
- ▶ "Multifunctional nanocellulose based paper coatings for sustainable food packaging applications" (2025 TAPPI Nano Conference).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EUCALYPTUS KRAFT LIGNIN MODIFICATION FOR TECHNICAL AND BIOREMEDIATION APPLICATIONS

Projeto de doutoramento com principal objetivo de desenvolver, caracterizar e avaliar a lenhina kraft carboximetilada, derivada de eucalipto, com foco no seu potencial como bioissorvente de metais pesados e na sua aplicação em processos de tratamento de águas residuais industriais.

Parcerias



Status

Em curso.

Contributo para a Sustentabilidade

Este projeto contribui diretamente para a valorização de um subproduto industrial de baixo valor comercial, promovendo soluções inovadoras e sustentáveis para a remoção de poluentes metálicos, alinhado com as políticas de economia circular, gestão eficiente de recursos e proteção ambiental.

Progressos em 2025

Disseminação Científica

Publicação de artigos científicos e participação em conferências, incluindo:

- ▶ Artigo publicado revista: Soil Systems: "Soil Remediation: Current Approaches and Emerging Bio-Based Trends"
- ▶ Artigo publicado revista: Industrial & Engineering Chemistry Research – "New Insights into the Carboxymethylation of Eucalyptus Kraft Lignin: Structural Features and Transition Metal Sorption Capacity"
- ▶ Artigo e apresentação oral na XXVII International Conference – Forest Biobased Materials – TECNICELPA 2025 "Carboxymethylation of eucalyptus kraft lignin: structural features and potential applications"

Na investigação científica para o desenvolvimento florestal, a Altri atua em três áreas:

- a. **Melhoria genética:** com a seleção do *Eucalyptus globulus* para crescimento, densidade básica e conteúdo em celulose da madeira;
- b. **Gestão de povoamentos e nutrição:** técnicas de silvicultura, estudo de pragas e doenças e ajustamento de modelos de produção;
- c. **Operações florestais:** técnicas e sistemas de silvicultura e exploração florestal.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Certificações

A aposta na melhoria contínua através da estruturação dos processos e atividades com base em reconhecidas normas nacionais e internacionais, reflete-se na certificação e reconhecimento externo. A validação dos processos da Altri com base nestes referenciais é um selo de confiança de que a sua atividade é gerida e estruturada de modo a melhorar continuamente.

Referencial	altri
ISO 9001 Sistema de Gestão da Qualidade	Todas as empresas do Grupo
ISO 14001 Sistema de Gestão Ambiental	Todas as unidades industriais
ISO 45001 Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional	Todas as unidades industriais
Norma ISO/IEC 17025 Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração	Laboratórios de apoio ao processo de todas as unidades industriais
ISO 50001 Sistema de Gestão da Energia	Todas as unidades industriais
EMAS Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria da União Europeia	Celbi e Caima
FSC® Forest Stewardship Council	Altri Florestal, Altri Forestal e unidades industriais
PEFC Programme for the Endorsement of Forest Certification	
Sustainable Biomass Program (SBP)	Altri Abastecimento de Biomassa
Altri Abastecimento de Madeiras	Altri Florestal
Código licença FSC®: FSC-C104460	Código licença FSC®: FSC-C004615
Código licença PEFC: PEFC/13-32-025	Código licença PEFC: PEFC/13-23-002



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

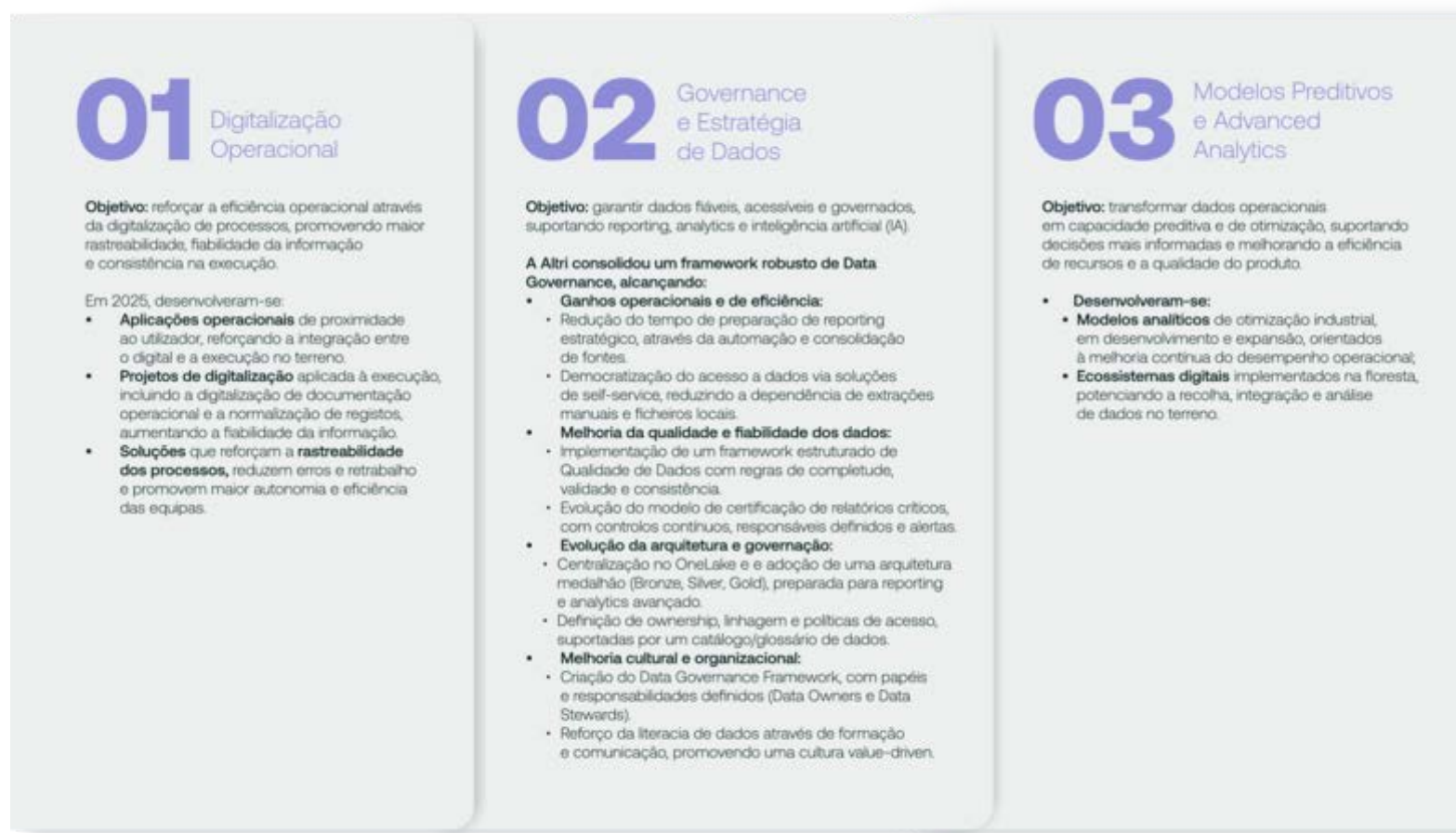
6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Transformação Digital

A Transformação de Processos e Digitalização na Altri tem acelerado a integração entre tecnologia, dados e operações, promovendo eficiência, sustentabilidade e inovação em toda a organização. O propósito é claro: reforçar a competitividade e preparar a Altri para os desafios do futuro, gerando valor através da otimização de processos, da automação inteligente e da utilização estratégica dos dados.

Em 2025, a Altri consolidou fundamentos críticos: dados governados e de maior qualidade, reporting automatizado, projetos analíticos estruturantes e digitalização aplicada a problemas reais de operação e negócio. A diversidade das iniciativas demonstra que a transformação não é apenas tecnológica, mas também cultural, orientada para autonomia, tomada de decisão baseada em dados e melhoria contínua. A estratégia Altri organiza-se em seis pilares:



1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

04 Fluxos Operacionais

Objetivo: otimizar fluxos industriais e administrativos, reduzindo desperdício, variabilidade e impacto ambiental.

Resultados alcançados:

- **Aumento da capacidade de evaporação** em mais de 6%.
- **Redução de dregs e grits** em 11,5% face ao baseline de 2024.
- **Otimização de balanços e melhoria da estabilidade operacional**, com impacto direto em eficiência e sustentabilidade.
- **Redução do lead time médio do processo de compra** em cerca de 41%, aumentando a agilidade e previsibilidade.

05 Integração e Visualização via Power Platform

Objetivo: acelerar a criação de valor através de uma maior integração entre operação e dados, promovendo acesso ágil a insights e suportando decisões mais informadas e consistentes.

Capacidades implementadas:

- Desenvolvimento ágil de **aplicações e automatizações**, aumentando a proximidade ao terreno, a agilidade organizacional e reduzindo tempos de implementação.
- **Reporting e dashboards automatizados**, com controlo de acessos, suportando decisões mais rápidas, consistentes e alinhadas.
- **Implementação de um repositório central de conhecimento (Dr. Fiber)**, suportado por IA generativa, potenciando a centralização, reutilização de conhecimento e colaboração transversal.
- Consolidação de uma **infraestrutura digital escalável**, preparada para evolução contínua e integração de capacidades avançadas de IA.

06 Tecnologias Emergentes

Objetivo: testar, validar e preparar a adoção de tecnologias com elevado potencial de modernização e automação industrial, reforçando a segurança, eficiência e inovação.

Iniciativas (2025-2026):

- **Utilização de drones** para medições e aplicações industriais, com foco na modernização e automação de atividades no terreno (ex: medições, apoio ao planeamento e validações operacionais).
- **Instalação de pórticos de medição**, recorrendo a imagens de alta resolução e/ou tecnologia laser, suportadas por modelos de IA (projeto transForm)

Em 2026, a ambição é escalar a digitalização de processos-chave e acelerar automação inteligente, reforçando rastreabilidade, eficiência operacional e colaboração ao longo da cadeia de valor.

Trata-se de um percurso contínuo, feito de aprendizagem e melhoria constante e cada passo só é possível graças ao contributo de todos.

PROCESSO DIGITAL DE RECEÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA NA celbi fábrica piloto

Estamos a digitalizar o processo de receção de matéria-prima para tornar a **entrega mais simples, rápida e cómoda** para fornecedores e motoristas.



O QUE MUDA?

PRÉ-REGISTO DIGITAL

Pré-registo digital da carga antes da chegada à fábrica

CHECK-IN AUTOMÁTICO

Check-in automático aquando da entrada no perímetro fabril

ORIENTAÇÃO E VALIDAÇÃO

Validação automática da informação e orientação do(a) motorista no local

MEDIÇÃO DIGITAL

Medição digital da carga através de um pórtico



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

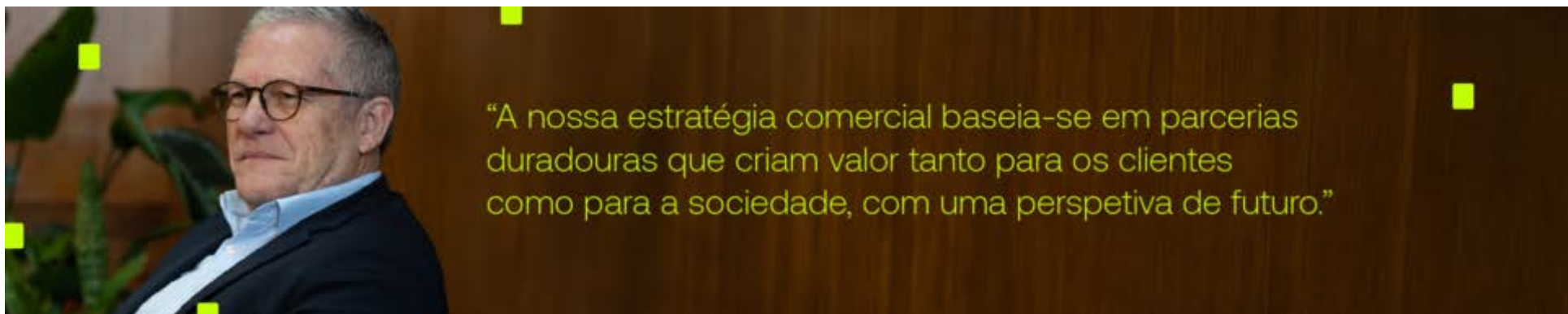


CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Acompanhar um Mercado em Evolução



João Pereira ADMINISTRADOR EXECUTIVO ALTRI | ÁREA COMERCIAL

A procura global de pasta em 2025 registou um aumento de 3,3% face ao período homólogo, sendo que a evolução da procura por pasta Hardwood cresceu cerca de 5,3%, de acordo com o PPPC (World Chemical Market Pulp Global 100 Report – December 2025). O segmento de Hardwood foi o responsável por quase todo o crescimento (99%) da procura global de pasta no período.

Em termos regionais, e focando-nos no mercado de pasta Hardwood, o mais relevante para o Grupo Altri, destacamos positivamente a China (+6,9%), Resto da Ásia/África (+14,3%) e Europa de Leste (+7,2%). A Europa Ocidental, depois de um crescimento de dois dígitos em 2024, apresentou uma redução de cerca de 2,6% em 2025, face a 2024. A China foi, assim, responsável por 55% do crescimento do segmento de Hardwood no período, sendo que, se adicionarmos o 'Resto da Ásia/África', estas regiões compõem 96% do crescimento global da procura de Hardwood em 2025.

Procura Global de Pasta por Região

Mil Tons	2025	2024	Var. %
<i>Bleached Hardwood Sulphate</i>	43 619	41 416	5,3%
<i>Bleached Softwood Sulphate</i>	23 534	23 662	-0,5%
<i>Unbleached Sulphite</i>	2 506	2 378	5,4%
<i>Sulphite</i>	86	68	25,4%
Procura Global de Pasta	69.746	67.524	3,3%
Bleached Hardwood Sulphate por região			
América do Norte	3 687	3 703	-0,4%
Europa Ocidental	7 866	8 080	-2,6%
Europa de Leste	1 711	1 596	7,2%
América Latina	3 036	2 861	6,1%
Japão	1 048	1 017	3,0%
China	18 809	17 596	6,9%
Resto da Ásia/África	7 269	6 362	14,3%
Oceânia	194	201	-3,6%
Total	43 619	41 416	5,3%

Fonte: PPPC (World Chemical Market Pulp Global 100 Report- December 2025).

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Um dos fatores relevantes para avaliar o equilíbrio da procura e oferta de pasta no mercado europeu é o nível de stock nos portos europeus. Após uma normalização das cadeias de valor na indústria de pasta e papel durante o ano de 2024, temos assistido a uma estabilização dos níveis de inventários em linha com as médias históricas, entre 1,4M e 1,5M tons, desde o verão de 2024.

Stocks de Pasta nos Portos Europeus

Mil Tons				2025					
	2022	2023	2024	1T	2T	3T	out	nov	dez
Stocks (Portos UE)	1 157	1 546	1 339	1 478	1 480	1 575	1 404	1 389	1 509

Nota: Stocks mensais relativos ao final do período. Média mensal para os valores trimestrais e anuais.

Fonte: Europulp (Federation of the National Associations of Pulp Sellers in Europe).

Durante 2025, o preço médio do índice PIX de pasta (BHKP) na Europa registou uma descida de 12% em US\$ (-15% em Euros) em relação ao ano de 2024, atingindo um valor médio de US\$ 1.088/ton durante o ano, e terminando o ano de 2025 a US\$ 1.100/ton.

No início de 2025, começámos a assistir a uma recuperação do nível de preços, que foi interrompida pelo anúncio de tarifas, por parte dos EUA, visando muitos dos países relevantes no mercado de Pulp & Paper. Este impacto nos preços foi mais visível na China, ainda no segundo trimestre, seguido por uma tendência de convergência da Europa durante o terceiro trimestre. O aumento da dinâmica do mercado asiático do lado da procura e uma perceção mais clara relativamente às tarifas a aplicar pelos Estados Unidos da América, acabou por levar a uma recuperação do nível de preços da pasta BHKP após o Verão de 2025.

Evolução do Preço Médio da Pasta BHKP na Europa (2021 até 2025)

Preço médio da Pasta (BHKP)	2021	2022	2023	2024	2025
US\$/ton	1 014	1 286	1 044	1 233	1 088
EUR/ton	858	1 226	967	1 138	966

Fonte: FOEX.

Evolução do Preço Médio da Pasta BHKP na Europa (2024 a 2025 - evolução trimestral)

Preço médio da Pasta (BHKP)	2024				2025			
	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
US\$/ton	1 120	1 354	1 375	1 094	1 070	1 177	1 032	1 076
EUR/ton	1 030	1 256	1 257	1 019	1 019	1 045	884	925

Fonte: FOEX.

Relativamente à procura global de pasta solúvel (DWP), esta registou um crescimento de 0,6% em 2025, de acordo com a Numera Analytics (Global DP Demand Report – December 2025). Esta evolução representa uma importante recuperação face ao primeiro semestre de 2025, período com maior impacto negativo de toda a situação económica relacionada com o anúncio e implementação de tarifas dos EUA. Relembramos que a DWP é direcionada essencialmente para o têxtil e usada principalmente na Ásia, região que absorve cerca de 87% da procura.

Procura Global de Pasta Solúvel

Mil Tons	2025	2024	Var.%
América do Norte	413	555	-25,5%
Europa Ocidental	578	570	1,5%
Ásia	6 668	6 461	3,2%
China	5 045	4 605	9,6%
Japão	144	146	-1,8%
Taiwan	22	34	-36,4%
Tailândia	253	285	-11,0%
Resto da Ásia	1 205	1 391	-13,4%
Outros	24	52	-54,6%
Total	7 683	7 638	0,6%

Fonte: Numera Analytics (Global DP Demand Report – December 2025).

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O nível de preços da pasta solúvel (DWP), durante o ano de 2024, apresentou uma volatilidade reduzida, tendo atingido no final do ano o nível mais elevado desde o 4T22. Esta evolução foi uma consequência das elevadas taxas de utilização operacional dos produtores de viscosse e lyocell, levando a um acréscimo de procura por DWP, a sua principal matéria-prima. Durante 2025, assistimos a um arrefecimento da procura, dado o impacto das políticas comerciais norte-americanas no setor têxtil asiático. O anúncio de tarifas em 2025, por parte dos EUA, acabou por afetar os níveis de atividade têxtil de vários países asiáticos, levando a uma descida dos preços durante o ano, com uma estabilização registada apenas no 4T25, a níveis perto de US\$ 800/ton (preço líquido, sem descontos, praticado na China).

Evolução do Preço Médio da Pasta solúvel (2021 até 2025)

Preço médio da Pasta solúvel	2021	2022	2023	2024	2025
US\$/ton	991	1 045	884	942	851
EUR/ton	839	996	818	870	756

Fonte: CCF Group (China based consulting and market intelligence company)



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

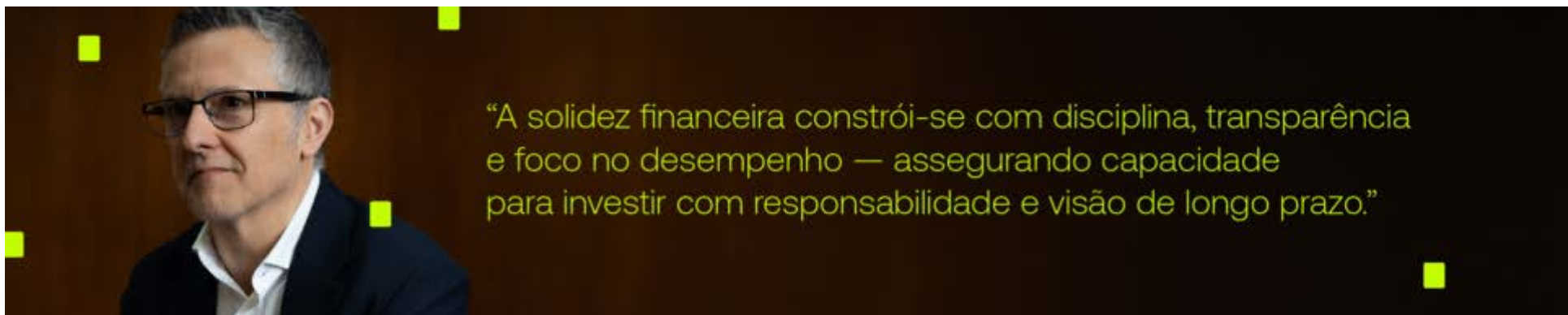
5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sustentar o Crescimento Financeiro



Miguel Silva ADMINISTRADOR EXECUTIVO ALTRI | CFO

Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2025 foi marcado por um enquadramento macroeconómico global particularmente desafiante, caracterizado pelo agravamento das tensões comerciais internacionais, num contexto de maior protecionismo, e pela persistência de riscos geopolíticos. Apesar deste cenário adverso, a economia mundial revelou uma resiliência superior ao esperado, beneficiando de condições financeiras mais favoráveis, de políticas monetárias globalmente mais acomodáticas e do crescimento do rendimento real em várias economias.

De acordo com as estimativas de dezembro da OCDE, o crescimento do PIB mundial fixou-se em 3,2% em 2025, ligeiramente abaixo dos 3,3% registados em 2024, prevendo-se um abrandamento para 2,9% em 2026. A inflação global manteve uma trajetória de moderação, com a inflação média do G20 a descer para 3,4% em 2025, refletindo a normalização dos preços dos bens e da energia e sendo esperada uma inflação de 2,8% para 2026. A maioria dos bancos centrais iniciou ou prosseguiu ciclos graduais de redução das taxas de juro, com o objetivo de apoiar a atividade económica, embora a manutenção de níveis ainda relativamente elevados das taxas reais continue a limitar o dinamismo do consumo e do investimento.

A combinação de inflação mais contida, crescimento moderado do emprego e uma política monetária menos restritiva deverá sustentar a procura global no curto prazo. Contudo, este enquadramento permanece condicionado por riscos relevantes, nomeadamente o reforço de barreiras comerciais, a elevada incerteza política e as crescentes pressões sobre a sustentabilidade das finanças públicas em várias economias avançadas.

Na Zona Euro, a economia cresceu 1,5% em 2025, beneficiando da recuperação dos rendimentos reais e de uma postura orçamental relativamente acomodática, apesar da fraqueza persistente do investimento empresarial. Para 2026, a OCDE projeta um crescimento de 1,2%, com uma ligeira aceleração para 1,4% em 2027. A inflação média situou-se em 2,1% em 2025, devendo convergir para valores próximos da meta de 2% nos próximos anos. O Banco Central Europeu prosseguiu o ciclo de flexibilização monetária até junho de 2025, mantendo posteriormente as taxas inalteradas, num contexto de elevada incerteza externa e fragmentação política interna.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

A economia portuguesa registou um crescimento de 1,9% em 2025, refletindo a resiliência do mercado de trabalho, a robustez do consumo privado e a aceleração da execução dos fundos europeus, apesar de um enquadramento externo menos favorável e de episódios de instabilidade política interna. A inflação média harmonizada fixou-se em 2,3%, mantendo uma trajetória de convergência. Para 2026, o Banco de Portugal antecipa uma aceleração do crescimento para 2,3%, sustentada pela procura interna e pelo investimento associado ao Plano de Recuperação e Resiliência, embora se antecipe uma perda de dinamismo nos anos seguintes com o término deste ciclo de apoios.

No que respeita à China, enquanto um dos maiores consumidores e importadores de pasta a nível global, a evolução da sua economia continua a ter um impacto relevante na procura internacional e na formação de preços. Em 2025, a economia chinesa cresceu 5%, apoiada sobretudo pelo desempenho robusto da primeira metade do ano e por medidas de estímulo ao consumo, como os programas de renovação de bens duradouros. No entanto, o crescimento foi condicionado por desafios estruturais persistentes, nomeadamente a crise prolongada no setor imobiliário, o investimento privado contido e as crescentes fricções comerciais globais. Para 2026, a OCDE prevê uma desaceleração do crescimento para 4,4%, refletindo a elevada taxa de poupança das famílias, a necessidade de gestão do excesso de capacidade industrial e um contexto externo mais exigente.

Fonte: IMF - Informação de Mercados Financeiros, Relatório de Enquadramento Macroeconómico em 2025 e Cenário para 2026, 20 de fevereiro de 2026

Desempenho Financeiro

Durante 2025, as receitas totais do Grupo Altri atingiram cerca de € 702,8 M, um decréscimo de 17,8% face a 2024. Este decréscimo é, essencialmente, atribuível a uma evolução pouco favorável dos preços da pasta Hardwood no ano (-12% em USD e -15% em EUR). Os volumes de produção e de vendas ficaram praticamente inalterados, apesar dos desafios de um ambiente global menos favorável para o setor durante 2025.

O Grupo Altri registou um EBITDA de € 94,1 M em 2025, 56,9% inferior a 2024, correspondendo a uma margem EBITDA de 13,4%, o que se traduz numa redução de 12,1 p.p. face ao período homólogo. O Resultado Líquido reportado em 2025 atingiu € 21,4 M, uma redução de 80,1% face a 2024.

De salientar que o Grupo Altri continuou a registar uma evolução positiva dos níveis de eficiência que se traduziram numa melhoria, pelo segundo ano consecutivo, dos custos variáveis de produção.

Os resultados financeiros foram de € -24,1 M em 2025, em comparação com € -19,9M em 2024. Esta evolução deve-se, essencialmente, ao impacto negativo das diferenças de câmbio, em consequência da contínua desvalorização do USD ao longo do ano, mitigado pelo efeito positivo dos instrumentos de cobertura cambial e pelo efeito positivo do menor valor de juros suportados.

Destaques da Demonstração de Resultados de 2025

€ M	2025	2024	Var.%
Fibras Celulósicas	553,8	710,4	-22,0%
Outros ¹	149,0	144,9	2,8%
Receitas totais	702,8	855,3	-17,8%
EBITDA	94,1	218,3	-56,9%
Margem EBITDA	13,4%	25,5%	-12,1 pp
EBIT	48,4	157,7	-69,3%
Margem EBIT	6,9%	18,4%	-11,5 pp
Resultados Financeiros	-24,1	-19,9	-21,4%
Imposto sobre o Rendimento	-3,7	-31,3	88,0%
Resultado líquido²	21,4	107,2	-80,1%

¹Outros: inclui essencialmente i) venda de biomassa residual e prestação de serviços de operação e manutenção às centrais de biomassa da Greenvolt em Portugal e ii) venda de Energia Elétrica relacionada com o processo de produção de fibras celulósicas.

²Atribuível aos detentores de capital próprio da empresa-mãe.

Nota: Informação financeira de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IFRS-UE)

Nota: Variação de valores não arredondados

Investimento

O investimento líquido total (i.e., pagamentos no período relativos a aquisições de ativos fixos tangíveis) realizado pelo Grupo Altri em 2025 foi de € 48,4 M, o que compara com € 30,0 M no período homólogo.

€ M	2025	2024	2023	2022	2021
Investimento líquido total	48,4	30,0	60,7	45,3	26,1

Dívida

A dívida líquida do Grupo Altri atingiu € 329,0 M no final de 2025, o que compara com € 213,6 M no final de 2024.

A evolução durante o ano de 2025 é devida, sobretudo, a um aumento já expectável no nível de investimento relacionado com os vários projetos de diversificação (conversão para DWP na Biotek, recuperação e valorização de ácido acético e furfural e as aquisições da participação maioritária na AeonIQ e da Greenalia Forest e Logistics).

Este nível de dívida equivale a um rácio de Dívida Líquida/EBITDA LTM de 3,5x. A dívida líquida total, (i.e., ao acrescentar o passivo da locação), era cerca de € 419,4 M no final de 2025. O Grupo Altri apresentava um peso de dívida remunerada a taxa fixa (incluindo contratos de swaps de taxa de juro) de 46%, no final de 2025.

€ M	2025	2024	2023	2022	2021
Dívida Líquida	329,0	213,6	356,7	325,8	344,0

Evolução Bolsista

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DO TÍTULO ALTRI E DO PSI (%)



(Nota: O PSI foi considerado como um índice com valor inicial idêntico ao do título em análise, de forma a possibilitar uma melhor comparação das variações das cotações.)

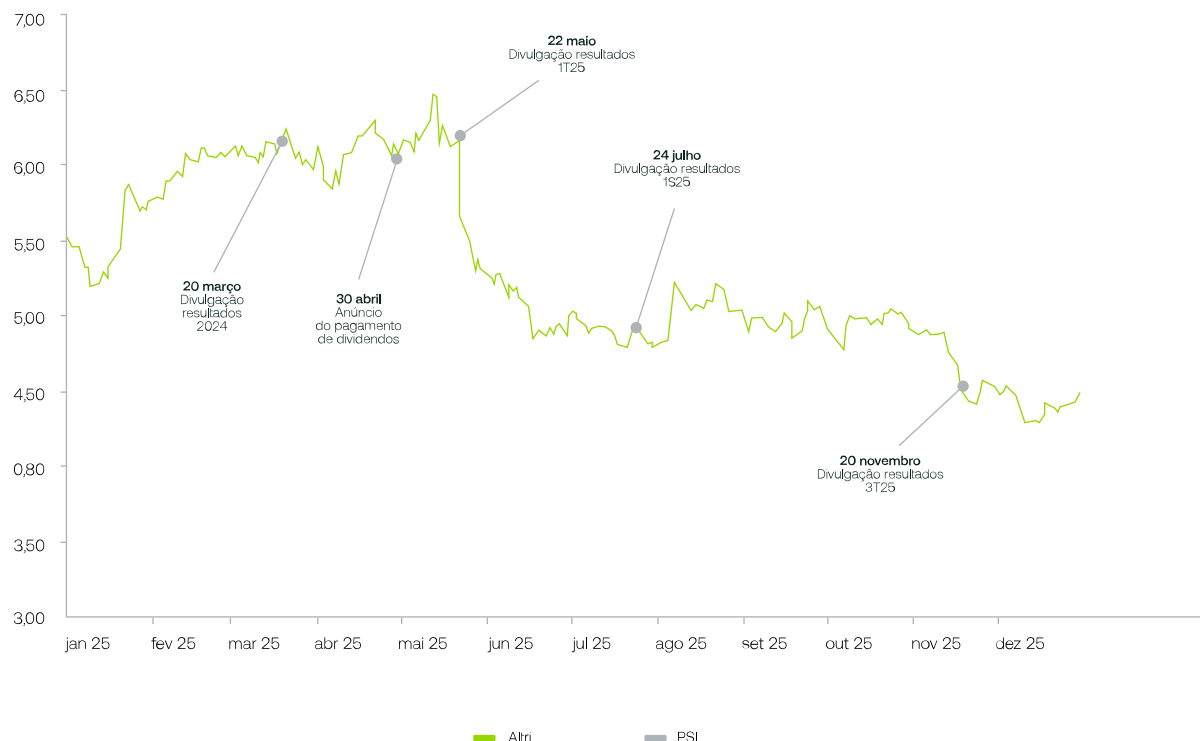
A cotação bolsista da Altri encerrou o ano de 2025 nos 4,50 Euros por ação. A capitalização bolsista no final de 2025 era de cerca de 923,1 milhões de Euros.

Durante o ano de 2025, as ações da Altri foram transacionadas a uma cotação máxima de 6,47 Euros por ação e a mínimos de 4,29 Euros por ação. No total, foram transacionadas cerca de 100,2 milhões de ações da Altri naquele período, o que equivale a 48,9% do capital emitido.



Os principais eventos que marcaram a evolução dos títulos do Grupo durante o exercício de 2025 podem ser descritos cronologicamente do seguinte modo:

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA ALTRI



- ▶ No dia 20 de março de 2025, o Grupo anunciou a performance financeira relativamente ao exercício de 2024, fixando-se o resultado líquido consolidado em 107,2 milhões de Euros. As receitas totais consolidadas ascenderam a 855,3 milhões de Euros e o EBITDA consolidado foi de 218,3 milhões de Euros. Naquela data, as ações encerraram a cotar nos 6,16 Euros por ação;
- ▶ No comunicado efetuado a 30 de abril de 2025, a Altri informou o mercado que os dividendos relativos ao exercício de 2024 seriam pagos a partir de 19 de maio de 2025. Os dividendos distribuídos corresponderam a um dividendo em numerário de € 0,30 por ação;
- ▶ Através do comunicado efetuado a 22 de maio de 2025, o Grupo publicou os resultados do primeiro trimestre de 2025. No decorrer

deste período as receitas totais consolidadas ascenderam a 203,6 milhões de Euros, o EBITDA atingiu cerca de 29,4 milhões de Euros e o resultado líquido consolidado fixou-se nos 7,6 milhões de Euros;

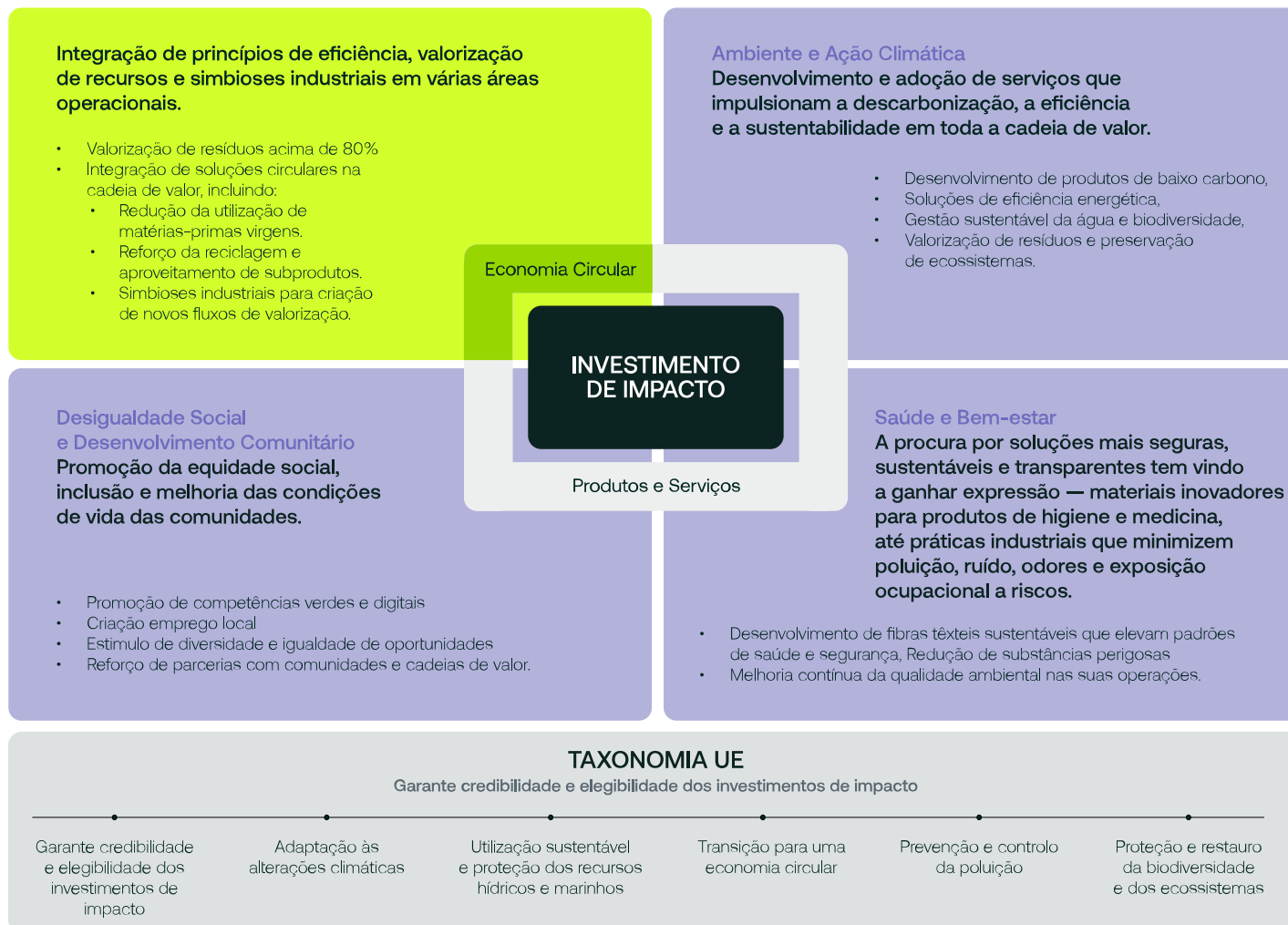
- ▶ A 24 de julho de 2025, a Altri comunicou ao mercado os resultados do 1.º semestre de 2025, tendo apresentado receitas totais de cerca 373,0 milhões de Euros, EBITDA de 57,6 milhões de Euros e resultado líquido consolidado de cerca de 14,0 milhões de Euros;
- ▶ No dia 20 de novembro de 2025, foram divulgados os resultados do 3.º trimestre. Nos primeiros 9 meses do ano, o Grupo atingiu receitas totais de 537,7 milhões de Euros, o EBITDA foi de 69,3 milhões de Euros e o resultado líquido consolidado de 12,4 milhões de Euros.

Taxonomia Verde e Investimento Responsável

Investimento de Impacto

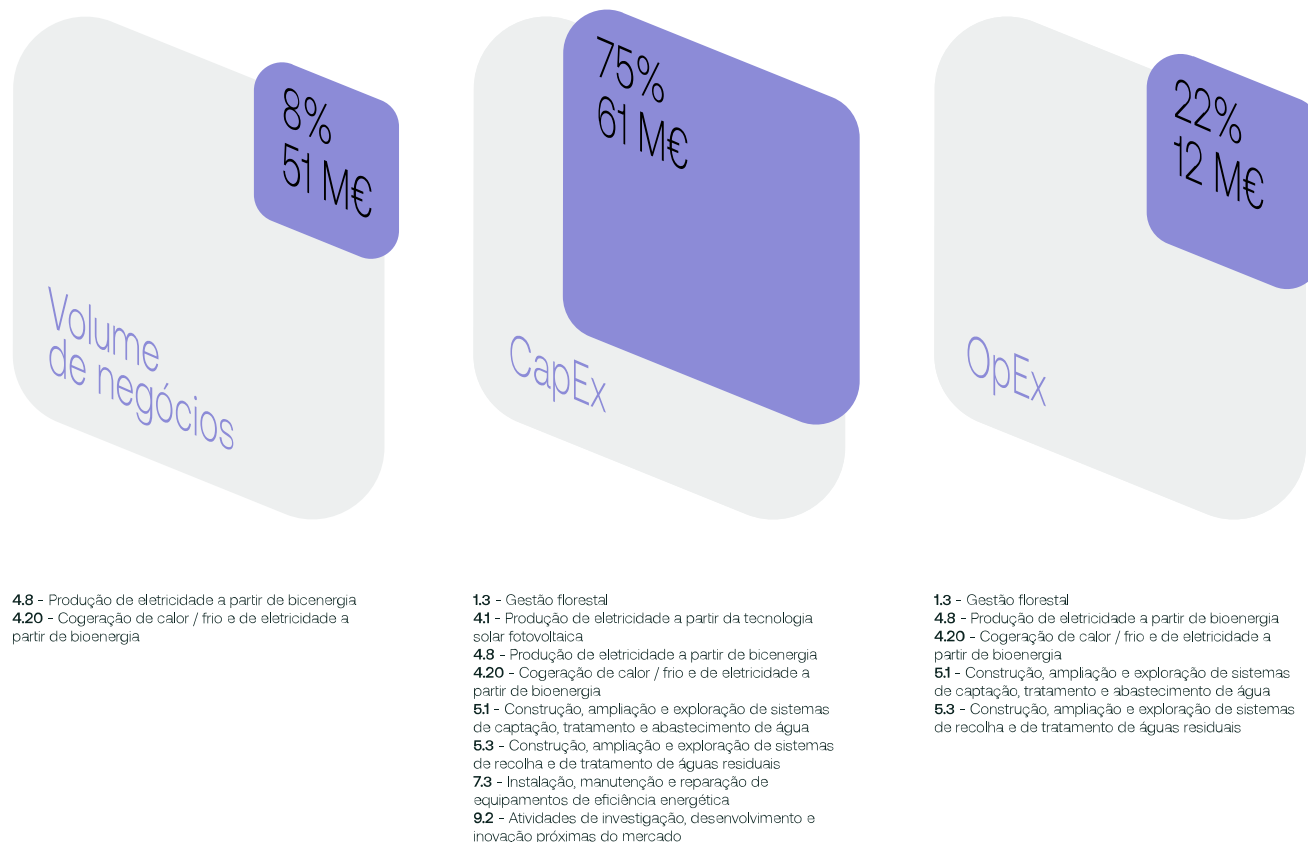
O cenário económico de 2025 demonstra uma evolução clara nas prioridades dos investidores, que têm vindo a concentrar cada vez mais capital em soluções capazes de gerar valor financeiro e impacto socioambiental mensurável. Este movimento é visível no aumento da procura por fundos

sustentáveis e de impacto, alicerçado na convicção de que o desenvolvimento económico deve caminhar lado a lado com a mitigação das alterações climáticas, a redução da desigualdade social e a promoção da saúde pública.



Taxonomia Verde

O alinhamento com a **Taxonomia da União Europeia** (Regulamento Delegado (UE) 2021/2178) manteve-se como componente central da gestão financeira sustentável em 2025, reforçando os esforços do plano de transição e de reporte não financeiro.



A estratégia da Altri incorpora cada vez mais elementos que respondem às expectativas dos investidores orientados para impacto:

- ▶ **Produtos sustentáveis de nova geração**, como fibras têxteis renováveis, que contribuem para a saúde e bem-estar dos consumidores e reduzem a dependência de recursos fósseis.
- ▶ **Transformação ambiental profunda**, com metas validadas pela SBTi e um plano de descarbonização que acompanha as ambições do Acordo de Paris.
- ▶ **Compromisso social ativo**, promovendo capacitação, inclusão, segurança no trabalho e relações fortalecidas com comunidades locais e cadeia de valor.

Investimento Responsável (Green Bonds)

Para um investimento mais responsável, as empresas têm à disposição instrumentos como as obrigações verdes (Green Bonds), que representam uma forma de captação de recursos diferentes das tradicionais ações e obrigações. As obrigações verdes destacam-se pelo seu propósito: angariar capital para projetos ambientais.

Em novembro de 2023, o Grupo Altri obteve um financiamento de 50 milhões de Euros, através da emissão de Obrigações Verdes (Green Bonds), com uma maturidade de cinco anos, até 2028, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de spread, para refinarçar o Projeto “Caima Go Green”.

Em outubro de 2025, o Grupo Altri obteve um financiamento de 50 milhões de euros através da emissão de obrigações verdes, com maturidade de até oito anos, totalmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos e organizadas pelo CaixaBI, para financiar a conversão da unidade da Biotek, em Vila Velha de Ródão, para a produção de fibras solúveis destinadas sobretudo à indústria têxtil, mas também aos setores farmacêutico, alimentar, de higiene e de embalagens.

Alinhadas com os Princípios de Obrigações Verdes da International Capital Market Association e com uma Second Party Opinion positiva da Sustainalytics, as operações visam apoiar a transição para biomateriais que substituem fibras de origem fóssil, respondendo à crescente procura por produtos sustentáveis e à menor pegada ambiental. O projetos reforçam o posicionamento da Altri como produtor de referência na Europa e o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a estratégia “Compromisso 2030”.

O processo de emissão de obrigações exige transparência e divulgação de informações financeiras detalhadas, atendendo a requisitos específicos do mercado e envolvendo reguladores, verificadores e investidores. Para além de avaliar as típicas características financeiras, como a maturidade, o preço e a qualidade de crédito do emitente, os investidores avaliam também o objetivo ambiental específico dos projetos que as obrigações pretendem apoiar. Em particular, as obrigações verdes têm atraído investidores do crescente segmento centrado no investimento sustentável e responsável, bem como investidores que incorporam critérios ESG como parte da sua análise de investimento.

Com o objetivo de reforçar a transparência com o mercado foi, ainda, efetuada uma verificação externa adicional aos relatórios de alocação, por parte da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.. Os respetivos relatórios e declarações de verificação correspondentes podem ser consultados nos anexos [J. Relatório Obrigações Verdes](#), [K. Relatório Sustainalytics \(Green Bonds Second Party Opinion\)](#) e [L. Relatórios de Verificação Externa \(Green Bonds\)](#).



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Impulsionar a Ação Climática

Neutralidade Carbónica

Em 2025, o Grupo submeteu o seu compromisso com a neutralidade carbónica ao Science Based Target initiative (SBTi), consolidando metas baseadas na ciência para os três âmbitos de emissões. O **Plano de Transição Climática**, atualizado no último trimestre, orienta a descarbonização até 2030 e estabelece os alicerces para a neutralidade carbónica a longo prazo.

Movimento Global Rumo às Emissões Zero

À medida que estas metas se tornam vinculativas, o panorama económico está a reconfigurar-se: o capital começa a deslocar-se progressivamente da economia fóssil para alternativas de baixo carbono, moldando novos mercados, tecnologias e modelos de negócio. A Altri comprometeu-se a definir metas de emissão líquida zero, reforçando a ambição do Acordo de Paris e consolidando o Net Zero como a norma estratégica dominante das próximas décadas.

Ao longo dos anos, têm sido estudadas e implementadas várias abordagens para limitar as emissões de CO₂. A trajetória para a neutralidade carbónica tem sido sublinhada nas reflexões internas sobre o caminho da Altri para o Net Zero, onde a necessidade de investimentos significativos em tecnologias limpas, eficiência energética e eletrificação é reiterada.

O Papel da Altri Neste Novo Paradigma

A estratégia da Altri está alinhada com o realinhamento global do capital e posiciona o Grupo como destinatário natural de investimento verde, através de:

- ▶ compromissos sólidos com o Net Zero,

- ▶ redução das emissões em toda a cadeia de valor,
- ▶ expansão de produtos de base renovável que substituem alternativas fósseis,
- ▶ integração de práticas regenerativas na floresta,
- ▶ inovação contínua em processos industriais de baixo carbono.

Os roadmaps e metas, validados pela SBTi, demonstram a ambição e credibilidade do percurso da Altri rumo à neutralidade carbónica

Transição Energética e Eletrificação

Estima-se que, na próxima década, as energias renováveis se tornem custo-eficientes para assegurar mais de 50% da procura mundial de eletricidade, quando comparadas com a produção de energia baseada em combustíveis fósseis. Esta mudança significará também complementar a transição que está a ocorrer na eletrificação dos processos industriais existentes, da mobilidade e dos consumos energéticos que estão no centro da estratégia da Altri.

Os planos de descarbonização internos, com impacto nas emissões de âmbito 1&2 reforçam esta tendência com apostas em:

- ▶ eletricidade renovável,
- ▶ autoprodução energética,
- ▶ substituição de combustíveis fósseis por alternativas renováveis,
- ▶ otimização energética em processos produtivos.

Plano de Transição Climática

A transição energética é hoje um dos pilares mais críticos analisados pelos investidores. A capacidade de apresentar um plano claro, mensurável, cientificamente alinhado e sujeito a revisão contínua tornou-se um fator determinante para a atratividade da Altri enquanto investimento sustentável.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Clareza

A Altri definiu um roteiro de descarbonização robusto, em linha com as orientações nacionais e europeias, incluindo o Plano Nacional Energia e Clima 2030, que enquadra as metas nacionais para a redução das emissões e aumento da eficiência energética. A elaboração do Plano de Transição Climática da Altri permitiu obter uma perspetiva global sobre as emissões de carbono nos vários setores industriais, bem como sobre a forma como a transição energética está a colmatar as lacunas existentes. Em 2026 será o ano de elaboração do Plano de Ação, que permitirá transformar esta visão em compromissos concretos, priorizando a eletrificação dos processos industriais, a otimização logística, a redução de emissões na cadeia de valor e o desenvolvimento de produtos de baixo carbono. O documento reflete, internamente e perante o mercado, um caminho claro e estruturado para a neutralidade carbónica.

Mensurabilidade

É de extrema importância a recolha de indicadores robustos e quantificáveis que permitam avaliar o impacto real do plano. Assim, o plano da Altri integra metas anuais e de longo prazo, tais como:

- ▶ aumento progressivo da energia renovável no mix energético,
- ▶ redução absoluta e relativa das emissões de âmbito 1, 2 e 3,
- ▶ metas para combustíveis de baixa intensidade carbónica,
- ▶ KPIs associados à economia circular, logística sustentável e produtos de baixo carbono.

Estes indicadores são monitorizados regularmente e suportados por sistemas de dados que asseguram robustez e fiabilidade.

Credibilidade e Auditoria Externa

A credibilidade do plano é reforçada pela sua validação pela SBTi e pela revisão contínua num contexto de rápida evolução tecnológica. A integração de parceiros, fornecedores e clientes no processo de transição energética

demonstra um compromisso abrangente com toda a cadeia de valor. Este rigor é valorizado pelos investidores, que encontram na Altri um roteiro de descarbonização transparente, auditável e alinhado com práticas internacionais.



1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Compromissos e Metas SBTi



A Altri comprometeu-se a reduzir as emissões absolutas de GEE de âmbito 1 e 2 em 43% até 2030 com um ano de base de 2020. A Altri também se comprometeu a reduzir as emissões absolutas de GEE de âmbito 3 de bens e serviços adquiridos, de atividades relacionadas com combustíveis e energia, de transporte e distribuição a montante, de resíduos produzidos nas operações, do transporte e distribuição a jusante e da transformação de produtos vendidos em 13% em relação ao ano base de 2020.

A ambição de âmbito 1 e 2 representa uma redução específica de 51%. A ambição no âmbito 3 representa uma redução específica de 25%.

No o reporte anual, são incluídas as categorias 1, 3, 4, 5, 9 e 10 de GEE e informação sobre o reservatório de carbono na floresta.

Em 2025, o Grupo comprometeu-se a submeter à Science-Based Target Initiative um objetivo **Net Zero**, que significa redução absoluta nos âmbitos 1, 2 e 3, com um mínimo de ambição de 1,5°C alinhado com o SBTi Net Zero Standard para o curto e longo prazo.

COMPANY	NEAR-TERM STATUS	NET-ZERO STATUS	ORGANIZATION TYPE
Altri SGPS S.A. Portugal, Europe	TARGETS SET	COMMITTED	Corporate

Com esta ambição, a Altri é um membro do Business Ambition for 1,5°C.

ACTION	COMMITMENT TYPE	STATUS	TARGET	SCOPE	TARGET CLASSIFICATION	BASE YEAR	TARGET YEAR	DATE PUBLISHED
Target	NA	NA	Near-term	1+2	15°C	2020	2030	2022-06-11
Target	NA	NA	Near-term	1+2	15°C	2020	2030	2022-06-11
Target	NA	NA	Near-term	3	NA	2020	2030	2022-06-11
Target	NA	NA	Near-term	3	NA	2020	2030	2022-06-11
Commitment	Net-zero	Active	-	-	-	-	-	2025-02-27

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Principais Ações em 2025

► Adoção e revisão das metas SBTi, incluindo preparação para Net-Zero e integração das categorias FLAG.

- Mapeamento das principais emissões e identificação de categorias prioritárias de âmbito 3

Categorias Prioritárias:

- C1 Químicos adquiridos
- C1 Madeira e Biomassa adquiridos
- C1 Fitofármacos adquiridos
- C4 Logística - Transporte de Químicos
- C4 Logística - Transporte de Madeira e Biomassa
- C9 Logística - Transporte de Produto Final

- Melhorar as fontes de dados de âmbito 3

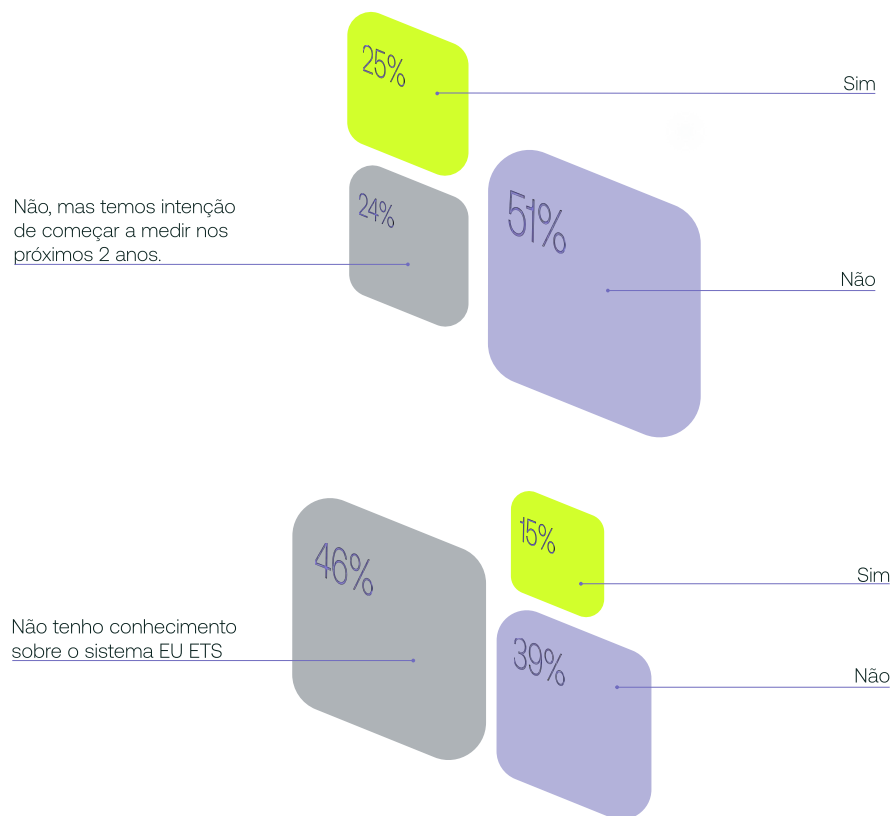
Envolvimento com a cadeia de valor para recolha de informação de dados diretos do fornecedor. Da análise da maturidade da cadeia de valor foram identificadas várias lacunas às quais a Altri terá de acompanhar através de ações específicas, como demonstrado nos gráficos seguintes. Os resultados revelam que apenas 15% das empresas que responderam ao questionário têm conhecimento sobre o CELE e apenas 25% medem as emissões, revelando um estado de maturidade bastante precário na cadeia de valor, relativamente aos temas de Ação Climática.

► Avaliação da Maturidade da cadeia de valor - questionários.

- Maturidade em metas de redução de emissões

A avaliação revela que apenas uma parte mais reduzida dos fornecedores Altri já realizam uma monitorização das suas emissões de CO₂, o que evidencia um caminho a percorrer na adoção de práticas de gestão e controlo das emissões.

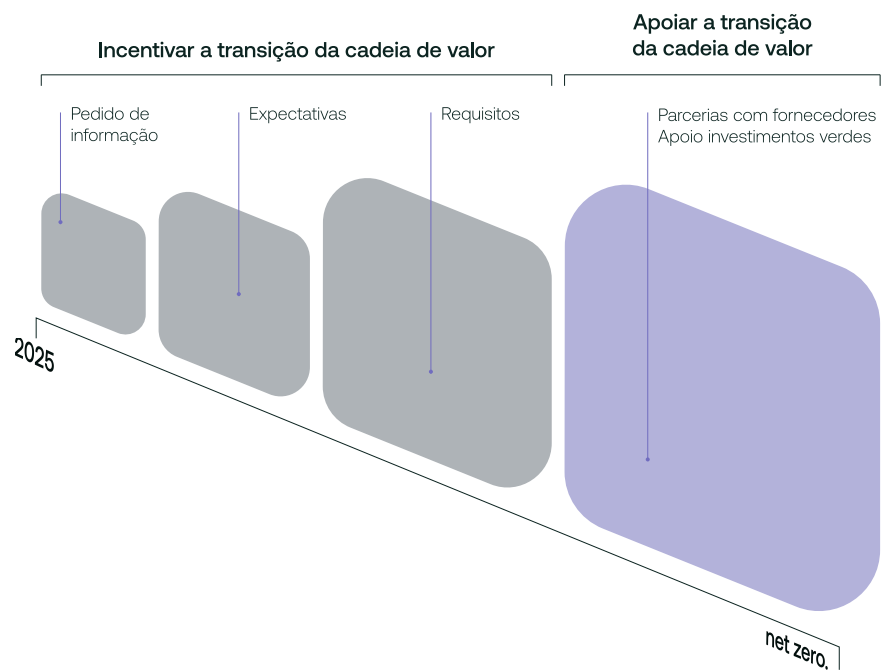
EMPRESAS QUE MEDEM AS EMISSÕES DE CO₂



Deste modo, todo o Plano de Ação na cadeia de valor, de modo a mitigar as emissões de âmbito 3 e incentivando a transição da cadeia de valor para a descarbonização, é composta por várias fases e considera vários elementos.



PLANO DE AÇÃO



Algumas ações já realizadas durante o ano de 2025 compreendem as seguintes atividades:

- ▶ Formação Workshop Dia da Sustentabilidade;
- ▶ Parcerias com fornecedores;
- ▶ Apoios ao investimento.



Vídeo Dia da
Sustentabilidade
2025



1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Soluções Climate Positive: Natureza, Inovação e Desempenho Operacional

CAPITAL NATURAL E BIODIVERSIDADE

Implementação contínua da Estratégia de Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas (Altri Diversity), com gestão e monitorização das áreas de conservação baseadas em avaliações ecológicas.

Manutenção e melhoria de habitats prioritários, áreas de elevada biodiversidade e zonas críticas para espécies ameaçadas.

Projetos complementares de valorização ambiental e socioeconómica, incluindo produção de mel, medronho e cogumelos, reforçando o envolvimento com comunidades locais.

Integração de princípios de não degradação florestal e rastreabilidade total do abastecimento de madeira.

GESTÃO DE RECURSOS E RESÍDUOS

Práticas circulares, redução do uso de matérias-primas virgens, promoção da reciclagem e simbioses industriais.

Eficiência energética, aumento do consumo de eletricidade renovável e integração de garantias de origem.

Gestão sustentável da água, energia e resíduos, com forte foco na redução da pegada de carbono associada às operações e à cadeia de fornecedores.

CIRCULARIDADE E NOVAS MATÉRIAS-PRIMAS REGENERATIVAS

Valorização e reutilização de resíduos industriais.

Novos produtos de baixo carbono.

Substituição de matérias-primas fósseis por fibras, biomateriais e bioquímicos.

Integração de práticas regenerativas na gestão florestal.

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E INOVAÇÃO CLIMÁTICA

Captura e armazenamento de carbono (CCUS).

Soluções baseadas na natureza.

Tecnologias de remoção de GEE.

Inteligência artificial aplicada à descarbonização.

Apesar da maturidade variável destas tecnologias, a Altri acompanha estes desenvolvimentos com prudência e visão de longo prazo.

TRANSPORTE E LOGÍSTICA INTELIGENTES

Digitalização e otimização de rotas para redução de emissões e custos logísticos.

Promoção da mobilidade elétrica ou híbrida nas operações.

Logística sustentável otimização de rotas, transição para modos de transporte de baixo carbono e uso crescente de veículos elétricos e biocombustíveis.

Abordagem integrada na cadeia de valor, reforçando práticas de compra sustentável e monitorização das emissões associadas (âmbito 3).

SOLUÇÕES CLIMATE POSITIVE

Silvicultura regenerativa e práticas florestais de excelência, capazes de atuar como sumidouros de carbono, promover a regeneração dos solos e aumentar a resiliência dos ecossistemas.

Sistemas agroflorestais, silvopastoris e pastoreio rotacional, promovendo a restauração do capital natural e a captura adicional de carbono.

Circularidade e inovação, com foco em valorização de resíduos, simbioses industriais para criação de novos agroquímicos e desenvolvimento de produtos de baixo carbono.

Programas de parceiros e fornecedores, incentivando a adoção de metas científicas e novas soluções de remoção de carbono na cadeia de valor.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cenários Climáticos

Nos próximos cinco anos, espera-se uma mudança estrutural no sistema financeiro global: a maioria dos Bancos Centrais deverá introduzir encargos de capital associados às emissões de carbono.

Isto significa que instituições financeiras terão de reservar mais capital quando financiam empresas com elevadas emissões ou exposição a riscos climáticos — elevando diretamente o custo do capital para negócios com perfis de poluição mais intensivos.

Os testes de stress-climático analisam a resiliência da empresa face a cenários climáticos adversos, incluindo:

- ▶ aumento de custos de carbono,
- ▶ eventuais restrições regulatórias,
- ▶ danos físicos relacionados com clima extremo,
- ▶ transição acelerada para economias de baixo carbono.

A Altri já trabalha de forma estruturada estes temas, nomeadamente através da necessidade de identificar efeitos financeiros previstos relacionados com poluição e emissões — exigência integrada na narrativa regulatória ESRS. Mais informação consultar [Anexo F. Task Force on Climate-Related Financial Disclosures \(TCFD\)](#).

Plano de Transição Climática

O Plano de Transição Climática da Altri incorpora:

- ▶ investimentos em energias renováveis,
- ▶ redução de emissões nos âmbitos 1, 2 e 3,
- ▶ soluções circulares e de baixo carbono,

- ▶ envolvimento de fornecedores com metas de descarbonização.

Estas medidas reforçam a resiliência da empresa perante futuros encargos de capital associados ao carbono.

A Altri, através do seu Plano de Transição Climática, gestão ativa de riscos ambientais e reporte estruturado de impactos financeiros, está a preparar as bases necessárias para um futuro onde resiliência climática e resiliência financeira serão inseparáveis.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

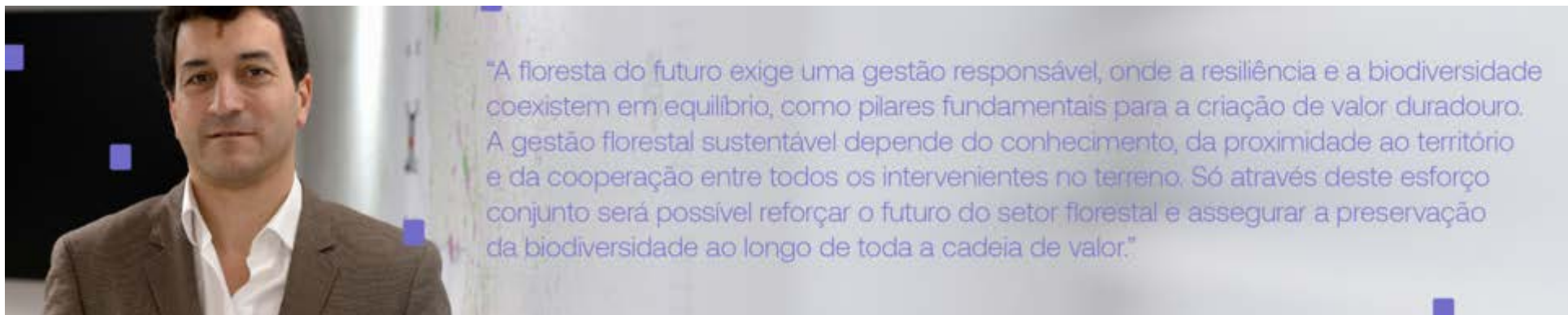
5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Desenvolver a Floresta com Responsabilidade



Miguel Silveira ADMINISTRADOR EXECUTIVO ALTRI | ÁREA FLORESTAL

O VALOR DA FLORESTA

Área total sob gestão: **102 595 ha**

Certificação FSC/PEFC: **80%**

Área de Conservação (ha/%): **12 000 (12%)**

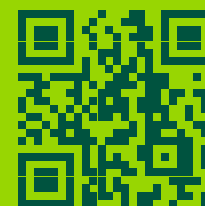
N.º de Plantas autóctones disponibilizadas
(Viveiros Furadouro): **88 878 em 2025**



O IMPACTO DA GESTÃO DA ALTRI FLORESTAL NO TERRITÓRIO

Diário da Floresta

A Altri, lançou em 2025 a websérie documental "**Diário da Floresta**", um projeto que percorre Portugal para dar visibilidade às práticas de gestão florestal sustentável.



Participação Assembleia Geral FSC - Panamá

A Altri esteve presente na última Assembleia Geral de 2025 do Forest Stewardship Council (FSC) Internacional com o plenário a explorar o **papel do FSC no clima e na biodiversidade**, em preparação para a **Estratégia Global 2027-2032**.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Da Floresta à Pasta - Abastecimento de Madeira e Biomassa Residual

WoodChain

A Altri, consciente dos desafios de rastreabilidade da sua matéria-prima, colaborou no desenvolvimento de uma plataforma de rastreabilidade de madeira certificada (WoodChain) desenvolvida pela Deloitte e utilizada pela Biond e seus associados. Esta plataforma baseia-se na tecnologia blockchain.

A WoodChain é um portal utilizado pelas entidades detentoras de certificados de gestão florestal, com o objetivo de melhorar a rastreabilidade da madeira certificada rececionada nas unidades fabris. Este portal permite a emissão de códigos de barra únicos utilizados por cada transporte de madeira certificada no seu trajeto até à fábrica. O código disponibiliza informação relevante não só sobre a origem da madeira, mas também sobre a quantidade estimada extraída da floresta.

À chegada à fábrica, os códigos de barras são lidos e o sistema realiza vários controlos cruzados para garantir que a madeira é certificada. Cada código de barras corresponde a um camião de transporte e, desde a sua implementação, esta solução já monitorizou mais de 250 mil camiões de madeira.



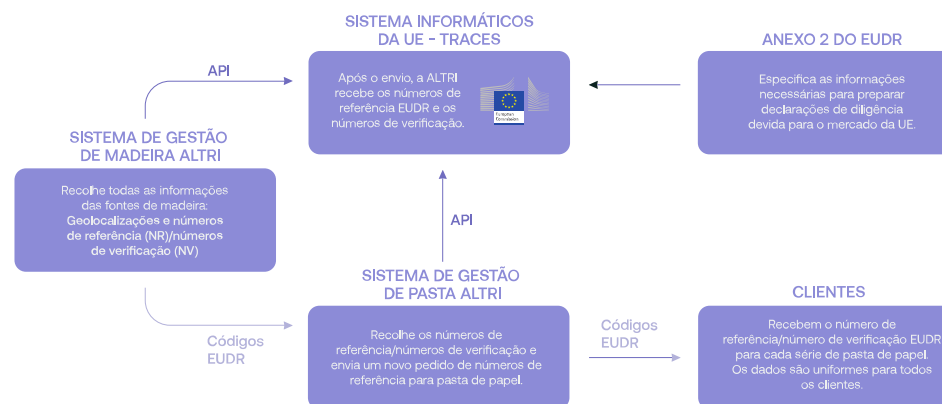
EUDR

Durante 2025 a Altri colaborou com as Autoridades Competentes (ICNF) e os seus pares no desenvolvimento de uma solução de rastreabilidade adaptada para os desafios do regulamento EUDR.

Promoveu-se, assim, a interoperabilidade entre o Sistema de Informação do Corte de Árvores (SICORTE) e o “Trade Control and Expert System” (TRACES), o que permitirá aos fornecedores de madeira portugueses uma fácil adaptação às exigências do Regulamento.

Os Sistemas de Gestão da ALTRI também foram redesenhados para garantir a rastreabilidade e interoperabilidade com o sistema de informação TRACES.

A Altri preparou-se assim para garantir o cumprimento do EUDR, estando atualmente a entregar aos seus clientes as declarações de diligência devida EUDR nos seus produtos – Madeira e Pasta.



Certificação da Biomassa Residual SBP

Em 2025 o Grupo Altri, através da empresa Altri Abastecimento de Biomassa, obteve a sua primeira certificação SBP (Sustainable Biomass Program), associada à certificação da biomassa florestal residual. Os sistemas de gestão deverão ser utilizados pelos operadores económicos como forma de



demonstrar que a origem da biomassa residual assegura a sua sustentabilidade, devendo ser sistemas precisos, fiáveis e creíveis.

A certificação SBP comprova que a biomassa residual utilizada é proveniente de fontes legais e sustentáveis, e que se encontra em conformidade com os critérios de sustentabilidade definidos na diretiva europeia das energias renováveis (REDIII).

Este, é mais um passo dado pelo Grupo no sentido de aumentar a sustentabilidade do seu abastecimento.

Madeira Certificada

O compromisso do Grupo Altri com os sistemas de gestão e certificação implementados na sua cadeia de abastecimento reflete uma visão estratégica assente na sustentabilidade. Esta abordagem, transversal à atividade, aos processos de gestão e à cadeia de valor, tem sido essencial para o seu crescimento sustentado, para o reconhecimento no setor e para a consolidação da sua posição no mercado.

Em 2025, mais de 80% da madeira adquirida pelo Grupo para as suas unidades fabris foi certificada ao abrigo dos referenciais normativos FSC® e PEFC. Um valor crescente nos últimos anos, que demonstra a preocupação do Grupo em garantir critérios de sustentabilidade no seu abastecimento. Salientamos ainda que mais de 23% da madeira adquirida teve origem em áreas geridas pela Altri Florestal, um dos maiores fornecedores do Grupo.

A Altri Florestal é ainda membro das duas associações nacionais que representam o FSC® e PEFC, contribuindo assim ativamente para a construção, atualização ou revisão de documentos normativos quer relacionados com a gestão florestal quer com a cadeia de custódia.

Programa Altri Parceiros

A Altri Florestal criou o programa Altri Parceiros que tem como objetivo promover a cooperação entre os setores público e privado, onde se pretende mobilizar organizações de diferentes áreas para fomentar a gestão ativa da

floresta, aumentando e potenciando a disponibilidade de madeira no mercado, contribuindo para a resiliência e vitalidade dos territórios e preparar a floresta para os desafios ambientais e económicos de futuro.

O Programa Altri Parceiros tem como missão criar parcerias entre a indústria e entidades do setor florestal, incentivando a partilha de conhecimento e a cooperação estratégica, fomentar soluções adaptadas às necessidades específicas dos diferentes intervenientes do setor florestal para a criação de valor a médio e longo prazo e criar proximidade com as comunidades e partes interessadas.

O Altri Parceiros com vista à adequada estruturação e operacionalização das suas iniciativas, organiza-se em eixos de atuação que constituem referenciais orientadores para o desenvolvimento e implementação do mesmo, designadamente:



Altri Diversity

Para materialização da sua estratégia de biodiversidade o Grupo criou um programa próprio, denominado Altri Diversity, direcionado para os principais stakeholders e estruturado com objetivos, ações e metas definidos para o período 2018-2030.



Duplicar a área de conservação sob gestão

A Altri estabeleceu o objetivo de atingir 16 000 ha de áreas de conservação sob gestão, seja com a presença de altos valores de conservação, habitats, elevada biodiversidade ou áreas críticas para proteção de espécies ameaçadas, até o ano de 2030. Em 2025, o total de área de gestão dedicada à conservação da biodiversidade atingiu os 12 000 ha.

12 000ha
área de conservação
sob gestão em 2025



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Produzir e plantar um milhão de plantas autóctones

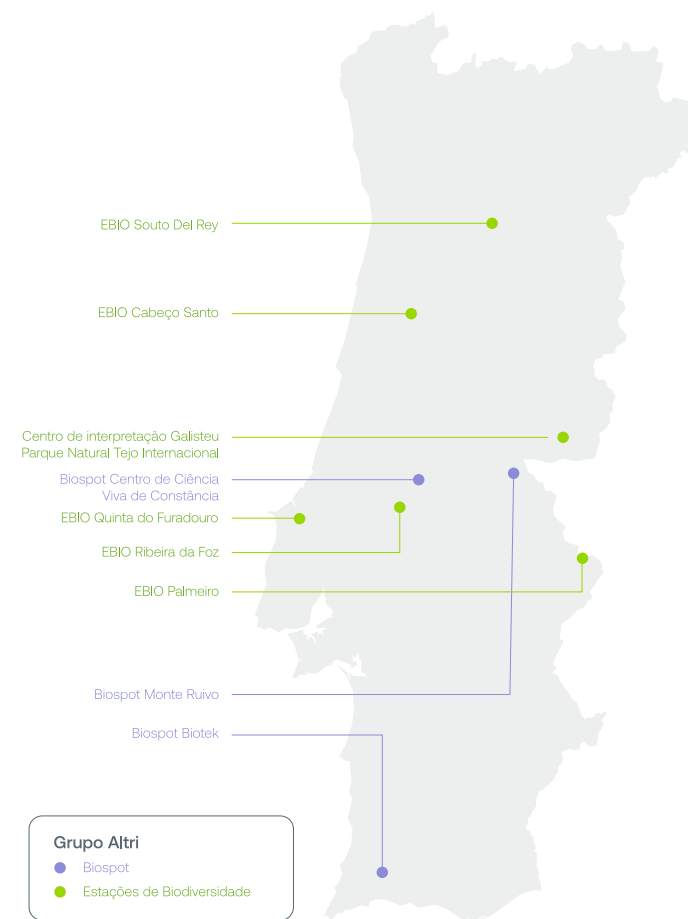
No cumprimento deste objetivo, até o final de 2025, já foram produzidas e vendidas mais de 1 milhão de plantas autóctones pelos Viveiros do Furadouro, principalmente das espécies medronheiro, sobreiro, azinheira, carvalho-roble, carvalho-cerquinho, carvalho-negral, carvalho-de-monchique, freixo, bétula e pinheiro-manso.



Alargar a rede de estações de biodiversidade e *biospots*

As Estações de Biodiversidade e Biospots, projeto em parceria com o Centro de Conservação das Borboletas de Portugal (TAGIS) tem como um dos objetivos a partilha da monitorização da biodiversidade com as comunidades locais e permitir o acesso à fruição de locais com elevado valor natural.

A Altri continua o desenvolvimento e monitorização destes locais, partilhando os registos de monitorização das espécies presentes nas EBIOS/Biospots na plataforma Biodiversity4All.



Conservar e restaurar ecossistemas de alto valor de conservação

O Grupo trabalha na conservação e restauração dos ecossistemas de alto valor de conservação nas suas áreas ou nas áreas envolventes, normalmente com parcerias ou protocolos com organizações locais e regionais de

conservação da natureza. Até 2025, os projetos desenvolvidos que contribuíram diretamente para a conservação e restauro dos valores naturais, foram:



Restauro de habitats através da plantação e reforço de áreas de elevado valor de conservação em Monchique, no âmbito do **projeto Renature Monchique**, em parceria com o GEOTA.



Parceria com Montis (propriedades Costa Bacelo e Vieiro) - implementação do acordo de gestão das áreas de conservação para o **restauro e renaturalização de habitats** de galerias ripícolas e habitats de montanha.



Projeto de identificação e conservação in-situ e ex-situ da flora com grau de ameaça na Região Oeste (Óbidos). Iniciativa integrada na Agenda tranForm (PRR) coordenada pela Altri Florestal.

Parceria com Associação Cabeço Santo no **restauro e erradicação** de invasoras lenhosas no corredor ecológico da Ribeira de Belazaima.

Projetos de proteção da avifauna



O programa Altri Diversity estabelece, desde 2016, parcerias para o desenvolvimento de projetos de proteção da avifauna.



Parceria com a WWF Portugal no projeto Plantar Água para restaurar habitats na Ribeira da Foupana e seus afluentes, na Serra do Caldeirão

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

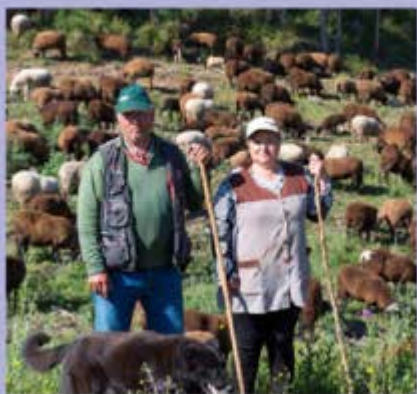
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Integrar outras atividades de valor com a gestão florestal

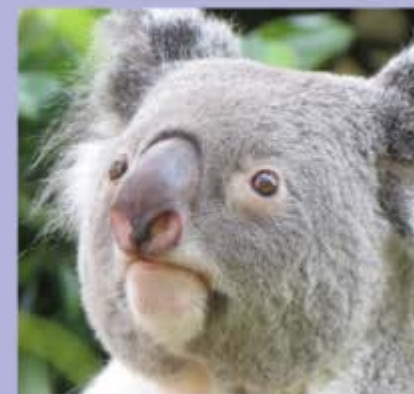
O Grupo Altri pretende a integração de outras atividades de valor com a Gestão Florestal. Até a atualidade, o Grupo desenvolveu projetos, como:



Disponibilização de áreas para pastoreio e realização de contratos de comodato com pastores locais. Projeto piloto Caprinus & Companhia para gestão de combustíveis com cabras (Belver).



Produção própria de mel de eucalipto certificado FSC e desenvolvimento de apiários monitorizados com aplicação das melhores técnicas. Apoio a apicultores com disponibilização de áreas para produção e com a demonstração das melhores técnicas.



Parceria com o Jardim Zoológico de Lisboa focada na alimentação sustentável dos coalas atuais e futuros. Criação de um novo arboreto para garantir, a médio prazo, diversidade alimentar para a nutrição dos coalas.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

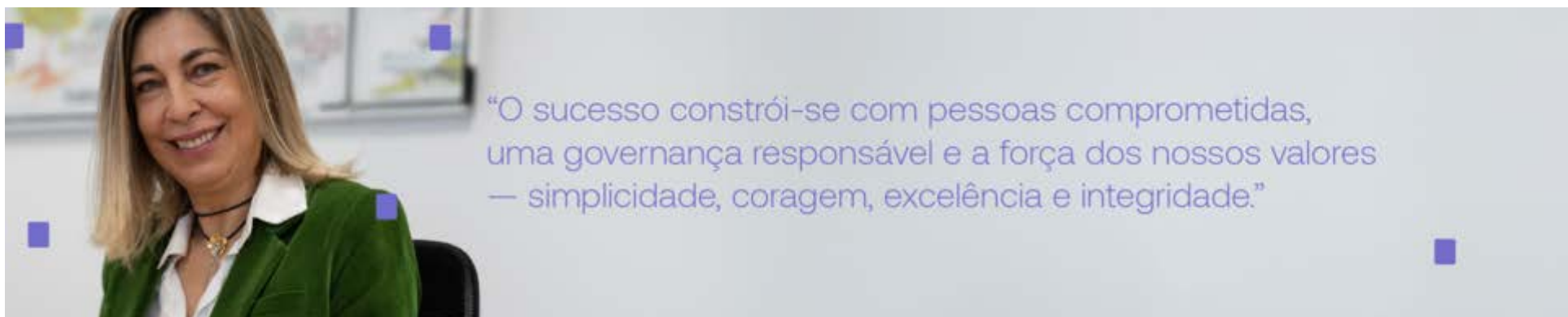
5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Valorizar Pessoas e Comunidades



Sofia Reis Jorge ADMINISTRADORA EXECUTIVA ALTRI | ÁREA PESSOAS E TALENTO, SUSTENTABILIDADE, RISCO E COMUNICAÇÃO

Diversidade

No contexto da Altri, o compromisso com a diversidade não é apenas um valor, mas uma política estruturada e transversal, materializada no Plano para a Igualdade de Género 2025, que assume explicitamente que a promoção da diversidade é “um verdadeiro desígnio do Grupo Altri”.

Equipas Diversas Tomam Melhores Decisões

A presença equilibrada de género, diferentes faixas etárias e experiências distintas reduz viés inconscientes e aumenta a qualidade das decisões financeiras, estratégicas e operacionais. Promovemos uma cultura de inclusão e igualdade que valoriza diferentes características, competências e experiências das nossas pessoas, independentemente do género, orientação sexual, identidade de género, idade, cor, etnia, religião ou incapacidade.

O Plano para a Igualdade de Género da Altri demonstra um empenho claro em reforçar esta pluralidade nas equipas e na liderança, com ações estruturadas para reduzir assimetrias e promover inclusão.

A Diversidade na Estratégia da Altri

Promover Igualdade de Género e Representatividade

O Plano para a Igualdade de Género define ações e métricas concretas para aumentar a participação das mulheres em funções de liderança, promover políticas não discriminatórias e reforçar mecanismos de progressão equitativa.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Iniciativas de Inclusão Social na Comunidade

A Altri reforçou em 2025 o apoio às Bolsas Sociais EPIS – Empresários pela Inclusão Social, aumentando o número de bolsas atribuídas a jovens de comunidades locais, fortalecendo o papel social da empresa e promovendo mobilidade social positiva. As Bolsas EPIS são destinadas a jovens com mérito académico, provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos, e visam apoiar o acesso ao ensino superior e a estágios em empresas de referência. Este aumento no número de bolsas reflete o empenho da Altri em contribuir para a qualificação dos jovens adultos e para a construção de um futuro mais justo e sustentável nas regiões onde está presente.

Cultura Organizacional Centrada nas Pessoas

Projetos internos como **“Todos Diferentes, Todos Alinhados”** evidenciam uma cultura que reconhece a importância da diversidade para reforçar coesão, criatividade e bem-estar das equipas — elementos fundamentais para qualquer organização que pretende manter competitividade sustentável.

A Altri demonstra estar posicionada para este novo paradigma através de ações estruturadas, compromisso público, projetos sociais e uma cultura organizacional que valoriza a pluralidade.

Este alinhamento contribui para uma economia mais justa, resiliente e sustentável.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Celebrar 20 Anos a Pedalar com os Valores Altri



Em comemoração dos 20 anos, o Grupo Altri reforçou os valores junto dos seus colaboradores com o evento **“A Volta à Altri”**. Durante 7 dias, 353 colaboradores, internos e externos, percorreram 1.520 km de bicicleta pelos locais sede das operações industriais e florestais convergindo-se sobre os valores de Integridade, Excelência, Coragem e Simplicidade e contribuindo, em equipa, para um propósito comum.

Esta volta simboliza a forma como o Grupo enfrenta os desafios: *todas as horas do dia, todos os dias do ano.*

603 
respostas
ao questionário
dos valores

Integridade foi o
valor mais obtido



- 1
RELATÓRIO DE GESTÃO
- 2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
- 3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
- 4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
- 5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
- 6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Hábitos Saudáveis

Consciência de Saúde e Prevenção

A literacia em saúde — incluindo nutrição — ganha destaque nas organizações. No Grupo Altri, iniciativas internas de acompanhamento nutricional e oferta de refeições mais equilibradas contribuem para promover escolhas mais saudáveis (Literacia em Saúde – Nutrição em Saúde Ocupacional).

Valorização da saúde e bem-estar interno, reforçando uma cultura organizacional que promove estilos de vida equilibrados — elemento reconhecido nas práticas internas.

Para a Altri, este movimento reforça a importância de manter — interna e externamente — uma estratégia que valoriza saúde, bem-estar, sustentabilidade e inovação, consolidando a sua posição como empresa responsável, resiliente e alinhada com as grandes tendências globais.



1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Envolvimento com a Comunidade

Em 2025, a Altri manteve um compromisso estruturado e continuado com as comunidades onde está inserida através de parcerias, donativos e iniciativas de apoio social, cultural, educativo e solidário. Estas ações visam contribuir para o bem-estar social, o desenvolvimento sustentável das regiões envolventes e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A presença industrial e florestal da Altri implica uma relação próxima e contínua com as comunidades onde o Grupo opera. A Altri reconhece que as suas atividades podem gerar impactos económicos, sociais e ambientais, positivos e negativos, nessas comunidades, assumindo a responsabilidade de gerir esses impactos de forma responsável, transparente e participativa.

A estratégia de relacionamento com as comunidades assenta no diálogo regular, na auscultação das partes interessadas locais e na integração das suas expectativas e preocupações nos processos de planeamento e decisão. Este envolvimento é promovido através de diferentes canais e iniciativas, incluindo contactos diretos, sessões de esclarecimento, participação em fóruns locais e colaboração com entidades representativas da comunidade.

Comissão de Acompanhamento às Comunidades

A Comissão de Acompanhamento das Comunidades (CAC) constitui um mecanismo estruturado de diálogo e envolvimento com as partes interessadas locais, integrando a abordagem de sustentabilidade e de criação de valor partilhado das empresas do Grupo. A Comissão foi criada com o objetivo de assegurar um acompanhamento regular e transparente dos impactos da atividade industrial nas comunidades envolventes, promovendo a proximidade, a confiança e a partilha de informação relevante.

A CAC é composta por representantes das empresas, das autarquias locais, das freguesias abrangidas, de entidades públicas, associações de moradores e outras organizações representativas da comunidade, garantindo uma participação alargada e plural dos principais stakeholders do território. Esta diversidade de representação permite integrar diferentes perspetivas no acompanhamento da atividade industrial e reforça a qualidade do diálogo estabelecido.

As reuniões da Comissão decorrem, em regra, com periodicidade semestral e constituem um fórum regular de prestação de contas, auscultação e esclarecimento. No âmbito da CAC são partilhadas informações sobre o desempenho ambiental, o controlo e monitorização de efluentes, os investimentos industriais, a atividade florestal e outras matérias relevantes para a comunidade. Ao longo do tempo, o âmbito de atuação da Comissão tem evoluído, alargando-se progressivamente para além das temáticas ambientais, de forma a responder às expectativas e interesses manifestados pelos seus membros.

A Comissão de Acompanhamento das Comunidades desempenha, assim, um papel relevante na estratégia de sustentabilidade e de relacionamento com stakeholders, funcionando como um instrumento de escuta ativa e de melhoria contínua. Através deste mecanismo, as empresas reforçam o seu compromisso com a transparência, a responsabilidade ambiental e social e o desenvolvimento sustentável dos territórios onde operam, contribuindo para uma relação de longo prazo com as comunidades assente na confiança, no diálogo e na cooperação.

As Comissões de Acompanhamento da Figueira da Foz e de Constância integram-se, assim, na abordagem global da Altri à gestão dos impactos sociais e ao relacionamento com as comunidades afetadas, contribuindo para a manutenção da licença social para operar e para o desenvolvimento sustentável dos territórios onde o Grupo está presente.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estágios de Verão

A Academia de Verão 2025 do Grupo Altri decorreu entre 21 de julho e 22 de agosto e envolveu 44 estudantes dos 17 aos 23 anos, de diferentes áreas do ensino secundário e superior. O programa teve lugar nas várias empresas do Grupo — Altri SGPS, Celbi, Caima, Biotek e Altri Florestal, incluindo os Viveiros do Furadouro — proporcionando uma experiência prática em contexto industrial e florestal. Ao longo de cinco semanas, os participantes integraram equipas multidisciplinares, desenvolveram business cases, participaram em workshops de empregabilidade e realizaram visitas técnicas, culminando na apresentação final dos projetos. A iniciativa reforçou a ligação do Grupo Altri ao talento jovem, às comunidades e às instituições de ensino, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes e para o posicionamento da Altri como empregador de referência.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Demonstração de Sustentabilidade

83	Informações Gerais
124	Informação ambiental
242	Informação Social
305	Informações de Governança

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Informações Gerais

ESRS 2 Divulgações Gerais

Base de Elaboração

Base geral para a elaboração das demonstrações de sustentabilidade

(BP-1)

A presente Demonstração de Sustentabilidade, que integra o Relatório e Contas Anual da Altri, cujo período de relato está compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, foi preparada de forma consolidada e considera o mesmo perímetro de consolidação das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Apenas a Altri SGPS está abrangida pela obrigatoriedade de apresentação de um relatório de sustentabilidade, estando todas as suas subsidiárias, incluídas neste reporte, isentas dessa mesma obrigação.

Este é o segundo exercício de reporte de sustentabilidade da Altri em conformidade com a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) e com as respetivas Normas Europeias de Reporte de Sustentabilidade (ESRS), publicadas no Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023, posteriormente retificado pelo Regulamento Delegado (UE) 2024/902 de 19 de abril de 2024. As ESRS estabelecem um conjunto de doze normas, duas de natureza transversal e dez normas temáticas, estruturadas em torno de três pilares: ambiental, social e de governação.

A presente Demonstração de Sustentabilidade encontra-se estruturada em quatro secções organizadas da seguinte forma:

- ▶ Informações gerais, que incluem estas bases de preparação, informações sobre governação, estratégia e a divulgação do exercício de dupla materialidade;

- ▶ Informações ambientais, incluindo as divulgações preparadas nos termos do artigo 8.º do Regulamento 2020/852 (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável (Regulamento da Taxonomia Verde) e informações relativas a alterações climáticas, poluição, recursos hídricos, biodiversidade e economia circular;
- ▶ Informações sociais, que contemplam a mão de obra própria, os trabalhadores na nossa cadeia de valor, as comunidades envolvidas e consumidores e os utilizadores finais; e,
- ▶ Informações de Governação sobre conduta empresarial.

As informações apresentadas ao longo desta Demonstração de Sustentabilidade são de carácter obrigatório ou foram consideradas materiais para o Grupo Altri, de acordo com a análise de Dupla Materialidade realizada em 2025.

Mais se informa que a Altri não utilizou a opção de omitir nenhum elemento específico de informação correspondente à propriedade intelectual, ao know-how ou aos resultados da inovação.

Divulgações de informações em circunstâncias específicas

(BP-2)

Horizontes temporais

No âmbito da presente Demonstração de Sustentabilidade foram considerados três horizontes temporais consistentes com as definições previstas nas ESRS:

- ▶ Curto-prazo - 1 ano;
- ▶ Médio-prazo - 1 a 5 anos;
- ▶ Longo-prazo - mais de 5 anos.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Fontes das estimativas e incerteza dos resultados

O Grupo Altri reconhece que existem limitações práticas na obtenção de dados diretamente junto de fornecedores e parceiros. Por esse motivo, recorre a estimativas para o reporte das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) de âmbito 3, combinando, de forma geral, dados de atividade com fatores de emissão, sempre que não é possível obter informação exata ou fatores de emissão específicos para todas as categorias.

Neste contexto, a principal fonte de incerteza decorre da utilização de fatores de emissão genéricos, disponibilizados por bases de dados internacionais e reconhecidas, como a DEFRA, APA, IPCC, CELPA, entre outras.

A qualidade e precisão dos dados assumem particular importância para garantir um reporte transparente e alinhado com os requisitos das ESRS. Assim, uma das prioridades do Grupo Altri consiste em reforçar o envolvimento com fornecedores, incentivando-os a disponibilizar fatores de emissão específicos e dados primários mais robustos. Este trabalho inclui também ações de sensibilização sobre a relevância do reporte ESG, a partilha de orientações metodológicas e, sempre que necessário, o desenvolvimento de mecanismos simples de recolha regular de informação, de forma a reduzir a dependência de fatores de emissão genéricos.

A utilização de estimativas é revista periodicamente, tendo em consideração a experiência adquirida, a evolução do reporte de sustentabilidade e outros fatores relevantes. Quaisquer alterações às estimativas são refletidas no período em que a revisão ocorre.

Sempre que, ao longo desta Demonstração de Sustentabilidade, sejam divulgadas métricas sujeitas a um elevado nível de incerteza de medição, tal será claramente identificado junto das respetivas métricas, incluindo a explicitação das fontes de incerteza, dos pressupostos aplicados, das aproximações utilizadas e dos julgamentos subjacentes.

Alterações na preparação ou apresentação de informações sobre sustentabilidade

Em comparação com a Demonstração de Sustentabilidade de 2024, as principais alterações introduzidas no presente ciclo de reporte resultam da

revisão da análise de Dupla Materialidade e, consequentemente, da atualização dos tópicos e subtópicos considerados materiais.

Na ESRS E2 - Poluição, passaram a ser considerados materiais dois novos subtópicos: Poluição do solo e Utilização de substâncias de preocupação.

Na ESRS S2 – Trabalhadores na cadeia de valor, os subtópicos Condições de trabalho e Igualdade de tratamento e oportunidades para todos foram classificados como materiais, enquanto o subtópico Outros direitos relacionados com o trabalho deixou de ser considerado material.

Na ESRS S3 – Comunidades afetadas, o subtópico Direitos económicos e sociais das comunidades passou a integrar a lista de temas materiais.

Por fim, na ESRS G1 – Conduta empresarial, o subtópico Gestão da relação com fornecedores passou igualmente a ser considerado material.

Comunicação de erros em períodos anteriores

A Altri identificou um erro na informação reportada no Relatório de Sustentabilidade de 2024, relacionado com a divulgação das emissões de GEE de âmbito 2. Os valores correspondentes foram inadvertidamente trocados entre as metodologias market-based e location-based. Desta forma, os valores correspondentes foram devidamente corrigidos na presente Demonstração de Sustentabilidade.

Inserção por remissão

No requisito de divulgação da ESRS2 GOV-1 foi inserida a remissão para o Anexo I do Relatório de Governo da Sociedade relativamente às competências e conhecimentos dos membros integrantes do Conselho de Administração.

Informação Comparativa

A Altri apresenta os valores comparativos relativos ao exercício de 2024. Adicionalmente, no anexo [H. Tabela GRI](#), é possível encontrar a tabela GRI reportada em 2023, permitindo a consulta de informação histórica.



Utilização de disposições de introdução progressiva de acordo com o apêndice C da ESRs 1

No seu segundo ano de reporte, a Altri aplicou as disposições de introdução progressiva (phase-in), aplicáveis a todas as entidades, previstas nas ESRs, nomeadamente no que se refere às divulgações relativas aos efeitos financeiros previstos dos riscos materiais ao abrigo dos requisitos de divulgação SBM-3, E1-9, E2-6, E3-5, E4-6, e E5-6.

Relativamente aos pontos de dados voluntários, todos aqueles cuja informação já se encontrava disponível ou para os quais foi possível recolher a informação de forma atempada, tendo em consideração o custo-benefício da mesma para os utilizadores, a Altri optou por incluí-los na demonstração.

Governança

O Papel dos Órgãos de Administração, de Gestão e de Supervisão

(GOV-1)

É responsabilidade de qualquer empresa fomentar um modelo de governo institucional que se revele prático e eficaz, suficientemente adaptado à dimensão do Grupo e capaz de dar resposta às exigências crescentes do mercado e da sociedade em geral. A Altri está empenhada no constante reforço do seu modelo de governo, trabalhando para ser um Grupo cada vez mais responsável, ético e transparente. Esse compromisso caracteriza a forma de trabalhar das equipas e a estrutura organizacional do Grupo, o que se reflete, com um impacto muito positivo, nas relações com todos os seus stakeholders.

Composição e diversidade do conselho de administração

A estrutura de governo da Altri assenta num conjunto de órgãos que asseguram a condução estratégica, a supervisão e o controlo holístico da

organização. Estes órgãos desempenham funções complementares e interligadas, garantindo um modelo de governação robusto, transparente e orientado para a criação de valor sustentável. O organograma seguinte apresenta a composição e articulação destes órgãos, bem como as respetivas responsabilidades no sistema de governo do Grupo Altri.

O Conselho de Administração da Altri integra seis membros executivos e nove membros não-executivos. Face ao número total de membros do Conselho de Administração 20% são membros independentes.

No que respeita à diversidade de género, o Conselho de Administração é composto por cinco membros do sexo feminino, o que representa 33% do número total de membros e corresponde a um índice de diversidade de género de 0,5 face ao número de membros do sexo masculino.

Embora os colaboradores e outros trabalhadores não estejam diretamente representados nos órgãos de supervisão da empresa, a Altri atribui grande importância à consulta contínua dos mesmos, através dos seus representantes e sindicatos. Informação mais detalhada relativa à consulta dos colaboradores e sindicatos é apresentada na secção [Envolvimento com os próprios trabalhadores e representantes dos trabalhadores](#).

As competências e conhecimentos dos membros integrantes do Conselho de Administração encontram-se descritos no [Anexo I](#) do Relatório de Governo da Sociedade. Tendo em conta a sua formação e experiência, os órgãos de administração, de direção e supervisão asseguram a disponibilidade das competências e conhecimentos especializados necessários para fiscalizar questões de sustentabilidade.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



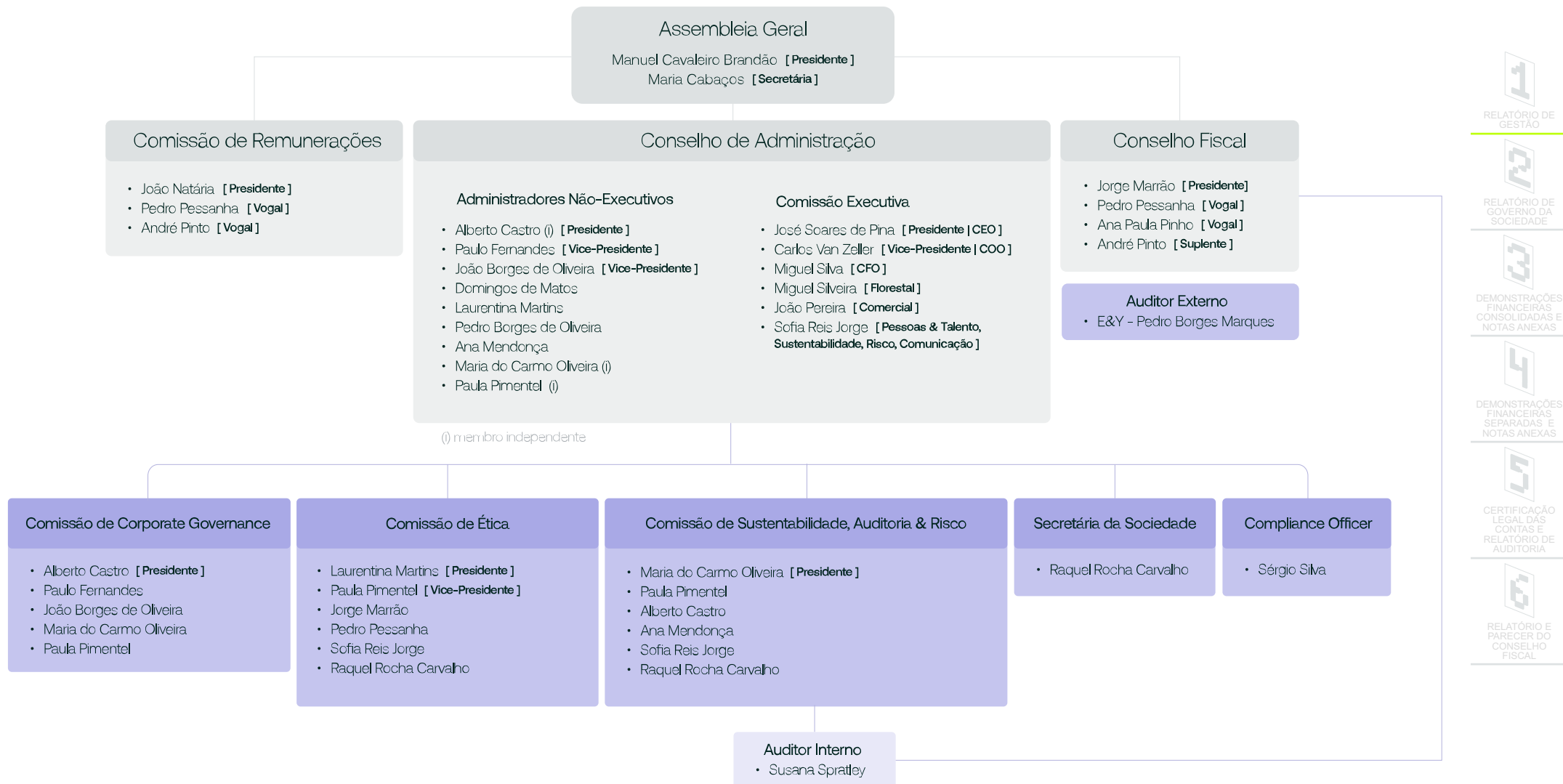
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

As responsabilidades relativas à identificação, avaliação, monitorização e resposta aos impactos, riscos e oportunidades materiais estão integradas nos termos de referência dos órgãos de governação, nos mandatos das Comissões especializadas e nas políticas internas relevantes, assegurando um enquadramento claro das competências ao nível estratégico, de supervisão e operacional.

O Conselho de Administração assume a supervisão global da definição dos objetivos de sustentabilidade, incluindo aqueles associados aos impactos, riscos e oportunidades materiais, garantindo a sua integração na estratégia do Grupo e a coerência com as políticas e metas relevantes. Esta supervisão é suportada pela informação regularmente reportada pelas Comissões especializadas e pela Comissão Executiva, permitindo ao Conselho de Administração acompanhar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos identificados e o desempenho do Grupo Altri.

Comissões de apoio ao Conselho de Administração

Na estrutura organizacional da Altri, o Conselho de Administração conta com o apoio de quatro Comissões especializadas:

- ▶ Comissão Executiva;
- ▶ Comissão de Corporate Governance;
- ▶ Comissão de Ética; e
- ▶ Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco.

Em todas as reuniões do Conselho de Administração, cada uma destas Comissões apresenta um reporte atualizado sobre a sua atividade, assegurando uma coordenação estreita, uma supervisão eficaz e uma atuação coesa entre os vários órgãos de apoio do Conselho de Administração. As competências específicas de cada uma destas quatro Comissões encontram-se detalhadas na infografia seguinte.



Comissão Executiva

- Gestão corrente da Altri
- Prestar informações relativas à gestão da Sociedade
- Assegurar a execução das decisões políticas deliberadas pelo Conselho de Administração



Comissão de Corporate
e Governance

- Apreçar e avaliar o modelo de governo da Sociedade
- Avaliar e fiscalizar as práticas de governo da Sociedade
- Avaliar o nível de cumprimento pela Sociedade das normas legais e regulamentares, bem como das recomendações e orientações emitidas pelas autoridades competentes, relativas ao governo societário



Comissão de Ética

- Supervisionar a correta interpretação e implementação do Sistema de Compliance da Altri
- Rececionar denúncia de eventuais infrações aos códigos e regulamentos implementados pela Altri
- Monitorizar o cumprimento do Código de Ética da Altri e dos regulamentos que os complementam



Comissão
de Sustentabilidade,
Auditoria & Risco

- Rever e e dar parecer sobre a informação financeira
- Propor ao Conselho de Administração novos objetivos e metas de sustentabilidade
- Rever e acompanhar os investimentos necessários à sua prossecução
- Monitorizar o desempenho dos objetivos definidos
- Garantir a monitorização do controlo interno, a gestão eficiente dos riscos e o acompanhamento entre os órgãos sociais e o Plano Anual de Auditoria Interna

Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, nomeada pelo Conselho de Administração, tem como uma das suas missões centrais participar na definição e no acompanhamento da política e da estratégia de sustentabilidade e de gestão de risco do Grupo Altri, assegurando a sua coerência com o Compromisso 2030. As responsabilidades previstas no respetivo mandato incluem, entre outras:

- ▶ Acompanhamento e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais;
- ▶ Monitorização e avaliação da eficácia das políticas, ações e métricas adotadas;

1

RELATÓRIO DE
GESTÃO

2

RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

- Monitorização do processo de definição das metas de sustentabilidade e acompanhamento da sua evolução;
- Emissão de pareceres prévios ao Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com sustentabilidade;
- Monitorização do sistema de controlo interno e da gestão de risco, incluindo riscos ESG.



Esta Comissão reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre a evolução do desempenho da Altri face às metas definidas e sobre a eficácia das ações implementadas, identificando eventuais necessidades de ajustamento. Esta supervisão é exercida de forma contínua, através de reuniões periódicas e de um reporte estruturado, garantindo que os objetivos relacionados com os impactos, riscos e oportunidades materiais são definidos com base em critérios robustos e acompanhados de forma sistemática ao longo do tempo.

Ao nível executivo, a Comissão Executiva é responsável por integrar os objetivos associados aos impactos, riscos e oportunidades materiais na gestão corrente das atividades da Altri, assegurando a sua implementação operacional e o acompanhamento do progresso face às metas aprovadas. As direções internas relevantes reportam regularmente à Comissão Executiva a

evolução dos indicadores de desempenho e o grau de cumprimento dos objetivos definidos, permitindo uma monitorização contínua e a adoção de medidas corretivas sempre que necessário, garantindo a articulação entre a estratégia, a gestão do risco e a operação.

De forma complementar, o Grupo de Trabalho de Sustentabilidade (GTS) apoia a Comissão Executiva e a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco na operacionalização dos objetivos de sustentabilidade e na recolha da informação necessária ao acompanhamento do progresso das ações, metas e métricas. Esta estrutura contribui para uma visão integrada e transversal do desempenho, reforçando a coerência entre os diferentes níveis de responsabilidade envolvidos na gestão dos temas materiais.



As responsabilidades individuais e coletivas relativas aos impactos, riscos e oportunidades estão igualmente refletidas em políticas e documentos internos, nomeadamente:

- ▶ Código de Ética;
- ▶ Política de Sustentabilidade;
- ▶ Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas;
- ▶ Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- ▶ Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo; e
- ▶ Política de Gestão de Risco.

Estes documentos estabelecem diretrizes claras para uma tomada de decisão responsável e alinhada com princípios de sustentabilidade. As responsabilidades associadas aos impactos, riscos e oportunidades estão igualmente integradas nos processos formais de análise de Dupla Materialidade, que envolvem os órgãos de governação e as funções-chave do Grupo na identificação, avaliação e priorização dos impactos, riscos e oportunidades materiais.

Este enquadramento assegura que os impactos, riscos e oportunidades relevantes são considerados de forma sistemática nos processos de decisão, supervisão e gestão, com responsabilidades claramente atribuídas aos diferentes níveis da estrutura de governação.

Direção de gestão do risco

No que respeita ao processo de gestão de risco, este integra a gestão diária do Grupo Altri e tem vindo a ganhar relevância crescente, suportado por uma direção dedicada exclusivamente a esta matéria, a Direção de Gestão do Risco. Enquanto elemento central dos princípios de bom governo societário, esta direção promove a consciencialização contínua de todos os colaboradores, em todos os níveis da Empresa, reforçando a responsabilidade individual e coletiva na incorporação da gestão de risco nos processos de tomada de decisão.

A Direção de Gestão do Risco tem como objetivo apoiar a execução das atividades e assegurar a manutenção do sistema transversal de gestão de risco do Grupo Altri. Este sistema abrange processos estruturados de identificação, análise, avaliação, mitigação e monitorização dos principais riscos, incluindo riscos financeiros, operacionais, estratégicos e de compliance. Desta forma, são garantidas práticas consistentes e uniformes na implementação da Política de Gestão de Risco, aprovada pelo Conselho de Administração.

A monitorização global do processo de gestão de risco é assegurada pelo Conselho de Administração, com o suporte da Direção de Gestão do Risco, sendo este órgão responsável pela definição do quadro de objetivos e responsabilidades da Altri. A identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e mitigação dos principais riscos seguem um processo formal e estruturado, descrito no [Ponto 54](#) do relatório de Governo da Sociedade.

A Direção de Gestão do Risco reporta hierarquicamente à Comissão Executiva do Grupo Altri, nomeadamente à Administradora responsável pelos Pelouros de Pessoas & Talento, Sustentabilidade, Risco, Comunicação, articulando de forma estreita a sua atuação com a Direção de Auditoria Interna e a Direção de Compliance.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



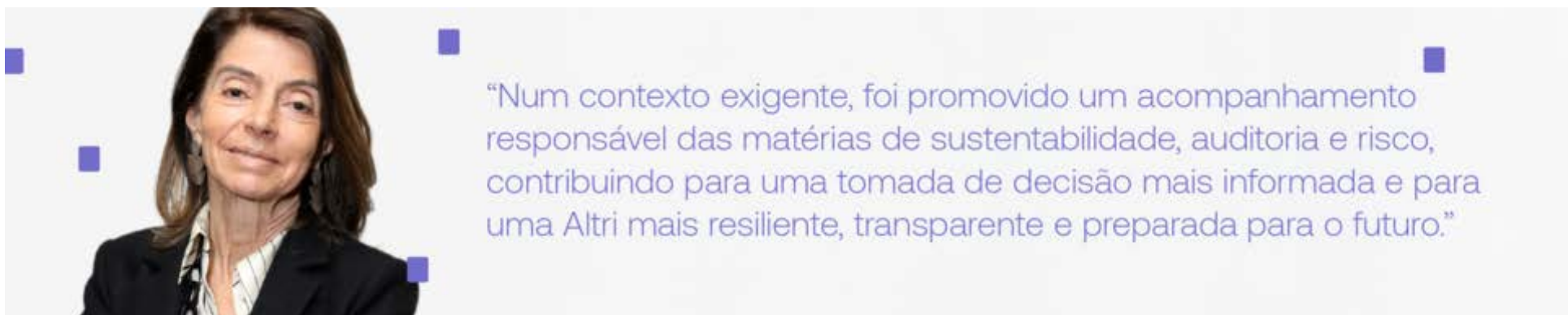
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Informações fornecidas aos órgãos de administração, gestão e supervisão da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas

(GOV-2)



Maria do Carmo Oliveira PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SUSTENTABILIDADE, AUDITORIA & RISCO

Fluxo de reporte aos órgãos de administração, direção e supervisão

A Altri assegura que os seus órgãos de administração, direção e supervisão são regularmente informados sobre os impactos, riscos e oportunidades materiais, bem como sobre a implementação da devida diligência e os resultados das políticas, ações, métricas e objetivos de sustentabilidade. Este fluxo de informação é estruturado, sistemático e concebido para garantir uma compreensão clara e integrada do desempenho e da eficácia das medidas adotadas.

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco desempenha um papel central neste processo, reportando periodicamente ao Conselho de Administração. Nesses momentos, apresenta a evolução dos impactos, dos riscos e das oportunidades materiais, destaca alterações relevantes no perfil de risco e acompanha o progresso da Altri face às metas definidas. Paralelamente, a Comissão Executiva, apoiada pelas direções internas,

assegura o reporte sobre a implementação operacional das políticas e ações de sustentabilidade, assim como a monitorização dos indicadores de desempenho associados.

Os órgãos de administração, direção e supervisão do Grupo Altri são também informados com base nos resultados dos processos formais de análise de Dupla Materialidade, que permitem identificar e priorizar os temas mais relevantes para o Grupo e para as suas partes interessadas.

A informação disponibilizada combina elementos qualitativos e quantitativos, proporcionando uma visão completa sobre o desempenho e permitindo acompanhar, de forma consistente, os progressos alcançados e a eficácia das medidas implementadas.

Para além destes mecanismos de reporte e acompanhamento, a Altri assegura igualmente que os órgãos de administração, direção e supervisão dispõem de informação atualizada sobre as responsabilidades legais e

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

regulamentares relevantes para a atividade do Grupo. Neste âmbito, a Direção de Compliance desempenha um papel complementar fundamental, garantindo o cumprimento das exigências legislativas e regulamentares e mitigando riscos financeiros, económicos, legais e reputacionais. Adicionalmente, a Altri delega, na Direção Jurídica e na Direção de Compliance, a monitorização permanente das alterações normativas, assegurando que o Conselho de Administração dispõe de informação robusta e atualizada para apoiar a tomada de decisão e implementar medidas de melhoria contínua.

Integração dos impactos, riscos e oportunidades na supervisão da estratégia da Altri

O Conselho de Administração, apoiado pela Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, integra a informação recebida de forma consistente na definição e acompanhamento da estratégia de sustentabilidade do Grupo Altri. Os impactos, riscos e oportunidades materiais são também tidos em consideração na supervisão das políticas de gestão de risco, assegurando a integração dos riscos ESG no sistema global de gestão de risco.

Além disso, estes elementos orientam a apreciação de matérias estratégicas relacionadas a sustentabilidade e risco, incluindo decisões sobre investimentos e a definição de prioridades estratégicas. Esta abordagem integrada de comunicação permite que os impactos, riscos e oportunidades materiais informem diretamente as decisões estratégicas da Altri e assegura a sua plena incorporação nos processos de governação e controlo interno.

Impactos, riscos e oportunidades materiais abordados pelos órgãos de administração, direção e supervisão

Durante o período de relato, os órgãos de administração, direção e supervisão analisaram alguns dos impactos ambientais materiais identificados, no decorrer da análise de Dupla Materialidade, nomeadamente os impactos materiais relacionados com as alterações climáticas, o uso da água, a biodiversidade, a gestão florestal e a economia circular.

No âmbito da gestão do risco, foram igualmente analisados os riscos climáticos, tanto físicos como de transição, incluindo riscos de natureza regulatória, de mercado, operacionais e reputacionais. Paralelamente, foram também analisadas as oportunidades associadas à transição energética, ao

desenvolvimento de produtos inovadores, à bioeconomia e à valorização de subprodutos.

A dimensão social mereceu igualmente uma atenção relevante, tendo sido objeto de análise temas como as condições de trabalho, a saúde e segurança, a relação com as comunidades e a gestão da cadeia de valor. De forma complementar, os órgãos de governação consideraram ainda os riscos e oportunidades de natureza organizacional e de governação, abrangendo aspetos como a conduta empresarial, a gestão de fornecedores e o cumprimento regulamentar.

A lista de impactos, riscos e oportunidades materiais é revista e acompanhada periodicamente por estes órgãos, constituindo um elemento estruturante para a definição de políticas, objetivos e metas.

Os órgãos de governação garantem o controlo do desempenho em sustentabilidade através do acompanhamento contínuo pela Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, suportado por indicadores e metas. O reporte regular ao Conselho de Administração permite detetar desvios e ajustar ações, enquanto a articulação com a Comissão Executiva e o Grupo de Trabalho de Sustentabilidade assegura a execução e monitorização operacional.

Declaração Sobre o Dever de Diligência

(GOV-4)

O Grupo Altri assegura o cumprimento das salvaguardas sociais mínimas através da implementação de procedimentos que garantem o alinhamento da sua atividade com as Linhas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para empresas multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos, as Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

A Altri identifica e avalia de forma contínua os impactos negativos reais e potenciais relacionados com os direitos humanos, definindo ações preventivas e de mitigação sempre que necessário. A identificação de riscos é integrada nos processos de devida diligência e incorporada no modelo de Gestão de

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Riscos do Grupo, permitindo uma abordagem sistemática e coerente. O Grupo mantém o compromisso de evitar situações em que as suas atividades possam causar ou contribuir para impactos negativos nos direitos humanos, continuando a desenvolver os seus processos de diligência devida em conformidade com a Diretiva de Diligência Prévia de Sustentabilidade Corporativa.

A Política de Direitos Humanos da Altri reforça este compromisso, estabelecendo publicamente a obrigação de respeitar e prevenir impactos negativos sobre todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos no âmbito das suas atividades. Este compromisso abrange, entre outros, a liberdade de associação, o direito à negociação coletiva e o direito de não sujeição a trabalho forçado, trabalho infantil ou discriminação no emprego e na ocupação. A adesão ao United Nations Global Compact reforça ainda mais a posição do Grupo, contribuindo para estender os princípios de atuação responsável a toda a sua cadeia de valor.

Dando continuidade ao reforço do compromisso com o respeito dos direitos humanos, as unidades industriais da Altri estão a desenvolver uma nova abordagem destinada a melhorar o processo de devida diligência nas suas operações próprias. Este reforço é complementado pela realização de auditorias Sedex Members Ethical Trade Audit (SMETA), que aumentam a transparência na cadeia de valor.

A Altri é membro do Supplier Ethical Data Exchange (Sedex), uma plataforma na qual as empresas partilham informação específica sobre práticas de sustentabilidade com os seus clientes. As auditorias SMETA são realizadas regularmente e avaliam o desempenho dos fornecedores face às normas laborais aplicáveis, bem como aos critérios de saúde e segurança, ambientais e de ética empresarial.

Esta abordagem foi posteriormente partilhada com outras direções e, no final de 2023, foi integrada no processo de Gestão de Risco de todo o Grupo, nomeadamente, no que respeita aos direitos humanos. O processo, que complementa as auditorias SMETA, centra-se no diálogo com os diferentes intervenientes e na identificação de oportunidades de melhoria, alargando o âmbito dos stakeholders envolvidos para além dos colaboradores.

A Altri demonstra igualmente o seu compromisso em evitar impactos adversos associados às suas operações ou relações de negócio, bem como em minimizar eventuais efeitos negativos sobre as comunidades onde atua. Este compromisso é extensível a todas as entidades que se relacionam com o Grupo, refletindo uma expectativa clara de atuação responsável em toda a cadeia de valor.

Além disso, o Grupo Altri promove uma cultura de melhoria contínua, estruturando processos e atividades com base em normas nacionais e internacionais reconhecidas, o que se traduz na sua certificação e no reconhecimento externo. A validação dos processos de gestão com base nestes referenciais constitui um selo adicional de confiança. O Grupo dispõe de sistemas de gestão certificados segundo as normas ISO 9001, ISO 14001, ISO 50001 e ISO 45001, que contribuem para identificar e satisfazer requisitos dos clientes, além de promover a melhoria sistemática da qualidade dos produtos, da gestão ambiental, energética e da segurança ocupacional.

Por fim, todos os produtos do Grupo Altri cumprem a legislação europeia aplicável e muitos encontram-se certificados pelo Forest Stewardship Council® (FSC®) ou pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC), ou receberam outras formas de verificação relacionadas com a cadeia de custódia responsável e com os requisitos de devida diligência.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Elementos essenciais do dever de diligência	Pontos da Demonstração de Sustentabilidade
Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios	A Altri implementou a Política de Direitos Humanos e reforçou a sua posição em relação aos direitos humanos com a adesão ao UN Global Compact.
Dialogar com as partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência	A Altri mantém um diálogo contínuo com todas as partes interessadas potencialmente afetadas pela sua atividade, incluindo: colaboradores, trabalhadores na cadeia de valor e comunidades afetadas. Mais informação sobre o diálogo com as partes interessadas pode ser consultada no SBM-2 ao longo da Demonstração de Sustentabilidade.
Identificar e avaliar os impactos negativos	A Altri identificou e avaliou os seus impactos, riscos e oportunidades materiais através da análise de dupla materialidade apresentada em detalhe no IRO-1 .
Tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos	A Altri, de forma a dar resposta aos impactos, riscos e oportunidades materiais identificados adotou um conjunto de políticas, ações e metas detalhadas ao longo desta Demonstração de Sustentabilidade junto de cada norma temática.
Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar	A Altri acompanha e monitoriza a eficácia dos esforços realizados através do acompanhamento do resultado das ações implementadas, monitorização de metas e métricas e envolvimento das partes interessadas para recolha de feedback.

Gestão do Risco e Controlos Internos Relativos ao Relato de Sustentabilidade

(GOV-5)

No âmbito do relato das informações de sustentabilidade, o Grupo Altri considera essencial que a informação divulgada seja clara, pertinente, fidedigna e isenta de erros. Para garantir este compromisso, o Grupo dispõe de um sistema integrado e multidisciplinar para a identificação, avaliação, priorização, gestão e monitorização de riscos, incluindo aqueles associados ao reporte de sustentabilidade.

O Sistema de Controlo Interno abrange as áreas de Sustentabilidade e Risco, Compliance e Auditoria Interna, cada uma com responsabilidades específicas. A área de Sustentabilidade e Risco conduz avaliações periódicas aos tópicos

materiais e aos riscos do negócio, com revisões formais das análises de risco a cada dois anos e avaliações anuais das ações de mitigação. A Direção de Compliance assegura o cumprimento das regras legais e regulamentares aplicáveis (incluindo códigos, normativas e políticas internas e externas) mitigando riscos financeiros, económicos, legais e reputacionais. Por sua vez, a Auditoria Interna avalia os processos operacionais, considerando impactos, riscos e oportunidades materialmente relevantes.

A Altri reporta informação de sustentabilidade desde 2017, tendo desenvolvido ao longo dos anos um processo sólido de recolha e revisão de dados. Contudo, a preparação do primeiro reporte alinhado com as ESRS, em 2024, exigiu adaptações significativas para garantir a conformidade com os novos requisitos. Neste contexto, os principais riscos identificados dizem respeito à completude e à exatidão dos dados divulgados.

As conclusões das avaliações de risco e dos controlos internos são integradas no relato de sustentabilidade através de uma abordagem estruturada e transversal aos processos internos. Os riscos identificados e as respetivas medidas de mitigação são incorporados nos mecanismos de governação e gestão da informação, garantindo a fiabilidade, rastreabilidade e conformidade dos dados. Para reforçar este processo, são definidos controlos internos específicos e promovida uma colaboração contínua entre as áreas de Sustentabilidade, Risco, Compliance e Auditoria Interna, assegurando a monitorização permanente dos riscos materiais e a implementação de ações corretivas sempre que necessário.

Adicionalmente, o Grupo realiza revisões periódicas e auditorias independentes para validar a eficácia dos controlos e fomentar a melhoria contínua do processo de reporte. Os órgãos de administração, de direção e supervisão são informados regularmente sobre os resultados das avaliações de risco, através de pontos de situação trimestrais apresentados em reuniões do Conselho de Administração, bem como do acompanhamento das atividades da Direção de Gestão do Risco nas reuniões da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estratégia

Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor

(SBM-1)

A Altri é um grupo europeu, constituído em fevereiro de 2005, líder na produção de fibras celulósicas e na gestão florestal sustentável. O valor do Grupo assenta na fibra ao produzir fibras celulósicas para uma vasta diversidade de aplicações, desde o papel de impressão e escrita, passando pelos papéis para uso doméstico até ao setor têxtil.

Este posicionamento industrial reflete-se na forma como a Altri estrutura a sua estratégia e orienta o seu modelo de negócio. O propósito e a visão do Grupo Altri definem a ambição de “construir um Mundo mais renovável” e de liderar através da inovação e da excelência, enquanto os eixos estratégicos evidenciam as prioridades do Grupo para promover a sustentabilidade no negócio. Complementarmente, os valores Altri, excelência, simplicidade, integridade e coragem, constituem a base cultural que orienta a atuação diária e sustenta o desenvolvimento sustentável do Grupo.

[propósito]

Construir um mundo mais renovável

[visão]

Líderes na inovação de excelência e um parceiro reconhecido para os stakeholders da Altri, desenvolvendo soluções focadas, lean e de alto valor acrescentado.

- 1**
Substituir os materiais de origem fóssil por materiais de origem renovável
- 2**
Promover a eficiência na utilização de recursos
- 3**
Promover a economia circular e a descarbonização
- 4**
Promover a gestão sustentável das florestas
- 5**
Aumentar a produção de energia renovável



Excelência

- Digitalizar, Inovar e Crescer
- Dar o melhor de cada um
- Acreditar no trabalho de equipa

Simplicidade

- Fazer escolhas claras e consistentes
- Fazer com rapidez e pragmatismo
- Focar no importante

Integridade

- Agir com integridade e respeito
- Defender e promover a Ética
- Aceitar a diversidade e inclusão

Coragem

- Lutar por objetivos inspiradores e ambiciosos
- Tomar a iniciativa e aprender com os erros
- Ver a mudança como uma oportunidade

[valores]

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Eixos Estratégicos e Modelo de Negócio

A Altri estrutura a sua atuação em quatro eixos estratégicos que orientam a forma como cria valor e integra a sustentabilidade no seu modelo de negócio. Estes eixos refletem as principais prioridades do Grupo, desde a gestão responsável da floresta até à valorização das pessoas, sustentadas pela excelência operacional, pela inovação tecnológica e pela afirmação da sustentabilidade como um fator diferenciador.



O modelo de negócio da Altri tem como objetivo principal a criação de valor a longo prazo, sustentado por princípios de sustentabilidade. O Grupo reconhece que o seu sucesso depende do bem-estar da sociedade e da preservação dos recursos naturais, sendo a gestão responsável um elemento fundamental para assegurar este equilíbrio. Assim, para demonstrar de forma transparente como cria valor, desde os recursos que mobiliza até aos resultados que alcança, é essencial apresentar uma visão integrada das suas atividades.

Para além de criar valor a partir dos recursos utilizados, o modelo de negócio da Altri traduz-se em benefícios concretos para as principais partes interessadas, nomeadamente clientes, investidores, comunidades locais, colaboradores e fornecedores, tal como evidenciado na tabela seguinte.

Parte interessada	Benefícios gerados pelo modelo de negócio da Altri
Cientes	Fornecimento de matérias-primas renováveis, rastreáveis e certificadas (FSC® e PEFC), produzidas segundo elevados padrões ambientais e sociais. Soluções alinhadas com a transição para uma economia de base biológica e com requisitos ESG crescentes, incluindo redução da pegada carbónica e transparência da cadeia de abastecimento.
Investidores	Criação de valor económico sustentado, suportada por um modelo de negócio integrado e resiliente. Mitigação de riscos ambientais, sociais e regulatórios através da gestão ativa de impactos, riscos e oportunidades, bem como do alinhamento com os objetivos do Compromisso 2030 e com o enquadramento regulatório europeu.
Comunidades locais	Criação de emprego direto e indireto, dinamização económica dos territórios onde o Grupo opera e investimento contínuo em práticas de gestão florestal sustentável. Contributo para a prevenção de incêndios, a proteção da biodiversidade e a valorização do capital natural, bem como para o envolvimento com comunidades locais ao longo da cadeia de valor.
Colaboradores	Estabilidade de emprego, condições de trabalho seguras e oportunidades de desenvolvimento profissional. Promoção de uma cultura de segurança, formação contínua e valorização do capital humano como fator crítico de sucesso do modelo de negócio.
Fornecedores	Relações comerciais estáveis e de longo prazo, assentes em critérios claros de sustentabilidade. Implementação de mecanismos de rastreabilidade, avaliação e auditoria que promovem práticas responsáveis e o alinhamento com os princípios ESG ao longo da cadeia de valor.

COMPROMISSO
2030

Um dos eixos estratégicos da Altri é afirmar a sustentabilidade enquanto fator de competitividade. Neste sentido, o Grupo continua a desenvolver soluções que respondem às necessidades das comunidades e acrescentam valor para todos os seus stakeholders, mantendo o compromisso de produzir fibras celulósicas de forma sustentável.



Este compromisso está refletido no Compromisso 2030 da Altri, que orienta a integração da sustentabilidade nas decisões estratégicas e de investimento. Os seus pressupostos definem prioridades de longo prazo e asseguram uma execução disciplinada das iniciativas nas unidades de negócio e nas funções corporativas.

Em 2020, a Altri aderiu ao Call to Action das Nações Unidas e integrou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na sua estratégia através do Compromisso 2030. Entre os dezassete ODS, o Grupo identificou como mais relevantes para as suas atividades as metas 5.5, 6.3, 6.4, 7.2, 8.8, 12.5, 13.2, 15.1 e 15.2, que refletem os temas prioritários para a estratégia, as operações e a cultura da organização.

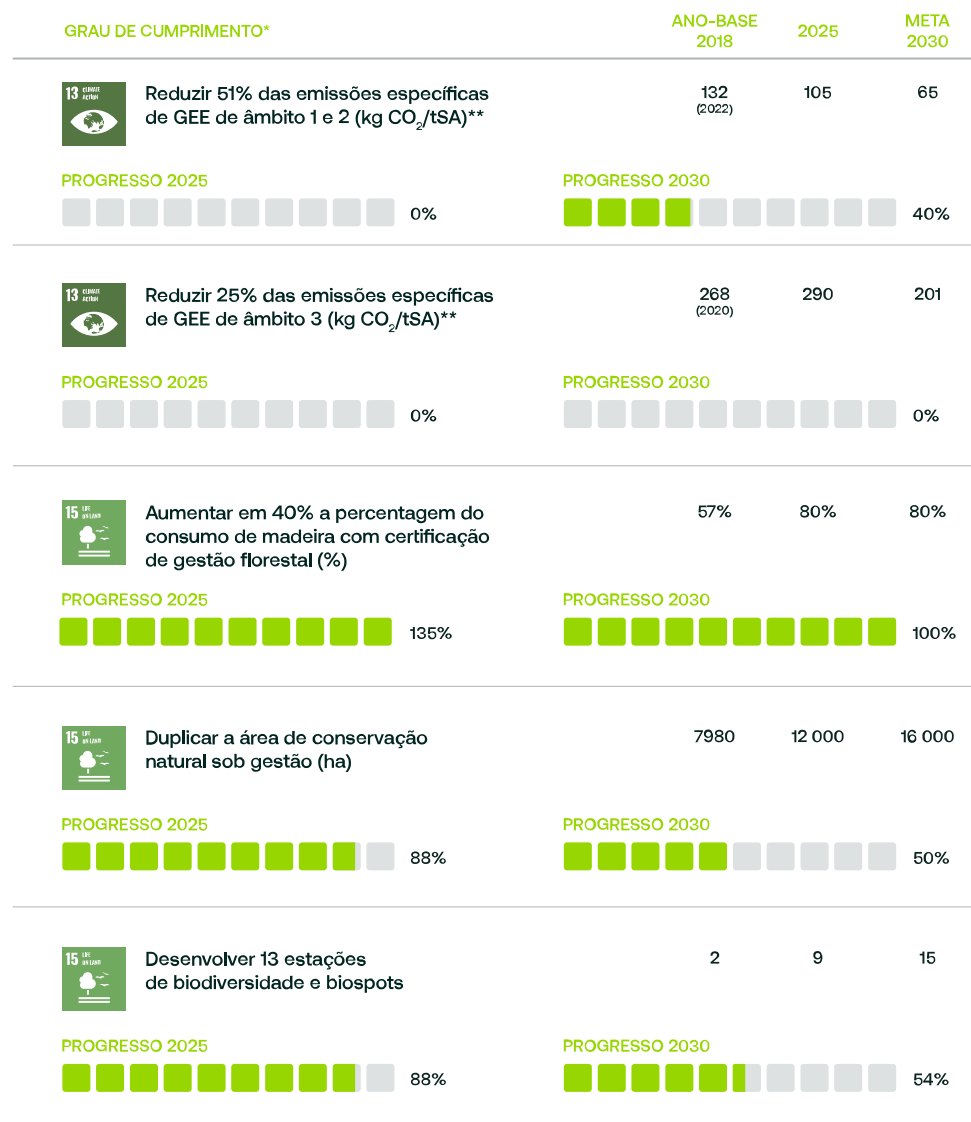
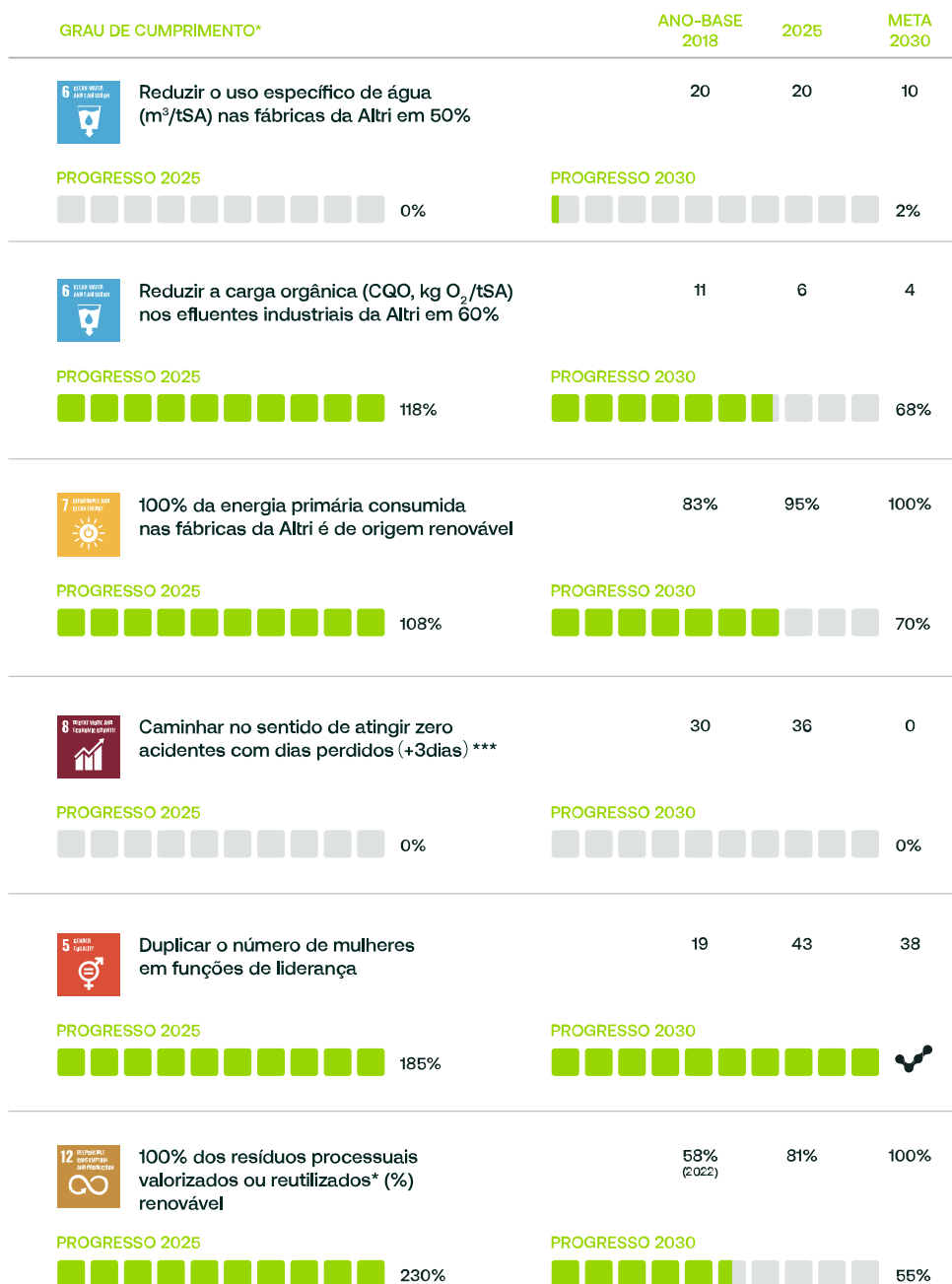




Os objetivos definidos no Compromisso 2030, apresentados na infografia seguinte, são intencionalmente ambiciosos, sobretudo considerando que, em vários deles, a Altri já hoje se posiciona como referência no setor a nível mundial. O alcance destas metas exige investimentos significativos em tecnologias inovadoras, muitas delas com prazos de implementação mais longos. Por esse motivo, o progresso não ocorrerá de forma linear, mas sim por etapas, refletindo a concretização dos diferentes projetos ao longo do tempo.



Compromisso 2030



*O indicador da valorização de resíduos (ODS12) foi revisto para o ano de 2022, deixando de considerar os resíduos das centrais da Greenvolt;

**Ano-base SBT - 2020;

***Mais do que 3 dias perdidos



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estrutura do Grupo Altri

O Grupo Altri é composto por vinte e uma sociedades, contando com três unidades industriais dedicadas à produção de fibras celulósicas — Biotek, Caima e Celbi — que, em conjunto, asseguram uma capacidade de produção instalada superior a 1 milhão de toneladas anuais.

A Celbi dedica-se essencialmente à produção de fibras celulósicas BEKP (Bleached Eucalyptus Kraft Pulp), utilizadas maioritariamente no fabrico de papéis para uso doméstico, impressão e escrita. Na Caima, embora com uma atividade semelhante, são produzidas fibras celulósicas solúveis DWP (Dissolved Wood Pulp), destinadas sobretudo à produção de man-made cellulosic fibers, como o lyocell e a viscose, amplamente utilizadas no setor têxtil. A Biotek, neste momento, produz os dois tipos de fibras celulósicas.

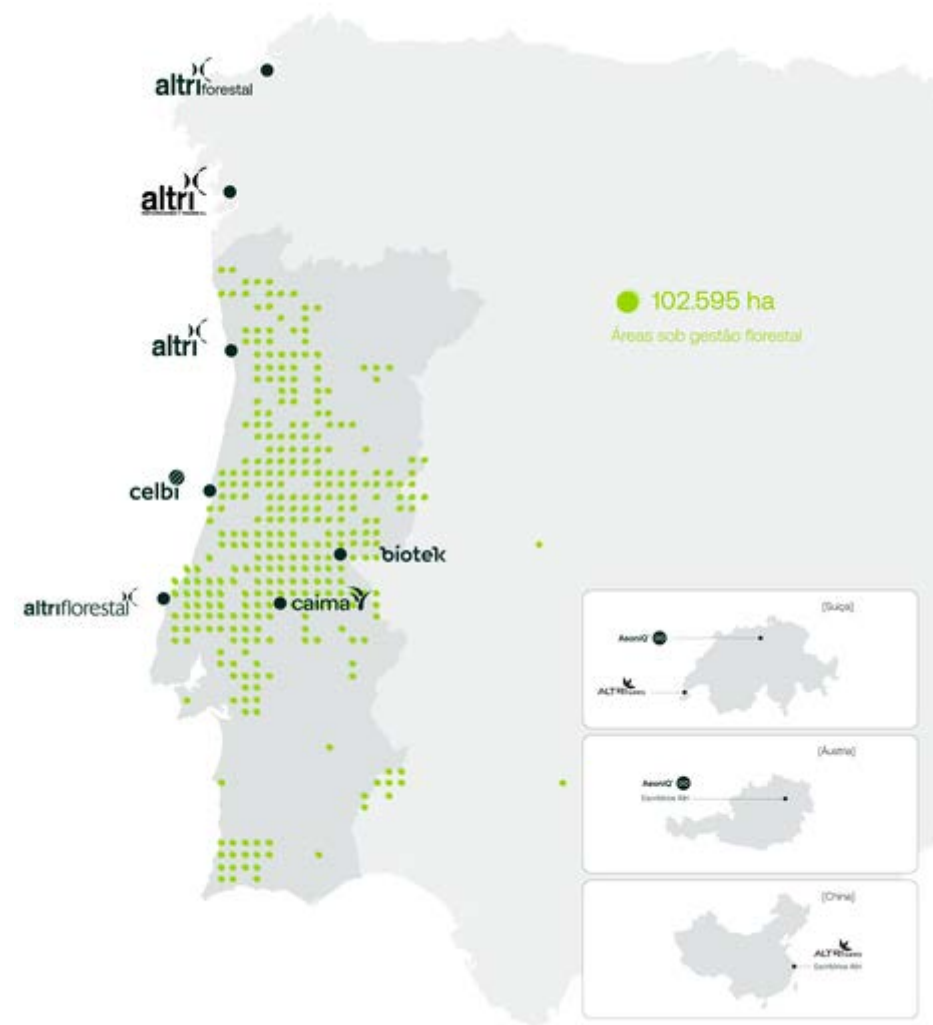
No âmbito das suas operações florestais, a Altri, através da Altri Florestal, gere cerca de 103 mil hectares de áreas florestais certificadas, dos quais aproximadamente 12 mil hectares correspondem a zonas de conservação, reforçando o compromisso do Grupo com uma gestão florestal responsável e sustentável.



A Presença da Altri

A nível nacional, a Altri está presente em vários municípios, onde assegura a gestão das áreas florestais sob sua responsabilidade. É igualmente nestas geografias que se localizam as três unidades industriais do Grupo: a Biotek,

em Vila Velha de Ródão; a Caima, em Constância; e a Celbi, na Figueira da Foz.



- 1 RELATÓRIO DE GESTÃO
- 2 RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
- 3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
- 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
- 5 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
- 6 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

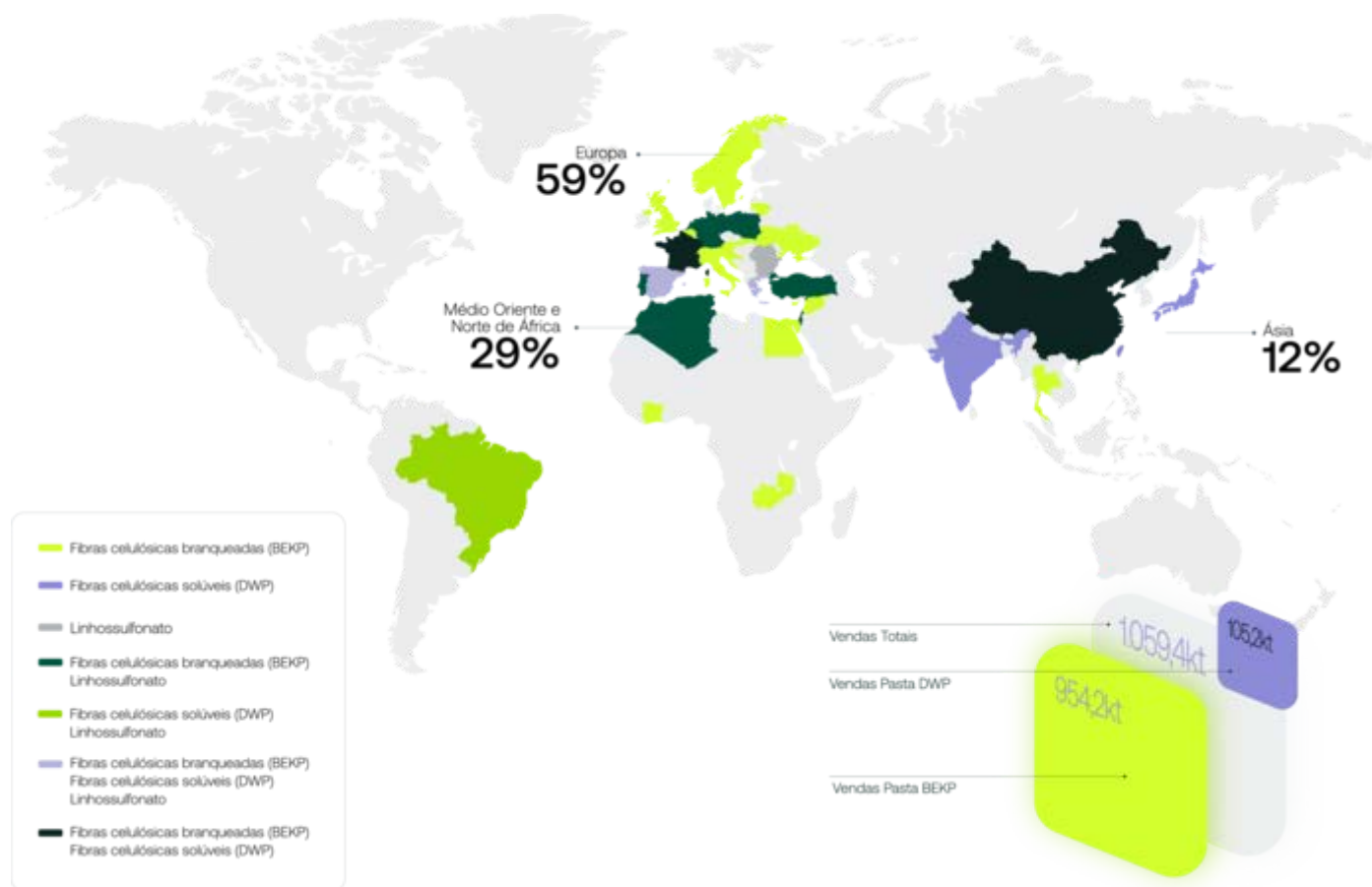
No conjunto das suas operações, a Altri contava, a 31 de dezembro de 2025, com 835 colaboradores, distribuídos por região, conforme apresentado na tabela seguinte. Para mais informações sobre o número de colaboradores consultar a [secção S1-6](#).

Região	Número de trabalhadores assalariados
Portugal	786
Espanha	35
Suíça	5
Áustria	7
China	2
Total	835

Numa perspetiva global, a Altri comercializa os seus produtos em mais de 45 países, com destaque para as fibras celulósicas branqueadas (BEKP) e para

as fibras celulósicas solúveis (DWP). As fibras BEKP têm como destino predominante os mercados europeus, enquanto as fibras DWP têm como destino maioritariamente a Ásia, em particular a China, que constitui o principal mercado para este produto.

A presença internacional da Altri permitiu ao Grupo alcançar, em 2025, um volume de receitas de 702,8 M€, resultante da produção e comercialização de fibras celulósicas.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

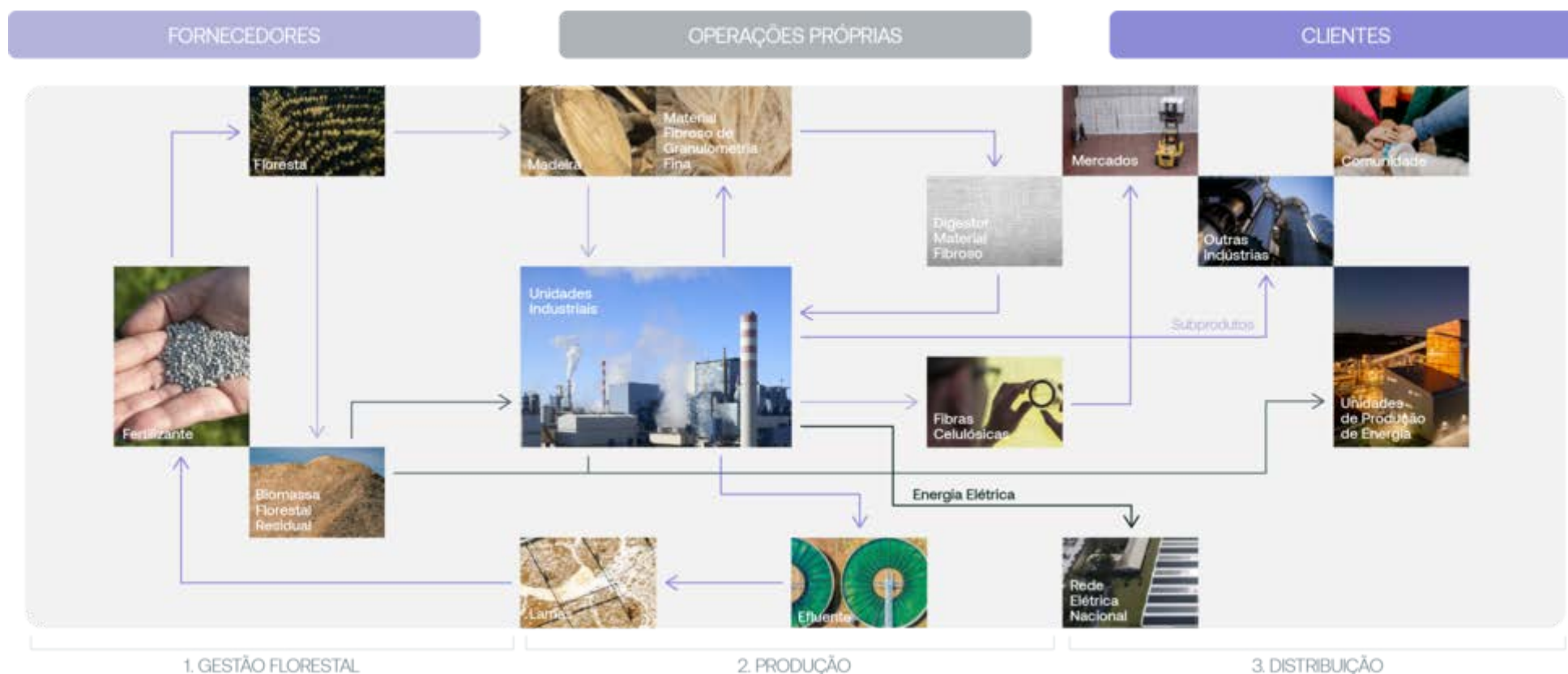
Cadeia de Valor

A atuação da Altri assenta numa cadeia de valor integrada, que combina a gestão florestal responsável com uma produção industrial eficiente e a entrega de produtos sustentáveis a clientes em diversos mercados.

As relações com os intervenientes a montante e a jusante da cadeia de valor assentam em parcerias de longo prazo, suportadas por critérios claros de sustentabilidade e por mecanismos consistentes de acompanhamento e

avaliação. Esta abordagem permite ao Grupo mitigar riscos, responder de forma eficaz às exigências regulatórias e de mercado e reforçar o alinhamento de toda a cadeia de valor com os objetivos definidos no Compromisso 2030.

A infografia seguinte representa esta cadeia de valor de forma clara e sequencial, desde a gestão das áreas florestais que fornecem a matéria-prima, passando pelas operações industriais que transformam esses recursos em fibras celulósicas, até às etapas de distribuição que garantem a chegada dos produtos finais aos clientes.



Cadeia de Valor a Montante

A montante da cadeia de valor, a Altri depende de um conjunto diversificado de parceiros que desempenham um papel determinante na continuidade e na sustentabilidade das suas operações, tendo identificado três grupos principais de intervenientes:

- ▶ **Fornecedores florestais:** Incluem a Altri Florestal e terceiros, bem como prestadores de serviços responsáveis por atividades como instalação e manutenção de povoamentos, operações silvícolas, colheita e transporte de madeira. Estas relações são enquadradas por requisitos de sustentabilidade e certificação florestal (FSC® e PEFC), garantindo a rastreabilidade da matéria-prima e a adoção das melhores práticas de gestão florestal.
- ▶ **Fornecedores industriais e operacionais:** Englobam fornecedores de energia, produtos químicos, materiais auxiliares, equipamentos industriais e serviços de manutenção, essenciais para assegurar a continuidade e a eficiência das operações da Altri. Estes parceiros são avaliados e monitorizados segundo critérios ambientais, sociais e de governação, em linha com os princípios da cadeia de valor responsável do Grupo.
- ▶ **Prestadores de serviços relevantes:** Incluem empresas de logística e transporte, serviços técnicos especializados, engenharia, tecnologia e outros serviços de suporte indispensáveis às operações e à gestão do negócio.

Os fornecedores e prestadores de serviços constituem, assim, uma componente essencial da cadeia de valor da Altri. A atividade do Grupo depende diretamente da capacidade de resposta destes parceiros, tanto ao nível da prestação de serviços e do fornecimento de materiais, como do cumprimento rigoroso dos requisitos legais, fiscais, ambientais e das políticas de sustentabilidade. A consideração destes fatores é determinante para manter relações de confiança e assegurar uma atuação responsável em toda a cadeia de valor.

Operações Próprias

A estratégia de sustentabilidade do Grupo Altri, materializada no Compromisso 2030, está profundamente alinhada com a natureza dos seus principais produtos, com os mercados em que opera e com as expectativas crescentes dos seus clientes e demais stakeholders.

A avaliação dos produtos e serviços significativos considera, por isso, a sua contribuição para os objetivos climáticos, ambientais e sociais assumidos pelo Grupo, bem como a evolução das tendências de mercado e das exigências do enquadramento regulatório.

No âmbito das suas operações próprias, o Grupo Altri centra a sua criação de valor sustentável em três pilares essenciais: as fibras celulósicas branqueadas (BEKP); as fibras celulósicas solúveis (DWP) e a gestão florestal responsável.

Fibras celulósicas branqueadas (BEKP)

As fibras celulósicas branqueadas (BEKP) são o principal produto da Altri e estão no centro da sua estratégia de descarbonização e de criação de valor sustentável. A aposta contínua na eficiência energética, na incorporação crescente de energias renováveis e na valorização de subprodutos contribui diretamente para os objetivos climáticos definidos no Compromisso 2030.

Do ponto de vista de mercado, observa-se uma procura crescente por fibras celulósicas com menor pegada carbónica e de origem responsável, impulsionada sobretudo pelos setores do papel, tissue e bioprodutos. Este contexto reforça a relevância das certificações florestais (FSC® e PEFC) e da rastreabilidade da matéria-prima, assim como a necessidade de alinhamento com requisitos ESG cada vez mais exigentes, nomeadamente em matéria de emissões, biodiversidade e direitos humanos ao longo da cadeia de valor.

A evolução regulatória europeia, incluindo a CSRD e iniciativas associadas à economia circular e à bioeconomia, tende ainda a reforçar o posicionamento competitivo das fibras BEKP produzidas segundo elevados padrões ambientais e sociais.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Fibras celulósicas solúveis (DWP)

As fibras celulósicas solúveis (DWP) assumem um papel estratégico na transição para uma economia de base renovável, sendo utilizadas em aplicações têxteis e noutros produtos de valor acrescentado que substituem matérias-primas de origem fóssil. Este produto está totalmente alinhado com os objetivos ambientais do Grupo Altri, em particular no que respeita à promoção de soluções renováveis e à redução dos impactos ambientais ao longo do ciclo de vida.

Os mercados de fibras DWP evidenciam uma crescente sensibilidade a critérios ESG, incluindo requisitos de transparência, desempenho ambiental e certificação da origem da fibra. A procura por soluções têxteis mais sustentáveis e com menor impacto climático constitui uma tendência estrutural, que sustenta a estratégia de investimento e inovação do Grupo Altri neste segmento.

Gestão Florestal

A gestão florestal é igualmente um pilar transversal à atividade do Grupo Altri e um elemento central da sua contribuição para a sustentabilidade. As práticas de Gestão Florestal Responsável, suportadas por sistemas de certificação reconhecidos internacionalmente (FSC® e PEFC), contribuem de forma decisiva para a mitigação das alterações climáticas, a conservação da biodiversidade e o reforço da resiliência dos ecossistemas.

Para além do seu papel ambiental, a gestão florestal sustentável gera impactos sociais positivos, nomeadamente ao nível da criação de emprego

local, da segurança e saúde no trabalho e do envolvimento com as comunidades. A evolução do enquadramento regulatório europeu e nacional em matéria florestal e ambiental reforça ainda mais a importância de práticas alinhadas com a ciência e com os objetivos de longo prazo do Grupo, assegurando uma atuação coerente com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Cadeia de Valor a Jusante

A jusante na sua cadeia de valor, a Altri trabalha com um conjunto diversificado de clientes, setores e canais de comercialização que asseguram a integração das suas fibras celulósicas em múltiplas aplicações, como apresentado na infografia abaixo. Os principais clientes são empresas industriais que utilizam estas fibras como matéria-prima essencial nos setores do papel, tissue, produtos de base biológica e aplicações têxteis, bem como noutros segmentos que incorporam soluções de origem renovável.

Os produtos do Grupo destinam-se a uma ampla variedade de setores, contribuindo para a produção de bens de consumo e intermédios, respondendo à crescente procura por soluções renováveis, recicláveis e com menor pegada carbónica. A comercialização é realizada através de canais diretos e indiretos, com presença em mercados internacionais, garantindo proximidade aos clientes e capacidade de resposta às suas exigências técnicas, ambientais e sociais.

Embora a Altri não tenha relações diretas com o consumidor final, as suas fibras celulósicas integram cadeias de valor alargadas que culminam em produtos utilizados por consumidores em todo o mundo.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

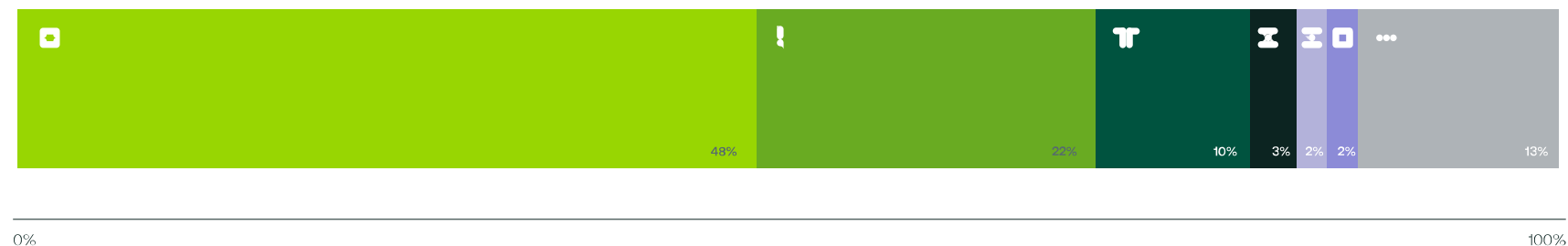


CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

VENDAS POR DESTINO FINAL 2025



Tissues Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de: • Guardanapos • Papel Higiênico • Lenços de Papel	I&E Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de: • Papel de escritório • Impressão	Têxtil Fibras celulósicas solúveis (DWP) utilizadas na produção de: • Lyocell • Viscose	Décor Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de: • Papel de Parede • Laminados de Mobiliário	Especialidades Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de: • Papel de Fotografia	Embalagens Fibras celulósicas branqueadas (BEKP) para a produção de: • Embalagens de comida • Copos • Caixas de cartão	Outros Destino não definido

Interesses e Pontos de Vista das Partes Interessadas

(SBM-2)

A Altri reconhece que o envolvimento regular e estruturado com as suas partes interessadas é fundamental para a definição da estratégia e para a orientação do seu modelo de negócio. Nesse sentido, mantém um diálogo contínuo, transparente e inclusivo com os diferentes grupos de stakeholders, permitindo identificar preocupações, expectativas emergentes, tendências setoriais e requisitos regulatórios e de mercado relevantes. Os contributos recolhidos através deste processo são integrados de forma sistemática na revisão da

estratégia, na definição de prioridades e no estabelecimento de objetivos de sustentabilidade do Grupo Altri.

No segundo semestre de 2025, a Altri conduziu um exercício de reavaliação dos seus grupos de partes interessadas. Este processo resultou na identificação de catorze grupos de stakeholders, abrangendo partes interessadas internas e externas ao Grupo.

Para cada grupo de stakeholders, foram analisados e atualizados os métodos de comunicação e interação, os objetivos específicos do envolvimento e a forma como o diálogo contribui para a orientação estratégica do Grupo. Esta abordagem permite assegurar que os interesses e pontos de vista dos

stakeholders são considerados no processo de tomada de decisão, potenciando a capacidade da Altri para ajustar a sua estratégia e modelo de negócio de forma proativa. A síntese do processo de envolvimento associado a cada grupo de stakeholders encontra-se apresentada na tabela abaixo.

Para além dos métodos de comunicação mencionados na tabela, e no âmbito do processo de revisão da análise de materialidade conduzido ao longo de

2025, a Altri realizou também um exercício abrangente de auscultação de partes interessadas internas e externas, com o objetivo de incorporar os seus contributos na reavaliação dos tópicos materiais do Grupo. O detalhe relativo a este processo encontra-se descrito na secção [Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais](#).

Grupo Stakeholders	Métodos de comunicação	Objetivo	Interligação com a estratégia do Grupo Altri
Colaboradores	▶ Reuniões diárias e semanais; ▶ Intranet/Sharepoint; ▶ Ações de formação ▶ Reuniões de chefias, de equipas, de Quadros, de Comissão de Trabalhadores, de âmbito sindical ▶ Comissão de Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho; ▶ LinkedIn; ▶ AltriNews.	Perceber as expectativas e pontos de vista dos colaboradores contribuindo assim para um ambiente de trabalho mais produtivo, motivador e alinhado com a cultura da Altri.	Investimento em formação e desenvolvimento. Iniciativas de bem-estar no local de trabalho. Acordos laborais.
Fornecedores e Subcontratados	▶ Qualificação e avaliação de fornecedores de serviços e de matérias-primas; ▶ Ações de formação e sessões de informação a prestadores de serviço e responsáveis dessas empresas; ▶ Parcerias com a Biond; ▶ Participação dos técnicos de segurança de empresas externas nas ações Cartão de Segurança da Indústria Papeleira (CSIP); ▶ Programa Comportamentos Seguros; ▶ Formação na Frente de Trabalho na Floresta; ▶ AltriNews; ▶ Relatório de Gestão; ▶ Website.	Assegurar padrões elevados de desempenho social, ambiental e operacional ao longo da cadeia de valor. Promover a qualificação e melhoria contínua dos fornecedores, em particular na gestão florestal e práticas operacionais.	Reforço da qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade do abastecimento de matéria-prima. Desenvolvimento de uma cadeia de valor mais robusta, alinhada com os standards do Grupo e com as exigências regulatórias e de mercado.
Comunidades / Organizações não governamentais	▶ Donativos financeiros; ▶ Colaboração no apoio a instituições de Solidariedade Social; ▶ Ações de voluntariado; ▶ Organização conjunta com corporações de bombeiros de simulacros de atuação em emergência; ▶ Cedência de campo de treinos para corporações de bombeiros; ▶ Cedência de material informático; ▶ Apoio a diversas iniciativas de Escolas; ▶ Programa Academia de Verão; ▶ AltriNews; ▶ Relatório de Gestão; ▶ Website; ▶ Comissão de Acompanhamento das Comunidades (CAC)	Fortalecer o relacionamento com as comunidades e alinhar investimentos de acordo com as necessidades das comunidades. Recolher o <i>feedback</i> das comunidades sobre o impacto causado pelas atividades do Grupo.	Investimento e promoção de ações de desenvolvimento local e criação de emprego. Reforço da licença social para operar através de relações de proximidade, transparência e criação de valor partilhado.

Grupo Stakeholders	Métodos de comunicação	Objetivo	Interligação com a estratégia do Grupo Altri
Clientes	▶ Visitas; ▶ Inquéritos dos clientes; ▶ Avaliação da perceção externa dos clientes; ▶ Parcerias estratégicas; ▶ AltriNews; ▶ Relatórios (Relatório e Contas); ▶ Website.	Compreender e antecipar as necessidades dos clientes, desenvolvendo relações de confiança sustentadas em transparência e proximidade. Reforçar o alinhamento entre a proposta de valor do Grupo e as exigências dos mercados onde atua.	Inovação e desenvolvimento de novos produtos alinhados com as suas necessidades e expectativas. Reforço do posicionamento competitivo do Grupo através da proximidade ao cliente e adaptação contínua da oferta.
Parceiros	▶ Ações de formação e sessões de informação a prestadores de serviço e responsáveis dessas empresas; ▶ Parcerias com a Biond; ▶ Formação na Frente de Trabalho na Floresta; ▶ AltriNews; ▶ Relatório de Gestão; ▶ Website.	Desenvolver um ecossistema de parceiros qualificado, alinhado com os standards operacionais e de sustentabilidade do Grupo, promovendo a partilha de conhecimento e a melhoria contínua das práticas florestais e industriais. Reforçar relações de colaboração de longo prazo, potenciando a qualidade da execução e a capacidade de resposta a desafios técnicos e regulatórios. Promover a co-criação de valor através do desenvolvimento conjunto de soluções, reforçando a diferenciação e a evolução do modelo de negócio. Integrar os parceiros no modelo operacional do Grupo, assegurando alinhamento com prioridades estratégicas e execução consistente.	Compromisso com a melhoria da gestão ativa dos espaços florestais. Reforço da capacitação técnica ao longo da cadeia de valor, garantindo práticas alinhadas com os standards do Grupo. Reforço do ecossistema de inovação e colaboração do Grupo, suportando a evolução do modelo de bioeconomia. Aumento da resiliência e capacidade de adaptação da cadeia de valor através de parcerias estratégicas. Valorização do conhecimento e desenvolvimento conjunto como alavancas de competitividade no longo prazo.
Decisores Políticos	▶ Diálogo permanente com vista a mostrar a visão da empresa, do setor ou do país, face a nova legislação em preparação em Portugal e na União Europeia através da Biond, CEPI, Fit for 55, Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM); ▶ Reuniões; ▶ Comunicação escrita e apresentação de proposta de revisão, em âmbito regulamentar, em âmbito nacional e da União Europeia; ▶ Relatório Integrado; ▶ AltriNews; ▶ Website.	Garantir o cumprimento com regulamentações, frameworks e standards legais.	Adaptação da estratégia e operações do Grupo de forma a assegurar o cumprimento legal. Antecipação de tendências regulatórias e contribuição ativa para o enquadramento do setor.
Entidades Oficiais	▶ Envio regular de estatísticas e relatórios; ▶ AltriNews; ▶ Relatório de Gestão; ▶ Website.	Construir uma relação de confiança e criar valor a longo prazo.	Compromisso com a transparência e comunicação proativa.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Grupo Stakeholders	Métodos de comunicação	Objetivo	Interligação com a estratégia do Grupo Altri
Instituições Financeiras	► Comunicados de resultados trimestrais; ► Conference calls trimestrais de resultados; ► Reuniões presenciais; ► NDRs (Non-Deal Roadshows) em cidades Europeias reunindo com (potenciais) investidores; ► Presença em conferências com (potenciais) investidores Europeus, Americanos e Brasileiros; ► Relatórios (Relatório e Contas); ► AltriNews; ► Website.	Construir uma relação de confiança e criar valor a longo prazo.	Alinhar a estratégia de investimento com frameworks de investimento sustentável. Reforço do acesso a financiamento sustentável e alinhamento com expectativas ESG dos mercados de capitais.
Acionistas/ Investidores	► Comunicados de resultados; ► Apresentações de resultados; ► Conferências para investidores ► Conference calls; ► Relatórios (Relatório e Contas); ► AltriNews; ► Website.	Perceber as preocupações dos investidores. Fortalecer a confiança e credibilidade no Grupo.	Foco no crescimento sustentável do Grupo Altri.
Investigação e Ensino	► Protocolos de colaboração com Universidades; ► Estágios curriculares e profissionais; ► Visitas às unidades industriais; ► AltriNews; ► Website.	Fortalecer a responsabilidade social e imagem institucional da Altri. Atrair talento qualificado.	Inovação e desenvolvimento e reforço da atratividade do Grupo.
Comunicação Social	► Comunicados de imprensa; ► AltriNews; ► Website; ► Relatório de Gestão.	Fortalecer a imagem do Grupo e atrair novos clientes, parceiros e investidores.	Manutenção e construção da imagem reputacional do Grupo. Reforço da transparência e credibilidade institucional junto do mercado e da sociedade.
Associações Setoriais	► Participação ativa em associações e fóruns setoriais nacionais e internacionais ► Contributos técnicos para grupos de trabalho, consultas públicas e posições conjuntas ► Partilha regular de informação técnica, regulatória e de boas práticas ► Eventos, conferências e iniciativas colaborativas do setor	Acompanhar e influenciar a evolução do enquadramento regulatório e normativo do setor Promover a partilha de conhecimento, inovação e boas práticas em sustentabilidade Reforçar a credibilidade e o posicionamento do Grupo como referência setorial responsável Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor florestal e industrial	Apoia a antecipação de riscos regulatórios e de mercado Reforça o alinhamento da estratégia com tendências setoriais, transição climática e bioeconomia Contribui para a competitividade sustentável e para o posicionamento estratégico de longo prazo Facilita o alinhamento com standards ESG, certificações e expectativas de stakeholders institucionais

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Grupo Stakeholders	Métodos de comunicação	Objetivo	Interligação com a estratégia do Grupo Altri
Seguradoras	► Interação regular no âmbito da subscrição, renovação e acompanhamento de apólices ► Partilha estruturada de informação sobre riscos operacionais, ambientais e climáticos ► Reporte de indicadores relevantes de segurança, ambiente e continuidade operacional ► Auditorias, visitas técnicas e processos de avaliação de risco	- Assegurar cobertura adequada dos riscos do negócio - Demonstrar maturidade na gestão de riscos ambientais, sociais e operacionais - Reduzir a exposição financeira a eventos adversos e aumentar a resiliência do Grupo - Estabelecer relações de confiança baseadas em transparência e prevenção	- Alinhamento direto com a gestão integrada de riscos e oportunidades (IROs) - Suporte à estratégia de resiliência climática, prevenção e continuidade do negócio - Incentiva a melhoria contínua de práticas ambientais, de segurança e de governação - Contribui para a proteção do valor económico e para a sustentabilidade financeira de longo prazo - Integração do risco climático, ambiental e operacional na gestão estratégica do Grupo.
Sindicatos	► Diálogo social regular e estruturado ► Reuniões formais de negociação e acompanhamento ► Mecanismos de consulta e participação dos representantes dos trabalhadores ► Comunicação transparente sobre temas laborais, de segurança e organização do trabalho	- Promover relações laborais estáveis, construtivas e baseadas na confiança - Garantir o respeito pelos direitos laborais e condições de trabalho justas - Contribuir para a prevenção de conflitos e para a melhoria do clima organizacional - Reforçar a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores	- Apoia a atração, retenção e valorização do capital humano - Contribui para a estabilidade operacional e produtividade - Reforça a cultura de segurança, responsabilidade social e diálogo - Alinha-se com os objetivos estratégicos nas dimensões social e de governação da sustentabilidade

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

(SBM-3)

No âmbito do exercício de análise de Dupla Materialidade realizado pela Altri ao longo do ano de 2025, desenvolvido de acordo com a metodologia descrita no capítulo [Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais](#), o Grupo identificou como materiais nove das dez normas temáticas das ESRS, conforme evidenciado na matriz seguinte, pela respetiva posição face à avaliação da materialidade de impacto e da materialidade financeira. De notar que um tópico foi considerado material caso tenha sido avaliado como material pela perspetiva de impacto, pela perspetiva financeira ou de ambas.

Para determinar o posicionamento de cada tópico na matriz, foi considerado o valor absoluto mais elevado obtido na avaliação, quer na perspetiva de impacto (positivo ou negativo), quer na perspetiva financeira (risco ou oportunidade).

Assim, a título exemplificativo, o tópico E1 – Alterações Climáticas foi classificado como crítico ao nível da materialidade de impacto, em virtude da identificação de um impacto positivo, e como significativo ao nível da materialidade financeira, decorrente da existência simultânea de um risco e de uma oportunidade com idêntica avaliação. Importa ainda referir que, apesar de terem sido identificados outros impactos, positivos e negativos, bem como outros riscos e oportunidades materiais, estes apresentaram pontuações inferiores, não influenciando, por esse motivo, o posicionamento final na matriz.

Adicionalmente, no caso dos tópicos E1, E4, E5 e G1, todos receberam a mesma avaliação, críticos do ponto de vista da materialidade de impacto e significativos do ponto de vista da materialidade financeira. Por esse motivo, surgem representados lado a lado na matriz, o que não significa que o tópico E1 tenha uma materialidade superior aos restantes. O mesmo racional aplica-se aos tópicos E3 e S2, ambos classificados como importantes na perspetiva de impacto e significativos na perspetiva financeira.

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

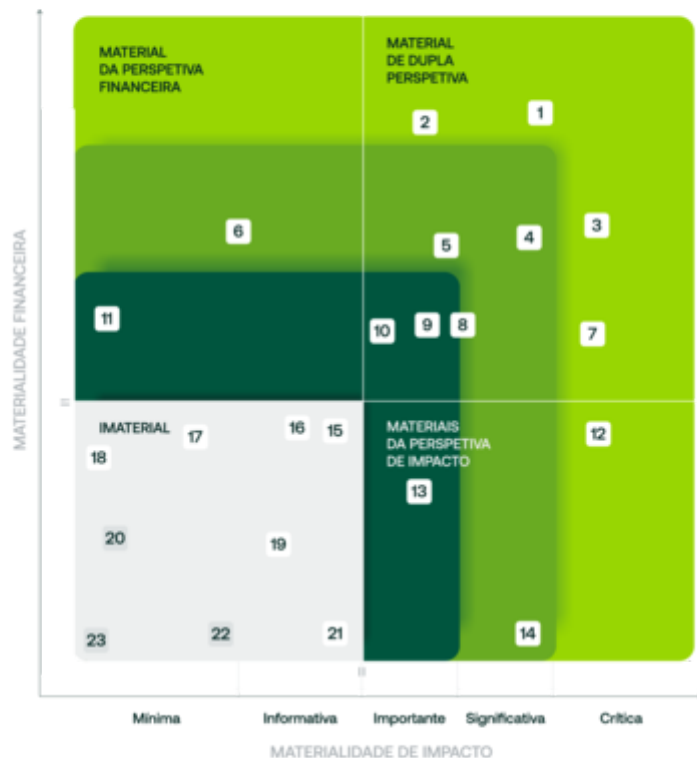
4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A infografia seguinte aprofunda a análise aos resultados da Dupla Materialidade ao desagregar os tópicos das ESRS nos respetivos subtópicos. Para cada subtópico é possível identificar se a materialidade resulta da perspectiva de impacto, da perspectiva financeira ou de ambas. Na parte inferior da infografia são identificados os subtópicos não materiais.

AVALIAÇÃO DE DUPLA MATERIALIDADE



O Valor absoluto mais elevado quer da perspectiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspectiva financeira, independentemente se na perspectiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade. Por exemplo, o tópico Alterações Climáticas foi classificado como crítico da perspectiva de impacto (devido a um impacto positivo) e significativo da perspectiva financeira (devido a uma oportunidade e um risco, ambos com a mesma avaliação). Não obstante foram também identificados outros impactos positivos e negativos, bem como outros riscos e oportunidades, avaliados como materiais, mas com uma graduação inferior.

- Direitos civis e políticos das comunidades [S3]
- Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos [S1]
- Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade [E4]
Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços [E5]
Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades [S3]
Cultura empresarial [G1]
- Adaptação às alterações climáticas [E1]
Mitigação das alterações climáticas [E1]
Poluição da água [E2]
Condições de trabalho [S1]
- Água [E3]
Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos [S2]
- Substâncias que suscitam preocupação [E2]
- Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos [E5]
Resíduos [E5]
Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento [G1]
- Condições de trabalho [S2]
- Poluição do solo [E2]
- Poluição do ar [E2]
Impactos no estado das espécies [E4]
- Corrupção e suborno [G1]
- Energia [E1]
- Impactos e dependências dos serviços ecossistémicos [E4]
- Impactos na extensão e no estado dos ecossistemas [E4]
- Outros direitos relacionados com o trabalho [S2]
- Direitos dos povos indígenas [S3]
Poluição dos organismos vivos e dos recursos alimentares [E2]
- Substâncias que suscitam elevada preocupação [E2]
- Outros direitos relacionados com o trabalho [S1]
- Envolvimento político [G1]
- Proteção de denunciantes [G1]
- Microplásticos [E2]
Recursos marinhos [E3]
- Bem-estar animal [G1]
- Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais [S4]
Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais [S4]
Inclusão social dos consumidores e/ou utilizadores finais [S4]

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Visão geral da cadeia de valor

Impactos, riscos e oportunidades materiais ao longo da cadeia de valor¹.

A figura seguinte apresenta uma representação visual que localiza, ao longo da cadeia de valor da Altri, os impactos, riscos e oportunidades que foram avaliados como críticos no exercício de Dupla Materialidade. Mais informações sobre a cadeia de valor da Altri podem ser consultadas na secção [Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor](#).



¹ Os impactos, riscos e oportunidades (IROs) representados nesta visão geral referem-se apenas aos que foram avaliados como críticos do ponto de vista de impacto, ou do ponto de vista da materialidade financeira

As tabelas seguintes sintetizam os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados no âmbito da avaliação de dupla materialidade e evidenciam a forma como estes temas são considerados pelo Grupo Altri na definição da

sua estratégia, no modelo de negócio e nas respostas adotadas para a sua gestão.

E1: Alterações Climáticas

Descrição dos impactos, riscos e oportunidades

Abordagem do Grupo Altri

Adaptação às alterações climáticas

Impactos Positivos: Montante + Operações próprias
Riscos: Montante + Operações próprias
Oportunidade: Operações próprias

Os impactos positivos materiais identificados estão sobretudo associados ao reforço da resiliência florestal face ao risco acrescido de incêndios, resultado da aplicação consistente de boas práticas de gestão florestal.

Por sua vez, os riscos materiais decorrem principalmente do aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos. A oportunidade identificada relaciona-se com o reforço da resiliência climática, nomeadamente através da realização de análises de cenários.

A Altri reforça a resiliência do seu modelo de negócio através da integração dos riscos físicos na gestão florestal, nas operações industriais e na cadeia de abastecimento, assegurando a continuidade operacional e a estabilidade da base de recursos num contexto de crescente variabilidade climática.

Mitigação das alterações climáticas

Impactos Negativos: Toda a cadeia de valor
Impacto Positivo: Operações próprias
Riscos: Montante + Operações próprias
Oportunidade: Jusante

Os impactos materiais negativos identificados correspondem às emissões de GEE de âmbito 1, 2 e 3. Como impacto material positivo, a Altri identifica o sequestro de carbono.

Os riscos materiais estão sobretudo associados ao enquadramento regulatório e tecnológico da transição climática. Como oportunidade material, a Altri identifica a entrada em novos mercados e o aumento da capacidade de produção de fibras celulósicas solúveis (DWP).

A Altri posiciona a descarbonização como um vetor central da sua estratégia, reduzindo progressivamente a intensidade carbónica das operações e alinhando as decisões de investimento com a transição para uma economia de baixo carbono, reforçando o posicionamento em cadeias de valor de base biológica e de menor intensidade carbónica.

Energia

Impactos Negativos: Toda a cadeia de valor
Impacto Positivo: Operações próprias

Os impactos materiais negativos relacionam-se com a depleção de recursos naturais, resultante do consumo de energia proveniente de fontes fósseis. Em contraponto, a utilização de energia renovável, incluindo licor negro, biomassa florestal residual e biogás permite ao Grupo gerar eletricidade e calor para autoconsumo.

Evolução do modelo energético com base no aumento da incorporação de fontes renováveis e na valorização de subprodutos do processo produtivo, contribuindo para a redução da dependência de combustíveis fósseis, para a eficiência no uso de recursos e para o reforço da autonomia e estabilidade operacional.

E2: Poluição

Descrição dos impactos, riscos e oportunidades

Abordagem do Grupo Altri

Poluição do ar

Impacto Negativo: Operações próprias
Risco: Operações próprias

A Altri identificou como impacto material negativo a emissão de poluentes atmosféricos. Como risco material, foram identificadas potenciais restrições legislativas e medidas políticas mais rigorosas aplicáveis à poluição atmosférica.

Gestão das emissões atmosféricas através de uma abordagem integrada de prevenção e controlo, assente na melhoria contínua dos processos industriais e na antecipação da evolução do enquadramento regulatório, visando assegurar a conformidade, reduzir a intensidade das emissões e salvaguardar a competitividade das operações.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

E2: Poluição**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri****Poluição da água****Impactos Negativos:** Operações próprias**Riscos:** Montante + Jusante

Como impacto material negativo, a Altri identificou a descarga de efluentes industriais.

Os riscos materiais associados relacionam-se com eventuais alterações nos valores limite de emissão aplicáveis aos efluentes descarregados, bem como com potenciais danos reputacionais decorrentes da perceção negativa por parte dos stakeholders.

Controlo e redução das descargas de efluentes industriais através da otimização contínua dos sistemas de tratamento e da integração de requisitos ambientais nos processos operacionais, assegurando a proteção dos ecossistemas recetores, a conformidade regulatória e a gestão dos riscos operacionais e reputacionais.

Poluição do solo**Impacto negativo:** Operações próprias**Risco:** Operações próprias

A Altri identificou como impacto material negativo a potencial contaminação e degradação dos solos.

Como risco material, foram identificados potenciais processos judiciais, sanções e custos de remediação associados a eventuais acidentes ou derrames.

Prevenção e mitigação de impactos no solo através da adoção de práticas de gestão florestal responsáveis e do controlo operacional das atividades industriais, visando minimizar riscos de contaminação, compactação e erosão dos solos, assegurar a sua integridade funcional e reduzir a exposição a responsabilidades legais e custos de remediação

Substâncias que suscitam preocupação**Risco:** Operações próprias**Oportunidade:** Operações próprias

A Altri identificou como risco material a ocorrência de acidentes graves associados à manipulação, armazenamento ou utilização de substâncias que suscitam preocupação. Como oportunidade material, destaca-se a implementação de programas de substituição ou eliminação gradual destas substâncias perigosas.

Gestão integrada das substâncias que suscitam preocupação, assente na prevenção de riscos operacionais e na redução progressiva da perigosidade dos processos, através da substituição de substâncias e da otimização das condições de operação, contribuindo para a segurança, a eficiência e o alinhamento com requisitos regulatórios cada vez mais exigentes

E3: Recursos hídricos e marinhos**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri****Água****Impactos Negativos:** Operações próprias + Jusante**Riscos:** Toda a cadeia de valor**Oportunidades:** Operações próprias

Os impactos negativos identificados estão sobretudo associados à depleção de recursos hídricos, às captações realizadas em zonas de stress hídrico e às descargas de efluentes.

Os riscos materiais incluem impactos operacionais, danos reputacionais e a possibilidade de serem adotadas normas mais restritivas aplicáveis à descarga de efluentes. As oportunidades materiais identificadas centram-se na melhoria da eficiência hídrica das operações da Altri.

A Altri reconhece a água como um recurso crítico para o seu modelo industrial, promovendo a eficiência hídrica, a recirculação de fluxos e o reforço da capacidade de tratamento, sustentados por sistemas de gestão e monitorização contínua, aumentando a resiliência das operações.

E4: Biodiversidade e Ecossistemas**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri****Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade**

RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

E4: Biodiversidade e Ecossistemas

Descrição dos impactos, riscos e oportunidades	Abordagem do Grupo Altri
Impactos Negativos: Montante + Operações próprias Impacto Positivo: Operações próprias Riscos: Montante Oportunidade: Montante A Altri identificou como impactos materiais negativos a fragmentação de habitats decorrente das operações de florestação e colheita, os efeitos sobre ecossistemas aquáticos e serviços de água doce, bem como os impactos associados à gestão de plantações florestais regulares e com baixa diversidade estrutural. As boas práticas de gestão florestal foram identificadas como um impacto material positivo. Como risco material, foi identificado o aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos. Como oportunidade material, destaca-se o potencial aumento da produtividade florestal resultante de uma gestão profissional.	Integração da gestão da biodiversidade no modelo florestal do Grupo, através de uma abordagem de gestão ativa do território que equilibra produtividade e resiliência ecológica. Esta abordagem permite mitigar pressões associadas às operações florestais, reforçar a adaptação a fenómenos climáticos extremos e promover uma base de recursos mais estável e produtiva no longo prazo.
Impactos no estado das espécies	
Impacto Positivo: Operações próprias	
A Altri identificou como um impacto material positivo a expansão da gestão de áreas de conservação e da rede estações de biodiversidade.	Promoção ativa da conservação de espécies através da integração de áreas de elevado valor ecológico na gestão florestal, incluindo o desenvolvimento de redes de conservação e de estações de biodiversidade, contribuindo para o reforço da integridade ecológica e para a valorização do património natural associado ao modelo de negócio.
Impactos na extensão e no estado dos ecossistemas	
Impacto Negativo: Montante + Operações próprias Impacto Positivo: Montante + Operações próprias	
A Altri identificou como impacto material negativo as práticas de gestão florestal, incluindo a movimentação de solos, a aplicação de fertilizantes e herbicidas, e a remoção da cobertura arbórea durante o corte. Como impacto material positivo a melhoria da qualidade dos solos das florestas devido às boas práticas de gestão florestal.	Integração da gestão dos ecossistemas no planeamento florestal, assegurando o controlo dos principais fatores de pressão sobre o solo e os habitats e promovendo a sua recuperação e funcionalidade, com vista à manutenção da produtividade florestal e da estabilidade ecológica dos territórios geridos.
Impactos e dependências dos serviços ecossistémicos	
Impacto Negativo: Montante + Operações próprias Impacto Positivo: Operações próprias	
A Altri identificou como um impacto material negativo a dependência da Altri de recursos naturais essenciais, como madeira e água para a produção de fibras celulósicas. A rede de Estações de Biodiversidade e biospots apresentam impactos materiais positivos na integridade e resiliência dos ecossistemas.	Integração da dependência de serviços ecossistémicos críticos, nomeadamente madeira e água, na gestão estratégica do Grupo, promovendo a sua conservação e reforço através de uma gestão florestal ativa e da valorização de áreas de conservação, assegurando a sustentabilidade do abastecimento e a resiliência do modelo de negócio no longo prazo.

E5: Utilização dos recursos e economia circular

Descrição dos impactos, riscos e oportunidades	Abordagem do Grupo Altri
Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	
Impacto Negativo: Operações próprias Impacto Positivo: Operações próprias Riscos: Montante + Operações próprias	
A Altri identificou como impacto material negativo a depleção de recursos não renováveis, enquanto a valorização energética de subprodutos foi classificada como um impacto material positivo. Como riscos materiais, o Grupo destacou a limitação no acesso a madeira, incluindo madeira certificada, a preços economicamente viáveis e a possibilidade de surgirem restrições legislativas e políticas mais rigorosas aplicáveis à plantação e exploração de eucaliptos.	Integração da eficiência na utilização de recursos, promovendo a valorização da biomassa residual e a redução progressiva da dependência de recursos não renováveis, assegurando simultaneamente a resiliência do abastecimento de matéria-prima e a adaptação a constrangimentos regulatórios e de mercado.
Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços	
Impactos Positivos: Operações próprias Riscos: Jusante Oportunidades: Jusante	

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

E5: Utilização dos recursos e economia circular**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades**

A Altri identificou como impacto material positivo o reaproveitamento de subprodutos do processo produtivo e a comercialização de fibras celulósicas solúveis (DWP) para o setor têxtil.

Como riscos materiais, foram identificadas a introdução no mercado de tecnologias disruptivas, incluindo novas fibras de base biológica, bioquímicos alternativos e polímeros renováveis, e as alterações nos padrões de consumo na indústria do papel. As oportunidades materiais relacionam-se com a pressão regulatória para reduzir a utilização de fibras têxteis de origem fóssil e com o aumento da procura por fibras de celulose regeneradas.

Resíduos

Impactos Negativo: Operações próprias
Impacto Positivo: Operações próprias
Risco: Operações próprias

A Altri identificou como impacto material negativo a produção de resíduos industriais, florestais e resíduos não recicláveis. Como impacto material positivo, destacou a redução da quantidade de resíduos gerados através da valorização de múltiplos fluxos.

Foi ainda identificado o risco material de deterioração das relações com stakeholders decorrente da percepção, real ou percebida, de práticas inadequadas de gestão de resíduos.

Abordagem do Grupo Altri

Valorização dos fluxos materiais ao longo do processo produtivo, através do desenvolvimento de soluções de base biológica e da integração em cadeias de valor circulares, reforçando o posicionamento do Grupo em mercados de substituição de materiais de origem fóssil e a capacidade de responder a dinâmicas de inovação e evolução da procura.

Integração da gestão de resíduos no modelo operacional, orientada para a redução, valorização e reintegração de fluxos no processo produtivo, em linha com o conceito de biorrefinaria, contribuindo para a eficiência na utilização de recursos.

S1: Mão de obra própria**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri****Condições de trabalho**

Impactos Negativos: Operações próprias
Impactos Positivos: Operações próprias
Riscos: Operações próprias
Oportunidades: Operações próprias

A Altri identificou como impacto material negativo a exposição dos colaboradores a jornadas prolongadas e a turnos irregulares. Como impacto material positivo, foram identificados a oferta de benefícios, a existência de contratos estáveis, o diálogo com os colaboradores e a promoção de elevados padrões de saúde e segurança ocupacional.

Os riscos materiais referem-se ao aumento dos custos operacionais, ao acréscimo da rotatividade, à redução da capacidade de atração de talento, ao aumento do absentismo e à consequente perda de produtividade. As oportunidades materiais estão associadas ao potencial de aumento da motivação, produtividade e compromisso dos colaboradores, bem como ao reforço da atratividade e da capacidade de retenção de talento.

A Altri assegura condições de trabalho estáveis e seguras, alinhadas com a exigência do seu modelo industrial, reforçando a retenção de talento, a produtividade e a continuidade operacional.

Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos

Impactos Positivos: Operações próprias
Riscos: Operações próprias
Oportunidades: Operações próprias

A Altri identificou como impacto material positivo a melhoria das condições de equidade salarial, a promoção da diversidade e o desenvolvimento contínuo de competências dos colaboradores.

Entre os riscos materiais, destacam-se a falta de know-how técnico interno, a redução da produtividade e da eficiência operacional, bem como o aumento dos custos associados à formação e ao desenvolvimento de competências de novos colaboradores. As oportunidades materiais identificadas incluem o reforço da capacidade de atração e retenção de talento qualificado, a implementação de planos de sucessão e desenvolvimento, o fortalecimento do posicionamento reputacional e o aumento da produtividade, da qualidade do produto final e da capacidade de inovação e adaptação organizacional perante novos desafios tecnológicos.

A Altri promove uma cultura organizacional assente na valorização do capital humano, na igualdade de oportunidades e no desenvolvimento contínuo de competências, preparando a organização para responder a desafios tecnológicos e geracionais. Esta abordagem permite reforçar a atratividade do Grupo, assegurar a disponibilidade de talento crítico e sustentar a inovação, a eficiência e a execução da estratégia no longo prazo.

S2: Trabalhadores na cadeia de valor**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri****Condições de trabalho**

RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

S2: Trabalhadores na cadeia de valor**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri**

Impactos Negativos: Montante
Riscos: Montante

A Altri identificou como impacto material negativo a potencial ocorrência de salários inadequados nas empresas da cadeia de valor e a exposição de trabalhadores de empresas contratadas a ambientes industriais de elevado risco. Como risco material, foi identificada a possibilidade de interrupções operacionais a montante da cadeia de valor.

A Altri promove padrões elevados de condições de trabalho ao longo da sua cadeia de valor, reconhecendo o impacto direto destes fatores na fiabilidade operacional e na segurança das atividades. Através de mecanismos de devida diligência, capacitação técnica e exigência de cumprimento de requisitos de segurança e laborais, o Grupo reforça a estabilidade da cadeia de abastecimento e reduz o risco de disrupções em atividades críticas.

Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos

Impactos Negativos: Montante + Jusante
Risco: Montante
Oportunidade: Montante

A Altri identificou como impactos materiais negativos potenciais as práticas de desigualdade remuneratória, a ausência de formação estruturada, a inexistência de políticas para prevenir e atuar perante possíveis incidentes de violência e assédio, e situações de exclusão ou preferência por trabalhadores com base em critérios como idade, género, raça, cor, origem ou aparência física, entre outros.

Como risco material, foi identificada a maior probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho decorrentes de insuficiente capacitação técnica. Como oportunidade material, destaca-se a oferta de formação técnica dirigida aos trabalhadores da cadeia de valor.

A Altri atua na cadeia de valor no sentido de promover práticas laborais responsáveis, incluindo a igualdade de tratamento, a não discriminação e o desenvolvimento de competências, integrando estes princípios nos seus processos de qualificação e acompanhamento de fornecedores. Esta abordagem permite elevar os padrões operacionais, reduzir riscos associados a práticas inadequadas e reforçar a qualidade, segurança e eficiência das operações ao longo da cadeia de valor.

S3: Comunidades Afetadas**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri****Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades**

Impactos Negativos: Operações próprias
Impactos Positivos: Operações próprias
Risco: Operações próprias
Oportunidades: Operações própria

A Altri identificou como impactos materiais negativos perturbações e externalidades associadas às operações do Grupo e o impacto potencial na disponibilidade de água para consumo, rega e atividades económicas locais. Como impactos materiais positivos a Altri identificou o aumento das competências e empregabilidade do capital humano local e as iniciativas de responsabilidade social.

A Altri identificou como material o risco de degradação do relacionamento com comunidades locais. Como oportunidades materiais a Altri identificou a promoção do talento local, o reforço da legitimidade institucional e da licença social para operar, ganhos reputacionais e reforço da perceção positiva junto da sociedade.

Direitos civis e políticos das comunidades

Impacto Positivo: Operações próprias
Riscos: Operações próprias
Oportunidades: Operações próprias

A Altri identificou como um impacto positivo a realização, com periodicidade semestral, de Comissões de Acompanhamento das Comunidades.

Como riscos materiais a Altri identificou potenciais conflitos sociais, tensões locais, impactos reputacionais e interrupção ou atraso significativo no avanço de novos projetos. A transparência e esclarecimento nas Comissões de Acompanhamento das Comunidades e a implementação de sistemas de escuta ativa foram identificados como oportunidades materiais.

A Altri posiciona a sua presença nos territórios como um vetor de criação de valor partilhado, conciliando o desenvolvimento das suas operações com a dinamização económica e social das comunidades locais. Através de uma gestão ativa dos impactos operacionais, do investimento no desenvolvimento de competências e da promoção de cadeias de valor locais, o Grupo reforça a sua licença social para operar, contribuindo para a atratividade e sustentabilidade dos territórios onde se insere.

G1: Conduta Empresarial**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Abordagem do Grupo Altri****Cultura Empresarial**

RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

G1: Conduta Empresarial**Descrição dos impactos, riscos e oportunidades****Impacto Positivo:** Operações próprias**Risco:** Operações próprias**Oportunidade:** Operações próprias

A Altri identificou como impacto material positivo a promoção e salvaguarda das melhores práticas de responsabilidade corporativa, dos valores e políticas da empresa, bem como a proteção do ambiente, das pessoas e dos colaboradores, assegurada através da implementação de diversas certificações.

Como risco material, foi identificada a diminuição da produtividade e o aumento do turnover resultantes da degradação contínua da cultura organizacional. Como oportunidade material, destaca-se o reforço do capital reputacional e humano da Altri decorrente da existência de uma cultura corporativa sólida.

Corrupção e suborno**Risco:** Toda a cadeia de valor

A Altri identificou como risco material a possibilidade de deterioração reputacional, a ocorrência de processos judiciais, a aplicação de sanções e o aumento dos custos de remediação decorrentes de incidentes de corrupção e suborno.

Abordagem do Grupo Altri

A Altri assenta a sua atuação numa cultura organizacional forte, orientada por princípios de integridade, responsabilidade e excelência, que suportam a consistência das decisões e a execução da estratégia. Esta cultura é reforçada por sistemas de gestão e práticas reconhecidas, contribuindo para o alinhamento interno, a confiança dos stakeholders e o desempenho sustentado do Grupo.

A Altri adota uma postura de tolerância zero face a práticas de corrupção, suportada por mecanismos robustos de governação e controlo. Esta abordagem protege a integridade das operações, salvaguarda a reputação do Grupo e assegura relações de confiança com todas as partes interessadas.

Os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados no exercício de Dupla Materialidade estão integralmente abrangidos pelas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), não tendo sido consideradas divulgações adicionais específicas da entidade.

Informação mais detalhada sobre os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados, bem como sobre as principais políticas, ações, métricas e metas, é apresentada nas secções correspondentes a cada norma temática.

Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades**Descrição dos Processos de Identificação e Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais**

(IRO-1)

A dupla materialidade é um conceito que orienta a identificação de temas ou informações sobre sustentabilidade que devem ser incluídos na Demonstração de Sustentabilidade. Este conceito procura identificar impactos significativos, reais ou potenciais, sobre a sociedade e o ambiente, no curto, médio ou longo prazo, associados às operações de uma organização e à sua cadeia de valor a montante e a jusante. A avaliação engloba também todos os riscos e oportunidades de sustentabilidade que podem afetar, negativa ou positivamente o desenvolvimento, desempenho e/ou a posição da Organização, no curto, médio ou longo prazos, e, como tal, aumentar ou diminuir o seu valor empresarial.

Durante o ano de 2025, a Altri realizou uma nova Análise de Dupla Materialidade, com o objetivo de aumentar a granularidade da análise e atualizar os resultados obtidos no exercício anterior, conduzido em 2023. Esta atualização foi conduzida em conformidade com os requisitos das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) e com a abordagem de



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

devida diligência em matéria de sustentabilidade adotada pelo Grupo Altri, conforme descrito na secção [GOV-4 Declaração sobre o dever de diligência](#).

Âmbito da Análise de Dupla Materialidade

A avaliação de dupla materialidade compreendeu a identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com questões ESG, considerando não apenas as operações próprias da Altri, mas também a sua cadeia de valor a montante e a jusante.

Para a identificação dos impactos, riscos e oportunidades nas operações próprias foram consideradas as atividades das três unidades industriais dedicadas à produção de fibras celulósicas, bem como as atividades de gestão florestal desenvolvidas diretamente pela Altri, incluindo as diferentes geografias onde estas desenvolvem atividades. Para assegurar uma análise abrangente da cadeia de valor, o processo considerou os potenciais impactos, riscos e oportunidades ao longo de todas as atividades, desde a extração de matérias-primas, até às atividades de reciclagem das fibras celulósicas comercializadas, incluindo as atividades dos principais setores que utilizam as fibras celulósicas produzidas pela Altri, nomeadamente as indústrias do papel de impressão e escrita, dos papéis para uso doméstico, do setor têxtil, entre outros segmentos relevantes. Informação mais detalhada sobre a cadeia de valor do Grupo Altri pode ser consultada a secção [Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor](#).

Processo de Identificação de Impactos, Riscos e Oportunidades

A identificação dos tópicos e subtópicos ESG potencialmente relevantes foi suportada por análise documental interna e externa, incluindo tendências setoriais e megatendências globais, normas setoriais aplicáveis, análise comparativa com pares relevantes e referenciais utilizados por provedores internacionais de rating ESG, assegurando uma abordagem estruturada, setorialmente informada e alinhada com as expectativas do mercado.

Adicionalmente, foram realizadas 24 reuniões de auscultação com especialistas temáticos e peritos funcionais de diferentes áreas do Grupo Altri, selecionados pela sua experiência e conhecimento do modelo de negócio. Estas reuniões permitiram validar e aprofundar os potenciais tópicos e

subtópicos identificados e contribuíram para o desenvolvimento de uma longa lista de potenciais impactos, riscos e oportunidades.

O mapeamento da cadeia de valor constituiu um passo fundamental na avaliação da dupla materialidade, permitindo uma compreensão estruturada do contexto, atividades e relações comerciais do Grupo Altri. Este mapeamento permitiu classificar os potenciais impactos, riscos e oportunidades de acordo com a sua localização a montante, nas operações próprias ou a jusante, bem como identificar dependências relevantes e áreas suscetíveis de risco acrescido.

Envolvimento com as Partes Interessadas

Com o objetivo de avaliar a perceção e as expectativas das partes interessadas, e de integrar as suas perspetivas no processo de identificação e avaliação de impactos, riscos e oportunidades, a Altri realizou também uma auscultação a stakeholders internos e externos através de questionários. O questionário interno foi partilhado com todos os colaboradores do Grupo Altri. Por sua vez, o questionário externo foi dirigido a clientes, fornecedores, instituições de investigação e ensino, entidades oficiais, parceiros, comunidades, organizações não-governamentais (ONGs) e instituições financeiras relevantes.

O processo de auscultação evidenciou um elevado grau de alinhamento entre partes interessadas internas e externas ao nível dos principais tópicos ESG, tendo estes contributos sido considerados na identificação e priorização dos impactos, riscos e oportunidades.

Identificação e Classificação dos Impactos, Riscos e Oportunidades

Com base nos tópicos potencialmente materiais foi compilada uma longa lista de potenciais impactos, riscos e oportunidades associados às operações da Altri e à sua cadeia de valor.

Os impactos, riscos e oportunidades foram identificados ao nível do subtópico ou sub-subtópico, em conformidade com as definições das ESRS, e classificados:

- Quanto à sua natureza, distinguindo impactos reais e potenciais;



- ▶ Quanto ao horizonte temporal (curto prazo <1 ano; médio prazo 1–5 anos; longo prazo >5 anos);
- ▶ Quanto à sua localização na cadeia de valor (montante, operações próprias ou jusante);
- ▶ Quanto à relação do Grupo Altri com o impacto, distinguindo situações em que a Altri causa diretamente o impacto, contribui para o mesmo ou está ligada diretamente via relações de negócio.

Os impactos foram igualmente analisados quanto a potenciais impactos negativos em matéria de Direitos Humanos.

Durante a identificação foram também consideradas as interdependências entre impactos, riscos e oportunidades. Os impactos identificados foram assim analisados quanto à sua potencial tradução em efeitos financeiros, permitindo mapear riscos e oportunidades associados.

Foram igualmente consideradas dependências relevantes associadas ao modelo de negócio, incluindo dependência de recursos naturais, recursos humanos e relações comerciais estratégicas.

Desta forma, riscos e oportunidades identificados, foram classificados de acordo com os seguintes critérios:

- ▶ Horizonte temporal: curto prazo (<1 ano), médio prazo (1–5 anos) e longo prazo (>5 anos);
- ▶ Localização na cadeia de valor: a montante, nas operações próprias ou a jusante;
- ▶ Ligação com os impactos identificados: análise se os potenciais riscos ou oportunidades derivam de impactos identificados;
- ▶ Dependências do modelo de negócio: identificação de dependências críticas de recursos naturais, recursos humanos e relações comerciais.

O processo de levantamento de potenciais impactos, riscos e oportunidades teve ainda em consideração a análise de risco já existente no Grupo Altri,

garantindo assim uma articulação consistente entre a avaliação de Dupla Materialidade e o sistema interno de gestão de riscos.

Metodologia e Processo de Avaliação da Materialidade de Impacto

Após a identificação de impactos, riscos e oportunidades, os especialistas temáticos procederam à avaliação da materialidade dos impactos de acordo com as escalas quantitativas previamente definidas.

Os impactos reais foram avaliados com base na sua severidade, enquanto os impactos potenciais foram avaliados considerando simultaneamente a severidade e a probabilidade de ocorrência.

A severidade corresponde à soma de três parâmetros:

- ▶ Escala: refere-se à gravidade do impacto - quão grave é o impacto negativo ou quão benéfico é o impacto positivo para as pessoas ou para o ambiente;
- ▶ Âmbito: refere-se à extensão do impacto - quão abrangente é o impacto? No caso dos impactos ambientais, o alcance pode ser entendido como a extensão dos danos ambientais ou um perímetro geográfico. No caso dos impactos nas pessoas, o alcance pode ser entendido como o número de pessoas adversamente afetadas;
- ▶ Remediabilidade: refere-se ao carácter de remediabilidade - em que medida os impactos negativos podem ser remediados, ou seja, restaurar o ambiente ou as pessoas afetadas ao seu estado anterior.

A avaliação foi realizada separadamente para impactos positivos e negativos, não sendo efetuada compensação entre ambos. Caso um determinado tema apresentasse impactos negativos e positivos, prevaleceu a avaliação do impacto negativo.

Os impactos positivos foram avaliados autonomamente, não sendo considerados como tal os efeitos decorrentes de ações de mitigação, remediação ou cumprimento legal.



Nos casos em que foram identificados potenciais impactos negativos em matéria de Direitos Humanos, a severidade prevaleceu sobre a probabilidade, em conformidade com os referenciais internacionais aplicáveis.

Escalas Quantitativas de Materialidade de Impacto

As escalas quantitativas utilizadas para avaliar a severidade e probabilidade de ocorrência são apresentadas nas tabelas seguintes.

Severidade					
Escala		Âmbito		Remediabilidade	
5	Muito elevado	5	Global/Total	5	Irremediável / irreversível
4	Elevado	4	Disseminado	4	Muito grave ou de longa duração
3	Médio	3	Médio	3	Difícil ou de médio prazo
2	Baixo	2	Concentrado	2	Com esforço (tempo e custo)
1	Muito Baixo	1	Limitado	1	Relativamente fácil / de curta duração
0	Nenhum	0	Nenhum	0	Muito fácil de remediar

Probabilidade de Ocorrência	
5	Quase Certo / Frequentemente / Esperado (81% -100%)
4	Provável (41% -80%)
3	Ocasional / Possível (21% -40%)
2	Improvável / Raramente (6% -20%)
1	Raro / Remoto / Improvável (<=5%)

Para impactos potenciais, a pontuação resultou da multiplicação da severidade (escala + âmbito + remediabilidade) pelo fator quantitativo de probabilidade. Para impactos reais, a pontuação correspondeu à severidade.

A pontuação da materialidade de impacto variou assim numa escala de 0 a 15, para a qual foi estabelecido um limiar de materialidade de 8. Assim, foram considerados como materiais todos os impactos com uma avaliação igual ou superior a 8.

Metodologia e Processo de Avaliação da Materialidade Financeira

À semelhança do processo de avaliação da materialidade de impacto, os riscos e oportunidades identificados foram também avaliados pelos especialistas temáticos da Altri, considerando, neste caso em particular, a magnitude potencial dos efeitos financeiros esperados para o Grupo, multiplicada pela probabilidade de ocorrência associada a cada risco ou oportunidade.

A magnitude foi determinada com base no potencial impacto no EBITDA do Grupo Altri, traduzido em eventuais perdas financeiras, no caso dos riscos, ou em potenciais ganhos financeiros, no caso das oportunidades. A probabilidade traduz a possibilidade de concretização do risco ou oportunidade identificados.

A metodologia adotada alinha-se com o processo global de gestão de riscos da Altri, assegurando coerência com os critérios internos de avaliação e a integração no sistema de gestão existente.

Sempre que a quantificação direta dos efeitos financeiros não era possível ou não apresentava a robustez necessária, recorreram-se a critérios qualitativos complementares, sustentados em julgamento técnico fundamentado, para suportar a determinação da magnitude do risco ou oportunidade no âmbito da escala definida.

As escalas de magnitude e de probabilidade de ocorrência podem ser consultadas nas tabelas abaixo.

Magnitude	
5	Muito alto
4	Alto
3	Médio
2	Baixo
1	Muito Baixo
0	Nenhum

Probabilidade de Ocorrência	
5	Quase Certo / Frequentemente / Esperado (81% -100%)

Probabilidade de Ocorrência	
4	Provável (41% -80%)
3	Ocasional / Possível (21% -40%)
2	Improvável / Raramente (6% -20%)
1	Raro / Remoto / Improvável (<=5%)

A pontuação da materialidade financeira variou entre 0 e 5, tendo sido estabelecido um limiar de materialidade de 3. Assim, foram considerados materiais todos os riscos e oportunidades com avaliação igual ou superior a 3.

Validação dos Resultados Preliminares

Concluído o processo de avaliação dos impactos, riscos e oportunidades identificados, os resultados preliminares foram analisados e validados pela equipa de projeto, constituída por membros da equipa de Sustentabilidade e de Gestão de Risco.

Posteriormente, os resultados da análise de Dupla Materialidade foram apresentados pela equipa de projeto à Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco que analisou a consistência e coerência dos resultados.

Aprovação dos Resultados da Análise de Dupla Materialidade

Na sequência da apreciação pela Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, os resultados da análise de Dupla Materialidade foram submetidos à Comissão Executiva para aprovação formal, assegurando a integração dos resultados da Dupla Materialidade na governação estratégica do Grupo Altri.

A Altri prevê rever a sua análise de Dupla Materialidade sempre que se verifiquem alterações relevantes no modelo de negócio, no perímetro ou nas atividades do Grupo, garantindo que a avaliação permanece alinhada com a evolução da organização e do seu contexto operacional.

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com o Clima

(E1 IRO-1)

No âmbito da análise de Dupla Materialidade, a Altri avaliou os potenciais impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima. Esta avaliação considerou os efeitos das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) das suas atividades e da cadeia de valor, bem como os riscos físicos, crónicos e agudos, e os riscos e oportunidades de transição associados a alterações regulatórias, de mercado, tecnológicas e reputacionais.

Neste contexto, o Grupo mantém também um processo contínuo de monitorização e reporte dos riscos físicos e dos riscos e oportunidades de transição, em alinhamento com as recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD). Este processo inclui a análise dos horizontes temporais relevantes para cada risco e oportunidade climática identificada, do potencial impacto financeiro, da magnitude do impacto e da probabilidade de ocorrência, permitindo priorizar e gerir de forma mais eficaz os temas materiais relacionados com o clima.

A Altri recorreu a modelos para análise de cenários climáticos e estimativa do impacto financeiro dos riscos e oportunidades. Esta análise foi realizada para diferentes horizontes temporais, a atualidade, 2030 e 2050. Os cenários climáticos analisados foram o cenário 1,5 °C – Net Zero Horizon (SSP1-1.9 / NZE – IEA) e o cenário 4°C – Heatwave / Business as Usual (SSP5-8.5 / STEPS – IEA). Foram analisados os principais riscos e oportunidades materiais identificados e calculado o respetivo impacto financeiro para cada um dos cenários e horizontes temporais.

O diagnóstico confirma que os riscos climáticos mais materiais da ALTRI são de transição no curto e médio prazo (carbono e matérias-primas) e físicos no longo prazo, enquanto as oportunidades estão fortemente associadas à transição energética, à valorização florestal e à inovação em produtos de base celulósica.

O cenário alinhado com 1,5 °C apresenta maior pressão inicial, mas maior resiliência estratégica, enquanto o cenário de 4 °C expõe a organização a riscos físicos crescentes e menos controláveis.

Esta abordagem permite assegurar que as medidas de adaptação e resiliência consideradas respondem a riscos climáticos severos em diferentes trajetórias de evolução futura, contribuindo para a proteção da continuidade operacional e da estabilidade financeira do Grupo no longo prazo.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

O detalhe desta avaliação, incluindo a caracterização dos riscos e oportunidades identificados e as respectivas estratégias de resposta, encontra-se disponível no [Anexo F. Task Force on Climate Related Financial Disclosures \(TCFD\)](#).

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Poluição

(E2 IRO-1)

A poluição foi um dos temas analisados pela Altri no âmbito da avaliação de Dupla Materialidade. A identificação dos potenciais impactos, riscos e oportunidades relacionados com este tema considerou tanto as operações próprias como as atividades a montante e a jusante da cadeia de valor, que poderiam gerar emissões para o ar, água e solo, envolver o uso de substâncias que suscitam preocupação ou elevada preocupação, ou estar associadas à presença e libertação de microplásticos.

Para esta identificação, foram realizadas consultas com os especialistas ambientais responsáveis pelo acompanhamento das temáticas de poluição no Grupo, assegurando rigor técnico na avaliação dos potenciais impactos.

Foram igualmente consideradas as perspetivas das comunidades potencialmente afetadas, recolhidas através do processo de auscultação externa conduzido por via dos questionários disponibilizados.

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com os Recursos Hídricos e Marinhos

(E3 IRO-1)

No âmbito dos recursos hídricos e marinhos foram identificados e avaliados os potenciais impactos, riscos e oportunidades associados ao consumo, captação e descargas de água, bem como à extração e utilização de recursos marinhos, tanto nas operações próprias da Altri como nas atividades da sua cadeia de valor.

A Altri já tinha identificado o potencial risco de diminuição da disponibilidade e qualidade da água como particularmente relevante para as suas atividades

industriais de produção de fibras celulósicas, dada a elevada dependência deste recurso. Para a identificação dos impactos, riscos e oportunidades específicos, foram envolvidos os especialistas ambientais com conhecimento técnico sobre os processos de captação, uso e gestão da água no Grupo.

A análise integrou a monitorização permanente do risco de stress hídrico nas localizações onde são realizadas captações de água, bem como a informação relevante proveniente dos sistemas internos de gestão ambiental, nomeadamente os dados de consumo, captação e descargas de águas residuais.

As perspetivas das comunidades potencialmente afetadas foram igualmente consideradas através do processo de auscultação externa, realizado via questionários dirigidos a stakeholders externos.

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Biodiversidade e Ecossistemas

(E4 IRO-1)

A temática da biodiversidade e dos ecossistemas foi também integrada na análise de Dupla Materialidade, permitindo identificar os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas, tanto nas operações próprias da Altri como nas atividades a montante e a jusante da cadeia de valor.

Com vista à identificação de impactos reais e potenciais, foi realizado um mapeamento das localizações onde se desenvolvem as atividades do Grupo Altri, com o objetivo de identificar a sua eventual sobreposição ou proximidade a zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade.

No âmbito do seu Sistema de Gestão Florestal, a Altri estabelece zonas de conservação definidas de acordo com diferentes níveis de sensibilidade e proteção:

- ▶ Áreas de Alto Valor de Conservação;
- ▶ Áreas com habitats naturais identificados;
- ▶ Áreas de conservação de rios e ribeiras (recursos hídricos);



► Áreas com potencial de conservação.

A identificação e avaliação de impactos e dependências teve ainda em consideração as recomendações da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), nomeadamente a abordagem LEAP (localizar, estimar, avaliar e preparar), permitindo estruturar a análise das interações entre as atividades do Grupo e a natureza. Foram reconhecidas dependências relevantes associadas às atividades de gestão florestal, incluindo serviços do ecossistema relacionados com a fertilidade do solo, a regulação hídrica e a disponibilidade de recursos.

Com base na análise realizada, não foram identificadas situações que exigissem a adoção de medidas de mitigação adicionais às já integradas nos instrumentos de gestão e conservação aplicáveis.

A avaliação integrou ainda a consideração de riscos e oportunidades associados às interações identificadas, incluindo potenciais implicações regulatórias, operacionais e reputacionais, bem como riscos físicos e de transição emergentes no contexto da evolução das políticas e expectativas relacionadas com a biodiversidade. As perspetivas das partes interessadas relevantes, incluindo comunidades potencialmente afetadas, foram consideradas no âmbito do exercício de auscultação realizado.

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Utilização de Recursos e Economia Circular

(E5 IRO-1)

A temática da utilização de recursos e economia circular foi igualmente avaliada no âmbito da análise de Dupla Materialidade realizada pela Altri. Nesta avaliação, foram considerados os potenciais impactos, riscos e oportunidades associados à entrada de matérias-primas, à saída de recursos e aos resíduos gerados, abrangendo tanto as operações próprias do Grupo como as atividades da cadeia de valor a montante e a jusante.

Foram envolvidos especialistas temáticos que apoiaram a identificação dos principais impactos, riscos e oportunidades, nomeadamente nas áreas de aprovisionamento de madeira, eficiência na valorização de subprodutos, entrada em novos mercados e gestão de resíduos.

As perspetivas das comunidades potencialmente afetadas foram igualmente consideradas através do processo de auscultação externa, realizado via questionários dirigidos a stakeholders externos.

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Conduta Empresarial

(G1 IRO-1)

Por fim, a temática da conduta empresarial foi igualmente considerada na análise de Dupla Materialidade. Nesta avaliação foram identificados os potenciais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a cultura empresarial, a gestão da relação com fornecedores, o envolvimento político, a prevenção da corrupção e do suborno, e a proteção de denunciantes.

Para este exercício, foram envolvidos especialistas temáticos da Altri, nomeadamente das áreas de Legal & Compliance, Compras e Relação com Investidores, que apoiaram a identificação dos impactos, riscos e oportunidades tanto nas operações próprias como nas atividades a montante e a jusante da cadeia de valor do Grupo.

Requisitos de Divulgação nas ESRS Abrangidos pela Declaração de Sustentabilidade da Empresa

(IRO-2)

Em resultado do processo de avaliação de dupla materialidade, descrito na secção [Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais](#), foram considerados materiais os IRO que atingiram ou superaram os limiares definidos para cada dimensão de materialidade. Em concreto, foram classificados como materiais os IRO com pontuação igual ou superior a 8 na perspetiva de materialidade de impacto ou igual ou superior a 3 na perspetiva de materialidade financeira, de acordo com a metodologia de pontuação estabelecida.

A identificação dos IRO materiais constituiu a base para a determinação dos requisitos de divulgação e respetivos datapoints das ESRS considerados na elaboração da presente Demonstração de Sustentabilidade, conforme sistematizado no [Anexo O. Requisitos de divulgação nas ESRS abrangidos](#)



[pela declaração de sustentabilidade da empresa](#). Sempre que não foi identificada correspondência entre um requisito de divulgação e um impacto, risco ou oportunidade material, esse requisito ou datapoint não foi incluído na presente demonstração.

O [Anexo P. Quadro de todos os pontos de referência decorrentes de outra legislação da EU](#), apresenta a lista dos requisitos de divulgação e respectivos pontos de dados provenientes de outra legislação da União Europeia, bem como a indicação das páginas onde estes se encontram divulgados ao longo da Demonstração de Sustentabilidade.



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Informação Ambiental

A Altri adota uma abordagem abrangente e integrada na gestão dos tópicos ambientais, alinhada com as melhores práticas e regulamentações internacionais. Essa abordagem é sustentada por estruturas de governação robustas e políticas ambientais globais que orientam todas as operações do Grupo.

Na Altri, a gestão ambiental é coordenada por um conjunto de órgãos dedicados, que asseguram a implementação e monitorização das políticas ambientais em todas as áreas de atuação do Grupo. Esses órgãos incluem uma Comissão Executiva, composta por membros da gestão de topo, que definem as estratégias ambientais e supervisionam a sua aplicação.

O princípio da proteção ambiental está profundamente enraizado nos valores fundamentais da Altri. O Grupo reconhece a importância da sustentabilidade como um dos pilares do seu sucesso a longo prazo e incorpora práticas ambientalmente responsáveis em todas as suas atividades. Este compromisso encontra-se refletido em objetivos ambientais transversais que enquadram a gestão do Grupo, nomeadamente no que respeita à preservação dos recursos naturais, à mitigação dos impactos ambientais e à promoção de modelos de economia circular..

O objetivo da gestão ambiental na Altri é promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental em todas as operações. O Grupo procura melhorar continuamente o seu desempenho ambiental através da inovação, da eficiência de recursos e da adoção de tecnologias limpas. Esse compromisso visa não só o cumprimento das exigências regulamentares, mas também contribuir para o bem-estar das comunidades e do ambiente em geral.

A Altri destaca-se pelo seu compromisso com a redução da pegada de carbono, a eficiência na utilização de água e energia, e a minimização da produção de resíduos. Essas ações são suportadas por investimentos significativos em tecnologias sustentáveis e pela implementação de práticas operacionais que visam a conservação dos recursos naturais.

Taxonomia da União Europeia

A União Europeia tem vindo a desenvolver esforços no sentido de dar resposta aos grandes desafios ambientais mundiais e orientar a sociedade para o desenvolvimento sustentável.

Dada a natureza dos desafios ambientais mundiais, é necessário seguir uma abordagem sistémica e prospetiva da sustentabilidade ambiental, que contrarie as crescentes tendências negativas, nomeadamente, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, o consumo excessivo de recursos, a escassez de alimentos, a acidificação dos oceanos, a deterioração das reservas de água doce e a alteração do sistema de uso do solo, bem como o aparecimento de novas ameaças, como produtos químicos perigosos e os seus efeitos combinados.

A prossecução destes objetivos exige a alocação de um valor substancial de capital a projetos sustentáveis, de modo a fomentar os mesmos e eliminar os obstáculos ao seu financiamento. Adicionalmente, existe a necessidade crescente de transparência e inclusão de riscos ambientais e sociais nos modelos de governo das empresas e de entender como estas dão resposta aos mesmos.

A União Europeia envidou esforços para harmonizar os critérios que definem se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental. Neste sentido, o Regulamento UE 2020/852 (Taxonomia UE) promove a harmonização e financiamento transfronteiriço das empresas e das atividades, com o propósito de facilitar a angariação do financiamento para projetos sustentáveis do ponto de vista ambiental. Este Regulamento estabelece critérios uniformes de seleção dos ativos subjacentes a estes investimentos.

A regulação da taxonomia da União Europeia publicada no jornal oficial da União Europeia a 18 de junho de 2020 estabelece o *framework* de suporte à classificação das atividades economicamente sustentáveis do ponto de vista ambiental para efeitos de investimento, apresentando-se como um instrumento chave para se atingir o caminho da neutralidade carbónica, proposto pela Comissão Europeia e adotado em 2019 com o Pacto Ecológico europeu.

Deste modo, para dar cumprimento a essa regulação foram publicados, em 2021, no jornal oficial da União Europeia, dois atos delegados. Em 2022, foi publicado um ato delegado adicional e, em 2023, foram adotados quatro novos atos delegados que introduziram novas atividades ao abrigo da Taxonomia UE:

- a. a 9 de dezembro de 2021, o ato delegado relativo ao clima, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2022. Este regula os critérios de avaliação para aferir se uma atividade é sustentável do ponto de vista ambiental ao contribuir para os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, e para estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento de nenhum dos restantes objetivos ambientais estabelecidos na regulação da taxonomia da União Europeia e se realiza em conformidade com as salvaguardas mínimas sociais;
- b. a 10 de dezembro de 2021, o ato delegado relativo ao artigo 8º, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2022. Este regula o reporte de informação financeira ambiental para as empresas abrangidas pela Diretiva de Relato de Informação Não Financeira (que será substituída pela Diretiva sobre o Reporte de Sustentabilidade Corporativo), nomeadamente a proporção da receita (volume de negócios), das despesas de capital (CapEx) e das despesas operacionais (OpEx) que estejam associadas a atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental;
- c. a 15 de julho de 2022, a Comissão Europeia publicou no jornal oficial da União Europeia o ato delegado complementar UE 2022/1214 que, sob restrições estritas, inclui as atividades de gás e nuclear como elegíveis e altera o Regulamento Delegado UE 2021/2178 no que diz respeito a divulgações públicas específicas para essas atividades económicas. Este ato delegado é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2023; e
- d. Em 2023, foi publicada a lista das restantes atividades passíveis de enquadramento na Taxonomia UE, bem como os critérios para avaliação do respetivo contributo para os remanescentes quatro objetivos ambientais: i) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; ii) transição para uma economia circular; iii)

prevenção e controlo da poluição; e iv) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas. Adicionalmente, determinadas atividades foram adicionadas às anteriormente publicadas para os dois objetivos climáticos.

- e. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Altri analisou a lista publicada de atividades passíveis de enquadramento na Taxonomia UE ao abrigo dos seis objetivos climáticos, sendo que as atividades identificadas pela Altri como elegíveis no âmbito da Taxonomia UE, inserem-se na sua totalidade nos dois primeiros objetivos climáticos. Assim, da lista de atividades publicada, não foram identificadas atividades elegíveis referente aos objetivos ambientais i) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; ii) transição para uma economia circular; iii) prevenção e controlo da poluição; e iv) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

A Altri tem vindo a acompanhar os principais desenvolvimentos regulatórios sobre taxonomia e outros relatórios e divulgações ESG.

Definições relevantes

Os objetivos ambientais definidos na Taxonomia UE correspondem aos seguintes: (i) mitigação das alterações climáticas; (ii) adaptação às alterações climáticas; (iii) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; (iv) transição para uma economia circular; (v) prevenção e o controlo da poluição; e (vi) proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

Para efeitos de taxonomia UE, uma atividade económica elegível significa uma atividade económica descrita nos atos delegados que complementam o Regulamento de Taxonomia, independentemente de essa atividade económica cumprir com algum ou todos os critérios técnicos estabelecidos naqueles atos delegados.

Uma atividade económica não elegível significa qualquer atividade económica que não esteja descrita nos atos delegados que complementam o

Regulamento de Taxonomia. Finalmente, uma atividade económica alinhada significa uma atividade económica que atende a todos os seguintes requisitos:

- a. A atividade económica contribui substancialmente para um ou mais dos objetivos ambientais;
- b. Não prejudica significativamente nenhum dos objetivos ambientais;
- c. É realizado respeitando as salvaguardas sociais mínimas; e
- d. Cumpre os critérios técnicos previstos nos atos delegados que complementam o Regulamento de Taxonomia.

Desde a sua constituição, a Altri tem vindo a desenvolver a sua atividade de forma ética, íntegra e transparente, proporcionando resultados que são fruto da sua visão de gestão, da eficiência dos seus processos, da contínua inovação, do profissionalismo e competência da sua equipa, da competitividade da sua oferta e da sua reputação no mercado. Neste sentido, a Altri pretende continuar a desenvolver as ações necessárias para se posicionar como uma referência, garantindo o alinhamento com macro objetivos internacionais e mantendo a sua competitividade económica no longo prazo.

De acordo com a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, a Altri encontra-se obrigada à publicação de demonstrações não financeiras, sendo-lhe assim aplicável o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 18 de junho de 2020 – Definição de Framework que facilite o investimento sustentável. Desta forma, a Altri implementou, em 2022, um processo de estruturação das práticas internas que permitam cumprir com os requisitos da Taxonomia UE e, desta forma, alinhar-se com as boas práticas de sustentabilidade e reporte de informação, o qual tem vindo a ser alvo de aperfeiçoamento contínuo. A Taxonomia da UE é uma importante ferramenta de transparência, que permite reportar o alinhamento das atividades (atuais e futuras) com o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista ambiental.

Após ter divulgado, com referência a 31 de dezembro de 2021, pela primeira vez, informações sobre a Taxonomia UE no que respeita à elegibilidade das suas atividades económicas relativamente aos objetivos climáticos, e com referência a 31 de dezembro de 2022 informações sobre o alinhamento das referidas atividades económicas relativamente aos primeiros dois objetivos climáticos, a Altri divulga, com referência a 31 de dezembro de 2025, as

informações no que respeita à elegibilidade e alinhamento das suas atividades económicas relativamente aos objetivos climáticos, materializada pela dimensão do seu peso na receita (volume de negócios), despesas operacionais (OpEx) e despesas de capital (CapEx). De referir que, após a análise efetuada pelo Grupo das atividades económicas incluídas nos restantes quatro objetivos, todas as atividades elegíveis identificadas se incluem nos dois primeiros objetivos climáticos, tendo sido avaliado o alinhamento para a totalidade das atividades identificadas.

Assim, com referência a 31 de dezembro de 2025, de acordo com o conteúdo do Ato Delegado (UE) 2021/2178 da Comissão Europeia, a Altri divulga a percentagem da receita (volume de negócios), despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) referente às atividades elegíveis e alinhadas de acordo com a taxonomia, aferindo, para efeitos de alinhamento com os objetivos climáticos, o cumprimento dos critérios técnicos de avaliação das referidas atividades, determinando qual a percentagem dos três indicadores que está associada a atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Especificação dos indicadores-chave de desempenho (ICD)

- a. **Volume de negócios:** A proporção do volume de negócios é calculada como a parte do volume de negócios líquido resultante de produtos ou serviços, associada a atividades económicas elegíveis e alinhadas de acordo com a taxonomia (numerador) dividida pelo volume de negócios líquido correspondente ao rédito reconhecido de acordo com as IFRS (denominador) nas rubricas Vendas e Prestações de serviços (Nota 38 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas);
- b. **Despesas de capital (CapEx):** O denominador abrange as adições dos ativos fixos tangíveis, intangíveis, ativos sob direito de uso e ativos biológicos referentes a novas plantações e replantações (ao custo), durante o exercício, excluindo os efeitos resultantes de depreciações, amortizações e quaisquer remensurações, nomeadamente resultantes de reavaliações, justos valores e imparidades. O denominador abrange também as adições dos ativos fixos tangíveis e intangíveis resultantes de concentrações de atividades empresariais (entradas de perímetro ao custo histórico). O

numerador corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que:

- i. esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas elegíveis e alinhadas pela taxonomia;
 - ii. seja parte de um plano para expandir as atividades económicas elegíveis e alinhadas pela taxonomia, ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para a taxonomia se tornem alinhadas pela taxonomia;
 - iii. esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas elegíveis e alinhadas pela taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa e desde que essas medidas sejam aplicadas e operacionais no prazo de 18 meses.
- c. **Despesas operacionais (OpEx):** O denominador deve cobrir os custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pelo Grupo ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos. O numerador corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que:
- i. esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas elegíveis e alinhadas pela taxonomia, incluindo necessidades de formação e outras necessidades de adaptação dos recursos humanos, e custos diretos não capitalizados que representem investigação e desenvolvimento; ou
 - ii. seja parte do plano CapEx para expandir as atividades económicas elegíveis e alinhadas pela taxonomia ou para

permitir que as atividades económicas elegíveis para taxonomia se tornem alinhadas pela taxonomia num calendário predefinido;

- iii. esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas elegíveis e alinhadas pela taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa, bem como com medidas individuais de renovação de edifícios e desde que essas medidas sejam aplicadas e operacionais no prazo de 18 meses.

Volume de negócios:

Figura 1: Percentagem do volume de negócios referente a atividades elegíveis e alinhadas

2025	Volume de negócios	Proporção Volume de negócios elegível	Proporção Volume de negócios alinhado
Atividades de negócio	(Euros)	(% do total)	(% do total)
A. Atividades elegíveis			
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	12 984 274	2%	2%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	38 437 572	6 %	6 %
Sub-total atividades elegíveis (A)	51 421 846	8 %	8 %
B. Atividades não elegíveis	624 869 953		
Volume de negócios de atividades não elegíveis (B)		92 %	92 %
Total volume de negócios consolidado (A+B)	676 291 799	100%	100%

2024			
	Volume de negócios (Euros)	Proporção Volume de negócios elegível (% do total)	Proporção Volume de negócios alinhado (% do total)
Atividades de negócio			
A. Atividades elegíveis			
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	15 494 876	2%	2%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	33 272 475	4%	4%
Sub-total atividades elegíveis (A)	48 767 351	6%	6%
B. Atividades não elegíveis	789 131 030		
Volume de negócios de atividades não elegíveis (B)		94%	94%
Total volume de negócios consolidado (A+B)	837 898 381	100%	100%

Uma vez que o core business do Grupo Altri é a produção e venda de pasta de papel, uma atividade não elegível ao abrigo do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2139), o volume de negócios do Grupo Altri referente a atividades elegíveis e alinhadas está, essencialmente, associado às atividades de: (i) produção de eletricidade a partir de bioenergia, e (ii) cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia, estando estas atividades incluídas na taxonomia dos anexos I e II do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2139), contribuindo as referidas atividades para o objetivo da mitigação e adaptação das alterações climáticas. De referir que, para efeitos da avaliação do alinhamento das atividades identificadas como elegíveis, foi avaliado o cumprimento dos critérios técnicos definidos para o objetivo da mitigação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas atividades elegíveis para os quatro novos objetivos ambientais: i) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; ii) transição para uma economia circular; iii) prevenção e controlo da poluição; e iv) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas. O aumento do volume de negócios referente às duas atividades elegíveis deve-se ao impacto verificado na receita consolidada do Grupo Altri, decorrente da alteração do regime de consumo de energia da central da Celbi para venda total da energia renovável produzida.

Despesas de capital (CapEx):

Figura 2: Percentagem das despesas de capital referente a atividades elegíveis e alinhadas

2025		Proporção CapEx elegível (% do total)	Proporção CapEx alinhado (% do total)
Atividades de negócio	CapEx (Euros)		
A. Atividades elegíveis			
1.3 - Gestão florestal	19 340 811	24 %	24 %
4.1 - Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	20 781	0%	0%
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	56 055	0%	0%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	2 276 777	3 %	3 %
5.1 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	2 577 846	3 %	3 %
5.3 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	1 063 900	1 %	1 %
7.3 - Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética	19 729 800	24 %	24 %
9.2 - Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	15 587 727	19 %	19 %
Sub-total atividades elegíveis (A)	60 653 697	75 %	75 %
B. Atividades não elegíveis	20 622 849		
CapEx de atividades não elegíveis (B)		25 %	25 %
Total CapEx consolidado (A+B)	81 276 546	100%	100%

2024	CapEx	Proporção CapEx elegível (% do total)	Proporção CapEx alinhado (% do total)
Atividades de negócio	CapEx (Euros)		
A. Atividades elegíveis			
1.3 - Gestão florestal	16 357 205	33%	33%
4.1 - Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	172 913	0%	0%
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	4 220 025	9%	9%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	2 632 063	5%	5%
5.1 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	661 647	1%	1%
5.3 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	1 184 598	2%	2%
7.4. Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios	102 709	0%	0%
9.2 - Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	8 559 600	17%	17%
Sub-total atividades elegíveis (A)	33 890 760	68%	68%
B. Atividades não elegíveis			
CapEx de atividades não elegíveis (B)	15 664 935	32%	32%
Total CapEx consolidado (A+B)	49 555 695	100%	100%

O montante total de despesas de capital incluídas no denominador do indicador representa o montante total de adições ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nas rubricas de ativos fixos tangíveis, intangíveis, direitos de uso e ativos biológicos referentes a novas plantações e replantações (ao custo) (Notas 7, 8, 10 e 11, respetivamente, do anexo às demonstrações financeiras consolidadas).

As despesas de capital incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pelo Grupo Altri de atividades elegíveis e alinhadas estão, essencialmente, associadas às atividades de: (i) gestão florestal, (ii) produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica, (iii) cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia, (iv) construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água, (v) construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, (vi) instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética e (vii) atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado, estando estas atividades incluídas na taxonomia dos anexos I e II do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (EU) 2021/2139), contribuindo as atividades (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vii) para o objetivo da mitigação das alterações climáticas e a atividade (vi) para o objetivo da adaptação das alterações climáticas.

Relativamente às adições de CapEx associadas a atividades elegíveis e alinhadas, as mesmas foram, essencialmente, efetuadas de forma a aproximar o Grupo Altri dos objetivos definidos no quadro dos compromissos 2030 e que apresentam o seguinte detalhe:

- Desenvolver ações de conservação, restauro e promoção de valores ambientais, integradas com as atividades regulares de produção florestal em territórios de dimensão, importância e relevância ao nível da paisagem, contribuindo para as políticas regionais e nacionais de conservação da diversidade biológica e com impacto demonstrativo. Em 2025, a Altri promoveu diversas parcerias com entidades externas de modo a integrar outras atividades com valor (económico, social e ambiental) com a gestão florestal;
- Reduzir o uso específico de água (m^3/tSA) nas unidades industriais da Altri em 50%. Para este objetivo, ao longo dos anos de 2024 e 2025, a Altri investiu na recuperação de água, no aumento da selagem dos circuitos, na interligação de água entre diversos locais do processo, identificando possíveis utilizadores a jusante de determinados circuitos, com vista à reutilização de águas e reduziu caudais;
- Reduzir a carga orgânica (CQO, $\text{kg O}_2/\text{tSA}$) nos efluentes industriais da Altri em 60%. Para este objetivo, a partir de 2023 e prolongando-se até 2025, a Altri investiu na renovação da ETARi da Celbi, na

otimização dos fatores de diluição nos equipamentos de lavagem de pasta, na otimização dos fechos de circuito alcalinos do branqueamento e de estabilização das condições processuais do branqueamento para a melhoria da sua performance e consequentemente a redução da carga orgânica nos efluentes gerados;

- d. 100% da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri ser de origem renovável. Continuaram a ser realizadas melhorias às caldeiras de recuperação e caldeiras de biomassa florestal residual, que são responsáveis pela produção de energia elétrica renovável nas unidades industriais;
- e. Durante o ano de 2025 foi iniciado um projeto de um novo forno da cal e de uma nova evaporação na unidade industrial da Biotek. Estes dois equipamentos permitirão alcançar uma maior eficiência energética e reduzir o impacto ambiental;
- f. Continuação da implementação do projeto para a recuperação e valorização do ácido acético e furfural, resultante da investigação desenvolvida internamente pela Direção de Inovação.

Despesas operacionais (OpEx):

Figura 3: Percentagem das despesas operacionais referente a atividades elegíveis e alinhadas

2025	OpEx (Euros)	Proporção OpEx elegível (% do total)	Proporção OpEx alinhado (% do total)
Atividades de negócio			
A. Atividades elegíveis			
1.3 - Gestão florestal	6 653 359	12%	12%
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	753 332	1%	1%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	3 908 033	7%	7%
5.1 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	185 214	0%	0%
5.3 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	903 923	2%	2%
Sub-total atividades elegíveis (A)	12 403 861	22%	22%
B. Atividades não elegíveis			
OpEx de atividades não elegíveis (B)	43 173 856	78%	78%
Total OpEx consolidado (A+B)	55 577 717	100%	100%

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

2024		Proporção OpEx elegível (% do total)	Proporção OpEx alinhado (% do total)
Atividades de negócio	OpEx (Euros)		
A. Atividades elegíveis			
1.3 - Gestão florestal	6 755 179	12%	12%
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	537 907	1%	1%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	3 422 719	6%	6%
5.1 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	213 548	0%	0%
5.3 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	480 271	1%	1%
Sub-total atividades elegíveis (A)	11 409 624	21%	21%
B. Atividades não elegíveis			
OpEx de atividades não elegíveis (B)	42 759 939	79%	79%
Total OpEx consolidado (A+B)	54 169 563	100%	100%

O montante total de despesas operacionais incluídas no denominador do indicador representa o montante total de gastos operacionais reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nas linhas de custos com a atividade florestal, conservação e reparação e rendas e alugueres na rubrica de fornecimentos e serviços externos (Nota 40 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas).

As despesas operacionais do Grupo Altri de atividade elegíveis e alinhadas estão, essencialmente, associadas às atividade de: (i) gestão florestal, (ii) produção de eletricidade a partir de bioenergia, (iii) cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia, (iv) construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água e (v) construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, estando estas atividades incluídas na taxonomia dos anexos I e II do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2139), contribuindo as referidas atividades para o objetivo da mitigação das alterações climáticas.

Taxonomia UE - elegibilidade e alinhamento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as atividades reportadas pela Altri como elegíveis nos três indicadores da Taxonomia (Volume de negócios, CapEx e OpEx) cumpriram com os critérios de alinhamento 9.2 - Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado). No ponto “Detalhe do cumprimento dos critérios de Alinhamento da Taxonomia - KPIs nos termos do Artigo 8º da Taxonomia da UE” desta secção, encontra-se detalhado o processo de alinhamento das diferentes atividades com os objetivos da mitigação e da adaptação (conforme seja aplicável) e sua conformidade com os requisitos de não prejudicar significativamente os restantes objetivos climáticos, bem como o cumprimento das salvaguardas mínimas sociais.

Processo da Altri de verificação dos requisitos das Salvaguardas Sociais Mínimas (“SSM”)

As Salvaguardas Sociais Mínimas consistem em procedimentos aplicados pela Altri, com o objetivo de assegurar o alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

A Altri tem vindo a implementar e a desenvolver diversas ações e procedimentos que permitem gerir os requisitos mínimos de SSM e garantir que não ocorram situações de risco, no que diz respeito a:

- Direitos humanos, incluindo os direitos dos colaboradores e dos clientes
- Corrupção / Suborno, solicitação de suborno e extorsão
- Tributação
- Concorrência justa

As principais políticas da Altri nestas matérias estão alinhadas com as diretrizes e princípios da OCDE e das Nações Unidas relativas aos direitos humanos, bem como à corrupção, tributação e concorrência justa e são definidas ao nível do Grupo Altri, abrangendo todas as unidades de negócio.



As políticas definidas pela Altri relativas a Direitos Humanos, Participação nas Comunidades e de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo encontram-se disponíveis no [website](#) da Altri.

Cumprimento das SSM ao nível dos direitos humanos, incluindo os direitos dos colaboradores e dos clientes

A Altri, através da Política de Direitos Humanos, comprometeu-se publicamente a respeitar e evitar impactos adversos no que respeita a todos os direitos humanos reconhecidos internacionalmente em todas as suas atividades, nomeadamente no que respeita à liberdade de associação e direito à negociação coletiva e direito de não sujeição a trabalho forçado, trabalho infantil ou discriminação em relação ao emprego e ocupação, reforçando a sua posição através da adesão ao Global Compact. Este compromisso inclui a garantia de atuação responsável em toda a cadeia de valor.

A Altri demonstra, igualmente, o compromisso de evitar impactos adversos que possam decorrer de operações ou relações de negócio e de minimizar o impacto negativo que as suas atividades tenham, ou possam vir a ter, junto das comunidades onde as desenvolve, salientando também a expectativa de adesão por parte de todas as entidades que se relacionem com o Grupo.

No que respeita ao governance destas matérias, este encontra-se atualmente assegurado ao nível da Comissão Executiva e da Comissão de Ética, a qual inclui, entre as suas responsabilidades, fazer cumprir o Código de Ética e de Conduta, o qual descreve, igualmente, como a Altri se compromete a garantir o respeito pelos direitos humanos.

A Altri tem vindo, de forma continuada, a desenvolver todos os mecanismos que lhe permitam identificar, prevenir, mitigar, rastrear e contabilizar os impactos adversos reais e potenciais sobre os direitos humanos nas suas próprias operações, cadeias de valor e outras relações comerciais, nomeadamente através do seguinte:

- a. Realização de exercício de dupla materialidade no ano de 2025, no qual foram avaliados os principais riscos, oportunidades e impactos do Grupo e o qual inclui tópicos relacionados com os direitos humanos. Os riscos são priorizados de acordo com uma matriz de relevância, procedendo-se à identificação de fatores de risco que podem afetar as

operações e atividades, através de processos e mecanismos de controlo por parte dos responsáveis operacionais das várias direções;

- b. Em resultado dos riscos identificados, é identificado um conjunto de oportunidades, de forma a endereçá-los e, após a implementação de ações de resposta aos riscos, é realizado um acompanhamento de ações de mitigação relevantes e uma monitorização constante do nível de exposição aos fatores críticos;
- c. A Altri tem disponível um canal de denúncias, o qual se aplica a todas as questões abordadas no Código de Ética, nomeadamente no que respeita a matérias de direitos humanos.

Neste relatório, ao longo das diversas secções, a Altri inclui informações sobre as suas medidas de diligência para a gestão dos direitos humanos, incluindo os direitos dos colaboradores e dos clientes, em toda a sua cadeia de valor.

Tendo consciência de que os mecanismos atualmente implementados carecem de robustecimento, nomeadamente ao nível da atribuição de responsabilidades para o acompanhamento corrente destas matérias e dos sistemas de rastreio e monitorização das ações tomadas e remediação de eventuais impactos que venham a ser identificados, a Altri afirma o seu compromisso de desenvolver todas as diligências que permitam uma melhoria contínua em todos estes processos.

Cumprir referir que, no decurso do ano de 2025, o Grupo Altri confirma a inexistência de quaisquer impactos identificados ao nível dos direitos humanos.

Cumprimento das SSM ao nível da corrupção / suborno, solicitação de suborno e extorsão

A Altri, em cumprimento com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, adotou e implementou o seu programa de cumprimento normativo, o qual tem como finalidade prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas e que integra: (i) o Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas; (ii) o plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas; (iii) Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo; (iv) um programa de formação; e (v) um canal de denúncias.



A Altri tem igualmente vindo a desenvolver diferentes medidas e procedimentos que lhe permitem combater e prevenir a corrupção e o suborno, nomeadamente:

- a. Monitorização e aprovação de transações com partes relacionadas e avaliação de conflitos de interesses, definido através do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses;
- b. Envolvimento da Comissão de Ética, para garantir o cumprimento do Código de Ética;
- c. Processos de receção e investigação de denúncias de natureza ética;
- d. Comunicação aos colaboradores para consciencialização nestas matérias.

Cumprimento das SSM ao nível da tributação

A Altri assegura o cumprimento da regulamentação fiscal aplicável, apresentando um compromisso de total transparência no processo de criação de valor económico e empenhando-se em garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos fiscais, em todos os territórios em que desenvolve a sua atividade. A Altri reporta neste relatório a sua política e abordagem tributária, bem como o governance fiscal e o envolvimento de stakeholders.

Cumprimento das SSM ao nível da concorrência justa

A Altri segue as normas de concorrência justa aplicáveis, assegurando o seu cumprimento em todos os mercados em que atua.

Através do seu Código de Ética, bem como da Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, a Altri dá prioridade a relações de confiança e concorrência justa com todos os seus stakeholders, promovendo uma relação honesta e respeitosa com todos eles. Nesse sentido, é fundamental para a Altri promover a integridade nas suas práticas empresariais, através de boas práticas de concorrência saudável, pelo que estabelece no Código de Ética as diretrizes de atuação e as situações que devem ser evitadas, de forma a assegurar que não ocorram práticas anti concorrenciais.

A Altri, através da comunicação do Código de Ética, sensibiliza e forma os seus colaboradores em matérias de concorrência justa.

Detalhe do cumprimento dos critérios de alinhamento da Taxonomia - KPIs nos termos do artigo 8º da Taxonomia da UE

Esta secção inclui informação sobre o cumprimento pela Altri dos requisitos da taxonomia:

- a. A contribuição substancial para cumprir com os objetivos climáticos;
- b. A confirmação de que as atividades elegíveis não prejudicam significativamente (NPS) os restantes objetivos climáticos;
- c. O cumprimento das Salvaguardas Sociais Mínimas;
- d. O volume de negócios, CapEx e OpEx associadas a atividades elegíveis, atividades alinhadas e atividades não elegíveis.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Volume de negócios	Código ⁽²⁾	Volume de negócios ⁽³⁾ (Euros)	Objetivos - Contribuição substancial ⁽³⁾							NPS ⁽⁷⁾							Salvaguardas sociais mínimas ⁽⁷⁾	Proporção volume de negócios atividades alinhadas Ano N	Proporção volume de negócios atividades alinhadas Ano N-1
			Proporção Volume de negócios ⁽⁴⁾ (%)	Mitigação das alterações climáticas (%)	Adaptação às alterações climáticas (%)	Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos (%)	Transição para uma economia circular (%)	Prevenção e controlo da poluição (%)	Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas (%)	Y/N	Y/N	Y/N	Y/N	Y/N	Y/N	Y/N			
Atividades económicas ⁽¹⁾																			
A. Atividades elegíveis																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades alinhadas) ⁽⁶⁾																			
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	4.8	12 044 274	2%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	2%	2%
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	4.20	39 437 572	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	0%	4%
Volume de negócios de atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades alinhadas)(A.1)		51 421 846	8%	8%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	Y	8%	0%
A.2. Atividades elegíveis mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades não alinhadas) ⁽⁷⁾																			
Volume de negócios de atividades elegíveis mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades não alinhadas)(A.2)		-	0%																
Volume de negócios atividades elegíveis (A.1. + A.2.)		51 421 846	8%																
B. Atividades não elegíveis																			
Volume de negócios atividades não elegíveis⁽⁸⁾		624 900 953	92%																
Volume de negócios total (A + B)		676 291 799	100%																

(1) Uma atividade que corresponda à descrição de uma atividade elegível de acordo com o Regulamento da Taxonomia da UE e aos critérios técnicos estabelecidos no Ato Delegado.

(2) O código atribuído a cada uma das atividades económicas é o constante dos Anexos I e II do Ato Delegado (UE) 2021/2178.

(3) Volume de negócios: A percentagem será calculada como o peso do valor do volume de negócios da atividade sobre o volume de negócios consolidado.

(4) Percentagem de acordo com a contribuição para cada um dos objetivos ambientais. No caso da Altri, apenas o objetivo de mitigação das alterações climáticas foi considerado.

(5) Contribuição substancial: refere-se à parcela do volume de negócios de cada atividade económica individual (indicada na coluna volume de negócios) que contribui para cada um dos objetivos climáticos.

(6) Não prejudicar significativamente (NPS): os objetivos ambientais que atendem aos critérios do NPS são específicos para cada atividade.

(7) Salvaguardas sociais mínimas: indica se as salvaguardas sociais mínimas são respeitadas para cada atividade individual.

(8) Esta secção da tabela inclui o montante de volume de negócios de atividades alinhadas (em conformidade com os critérios técnicos, princípios de NPS e salvaguardas sociais mínimas).

(9) Esta secção da tabela inclui o montante de volume de negócios de atividades que são elegíveis (presentes na taxonomia), mas que não estão alinhadas (não atendem aos critérios técnicos e/ou princípios de NPS).

(10) Diferença entre o volume de negócios consolidado e a soma do volume de negócios das atividades alinhadas e das atividades elegíveis não alinhadas.

[illegible]

(1) Uma atividade que corresponda à descrição de uma atividade elegível de acordo com o Regulamento da Taxonomia da UE e aos critérios técnicos estabelecidos no Ato Delegado.

(2) O código atribuído a cada uma das atividades económicas é o constante dos Anexos I e II do Ato Delegado (UE) 2021/2178.

(3) CapEx: A percentagem será calculada como o peso do valor do CapEx da atividade sobre o CapEx consolidado.

(4) Percentagem de acordo com a contribuição para cada um dos objetivos ambientais. No caso da Altri, apenas os objetivos de mitigação e adaptação das alterações climáticas foram considerados.

(5) Contribuição substancial: refere-se à parcela do CapEx de cada atividade económica individual (indicada na coluna volume de negócios) que contribui para cada um dos objetivos climáticos.

(6) Não prejudicar significativamente (NPS): os objetivos ambientais que atendem aos critérios do NPS são específicos para cada atividade.

(7) Salvaguardas sociais mínimas: indica se as salvaguardas sociais mínimas são respeitadas para cada atividade individual.

(8) Esta seção da tabela inclui o montante de CapEx de atividades alinhadas (em conformidade com os critérios técnicos, princípios de NPS e salvaguardas sociais mínimas).

(9) Esta seção da tabela inclui o montante de CapEx de atividades que são elegíveis (presentes na taxonomia), mas que não estão alinhadas (não atendem aos critérios técnicos e/ou princípios de NPS).

(10) Diferença entre o CapEx consolidado e a soma do CapEx das atividades alinhadas e das atividades elegíveis não alinhadas.

OPEX	Atividades económicas ⁽¹⁾	Código ⁽²⁾	OpEx ⁽³⁾ (Euros)	Objetivos – Contribuição substancial ⁽⁵⁾							NPS ⁽⁶⁾									
				Proporção OpEx ⁽⁴⁾ (%)	Mitigação das alterações climáticas (%)	Adaptação às alterações climáticas (%)	Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos (%)	Transição para uma economia circular (%)	Prevenção e controlo da poluição (%)	Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas (%)	Mitigação das alterações climáticas Y/N	Adaptação às alterações climáticas Y/N	Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos Y/N	Transição para uma economia circular Y/N	Prevenção e controlo da poluição Y/N	Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas Y/N	Salvaguardas sociais mínimas ⁽⁷⁾ Y/N			
A. Atividades elegíveis																				
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades alinhadas) ⁽⁸⁾																				
Gestão florestal		1.3	6 653 350	12%	12%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	12%	12%	
Produção de eletricidade a partir de bioenergia		4.8	753 332	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	1%	1%	
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia		4.20	3 908 033	7%	7%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	7%	6%	
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água		5.1	185 214	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	0%	0%	
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais		5.3	903 923	2%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	2%	1%	
OpEx de atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades alinhadas)(A.1)			12 403 861	22%	22%	0%	0%	0%	0%	0%	N/A	Y	Y	Y	Y	Y	Y	22%	20%	
A.2. Atividades elegíveis mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades não alinhadas) ⁽⁹⁾																				
OpEx de atividades elegíveis mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (Atividades não alinhadas))(A.2.)			-	0%																
OpEx atividades elegíveis (A.1. + A.2.)			12 403 861	22%																
B. Atividades não elegíveis																				
OpEx atividades não elegíveis ⁽¹⁰⁾			43 173 856	78%																
OpEx total (A + B)			55 577 717	100%																

(1) Uma atividade que corresponda à descrição de uma atividade elegível de acordo com o Regulamento da Taxonomia da UE e aos critérios técnicos estabelecidos no Ato Delegado.

(2) O código atribuído a cada uma das atividades económicas é o constante dos Anexos I e II do Ato Delegado (UE) 2021/2178.

(3) OpEx: A percentagem será calculada como o peso do valor do OpEx da atividade sobre o OpEx consolidado.

(4) Percentagem de acordo com a contribuição para cada um dos objetivos ambientais. No caso da Altri, apenas o objetivo de mitigação das alterações climáticas foi considerado.

(5) Contribuição substancial: refere-se à parcela do OpEx de cada atividade económica individual (indicada na coluna volume de negócios) que contribui para cada um dos objetivos climáticos.

(6) Não prejudicar significativamente (NPS): os objetivos ambientais que atendem aos critérios do NPS são específicos para cada atividade.

(7) Salvaguardas sociais mínimas: indica se as salvaguardas sociais mínimas são respeitadas para cada atividade individual.

(8) Esta secção da tabela inclui o montante de OpEx de atividades alinhadas (em conformidade com os critérios técnicos, princípios de NPS e salvaguardas sociais mínimas).

(9) Esta secção da tabela inclui o montante de OpEx de atividades que são elegíveis (presentes na taxonomia), mas que não estão alinhadas (não atendem aos critérios técnicos e/ou princípios de NPS).

(10) Diferença entre o OpEx consolidado e a soma do OpEx das atividades alinhadas e das atividades elegíveis não alinhadas.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

ESRS E1 Alterações Climáticas

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com as alterações climáticas, identificados pelo Grupo Altri no âmbito da análise de Dupla Materialidade, encontram-se apresentados na tabela seguinte.

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 - Adaptação às alterações climáticas						
Aumento dos custos operacionais, quebra de produtividade e redução de receitas devido ao aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos como incêndios.	R			M + PO	■ ■ ■	Plano de Transição para as alterações climáticas (E1-1)
Aumento dos custos operacionais, redução da capacidade produtiva e redução de receitas devido ao aumento da severidade de eventos climáticos extremos, nomeadamente escassez de águas/secas.	R			M + PO	■ ■ ■	
Aumento do custo das matérias-primas, principalmente da madeira, devido aos impactos das alterações climáticas nas florestas.	R			M + PO	■ ■ ■	
O aumento da frequência e duração de períodos de seca na Península Ibérica, associado às mudanças crónicas nos padrões climáticos resultante de cenários de maiores temperaturas representa um risco para as unidades industriais da Altri.	R			PO	■ ■ ■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com as alterações climáticas (E1-2;E1-3;E1-4; E1-5;E1-6)
O aumento da temperatura média global e a mudança crónica dos padrões climáticos na Península Ibérica, incluindo secas prolongadas e o aumento da probabilidade de ocorrências de tempestades tropicais na região peninsular resultante do aumento de temperatura do mar, pode comprometer a qualidade físico-química da água captada pelos rios Mondego e Tejo para as unidades industriais da Altri (Celbi, Caima e Biotek).	R			PO	■ ■ ■	
O aumento crónico das temperaturas médias globais, associado a cenários de aquecimento acima de 2°C, representa um risco físico crónico a longo prazo para as unidades industriais da Altri. O calor prolongado reduz a eficiência de sistemas térmicos e mecânicos, aumenta o consumo de água e energia devido à evaporação e necessidade de arrefecimento adicional.	R			PO	■ ■ ■	
Realização de uma análise de cenários climáticos com vista a analisar a resiliência do modelo de negócio, a exposição dos seus ativos aos riscos físicos climáticos e ao desenvolvimento de um plano de adaptação climática.	O			PO	■ ■ ■	
Os programas de prevenção, combate e restauro florestal, incluindo a participação na Afocelca e iniciativas de recolha e valorização de biomassa residual, reforçam a resiliência física das propriedades florestais perante o aumento do risco de incêndios associado às alterações climáticas.	I	+	R	PO	■ ■ ■	
A implementação de boas práticas de gestão florestal contribuem diretamente para a redução do risco de incêndios florestais e da sua propagação quando estes ocorrem.	I	+	R	M + PO	■ ■ ■	
2 – Mitigação das alterações climáticas						
Contribuição para o aquecimento global devido às emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), âmbito 1 e 2.	I	-	R	PO	■ ■ ■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com as alterações climáticas (E1-2;E1-3;E1-4; E1-5;E1-6)
Contribuição para o aquecimento global devido às emissões indiretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE), âmbito 3.	I	-	R	M + J	■ ■ ■	
Aumento dos preços das emissões de gases com efeito de estufa, devido à regulamentação atual e emergente.	R			PO	■ ■ ■	
Restrições legislativas e/ou regulamentação emergente relativamente aos valores limite de emissão (VLE), aumento de obrigações de reporte, mandatos e regulamentação restritiva de determinados produtos e serviços, aumento das taxas sobre produtos petrolíferos, introdução de taxas como o CBAM, e diretivas como a Fuel EU, ETD poderão impactar os custos operacionais.	R			M + PO	■ ■ ■	
Investimentos tecnológicos elevados, desvalorização de ativos e/ou ativos irrecuperáveis devido ao investimento necessário para o seu alinhamento com os objetivos de neutralidade carbónica.	R			PO	■ ■ ■	
A transição para novas tecnologias (como hidrogénio, captura de carbono, ou outras tecnologias limpas) pode ter barreiras de custo, maturidade tecnológica ou escalabilidade.	R			M	■ ■ ■	
Incumprimento dos objetivos ESG definidos, nomeadamente das metas de redução de emissões, contribuindo para a deterioração de relações com os stakeholders e/ou desvalorização do capital reputacional.	R			PO	■ ■ ■	
Entrada em novos mercados e incremento do volume de vendas através do aumento da capacidade de produção de pastas solúveis de celulose para a produção de fibras têxteis de base celulósica, como a viscosa e lyocell.	O			J	■ ■ ■	
Contribuição para a mitigação das alterações climáticas através do sequestro de carbono, resultante das boas práticas de gestão florestal e do crescimento de biomassa viva e stock de carbono no solo.	I	+	R	PO	■ ■ ■	

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3 - Energia

Depleção de recursos naturais devido ao consumo de energia proveniente de fontes fósseis não renováveis.	I	-	R	PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com as alterações climáticas (E1-2;E1-3;E1-4; E1-5;)
Depleção de recursos naturais devido ao consumo intensivo de energia produzida a partir de fontes fósseis não renováveis resultantes das atividades a montante e a jusante da cadeia de valor.	I	-	R	M + J	■■■	
A utilização de licor negro, biomassa residual e biogás para a produção de energia renovável, incluindo através de sistemas de cogeração, permite à Altri gerar eletricidade e calor para autoconsumo e, quando aplicável, injetar excedentes na rede elétrica nacional.	I	+	R	PO	■■■	

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto

R - Risco

O - Oportunidade

R- Real

P - Potencial

PO - Próprias operações

M - Cadeia de valor a montante

J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo

- Impacto Negativo

= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

Curto Prazo

Médio Prazo

Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspetiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspetiva financeira, independentemente se na perspetiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

(SBM-3)

Impactos

As alterações climáticas constituem um tema material para o Grupo Altri, refletindo não apenas os efeitos das suas atividades sobre o clima, mas também a forma como o Grupo estrutura e operacionaliza a sua atuação para mitigar esses impactos e potenciar contributos positivos para a transição climática.

No que respeita aos impactos negativos, o Grupo reconhece a contribuição das suas atividades para as emissões de gases com efeito de estufa ao longo da cadeia de valor, abrangendo tanto as próprias operações como as atividades a montante e a jusante. Estes impactos estão sobretudo associados ao consumo energético, sendo geridos de forma ativa através da transformação progressiva do modelo energético e da otimização contínua dos processos operacionais.

Neste contexto, a mitigação dos impactos negativos associados às emissões de GEE encontra-se integrada nas decisões operacionais e de investimento, sendo operacionalizada através da substituição progressiva de combustíveis fósseis, do reforço da utilização de energia de origem renovável e da melhoria da eficiência energética, em linha com o plano de transição climática do Grupo.

Paralelamente, o Grupo assume um papel ativo na contribuição para a descarbonização da economia, alavancando a sua posição na bioeconomia de base florestal. A utilização de biomassa florestal residual e de subprodutos do processo industrial, como o licor negro, permitem produzir energia renovável e reduzir estruturalmente a intensidade carbónica das operações, reforçando a autonomia energética das unidades industriais.

A gestão florestal sustentável constitui igualmente um vetor estratégico central, contribuindo para o sequestro de carbono em biomassa viva e no solo,

bem como para a preservação e reforço da capacidade dos ecossistemas florestais enquanto sumidouros de carbono.

Adicionalmente, o desenvolvimento de produtos de base biológica permite substituir materiais de origem fóssil e responder à crescente procura por alternativas de menor intensidade carbónica, reforçando o posicionamento competitivo do Grupo.

Análise de resiliência climática

Âmbito e enquadramento da análise

A análise de resiliência climática insere-se na abordagem global do Grupo Altri à gestão de risco, a qual é conduzida numa perspetiva de criação de valor e orientada para a identificação e avaliação de fatores com potencial de influenciar a continuidade operacional, a disponibilidade de recursos críticos, a estabilidade da cadeia de valor e o posicionamento competitivo a médio e longo prazo. Neste contexto, os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas são integrados no processo global de gestão de risco do Grupo, sendo analisados de forma transversal às diferentes áreas operacionais e funcionais.

O âmbito da análise abrange as operações industriais, os ativos florestais e a cadeia de valor, refletindo a natureza integrada do modelo de negócio do Grupo. Esta abordagem permite uma leitura articulada entre riscos físicos e de transição, bem como das oportunidades associadas à transição para uma economia de baixo carbono.

O Grupo tem vindo a reforçar de forma contínua a sua abordagem à identificação, avaliação e divulgação de riscos e oportunidades climáticas, procurando responder às crescentes expectativas do mercado de capitais e dos seus diversos stakeholders em matéria de transparência e robustez da informação climática.

Esta evolução encontra-se alinhada com a ambição do Grupo de se afirmar como uma referência na produção de fibras celulósicas de base florestal sustentável, integrando progressivamente critérios climáticos na sua estratégia, no modelo operacional e nos processos de tomada de decisão



A análise de resiliência climática do Grupo Altri encontrando-se detalhada no [Anexo F. Task Force on Climate-Related Financial Disclosures \(TCFD\)](#).

Metodologia e Abordagem Adotada

A metodologia adotada baseia-se numa avaliação multidimensional dos riscos e oportunidades identificados, considerando, em particular:

- ▶ o potencial impacto financeiro (nomeadamente em OpEx, CapEx e receitas);
- ▶ a fase da cadeia de valor afetada (upstream, operações diretas e downstream);
- ▶ o horizonte temporal (curto, médio e longo prazo); e
- ▶ a magnitude do impacto e a probabilidade de ocorrência.

Esta abordagem permite caracterizar de forma consistente os principais riscos físicos e de transição, bem como as oportunidades associadas, traduzindo-os em impactos potenciais ao nível dos principais indicadores operacionais e financeiros, nomeadamente custos operacionais, necessidades de investimento e receitas.

A metodologia reflete, assim, uma abordagem integrada que articula a análise climática com o modelo de negócio do Grupo, permitindo suportar a priorização de iniciativas de mitigação e adaptação e a sua incorporação nos processos de decisão operacional e estratégica.

Riscos Físicos Relacionados com o Clima

A análise de riscos físicos, detalhada no anexo TCFD, evidencia uma exposição direta do modelo de negócio a fenómenos climáticos extremos, refletindo-se em riscos associados à disponibilidade de matéria-prima, ao aumento dos custos operacionais e à redução da capacidade produtiva, bem como a disrupções na cadeia de abastecimento e impactos na continuidade operacional.

Esta exposição decorre da natureza intrínseca da atividade do Grupo, fortemente dependente de recursos florestais como principal matéria-prima, e

da localização geográfica dos seus ativos, maioritariamente concentrados na Península Ibérica, uma região particularmente vulnerável a eventos climáticos extremos, incluindo incêndios, secas prolongadas e fenómenos de stress hídrico.

A análise demonstra que estes riscos assumem uma natureza estrutural, na medida em que afetam simultaneamente a base de recursos do Grupo e a estabilidade das suas operações. Neste contexto, a maior frequência e severidade de eventos climáticos extremos pode comprometer a produtividade florestal e a qualidade da matéria-prima, com impacto direto na disponibilidade e no custo da madeira, ao mesmo tempo que introduz disrupções no abastecimento com efeitos na continuidade das operações industriais.

Em paralelo, estes fenómenos traduzem-se num aumento dos custos operacionais e podem originar reduções de receita, quer pelo impacto direto em ativos florestais, quer pela diminuição da capacidade produtiva em cenários adversos. A crescente variabilidade climática afeta igualmente a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos utilizados nas unidades industriais, podendo condicionar a eficiência operacional e a estabilidade dos processos produtivos.

Adicionalmente, o aumento das temperaturas médias e a ocorrência de períodos prolongados de calor extremo têm impacto na eficiência dos sistemas industriais, implicando necessidades acrescidas de energia e água para arrefecimento de equipamentos. Estes fatores, conjugados com a ocorrência de eventos extremos, podem originar danos em ativos florestais e industriais, exigindo investimentos adicionais em adaptação e reforço da resiliência (CapEx), bem como um aumento dos custos associados à manutenção, gestão florestal e mitigação de riscos (OpEx).

De forma transversal, a variabilidade climática crescente introduz maior incerteza na cadeia de abastecimento, exigindo maior flexibilidade operacional e reforço dos mecanismos de planeamento.

A resposta do Grupo a estes riscos assenta numa abordagem ativa de adaptação, integrada na gestão florestal e operacional, que visa não apenas mitigar impactos, mas também reforçar a resiliência estrutural do modelo de negócio. Esta abordagem inclui a implementação de práticas de gestão florestal sustentável, o reforço dos sistemas de prevenção e combate a



incêndios, nomeadamente através da participação na Afocelca, o investimento em melhoramento genético e na resiliência das espécies, bem como a diversificação de fontes de abastecimento.

Riscos de Transição Relacionados com o Clima

A análise efetuada evidencia a exposição do Grupo Altri a um conjunto de riscos de domínio político e jurídico, tecnológicos, e de mercado, associados à transição para uma economia de baixo carbono, nomeadamente relacionados com a evolução do enquadramento regulatório, o aumento dos preços de carbono, a necessidade de transformação tecnológica e as exigências crescentes em matéria de desempenho ESG.

Estes riscos decorrem, em particular, da natureza intensiva em energia das operações industriais do Grupo e da sua exposição a políticas climáticas europeias, incluindo mecanismos de precificação interna de carbono e requisitos regulatórios cada vez mais exigentes em matéria de descarbonização, eficiência energética e sustentabilidade dos produtos.

Neste contexto, a evolução dos preços de carbono, nomeadamente no âmbito de regimes como o EU ETS e de mecanismos emergentes de ajustamento de carbono, constitui um dos principais fatores de pressão sobre os custos operacionais do Grupo, com potencial impacto na competitividade das operações industriais. Em paralelo, o reforço das exigências regulatórias, incluindo limites de emissão mais restritivos, aumento das obrigações de reporte e introdução de novos instrumentos legislativos, contribui para um aumento da complexidade de cumprimento e pode implicar custos adicionais de adaptação.

A transição implica igualmente investimentos relevantes em tecnologias de descarbonização, com impacto no perfil de capital e com risco associado de obsolescência de ativos caso não sejam adaptados atempadamente. Este desafio é amplificado pela incerteza associada à maturidade, custo e escalabilidade de determinadas soluções tecnológicas, podendo condicionar o ritmo e a viabilidade económica da transição.

Adicionalmente, a evolução das preferências de mercado e das expectativas dos stakeholders em matéria de sustentabilidade introduz uma dimensão reputacional relevante, na medida em que o incumprimento de objetivos

climáticos e ESG poderá afetar o posicionamento competitivo do Grupo e a sua relação com clientes, investidores e outras partes interessadas.

A resposta do Grupo a estes riscos encontra-se materializada no plano de transição climática e na integração de critérios climáticos nos processos de decisão, permitindo uma antecipação ativa das dinâmicas regulatórias e de mercado. Neste âmbito, a utilização de um preço interno de carbono como instrumento de apoio à decisão de investimento contribui para internalizar custos futuros e orientar a alocação de capital para soluções de menor intensidade carbónica. Esta abordagem é complementada pela realização de análises comparativas de opções tecnológicas, que integram dimensões de CapEx, OpEx e intensidade carbónica, bem como pelo alinhamento progressivo do portefólio de investimentos com atividades elegíveis e alinhadas com a Taxonomia da União Europeia e pela mobilização de instrumentos de financiamento sustentável, nomeadamente obrigações verdes.

Em conjunto, estes mecanismos permitem mitigar os riscos de transição, reduzindo a exposição a custos futuros e reforçando o posicionamento competitivo do Grupo num contexto de economia de baixo carbono. A capacidade do Grupo para gerir estes fatores de forma eficaz será determinante para assegurar a resiliência do seu modelo de negócio a médio e longo prazo.

Oportunidades Relacionadas com o Clima

A transição para uma economia de baixo carbono constitui não apenas um vetor de risco, mas também uma oportunidade estratégica de criação de valor e reforço do posicionamento competitivo do Grupo. As oportunidades associadas com a transição climática abrangem domínios como a eficiência de recursos, fontes de energia relacionados com os produtos e serviços, mercado e resiliência do modelo de negócio.

Estas oportunidades decorrem da natureza dos ativos e do modelo de negócio da Altri, assentes numa base florestal renovável e em processos industriais com potencial de descarbonização progressiva, permitindo ao Grupo posicionar-se de forma favorável num contexto de crescente procura por soluções de base biológica e de menor intensidade carbónica.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Neste enquadramento, a substituição de materiais de origem fóssil por alternativas renováveis assume um papel central, acompanhando uma tendência estrutural de mercado impulsionada pela necessidade de descarbonização das cadeias de valor. O posicionamento da Altri enquanto produtora de fibras celulósicas sustentáveis reforça a atratividade dos seus produtos junto de clientes que procuram reduzir a sua pegada carbónica, criando oportunidades de diferenciação e de expansão em segmentos alinhados com a transição climática.

Em paralelo, a melhoria contínua da eficiência energética e a progressiva incorporação de fontes de energia renovável contribuem não só para a redução de emissões, mas também para ganhos estruturais de eficiência e redução de custos operacionais no médio e longo prazo. Estes ganhos assumem particular relevância num contexto de volatilidade dos preços de energia e de aumento dos custos associados ao carbono, reforçando a resiliência do modelo de negócio.

A valorização de ativos energéticos constitui igualmente um vetor relevante de criação de valor. Os investimentos em bioenergia, cogeração e produção de energia renovável para autoconsumo permitem ao Grupo reduzir a sua dependência energética e aumentar a previsibilidade dos custos, enquanto potenciam a utilização eficiente de subprodutos industriais e florestais, convertendo-os em fontes adicionais de competitividade.

Adicionalmente, o alinhamento progressivo com referenciais europeus, nomeadamente a Taxonomia da União Europeia, e a utilização de instrumentos de financiamento sustentável, como obrigações verdes, reforçam o acesso do Grupo a capital em condições potencialmente mais favoráveis. Este posicionamento suporta a execução dos investimentos necessários à transição climática e responde, simultaneamente, às crescentes expectativas do mercado de capitais e dos stakeholders em matéria de sustentabilidade.

De forma transversal, a capacidade de inovar em produtos e processos de menor intensidade carbónica constitui um fator diferenciador, permitindo ao Grupo explorar novas oportunidades de mercado e adaptar a sua proposta de valor às dinâmicas de uma economia em transição.

Esta leitura integrada evidencia que a transição climática, para além dos riscos associados, representa uma oportunidade estrutural para o Grupo Altri

reforçar a sua competitividade, melhorar a eficiência do seu modelo operacional e posicionar-se de forma estratégica em cadeias de valor alinhadas com uma economia de baixo carbono.

Resiliência da Estratégia e Capacidade de Adaptação

A análise de resiliência climática do Grupo Altri, suportada pela abordagem descrita no anexo TCFD, evidencia que a estratégia e o modelo de negócio do Grupo se encontram progressivamente alinhados com a transição para uma economia de baixo carbono, incorporando mecanismos de adaptação aos principais riscos físicos e de transição identificados, e posicionando o Grupo para capturar oportunidades associadas a esta transformação estrutural.

Esta resiliência assenta numa combinação de fatores estruturais e estratégicos que reforçam a robustez operacional e o posicionamento competitivo do Grupo.

O enquadramento em cadeias de valor de base florestal constitui um elemento distintivo, permitindo uma menor exposição estrutural a matérias-primas fósseis e um posicionamento favorável face à transição para uma economia de baixo carbono.

O plano de transição climática desempenha um papel central na mitigação dos riscos e na orientação estratégica do Grupo, ao estabelecer uma trajetória clara de redução de emissões suportada pela transformação do modelo energético, pela eficiência operacional e pela inovação tecnológica. A integração deste plano nos processos de decisão permite antecipar exigências regulatórias, reduzir a exposição a custos de carbono e reforçar a competitividade num contexto de transição energética.

Adicionalmente, a incorporação de critérios climáticos nos processos de decisão, nomeadamente através da utilização de um preço interno de carbono e da avaliação sistemática de alternativas tecnológicas com base em CapEx, OpEx e intensidade carbónica, contribui para uma alocação de capital mais eficiente e alinhada com objetivos de longo prazo, reforçando a capacidade do Grupo para ajustar o seu portefólio de ativos e investimentos num contexto de incerteza regulatória e tecnológica.

No que respeita aos riscos físicos, a resiliência do Grupo é reforçada por uma abordagem ativa de adaptação dos ativos florestais e da cadeia de

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

abastecimento, incluindo práticas de gestão florestal sustentável, investimentos em resiliência e produtividade das espécies e diversificação de fontes de madeira. Estas medidas contribuem não só para mitigar os impactos associados a eventos climáticos extremos, mas também para reforçar a estabilidade do abastecimento e a continuidade das operações industriais.

De forma complementar, a estratégia do Grupo incorpora uma lógica de adaptação progressiva e criação de valor, reconhecendo que a concretização dos objetivos de descarbonização depende da evolução tecnológica, do enquadramento regulatório e da mobilização da cadeia de valor. Neste contexto, o plano de transição é implementado de forma faseada e dinâmica, permitindo ajustar prioridades de investimento, capturar ganhos de eficiência e explorar oportunidades associadas à inovação em produtos e processos de base biológica.

Em termos globais, a estratégia do Grupo Altri demonstra uma capacidade de adaptação consistente com os desafios da transição climática, suportada por uma integração crescente das variáveis climáticas nos processos de decisão, pelo alinhamento progressivo do portefólio de investimentos com objetivos de descarbonização e por uma abordagem ativa à gestão de riscos físicos e de transição, reforçando a competitividade do Grupo e capacidade de criar valor num contexto de economia de baixo carbono.

Fatores Críticos, Dependências e Incerteza

A análise de resiliência evidencia que a execução da estratégia climática do Grupo se encontra condicionada por um conjunto de fatores críticos e dependências externas, associados quer à evolução dos riscos físicos, quer à dinâmica da transição para uma economia de baixo carbono.

Estes fatores incluem a evolução regulatória, os mercados energéticos e de carbono, a maturidade e disponibilidade de tecnologias de descarbonização e a mobilização da cadeia de valor.

Neste contexto, embora existam soluções tecnológicas em desenvolvimento, a sua escalabilidade, viabilidade económica e integração operacional permanecem, em alguns casos, dependentes de evolução adicional, podendo influenciar o calendário de implementação das iniciativas e o perfil de investimento associado à transição.

A análise considera pressupostos consistentes com diferentes trajetórias possíveis de evolução climática e económica. Contextos de transição mais rápida e coordenada tendem a traduzir-se num reforço das exigências regulatórias, maior pressão sobre o custo do carbono e aceleração da inovação tecnológica, enquanto trajetórias mais graduais ou descoordenadas poderão implicar uma maior exposição a riscos físicos no médio e longo prazo, bem como maior volatilidade e incerteza no enquadramento de mercado.

Neste enquadramento, a concretização dos objetivos do plano de transição depende de um conjunto de condições externas, incluindo a evolução das políticas climáticas e mecanismos de precificação interna de carbono, a disponibilidade e competitividade de soluções tecnológicas de descarbonização, a estabilidade dos mercados energéticos e a capacidade de envolvimento efetivo de fornecedores e parceiros da cadeia de valor.

Adicionalmente, a análise evidencia áreas de incerteza associadas à qualidade e cobertura dos dados, particularmente no âmbito das emissões de âmbito 3, bem como à evolução de fatores físicos críticos, como a disponibilidade de recursos hídricos e a produtividade florestal em cenários de alteração dos padrões climáticos.

Face a este enquadramento, o Grupo adota uma abordagem progressiva e adaptativa à implementação do plano de transição, integrando o fator climático nos processos de planeamento estratégico, decisão de investimento e gestão operacional, permitindo ajustar a trajetória de descarbonização à evolução das condições externas e manter flexibilidade face a diferentes contextos de transição.

Evolução da abordagem e próximos passos

Neste contexto, o Grupo mantém também um processo contínuo de monitorização e reporte dos riscos físicos e dos riscos e oportunidades de transição, em alinhamento com as recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD). Este processo inclui a análise dos horizontes temporais relevantes para cada risco e oportunidade climática identificada, do potencial impacto financeiro, da magnitude do impacto e da probabilidade de ocorrência, permitindo priorizar e gerir de forma mais eficaz os temas materiais relacionados com o clima.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A Altri recorreu a modelos para análise de cenários climáticos e estimativa do impacto financeiro dos riscos e oportunidades. Esta análise foi realizada para diferentes horizontes temporais, a atualidade, 2030 e 2050. Os cenários climáticos analisados foram o cenário 1,5 °C – Net Zero Horizon (SSP1-1.9 / NZE – IEA) e o cenário 4°C – Heatwave / Business as Usual (SSP5-8.5 / STEPS – IEA). Foram analisados os principais riscos e oportunidades materiais identificados e calculado o respetivo impacto financeiro para cada um dos cenários e horizontes temporais.

O diagnóstico confirma que os riscos climáticos mais materiais da ALTRI são de transição no curto e médio prazo (carbono e matérias-primas) e físicos no longo prazo, enquanto as oportunidades estão fortemente associadas à transição energética, à valorização florestal e à inovação em produtos de base celulósica.

O cenário alinhado com 1,5 °C apresenta maior pressão inicial, mas maior resiliência estratégica, enquanto o cenário de 4 °C expõe a organização a riscos físicos crescentes e menos controláveis.

Esta abordagem permite assegurar que as medidas de adaptação e resiliência consideradas respondem a riscos climáticos severos em diferentes trajetórias de evolução futura, contribuindo para a proteção da continuidade operacional e da estabilidade financeira do Grupo no longo prazo.

O detalhe desta avaliação, incluindo a caracterização dos riscos e oportunidades identificados e as respetivas estratégias de resposta, encontra-se disponível no [Anexo F. Task Force on Climate Related Financial Disclosures \(TCFD\)](#).

Em paralelo, o Grupo continuará a melhorar a qualidade e cobertura da informação ao longo da cadeia de valor, com particular enfoque no Âmbito 3, e a reforçar a integração das variáveis climáticas nos processos de decisão de investimento e financiamento.

Esta trajetória reflete uma abordagem dinâmica e evolutiva, orientada para o reforço contínuo da resiliência do modelo de negócio e da criação de valor num contexto de transição para uma economia de baixo carbono.

Plano de Transição para as Alterações Climáticas

(E1-1)

Enquadramento e Objetivos do Plano

O plano de transição climática do Grupo Altri define a trajetória de descarbonização das suas operações e cadeia de valor, alinhada com o Compromisso 2030 e com o objetivo de neutralidade climática até 2050. Este plano constitui um elemento central da estratégia do Grupo, traduzindo em ações concretas e mensuráveis os objetivos de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

O plano de transição constitui o principal instrumento de alinhamento entre a estratégia climática, a alocação de capital e a execução operacional do Grupo.

As metas de redução de emissões para 2030 (Âmbitos 1, 2 e 3) foram definidas de acordo com a metodologia da Science Based Targets initiative (SBTi), no âmbito dos near-term targets, e validadas externamente em 2022, confirmando o seu alinhamento com uma trajetória compatível com a limitação do aquecimento global a 1,5 °C, em conformidade com o Acordo de Paris.

A trajetória de redução assenta num ano-base de 2020 e segue uma lógica de redução progressiva até 2030, permitindo monitorizar o desempenho anual e assegurar a convergência com os objetivos definidos.

Trajetória e Alavancas de Descarbonização

A trajetória de descarbonização do Grupo até 2030 assenta numa redução progressiva das emissões de GEE, alinhada com as metas validadas pela SBTi e com uma trajetória compatível com a limitação do aquecimento global a 1,5 °C.

Esta trajetória materializa-se numa redução estrutural das emissões de Âmbitos 1 e 2, impulsionada pela transformação do modelo energético das operações industriais, nomeadamente através da substituição progressiva de combustíveis fósseis, do reforço da utilização de energia de origem renovável e da melhoria contínua da eficiência operacional. Em paralelo, a redução das emissões de Âmbito 3 segue uma trajetória mais gradual, refletindo a natureza mais difusa destas emissões e a sua dependência de fatores externos.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

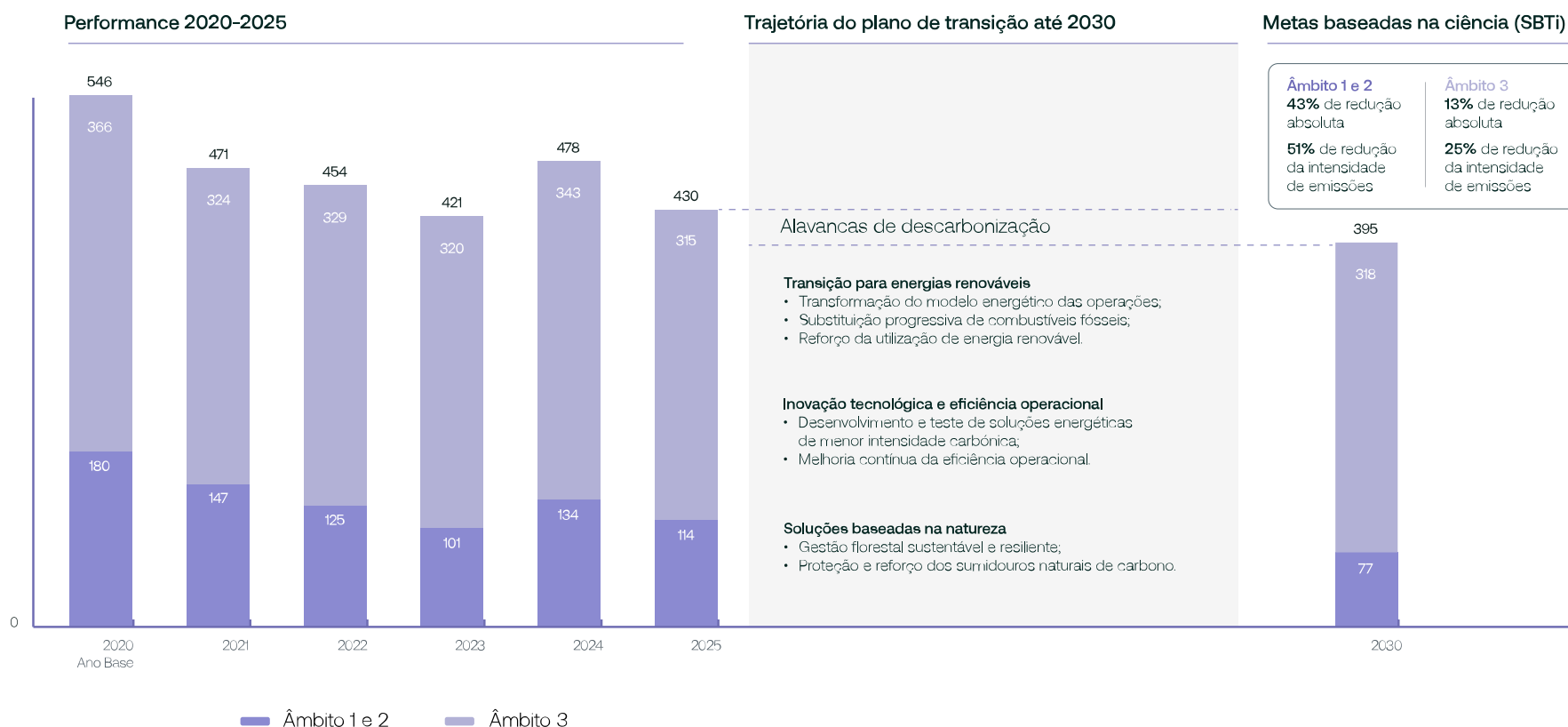


RELATÓRIO DE PARECER DO CONSELHO FISCAL

A execução desta trajetória é suportada por três alavancas estratégicas nomeadamente, transição para energias renováveis, inovação tecnológica e eficiência operacional e soluções baseadas na natureza, que estruturam a abordagem do Grupo à descarbonização e à adaptação às alterações climáticas, sendo operacionalizadas através de um portefólio integrado de ações descritas na secção E1-3, que constituem os principais instrumentos de execução do plano de transição climática.

Estas alavancas são complementadas por uma abordagem progressiva de descarbonização da cadeia de valor, em particular no âmbito das emissões de Âmbito 3, suportada por iniciativas de envolvimento de fornecedores, melhoria da qualidade de dados e desenvolvimento de soluções colaborativas.

TRAJETÓRIA DE DESCARBONIZAÇÃO E ALAVANCAS DO PLANO DE TRANSIÇÃO



Nota: valores absolutos apresentados em milhares de toneladas de CO₂ equivalente (ktCO₂e), arredondados para efeito de leitura

A infografia apresenta de forma integrada a evolução prevista das emissões de GEE entre 2020 e 2030, evidenciando a trajetória de redução nos diferentes âmbitos e as principais alavancas que suportam a execução do plano de transição.

A leitura integrada da trajetória evidencia uma redução mais acentuada das emissões de Âmbitos 1 e 2 ao longo do período 2020–2030, refletindo o impacto direto das ações implementadas ao nível da transformação do modelo energético e da eficiência operacional. Em paralelo, a trajetória de redução das emissões de Âmbito 3 apresenta um perfil mais gradual, consistente com a maior complexidade e menor grau de controlo direto sobre estas emissões.

Neste contexto, a execução do plano de transição encontra-se condicionada por um conjunto de fatores críticos, nomeadamente a maturidade e escalabilidade de soluções tecnológicas de descarbonização, a evolução do enquadramento regulatório e dos mercados energéticos, a disponibilidade de alternativas competitivas aos combustíveis fósseis e a mobilização efetiva da cadeia de valor, em particular no âmbito das emissões de Âmbito 3.

Alocação de Capital, Investimento e Financiamento da Transição Climática

A execução do plano de transição climática do Grupo Altri é suportada por uma abordagem estruturada de alocação de capital, que integra critérios climáticos na priorização de investimentos e na gestão do portefólio de ativos, assegurando o alinhamento progressivo entre decisões financeiras e os objetivos de descarbonização.

Neste contexto, os investimentos realizados refletem a implementação das principais alavancas estratégicas do plano de transição, nomeadamente a transição para energias renováveis, a inovação tecnológica e a eficiência operacional, bem como o reforço da resiliência dos ativos florestais.

Em 2025, o Grupo divulga os indicadores-chave de desempenho (KPI) da Taxonomia da União Europeia, incluindo volume de negócios, CapEx e OpEx alinhados, sendo que uma parte relevante das adições de CapEx elegíveis e alinhadas foi direcionada para atividades que contribuem diretamente para a mitigação das alterações climáticas, nomeadamente produção de energia renovável, cogeração, gestão florestal sustentável e eficiência de recursos.

Destaca-se o projeto Caima Go Green, com um investimento total de aproximadamente 50 M€, financiado através de obrigações verdes, que permitiu a transformação do sistema energético da unidade e a eliminação do consumo de combustíveis fósseis. Adicionalmente, o Grupo tem vindo a investir em produção de energia renovável para autoconsumo (UPAC) e em iniciativas de inovação tecnológica no âmbito da descarbonização industrial.

A alocação de capital incorpora mecanismos formais de integração do risco climático, incluindo a utilização de um preço interno de carbono, aplicado na avaliação de novos investimentos, na análise de alternativas tecnológicas e na atualização de ativos existentes. Este mecanismo permite internalizar o custo futuro das emissões e orientar a seleção de projetos para soluções de menor intensidade carbónica.

A evolução futura dos investimentos encontra-se dependente da maturidade tecnológica das soluções de descarbonização, do enquadramento regulatório e do desenvolvimento das condições de mercado, sendo expectável uma implementação faseada ao longo dos diferentes horizontes do plano.

Integração na Estratégia e no Processo de Decisão

O plano de transição climática encontra-se integrado na estratégia empresarial e no planeamento financeiro do Grupo, influenciando diretamente as decisões de investimento, a gestão de ativos e a evolução do modelo operacional.

A organização incorpora critérios climáticos formais nos processos de decisão, nomeadamente através da utilização de um preço interno de carbono (70,12 €/tCO₂e), aplicado na avaliação de novos projetos, na análise de alternativas tecnológicas e nos processos de planeamento e orçamento.

Adicionalmente, a avaliação de investimentos integra análises comparativas de opções tecnológicas, considerando CapEx, OpEx, intensidade carbónica e exposição a riscos de transição, bem como a utilização de cenários alinhados com trajetórias de 1,5 °C.

Neste contexto, a sustentabilidade é assumida como um fator de competitividade, sendo integrada no modelo de negócio através de iniciativas de inovação de baixo carbono, gestão do portefólio e melhoria contínua da eficiência operacional.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Emissões Bloqueadas (locked-in) e Estratégia de Mitigação

Os principais ativos com potencial de emissões de GEE encontram-se associados a infraestruturas industriais intensivas em energia, nomeadamente caldeiras, unidades de cogeração e processos industriais com consumo de combustíveis fósseis.

Estes ativos apresentam, em geral, vidas úteis técnicas longas (frequentemente superiores a 20–30 anos), podendo, em alguns casos, permanecer operacionais para além de 2040. Esta característica configura um potencial risco de emissões bloqueadas (locked-in), particularmente nos ativos que ainda dependem de combustíveis fósseis.

A compatibilidade destes ativos com uma trajetória de neutralidade climática depende da sua reconfiguração tecnológica ao longo do tempo. Ativos baseados em biomassa residual apresentam, em geral, maior alinhamento com trajetórias de descarbonização, enquanto ativos dependentes de combustíveis fósseis requerem intervenções estruturais para evitar incompatibilidades com cenários de 1,5 °C.

O Grupo adotou uma abordagem faseada para mitigar este risco, que inclui:

- ▶ melhoria da eficiência energética e retrofit de ativos existentes;
- ▶ substituição tecnológica por soluções de menor intensidade carbónica;
- ▶ desmantelamento progressivo de ativos incompatíveis com a trajetória de descarbonização.

Esta abordagem encontra-se integrada no roadmap de descarbonização e nos processos de decisão de investimento.

Governança e Aprovação do Plano

O plano de transição climática é aprovado pelos órgãos de administração, gestão e supervisão do Grupo e encontra-se integrado nos mecanismos de governança e acompanhamento da estratégia.

A execução do plano é suportada por estruturas de governança específicas, nomeadamente a Task-force Net Zero, responsável pela coordenação,

monitorização e acompanhamento da trajetória de descarbonização, assegurando a articulação entre diferentes áreas funcionais e a consistência das ações implementadas.

Progresso na Implementação do Plano

O Grupo monitoriza de forma sistemática as emissões de GEE e o progresso face às metas definidas, com base no ano-base de 2020 e na trajetória validada pela SBTi.

Os principais desafios são referentes a limitações associadas à disponibilidade e qualidade de dados e à dependência da cadeia de valor, tendo sido reforçadas medidas de melhoria metodológica e iniciativas de envolvimento de fornecedores, incluindo avaliação de maturidade, desenvolvimento de planos de ação e promoção de parcerias.

De forma global, o desempenho do Grupo evidencia uma trajetória consistente com os objetivos definidos para os Âmbitos 1 e 2, mantendo-se como principal desafio a aceleração da descarbonização da cadeia de valor, reforçando a sua prioridade estratégica no horizonte de médio e longo prazo.

A concretização do plano de transição climática do Grupo assenta numa lógica faseada de implementação, alinhada com os diferentes horizontes temporais de descarbonização. No curto prazo, a redução de emissões é impulsionada sobretudo por iniciativas já implementadas ou em fase de consolidação, com impacto direto nos Âmbitos 1 e 2, nomeadamente ao nível da transição energética e da eficiência operacional. No médio prazo, a trajetória depende crescentemente da escalabilidade de soluções tecnológicas em desenvolvimento e da sua viabilidade económica, em particular no contexto da substituição de combustíveis fósseis em processos industriais. Já no longo prazo, a concretização das ambições climáticas do Grupo encontra-se condicionada pela maturidade de tecnologias emergentes, pelo enquadramento regulatório e pela mobilização efetiva da cadeia de valor, especialmente no âmbito das emissões de Âmbito 3. Neste contexto, o plano de transição é implementado de forma dinâmica e adaptativa, sendo continuamente ajustado à evolução tecnológica, de mercado e regulatória, assegurando simultaneamente a coerência com os objetivos climáticos e a sustentabilidade económica do modelo de negócio.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Indicadores de Referência da UE (Paris-Aligned Benchmarks)

O Grupo avaliou os critérios de exclusão definidos no Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 relativos aos EU Climate Transition Benchmarks (CTB) e EU Paris-Aligned Benchmarks (PAB), nomeadamente no que respeita à exposição a atividades relacionadas com carvão térmico, petróleo e gás natural.

Com base na estrutura atual das suas receitas e atividades, o Grupo não ultrapassa os limiares de exclusão definidos, não se encontrando, por isso, automaticamente excluído destes índices de referência alinhados com o Acordo de Paris.

Políticas Relacionadas com as Alterações Climáticas

(E1-2)

Principais Compromissos das Políticas

A gestão das alterações climáticas no Grupo Altri assenta num conjunto integrado de políticas corporativas que estabelecem os princípios, compromissos e mecanismos de atuação do Grupo na mitigação dos impactos climáticos, no reforço da resiliência operacional e na gestão dos riscos e oportunidades associados à transição para uma economia de baixo carbono. Este enquadramento é suportado, em particular, pela Política de Gestão Ambiental, pela Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira, pela Política de Gestão de Recursos Hídricos e pela Política de Sustentabilidade, que, de forma complementar, cobrem as diferentes dimensões da atividade do Grupo.

A Política de Gestão Ambiental constitui o principal instrumento de orientação da atuação do Grupo em matéria climática, integrando de forma explícita a mitigação das alterações climáticas através da redução das emissões de gases com efeito de estufa, a melhoria da eficiência energética e o reforço da utilização de fontes de energia renovável, no contexto de uma gestão ambiental integrada e de melhoria contínua. Neste âmbito, o Grupo estrutura a sua atuação em torno de compromissos operacionais que incluem:

- ▶ a redução da intensidade carbónica das operações através da adoção das melhores técnicas disponíveis e da otimização contínua dos processos industriais;
- ▶ a promoção da eficiência energética e da utilização responsável de energia ao longo das operações;
- ▶ a priorização de fontes de energia renovável, incluindo a valorização energética de biomassa residual e outros subprodutos; e
- ▶ a monitorização contínua do desempenho ambiental com base em indicadores e metas periodicamente revistos.

Em coerência com esta abordagem, a Política de Sustentabilidade reforça a integração de critérios de minimização de impactos ambientais e de consumo de energia na seleção de processos, tecnologias e matérias-primas, bem como a promoção de soluções de base renovável e a valorização de subprodutos, contribuindo para o desenvolvimento de uma bioeconomia circular e para a substituição progressiva de materiais de origem fóssil.

A transição energética do Grupo é igualmente suportada por compromissos claros de reforço da utilização de energias renováveis, incluindo a valorização de biomassa residual e outros subprodutos do processo produtivo, bem como por objetivos definidos na Política de Gestão Ambiental que visam assegurar uma utilização crescente de energia de origem renovável, incluindo o compromisso de atingir 100% de energia renovável nas operações primárias até 2030.

A dimensão de adaptação às alterações climáticas encontra-se refletida, de forma particularmente relevante, na Política de Gestão de Recursos Hídricos, que reconhece a crescente variabilidade climática e a maior frequência de eventos extremos como fatores críticos para a atividade do Grupo. Esta política estabelece diretrizes para a utilização eficiente da água, para a melhoria contínua da qualidade dos efluentes e para o reforço da resiliência das operações industriais e florestais face a potenciais constrangimentos na disponibilidade de recursos hídricos, suportadas por metas concretas e por mecanismos de monitorização contínua do desempenho.

Paralelamente, a Política de Gestão Ambiental prevê a avaliação sistemática dos impactos ambientais associados a alterações operacionais, projetos de

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

investimento e desenvolvimento de novos produtos, assegurando a identificação, prevenção e mitigação de riscos ambientais e contribuindo para a adaptação progressiva do modelo operacional do Grupo.

A gestão sustentável da floresta, enquadrada pela Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira, assume um papel estruturante na estratégia climática do Grupo, não apenas pela relevância da madeira enquanto principal matéria-prima, mas também pelo contributo direto das florestas para o sequestro de carbono e para a preservação da biodiversidade. Esta política estabelece compromissos ao nível da rastreabilidade da cadeia de abastecimento, da eliminação do risco de desflorestação e da promoção de práticas de gestão florestal sustentável, assegurando simultaneamente a resiliência dos ecossistemas e a sustentabilidade de longo prazo dos recursos.

A consideração dos riscos associados às alterações climáticas encontra-se integrada nos processos de gestão e de tomada de decisão do Grupo, sendo assegurada através de mecanismos de identificação, avaliação e monitorização dos fatores que podem afetar o desempenho operacional e a execução da estratégia, permitindo incorporar progressivamente estas dimensões nas decisões operacionais e de investimento.

Em conjunto, estas políticas constituem um quadro coerente e integrado de gestão das alterações climáticas, permitindo ao Grupo Altri mitigar os seus impactos, reforçar a resiliência das suas operações, promover a eficiência no uso de recursos e energia e capturar oportunidades associadas à transição para uma economia de baixo carbono, em linha com os temas materiais identificados.

Âmbito das Políticas

As políticas relacionadas com as alterações climáticas aplicam-se transversalmente a todas as empresas do Grupo Altri, abrangendo as operações industriais de produção de fibras celulósicas e energia, as atividades de gestão florestal e a cadeia de abastecimento de madeira, bem como as restantes atividades de suporte.

O seu âmbito estende-se igualmente à cadeia de valor, nomeadamente no que respeita à adoção de práticas ambientais responsáveis associadas à

origem e utilização de matérias-primas, refletindo a relevância da madeira enquanto principal recurso produtivo do Grupo.

Do ponto de vista geográfico, estas políticas aplicam-se às operações do Grupo, com particular incidência no contexto da Península Ibérica, onde se localizam os principais ativos industriais e florestais e onde se materializam de forma mais relevante os riscos físicos associados às alterações climáticas, nomeadamente a escassez hídrica e a maior frequência de eventos extremos.

As políticas abrangem ainda um conjunto alargado de partes interessadas, incluindo colaboradores, fornecedores, comunidades locais, clientes, autoridades e investidores, refletindo a natureza transversal dos impactos, riscos e oportunidades associados às alterações climáticas.

Governança e Supervisão das Políticas

A definição, aprovação e acompanhamento das políticas relacionadas com as alterações climáticas são assegurados através de um modelo de governação estruturado e transversal ao Grupo.

O Conselho de Administração assume a responsabilidade pela aprovação das políticas e pela definição das orientações estratégicas, assegurando a integração das temáticas climáticas na estratégia global do Grupo. A Comissão Executiva é responsável pela sua implementação e acompanhamento, garantindo a operacionalização dos compromissos assumidos e a afetação dos recursos necessários.

Ao nível operacional, a responsabilidade pela implementação das políticas encontra-se distribuída pelas diferentes áreas funcionais e unidades de negócio, assegurando a sua integração nas atividades correntes. Em matérias específicas, como a gestão ambiental, florestal e de recursos hídricos, existem responsabilidades atribuídas a áreas especializadas que asseguram a execução, monitorização e melhoria contínua do desempenho.

A eficácia das políticas é suportada por mecanismos de monitorização baseados em indicadores de desempenho, bem como por processos de revisão periódica que permitem assegurar a sua atualização face à evolução dos riscos, das exigências regulamentares e das melhores práticas.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Normas e Certificações de Referência

As políticas do Grupo Altri encontram-se alinhadas com um conjunto de referenciais normativos e sistemas de certificação reconhecidos internacionalmente, que suportam a sua implementação e asseguram a credibilidade das práticas adotadas.

Destacam-se, neste âmbito, os sistemas de gestão certificados de acordo com as normas EU 14001 (gestão ambiental), EU 50001 (gestão de energia), EU 9001 (gestão da qualidade) e EU 45001 (segurança e saúde no trabalho), bem como o registo EMAS, que reforça o compromisso com a transparência e o desempenho ambiental.

No domínio da gestão florestal, o Grupo segue os referenciais FSC® e PEFC, assegurando a certificação da cadeia de custódia e a origem sustentável da madeira utilizada.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se comprometido com a definição de objetivos de descarbonização alinhados com iniciativas internacionais relevantes, incluindo a Science-Based Targets initiative, no âmbito da sua trajetória para a neutralidade carbónica.

Consideração dos Interesses das Partes Interessadas

O Grupo Altri integra de forma sistemática os interesses e expectativas das suas partes interessadas no processo de definição e revisão das políticas relacionadas com as alterações climáticas.

Este processo inclui mecanismos de auscultação e diálogo com stakeholders, permitindo identificar preocupações relevantes e reforçar a adequação das políticas aos desafios emergentes. As interações com comunidades locais, clientes, fornecedores, investidores e autoridades contribuem para uma abordagem mais informada e alinhada com as expectativas externas.

A participação dos colaboradores é igualmente promovida, nomeadamente através de iniciativas de sensibilização e formação, que reforçam a compreensão dos impactos ambientais e o papel de cada área na sua mitigação e gestão.

Acessibilidade e Disponibilização das Políticas

As políticas do Grupo Altri são formalmente aprovadas pelos órgãos de governação competentes e encontram-se disponíveis para consulta pública, nomeadamente através do website institucional do Grupo.

Internamente, são divulgadas a todos os colaboradores através dos canais de comunicação corporativos, assegurando o seu conhecimento e aplicação no exercício das funções. O Grupo promove igualmente a sua disseminação junto das partes interessadas relevantes, garantindo o alinhamento das práticas e o reforço da transparência.

A divulgação das políticas é complementada pela comunicação regular do desempenho ambiental e climático do Grupo, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos.

Ações e Recursos

(E1-3)

A gestão das alterações climáticas no Grupo Altri materializa-se através de um portefólio integrado de ações operacionais e iniciativas estruturantes que suportam a transformação progressiva do modelo energético, industrial e florestal do Grupo.

Estas ações constituem a base de execução do Compromisso 2030, alinhado com metas validadas pela Science Based Targets initiative (SBTi), assegurando uma trajetória compatível com a limitação do aquecimento global a 1,5 °C. A sua implementação traduz-se numa redução estrutural da intensidade carbónica das operações, suportada pelo reforço da produção e consumo de energia renovável, pela melhoria contínua da eficiência energética e pelo desenvolvimento de soluções tecnológicas de menor intensidade carbónica, bem como pela adoção de abordagens estruturadas para a descarbonização da cadeia de valor.

Neste contexto, o portefólio de ações responde de forma direta aos impactos, riscos e oportunidades materiais identificados na análise de dupla materialidade, nomeadamente os riscos de transição associados à evolução



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

do enquadramento regulatório, ao aumento do custo do carbono e à dinâmica dos mercados energéticos, os riscos físicos com impacto potencial nos ativos florestais e na continuidade operacional, bem como as oportunidades associadas à eficiência operacional, à inovação tecnológica e à valorização da bioeconomia de base florestal.

A atuação do Grupo estrutura-se em torno de três alavancas estratégicas de descarbonização e adaptação: a transição para energias renováveis, a inovação tecnológica e eficiência operacional e o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza. Estas alavancas são complementadas por uma abordagem progressiva de descarbonização da cadeia de valor, em particular no âmbito das emissões de âmbito 3, suportada por iniciativas de envolvimento de fornecedores, melhoria da qualidade de dados e desenvolvimento de soluções colaborativas.

Este portefólio de ações constitui a componente operacional do plano de transição climática do Grupo, traduzindo em iniciativas concretas e mensuráveis os objetivos de descarbonização definidos e assegurando a sua implementação ao longo dos diferentes horizontes temporais. Neste enquadramento, as ações apresentadas refletem um conjunto articulado de iniciativas com diferentes níveis de maturidade, combinando ações já implementadas com impacto direto e mensurável nas emissões, com iniciativas em desenvolvimento que suportam a transformação estrutural do modelo operacional e energético do Grupo. Em paralelo, este portefólio orienta progressivamente as decisões de investimento, assegurando o alinhamento entre a alocação de capital e os objetivos de descarbonização de médio e longo prazo.

Neste contexto, apresentam-se de seguida as principais ações implementadas e em curso que suportam a execução da estratégia climática do Grupo Altri.

Caima Go Green

Tipo de ação: Mitigação (descarbonização industrial)

Alavanca: Transição para energias renováveis

IROs materiais:

- Risco de aumento dos custos operacionais decorrente de regulamentação e preços das emissões de GEE (EU ETS);
- Risco associado à volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis;
- Impacto negativo associado às emissões diretas de GEE (Âmbito 1)

Objetivo da ação: Reduzir o consumo de combustíveis fósseis na unidade da Caima através da substituição por biomassa residual de origem renovável.

Monitorização:

Emissões totais e específicas de âmbito 1, 2 e 3;
Percentagem de consumo de energia renovável.

Contributo para as metas de alterações climáticas:

Reduzir em 51% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (baseado no mercado);
Reduzir em 25% as emissões específicas de GEE de âmbito 3;
Consumir 100% da energia primária nas unidades industriais de origem renovável

O projeto Caima Go Green constitui uma das principais iniciativas de transição energética do Grupo Altri, tendo permitido a substituição estrutural de combustíveis fósseis por biomassa residual de origem renovável na unidade da Caima. Esta transformação do sistema energético assegura a produção de energia térmica e elétrica a partir de fontes renováveis, posicionando a unidade como uma operação industrial livre de combustíveis fósseis no seu processo produtivo.

Desde a sua entrada em operação, no final de 2023, o projeto tem vindo a contribuir de forma consistente para a redução das emissões diretas de gases com efeito de estufa, tendo permitido evitar, em 2025, aproximadamente 3,2 mil toneladas de CO₂, o que representa cerca de 2% das emissões de âmbito 1 do Grupo (baseline 2022). Paralelamente, contribui para a redução da exposição a custos associados ao carbono no âmbito do EU ETS e reforça a resiliência energética das operações.

O projeto encontra-se plenamente implementado e constitui uma medida estrutural com impacto contínuo ao longo dos horizontes de 2030, 2040 e 2050, representando um contributo direto e permanente para a redução das emissões do Grupo.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Horizonte Zero**Tipo de ação:** Mitigação**Alavanca:** Inovação tecnológica e eficiência operacional**IROs materiais:**

- Risco de aumento dos custos operacionais decorrente de regulamentação e preços das emissões de GEE (EU ETS);
- Risco associado à volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis;
- Impacto negativo associado às emissões diretas de GEE (Âmbito 1)

Objetivo da ação: Reduzir progressivamente a dependência de combustíveis fósseis através da incorporação de soluções energéticas de menor intensidade carbónica nos processos industriais.

Monitorização:

Emissões totais e específicas de âmbito 1, 2 e 3;

Percentagem de consumo de energia renovável.

Contributo para as metas de alterações climáticas:

Reduzir em 51% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (baseado no mercado);

Reduzir em 25% as emissões específicas de GEE de âmbito 3;

Consumir 100% da energia primária nas unidades industriais de origem renovável

A iniciativa Horizonte Zero constitui uma alavanca central da trajetória de descarbonização do Grupo, assente na identificação, teste e implementação de soluções tecnológicas que permitam a redução progressiva da intensidade carbónica dos processos industriais.

Esta iniciativa integra uma abordagem estruturada de inovação e desenvolvimento tecnológico, incluindo a avaliação de diferentes vetores energéticos e soluções alternativas, nomeadamente biocombustíveis, biometano, valorização de biomassa residual e, em fase exploratória, hidrogénio. Em 2025, foram concluídos os primeiros ensaios industriais, permitindo validar a viabilidade técnica de soluções alternativas sem comprometer a estabilidade operacional, constituindo um passo relevante para a sua futura escalabilidade.

Para além do contributo direto para a redução de emissões de âmbito 1, esta ação permite antecipar a evolução dos mercados energéticos e reduzir a exposição a riscos de transição. Os resultados obtidos suportam decisões futuras de investimento e orientam a alocação de capital no quadro da transição climática do Grupo.

A evolução da iniciativa encontra-se dependente da maturidade tecnológica das soluções, da sua viabilidade económica e do enquadramento regulatório, constituindo uma alavanca crítica para a descarbonização de médio e longo prazo.

Produção de energia renovável para autoconsumo (UPAC solar)**Tipo de ação:** Mitigação**Alavanca:** Transição para energias renováveis**IROs materiais:**

- Risco de aumento dos custos operacionais decorrente de regulamentação e preços das emissões de GEE (EU ETS);
- Risco associado à volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis;
- Impacto negativo associado às emissões diretas de GEE (Âmbito 1)

Objetivo da ação: Reduzir a dependência de eletricidade de origem não renovável através da produção de energia renovável para autoconsumo.

Monitorização:

Emissões totais e específicas de âmbito 1, 2 e 3;

Percentagem de consumo de energia renovável.

Contributo para as metas de alterações climáticas:

Reduzir em 51% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (baseado no mercado);

Reduzir em 25% as emissões específicas de GEE de âmbito 3;

Consumir 100% da energia primária nas unidades industriais de origem renovável

A implementação de unidades de produção para autoconsumo (UPAC) solar constitui uma das principais iniciativas do Grupo no âmbito da transição energética, visando a produção local de eletricidade renovável e a redução da dependência da rede elétrica.

As primeiras centrais fotovoltaicas entraram em funcionamento em 2023 nas unidades da Celbi e da Caima, tendo atingido, em 2025, uma capacidade instalada conjunta de cerca de 6 MW. Neste período, estas instalações permitiram gerar aproximadamente 5.000 MWh de energia renovável, correspondendo a uma parcela relevante do consumo elétrico das unidades e evitando a emissão de cerca de 1.000 a 1.500 toneladas de CO₂, contribuindo diretamente para a redução das emissões de âmbito 2.

Adicionalmente, esta iniciativa tem vindo a reforçar a resiliência energética das operações e a reduzir a exposição à volatilidade dos preços da eletricidade. A



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ação encontra-se implementada e em fase de consolidação, com potencial de expansão progressiva para outras unidades e localizações.

Task-force Net Zero

Tipo de ação: Mitigação

Alavanca: Transição para energias renováveis

IROs materiais:

- Risco de incumprimento de objetivos ESG definidos, nomeadamente metas de redução de emissões;
- Risco de aumento dos custos operacionais decorrente de regulamentação e preços das emissões de GEE (EU ETS);
- Oportunidade associada à melhoria da eficiência operacional e da gestão de emissões

Objetivo da ação: Reduzir a dependência de eletricidade de origem não renovável através da produção de energia renovável para autoconsumo.

Monitorização:

Emissões totais e específicas de âmbito 1, 2 e 3;
Porcentagem de consumo de energia renovável.

Contributo para as metas de alterações climáticas:

Reduzir em 51% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (baseado no mercado);
Reduzir em 25% as emissões específicas de GEE de âmbito 3;
Consumir 100% da energia primária nas unidades industriais de origem renovável

A Task-force Net Zero constitui o principal mecanismo de governação e execução da estratégia climática do Grupo, assegurando a articulação transversal entre áreas funcionais e a integração dos objetivos de descarbonização nos processos de decisão.

Em 2025, esta estrutura permitiu consolidar o sistema de gestão de emissões, incluindo o mapeamento detalhado das fontes emissoras, a identificação das categorias prioritárias de âmbito 3 e o reforço da qualidade dos dados associados ao inventário de GEE. Paralelamente, suportou o desenvolvimento de uma abordagem estruturada de envolvimento da cadeia de valor, incluindo a avaliação da maturidade de fornecedores e o lançamento de iniciativas de colaboração orientadas para a redução de emissões.

A Task-force desempenha ainda um papel central na priorização de iniciativas, no acompanhamento do progresso face às metas definidas e na articulação entre planeamento estratégico e execução operacional, assegurando a coerência do portefólio de ações climáticas do Grupo.

Embora não gere reduções diretas de emissões, esta estrutura constitui um elemento crítico para a capacidade de execução da estratégia climática, permitindo transformar objetivos de descarbonização em planos de ação concretos, monitorizados e ajustados de forma contínua. Neste sentido, a Task-force Net Zero posiciona-se como um facilitador chave da implementação do plano de transição climática e da concretização das metas de médio e longo prazo.

Prevenção e combate a incêndios florestais (Afocelca)

Tipo de ação: Adaptação

Alavanca: Soluções baseadas na natureza

IROs materiais:

- Risco de aumento da frequência e severidade de incêndios florestais associado às alterações climáticas;
- Risco de perda de biomassa viva e stock de carbono florestal;
- Risco de interrupção da cadeia de abastecimento de madeira

Objetivo da ação: Reduzir a dependência de eletricidade de origem não renovável através da produção de energia renovável para autoconsumo.

Monitorização:

Emissões totais e específicas de âmbito 1, 2 e 3;
Porcentagem de consumo de energia renovável.

Contributo para as metas de alterações climáticas:

Reduzir em 51% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (baseado no mercado);
Reduzir em 25% as emissões específicas de GEE de âmbito 3;
Consumir 100% da energia primária nas unidades industriais de origem renovável

A participação do Grupo Altri na Afocelca constitui uma ação estruturante no domínio da adaptação às alterações climáticas, focada na prevenção e combate a incêndios florestais e na proteção dos ativos florestais e dos sumidouros naturais de carbono.

Esta iniciativa envolve a implementação de ações de vigilância, deteção, primeira intervenção e articulação com entidades públicas e operacionais, integrando-se no dispositivo nacional de combate a incêndios rurais. Em 2025, a atuação da Afocelca permitiu mitigar impactos associados a incêndios com efeitos localizados, assegurando a proteção dos ativos florestais e a continuidade da cadeia de abastecimento de madeira.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Esta ação contribui de forma material para a resiliência climática do Grupo, ao reduzir o risco de emissões associadas a eventos extremos e ao proteger o stock de carbono florestal, constituindo um elemento essencial da estratégia de longo prazo.

Em conjunto, as ações implementadas e em curso refletem uma abordagem integrada à descarbonização e adaptação às alterações climáticas, combinando iniciativas com impacto direto na redução de emissões, nomeadamente ao nível da substituição de combustíveis fósseis e da produção de energia renovável, com instrumentos de coordenação estratégica e soluções orientadas para o reforço da resiliência operacional e florestal.

O desempenho registado em 2025 evidencia uma redução estrutural das emissões nos âmbitos 1 e 2, suportada pela transformação progressiva do modelo energético das operações industriais. Em paralelo, o Grupo tem vindo a consolidar uma abordagem estruturada para a descarbonização do âmbito 3, assente no envolvimento da cadeia de valor, na melhoria da qualidade dos dados e no desenvolvimento de soluções tecnológicas e colaborativas.

Neste contexto, o Grupo mantém uma trajetória consistente com os objetivos definidos para 2030, suportada por um portefólio de iniciativas alinhado com os principais vetores de transição do setor. A evolução deste portefólio continuará a ser determinada pela capacidade de escalabilidade das soluções tecnológicas, pelo enquadramento regulatório e pela mobilização efetiva da cadeia de valor, fatores críticos para a concretização das ambições climáticas de médio e longo prazo.

Recursos Afetos à Implementação das Ações Climáticas

As ações de mitigação e adaptação às alterações climáticas do Grupo Altri são suportadas por uma combinação de investimentos em ativos industriais e energéticos (CapEx) e custos operacionais (OpEx) associados à transição energética, inovação tecnológica e gestão florestal.

No âmbito das ações de descarbonização industrial, destaca-se o projeto Caima Go Green, com um investimento total de aproximadamente 50 M€, registado em ativos fixos tangíveis associados a infraestruturas industriais e energéticas. Os custos operacionais associados encontram-se integrados na exploração corrente da unidade. Esta ação encontra-se alinhada com atividades de descarbonização no âmbito da Taxonomia da União Europeia,

estando a sua operação dependente da disponibilidade e fiabilidade da biomassa residual e de condições regulatórias estáveis.

Adicionalmente, foram realizados investimentos em produção de energia renovável para autoconsumo (UPAC), no montante de aproximadamente 21 mil euros, associados à instalação de capacidade fotovoltaica. Estes investimentos encontram-se registados em ativos energéticos e apresentam elevado grau de alinhamento com a Taxonomia da EU, podendo ser objeto de expansão futura, dependente de condições regulatórias e infraestruturais.

As ações em desenvolvimento no âmbito da substituição de combustíveis fósseis (Horizonte Zero) são atualmente suportadas maioritariamente por custos operacionais (OpEx) relacionados com estudos técnicos, ensaios industriais e avaliação de soluções tecnológicas. A sua implementação futura poderá implicar investimentos de capital relevantes, ainda em fase de avaliação, estando dependente da maturidade tecnológica, da disponibilidade de combustíveis alternativos e do enquadramento de mercado e regulatório, podendo beneficiar de incentivos ou mecanismos de financiamento externo.

As iniciativas de governação e coordenação da estratégia climática, nomeadamente a Task-force Net Zero, são suportadas por recursos internos e custos com pessoal, não estando associadas a investimentos de capital. A sua eficácia depende da qualidade dos dados e do envolvimento da cadeia de valor, em particular no âmbito das emissões de âmbito 3.

No domínio da adaptação, as ações de gestão e proteção dos ativos florestais, incluindo a participação na Afocelca, são suportadas por custos operacionais recorrentes, refletidos nas rubricas de gestão florestal e de risco. Estas ações não envolvem CapEx relevante e apresentam enquadramento indireto na Taxonomia da EU, estando a sua eficácia dependente das condições climáticas e da capacidade operacional das estruturas envolvidas.

No que respeita aos investimentos de capital associados às ações climáticas, e em alinhamento com a Taxonomia da União Europeia, o Grupo registou, em 2025, um conjunto de adições de CapEx elegíveis e alinhadas diretamente relacionadas com a descarbonização e eficiência energética. Destacam-se, em particular, os investimentos em cogeração de energia a partir de biomassa residual (2,3 M€), bem como na instalação, manutenção e melhoria de



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

equipamentos de eficiência energética (19,7 M€), incluindo projetos estruturantes como o novo forno de cal e sistemas de evaporação.

No seu conjunto, estes investimentos representam uma componente material do CapEx alinhado com objetivos climáticos, contribuindo diretamente para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para o aumento da incorporação de energia renovável no mix energético do Grupo. Estes investimentos encontram-se refletidos na proporção de CapEx elegível e alinhado reportado no âmbito do Artigo 8.º da Taxonomia da União Europeia, assegurando consistência entre a informação financeira e os objetivos de transição climática definidos pelo Grupo.

De forma global, os recursos financeiros associados às ações climáticas encontram-se refletidos nas rubricas de CapEx e OpEx das demonstrações financeiras do Grupo, não sendo, em todos os casos, objeto de orçamentação autónoma por ação. A implementação das ações futuras depende, em determinados casos, de condições prévias específicas, incluindo a evolução tecnológica, o enquadramento regulatório, o preço do carbono e a mobilização da cadeia de valor.

Metas

(E1-4)

No âmbito do Compromisso 2030, a Altri definiu um conjunto de metas climáticas que operacionalizam a sua estratégia de descarbonização e o Plano de Transição Climática, assegurando uma resposta estruturada aos impactos, riscos e oportunidades materiais identificados. Estas metas encontram-se diretamente ligadas às políticas ambientais e climáticas do Grupo e são implementadas através das ações e investimentos descritos na secção E1-3, nomeadamente no que respeita à transformação do modelo energético, à eficiência operacional e ao envolvimento da cadeia de valor.

A definição das metas foi realizada de acordo com a metodologia da Science Based Targets initiative (SBTi), tendo sido validadas em 2022 como metas de curto prazo (near-term targets), compatíveis com uma trajetória de limitação do aquecimento global a 1,5 °C. Este enquadramento assegura a coerência com referenciais científicos robustos e com os compromissos internacionais

assumidos no âmbito do Acordo de Paris. Em paralelo, o Grupo enquadra a sua ambição de longo prazo na SBTi Net-Zero Standard, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

As metas têm como ano base 2020 e são expressas em termos de intensidade (kg CO₂e/tSA), permitindo acomodar o crescimento da atividade e refletindo a natureza industrial do negócio. Os valores de referência foram definidos com base num inventário de emissões preparado de acordo com o GHG Protocol, considerado representativo do perfil operacional do Grupo, assegurando a comparabilidade do desempenho ao longo do tempo.

Emissões de GEE

No que respeita às metas de redução de emissões, o Grupo estabeleceu os seguintes objetivos:

- ▶ Reduzir em 51% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (baseado no mercado);
- ▶ Reduzir em 25% as emissões específicas de GEE de âmbito 3;

Estas metas abrangem a totalidade das operações próprias (âmbitos 1 e 2) e categorias relevantes da cadeia de valor (âmbito 3), estando alinhadas com os limites do inventário de GEE do Grupo. No caso do âmbito 2, a meta é definida com base na abordagem market-based, em linha com a metodologia de reporte adotada.

A concretização destas metas assenta numa combinação de alavancas estratégicas integradas no Plano de Transição Climática e operacionalizadas através das ações descritas na secção E1-3, permitindo traduzir os objetivos definidos em contributos quantificados para a redução de emissões.

De forma agregada, a transição para energias renováveis constitui o principal vetor de descarbonização, representando cerca de 50% da redução estimada. Esta alavanca integra, em particular, o reforço da utilização de fontes de energia renovável, incluindo eletricidade renovável e biomassa residual para autoconsumo, bem como a substituição progressiva de combustíveis fósseis nos processos industriais.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

A inovação tecnológica e eficiência operacional contribui com aproximadamente 40% da redução prevista, através de iniciativas de melhoria da eficiência energética, otimização de processos e recuperação de energia), da eletrificação de processos e substituição de usos térmicos por soluções de base elétrica e da modernização tecnológica de equipamentos e infraestruturas industriais.

Por sua vez, as soluções baseadas na natureza representam cerca de 10% do esforço de descarbonização, incluindo o contributo da gestão florestal e do carbono biogénico, bem como iniciativas associadas à cadeia de valor, nomeadamente logística sustentável e envolvimento de fornecedores.

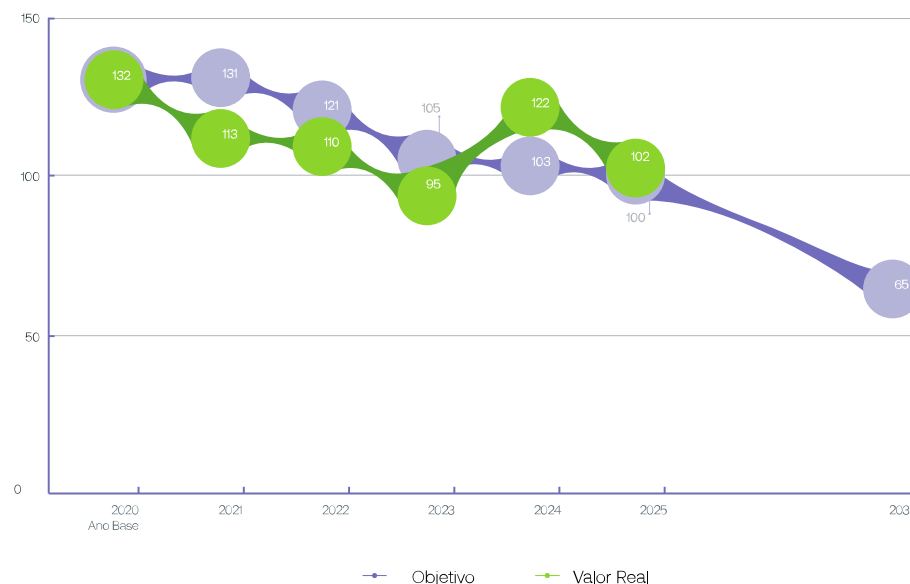
No seu conjunto, estas alavancas totalizam uma redução estimada de aproximadamente 183 250 tCO₂e, correspondente ao esforço necessário para alcançar as metas definidas para 2030, evidenciando uma abordagem integrada que combina transformação do modelo energético, eficiência operacional e valorização do capital natural.



A trajetória de redução de emissões reflete uma lógica de implementação faseada, associada à concretização de projetos estruturais de descarbonização, pelo que o progresso ao longo do tempo deve ser interpretado à luz da execução desses investimentos.

Emissões Âmbito 1 e 2

- Progresso face ao ano base: 45%
- Progresso face ao objetivo anual: 0%
- Objetivo anual: 100 kg CO₂/tSA



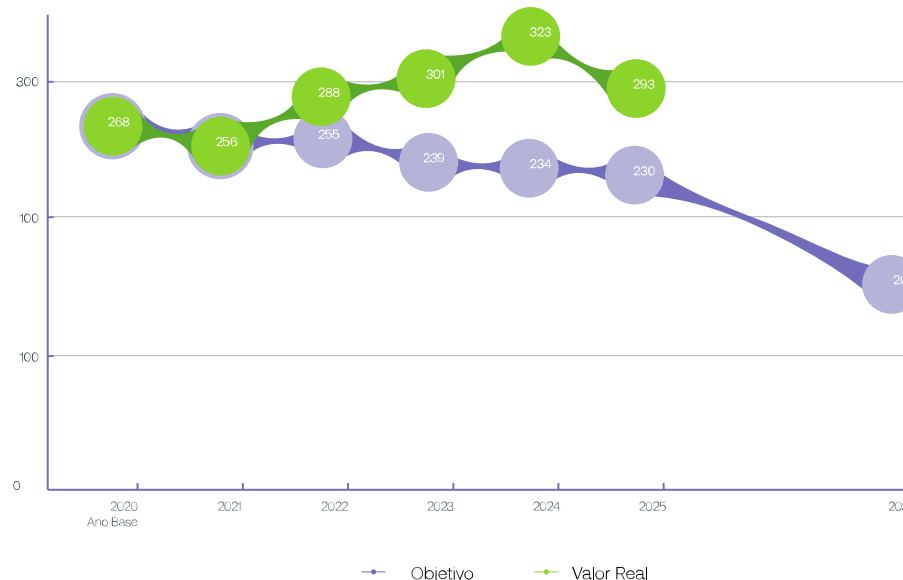
Em 2025, verificou-se uma diminuição das emissões de âmbito 1 e 2 face ao período homólogo, resultado da ausência de Paragem Anual (PA) na Celbi. Em anos sem PA, verifica-se consistentemente uma redução das emissões associado a uma maior estabilidade nas operações. Também na Celbi o turbo gerador manteve-se fora de serviço durante os primeiros meses do ano, levando a um aumento da compra de eletricidade. Em 2026, é esperado que este efeito seja colmatado. Na unidade industrial da Biotek, em 2025 foram

realizadas diversas transições entre campanhas de produção de outros grades de fibras celulósicas, contribuindo para um aumento das emissões desta unidade.

No que respeita ao âmbito 3, a concretização da meta depende em maior medida de fatores externos ao controlo direto do Grupo, incluindo a evolução da cadeia de abastecimento, os volumes de produção e a dinâmica dos mercados logísticos. O reforço da qualidade dos dados e a maior incorporação de informação proveniente de fornecedores têm igualmente impacto na comparabilidade temporal dos indicadores, sendo o envolvimento da cadeia de valor um vetor crítico de execução.

Emissões Âmbito 3

- Progresso face ao ano base: 0%
- Progresso face ao objetivo anual: 0%
- Objetivo anual: 230 kg CO₂/tSA



Em 2025, apesar do aumento da produção anual do Grupo, verificou-se um decréscimo nas emissões de Âmbito 3 devido a vários fatores: i) gestão de resíduos otimizada, com maior percentagem de resíduos encaminhada para valorização; ii) logística mais eficiente, com menor recurso a transporte marítimo (deep-sea) e maior recurso a transporte ferroviário e rodoviário no transporte de madeira e de produto para clientes; e iii) diminuição na aquisição de químicos devido a otimizações processuais, reduzindo as emissões indiretas associadas à sua produção.

Esta redução reflete o compromisso da Altri de descarbonização na cadeia de valor.



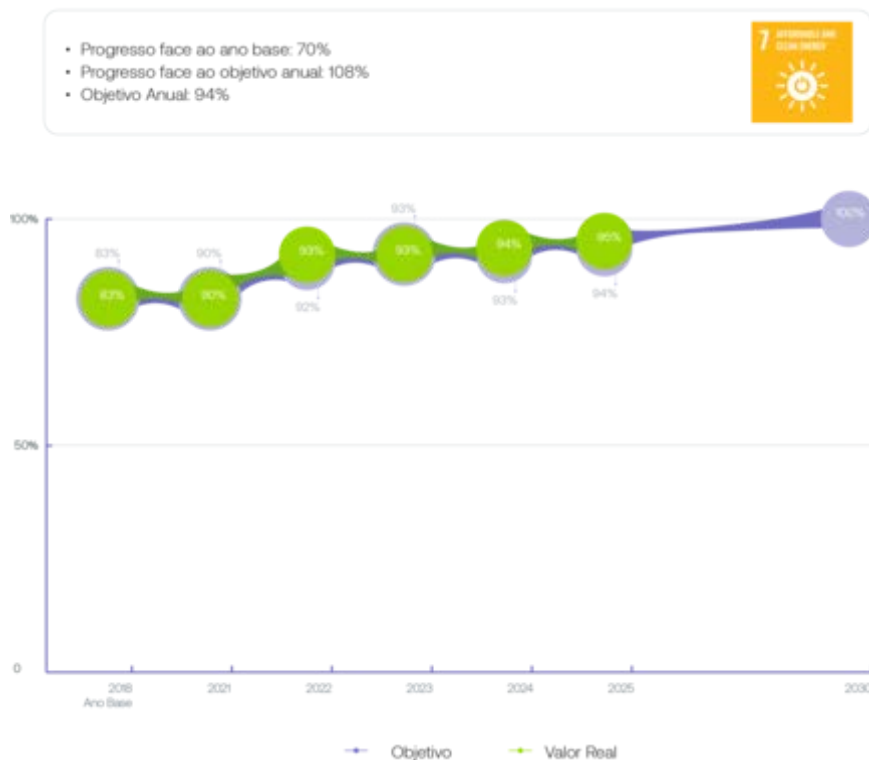
Energia

Paralelamente, o Grupo definiu como meta assegurar que, até 2030, 100% da energia primária consumida nas suas unidades industriais seja de origem renovável.

- Consumir 100% da energia primária nas unidades industriais de origem renovável.

Esta meta constitui um dos principais vetores de descarbonização das operações, estando diretamente associada às ações de investimento em bioenergia, cogeração e produção de energia renovável para autoconsumo, conforme descrito em [Plano de transição para as alterações climáticas](#).

100% da energia primária de origem renovável



Em 2025, o Grupo superou o objetivo definido de produção de energia primária de origem renovável.

A definição das metas teve em consideração a evolução do contexto de negócio e do enquadramento externo, incluindo o crescimento da produção, a disponibilidade e maturidade de tecnologias de baixo carbono, a evolução do enquadramento regulamentar europeu e a crescente procura por produtos de menor intensidade carbónica.

O progresso é acompanhado através de mecanismos internos de monitorização do Compromisso 2030, com reporte regular aos órgãos de gestão, sendo a avaliação da eficácia das políticas e ações suportada tanto por indicadores quantitativos como pela execução das iniciativas e robustez dos dados.

Métricas

Consumo e combinação de energia

(E1-5)

O consumo energético e a combinação de fontes de energia do Grupo Altri refletem a implementação progressiva das alavancas definidas no Plano de Transição Climática, em particular no que respeita à transformação do modelo energético das operações e ao reforço da incorporação de fontes de energia renovável.

Neste contexto, a estrutura de consumo energético evidencia o papel central das fontes renováveis no mix energético do Grupo, em linha com a sua base industrial de origem florestal e com a estratégia de redução da intensidade carbónica das operações. O consumo de energia de origem fóssil permanece associado a necessidades operacionais específicas e a constrangimentos tecnológicos inerentes a determinados processos industriais, sendo progressivamente reduzido através das iniciativas de descarbonização em curso.

A informação apresentada na tabela seguinte permite uma leitura integrada do perfil energético do Grupo, incluindo o consumo total de energia por fonte (fóssil, nuclear e renovável), a respetiva repartição percentual no consumo total e a intensidade energética das atividades desenvolvidas em setores de elevado impacto climático.

Consumo energético e combinação de energia	2025	2024
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão (MWh)	0	0
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)	58 548	62 184
Consumo de combustível proveniente do gás natural (MWh)	324 202	321 175
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)	0	0
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis (MWh)	164 251	181 612
Consumo total de energia fóssil (MWh)	547 001	564 970
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	8 %	9 %
Consumo proveniente de fontes nucleares (MWh)	0	0
Percentagem de fontes nucleares no consumo total de energia (%)	0 %	0 %
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa (incluindo também resíduos industriais e urbanos de origem biológica, biogás, hidrogénio renovável, etc.) (MWh)	5 976 417	5 886 830

Consumo energético e combinação de energia	2025	2024
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis (MWh)	0	0
Consumo de energia renovável não proveniente de combustíveis gerada pelo próprio (MWh)	6 203	3 352
Consumo total de energia renovável (MWh)	5 982 620	5 890 182
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	92 %	91 %
Consumo total de energia (MWh)	6 529 621	6 455 152
Intensidade energética setores de elevado impacto climático (MWh/M€)	9 291	7 547

Em 2025, o perfil energético do Grupo Altri manteve-se fortemente ancorado em fontes renováveis, que representaram cerca de 91% do consumo total de energia, evidenciando a consistência do modelo operacional com os objetivos de descarbonização definidos. O consumo de energia fóssil registou uma redução face a 2024, refletindo a implementação progressiva de iniciativas de substituição energética e otimização operacional, nomeadamente ao nível do consumo de gás natural e de combustíveis de origem petrolífera.

A intensidade energética registou, contudo, um aumento face ao período anterior, refletindo dinâmicas operacionais no período, nomeadamente ao nível do perfil de produção e da eficiência relativa dos processos industriais.

Paralelamente, o Grupo assegura uma produção significativa de energia renovável, maioritariamente associada à valorização de biomassa residual e à cogeração, reforçando a autonomia energética das unidades industriais e contribuindo para a redução da dependência de fontes externas de energia.

Globalmente, a evolução dos indicadores confirma a trajetória de transformação do modelo energético do Grupo, suportada pela valorização de biomassa residual e pela crescente integração de fontes renováveis, reforçando a resiliência operacional e o alinhamento com os objetivos do Plano de Transição Climática.

Produção de energia renovável (MWh)	2025	2024
Cogeração	540 335	549 164
Produção para consumo evitado	29 727	27 667
Biomassa Residual	358 553	917 078
Fotovoltaica	6 203	3 446
Produção total de energia renovável	934 819	1 521 850

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Políticas de Contabilização

Na contabilização dos consumos de energia, sempre que possível, foram realizadas medições diretas, efetuadas de forma periódica e sistemática de forma a assegurar a precisão dos dados recolhidos. Nos casos em que as medições diretas não eram viáveis, foram realizados cálculos com base em dados específicos disponíveis.

Para a divulgação de alguns dados relacionados, foram assumidos pressupostos e estimativas. As estimativas e pressupostos subjacentes são monitorizados ao longo do tempo e revistos a cada período de relato, de forma a ajustar as métricas e garantir a sua relevância e precisão contínuas.

Os fatores de conversão escolhidos foram selecionados pela sua robustez, aceitação internacional e capacidade de refletir com precisão as características das atividades da Altri, garantindo uma avaliação fidedigna dos consumos de energia da Empresa.

No caso específico da Celbi são realizadas análises mensais para a determinação do poder calorífico do gás natural.

Além disso, é utilizado o NIR (National Inventory Report) da APA.

As atividades da Altri inserem-se na secção A – Agricultura, floresta e pesca, através das atividades de gestão e exploração florestal, a secção C – Indústrias transformadoras com a atividade de fabricação de fibras celulósicas e na secção D- Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado, dos códigos NACE e por isso todas são consideradas atividades em setores de elevado impacto ambiental. Assim, a intensidade energética em setores de elevado impacto climático teve em consideração o valor total de energia consumida e a receita líquida do Grupo Altri.

Emissões de gases com efeito de estufa

(E1-6)

As emissões de gases com efeito de estufa (GEE) do Grupo Altri refletem o perfil operacional das suas atividades e a execução progressiva da estratégia de descarbonização definida no âmbito do Compromisso 2030 e do Plano de Transição Climática.

A estrutura de emissões apresentada permite uma leitura integrada dos diferentes âmbitos, evidenciando, por um lado, as emissões diretamente associadas às operações industriais e ao consumo de energia e, por outro, as emissões ao longo da cadeia de valor. Esta visão consolidada constitui um elemento central para a gestão dos impactos climáticos do Grupo e para o acompanhamento da sua trajetória de descarbonização.

	Retrospectiva				Metas	
	2020 (ano base)	2025	2024	Variação (%)	2030	% anual da meta / ano base
Emissões de GEE de âmbito 1						
Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO ₂ e)	158 236	95 662	98 588	(3)%	76 896	(5)%
Emissões biogénicas da queima de combustíveis não fósseis	2 750 172	2 088 093	2 058 555	1 %	n/a	n/a
Percentagem de emissões de GEE de âmbito 1 provenientes dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados (%)	57 %	87 %	84 %	4 %	n/a	n/a
Emissões de GEE de âmbito 2						
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas na localização (tCO ₂ e)	23 923	12 144	31 419	(61)%	0	(10)%
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado (tCO ₂ e)	21 670	18 733	36 461	(49)%	0	(10)%
Emissões significativas de GEE de âmbito 3						
Emissões brutas indiretas totais de GEE (de âmbito 3) (tCO ₂ e)	365 995	315 279	343 282	(8)%	318 416	(1)%
Categoria 1: Bens e serviços adquiridos (tCO ₂ e)	119 668	135 965	134 113	1 %	n/a	n/a
Categoria 3: Atividades relacionadas com combustíveis e energia (não incluídas no âmbito 1 ou 2) (tCO ₂ e)	16 130	24 151	25 481	(5)%	n/a	n/a
Categoria 4: Transporte e distribuição a montante (tCO ₂ e)	54 917	57 863	76 121	(24)%	n/a	n/a
Categoria 5: Resíduos produzidos nas operações (tCO ₂ e)	2 014	470	499	(6)%	n/a	n/a
Categoria 9: Transporte e distribuição a jusante (tCO ₂ e)	45 266	40 163	51 006	(21)%	n/a	n/a
Categoria 10: Transformação de produtos vendidos (tCO ₂ e)	57 438	56 667	56 062	1 %	n/a	n/a
Emissões totais de GEE						

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

	Retrospectiva				Metas	
	2020 (ano base)	2025	2024	Varição (%)	2030	% anual da meta / ano base
Emissões totais de GEE (baseadas na localização) (tCO ₂ e)	548 154	423 085	472 526	(10)%	n/a	n/a
Emissões totais de GEE (baseadas no mercado) (tCO ₂ e)	545 901	429 674	477 568	(10)%	n/a	n/a
Outras emissões						
Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade (market- based)	-154 961	-7 774	-22 969	(66)%	n/a	n/a
Reservatório de carbono na floresta	-8 044 739	-8 596 069	-8 170 120	5 %	n/a	n/a
Intensidade de GEE						
Intensidade emissões de GEE baseadas no mercado (tCO ₂ e / M€)	849	611	588	4 %	n/a	n/a
Intensidade emissões de GEE baseadas na localização (tCO ₂ e / M€)	853	602	553	9 %	n/a	n/a

Políticas de Contabilização

Para o cálculo da pegada de carbono da Altri foram consideradas todas as empresas do perímetro de consolidação. Em 2025 a contabilização de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) foi efetuada de acordo com o referencial The GHG Protocol, uma iniciativa do World Resources Institute e do World Business Council for Sustainable Development. Os standards The GHG Protocol são atualmente os mais utilizados internacionalmente para contabilização de emissões de gases com efeito de estufa por organizações de todos os setores de atividade, sendo adotados por mais de 90% das empresas Fortune 500.

Sendo o The GHG Protocol omissivo em orientações específicas sobre quantificação de sequestro biológico de carbono, incluindo o cálculo do respetivo reservatório nas áreas florestais geridas pela Altri Florestal, utilizou uma metodologia adaptada do Inventário Nacional de Emissões (National Inventory Report - NIR), publicado anualmente pela Agência Portuguesa de Ambiente, de acordo com as IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories (2006) - Volume 4 - Agriculture, Forestry and Other Land Use.

O reporte da pegada de carbono de 2025 encontra-se alinhado com o GHG Protocol, de acordo com os três âmbitos de reporte. São também reportadas, de forma independente, outras emissões, tais como o stock de carbono da floresta, emissões evitadas pela venda de eletricidade e emissões biogénicas.

Foram considerados os seguintes âmbitos:

Âmbito 1: referente às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) diretas das operações, por fontes detidas ou controladas pela Altri. Inclui as emissões no âmbito de combustíveis (frota própria), combustíveis (instalações), aplicação de fertilizantes e corretivos, combustíveis (máquinas), emissões CELE (combustão e processo), combustíveis não CELE, biocombustíveis (CH₄ e N₂O), fugas f-gases e tratamento interno de resíduos.

Âmbito 2: referente às emissões de GEE associadas à produção da eletricidade adquirida pela Altri. Estas emissões foram calculadas segundo as metodologias de market-based e location-based.

Âmbito 3: referente a outras emissões indiretas de GEE associadas à cadeia de valor da Altri. As categorias calculadas neste âmbito são:

C1. Compra de bens e serviços - incluem a compra de produtos químicos, biomassa residual externa, fertilizantes e fitofármacos.

C3. Atividades relacionadas com combustíveis e energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2 – calculado com base nos dados de atividade presentes nos âmbitos 1 e 2, como as emissões associadas à extração, refinação e transporte de combustíveis e perdas na rede;

C4. Transporte a montante - transportes da madeira e produtos químicos;

C5. Resíduos gerados das operações (incluindo transporte) – inclui os resíduos gerados nas unidades industriais;

C9. Transporte a montante e a jusante - transporte de produto;

C10. Processamento de produtos vendidos

Outras emissões:

► Reservatório de carbono da floresta: no âmbito da Altri Florestal, foi calculado o stock de carbono na floresta sob a sua gestão.

► Emissões evitadas: foi revista a metodologia de cálculo das emissões evitadas. Para este efeito, foi considerada a energia elétrica injetada na rede pelas unidades industriais (apenas as excedentárias em energia elétrica foram consideradas neste cálculo).

► Emissões biogénicas: foram calculadas as emissões biogénicas associadas ao consumo de combustíveis de origem não fóssil nas unidades industriais. Os principais combustíveis de origem não fóssil são o licor negro e a biomassa residual.

Exclusões: Outras categorias de âmbito 3 foram consideradas como não relevantes ou não aplicáveis à atividade da Altri.



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Fixação Interna do Preço do Carbono

(E1-8)

O Grupo Altri considera que a internalização dos custos das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), através de um preço interno do carbono, constitui uma ferramenta eficaz para avaliar a sustentabilidade relacionada com o clima e apoiar a tomada de decisão em matéria de investimento e planeamento.

Neste contexto, o Grupo incorpora um preço interno do carbono na avaliação de novos projetos e sempre que se verificam alterações em projetos existentes, permitindo integrar o custo das emissões nas análises económicas e assegurar a resiliência dos investimentos. Esta abordagem contribui para a priorização de soluções de menor intensidade carbónica e para o alinhamento com as ambições de descarbonização do Grupo.

O regime interno de fixação do preço do carbono é utilizado como ferramenta de apoio à decisão, sendo aplicado, em particular, na avaliação de novos investimentos (CapEx), na reavaliação de ativos existentes, no planeamento estratégico e em análises prospetivas, incluindo testes de imparidade, sempre que os riscos climáticos sejam considerados materialmente relevantes. O seu uso está orientado para decisões de médio e longo prazo, funcionando como um sinal económico interno.

O regime é aplicado às operações próprias relevantes do Grupo, cobrindo as unidades industriais incluídas no perímetro de reporte de emissões de GEE, localizadas em Portugal. A cadeia de valor não se encontra, à data, diretamente abrangida pelo regime, sendo as respetivas emissões consideradas no contexto do plano de transição climática e do envolvimento com fornecedores.

O preço interno do carbono é definido com base em referências externas relevantes e em pressupostos prospetivos que refletem a evolução esperada do enquadramento climático e económico. Em particular, o Grupo considera, de forma indicativa, os sinais de mercado associados ao EU ETS como principal referência para o custo do carbono na União Europeia, bem como cenários climáticos e de transição amplamente reconhecidos a nível internacional, incluindo contributos do NGFS, IEA (Net Zero Emissions) e IPCC. Estas referências são utilizadas como enquadramento conceptual para

a análise de riscos e oportunidades climáticas, não implicando a adoção direta de valores ou trajetórias específicas.

A definição do preço interno do carbono incorpora ainda um conjunto de pressupostos qualitativos e prospetivos, nomeadamente a evolução futura do preço do carbono, o reforço do enquadramento regulatório europeu, incluindo instrumentos como o CBAM, e a maturidade e disponibilidade de tecnologias de descarbonização e eficiência energética. A sua utilização encontra-se orientada para análises de médio e longo prazo, em linha com os horizontes de planeamento estratégico, os ciclos de investimento em ativos industriais e os horizontes associados à transição climática, assegurando a integração destes fatores nas decisões de investimento e planeamento do Grupo.

O Grupo utiliza um preço interno do carbono de natureza indicativa (preço-sombra), aplicado como referência económica nas análises de investimento e planeamento. Para o ano de 2025, o preço considerado foi de 70,12 €/tCO₂e, conforme detalhado na tabela seguinte.

Tipos de preços internos do carbono	Preços aplicados (€/tCO ₂ e)
Preço-sombra CapEx	70,12
Preço-sombra do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D)	70,12
Taxa ou fundo interno sobre o carbono	70,12
Preços do carbono para testes de imparidade	70,12
Outros	70,12

O regime interno de fixação do preço do carbono cobre as emissões de âmbito 1 e 2, correspondendo à totalidade das emissões diretas e indiretas de energia reportadas pela empresa. As emissões da cadeia de valor (âmbito 3) não se encontram, à data, diretamente abrangidas pelo regime, sendo consideradas no contexto do plano de transição climática e do envolvimento com fornecedores.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

ESRS E2 Poluição

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com poluição, identificados pelo Grupo Altri no âmbito da análise de Dupla Materialidade, encontram-se apresentados na tabela seguinte.

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 – Poluição do ar						
Contribuição para a poluição do ar devido à emissão de poluentes atmosféricos (Monóxido de Carbono (CO), Óxidos de Nitrogénio (NOx), Amoníaco (NH ₃) e Partículas (PM10) e Compostos Orgânicos Voláteis (COV)), geradas pelas operações industriais.	I	-	R	PO		Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a poluição (E2-1;E2-2;E2-3; E2-4)
Restrições legislativas e medidas políticas mais rigorosas em matéria de poluição atmosférica, incluindo a redução dos Valores Limite de Emissão (VLE) para determinados poluentes, em conformidade com as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) e os níveis associados (MTD-AEL), podem obrigar à realização de investimentos significativos em tecnologias de controlo e mitigação.	R			PO		
2 – Poluição da água						
Descarga de efluentes industriais contendo cargas orgânicas significativas (CQO/CBO), nutrientes, sólidos em suspensão, compostos químicos residuais e subprodutos do processo de produção de fibras celulósicas.	I	-	R	PO		Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a poluição (E2-1;E2-2;E2-3; E2-4)
Alterações regulamentares nos Valores Limite de Emissão (VLE) aplicáveis aos efluentes descarregados em corpos hídricos.	R			M		
Danos reputacionais devido à alteração da perceção da sociedade, clientes ou comunidades locais relativamente à associação das atividades da Altri com fenómenos de poluição da água e à ausência ou insuficiência de políticas e práticas de prevenção e controlo da poluição hídrica.	R			J		

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3 – Poluição do solo

Potencial contaminação e degradação de solos decorrente das práticas de gestão florestal, incluindo a aplicação de fertilizantes e herbicidas, compactação dos solos por maquinaria pesada e aumento da erosão em áreas expostas após cortes.

I - P PO ■■■

Políticas, ações
métricas e metas
relacionadas com
a poluição
(E2-1;E2-2;E2-3;
E2-4)

Risco de processos judiciais, sanções e custos de remediação face a potenciais acidentes ou derrames que provoquem a contaminação dos solos.

R PO ■■■

4 – Substâncias que suscitam preocupação

Risco de acidentes graves decorrentes da manipulação, armazenamento ou utilização de substâncias que suscitam preocupação.

R PO ■■■

Políticas, ações
métricas e metas
relacionadas com
a poluição
(E2-1;E2-2;E2-3;
E2-5)

Implementação de programas de substituição ou eliminação gradual (phase-out) de substâncias perigosas abrangidas pela Diretiva SEVESO, com potencial para reduzir a exposição a acidentes graves

O PO ■■■

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

Curto Prazo Médio Prazo Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspectiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspectiva financeira, independentemente se na perspectiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

As operações industriais do Grupo Altri envolvem processos produtivos complexos associados à transformação de fibras celulósicas e à gestão florestal, que podem gerar emissões para o ar, água e solo com potencial para causar impactos ambientais se não forem devidamente controladas.

Impactos

As operações das unidades industriais do Grupo Altri (Celbi, Caima e Biotek) originam emissões atmosféricas de poluentes como Monóxido de Carbono (CO), Óxidos de Nitrogénio (NOx), Amónia (NH₃) e Partículas (PM₁₀), entre outros. Estas emissões resultam sobretudo de processos de combustão, recuperação química, operações de branqueamento, bem como do armazenamento e manuseamento de matérias-primas e do tratamento de efluentes. A natureza e intensidade destas emissões podem contribuir para a poluição do ar e afetar a qualidade ambiental nas áreas envolventes às unidades industriais.

A descarga de efluentes industriais resultantes do processo produtivo de fibras celulósicas pode exercer pressão sobre os ecossistemas hídricos recetores caso não sejam aplicadas soluções adequadas de tratamento e controlo. Estes efluentes podem alterar os parâmetros físico-químicos dos ecossistemas hídricos, aumentar a carga orgânica e nutricional e exercer pressão sobre habitats aquáticos sensíveis.

No domínio da gestão florestal, as atividades desenvolvidas pela Altri podem estar associadas a potenciais impactos no solo, nomeadamente contaminação e degradação decorrentes da aplicação de fertilizantes e herbicidas, compactação dos solos durante as operações ou aumento da erosão em áreas expostas após cortes. Estes riscos são geridos através da adoção de práticas de gestão florestal sustentável e de monitorização das operações no terreno.

A Altri gere os seus impactos negativos relacionados com a poluição através de uma abordagem integrada baseada nas suas políticas de Sustentabilidade e Gestão Ambiental, suportada por sistemas de gestão certificados, nomeadamente, a NP EN ISO 14001. O Grupo prioriza a prevenção da

poluição e a melhoria contínua, investindo em tecnologias de redução de emissões atmosféricas, reforço do tratamento de efluentes e valorização de subprodutos para diminuir a carga poluente.

Riscos

Relativamente à poluição do ar, a Altri identificou como material o risco associado ao reforço das restrições legislativas e das políticas públicas aplicáveis às emissões atmosféricas. A potencial redução dos Valores Limite de Emissão (VLE), em alinhamento com as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) e os respetivos níveis associados (MTD-AEL), poderá exigir investimentos significativos em tecnologias de controlo e mitigação. Em paralelo, a introdução de taxas ou penalizações sobre fontes de emissão pode representar um aumento dos custos operacionais e de capital, com impactos na rentabilidade e na competitividade das unidades industriais da Altri.

No domínio da poluição da água, a Altri identifica igualmente o risco de alterações regulamentares aplicáveis aos VLE dos efluentes descarregados em corpos hídricos, que podem comprometer a normal operação e continuidade das atividades das unidades industriais do Grupo. Tais alterações podem exigir reduções do ritmo de produção ou, em situações mais restritivas, a suspensão temporária das operações para garantir o cumprimento legal.

A este risco acresce a possibilidade de danos reputacionais decorrentes de uma eventual deterioração da perceção pública, por parte da sociedade, clientes e comunidades locais, relativamente à associação das atividades da Altri a fenómenos de poluição hídrica ou à perceção de insuficiência das práticas de prevenção e controlo.

No que respeita à poluição do solo, potenciais acidentes ou derrames podem desencadear processos judiciais, sanções legais e administrativas, bem como a necessidade de suportar custos significativos de remediação ambiental.

Por fim, a manipulação, armazenamento e utilização de substâncias que suscitem preocupação, incluindo as abrangidas pelo regime SEVESO (Diretiva 2012/18/UE), comportam o risco de acidentes graves com potencial para causar danos relevantes às infraestruturas da Altri, ao ambiente, aos colaboradores e às comunidades envolventes. A ocorrência de tais eventos pode resultar em sanções legais, custos expressivos de remediação e



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE PARECER DO CONSELHO FISCAL

reparação (OpEx e CapEx), interrupções temporárias da produção e impactos reputacionais junto de clientes, reguladores e outros stakeholders.

A Altri gere estes riscos relacionados com a poluição através de uma abordagem assente na antecipação regulatória e no investimento seletivo em tecnologias que garantem a conformidade futura e fortalecem a competitividade industrial. Paralelamente, o Grupo reduz a exposição a riscos reputacionais e de mercado através do reforço da governança ambiental, da monitorização contínua do desempenho e da consolidação de sistemas de gestão certificados que asseguram rigor, transparência e melhoria contínua.

Através desta abordagem, a Altri procura reduzir a exposição a riscos operacionais, regulatórios e reputacionais associados à poluição, assegurando simultaneamente o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e reforçando a sustentabilidade e competitividade das suas operações industriais.

Oportunidades

O Grupo Altri identifica como uma oportunidade material a implementação de programas de substituição ou eliminação gradual (phase-out) de substâncias perigosas abrangidas pela Diretiva SEVESO. Esta abordagem tem potencial para reduzir a exposição a acidentes graves e, consequentemente, diminuir o nível de perigosidade das unidades industriais do Grupo.

A concretização destas medidas poderá permitir que a Celbi reduza o seu nível de perigosidade e que a Caima e a Biotek deixem de estar abrangidas pelo regime SEVESO. Tal evolução resultaria numa diminuição dos custos operacionais e de investimento associados aos planos de emergência, às medidas de contenção, aos sistemas de monitorização e aos requisitos de conformidade regulatória previstos nesta diretiva.

Políticas Relacionadas com a Poluição

(E2-1)

Principais compromissos das políticas

Através da Política de Sustentabilidade e da Política de Gestão Ambiental, o Grupo Altri estabelece o compromisso de prevenir a poluição e minimizar os

impactos ambientais associados às suas atividades. Este compromisso traduz-se na definição e implementação de princípios e critérios orientados para a melhoria contínua do desempenho ambiental, incluindo a prevenção e controlo da poluição do ar, da água e do solo, bem como a gestão responsável de substâncias químicas utilizadas nos processos produtivos.

A prevenção da poluição é integrada na seleção de processos, tecnologias, matérias-primas e meios de transporte, procurando reduzir emissões atmosféricas, efluentes líquidos e outras fontes de pressão ambiental associadas às operações industriais e florestais do Grupo.

Para mais informações sobre os compromissos estabelecidos na Política de Sustentabilidade e na Política de Gestão Ambiental, pode ser consultada a secção [Políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas](#).

Adicionalmente, todas as unidades industriais do Grupo Altri têm implementado um Sistema de Gestão Ambiental certificado de acordo com a NP EN ISO 14001. Este sistema reforça a capacidade das unidades industriais para melhorar continuamente o seu desempenho ambiental, assegurando a identificação sistemática das fontes de poluição, a avaliação de riscos ambientais e a implementação de medidas de prevenção, controlo e mitigação dos impactos associados às suas atividades. Esta certificação contribui ainda para a integração de práticas de controlo operacional, avaliação de riscos e cumprimento dos requisitos legais e outros requisitos ambientais aplicáveis.

Em paralelo, as operações industriais do Grupo são desenvolvidas em conformidade com as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) aplicáveis ao setor, conforme estabelecido nos documentos de referência europeus (BREF). A aplicação destas técnicas permite otimizar o desempenho ambiental das instalações, assegurando níveis elevados de prevenção e controlo da poluição, nomeadamente através da redução de emissões atmosféricas, da melhoria dos sistemas de tratamento de efluentes e da gestão eficiente de substâncias químicas e subprodutos.

No que respeita à gestão de substâncias químicas, o Grupo Altri assegura a sua utilização responsável através da implementação de procedimentos técnicos e operacionais destinados a prevenir riscos ambientais e garantir o cumprimento rigoroso do enquadramento regulamentar aplicável.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

A gestão destas substâncias encontra-se alinhada com os requisitos estabelecidos pelo Regulamento REACH, pelo Regulamento CLP e, nas unidades industriais abrangidas, pela Diretiva SEVESO III (2012/18/UE), integrando práticas de avaliação e controlo do risco químico ao longo das operações industriais.

Neste contexto, a Altri implementa procedimentos destinados a assegurar o manuseamento seguro de substâncias químicas, a segregação e armazenamento adequados, o controlo operacional das condições de utilização e a prevenção de derrames ou libertações acidentais, contribuindo para reduzir o risco de poluição do solo, da água e do ar.

Estes procedimentos são complementados por mecanismos de monitorização, avaliação periódica do risco e atualização contínua da informação técnica associada às substâncias utilizadas, incluindo fichas de dados de segurança e inventários químicos. Sempre que tecnicamente viável, o Grupo avalia oportunidades de redução, substituição ou eliminação progressiva de substâncias que suscitem preocupação, em linha com a evolução do enquadramento regulamentar e das melhores práticas do setor.

As políticas ambientais da Altri incluem igualmente princípios e procedimentos destinados a prevenir incidentes ambientais e situações de emergência com potencial de causar poluição. Neste âmbito, o Grupo implementa planos de resposta a emergências, sistemas de contenção e procedimentos operacionais destinados a limitar a libertação de poluentes e a garantir a proteção das pessoas, do ambiente e das comunidades envolventes. Estes procedimentos e sistemas de controlo permitem assegurar uma resposta rápida e eficaz perante situações imprevistas com potencial impacto ambiental.

Âmbito das políticas

As políticas relacionadas com a poluição aplicam-se a todas as empresas do Grupo Altri e às respetivas atividades operacionais, incluindo as unidades industriais de produção de fibras celulósicas, as operações energéticas associadas e as atividades de gestão florestal.

Estas políticas abrangem igualmente a cadeia de valor do Grupo, nomeadamente através da integração de requisitos ambientais nas relações com fornecedores e parceiros, promovendo o cumprimento de procedimentos e princípios de gestão ambiental alinhados com os padrões adotados internamente, incluindo requisitos aplicáveis aos fornecedores.

Governança e supervisão das políticas

A responsabilidade pela gestão dos assuntos relacionados com a poluição cabe aos diretores industriais das unidades operacionais e aos diretores das áreas operacionais da Altri Florestal, atuando sob a supervisão da Comissão Executiva.

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco por sua vez, tem como missão propor ao Conselho de Administração novos objetivos e metas de sustentabilidade, monitorizar o desempenho dos compromissos assumidos e acompanhar os investimentos necessários à sua concretização, assegurando a criação de valor a longo prazo para o Grupo.

Neste enquadramento, a gestão da poluição constitui uma responsabilidade transversal em toda a organização, envolvendo o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco e as equipas operacionais das várias unidades industriais, garantindo uma abordagem integrada e alinhada com as prioridades estratégicas do Grupo Altri.

Normas e certificações de referência

A implementação das políticas relacionadas com a poluição encontra-se enquadrada pelos sistemas de gestão adotados pelo Grupo Altri.

As unidades industriais operam em conformidade com os requisitos da NP EN ISO 14001, assegurando a certificação dos sistemas de gestão ambiental e o cumprimento das obrigações legais aplicáveis, bem como das Melhores Técnicas Disponíveis definidas para o setor.

Adicionalmente, o Grupo integra nos seus sistemas de gestão requisitos de diferentes referenciais internacionais, incluindo normas relativas à qualidade (ISO 9001), energia (ISO 50001) e saúde e segurança no trabalho (ISO 45001), promovendo uma abordagem integrada à gestão ambiental.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Estes compromissos contribuem igualmente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas n.º 6 – Água Potável e Saneamento.

Consideração dos interesses das partes interessadas

O Grupo Altri promove uma abordagem de colaboração ativa com as partes interessadas relativamente às questões ambientais e à gestão da poluição

As políticas corporativas incentivam o envolvimento de trabalhadores, fornecedores e restantes parceiros através da promoção de iniciativas de sensibilização, formação e comunicação sobre o desempenho ambiental e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Adicionalmente, o Grupo promove a auscultação das preocupações e expectativas das partes interessadas em matéria de sustentabilidade, integrando essas perspetivas na evolução das suas políticas, objetivos e práticas operacionais

Acessibilidade e disponibilização das políticas

As políticas encontram-se publicamente disponíveis no website institucional da Altri.

A organização assegura igualmente a sua comunicação aos colaboradores através dos canais internos de comunicação do Grupo, promovendo a sua compreensão e aplicação nas diferentes áreas operacionais. Estas políticas são revistas periodicamente de forma a refletir a evolução do enquadramento regulatório e dos compromissos de sustentabilidade assumidos pelo Grupo.

Ações Relacionadas com a Poluição

(E2-2)

A Altri desenvolve e implementa um conjunto de ações destinadas a prevenir, reduzir e controlar os impactos das suas operações na poluição, em linha com os compromissos definidos na Política de Sustentabilidade e na Política de Gestão Ambiental.

Estas ações refletem o compromisso do Grupo com a melhoria contínua do desempenho ambiental, atuando sobre os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados no âmbito da análise de Dupla Materialidade e contribuindo para o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, bem como para as metas associadas ao Compromisso 2030.

No contexto da poluição, as intervenções da Altri incidem sobretudo na redução de emissões de poluentes atmosféricos, na melhoria dos sistemas de tratamento de efluentes industriais e na valorização de subcorrentes do processo produtivo que, de outra forma, contribuiriam para a carga poluente associada às operações. Estas intervenções são desenvolvidas em alinhamento com as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) aplicáveis ao setor da pasta e papel, conforme estabelecido nos documentos de referência europeus (BREF), assegurando níveis elevados de prevenção e controlo da poluição nas unidades industriais do Grupo.

As ações implementadas seguem uma lógica alinhada com a hierarquia de mitigação ambiental, privilegiando a prevenção da poluição na origem, a redução de emissões e descargas através da melhoria contínua dos processos industriais e, quando aplicável, a valorização de subprodutos do processo produtivo.

A implementação destas ações é acompanhada no âmbito dos sistemas de gestão ambiental das unidades industriais, incluindo a monitorização contínua de parâmetros ambientais relevantes e a verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no licenciamento ambiental.

As principais ações relacionadas com poluição implementadas pelo Grupo durante 2025 são apresentadas de seguida.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Projeto de Recolha de GNCs e SOGs

Tipo de ação: Redução de emissões atmosféricas

Hierarquia de mitigação: Reduzir

IROs materiais:

- Contribuição para a poluição do ar devido à emissão de poluentes atmosféricos
- Restrições legislativas e medidas políticas mais rigorosas em matéria de poluição atmosférica

Objetivo da ação: Reduzir emissões atmosféricas de GNCs e SOGs mediante a sua captação e valorização energética

Monitorização: Emissões para o ar por poluente

Contributo para as metas de poluição: -

O projeto de recolha de Gases Não Condensáveis (GNCs) e Stripper Off Gases (SOGs) permite a captação e encaminhamento destes gases para valorização energética nas unidades industriais da Celbi e da Biotek. Para além da produção de energia a partir de um fluxo previamente desperdiçado, como explicado na secção [Ações relacionadas com as alterações climáticas](#), o projeto reduz significativamente as emissões atmosféricas associadas a estes gases e contribui para diminuir os odores característicos da indústria de produção de fibras celulósicas.

Remodelação da ETARi da Celbi

Tipo de ação: Remodelação de infraestruturas

Hierarquia de mitigação: Reduzir

IROs materiais:

- Descarga de efluentes industriais contendo cargas orgânicas significativas;
- Alterações regulamentares nos Valores Limite de Emissão (VLE) aplicáveis aos efluentes descarregados;
- Danos reputacionais devido à associação das atividades da Altri com fenómenos de poluição da água

Objetivo da ação: Adequar a capacidade e a eficiência da ETARi da Celbi à atual capacidade de produção da fábrica, assegurando o cumprimento dos requisitos ambientais aplicáveis e reforçando o desempenho do sistema de tratamento de efluentes.

Monitorização: Carga orgânica nos efluentes industriais

Contributo para as metas de poluição: Redução da carga orgânica nos efluentes industriais

A Altri realizou um investimento na melhoria da Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARi) da Celbi, com o objetivo de assegurar

que a infraestrutura acompanha a capacidade de produção da unidade. A intervenção permite tratar corretamente todos os efluentes industriais gerados, assegurando níveis de desempenho compatíveis com os requisitos legais, com os Valores Limite de Emissão definidos no licenciamento ambiental e com as Melhores Técnicas Disponíveis aplicáveis ao setor.

Ao garantir um tratamento mais eficaz, o projeto contribui para a redução da carga poluente descarregada no meio hídrico e, conseqüentemente, para a diminuição dos impactos sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Mais informação em relação a este investimento pode ser consultada na secção [Ações relacionadas com Recursos hídricos e marinhos](#).

Recuperação e valorização de ácido acético e furfural (Projeto CAIMACHEM)

Tipo de ação: Redução da carga orgânica dos condensados

Hierarquia de mitigação: Reduzir

IROs materiais:

- Descarga de efluentes industriais contendo cargas orgânicas significativas
- Alterações regulamentares nos Valores Limite de Emissão (VLE) aplicáveis aos efluentes descarregados;
- Danos reputacionais devido à associação das atividades da Altri com fenómenos de poluição da água

Objetivo da ação: Diminuir a carga orgânica presente nos condensados enviados para a ETARi através da valorização do ácido acético e furfural

Monitorização: Carga orgânica nos efluentes industriais

Contributo para as metas de poluição: Redução da carga orgânica nos efluentes industriais

O projeto de recuperação e valorização de ácido acético e furfural (CAIMACHEM), atualmente em execução na Caima e com conclusão prevista até 2026, permite transformar condensados de evaporação em produtos comercializáveis de base renovável, conforme descrito na secção [Ações relacionadas com a Economia circular](#).

Ao valorizar esta subcorrente do processo produtivo, o projeto contribui para a redução significativa da carga orgânica presente nos condensados destinados ao tratamento de efluentes, promovendo simultaneamente a valorização de subprodutos industriais e a integração de princípios de economia circular nas operações da Altri.

Recursos afetos à gestão de impactos materiais

As ações relacionadas com a poluição são implementadas no âmbito da atividade operacional corrente e de programas transversais de gestão ambiental. Não existem, à data, planos de ação autónomos com orçamentação segregada exclusivamente dedicada à gestão da poluição, uma vez que estas intervenções se encontram integradas nos investimentos industriais, nos programas de melhoria contínua e nos sistemas de gestão ambiental das unidades operacionais.

Os recursos financeiros associados encontram-se integrados nas rubricas operacionais relevantes das demonstrações financeiras, refletindo-se em despesas correntes (OpEx) e, quando aplicável, em investimentos em ativos (CapEx), registados nos centros de custo das áreas responsáveis.

No que respeita aos investimentos de capital, e em alinhamento com a Taxonomia da União Europeia, o Grupo realizou, em 2025, um conjunto de adições de CapEx elegíveis e alinhadas que contribuem diretamente para a prevenção e controlo da poluição, ainda que não exclusivamente dedicadas a este domínio. Destacam-se, em particular, os investimentos associados à melhoria dos sistemas de tratamento e gestão de água (2,6 M€) e à otimização dos sistemas de tratamento de efluentes industriais (1,1 M€), incluindo intervenções nas ETAR e na eficiência dos processos de branqueamento, com impacto na redução da carga orgânica dos efluentes.

Adicionalmente, foram realizados investimentos relevantes em projetos de inovação e valorização de subprodutos (15,6 M€), nomeadamente no âmbito da recuperação de ácido acético e furfural, os quais contribuem simultaneamente para a redução de emissões para o meio hídrico e para a promoção de soluções de economia circular.

A capacidade de implementação das ações não depende de condições prévias externas específicas, estando condicionada essencialmente à disponibilidade de recursos internos, à articulação entre áreas funcionais e ao planeamento operacional anual.

Estes investimentos e iniciativas contribuem para assegurar o cumprimento contínuo dos requisitos ambientais aplicáveis, bem como para reduzir a exposição do Grupo a riscos regulatórios, operacionais e reputacionais associados à poluição. Os investimentos realizados encontram-se refletidos

na proporção de CapEx elegível e alinhado reportado no âmbito do Artigo 8.º da Taxonomia da União Europeia, assegurando consistência entre a informação financeira e os objetivos ambientais do Grupo.

Metas Relacionadas com a Poluição

(E2-3)

No âmbito do Compromisso 2030, a Altri definiu como meta voluntária reduzir a carga orgânica dos efluentes industriais para 4 kg O₂/tSA até 2030, reforçando o alinhamento com os compromissos assumidos na Política de Sustentabilidade e na Política de Gestão Ambiental. Esta meta contribui igualmente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 – Água Potável e Saneamento.

A meta é expressa como indicador relativo, medido em quilogramas de oxigénio por tonelada de pasta seca ao ar (kg O₂/tSA), e aplica-se às operações industriais do Grupo Altri, nomeadamente às unidades de produção de fibras celulósicas.

O ano de referência da meta é 2018, no qual o Grupo registou uma carga orgânica de 11 kg O₂/tSA. Desde então, a Altri tem vindo a implementar ações destinadas a melhorar o desempenho ambiental dos sistemas de tratamento de efluentes e a reduzir a carga orgânica associada às suas operações industriais.

No que respeita aos marcos intermédios, para 2025 o Grupo definiu como objetivo atingir 7 kg O₂/tSA. Durante esse ano, a Altri alcançou 6 kg O₂/tSA, o que representa um progresso significativo face ao ano base e à trajetória definida para alcançar a meta de 2030.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



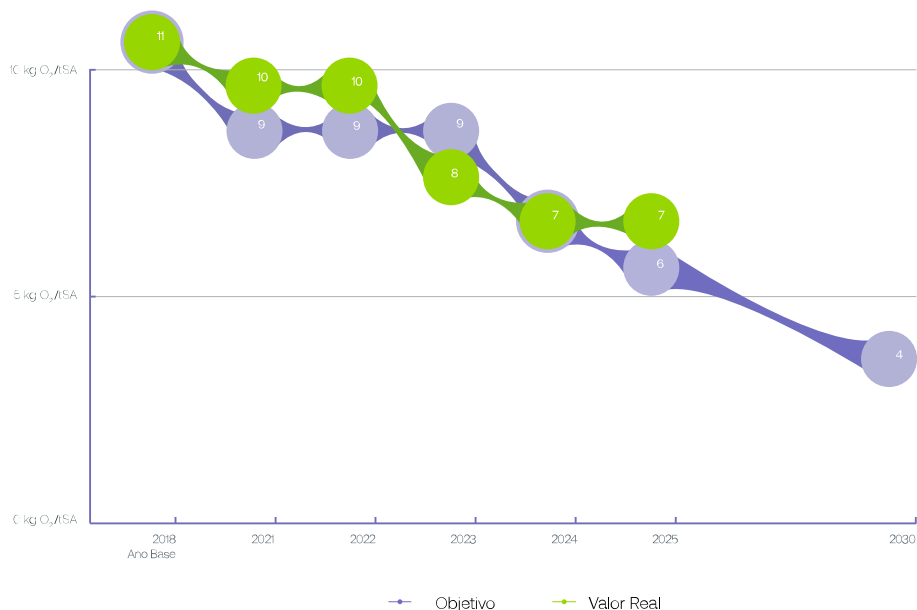
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Carga Orgânica nos Efluentes Industriais, kg O₂/tSA

- Progresso face ao ano base: 68%
- Progresso face ao objetivo anual: 116%
- Objetivo anual: 7 kg O₂/tSA



A definição e o acompanhamento desta meta baseiam-se na monitorização contínua da qualidade dos efluentes industriais. Os dados utilizados para acompanhar o desempenho resultam de análises laboratoriais realizadas aos efluentes tratados, de acordo com os planos de monitorização definidos pelas autoridades ambientais competentes.

A redução da carga orgânica dos efluentes industriais permitirá diminuir o impacto das descargas nos meios hídricos recetores, contribuindo para a proteção da qualidade da água superficial e subterrânea nas áreas envolventes às unidades industriais do Grupo.

Adicionalmente, o cumprimento desta meta reforça a capacidade da Altri para responder a eventuais alterações regulamentares nos Valores Limite de Emissão (VLE) aplicáveis às descargas em meios hídricos. O investimento

contínuo na melhoria da qualidade dos efluentes contribui assim para reduzir a exposição do Grupo a riscos regulatórios e operacionais associados à poluição da água.

Por fim, a concretização desta meta contribui igualmente para mitigar riscos reputacionais associados à perceção pública sobre os potenciais impactos ambientais das atividades industriais da Altri.

O progresso em direção a esta meta é suportado por um conjunto de iniciativas operacionais e investimentos destinados a reduzir a carga poluente associada aos efluentes industriais, incluindo a melhoria dos sistemas de tratamento de águas residuais, a otimização dos processos produtivos e a valorização de subcorrentes do processo industrial. Entre estas iniciativas destacam-se, nomeadamente, a remodelação da Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARi) da Celbi e o projeto de recuperação e valorização de ácido acético e furfural (CAIMACHEM), descritos na secção [Ações relacionadas com a poluição](#).

Estas iniciativas contribuem para a redução da carga orgânica dos efluentes industriais, reforçando simultaneamente a eficiência operacional, a valorização de subprodutos e a melhoria do desempenho ambiental das unidades industriais do Grupo.

A poluição do solo e a utilização de substâncias que suscitam preocupação foram identificadas como novos subtópicos materiais na análise de Dupla Materialidade de 2025. Por esse facto ainda não existem atualmente metas quantitativas específicas definidas para estes domínios.

A Altri continuará a avaliar a pertinência de estabelecer metas futuras relacionadas com estes temas, em função da evolução do enquadramento regulamentar, das prioridades estratégicas do Grupo e do desenvolvimento dos seus sistemas de gestão ambiental.

De forma semelhante, não foram definidas metas específicas adicionais para poluentes atmosféricos, sendo o controlo das emissões atualmente assegurado através do cumprimento dos limites estabelecidos no licenciamento ambiental e da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) aplicáveis ao setor.

Métricas Relacionadas com a Poluição

(E2-4)

Poluição do Ar

Relativamente às emissões de poluentes para o ar, na tabela seguinte são reportadas as emissões em quilogramas (kg) dos poluentes enumerados no Anexo II do Regulamento (CE) n.º 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho para os quais foi excedido o valor-limite aplicável especificado no mesmo anexo.

Emissões para o ar por poluente	2025	2024
Monóxido de carbono (CO) (kg)	928 880	1 564 810
Amoníaco (NH ₃) (kg)	228 143	227 014
Óxidos de nitrogénio (NO _x /NO ₂) (kg)	1 164 012	1 221 984
Cádmio e compostos (Cd) (kg)	113	98
Mercúrio e compostos (Hg) (kg)	19	14
Zinco e compostos (Zn) (kg)	807	932
Triclorometano (CHCl ₃) (kg)	7 317	6 936
Benzeno (C ₆ H ₆) (kg)	3 846	< 1 000
Partículas (PM ₁₀) (kg)	51 176	61 280

Políticas de Contabilização

A Altri monitoriza as suas emissões específicas e utiliza metodologias de cálculo de emissões específicas do setor e aprovadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A Altri procede ao registo das suas emissões na base de dados PRTR (Pollutant Release and Transfer Register) que são calculadas de acordo com o apresentado em sede de RAA.

No caso do Benzeno (C₆H₆), as emissões para o ar no período de 2024 foram inferiores ao valor limite de emissão (1 000 kg/ano) fixado no Anexo II do Regulamento (CE) n.º 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, pelo que não se reportam dados comparativos. No caso das Partículas (PM₁₀), em 2025, as emissões não excederam o valor limite de emissão enumerado no referido Regulamento (50 000 kg/ano).

Poluição da Água

Relativamente às emissões de poluentes para a água, na tabela seguinte são reportadas as emissões em quilogramas (kg) dos poluentes enumerados no Anexo II do Regulamento (CE) n.º 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho para os quais foi excedido o valor-limite aplicável especificado no mesmo anexo.

Emissões para a água por poluente	2025	2024
Arsénio e compostos (As) (kg)	15	18
Carbono orgânico total (COT) (C total ou DQO/3) (kg)	2 100 142	2 774 685
Cádmio e compostos (Cd) (kg)	< 5	12
Chumbo e compostos (Pb) (kg)	25	< 20
Cobre e compostos (Cu) (kg)	1 128	< 50
Compostos orgânicos halogenados (AOX) (kg)	51 544	< 1 000
Fenóis (expressos como carbono total) (kg)	45	< 20
Fósforo (P) (kg)	37 618	44 712
Mercúrio e compostos (Hg) (kg)	409	< 1
Níquel e compostos (Ni) (kg)	84	97
Octilfenóis e octilfenol etoxilados (kg)	< 1	6
Zinco e compostos (Zn) (kg)	173	275

Políticas de Contabilização

A Altri monitoriza as suas emissões específicas e utiliza metodologias de cálculo de emissões específicas do setor e aprovadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A Altri procede ao registo das suas emissões na base de dados PRTR (Pollutant Release and Transfer Register) que são calculadas de acordo com o apresentado em sede de RAA.

Os valores indicados como “<” são valores para os quais não foram excedidos os valores limite de emissão fixados no Anexo II do Regulamento (CE) n.º 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, pelo que não se reportam dados referidos aos referidos poluentes.

Poluição do Solo

Na sequência da atualização da análise de Dupla Materialidade em 2025, que identificou a poluição do solo como novo subtópico material, a Altri encontra-se atualmente a desenvolver e a consolidar os processos internos de identificação, recolha e validação de dados relevantes para este domínio. Neste contexto, e tendo em consideração a necessidade de assegurar a robustez metodológica e a fiabilidade da informação a divulgar, não são ainda reportadas métricas quantitativas para este subtópico no presente período de relato. A Altri prevê operacionalizar os respetivos sistemas de monitorização e reporte, visando a divulgação futura de indicadores quantitativos consistentes com os requisitos aplicáveis das ESRS ao referido subtópico.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Substâncias que Suscitam Preocupação

(E2-5)

As substâncias que suscitam preocupação (Substances of Concern — SoC) correspondem a substâncias classificadas em determinadas classes e categorias de perigo nos termos do Regulamento (CE) n.º 1272/2008 (CLP), conforme definido no Anexo II das ESRS.

No Grupo Altri, estas substâncias decorrem da utilização de produtos químicos necessários aos processos industriais de produção de fibras celulósicas. A análise abrange substâncias presentes nas operações do Grupo, bem como substâncias adquiridas e incorporadas nos processos produtivos.

Em resultado da avaliação de dupla materialidade, apenas as substâncias que suscitam preocupação (SoC) foram consideradas materiais para efeitos de reporte, não tendo sido identificadas substâncias que suscitam elevada preocupação (SVHC) como materiais.

A tabela seguinte apresenta a distribuição das substâncias que suscitam preocupação por classes de perigo, permitindo caracterizar o perfil de risco associado às substâncias utilizadas nas operações do Grupo.

Substâncias que suscitam preocupação (SoC) por classe de perigo (toneladas)	2025
Sensibilização cutânea, categoria 1.	72 175
Perigo crónico para o ambiente aquático, categorias 1 a 4.	21 129

A análise evidencia que as substâncias associadas à sensibilização cutânea representam a componente mais significativa do total reportado, refletindo a natureza dos reagentes utilizados nas diferentes etapas do processo produtivo. Seguem-se as substâncias classificadas como perigosas para o ambiente aquático, em particular no que respeita ao perigo crónico, evidenciando a interação dos processos industriais com o meio hídrico. As restantes classes de perigo apresentam uma expressão residual ou não material no contexto das operações do Grupo.

A tabela seguinte apresenta a quantidade total agregada de substâncias que suscitam preocupação utilizadas pelo Grupo.

Quantidade total de substâncias que suscitam preocupação (SoC) utilizadas (toneladas)	2025
Quantidade total de SoC	92 333

Em 2025, a quantidade total de substâncias que suscitam preocupação utilizadas pelo Grupo ascendeu a 92 333 toneladas. Este valor corresponde ao total agregado de substâncias, considerando cada substância apenas uma vez, independentemente de poder estar classificada em múltiplas classes de perigo. Consequentemente, a soma das quantidades por classe de perigo pode não corresponder ao total reportado.

No seu conjunto, estes resultados são consistentes com o perfil químico da indústria de pasta e papel. A gestão destas substâncias encontra-se integrada nos sistemas operacionais e de gestão ambiental do Grupo, suportada por mecanismos de controlo, monitorização contínua e cumprimento rigoroso dos requisitos legais e normativos aplicáveis.

As substâncias identificadas são maioritariamente consumidas ou transformadas ao longo do processo produtivo, não sendo material a sua presença nos outputs sob a forma de emissões, produtos ou serviços.

Políticas de Contabilização

A identificação das substâncias que suscitam preocupação é realizada através do mapeamento das classificações de perigo das substâncias químicas constantes nos inventários de produtos químicos das unidades operacionais. As classificações são obtidas com base na informação disponibilizada nas Fichas de Dados de Segurança (FDS) fornecidas pelos respetivos fornecedores.

A quantificação das substâncias que suscitam preocupação é efetuada com base nas quantidades totais de substâncias químicas e misturas utilizadas nos processos produtivos, incluindo substâncias adquiridas, e na concentração das substâncias classificadas como SoC em cada produto, conforme indicado nas FDS.

As quantidades são agregadas por classes de perigo. Sempre que uma substância se enquadra em mais do que uma classe de perigo, a sua quantidade é considerada em cada uma das classes relevantes, podendo, por esse motivo, ocorrer dupla contagem na apresentação por classe de perigo.

A quantidade total de substâncias que suscitam preocupação é determinada numa base não duplicada, considerando cada substância apenas uma vez, independentemente do número de classes de perigo em que se encontra classificada.

Os valores reportados correspondem às melhores estimativas disponíveis à data de reporte, com base na informação técnica e operacional existente. A precisão da quantificação depende da qualidade e do nível de detalhe da informação constante nas Fichas de Dados de Segurança fornecidas pelos fornecedores.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

ESRS E3 Recursos Hídricos e Marinhos

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos, identificados pelo Grupo Altri no âmbito da análise de Dupla Materialidade, encontram-se apresentados na tabela seguinte.

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 – Água						
Depleção dos recursos hídricos decorrente do consumo significativo de água nas atividades a jusante da cadeia de valor, nomeadamente nos processos industriais de transformação das fibras celulósicas em produtos de papel ou aplicações têxteis.	I	-	R	J	■ ■ ■	
Desequilíbrios nos caudais e depleção dos recursos hídricos, contribuindo para a escassez de água, devido ao consumo de água em zonas de risco de stress hídrico pelas atividades da Altri.	I	-	R	OP	■ ■ ■	
Aumento do consumo específico de água associado à transição e ao aumento de produção de fibras celulósicas para o setor têxtil.	I	-	R	OP	■ ■ ■	
Redução dos custos operacionais através da implementação de tecnologias avançadas que otimizam a gestão e eficiência do consumo de água, minimizam perdas nos processos e permitem a recirculação de efluentes.	O			OP	■ ■ ■	
Contribuição para a escassez hídrica devido às captações de água pelas unidades industriais da Altri, em zonas de stress hídrico.	I	-	R	OP	■ ■ ■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a água (E3-1;E3-2;E3-3; E3-4)
A degradação da qualidade da água captada no Rio Tejo aumenta os custos operacionais relacionados com o tratamento da água na Caima e na Biotek.	R			M	■ ■ ■	
Dependência elevada de recursos hídricos, criando vulnerabilidade a variabilidade dos caudais nos rios Tejo e Mondego, a disrupções de captações e a medidas de restrição políticas ou regulamentares em períodos críticos.	R			OP	■ ■ ■	
Restrições legislativas e medidas políticas mais rigorosas em matéria de captação de águas subterrâneas e superficiais podem levar à redução dos atuais volumes máximos de captação previstos nas autorizações de captação da Celbi, Caima e Biotek, com consequências ao nível da redução da capacidade produtiva e da necessidade de investimentos em medidas de eficiência hídrica para diminuir o consumo específico (m³/tSA).	R			OP	■ ■ ■	
Aumento dos custos operacionais decorrente da redução e variabilidade dos caudais nos rios Tejo e Mondego, que diminuem a disponibilidade hídrica e agravam a qualidade da água (maior concentração de sólidos e contaminantes).	R			M	■ ■ ■	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
Aumento da resiliência do modelo de negócio da Altri através da redução da dependência hídrica dos rios Tejo e Mondego, apoiada na implementação e expansão de soluções de reutilização interna de efluentes e otimização do uso da água.	O			OP	■ ■ ■	
Descargas de efluentes gerados pelas operações da Altri, mesmo após tratamento, que impactam negativamente os corpos de água receptores.	I	-	R	OP	■ ■ ■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a água
Danos reputacionais e potencial redução do volume de negócio devido à perceção negativa de clientes, investidores e comunidades locais sobre os impactos das descargas de água nos recursos hídricos receptores, afetando a confiança dos stakeholders e a aceitação social das atividades do Grupo.	R			J	■ ■ ■	(E3-1;E3-2;E3-3; E3-4)
Adoção de normas legislativas e políticas mais rigorosas sobre a descarga de águas diretamente em meio hídrico, incluindo limites mais restritivos para parâmetros como turbidez, temperatura, pH, CBO, CQO e carga de nutrientes.	R			PO	■ ■ ■	

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

■ Curto Prazo ■ Médio Prazo ■ Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspetiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspetiva financeira, independentemente se na perspetiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

Impactos

Nos processos de produção de fibras celulósicas a água é usada como veículo de transporte das fibras entre unidades processuais, como solvente universal para a dissolução dos químicos usados nos processos de cozimento e branqueamento e como agente de lavagem das fibras, sendo neste caso parcialmente reutilizada depois de passar num processo de evaporação. No Grupo Altri, a água é proveniente de captações superficiais no Rio Mondego, complementadas por captações subterrâneas no caso da Celbi, e no Rio Tejo, no caso da Caima e da Biotek.

Dada a natureza intensiva em água destes processos industriais, as operações do Grupo podem contribuir para a pressão sobre a disponibilidade de recursos hídricos nas bacias hidrográficas onde se inserem, particularmente em períodos de menor disponibilidade hídrica ou em regiões sujeitas a níveis elevados de stress hídrico. Este impacto pode manifestar-se através da depleção local de recursos hídricos, da alteração dos regimes de caudal ou do aumento do consumo específico de água associado à evolução dos processos produtivos e ao crescimento da produção de fibras celulósicas.

Adicionalmente, as atividades industriais geram efluentes que são descarregados em corpos de água receptores após tratamento. Embora estes efluentes cumpram os requisitos legais aplicáveis, podem influenciar determinados parâmetros físico-químicos da água, incluindo temperatura, concentração de sólidos e carga orgânica, contribuindo potencialmente para alterações na qualidade da água ou para pressões adicionais sobre ecossistemas aquáticos sensíveis.

A pressão sobre os recursos hídricos pode igualmente estender-se à cadeia de valor a jusante, uma vez que setores que utilizam fibras celulósicas como matéria-prima, incluindo a indústria papelreira e têxtil, também apresentam processos produtivos intensivos em água, reforçando a procura global por este recurso.

Apesar de estes impactos estarem associados à natureza das atividades industriais do setor, o modelo operacional da Altri integra um conjunto

alargado de mecanismos destinados a minimizar a sua magnitude e prevenir efeitos adversos significativos sobre os recursos hídricos. As unidades industriais operam com sistemas de gestão ambiental certificados e com processos contínuos de otimização e recirculação de água, permitindo reduzir progressivamente o consumo específico ao longo dos ciclos produtivos.

Paralelamente, todas as unidades industriais dispõem de estações de tratamento de águas residuais industriais (ETARi) equipadas com tecnologias avançadas de tratamento, concebidas para assegurar o cumprimento rigoroso dos requisitos legais e o alinhamento com as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) do setor. Estes sistemas permitem remover matéria orgânica e outros contaminantes antes da descarga em meio hídrico, contribuindo para reduzir potenciais impactos nos corpos de água receptores.

A gestão destes impactos é ainda reforçada através de programas de monitorização contínua da captação, consumo e qualidade da água, bem como através de investimentos regulares na modernização das infraestruturas de tratamento e na melhoria da eficiência hídrica dos processos industriais. A recente modernização da ETARi da Celbi, por exemplo, permitiu reforçar a capacidade de tratamento e melhorar o desempenho ambiental da unidade.

Desta forma, embora o consumo de água e a descarga de efluentes sejam inerentes à atividade industrial do setor, a estratégia operacional da Altri procura reduzir progressivamente a intensidade hídrica das suas operações e assegurar elevados padrões de controlo ambiental, mitigando os impactos potenciais sobre os recursos hídricos e os ecossistemas associados.

Riscos

A disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos constituem fatores relevantes para a continuidade das operações industriais da Altri, uma vez que a produção de fibras celulósicas depende do acesso a volumes estáveis de água com características adequadas aos processos produtivos.

Um dos principais riscos identificados está associado à variabilidade dos caudais dos rios Tejo e Mondego, que pode resultar de alterações climáticas, como períodos prolongados de seca ou mudanças na gestão das barragens a montante. Estas situações podem originar flutuações na disponibilidade de água para captação ou conduzir à adoção de medidas de gestão ou restrições



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

regulamentares temporárias, particularmente em períodos críticos de escassez hídrica.

Adicionalmente, a evolução do enquadramento regulatório pode conduzir à introdução de requisitos mais exigentes em matéria de captação e descarga de água, incluindo limites mais restritivos para parâmetros de qualidade dos efluentes ou restrições adicionais na utilização de águas superficiais e subterrâneas. Alterações desta natureza poderão exigir investimentos adicionais em tecnologias de tratamento, sistemas de monitorização ou medidas de eficiência hídrica.

Outro fator relevante prende-se com a qualidade da água captada, particularmente no caso do Rio Tejo, onde fatores externos à atividade do Grupo — como atividades agrícolas a montante ou insuficiências em infraestruturas municipais de tratamento de águas residuais — podem alterar determinadas características físico-químicas da água. Estas alterações podem exigir tratamentos mais intensivos antes da sua utilização industrial, aumentando a complexidade operacional e os custos associados ao tratamento.

A dependência de recursos hídricos pode ainda traduzir-se em riscos reputacionais, associados à perceção de clientes, investidores e comunidades locais relativamente ao impacto das operações industriais sobre os recursos hídricos. Uma perceção negativa poderá traduzir-se em maior escrutínio regulatório ou numa maior exigência por parte das partes interessadas.

Para mitigar estes riscos, a Altri tem vindo a reforçar a resiliência hídrica das suas operações, através da realização de avaliações sistemáticas de risco hídrico, da otimização dos circuitos de água e do aumento da recirculação interna de efluentes. Estas iniciativas são complementadas por sistemas avançados de tratamento de águas residuais industriais, alinhados com as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) do setor, e por programas contínuos de monitorização da captação, consumo e qualidade da água.

Oportunidades

A melhoria contínua da eficiência hídrica representa uma oportunidade relevante para o Grupo Altri reforçar simultaneamente a sustentabilidade das suas operações e a competitividade do seu modelo de negócio.

A implementação de tecnologias avançadas de gestão e otimização do uso de água permite reduzir perdas ao longo dos processos produtivos, melhorar a eficiência dos circuitos industriais e aumentar a recirculação interna de efluentes. Estas iniciativas contribuem para a diminuição do consumo específico de água e para a redução de custos operacionais associados ao tratamento e captação deste recurso.

O reforço de soluções de reutilização e recuperação de água tratada constitui igualmente uma oportunidade para aumentar a circularidade dos processos produtivos, permitindo a utilização de água recuperada em diferentes etapas industriais e reduzindo a dependência de captações externas.

Estas iniciativas contribuem para reforçar a resiliência do modelo de negócio do Grupo, ao diminuir a exposição a potenciais restrições na disponibilidade de recursos hídricos nas bacias onde a Altri opera.

Paralelamente, a integração de soluções de eficiência hídrica nas operações industriais encontra-se alinhada com a meta definida no âmbito do Compromisso 2030, que prevê a redução do uso específico de água nas unidades industriais do Grupo. A prossecução desta meta contribui para reforçar o posicionamento da Altri enquanto operador industrial comprometido com a gestão responsável dos recursos hídricos.

Políticas Relacionadas com os Recursos Hídricos

(E3-1)

Principais Compromissos das Políticas

A gestão responsável da água constitui um fator crítico para a continuidade operacional das unidades industriais do Grupo Altri. Enquanto recurso essencial à produção de fibras celulósicas e às atividades de gestão florestal, a água assume um papel central na atividade do Grupo, que estabelece compromissos de gestão sustentável através de três políticas corporativas: a Política de Gestão de Recursos Hídricos, a Política de Gestão Ambiental e a Política de Sustentabilidade.

A Política de Gestão de Recursos Hídricos estabelece os princípios e diretrizes que orientam a gestão sustentável da água nas atividades do Grupo

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Altri, com o objetivo de assegurar a utilização eficiente deste recurso, a proteção dos ecossistemas hídricos e a melhoria contínua do desempenho ambiental. Esta política encontra-se igualmente alinhada com os objetivos definidos no Compromisso 2030, incluindo metas de redução do uso específico de água e da carga orgânica nos efluentes industriais.

Para implementar esta política e garantir um compromisso de melhoria contínua na gestão de recursos hídricos, foram desenvolvidas diretrizes, procedimentos e normas que asseguram uma gestão eficaz do risco. No âmbito da Política de Gestão de Recursos Hídricos, o Grupo Altri estabelece os seguintes compromissos operacionais:

- ▶ Conhecer e cumprir os requisitos impostos pela legislação nacional, comunitária, regulamentos e acordos internacionais, tendo definido objetivos que ultrapassam positivamente os requisitos legais;
- ▶ Agir em conformidade com os requisitos da NP EN ISO 14001 e garantir a sua certificação em todas as unidades industriais;
- ▶ Estabelecer e implementar condições e critérios que conduzam, numa perspetiva de melhoria contínua, à redução do uso de água e aumento da qualidade do efluente fabril das unidades industriais;
- ▶ Melhorar continuamente o desempenho e a eficácia da gestão de recursos hídricos estabelecendo objetivos e metas periodicamente revistos, bem como através da implementação de programas de melhoria contínua;
- ▶ Estimular a participação dos trabalhadores na melhoria contínua do desempenho do Grupo Altri e na consecução dos objetivos estabelecidos, promovendo a sua sensibilização e formação técnica em matérias relacionadas com a gestão de recursos hídricos;
- ▶ Exigir dos fornecedores o cumprimento de procedimentos, regras e princípios de gestão de recursos hídricos, consentâneos com os padrões adotados internamente, estimulando mecanismos de colaboração;
- ▶ Monitorizar a eficácia dos programas de redução do uso de água e aumento da qualidade do efluente fabril, através da definição e

avaliação de indicadores-chave de desempenho, associados aos objetivos e compromissos assumidos pelo Grupo Altri;

- ▶ Adotar uma atitude de colaboração ativa e capacitação com todas as partes interessadas para as questões de recursos hídricos.

Complementarmente, a Política de Gestão Ambiental e a Política de Sustentabilidade reforçam o compromisso do Grupo com a utilização eficiente dos recursos naturais, incluindo a água, com a prevenção da poluição, com a melhoria contínua do desempenho ambiental e com a aplicação das melhores técnicas disponíveis nas suas atividades industriais.

Em conjunto, estas políticas constituem o principal instrumento de gestão do Grupo para mitigar os impactos e riscos identificados na análise de dupla materialidade relacionados com o consumo de água, a disponibilidade de recursos hídricos e a qualidade dos efluentes industriais, bem como para aproveitar as oportunidades associadas à melhoria da eficiência hídrica e ao aumento da circularidade da água nos processos produtivos.

A gestão destes temas é desenvolvida de forma integrada com as práticas de prevenção e controlo da poluição descritas na secção da Poluição, assegurando uma abordagem consistente à proteção dos recursos hídricos e à qualidade ambiental das descargas industriais.

Água para a Sociedade	Água para a Altri
▶ Crítica para promoção da saúde e do bem-estar das comunidades, considerada um direito humano ▶ Vital para os ecossistemas naturais ▶ É um recurso finito, cuja disponibilidade está ameaçada ▶ Fundamental para diversas atividades humanas e para assegurar um desenvolvimento sustentável	▶ Crítica para o sucesso do negócio, apresentando riscos financeiros e operacionais ▶ A sua utilização é cada vez mais uma preocupação para os seus stakeholders, incluindo investidores, que acompanham as práticas de gestão da água do Grupo e dos riscos relacionados com a água

Âmbito das Políticas

As políticas relacionadas com a gestão de recursos hídricos aplicam-se a todas as empresas do Grupo Altri e às respetivas atividades operacionais, incluindo as unidades industriais de produção de fibras celulósicas, as operações energéticas e as atividades de gestão florestal.

Estas políticas abrangem igualmente a cadeia de valor do Grupo, nomeadamente através da integração de requisitos ambientais nas relações com fornecedores e parceiros, promovendo o cumprimento de procedimentos e princípios de gestão ambiental alinhados com os padrões adotados internamente, incluindo requisitos aplicáveis aos fornecedores.

Governança e Supervisão das Políticas

A responsabilidade pela gestão dos assuntos relacionados com a água cabe aos diretores industriais das unidades industriais e aos diretores das áreas operacionais da Altri Florestal, sob a supervisão da Comissão Executiva.

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco tem como função propor ao Conselho de Administração novos objetivos e metas de sustentabilidade, monitorizar o desempenho dos compromissos definidos e acompanhar os investimentos necessários à sua implementação, com foco na criação de valor a longo prazo para o Grupo.

Neste enquadramento, a gestão sustentável e consciente da água constitui uma responsabilidade transversal a todo o Grupo Altri, desde o Conselho de Administração até às equipas operacionais.

Normas e Certificações de Referência

A implementação das políticas relacionadas com os recursos hídricos encontra-se enquadrada pelos sistemas de gestão adotados pelo Grupo Altri.

As unidades industriais operam em conformidade com os requisitos da NP EN ISO 14001, garantindo a certificação dos sistemas de gestão ambiental e o cumprimento das obrigações legais aplicáveis, bem como das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) definidas para o setor industrial.

Adicionalmente, o Grupo integra requisitos de diferentes referenciais internacionais nos seus sistemas de gestão, incluindo normas relativas à qualidade (ISO 9001), energia (ISO 50001) e saúde e segurança no trabalho (ISO 45001), reforçando uma abordagem integrada à gestão ambiental e à utilização eficiente de recursos naturais.

Estes compromissos contribuem igualmente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas n.º 6 – Água Potável e Saneamento.

Consideração dos Interesses das Partes Interessadas

O Grupo Altri promove uma abordagem de colaboração ativa com as partes interessadas relativamente às questões ambientais e à gestão de recursos hídricos.

As políticas corporativas incentivam o envolvimento de trabalhadores, fornecedores e restantes parceiros através da promoção de iniciativas de sensibilização, formação e comunicação sobre o desempenho ambiental e a gestão sustentável dos recursos naturais, bem como através da auscultação das preocupações e expectativas das partes interessadas em matéria de sustentabilidade.

Acessibilidade e Disponibilização das Políticas

As políticas relacionadas com a gestão de recursos hídricos encontram-se publicamente disponíveis no website institucional da Altri.

A organização assegura igualmente a sua comunicação aos colaboradores através dos canais internos de comunicação do Grupo, promovendo a sua compreensão e aplicação nas diferentes áreas operacionais. Estas políticas são revistas periodicamente de forma a refletir a evolução do enquadramento regulatório e dos compromissos de sustentabilidade assumidos pelo Grupo.

Ações e Recursos

(E3-2)

A água constitui um recurso essencial para a continuidade das operações do Grupo Altri, tanto na perspetiva da gestão florestal como no funcionamento

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

das suas unidades industriais. Neste contexto, o Grupo reconhece a importância de gerir de forma eficaz os impactos, riscos e oportunidades associados aos recursos hídricos.

A água constitui um recurso essencial para a continuidade das operações do Grupo Altri, tanto na perspetiva da gestão florestal como no funcionamento das suas unidades industriais. Neste contexto, o Grupo reconhece a importância de gerir de forma integrada os impactos, riscos e oportunidades associados à utilização de recursos hídricos.

Em alinhamento com os compromissos estabelecidos na Política de Gestão de Recursos Hídricos, na Política de Sustentabilidade e na Política de Gestão Ambiental, a Altri implementa um conjunto de iniciativas destinadas a promover uma utilização mais eficiente da água, reforçar a resiliência hídrica das suas operações e reduzir os potenciais impactos associados às captações e descargas de efluentes industriais.

A abordagem do Grupo à gestão da água assenta em três eixos principais de atuação:

- ▶ reforço da resiliência hídrica e da gestão de riscos associados à disponibilidade de água;
- ▶ monitorização e controlo operacional do uso da água e da qualidade dos efluentes;
- ▶ melhoria contínua da eficiência hídrica e aumento da recuperação e reutilização de correntes de água nos processos produtivos.

As ações implementadas pelo Grupo para gerir os impactos e riscos materiais relacionados com os recursos hídricos encontram-se alinhadas com a hierarquia de mitigação definida nas ESRS, privilegiando medidas de prevenção e redução da pressão sobre os recursos hídricos nas operações industriais.

As principais ações relacionadas com os recursos hídricos implementadas pelo Grupo durante 2025 são apresentadas de seguida.

Remodelação da ETARi da Celbi

Tipo de ação: Renovação de infraestruturas

Hierarquia de mitigação: Reduzir

IROs materiais:

- Impacto negativo das descargas de efluentes gerados pelas operações da Altri, mesmo após tratamento;
- Risco de adoção de normas legislativas e políticas mais rigorosas sobre a descarga de águas diretamente em meio hídrico;
- Risco de danos reputacionais devido à perceção negativa dos stakeholders sobre os impactos das descargas de água nos recursos hídricos recetores

Objetivo da ação: Adequar a capacidade e a eficiência da ETARi da Celbi à atual capacidade de produção da fábrica, assegurando o cumprimento dos requisitos ambientais aplicáveis e reforçando o desempenho do sistema de tratamento de efluentes.

Monitorização: -

Contributo para as metas de recursos hídricos: -

A remodelação da ETARi da Celbi teve início no final de 2021, com o objetivo de atualizar e ampliar a capacidade do tratamento secundário, ajustando-o às necessidades decorrentes do aumento da produção da fábrica. Os sistemas de tratamento de águas residuais representaram um investimento de 1,1 milhões de euros em 2025.

A intervenção incluiu a modernização de infraestruturas, a incorporação de soluções tecnológicas mais eficientes e a otimização dos processos de tratamento, assegurando maior capacidade de retenção, estabilidade do sistema e melhor desempenho no tratamento dos efluentes industriais.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Water Resilience Assessment Framework (WRAF)**Tipo de ação:** Gestão de risco hídrico**Hierarquia de mitigação:** Evitar**IROs materiais:**

- Risco de interrupção das captações devido à vulnerabilidade e à variabilidade dos caudais dos rios
- Risco de aumento dos custos operacionais decorrente da redução e variabilidade dos caudais nos rios

Objetivo da ação: Avaliar sistematicamente a resiliência hídrica das unidades industriais e das áreas florestais associadas à atividade do Grupo**Monitorização:** -**Contributo para as metas de recursos hídricos:** -

A Altri utiliza o Water Resilience Assessment Framework (WRAF), uma ferramenta desenvolvida no âmbito das Nações Unidas, para avaliar e reforçar a resiliência hídrica do Grupo.

O WRAF permite identificar riscos e pressões relacionadas com a água, como secas, cheias, eventos extremos ou variações na disponibilidade hídrica, e antecipar o seu impacto potencial nas operações industriais e nos ecossistemas florestais.

Através desta metodologia, a Altri integra informação científica, projeções climáticas e indicadores de risco na definição de estratégias preventivas, assegurando que alterações significativas nos sistemas hídricos não evoluem para situações de interrupção operacional ou ambiental. Esta abordagem reforça a resiliência do Grupo face aos efeitos das alterações climáticas.

Avaliação da exposição do Grupo a riscos hídricos**Tipo de ação:** Gestão de risco hídrico**Hierarquia de mitigação:** Evitar**IROs materiais:**

- Risco de interrupção das captações devido à vulnerabilidade e à variabilidade dos caudais dos rios
- Risco de aumento dos custos operacionais decorrente da redução e variabilidade dos caudais nos rios

Objetivo da ação: Avaliar a exposição do Grupo a riscos hídricos presentes e futuros em diferentes horizontes temporais**Monitorização:** -**Contributo para as metas de recursos hídricos:** -

A avaliação dos riscos relacionados com a água exige a definição das fronteiras dos sistemas hídricos dos quais o Grupo Altri depende, com foco principal nas bacias hidrográficas onde estão localizadas as unidades industriais.

Esta análise considera não apenas a disponibilidade de água em quantidade e qualidade, mas também impactos indiretos relevantes para a atividade do Grupo, nomeadamente:

- ▶ a disponibilidade de água para vias navegáveis utilizadas no transporte de produtos;
- ▶ a disponibilidade de água para a gestão e resiliência das áreas florestais sob influência da Altri.

Para garantir uma análise abrangente, são considerados diferentes horizontes temporais:

- ▶ Disrupções a curto prazo (sem alteração significativa nas condições atuais face ao passado);
- ▶ Disrupções graduais a longo prazo (alterações progressivas nas condições médias, como a alteração da precipitação anual ou o aumento do nível médio da água do mar);

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

- Disrupções repentinas a longo prazo (mudanças abruptas que podem exigir ajustamentos estruturais do sistema, como incêndios ou eventos extremos).

A avaliação integra dimensões biofísicas, socioeconómicas e institucionais, incluindo variáveis como disponibilidade hídrica, qualidade da água, descargas, cobertura do solo, pressões comunitárias, enquadramento regulatório e mecanismos de governação. A integração destas componentes permite selecionar estratégias de resiliência adaptadas às realidades específicas de cada bacia hidrográfica.

Monitorização do Uso e da Qualidade da Água

Tipo de ação: Monitorização e controlo ambiental

Hierarquia de mitigação: Evitar e reduzir

IROs materiais:

- Contribuição para a escassez hídrica devido às captações de água pelas unidades industriais da Altri
- Potencial impacto negativo das descargas de efluentes gerados pelas operações da Altri, mesmo após tratamento
- Risco de adoção de normas legislativas e políticas mais rigorosas sobre a descarga de águas diretamente em meio hídrico
- Risco de danos reputacionais devido à perceção negativa dos stakeholders sobre os impactos das descargas de água nos recursos hídricos recetores
- Risco de aumento dos custos operacionais decorrente da redução e variabilidade dos caudais nos rios

Objetivo da ação: Assegurar a monitorização contínua da captação, consumo e qualidade da água em todas as unidades industriais

Monitorização: -

Contributo para as metas de recursos hídricos: -

A Altri implementa programas contínuos de monitorização das captações, do consumo e da qualidade da água nas suas unidades industriais, permitindo acompanhar o desempenho hídrico das operações e apoiar a identificação de oportunidades de melhoria na gestão deste recurso.

Nas unidades industriais Biotek, Caima e Celbi, são aplicados diferentes mecanismos de gestão hídrica:

- A Biotek realiza captação no rio Tejo e trata também efluentes provenientes de outras instalações da comunidade envolvente;

- A Caima capta água no rio Tejo e assegura o tratamento de efluentes provenientes do Município de Constância, reforçando o seu papel na gestão hídrica local;
- A Celbi capta água no rio Mondego e de furos subterrâneos, operando com múltiplos circuitos fechados com o objetivo de reduzir o consumo de água fresca.

A monitorização ambiental inclui programas internos de controlo analítico que acompanham a qualidade da água superficial e subterrânea. Os sistemas contam com diversas medidas preventivas, como alarmes de nível nos tanques, sensores de temperatura nos tubos de descarga e sistemas de recolha de transbordos. A instalação de tratamento secundário dispõe ainda de uma bacia de emergência impermeabilizada para situações de descarga anormal.

Paralelamente, o Grupo tem vindo a reforçar os mecanismos de monitorização operacional do uso da água através da implementação de ferramentas digitais de acompanhamento e da instalação de equipamentos adicionais de medição. Estas iniciativas incluem o desenvolvimento de plataformas internas de monitorização e a instalação de caudalímetros em pontos relevantes dos circuitos industriais, permitindo acompanhar o uso específico de água, identificar perdas ou desvios operacionais e apoiar a gestão eficiente dos recursos hídricos nas diferentes unidades industriais.

A monitorização inclui ainda a realização de levantamentos e caracterizações de caudais em diferentes pontos dos processos produtivos, permitindo melhorar o conhecimento dos circuitos de água e identificar oportunidades de otimização e reutilização.

Para além das medidas de monitorização e gestão do risco hídrico descritas anteriormente, o Grupo Altri implementa também um conjunto de iniciativas operacionais destinadas a responder aos impactos, riscos e oportunidades materiais identificados no âmbito da gestão dos recursos hídricos.

Estas iniciativas visam, em particular, reduzir o consumo específico de água nas operações industriais, diminuir a pressão sobre os recursos hídricos e reforçar a resiliência das operações face à variabilidade da disponibilidade de água.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

As iniciativas assentam em dois eixos principais de atuação:

1. a otimização dos circuitos de água e dos parâmetros operacionais dos processos produtivos, com vista à redução do consumo específico de água; e
2. a recuperação e reutilização de correntes internas de água, permitindo aumentar a circularidade hídrica dos processos industriais e reduzir a dependência de captações de água.

Esta abordagem permite simultaneamente melhorar a eficiência hídrica das unidades industriais, reduzir a dependência de captações de água e aumentar a resiliência das operações face a potenciais estrangulamentos na disponibilidade de recursos hídricos.

Eficiência hídrica e otimização dos circuitos de água

Tipo de ação: Eficiência operacional

Hierarquia de mitigação: Reduzir

IROs materiais:

- Depleção dos recursos hídricos decorrente do consumo significativo de água nas atividades industriais da Altri
- Contribuição para a escassez hídrica devido às captações de água pelas unidades industriais da Altri
- Aumento do consumo específico de água associado à transição e ao aumento de produção de fibras celulósicas
- Redução dos custos operacionais através da implementação de tecnologias que otimizam a gestão e eficiência do consumo de água

Objetivo da ação: Reduzir o uso específico de água nas unidades industriais através da otimização dos circuitos de água, da melhoria dos parâmetros operacionais dos processos produtivos e do reforço do controlo operacional do uso da água, contribuindo simultaneamente para reduzir a pressão sobre os recursos hídricos e melhorar a eficiência operacional das atividades industriais

Monitorização: Uso específico de água (m³/tSA)

Contributo para as metas de recursos hídricos: Redução do uso específico de água

A Altri desenvolve iniciativas contínuas destinadas a melhorar a eficiência hídrica das suas operações industriais através da análise detalhada dos circuitos de água e da otimização dos processos produtivos.

Estas iniciativas incluem levantamentos e caracterização de caudais e da qualidade da água em diferentes pontos do processo produtivo, permitindo

realizar balanços hídricos e energéticos dos circuitos industriais e identificar oportunidades de redução do consumo de água de processo.

Com base nestas análises são realizados ensaios operacionais e estudos técnicos destinados a melhorar o desempenho hídrico dos processos industriais, incluindo a otimização de operações de lavagem, a realização de ensaios de acidificação de correntes de processo e a revisão de parâmetros operacionais com impacto no consumo de água.

Estas intervenções incluem também a análise do desempenho de diferentes consumidores de água ao longo dos processos produtivos, permitindo identificar oportunidades de otimização do uso da água nos diferentes circuitos industriais e reduzir o consumo específico de água associado às operações industriais.

Adicionalmente, são implementadas melhorias operacionais específicas com impacto na eficiência hídrica dos processos, incluindo soluções de otimização energética com impacto indireto no consumo de água, como a substituição de vapor de média pressão por vapor de baixa pressão em determinados equipamentos.

Em determinadas unidades industriais têm ainda sido implementadas melhorias operacionais específicas, como a utilização controlada de água a 45°C em processos de desmineralização, contribuindo para reduzir simultaneamente o consumo de água de processo e de vapor.

Paralelamente, a Altri tem vindo a reforçar o controlo operacional do uso da água através da implementação de ferramentas de monitorização digital e da instalação de equipamentos adicionais de medição, incluindo plataformas de acompanhamento operacional e caudalímetros, permitindo analisar o uso específico de água, identificar perdas nos circuitos e apoiar a tomada de decisão pelas equipas operacionais.

Em conjunto, estas iniciativas permitem melhorar o conhecimento dos sistemas hídricos industriais, reforçar o controlo operacional do uso da água e suportar a implementação contínua de medidas destinadas à redução do consumo de água nas unidades industriais do Grupo, contribuindo simultaneamente para a redução da pressão sobre os recursos hídricos e para a melhoria da eficiência operacional.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Recuperação e recirculação de correntes de água

Tipo de ação: Reutilização e circularidade hídrica

Hierarquia de mitigação: Reduzir

IROs materiais:

- Depleção dos recursos hídricos decorrente do consumo significativo de água nas atividades industriais da Altri
- Contribuição para a escassez hídrica devido às captações de água pelas unidades industriais da Altri
- Dependência elevada de recursos hídricos, criando vulnerabilidade à variabilidade dos caudais nos rios Tejo e Mondego
- Aumento da resiliência do modelo de negócio da Altri através da implementação e expansão de soluções de reutilização interna de efluentes e otimização do uso da água

Objetivo da ação: Reduzir a captação de água fresca através da recuperação, recirculação e reutilização de correntes de água geradas nos processos produtivos

Monitorização: Uso específico de água (m³/tSA)

Contributo para as metas de recursos hídricos: Redução do uso específico de água

A Altri desenvolve iniciativas destinadas a aumentar a circularidade hídrica das suas operações industriais através da recuperação, valorização e reutilização de correntes de água geradas ao longo dos processos produtivos.

Estas iniciativas incluem a recuperação de águas provenientes de operações de lavagem, purgas e selagens de equipamentos, permitindo maximizar a recirculação de águas de processo e reduzir o consumo de água fresca nas unidades industriais.

Adicionalmente, estão a ser analisadas e implementadas soluções destinadas ao reaproveitamento de condensados secundários gerados em diferentes etapas do processo produtivo, aumentando a disponibilidade de água recuperada para substituição de água de processo.

Em determinadas unidades industriais são também implementadas soluções destinadas à utilização de efluentes tratados em aplicações industriais específicas, incluindo a lavagem de toros ou outros usos industriais, permitindo substituir água fresca por água recuperada e libertar recursos hídricos para outros consumidores internos.

Estas iniciativas incluem igualmente a valorização de correntes atualmente desperdiçadas através da sua recuperação e utilização em processos industriais críticos, como o processo de absorção de dióxido de cloro (ClO₂).

Adicionalmente, têm sido identificadas oportunidades de reaproveitamento de correntes internas para diferentes usos industriais, incluindo a reutilização de águas provenientes de fossas de processo ou a utilização de condensados recuperados em equipamentos específicos, contribuindo para aumentar a recirculação interna de água nos circuitos industriais.

Em alguns casos, estas soluções permitem atingir reduções estimadas do consumo de água na ordem de 0,4 a 0,8 m³ por tonelada de produção, contribuindo para diminuir a captação de água fresca e reduzir a dependência das unidades industriais relativamente às captações de água nos meios hídricos.

Em conjunto, estas iniciativas promovem a valorização de correntes internas do processo produtivo, aumentam a reutilização de água nos circuitos industriais e contribuem para reduzir a pressão sobre os recursos hídricos e reforçar a resiliência do modelo de negócio da Altri face à variabilidade da disponibilidade de água.

Recursos afetos à gestão de impactos materiais

As ações relacionadas com a gestão dos recursos hídricos são implementadas no âmbito da atividade operacional corrente e de programas transversais de gestão ambiental, não existindo atualmente planos de ação autónomos com orçamentação segregada exclusivamente dedicada à gestão da água.

No âmbito destas iniciativas, foram identificados investimentos técnicos específicos destinados a reforçar a recuperação e reutilização de correntes de água nos processos produtivos, incluindo soluções de reutilização de efluentes tratados, recirculação de águas de processo e recuperação de condensados industriais. Os projetos atualmente identificados representam CapEx estimado agregado de aproximadamente 2,6 M€ associado a intervenções técnicas e adaptações de equipamentos nas unidades industriais.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Paralelamente, diversas iniciativas são desenvolvidas através de estudos técnicos de engenharia, ensaios industriais, estudos internos de caracterização de circuitos de água e intervenções operacionais de otimização de processos, bem como do desenvolvimento de ferramentas de monitorização e da instalação de equipamentos adicionais de medição, destinados a reforçar o controlo operacional do uso da água.

Os recursos financeiros associados encontram-se integrados nas rubricas operacionais relevantes das demonstrações financeiras, refletindo-se em despesas correntes (OpEx) e, quando aplicável, em investimentos em ativos (CapEx) registados nos centros de custo das áreas responsáveis.

Adicionalmente, e em alinhamento com a Taxonomia da União Europeia, o Grupo registou, em 2025, investimentos de capital elegíveis e alinhados diretamente relacionados com a gestão eficiente da água, no montante de aproximadamente 2,6 M€, associados à construção, ampliação e otimização de sistemas de captação, tratamento e reutilização de água nos processos industriais. Estes investimentos incluem intervenções ao nível da selagem e fecho de circuitos, interligações entre correntes de água e reforço da reutilização interna, contribuindo para a redução do consumo específico de água. Neste contexto, os investimentos identificados como pipeline complementam os investimentos já executados, evidenciando a continuidade das iniciativas de eficiência hídrica e a sua integração no planeamento operacional e industrial do Grupo.

A implementação destas iniciativas depende essencialmente da disponibilidade de recursos internos e do planeamento operacional das unidades industriais.

Ações futuras

Para além das ações já implementadas, o Grupo Altri continua a desenvolver um conjunto de iniciativas técnicas destinadas a aprofundar a eficiência hídrica das suas operações industriais e a aumentar a recuperação e reutilização de correntes de água.

Estas iniciativas incluem, nomeadamente, a realização de estudos técnicos de engenharia, estudos comparativos entre diferentes configurações operacionais, ensaios industriais e avaliações de viabilidade técnica e

económica relacionadas com soluções de recuperação de água de processo, reutilização de efluentes tratados e otimização de circuitos de água industriais.

Algumas destas iniciativas encontram-se atualmente em fase de estudo, quantificação ou orçamentação, estando a sua eventual implementação dependente da conclusão das análises técnicas em curso, da avaliação de viabilidade operacional e das decisões de investimento das unidades industriais.

Estas atividades integram a abordagem de melhoria contínua da Altri na gestão dos recursos hídricos, permitindo identificar oportunidades adicionais de redução do consumo de água e de aumento da circularidade hídrica nos processos produtivos.

Recursos financeiros futuros para a implementação das ações planeadas

À data, não se encontram definidos montantes financeiros futuros segregados especificamente associados a ações-chave ou planos de ação autónomos em matéria da gestão de recursos hídricos.

As iniciativas em desenvolvimento poderão dar origem a investimentos adicionais, cuja eventual implementação dependerá da conclusão dos estudos técnicos em curso, da avaliação de viabilidade operacional e das decisões de investimento das unidades industriais no âmbito dos ciclos regulares de planeamento e orçamentação.

Metas

(E3-3)

No âmbito da sua estratégia de gestão sustentável da água, e em alinhamento com os compromissos assumidos na Política de Gestão de Recursos Hídricos, na Política de Sustentabilidade e no Compromisso 2030, o Grupo Altri definiu como meta voluntária reduzir o uso específico de água nas suas unidades industriais em 50% até 2030, face ao ano base de 2018.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



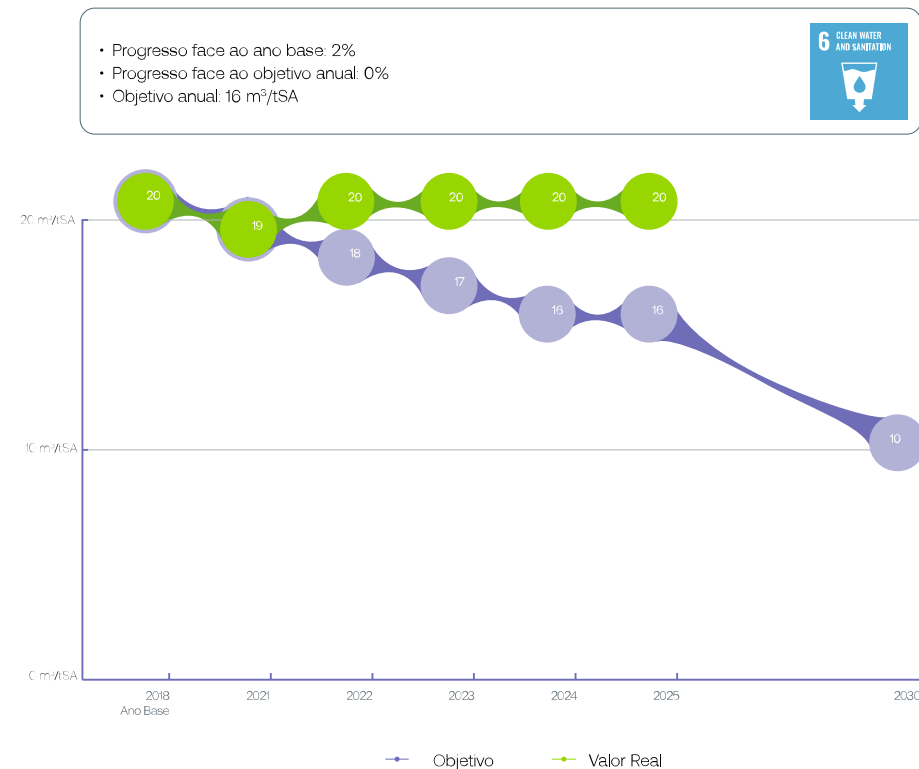
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Esta meta traduz-se num objetivo de atingir um consumo específico de água de 10 m³/tSA até 2030, promovendo uma utilização mais eficiente deste recurso nas operações industriais.

A redução do uso específico de água permite não só melhorar a eficiência hídrica dos processos produtivos, como também mitigar potenciais impactos associados à captação de água nas bacias hidrográficas onde o Grupo opera, contribuindo para uma gestão mais responsável e sustentável dos recursos hídricos.

Esta meta encontra-se igualmente alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas n.º 6 – Água Potável e Saneamento, reforçando o compromisso do Grupo Altri com a proteção e a utilização sustentável da água.

Uso Específico de Água (m³/tSA)



Face ao objetivo definido para 2025 de atingir um uso específico de água de 16 m³/tSA, a Altri registou um valor de 20 m³/tSA.

Os objetivos definidos no compromisso 2030 são bastante ambiciosos, a Altri é já hoje benchmark no setor a nível mundial no uso específico de água. O alcançar das metas definidas pressupõe investimentos elevados em tecnologias inovadoras e por isso, com prazos de entrega mais dilatados. Assim, as reduções não serão contínuas, mas em patamares que ocorrem na sequência destes projetos.

No caso da água, assumimos o compromisso de reduzir o seu uso específico até 2030 e, até ao momento, ainda não alcançámos uma redução significativa. Isto deve-se, para além do descrito no parágrafo anterior, a mudanças de estratégia no desenvolvimento de novos produtos em algumas das unidades industriais da Altri por razões de mercado.

Apesar destes desafios, a Altri mantém-se firmemente empenhada em reforçar as iniciativas de otimização do uso de água, através do investimento em tecnologias mais avançadas, da implementação de processos industriais mais eficientes e do reforço de parcerias estratégicas que apoiem a gestão sustentável deste recurso essencial.



De referir que, atualmente, o Grupo Altri é benchmark mundial no uso específico de água, com um valor de 20 m³/tSA, sendo que o intervalo de referência preconizado no BREF do setor é entre 25 e 50 m³/tSA.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Métricas

Consumo de Água

(E3-4)

Na tabela seguinte é reportado o consumo total de água nas suas próprias operações, a intensidade hídrica, o consumo de água em zonas de stress hídrico, o volume de água reciclada e utilizada e o volume de água armazenada.

Consumo de água	2025	2024
Volume de água captada (m³)	24 911 140	25 200 775
Volume de água cedida a terceiros (m³)	3 839 010	4 109 608
Descargas de água (m³)	17 752 069	18 755 291
Volume total de água consumida (m³)	3 320 062	2 335 876
Volume de água consumida em zonas de stress hídrico (m³)	4 735 401	2 335 876
Volume de água reciclada e reutilizada (m³)	183 387	339 969
Volume de água armazenada (m³)	0	0
Intensidade da água (m³ / M€ de volume de negócio)	4 724	2 732

O aumento da intensidade do uso de água por tonelada de pasta resulta de uma combinação de enquadramento económico, incluindo alterações no mix produtivo e a volatilidade do preço da pasta PIX e da taxa de câmbio euro/dólar, que influenciam os níveis de retorno e o denominador do indicador, sem evidenciar uma degradação estrutural da eficiência hídrica dos processos. Essa avaliação pode ser justificada quando analisamos o valor de uso de água por tonelada de produto, onde a Altri manteve um valor semelhante ao ano anterior, registando um valor de 20 m³/tSA.

Políticas de Contabilização

Os valores apresentados para captação de água foram obtidos através de medição direta. A intensidade de água foi calculada pelo rácio entre o volume de água consumida e o valor da receita líquida para o período 2025.



1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e com os ecossistemas, identificados pelo Grupo Altri no processo de análise de dupla materialidade, encontram-se apresentados na tabela seguinte. Estes resultados refletem a interação entre o modelo de negócio da Altri e os ecossistemas naturais e os serviços ecossistémicos.

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 - Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade						
O aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos, como incêndios florestais e secas, decorrentes das alterações climáticas, pode reduzir a disponibilidade de madeira no mercado e aumentar a competição por matéria-prima, resultando no aumento dos preços da matéria-prima.	R			M	■ ■ ■	
Contribuição para a redução da vulnerabilidade ecológica das áreas florestais geridas pela Altri face aos riscos físicos agravados pelas alterações climáticas, nomeadamente incêndios florestais, através da implementação de boas práticas de gestão florestal.	I	+	R	PO	■ ■ ■	Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial (E4-1)
Fragmentação de habitats a partir das operações de florestação e colheita, bem como, a abertura de clareiras, caminhos e construção de infraestruturas resultantes das atividades de gestão florestal.	I	-	R	M + PO	■ ■ ■	
As atividades de gestão florestal, quando não adequadamente planeadas podem criar impacto sobre ecossistemas aquáticos e serviços de água doce, incluindo alterações na quantidade e qualidade da água, que podem reduzir a biodiversidade aquática, afetar habitats críticos e comprometer serviços essenciais como o ciclo de nutrientes e suporte à fauna e flora.	I	-	R	M + PO	■ ■ ■	
A gestão das plantações florestais regulares e de baixa diversidade estrutural, diminui a resiliência dos ecossistemas e aumenta a vulnerabilidade a pragas, doenças e fenómenos climáticos extremos, resultando na perda de biodiversidade, degradação dos serviços ecossistémicos e maior risco de erosão, desertificação e incêndios a longo prazo.	I	-	P	M	■ ■ ■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a biodiversidade e ecossistemas (E4-2;E4-3;E4-4; E4-5)
A gestão profissional das áreas florestais atualmente sem qualquer gestão ativa em Portugal representa uma oportunidade significativa para aumentar a produtividade das florestas e a disponibilidade de madeira no mercado nacional.	O			M	■ ■ ■	
Potencial impacto negativo na biodiversidade decorrente de práticas de gestão florestal, incluindo risco de degradação dos habitats florestais nas atividades a montante da cadeia de valor	I	-	R	M	■ ■ ■	
2 – Impactos no estado das espécies						
A expansão da gestão de áreas de conservação e da rede estações de biodiversidade contribui para a preservação de habitats críticos, aumentando a disponibilidade de recursos essenciais para alimentação, reprodução e abrigo de espécies ameaçadas.	I	+	R	PO	■ ■ ■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a biodiversidade e ecossistemas (E4-2;E4-3;E4-4; E4-5)

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITÓRIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
3 - Impactos na extensão e no estado dos ecossistemas						
Contribuição para a melhoria da qualidade dos solos das florestas devido às boas práticas de gestão florestal. Estas ações ajudam a proteger o solo, contribuindo para a redução do risco de erosão e menores níveis de evaporação, aumentando a permeabilidade e a capacidade de retenção de água.	I	+	R	M + PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a biodiversidade e ecossistemas
As práticas de gestão florestal, incluindo a movimentação de solos, a aplicação de fertilizantes e herbicidas químicos, e a remoção da cobertura arbórea durante o corte, podem provocar compactação do solo, reduzir a infiltração de água, diminuir a atividade biológica e aumentar a erosão.	I	-	R	M + PO	■■■	(E4-2;E4-3;E4-4; E4-5)
4 - Impactos e dependências dos serviços ecossistémicos						
A elevada dependência da Altri de recursos naturais essenciais, como madeira e água para a produção de fibras celulósicas, gera impactos significativos nos serviços ecossistémicos, o que pode contribuir para a alteração da fertilidade do solo, afetam a disponibilidade hídrica local, reduzem a biodiversidade e comprometem a capacidade dos ecossistemas de se autorregular.	I	-	R	M + PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a biodiversidade e ecossistemas
As áreas de conservação sob gestão da Altri, incluindo a rede de Estações de Biodiversidade e biospots apresentam impactos positivos na integridade e resiliência dos ecossistemas, fortalecendo serviços regulatórios (regulação hídrica e manutenção da qualidade do solo), serviços de provisão (suporte à fauna e flora autóctones) e serviços culturais. Estes efeitos contribuem para a continuidade funcional dos ecossistemas, preservação de habitats críticos e proteção de espécies ameaçadas, promovendo benefícios ambientais duradouros e alinhados com os objetivos de conservação e gestão sustentável dos ativos florestais do Grupo.	I	+	R	PO	■■■	(E4-2;E4-3;E4-4; E4-5)

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

■ Curto Prazo ■ Médio Prazo ■ Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspetiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspetiva financeira, independentemente se na perspetiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

Biodiversidade na Estratégia e Modelo de Negócio

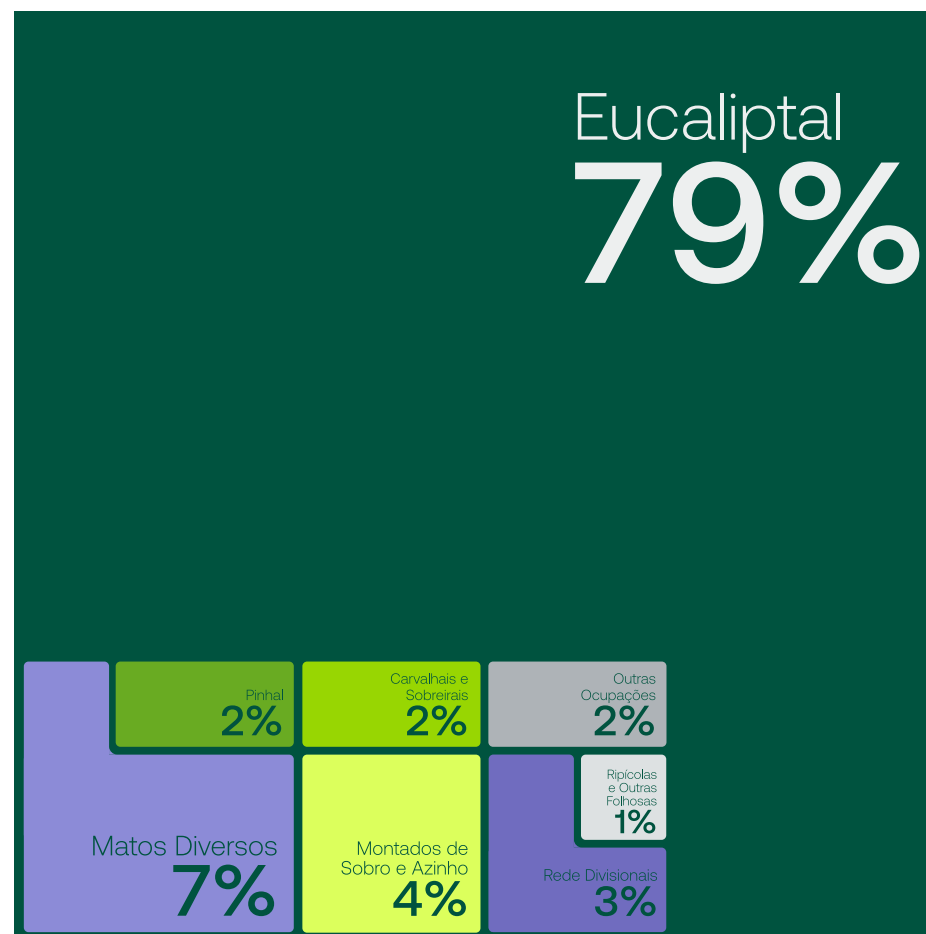
(SBM-3)

Os ecossistemas florestais fornecem um conjunto de serviços essenciais para a produtividade e resiliência das florestas, incluindo a fertilidade dos solos, a regulação do ciclo hidrológico, a proteção contra a erosão, a captura e armazenamento de carbono e o controlo natural de pragas e doenças. A gestão ativa e responsável destes ecossistemas é, por isso, determinante para garantir a produtividade das áreas florestais ao longo do tempo e assegurar a disponibilidade sustentável de matéria-prima para as unidades industriais do Grupo Altri.

Neste enquadramento, a biodiversidade e a gestão sustentável dos ecossistemas são integradas na estratégia e no modelo de gestão florestal do Grupo. Através de políticas, práticas operacionais e iniciativas específicas orientadas para a conservação e valorização do capital natural, a Altri procura conciliar a produção de madeira com a manutenção dos serviços ecossistémicos que suportam o funcionamento das áreas florestais. A adoção de práticas silvícolas responsáveis, a gestão de mosaicos florestais diversificados e a proteção de áreas ecologicamente sensíveis contribuem para reforçar a resiliência das áreas florestais e naturais face a perturbações como incêndios, pragas, doenças ou fenómenos climáticos extremos, sustentando simultaneamente o modelo de negócio da Altri e a conservação dos ecossistemas nos territórios onde opera.

A Altri Florestal é a empresa responsável pela gestão dos ativos biológicos do Grupo Altri e pelo abastecimento de madeira das suas unidades industriais, tendo sob sua gestão mais de 100 mil hectares de áreas florestais.

Em alinhamento com o objetivo industrial do Grupo, a principal ocupação destas áreas são eucaliptais destinados à produção de madeira, instalados e mantidos com técnicas silvícolas modernas e sustentáveis. Ainda assim, mais de 20% da área total sob gestão é composta por ocupações muito diversas, com especial destaque para os montados de sobreiro, os pinhais e formações autóctones com elevado potencial de conservação.



A gestão florestal do Grupo encontra-se certificada pelo Forest Stewardship Council® (FSC®) e pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC), dois normativos internacionalmente reconhecidos que são um estímulo contínuo para a melhoria das práticas de gestão e para a implementação de estratégias de aumento de biodiversidade e de outros serviços naturais.

Atualmente, 12 000 hectares da área de gestão encontram-se classificados com a função de conservação, integrando a presença de altos valores de conservação, habitats prioritários, áreas de elevada biodiversidade ou áreas críticas para proteção de espécies ameaçadas. A Altri Florestal tem

implementado um programa de monitorização e gestão destas áreas desenvolvido com base na avaliação do seu estado de conservação e com foco na sua manutenção, na sua melhoria ou no restauro de valores naturais.

A melhoria e o aperfeiçoamento deste programa continua presente como uma das bases para a implementação de estratégias para aumento da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

A estratégia de biodiversidade e serviços dos ecossistemas do Grupo encontra-se alinhada com a iniciativa Act4nature e com os objetivos globais para a biodiversidade, tais como os critérios Environmental, Social and Governance, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Science Based Targets e a nova taxonomia europeia para finanças sustentáveis.

Para materialização desta estratégia, o Grupo criou um programa próprio, denominado Altri Diversity, direcionado para os principais stakeholders e estruturado com objetivos, ações e metas definidos para o período 2018-2030. O Altri Diversity surge assim como um instrumento que pretende refletir e rever a atitude da empresa na proteção e valorização de espaços naturais presentes nas áreas sob sua gestão ou nas zonas da sua envolvente, privilegiando a diversificação biológica, de serviços e de produtos.

Principais Objetivos Altri Diversity



Esta estratégia resulta da experiência adquirida, nas relações estabelecidas com outras entidades, e nas reflexões resultantes dos processos de certificação FSC® e PEFC. O horizonte de médio prazo estabelecido enquadra a atitude e as iniciativas do Grupo na proteção e valorização dos espaços naturais presentes nas áreas florestais, sejam essas tomadas de forma isolada ou em parceria e colaboração com outras entidades.

A consideração de aspetos de natureza ambiental é inerente à atividade florestal e está espelhada nos princípios de gestão florestal sustentada que o Grupo subscreve e pratica. No entanto, a estratégia Altri Diversity ultrapassa o mero respeito por práticas de referência ou a identificação de valores, colocando maior proatividade nas ações preconizadas, na proteção e

conservação dos valores naturais e na diversificação dos serviços naturais num nível superior de preocupação estratégica e operacional.

A Altri acredita que a gestão florestal que pratica, orientada para a produção sustentável de madeira de eucalipto para transformação industrial, é totalmente compatível com a valorização e produção de outros bens e serviços, diretos e indiretos, gerados no património sob sua gestão. Além disto, uma gestão florestal ativa e diversificada, como a da Altri, é uma mais-valia na prevenção de incêndios florestais, devido ao controlo regular dos elementos combustíveis (ex. matos), à presença humana na floresta e à diversificação e valorização de outros usos e produtos florestais.

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais Relacionados com a Biodiversidade e os Ecossistemas

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas identificados na análise de dupla materialidade resultam das interações entre as atividades de gestão florestal da Altri e os ecossistemas naturais, bem como das condições ecológicas que suportam a produtividade das florestas.

Para além das suas próprias áreas florestais, que representam de entre 15% a 20% do seu abastecimento de madeira, a Altri obtém a maior parte da sua madeira de fornecedores na Península Ibérica e uma pequena percentagem de fontes certificadas na América do Sul. Estas origens de matéria-prima são consideradas parte da cadeia de valor a montante do Grupo Altri. Desta forma, as atividades de gestão florestal enquadram-se para efeitos de localização na cadeia de valor em duas perspetivas:

- Operações próprias: Operações de gestão florestal detidas e controladas pela Altri (áreas florestais sob gestão própria); e
- Montante da cadeia de valor: operações de gestão florestal dos fornecedores da Península Ibérica e América do Sul.

Operações Localizadas em Zonas Sensíveis do Ponto de Vista da Biodiversidade

Uma parte das áreas florestais sob gestão da Altri localiza-se em áreas classificadas, incluindo áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e na Rede Natura 2000, designadamente Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

No total, cerca de 12% do património florestal sob gestão da Altri Florestal insere-se em áreas classificadas, correspondendo a aproximadamente 11 933 hectares distribuídos por diferentes territórios classificados em Portugal. A presença de áreas florestais sob gestão nestes territórios reflete a interação direta entre as atividades de gestão florestal do Grupo e ecossistemas com elevado valor de conservação.

Entre os principais territórios classificados onde se localizam áreas sob gestão da Altri incluem-se:

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Áreas Classificadas	Área (ha)
AP Serra de São Mamede/ SIC / ZPE São Mamede	2 292
AP / SIC Monchique/ ZPE Monchique	1 611
AP Tejo Internacional/ SIC Tejo Internacional, Erges e Ponsul/ ZPE	1 606
AP / SIC / ZPE Nisa / Lage da Prata	1 161
AP / SIC / ZPE Cabrela	764
AP / SIC / ZPE Serra da Lousã	617
AP / SIC / ZPE Malcata	478
AP / SIC / ZPE Gardunha	419
AP Serra de Montejunto/ SIC / ZPE Serra de Montejunto	417
AP / SIC / ZPE Serras da Freita e Arada	386
AP / SIC / ZPE Rio Paiva	298
AP / SIC / ZPE Sicó / Alvaizere	267
AP / SIC / ZPE Valongo	144
AP / SIC / ZPE Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas	132
AP Serras de Aire e Candeeiros/ SIC / ZPE Serras de Aire e Candeeiros	130
AP / SIC / ZPE Carregal do Sal	125
AP / SIC / ZPE Serra de Montemuro	103
AP / SIC / ZPE Estuário do Sado	95
AP / SIC / ZPE Costa Sudoeste	94
AP / SIC / ZPE Cabeção	59
AP / SIC Caldeirão/ ZPE Caldeirão	51
AP Portas de Ródão/ SIC / ZPE	36
AP / SIC / ZPE Alvão / Marão	18
AP / SIC Paul de Madriz/ ZPE	10
AP / SIC / ZPE Rio Lima	8
AP Serra da Estrela/ SIC / ZPE Serra da Estrela	7
AP / SIC / ZPE Complexo do Açor	5
AP / SIC Estuário do Tejo/ ZPE Estuário do Tejo	2
Área total (ha)	11 334

Nestes territórios, as atividades de gestão florestal podem incluir operações de instalação e manutenção de povoamentos florestais, colheita de madeira, abertura e manutenção de caminhos florestais e ações de prevenção de incêndios. Estas atividades são planeadas e executadas de acordo com os referenciais de gestão florestal sustentável, bem como com os instrumentos de gestão aplicáveis às áreas classificadas.

Devido à implementação de políticas de gestão florestal responsável e medidas estritas destinadas à proteção e promoção dos habitats naturais, não foram identificados no âmbito da avaliação de dupla materialidade impactos materiais no estado ecológico dessas áreas nem em espécies ameaçadas resultantes das operações da Altri Florestal.

Impactos Negativos da Atividade sobre a Biodiversidade e os Ecossistemas

As atividades de gestão florestal podem gerar impactos sobre os ecossistemas quando não adequadamente planeadas ou executadas. Entre os impactos negativos identificados destaca-se a potencial fragmentação de habitats resultante de operações de florestação e colheita, bem como da abertura de clareiras, caminhos e da construção de infraestruturas associadas às atividades de gestão florestal. Quando não adequadamente planeadas, estas intervenções podem comprometer a conectividade ecológica dos ecossistemas, contribuindo para a perda de biodiversidade. Este impacto pode ocorrer tanto nas operações próprias como ao longo da cadeia de valor.

De forma semelhante, as atividades de gestão florestal podem criar impactos sobre ecossistemas aquáticos e serviços de água doce, incluindo alterações na quantidade e qualidade da água. Estes efeitos podem reduzir a biodiversidade aquática, afetar habitats críticos e comprometer serviços essenciais, como o ciclo de nutrientes e o suporte à fauna e flora, podendo ocorrer tanto nas operações próprias como na cadeia de valor associada ao abastecimento de madeira.

As práticas de gestão florestal, incluindo a movimentação de solos, a aplicação de fertilizantes e herbicidas e a remoção da cobertura arbórea durante o corte, podem igualmente provocar compactação do solo, reduzir a infiltração de água, diminuir a atividade biológica e aumentar a erosão. Estes efeitos podem comprometer a fertilidade, a capacidade de retenção hídrica e a

resiliência ecológica dos solos, contribuindo para processos de degradação a médio e longo prazo.

Adicionalmente, a gestão de plantações florestais regulares e com menor diversidade estrutural pode diminuir a resiliência dos ecossistemas e aumentar a vulnerabilidade a pragas, doenças e fenómenos climáticos extremos, podendo resultar na perda de biodiversidade, na degradação de serviços do ecossistema e no aumento do risco de erosão, desertificação e incêndios a longo prazo.

Estes potenciais impactos são considerados nos processos de planeamento e gestão florestal da Altri, sendo enquadrados pelas práticas de gestão florestal sustentável adotadas pelo Grupo Altri.

Impactos Positivos Associados à Gestão Sustentável das Florestas

A implementação de boas práticas de gestão florestal contribui para a redução da vulnerabilidade ecológica das áreas florestais geridas pela Altri face aos riscos físicos agravados pelas alterações climáticas, nomeadamente incêndios florestais. Medidas como a gestão de material combustível, a criação de mosaicos e corredores de descontinuidade, o reforço da capacidade de vigilância e resposta e a execução de ações de recuperação ecológica pós-incêndio contribuem para aumentar a resiliência dos ecossistemas, preservar habitats e reduzir a perda de biodiversidade associada a eventos climáticos extremos.

A expansão da gestão de áreas de conservação e o desenvolvimento da rede de Estações de Biodiversidade e biospots sob gestão da Altri contribuem para a preservação de habitats críticos e para o reforço da integridade e resiliência dos ecossistemas. Estas áreas aumentam a disponibilidade de recursos essenciais para alimentação, reprodução e abrigo de espécies ameaçadas, fortalecendo a estabilidade das populações e promovendo a manutenção da biodiversidade em ecossistemas-chave.

Para além destes efeitos diretos sobre os habitats, estas áreas contribuem igualmente para o reforço de diversos serviços do ecossistema, incluindo serviços regulatórios, como a regulação hídrica e a manutenção da qualidade do solo, serviços de provisão associados ao suporte à fauna e flora

autóctones e serviços culturais. Estes efeitos contribuem para a continuidade funcional dos ecossistemas e para a proteção de espécies ameaçadas, promovendo benefícios ambientais duradouros alinhados com os objetivos de conservação e gestão sustentável do património florestal da Altri.

Adicionalmente, as boas práticas de gestão florestal contribuem para a melhoria da qualidade dos solos das florestas, ajudando a proteger o solo, reduzir o risco de erosão e diminuir os níveis de evaporação, aumentando simultaneamente a permeabilidade e a capacidade de retenção de água. Estas práticas contribuem ainda para o aumento dos níveis de matéria orgânica no solo e para o reforço da estabilidade ecológica das áreas florestais.

Riscos para o Modelo de Negócio

Os riscos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas podem resultar tanto de impactos associados às atividades de gestão florestal como da dependência do modelo de negócio da Altri relativamente aos serviços dos ecossistemas que suportam a produtividade das florestas.

Os impactos identificados sobre os ecossistemas podem, quando acumulados ou agravados por fatores externos como as alterações climáticas, contribuir para a degradação de serviços dos ecossistemas essenciais ao funcionamento das áreas florestais. Esta degradação pode, por sua vez, traduzir-se em riscos para o modelo de negócio do Grupo, nomeadamente através da redução da produtividade florestal, da diminuição da disponibilidade de madeira e do aumento da vulnerabilidade das florestas a fenómenos extremos.

Entre os principais riscos identificados destacam-se os associados ao aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos, como incêndios rurais, ventos muito fortes e períodos prolongados de seca, decorrentes das alterações climáticas. Estes fenómenos podem reduzir a disponibilidade de madeira no mercado e aumentar a competição por matéria-prima, contribuindo para o aumento dos preços da madeira e afetando os custos de abastecimento das unidades industriais do Grupo.

A relevância destes riscos decorre igualmente da elevada dependência do modelo de negócio da Altri de recursos naturais essenciais, nomeadamente



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

madeira e água para a produção de fibras celulósicas. Alterações nos serviços dos ecossistemas associados à fertilidade do solo, à disponibilidade hídrica ou à capacidade de autorregulação dos ecossistemas podem afetar a produtividade das florestas, reduzir a biodiversidade e comprometer a estabilidade ecológica das áreas florestais, gerando riscos adicionais para a disponibilidade sustentável de matéria-prima.

A gestão destes riscos integra-se na abordagem de gestão florestal sustentável da Altri que inclui medidas de prevenção e mitigação associadas à gestão do território, à diversificação estrutural das áreas florestais e ao reforço da resiliência dos ecossistemas face a fenómenos climáticos extremos.

A Altri acompanha a evolução destes riscos no âmbito dos seus processos de gestão de risco corporativo e de planeamento estratégico.

Oportunidades Associadas à Gestão Sustentável das Florestas

As oportunidades associadas à biodiversidade e aos ecossistemas resultam, em grande medida, da possibilidade de promover uma gestão florestal ativa e sustentável das áreas florestais, contribuindo simultaneamente para a melhoria das condições ecológicas e para o reforço da resiliência da cadeia de abastecimento de madeira.

Neste contexto, a gestão profissional das áreas florestais atualmente sem qualquer gestão ativa em Portugal representa uma oportunidade significativa para aumentar a produtividade das florestas e a disponibilidade de madeira no mercado nacional. A transformação de áreas abandonadas em espaços geridos de forma sustentável pode contribuir para a redução do risco de incêndios rurais, melhorar a produtividade dos povoamentos e aumentar a disponibilidade de madeira proveniente de fontes sustentáveis.

Esta dinâmica pode contribuir para reforçar a disponibilidade de matéria-prima para a Altri no mercado nacional, reduzindo a dependência de importações e os custos associados e reforçando a resiliência da cadeia de abastecimento.

A concretização destas oportunidades depende da capacidade de promover modelos de gestão florestal sustentáveis e de desenvolver parcerias com

proprietários florestais e outros atores do setor, contribuindo para uma gestão mais ativa e resiliente das áreas florestais.

A gestão destes impactos, riscos e oportunidades integra-se na abordagem de gestão florestal sustentável da Altri, sendo suportada por objetivos estratégicos, políticas, iniciativas operacionais e metas específicas orientadas para a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços dos ecossistemas.

Plano de Transição e Consideração da Biodiversidade e dos Ecossistemas na Estratégia e no Modelo Empresarial

(E4-1)

Integração da Biodiversidade na Estratégia e no Modelo de Negócio

A biodiversidade e os serviços de ecossistema constituem elementos relevantes do modelo de gestão florestal da Altri. Através da Altri Florestal, empresa responsável pela gestão dos ativos biológicos do Grupo Altri e pelo abastecimento de madeira às suas unidades industriais, a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos recursos naturais e a proteção dos ecossistemas são integradas na gestão das áreas florestais e na estratégia de desenvolvimento do negócio.

Neste contexto, o modelo de negócio da Altri apresenta uma dependência significativa do bom funcionamento dos ecossistemas florestais, nomeadamente no que respeita à fertilidade dos solos, à disponibilidade hídrica e à estabilidade ecológica dos ecossistemas que suportam a produtividade das florestas.

Os ecossistemas florestais sob gestão são considerados não apenas pelo seu potencial produtivo, mas também pelos serviços de ecossistema que proporcionam, incluindo a regulação do ciclo da água, a fertilidade dos solos, o controlo natural de pragas, o suporte à biodiversidade e outros benefícios ambientais e sociais associados às paisagens florestais. A manutenção destes serviços contribui para reforçar a resiliência das paisagens florestais face a



1
RELATÓRIO DE
GESTÃO



2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

perturbações naturais, como incêndios florestais, pragas, doenças ou fenómenos climáticos extremos.

Neste enquadramento, a gestão sustentável das áreas florestais constitui um fator importante para a estabilidade do modelo de negócio, uma vez que a produtividade das florestas e a disponibilidade de madeira dependem do bom estado dos ecossistemas florestais.

A estratégia da Altri incorpora igualmente compromissos públicos relacionados com a conservação da biodiversidade, incluindo a adesão à iniciativa Act4nature Portugal, reforçando a integração da biodiversidade e da resiliência ecológica nas prioridades estratégicas da organização.

Avaliação da Resiliência do Modelo de Negócio Face a Riscos Relacionados com Biodiversidade

A avaliação da resiliência do modelo de negócio da Altri considera um conjunto de riscos relacionados com biodiversidade e ecossistemas que podem afetar a estabilidade das paisagens florestais, a produtividade das florestas e a disponibilidade de madeira.

A análise considerou três categorias principais de riscos relacionados com biodiversidade:

- ▶ Riscos físicos, associados a incêndios florestais, eventos climáticos extremos, pragas e doenças ou degradação de habitats naturais que podem afetar a produtividade das florestas e a estabilidade ecológica das paisagens florestais;
- ▶ Riscos de transição, relacionados com a evolução do enquadramento regulatório e das exigências de mercado associadas à sustentabilidade das cadeias de abastecimento florestal, incluindo iniciativas europeias relacionadas com a proteção das florestas e o combate à deflorestação;
- ▶ Riscos sistémicos, associados à degradação de serviços dos ecossistemas e à potencial instabilidade das cadeias de

abastecimento de madeira, que podem afetar a disponibilidade sustentável de matéria-prima no longo prazo.

Neste contexto, a resiliência do modelo de negócio da Altri assenta em diferentes fatores estruturais associados à forma como os recursos florestais são geridos, à organização das paisagens florestais e à robustez da cadeia de abastecimento de madeira.

Gestão Florestal Sustentável como Base da Resiliência do Modelo de Negócio

A resiliência do modelo de negócio do Grupo assenta numa abordagem de gestão florestal sustentável orientada para a conservação dos recursos naturais e para a manutenção da produtividade das florestas no longo prazo.

A gestão florestal desenvolvida pela Altri Florestal é concebida numa lógica de multifuncionalidade das florestas, procurando conciliar a produção de matéria-prima com a conservação da natureza, a proteção de habitats e o reforço da resiliência das paisagens florestais face a ameaças bióticas e abióticas. Neste contexto, os projetos de reflorestação e colheita integram diferentes condicionantes ambientais e operacionais, incluindo a proteção de linhas de água, a criação de infraestruturas de prevenção de incêndios e a consideração de valores naturais presentes nas áreas florestais.

A gestão florestal do Grupo Altri encontra-se suportada por sistemas de certificação reconhecidos internacionalmente, nomeadamente pelo FSC® e pelo PEFC, que estabelecem requisitos para a conservação da biodiversidade, proteção do solo e dos recursos hídricos e manutenção de habitats naturais, contribuindo para assegurar a sustentabilidade e a resiliência das áreas florestais no longo prazo.

Resiliência Ecológica das Paisagens Florestais

A estratégia florestal da Altri procura promover paisagens florestais diversificadas, integrando diferentes ocupações florestais, habitats naturais e áreas com elevado valor de conservação.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A identificação e gestão de áreas de alto valor de conservação contribui para preservar habitats relevantes para a biodiversidade e para reforçar a estabilidade ecológica das paisagens florestais.

A abordagem de gestão inclui igualmente iniciativas orientadas para a conservação da biodiversidade e para a melhoria da diversidade estrutural das paisagens florestais, incluindo a gestão de áreas de conservação, o desenvolvimento de estudos e projetos sobre espécies e habitats e a reconversão de áreas de menor aptidão produtiva para vegetação autóctone.

Estas práticas contribuem para reduzir a vulnerabilidade das áreas florestais a perturbações ecológicas e climáticas e para promover sistemas florestais mais estáveis ao longo do tempo.

A gestão florestal da Altri integra igualmente abordagens de adaptação a riscos bióticos e abióticos emergentes, incluindo a monitorização de pragas e doenças e programas de melhoramento genético destinados a reforçar a adaptação das espécies florestais às condições ambientais.

Resiliência da Cadeia de Abastecimento de Madeira

A resiliência do modelo de negócio da Altri depende também da robustez da sua cadeia de abastecimento de madeira.

A madeira utilizada pelo Grupo Altri provém de duas principais fontes: áreas florestais sob gestão da Altri Florestal e fornecedores localizados maioritariamente na Península Ibérica.

Neste contexto, o Grupo aplica políticas de abastecimento responsável e promove o cumprimento de requisitos de certificação florestal e de conformidade ambiental e legal por parte dos seus fornecedores.

A Altri desenvolve igualmente iniciativas de colaboração com diferentes atores do setor florestal, incluindo proprietários florestais, prestadores de serviços e outras entidades relevantes, através do programa Altri Parceiros. Estas iniciativas incluem ações de capacitação técnica e partilha de boas práticas de gestão florestal, contribuindo para reforçar a gestão ativa das paisagens florestais e a resiliência do setor florestal.



Âmbito, Pressupostos e Horizonte Temporal da Análise de Resiliência

A análise de resiliência do modelo de negócio da Altri abrange tanto as operações próprias, incluindo as áreas florestais sob gestão direta do Grupo Altri, como a cadeia de abastecimento de madeira, que constitui uma componente relevante da atividade industrial.

Esta abordagem inclui a avaliação da origem da madeira e das matérias-primas utilizadas, a conformidade ambiental e legal dos fornecedores, bem como o cumprimento de critérios de certificação florestal e de políticas de abastecimento responsável.

A análise baseia-se numa avaliação qualitativa dos principais riscos relacionados com biodiversidade e ecossistemas e não incorpora, nesta fase, modelização quantitativa detalhada de cenários ecológicos, refletindo a limitada disponibilidade de dados específicos para este tipo de análise.

A avaliação da resiliência foi desenvolvida considerando um horizonte temporal de médio prazo até 2030, complementado por planeamento tático de curto prazo com um horizonte aproximado de dois anos.



Resultados da Análise de Resiliência

A análise realizada indica que o modelo de negócio da Altri apresenta uma dependência direta do bom funcionamento dos ecossistemas florestais e das condições ambientais que suportam a produtividade das florestas.

Neste contexto, fatores como a estabilidade das paisagens florestais, a fertilidade dos solos, a disponibilidade hídrica e o equilíbrio ecológico dos ecossistemas constituem elementos relevantes para assegurar a disponibilidade sustentável de madeira e o funcionamento da cadeia de abastecimento do Grupo Altri.

A avaliação realizada demonstra que a estratégia da Altri incorpora um conjunto de práticas de gestão que contribuem para reduzir a exposição a riscos relacionados com biodiversidade e ecossistemas. Entre estes fatores destacam-se a gestão florestal ativa das áreas sob gestão da Altri Florestal, a organização das paisagens florestais em mosaicos diversificados, a conservação de áreas de alto valor de conservação e a promoção de práticas responsáveis ao longo da cadeia de abastecimento de madeira.

Estas abordagens contribuem para reforçar a resiliência ecológica das áreas florestais e para reduzir a vulnerabilidade a perturbações como incêndios florestais, pragas, doenças ou fenómenos climáticos extremos.

A análise evidencia igualmente que a manutenção da gestão ativa das paisagens florestais e o reforço da colaboração com proprietários florestais e outros atores do setor constituem fatores relevantes para assegurar a estabilidade da cadeia de abastecimento de madeira no longo prazo.

Embora alguns riscos relacionados com biodiversidade possam apresentar impactos limitados no curto prazo, a sua relevância poderá aumentar progressivamente em função da evolução das alterações climáticas, das condições ecológicas dos territórios florestais e do enquadramento regulatório aplicável ao setor.

Neste contexto, a integração da biodiversidade na gestão florestal e nas práticas de abastecimento de madeira do Grupo Altri constitui um elemento importante para reforçar a resiliência do modelo de negócio e apoiar a sustentabilidade das suas atividades no longo prazo.

Envolvimento das Partes Interessadas

A avaliação da resiliência do modelo de negócio considera contributos de diferentes partes interessadas relevantes para o setor florestal.

Este processo inclui consultas realizadas no âmbito da análise de dupla materialidade da Altri, bem como processos de auditoria e consulta associados aos sistemas de certificação florestal que envolvem diferentes partes interessadas, incluindo a academia, organizações da sociedade civil, proprietários florestais e outras entidades relevantes para a gestão sustentável das florestas.

A gestão destes riscos e a concretização da estratégia da Altri em matéria de biodiversidade são operacionalizadas através de políticas, iniciativas e metas específicas, descritas nas secções seguintes deste capítulo.

Políticas Relacionadas com a Biodiversidade e os Ecossistemas

(E4-2)

Principais Compromissos das Políticas

Em alinhamento com a estratégia descrita na secção anterior, a Altri estabeleceu um conjunto de políticas e compromissos destinados a orientar a gestão da biodiversidade e dos ecossistemas nas suas operações florestais e na cadeia de abastecimento de madeira.

A Altri integra a proteção da biodiversidade e a gestão sustentável dos ecossistemas na sua estratégia e modelo de negócio, reconhecendo que a preservação do capital natural constitui um fator essencial para a sustentabilidade das suas atividades e para a resiliência do seu modelo de negócio.

Neste contexto, a Altri dispõe de uma Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira, que estabelece os princípios e compromissos orientadores para a gestão sustentável dos recursos florestais e para a proteção e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, contribuindo

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

para prevenir, reduzir, mitigar e, sempre que aplicável, promover ações de restauro ecológico, bem como para reforçar a resiliência dos ecossistemas.

Entre os seus objetivos principais incluem-se a salvaguarda dos valores ecológicos presentes no património florestal da Altri e a promoção de um diálogo contínuo e de um bom relacionamento com as partes interessadas, reconhecidos como fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais onde a empresa se insere.

A política tem como objetivo assegurar que a gestão florestal e o abastecimento de madeira são conduzidos de forma ambientalmente responsável, socialmente adequada e economicamente sustentável, garantindo simultaneamente a rastreabilidade da matéria-prima desde a floresta até às unidades industriais da Altri.

A política estabelece regras e compromissos aplicáveis às operações florestais da Altri e às atividades desenvolvidas por fornecedores e parceiros, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como a adoção de práticas alinhadas com princípios de gestão florestal sustentável.

Neste enquadramento, a Altri procura conciliar os objetivos de produção florestal com a conservação da biodiversidade, promovendo um equilíbrio entre áreas de produção e de conservação, a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais, através de uma gestão ativa das paisagens florestais.

O Grupo Altri compromete-se a gerir o seu património florestal de forma sustentável, assegurando a proteção de habitats sensíveis, a conservação de espécies relevantes e a manutenção dos serviços ecossistémicos associados às áreas sob gestão. Esta abordagem traduz-se numa gestão ativa do território, promovendo mosaicos florestais diversificados, a gestão de material combustível e a organização da paisagem de forma a reforçar a resiliência da paisagem florestal face a perturbações naturais e eventos extremos.

As políticas e práticas de gestão adotadas abordam os principais impactos, riscos e oportunidades materiais identificados no processo de análise de dupla materialidade, incluindo a conservação de habitats e da conectividade ecológica, a prevenção de incêndios florestais e o reforço da resiliência da

paisagem face a fenómenos climáticos extremos, através de práticas de gestão ativa do território e da promoção de mosaicos florestais diversificados, bem como a gestão sustentável dos solos, dos recursos hídricos e dos serviços ecossistémicos associados e a promoção de práticas de gestão florestal sustentável e de abastecimento responsável de madeira ao longo da cadeia de valor.

As políticas e práticas de gestão florestal da Altri consideram igualmente as dimensões sociais associadas à gestão da biodiversidade e dos ecossistemas. Neste contexto, a empresa promove o envolvimento de proprietários florestais, fornecedores e outras partes interessadas da cadeia de valor, desenvolvendo iniciativas de sensibilização e formação em matéria de gestão florestal sustentável e mantendo um diálogo contínuo com comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos territórios onde opera.

A implementação da Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira é suportada por instrumentos de gestão como o Plano de Gestão Florestal (PGF), o Código de Práticas Florestais da Altri e a Estratégia de Biodiversidade Altri Diversity, que orientam o ordenamento do território, integrando medidas de conservação, restauro ecológico e gestão adaptativa dos ecossistemas florestais.

O Plano de Gestão Florestal (PGF) abrange todas as áreas próprias e arrendadas sob gestão em Portugal continental, constituindo o principal instrumento de planeamento para a implementação de práticas de gestão sustentável, alinhadas com os compromissos ESG da empresa.

No âmbito do plano estão integrados os Programas de Gestão de Biodiversidade (PGB), especificamente aplicáveis às propriedades florestais que se sobrepõem a áreas classificadas para a conservação da natureza ou da biodiversidade, designadamente da Rede Natura 2000 (RN2000) e da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

Os PGB incorporam um conjunto estruturado de boas práticas de gestão florestal, concebidas para:

- Assegurar a compatibilidade das operações florestais com os objetivos de conservação de habitats e espécies protegidas;

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

- ▶ Promover o estado de conservação favorável de valores naturais que dependem de uma gestão ativa e tecnicamente adequada;
- ▶ Mitigar riscos ambientais associados às intervenções silvícolas, incluindo erosão, fragmentação de habitats e perturbação da fauna; e
- ▶ Reforçar a resiliência ecológica através da manutenção de estruturas de habitat, preservação de zonas sensíveis e promoção da conectividade ecológica.

Todos os programas são desenvolvidos em conformidade com as disposições aplicáveis do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, complementadas pelos regulamentos específicos de gestão de áreas protegidas e demais instrumentos de ordenamento do território. Este enquadramento garante que a atuação da Altri Florestal cumpre os requisitos legais e segue as melhores práticas reconhecidas internacionalmente para a gestão sustentável de recursos florestais.

O cumprimento das políticas relacionadas com biodiversidade e ecossistemas é acompanhado através de mecanismos de monitorização e verificação, incluindo auditorias de certificação florestal, processos de acompanhamento ambiental, sistemas internos de verificação da qualidade das operações e a recolha sistemática de indicadores ecológicos, nomeadamente através de instrumentos de monitorização da biodiversidade implementados nas áreas sob gestão.

Gestão Sustentável dos Recursos Florestais

A Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira da Altri estabelece o compromisso de gerir os recursos florestais de forma sustentável e de longo prazo, assegurando a manutenção da produtividade das florestas, a proteção do solo, da água e da biodiversidade e a conservação dos valores naturais presentes nas áreas sob gestão.

A política integra igualmente a Estratégia de Biodiversidade Altri Diversity, através da qual a empresa promove a conservação e o restauro de áreas com elevado valor natural, bem como a monitorização do estado de conservação dos habitats e espécies presentes nas áreas florestais sob gestão.

A gestão florestal do Grupo encontra-se certificada de acordo com os referenciais internacionais FSC® (Forest Stewardship Council®) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification), que estabelecem critérios rigorosos em matéria de conservação da biodiversidade, proteção de habitats, gestão sustentável do solo e da água e respeito por direitos sociais e laborais.

Estes referenciais promovem a melhoria contínua das práticas de gestão e a integração de critérios ambientais e sociais na gestão das áreas florestais. Para além disso, estes referenciais incluem requisitos específicos aplicáveis à gestão de áreas de elevado valor de conservação e à proteção de zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade.

Esta abordagem permite assegurar que as atividades de gestão florestal contribuem para a manutenção dos serviços ecossistémicos e para o reforço da resiliência ecológica do património florestal da Altri, promovendo paisagens florestais estruturadas em mosaicos florestais diversificados, que contribuem para reduzir riscos ecológicos e reforçar a estabilidade dos ecossistemas.

Abastecimento Responsável de Madeira

No que respeita à cadeia de abastecimento, a Altri promove práticas de aprovisionamento responsável de madeira, privilegiando a aquisição de madeira proveniente de florestas certificadas, promovendo assim práticas de gestão florestal sustentável ao longo da cadeia de valor.

O Grupo Altri está comprometido com a aquisição responsável de madeira, garantindo a rastreabilidade da matéria-prima desde a floresta e contribuindo para reduzir o risco de aquisição de madeira proveniente de fontes controversas ou associadas a práticas de desflorestação ou degradação florestal.

No âmbito deste compromisso, a empresa implementa mecanismos de verificação e controlo das fontes de madeira utilizadas nas suas operações, com o objetivo de prevenir riscos ambientais e sociais associados à cadeia de abastecimento.

Em particular, a Altri verifica e controla todas as fontes de madeira para evitar a aquisição das seguintes categorias:



- Madeira proveniente de florestas exploradas ilegalmente;
- Madeira explorada em violação dos direitos humanos;
- Madeira explorada em florestas onde altos valores de conservação estão ameaçados pelas atividades de exploração florestal;
- Madeira obtida em ecossistemas naturais (p. ex., turfeiras) que foram convertidas em plantações florestais ou para usos não florestais; e
- Madeira obtida em florestas nas quais foram plantadas árvores geneticamente modificadas.

Estes critérios visam reduzir o risco de desflorestação, degradação de ecossistemas e perda de biodiversidade associada à produção de matérias-primas florestais, contribuindo para uma cadeia de abastecimento mais sustentável e transparente.

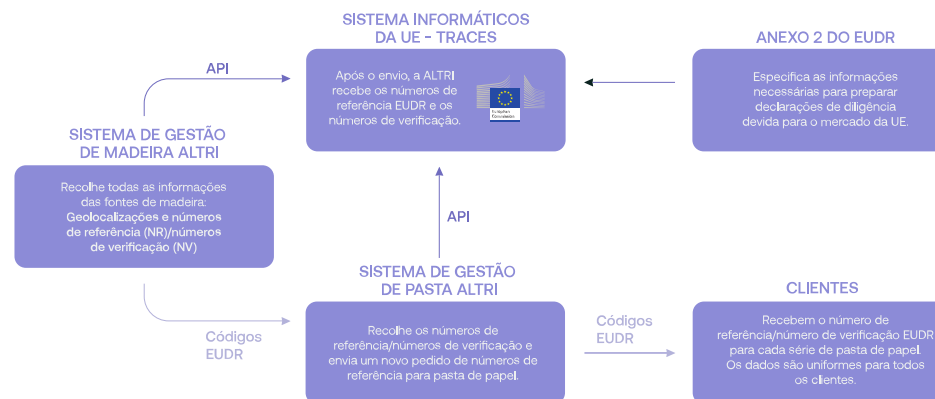
Rastreabilidade e Diligência Devida na Cadeia de Abastecimento

O Grupo Altri está empenhado em eliminar o risco de desflorestação e degradação florestal em todas as áreas de abastecimento de madeira, tendo implementado um sistema interno de diligência devida, que abrange toda a cadeia de abastecimento, para garantir a conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

A política da Altri integra igualmente mecanismos destinados a assegurar a rastreabilidade da madeira ao longo da cadeia de abastecimento e a prevenir riscos associados à desflorestação ou à degradação de ecossistemas naturais.

Para esse efeito, são avaliadas e verificadas as fontes de matéria-prima utilizadas nas operações da empresa, permitindo identificar, avaliar e mitigar riscos associados à origem da madeira e assegurar a conformidade com os compromissos ambientais e sociais assumidos pela organização.

Sistema de Gestão – Diligência Devida EUDR



Para operacionalizar os princípios de rastreabilidade e diligência devida definidos na Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira, a Altri participa no desenvolvimento e implementação de soluções que reforçam o controlo da origem da madeira ao longo da cadeia de abastecimento.

Plataforma WoodChain

No âmbito do reforço da rastreabilidade da cadeia de abastecimento florestal, a Altri participou no desenvolvimento da plataforma WoodChain, uma solução digital baseada em tecnologia blockchain desenvolvida pela Deloitte e utilizada pela Biond e pelos seus associados.

A Woodchain é um portal utilizado pelas entidades detentoras de certificados de gestão florestal, com o objetivo de melhorar a rastreabilidade da madeira certificada rececionada nas unidades fabris. Este portal permite a emissão de códigos de barra únicos utilizados por cada transporte de madeira certificada - desde a mata até cada fábrica. Este código disponibiliza informação relevante não só sobre a origem da madeira, mas também sobre a quantidade estimada extraída da floresta.

À chegada às unidades industriais, os códigos de barras são lidos e sujeitos a mecanismos de verificação cruzada que asseguram a conformidade da madeira rececionada com os requisitos de certificação florestal. Cada código



de barras corresponde a um camião de transporte. Desde a sua implementação, esta solução já monitorizou mais de 250 mil transportes de madeira, contribuindo para reforçar a transparência e o controlo da cadeia de abastecimento.

Regulamento Europeu contra a Desflorestação (EUDR)

No contexto da implementação do Regulamento Europeu contra a Desflorestação (EUDR), a Altri tem colaborado com autoridades competentes e entidades do setor florestal no desenvolvimento de soluções que permitam assegurar o cumprimento dos novos requisitos de diligência devida associados ao regulamento.

Durante 2025, a Altri, em colaboração estreita com a Autoridade Competente (ICNF) e os seu pares, colaborou no desenvolvimento de uma solução de rastreabilidade adaptada para os desafios do regulamento EUDR. Este trabalho incluiu o desenvolvimento de mecanismos de interoperabilidade entre o Sistema de Informação do Corte de Árvores (SICORTE) e o sistema europeu Trade Control and Expert System (TRACES), permitindo facilitar a integração dos fornecedores portugueses nos novos sistemas de reporte e verificação.

Paralelamente, os sistemas internos de gestão da Altri foram redesenhados para garantir a rastreabilidade da madeira e a interoperabilidade com o sistema TRACES, permitindo à empresa emitir declarações de diligência devida associadas aos seus produtos de madeira e pasta.

A Altri preparou-se assim para garantir o cumprimento do EUDR, estando atualmente a entregar aos seus clientes as declarações de diligência devida EUDR nos seus produtos.

Âmbito das Políticas

A Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira aplica-se às operações florestais da Altri e às atividades associadas ao abastecimento de madeira utilizadas nas suas unidades industriais.

O âmbito da política inclui:

- ▶ as áreas florestais sob gestão direta da Altri;

- ▶ os fornecedores de madeira que integram a cadeia de abastecimento;
- ▶ os parceiros e prestadores de serviços envolvidos nas atividades de gestão florestal.

A política aplica-se principalmente às operações florestais localizadas em Portugal e Espanha, bem como à cadeia de abastecimento associada ao abastecimento de madeira para as unidades industriais da empresa

Governança e Supervisão das Políticas

A implementação da política de gestão florestal sustentável é assegurada pela Altri Florestal, entidade responsável pela gestão dos ativos biológicos do Grupo Altri e pelo abastecimento de madeira às unidades industriais.

A responsabilidade pela aplicação destas políticas envolve diferentes níveis da organização, desde o Conselho de Administração até às equipas técnicas responsáveis pela gestão florestal, abastecimento, investigação e planeamento operacional.

A implementação desta política é assegurada pelas diferentes áreas funcionais da empresa e pelas suas operações florestais, sob responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo Altri.

Normas e Certificações de Referência

A política de gestão florestal e abastecimento responsável da Altri encontra-se alinhada com referenciais internacionais e normativos reconhecidos no setor florestal, incluindo:

Certificação Florestal

- ▶ Forest Stewardship Council® (FSC®); e
- ▶ Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC).

Sistemas de gestão

- ▶ ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Iniciativas e compromissos internacionais

- ▶ Act4nature Portugal; e
- ▶ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS 12, 13 e 15).

Enquadramento regulatório europeu

- ▶ Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2030; e
- ▶ Regulamento Europeu contra a Desflorestação (EUDR)

A Altri considera igualmente as recomendações da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD) na avaliação de riscos e dependências relacionados com a natureza.

Consideração dos Interesses das Partes Interessadas

A definição e implementação da política de gestão florestal da Altri considera igualmente o envolvimento de diferentes partes interessadas relevantes para o setor florestal.

Neste contexto, a empresa promove processos de diálogo e consulta no âmbito da gestão dos sistemas de certificação florestal FSC®, PEFC e SBP, que incluem contributos de diferentes partes interessadas, como proprietários florestais, entidades técnicas, organizações da sociedade civil e comunidades locais.

Este envolvimento contribui para assegurar que as práticas de gestão florestal adotadas refletem expectativas sociais, ambientais e económicas associadas à gestão sustentável das florestas.

O desenvolvimento e implementação destas políticas integram igualmente o envolvimento de diversas partes interessadas, incluindo entidades certificadoras, organizações ambientais, instituições científicas e comunidades locais. Estes contributos são considerados no âmbito dos processos de certificação florestal, das iniciativas de sustentabilidade do Grupo e das avaliações periódicas realizadas no contexto da análise de dupla materialidade.

O Grupo Altri mantém uma relação permanente de diálogo e envolvimento com as partes interessadas de forma transparente e significativa, promovendo o desenvolvimento social e cultural nas comunidades locais.

Acessibilidade e Disponibilização das Políticas

A Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira encontra-se publicamente disponível no website da Altri e é comunicada aos colaboradores, fornecedores e parceiros da empresa, de forma a assegurar a sua correta implementação ao longo das operações florestais e da cadeia de abastecimento.

A política é revista periodicamente de modo a refletir a evolução do enquadramento regulatório, das melhores práticas de gestão florestal e dos compromissos assumidos pela Altri em matéria de sustentabilidade.

A política é comunicada internamente às equipas técnicas e operacionais e é igualmente divulgada a fornecedores e parceiros da cadeia de valor, sendo apoiada por ações de formação, auditorias e mecanismos de monitorização associados aos sistemas de certificação florestal.

Ações e Recursos

(E4-3)

A estratégia da Altri em prol da biodiversidade assenta na implementação do programa Altri Diversity, que constitui o principal instrumento operacional da estratégia do Grupo para a conservação e valorização da biodiversidade. Este programa inclui iniciativas como a duplicação das áreas de conservação sob gestão, a produção própria de plantas autóctones para utilização em projetos de restauro ecológico, a criação e gestão de estações de biodiversidade e a promoção da conservação e recuperação de ecossistemas.

Além destas iniciativas, a Altri tem apoiado a implementação de boas práticas de gestão florestal, promovendo uma utilização múltipla e sustentável das áreas rurais. Com a liderança da Agenda TransForm, o Grupo participa igualmente em projetos relevantes para a inovação e transformação do setor



florestal, contribuindo para o desenvolvimento de soluções que reforçam a resiliência das paisagens florestais e a sustentabilidade da fileira florestal.

A Altri implementa um conjunto integrado de ações destinadas a evitar, minimizar e restaurar impactos sobre a biodiversidade e os ecossistemas, bem como a valorizar os serviços ecossistémicos associados às paisagens florestais sob gestão.

Estas ações encontram-se alinhadas com a Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira, com a Estratégia de Biodiversidade Altri Diversity e com os compromissos de gestão florestal sustentável certificados.

As iniciativas descritas nesta secção respondem diretamente aos impactos, riscos e oportunidades materiais identificados na análise de dupla materialidade, incluindo a fragmentação de habitats, a vulnerabilidade das florestas a fenómenos climáticos extremos, os impactos potenciais sobre os recursos hídricos e o solo e as oportunidades associadas à expansão da gestão florestal sustentável e à conservação da biodiversidade.

Grande parte destas iniciativas encontra-se enquadrada no programa Altri Diversity, que integra ações relacionadas com conservação de habitats, restauro ecológico, monitorização da biodiversidade e promoção de práticas sustentáveis nas áreas florestais sob gestão.

As ações implementadas pela Altri refletem a aplicação da hierarquia de mitigação da biodiversidade, privilegiando medidas destinadas a evitar e minimizar impactos sobre os ecossistemas, complementadas por iniciativas de restauro ecológico das áreas sob gestão.

As ações implementadas pela Altri abrangem diferentes tipologias de intervenção, incluindo iniciativas de gestão e prevenção de impactos, conservação e restauro da biodiversidade, gestão da paisagem e valorização territorial e investigação, inovação e cooperação científica.

As principais ações atualmente implementadas pelo Grupo são apresentadas de seguida.

Gestão florestal ativa nas áreas sob gestão

Tipo de ação: Gestão e prevenção

Hierarquia de mitigação: Evitar e Minimizar

IROs materiais:

- Risco associado ao aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos, incluindo incêndios florestais
- Redução da vulnerabilidade ecológica das áreas florestais através de boas práticas de gestão florestal
- Fragmentação de habitats associada a operações de gestão florestal
- Melhoria da qualidade dos solos através de boas práticas de gestão florestal

Objetivo da ação: Promover uma gestão ativa das paisagens florestais que aumente a resiliência ecológica dos ecossistemas, reduza o risco de incêndios e assegure a manutenção da conectividade ecológica entre habitats

Monitorização: Área total sob gestão florestal ativa (ha)

Contributo para as metas de biodiversidade: -

A gestão florestal ativa, que inclui operações de silvicultura, gestão de material combustível, proteção contra incêndios e intervenções silvícolas orientadas para a melhoria da produtividade, constitui um elemento central da estratégia da Altri para reduzir a exposição das áreas florestais a eventos climáticos extremos. Esta abordagem é aplicada tanto nas áreas diretamente geridas pelo Grupo como no âmbito das parcerias estabelecidas com proprietários florestais, contribuindo para reforçar a resiliência do mosaico florestal sob gestão.

A organização das paisagens florestais baseia-se numa lógica de mosaicos diversificados que integram áreas de produção, zonas de conservação e infraestruturas ecológicas. Este modelo de ordenamento territorial permite reduzir a carga de material combustível, reforçar a conectividade ecológica entre habitats e aumentar a capacidade de resposta dos ecossistemas a perturbações naturais, incluindo incêndios florestais.

A gestão das áreas florestais integra igualmente práticas de proteção integrada, coordenadas pelas equipas de sanidade florestal, incluindo a implementação de métodos de controlo biológico de pragas. Estas práticas contribuem para reduzir a necessidade de utilização de produtos químicos, limitando potenciais impactos sobre o solo, os recursos hídricos e a biodiversidade associada aos ecossistemas florestais.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

As intervenções de gestão incluem ainda operações de ordenamento e manutenção da vegetação, planeamento das operações florestais e ações de recuperação ecológica em áreas afetadas por incêndios. Neste contexto, a prevenção e o combate aos incêndios florestais constituem uma dimensão estruturante da gestão florestal do Grupo.

A gestão florestal é suportada por um sistema de inventário florestal contínuo, que integra medições de crescimento, produtividade, vigor e condições edáficas das áreas sob gestão. Esta ferramenta permite acompanhar a evolução dos povoamentos florestais e apoiar decisões de gestão baseadas em informação técnica e científica.

Vigilância e combate a incêndios rurais pela Afocelca	
Tipo de ação: Gestão e prevenção	
Hierarquia de mitigação: Evitar e Minimizar	
IROs materiais:	
- Risco associado ao aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos, incluindo incêndios florestais - Redução da vulnerabilidade ecológica das áreas florestais através de boas práticas de gestão florestal	
Objetivo da ação: Assegurar um dispositivo de prevenção, vigilância e combate, coordenado com a Autoridade Nacional de Proteção Civil	
Monitorização:	
- Alertas de incêndio rural % de intervenções com meios da Afocelca % de ocorrências sem dano	
Contributo para as metas de biodiversidade: -	

A Afocelca assegura um robusto dispositivo de prevenção, vigilância e combate, coordenado com a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Este dispositivo inclui meios especializados como equipas de combate terrestre, helicópteros, unidades de vigilância, supervisores e uma central operacional dedicada, garantindo uma resposta ágil e eficaz aos incêndios rurais.

Este modelo setorial distingue-se como exemplo de boas práticas, reduzindo impactos ecológicos e salvaguardando habitats.

Os incêndios rurais são uma realidade global, com relevância em Portugal, sendo potencialmente causadores de elevados prejuízos ambientais, económicos e sociais, especialmente no atual contexto de alteração climática e o êxodo dos espaços rurais. Consciente desta realidade, a Altri gere este tema em duas frentes essenciais: prevenção e combate. Se na prevenção, a Altri conta essencialmente com a sua gestão florestal ativa, para assegurar o combate, a Altri detém uma participação na Afocelca, uma empresa com uma estrutura operacional especializada na prevenção e combate de incêndios. Esta coordenação cria ligações sólidas entre o público e o privado, entre a floresta e a proteção civil, e entre a tradição e a vanguarda.

O desempenho das ações de prevenção e combate a incêndios é acompanhado através de um conjunto de indicadores operacionais associados à atividade da Afocelca. Em 2025, a Afocelca recebeu 4881 alertas de incêndio rural, 67% com intervenção dos meios da Afocelca e 33% de ocorrências sem perigo.

Em 2025, a Afocelca realizou ações e formou elementos nas várias temáticas formativas relacionadas com a integração no Dispositivo de Proteção Afocelca, dando continuidade a um trabalho conjunto, pelo futuro da floresta.

Além do trabalho desenvolvido no combate a incêndios, a Altri também procede ao restauro de zonas atingidas pelos incêndios, com a recuperação de áreas de eucalipto e de conservação após a ocorrência de eventos, reduzindo o seu abandono e promovendo a sua produção, rentabilizando as explorações dos proprietários florestais.

Com a iniciativa Altri Bonds 50, a Altri Florestal criou um sistema de recolha de biomassa florestal residual e agrícola, através de protocolos de colaboração com os municípios de Penacova, Pombal e Cantanhede. Através da valorização da biomassa residual florestal, este programa inovador propõe-se a diminuir os riscos de incêndios, sendo um reflexo de entreajuda e ligação entre a indústria, a fileira florestal e as comunidades destas zonas.

A Altri assinou o Acordo de Colaboração para a Rede Intermunicipal de Contentores para Resíduos Florestais e Agrícolas em Mortágua. Com este projeto, pretende-se valorizar a biomassa residual numa perspetiva de economia circular e implementar métodos alternativos às queimas de sobrantes.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Avaliação de impacto prévia nas operações e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos

Tipo de ação: Gestão e prevenção

Hierarquia de mitigação: Evitar

IROs materiais:

- Impactos das atividades de gestão florestal sobre ecossistemas aquáticos e serviços de água doce
- Impactos das práticas de gestão florestal na qualidade e fertilidade dos solos

Objetivo da ação: Prevenir impactos ambientais associados às operações florestais e à aplicação de produtos fitofarmacêuticos, assegurando a proteção dos recursos hídricos e dos solos

Monitorização: Monitorização integrada nos processos de avaliação e planeamento das operações florestais

Contributo para as metas de biodiversidade: -

A política florestal da Altri prevê a minimização de riscos associados a operações, tecnologias e matérias-primas, bem como a adoção das melhores técnicas disponíveis para proteção do ambiente, incluindo a prevenção de contaminação dos recursos hídricos durante a aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Também no âmbito da sua estratégia de biodiversidade, a Altri assegura que áreas sensíveis como linhas de água, ribeiras e zonas ripícolas são consideradas em avaliações prévias, reduzindo riscos sobre ecossistemas aquáticos.

Vistorias de controlo ambiental

Tipo de ação: Gestão e prevenção

Hierarquia de mitigação: Evitar, restaurar/reabilitar e compensar

IROs materiais:

- Impactos das atividades de gestão florestal sobre ecossistemas aquáticos e serviços de água doce;
- Impactos das práticas de gestão florestal na qualidade e fertilidade dos solos

Objetivo da ação: Prevenir impactos ambientais negativos associados às operações florestais

Monitorização: Realizada no âmbito das verificações ambientais associadas às operações florestais

Contributo para as metas de biodiversidade: -

No âmbito da gestão florestal sustentável e do cumprimento dos requisitos de certificação aplicáveis, a Altri realiza vistorias de controlo ambiental associadas às operações florestais.

As operações florestais incluem verificações ambientais que permitem avaliar potenciais impactos negativos para o solo e para os recursos hídricos, implementando correções imediatas quando necessário. Estas vistorias garantem a conformidade com requisitos de certificação florestal e critérios de boas práticas florestais.

Capacitação técnica e melhoria contínua da gestão

Tipo de ação: Gestão e prevenção

Hierarquia de mitigação: Evitar

IROs materiais:

- Vulnerabilidade das plantações florestais regulares e de baixa diversidade estrutural
- Impactos das práticas de gestão florestal na qualidade e fertilidade dos solos

Objetivo da ação: Reforçar as competências técnicas das equipas operacionais e promover a aplicação consistente de boas práticas de gestão florestal sustentável

Monitorização: Número de ações de formação realizadas

Contributo para as metas de biodiversidade: -

A Altri promove a capacitação contínua das equipas operacionais próprias e de prestadores de serviços, assegurando formação regular em boas práticas de gestão ambiental. Estas ações incluem temas como a proteção dos recursos hídricos, o uso responsável de produtos fitofarmacêuticos e a adoção de procedimentos de prevenção de contaminação durante a execução das operações florestais.

Paralelamente, a gestão das propriedades florestais é apoiada por equipas técnicas altamente qualificadas, com experiência multidisciplinar em áreas como silvicultura, sistemas de informação geográfica e sanidade florestal. Estas equipas asseguram o planeamento, acompanhamento e execução das intervenções no terreno, contribuindo para elevar o nível técnico da gestão aplicada e para reforçar simultaneamente o valor económico e ecológico das áreas florestais.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conservar e restaurar ecossistemas de alto valor de conservação

Tipo de ação: Conservação e restauro da biodiversidade

Hierarquia de mitigação: Restaurar / Reabilitar

IROs materiais:

- Expansão da gestão de áreas de conservação e da rede de estações de biodiversidade
- Fragmentação de habitats associada a operações de gestão florestal

Objetivo da ação: Duplicar a área de conservação sob gestão

Monitorização:

- Área de conservação (ha/ano);
- Área de conservação (ha/ano/habitat)

Contributo para as metas de biodiversidade: Duplicar a área de conservação em 10 anos

No âmbito do programa Altri Diversity, o Grupo trabalha na conservação e restauro dos ecossistemas de alto valor de conservação nas suas áreas ou nas áreas envolventes, normalmente com parcerias ou protocolos com organizações locais e regionais de conservação da natureza. Até 2025, os projetos desenvolvidos que contribuíram diretamente para a conservação e restauro dos valores naturais, foram:



Restauro de habitats através da plantação e reforço de áreas de elevado valor de conservação em Monchique, no âmbito do projeto **Renature Monchique**, em parceria com o GEOTA.



Parceria com Montis (propriedades Costa Baceiro e Vieiro) - Implementação do acordo de gestão das áreas de conservação para o **restauro e renaturalização de habitats** de galerias ripícolas e habitats de montanha.



Projeto de identificação e conservação in-situ e ex-situ da flora com grau de ameaça na Região Oeste (Óbidos). Iniciativa integrada na Agenda tranForm (PRR) coordenada pela Altri Florestal.

Parceria com Associação Cabeço Santo no **restauro e erradicação** de invasoras lenhosas no corredor ecológico da Ribeira de Belazaima.



Parceria com a WWF Portugal no projeto Plantar Água para restaurar habitats na Ribeira da Foupiana e seus afluentes, na Serra do Caldeirão.

Realização de estudo integrado sobre habitats e espécies do Corredor ecológico da Ribeira de Alferreira (Gavião/Nisa) com a Faculdade de Ciências (UL) e o Instituto Politécnico de Santarém.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Projetos de proteção de avifauna

Tipo de ação:	Conservação e restauro da biodiversidade
Hierarquia de mitigação:	Restaurar / Reabilitar
IROs materiais:	- Expansão da gestão de áreas de conservação e da rede de estações de biodiversidade - Fragmentação de habitats associada a operações de gestão florestal
Objetivo da ação:	Promover a proteção de espécies de avifauna e reforçar a conservação dos habitats associados
Monitorização:	- número de projetos de proteção de avifauna implementados - monitorização de populações de espécies
Contributo para as metas de biodiversidade:	Manutenção e melhoria da conservação de habitats e espécies

Produção e plantação de espécies autóctones

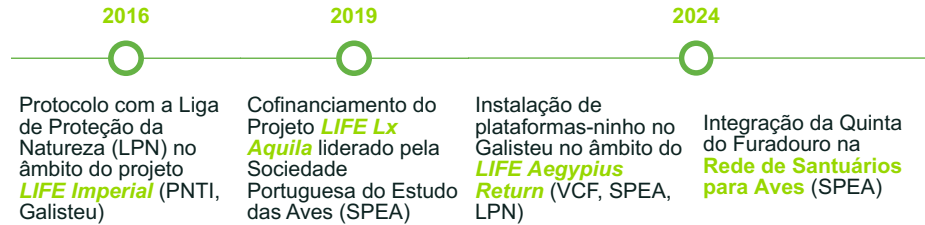
Tipo de ação:	Conservação e restauro da biodiversidade
Hierarquia de mitigação:	Restaurar / Reabilitar
IROs materiais:	- Expansão da gestão de áreas de conservação e da rede de estações de biodiversidade - Melhoria da qualidade dos solos através de boas práticas de gestão florestal
Objetivo da ação:	Produzir e plantar um milhão de plantas autóctones
Monitorização:	- Número de plantas autóctones plantadas/ano - Área plantada (ha)
Contributo para as metas de biodiversidade:	Produzir e plantar no mínimo 1 milhão de plantas autóctones em 10 anos

Desde 2016, a Altri participa em projetos de conservação de avifauna em parceria com diversas organizações científicas e ambientais.

Entre estes projetos destacam-se iniciativas desenvolvidas no âmbito dos programas:

- LIFE Aegypius Return; e
- Rede de Santuários para Aves

Estas iniciativas incluem monitorização de espécies, instalação de plataformas-ninho e recuperação de habitats adequados para espécies protegidas.



A Altri promove a produção e disponibilização de espécies florestais autóctones através dos Viveiros do Furadouro, contribuindo para projetos de restauro ecológico e para o reforço da diversidade biológica nas paisagens florestais.

No cumprimento deste objetivo, até ao final de 2025, já foram produzidas e vendidas mais de 1 milhão de plantas autóctones, incluindo espécies como medronheiro, sobreiro, azinheira, carvalho-roble, carvalho-cerquinho, carvalho-negral, carvalho-de-monchique, freixo, bétula e pinheiro-manso. Estas espécies são utilizadas em iniciativas de restauro ecológico, recuperação de habitats e valorização ambiental das áreas florestais.





A Altri tem uma parceria com a associação Zero para a produção de plantas autóctones a partir de sementes fornecidas pela associação para projetos de restauração ecológica, nomeadamente: alfenheiro, aroeira, tamargueira, lentisco, carvalhos, zimbros, entre outras espécies.

Proteção de áreas sensíveis e conservação ativa

Tipo de ação: Conservação e restauro da biodiversidade

Hierarquia de mitigação: Evitar

IROs materiais:

- Impactos positivos das áreas de conservação e estações de biodiversidade na integridade dos ecossistemas

Objetivo da ação: Alargar a rede até 15 de estações de biodiversidade e biospots até 2030

Monitorização:

- número de estações de biodiversidade;
- número de biospots/ano

Contributo para as metas de biodiversidade:

- Desenvolver 13 estações de biodiversidade e biospots;
- Duplicar a área de conservação em 10 anos

A Altri tem vindo a desenvolver uma rede de Estações de Biodiversidade (EBIO) e Biospots, que funcionam como áreas de observação e monitorização ecológica.

Trata-se de um conceito promovido pela associação TAGIS – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal, que consiste em áreas de alto valor de conservação onde os visitantes são convidados a percorrer, a interpretar e monitorizar.

Para além da sua função de sensibilização e valorização do património natural, as estações de biodiversidade funcionam também como plataformas de monitorização ecológica, permitindo recolher indicadores sobre espécies, habitats e processos ecológicos associados às áreas sob gestão. A informação recolhida nestas estações contribui para os programas de monitorização da biodiversidade desenvolvidos pelo Grupo.

O Grupo tem o objetivo de alargar esta rede até 15 de estações de biodiversidade e biospots até 2030. Até 2025 foram instaladas 9 estações de biodiversidade e biospots.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

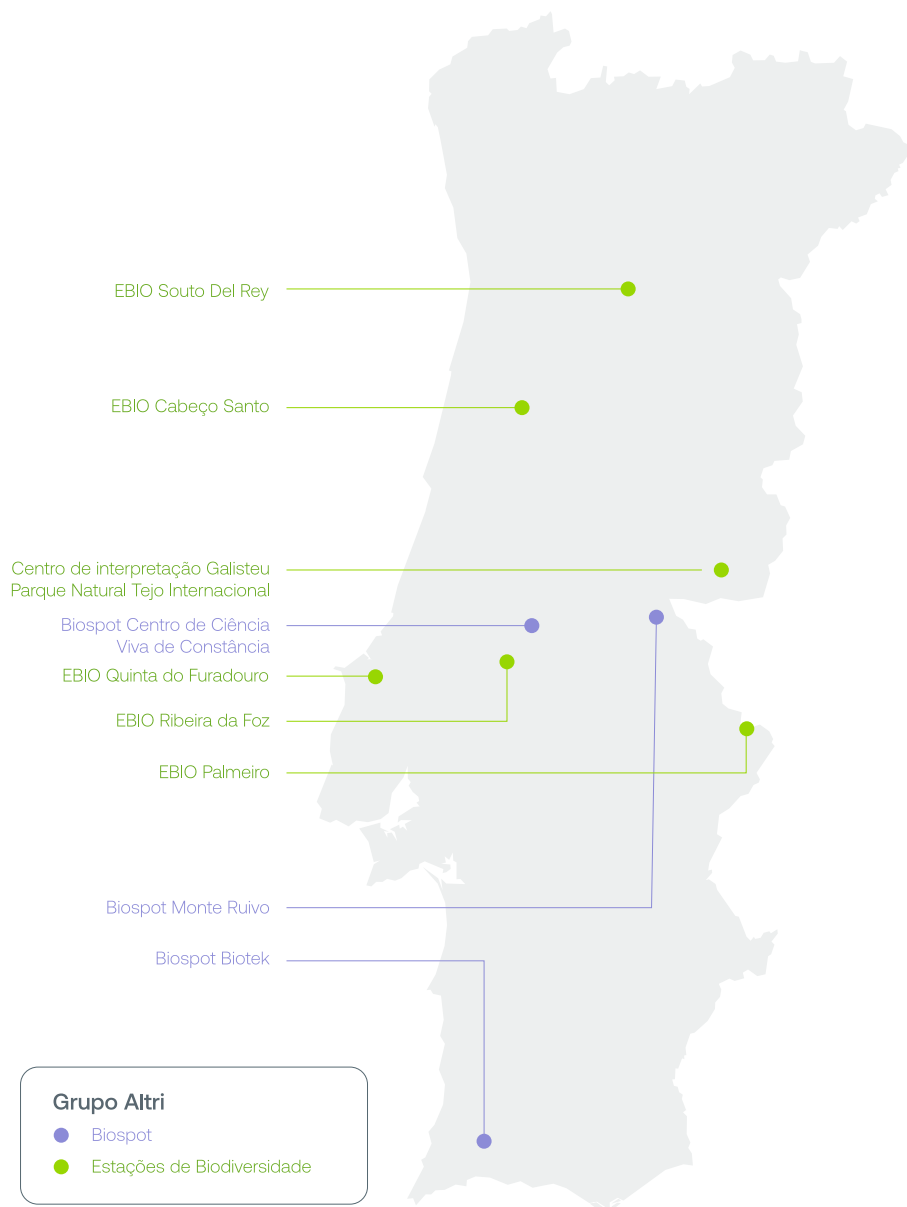
3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

A localização das estações de biodiversidade e biospots sob gestão da Altri encontram-se representadas no seguinte mapa:



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Transformação de áreas abandonadas em florestas produtivas e resilientes

Tipo de ação: Gestão da paisagem e valorização territorial

Hierarquia de mitigação: Restaurar / Reabilitar

IROs materiais:

- Gestão profissional de áreas florestais atualmente sem gestão ativa
- Risco associado ao aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos, incluindo incêndios florestais

Objetivo da ação: Promover a gestão sustentável de áreas florestais sem gestão ativa, aumentando a sua produtividade, resiliência ecológica e contributo para a prevenção de incêndios

Monitorização: -

Contributo para as metas de biodiversidade: -

A Altri promove a integração de áreas florestais atualmente sem gestão ativa em modelos de gestão florestal sustentável, contribuindo para a valorização produtiva e ecológica destes territórios.

A intervenção nestas áreas permite reduzir a carga de material combustível, reorganizar o mosaico florestal e aumentar a produtividade das propriedades, promovendo simultaneamente práticas de conservação da natureza, nomeadamente através da preservação de espécies autóctones e da proteção de zonas de elevado valor ecológico.

Integração de atividades económicas com a gestão florestal

Tipo de ação: Gestão da paisagem e valorização territorial

Hierarquia de mitigação: Minimizar

IROs materiais:

- Dependência de recursos naturais e impactos nos serviços ecossistémicos

Objetivo da ação: Promover atividades económicas compatíveis com a conservação da biodiversidade e com a gestão sustentável das paisagens florestais

Monitorização: Nº de projetos por ano

Contributo para as metas de biodiversidade: -

O Grupo Altri promove a integração de outras atividades de valor com a Gestão Florestal. Até à atualidade, o Grupo desenvolveu projetos, como:

- Disponibilização de áreas para pastoreio e realização de contratos de comodato com pastores locais;
- Projeto piloto Caprinus & Companhia para gestão de material combustível com cabras (Belver);



- Produção própria de mel de eucalipto certificado FSC® e PEFC desenvolvimento de apiários monitorizados com aplicação das melhores técnicas;
- Apoio a apicultores com a disponibilização de áreas para produção e com a demonstração das melhores técnicas.



1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

- Parceria com o Jardim Zoológico de Lisboa focada na alimentação sustentável dos coalas atuais e futuros.
- Criação de um novo arboreto para garantir, a médio prazo, diversidade alimentar para a nutrição dos coalas.



Estudos em cooperação com a academia sobre o estado ecológico dos ecossistemas aquáticos

Tipo de ação: Investigação, inovação e cooperação científica

Hierarquia de mitigação: Evitar

IROs materiais:

- Impactos das atividades de gestão florestal sobre ecossistemas aquáticos e serviços de água doce

Objetivo da ação: Reforçar o conhecimento científico sobre o estado ecológico dos ecossistemas aquáticos associados às áreas florestais sob gestão

Monitorização: N.º de espécies e habitats com estatuto de conservação nas áreas sob gestão

Contributo para as metas de biodiversidade: Melhoria do conhecimento do número e distribuição de habitats e espécies de fauna e flora

A Altri desenvolve iniciativas de investigação aplicada em colaboração com instituições académicas e centros de investigação. Estas parcerias contribuem para o desenvolvimento e teste de técnicas de restauro ecológico, controlo de espécies invasoras e aprofundamento do conhecimento sobre espécies e habitats florestais sensíveis, reforçando a base científica da gestão adaptativa nas áreas de conservação.

No âmbito destas colaborações, são também realizados estudos sobre o estado ecológico das principais ribeiras localizadas nas áreas sob gestão florestal. A informação gerada por estes trabalhos contribui para o acompanhamento da biodiversidade e para a melhoria contínua das práticas de gestão aplicadas às propriedades florestais.

Controlo biológico de pragas

Tipo de ação: Investigação, inovação e cooperação científica

Hierarquia de mitigação: Minimizar

IROs materiais:

- Vulnerabilidade das plantações florestais regulares e de baixa diversidade estrutural
- Impactos das práticas de gestão florestal na qualidade e fertilidade dos solos

Objetivo da ação: Reduzir a incidência de pragas florestais através de métodos de controlo biológico, minimizando a necessidade de utilização de produtos químicos

Monitorização: N.º de agentes de controlo biológico libertados nas áreas sob gestão; Medição do impacto económico da redução da incidência de pragas florestais

Contributo para as metas de biodiversidade: Redução da utilização de pesticidas

A gestão das áreas florestais da Altri integra práticas de proteção integrada, coordenadas pela equipa de Sanidade Florestal, com o objetivo de prevenir e controlar a ocorrência de pragas de forma sustentável.

Neste contexto, são aplicados métodos de controlo biológico que permitem reduzir o recurso a pesticidas, diminuindo a probabilidade de contaminação da água e mitigando impactos indiretos sobre a fauna aquática e outros componentes dos ecossistemas florestais.

Investigação e desenvolvimento de materiais genéticos mais resistentes

Tipo de ação: Investigação, inovação e cooperação científica

Hierarquia de mitigação: Evitar

IROs materiais:

- Vulnerabilidade das plantações florestais regulares e de baixa diversidade estrutural
- Risco associado ao aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos, incluindo incêndios florestais

Objetivo da ação: Desenvolver materiais genéticos mais resilientes a pragas, doenças e condições climáticas adversas

Monitorização: Medição da produtividade dos materiais genéticos nas diferentes condições edafoclimáticas

Contributo para as metas de biodiversidade: -

A Altri investe de forma contínua em investigação aplicada e inovação florestal, incluindo a caracterização e desenvolvimento de materiais genéticos mais resistentes a fatores bióticos e abióticos (pragas, doenças, temperaturas extremas, défice hídrico). Esta investigação abrange ensaios de campo, fenologia, avaliação de produtividade, análise de solos e uso de ferramentas avançadas como deteção remota e geoestatística.

Este trabalho constitui um eixo fundamental de adaptação às alterações climáticas ao permitir selecionar e promover árvores mais resilientes.

Apoio a programas e medidas promovidas pela Biond

Tipo de ação: Investigação, inovação e cooperação científica

Hierarquia de mitigação: Evitar

IROs materiais:

- Gestão profissional de áreas florestais atualmente sem gestão ativa

Objetivo da ação: Promover a inovação e a melhoria da produtividade florestal através da participação em iniciativas coletivas de desenvolvimento do setor

Monitorização: Área florestal (ha) intervencionada pelos programas Biond

Contributo para as metas de biodiversidade: -

A Altri participa e apoia iniciativas coletivas de desenvolvimento do setor florestal através da Biond — associação que representa as bioindústrias de base florestal em Portugal. No âmbito desta colaboração, o Grupo contribui para a implementação de programas operacionais orientados para a melhoria da produtividade florestal, o reforço da gestão ativa das propriedades e o apoio técnico aos proprietários florestais.

Os resultados destes programas evidenciam impactos relevantes no setor, incluindo um aumento médio da produtividade florestal de cerca de 23%, a intervenção em aproximadamente 100.000 hectares e o apoio direto a cerca de 11.500 proprietários florestais. Estas iniciativas contribuem para a redução de riscos associados à gestão florestal e para o aumento da disponibilidade futura de madeira no mercado.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Agenda transForm — inovação e transformação do setor florestal

Tipo de ação: Investigação, inovação e cooperação científica

Hierarquia de mitigação: Evitar

IROs materiais:

- Vulnerabilidade das plantações florestais regulares e de baixa diversidade estrutural
- Risco associado ao aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos, incluindo incêndios florestais

Objetivo da ação: Promover a transformação tecnológica e sustentável da cadeia de valor florestal através de projetos colaborativos de inovação

Monitorização:

Contributo para as metas de biodiversidade: -

O transForm é um projeto do setor florestal direcionado para a transição digital, resiliência energética e neutralidade carbónica. Liderado pela Altri Florestal e sob a coordenação técnico-científica do CoLAB ForestWISE®, o transForm integra um consórcio de 56 parceiros num esforço sem precedentes de cooperação setorial. Esta agenda foi criada no âmbito da Componente 5 (C5) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visa a Capitalização e Inovação Empresarial, no contexto de sistemas de incentivos.



Objetivos Gerais:

- ▶ Inovar nos domínios da circularidade e resiliência nas cadeias de valor florestais;
- ▶ Impulsionar a transformação digital das cadeias de valor florestais;
- ▶ Reforçar o papel das florestas para a meta da neutralidade carbónica.

A implementação da Agenda transForm decorre até junho de 2026, mobilizando fundos públicos e privados num investimento total previsto de cerca de 129,3 M€, entre investimento produtivo, I&D, inovação, qualificação, internacionalização, divulgação e formação.

Esta Agenda pretende desencadear uma transformação estrutural do setor florestal português, intervindo de forma concertada em toda a cadeia de valor. Com seis eixos de atuação, materializa-se em trinta projetos colaborativos, que irão contribuir com 11 novos biomateriais e produtos, processos eco-eficientes e serviços especializados.

Recursos afetos à gestão de impactos materiais

As ações relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas são implementadas no âmbito da atividade operacional corrente e de programas transversais de gestão ambiental e florestal. Não existem, à data, planos de ação autónomos com orçamentação segregada exclusivamente dedicada à biodiversidade.

Os recursos financeiros associados encontram-se integrados nas rubricas operacionais relevantes das demonstrações financeiras, refletindo-se em despesas correntes (OpEx) e, quando aplicável, em investimentos em ativos (CapEx), registados nos centros de custo das áreas responsáveis.

No que respeita aos investimentos de capital, e em alinhamento com a Taxonomia da União Europeia, o Grupo registou, em 2025, adições de CapEx elegíveis e alinhadas no montante de aproximadamente 19,3 M€, associadas a atividades de gestão florestal sustentável. Estes investimentos incluem intervenções de conservação, restauro e valorização dos ecossistemas florestais, bem como o desenvolvimento de parcerias e iniciativas integradas



de gestão da paisagem, com impacto positivo na biodiversidade e nos serviços dos ecossistemas.

Estes investimentos encontram-se diretamente relacionados com a implementação de práticas de gestão florestal responsáveis, contribuindo para a proteção da biodiversidade, a resiliência dos ecossistemas e a mitigação de riscos associados a incêndios, pragas e alterações climáticas.

A capacidade de implementação das ações não depende de condições prévias externas específicas, estando condicionada essencialmente à disponibilidade de recursos internos, à articulação entre áreas funcionais e ao planeamento operacional anual.

Ações futuras

As ações planeadas para o futuro no domínio da biodiversidade e dos ecossistemas assentam na continuidade, consolidação e reforço progressivo das abordagens e práticas já adotadas, em alinhamento com os compromissos de gestão florestal sustentável da empresa. Estas iniciativas têm natureza prospetiva e refletem a integração transversal das considerações de biodiversidade nos processos de planeamento, gestão ambiental e gestão florestal.

Entre as principais iniciativas previstas destacam-se as seguintes:

Continuidade e reforço da integração da biodiversidade na gestão florestal e ambiental

- ▶ **Objetivo:** Consolidar práticas de gestão florestal sustentável e de proteção da biodiversidade, reforçando a prevenção, mitigação e recuperação de impactos.
- ▶ **Ligação às políticas e metas:** Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira; metas ambientais associadas aos temas materiais identificados.
- ▶ **Calendário previsto:** Implementação contínua no médio e longo prazo, integrada nos ciclos anuais de planeamento.

- ▶ **Resultados esperados:** Manutenção ou melhoria do estado de conservação dos ecossistemas; reforço da conformidade legal e de certificação; melhoria do conhecimento e monitorização da biodiversidade.
- ▶ **Recursos necessários:** Recursos financeiros e humanos integrados nas estruturas operacionais existentes; eventual recurso a serviços técnicos especializados.
- ▶ **Dependências relevantes:** Evolução do enquadramento regulamentar; disponibilidade de recursos internos; resultados de avaliações ambientais e de materialidade futuras.

Reforço progressivo da monitorização e do conhecimento sobre biodiversidade

- ▶ **Objetivo:** Melhorar a base de informação e monitorização relacionada com habitats e espécies relevantes.
- ▶ **Ligação às políticas e metas:** Estratégia de Conservação e Biodiversidade (Altri Diversity); Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira; compromissos de melhoria contínua da gestão ambiental.
- ▶ **Calendário previsto:** Implementação faseada, sujeita a prioridades operacionais.
- ▶ **Resultados esperados:** Melhor suporte à tomada de decisão; maior robustez do reporte futuro.
- ▶ **Recursos necessários:** OpEx integrado (monitorização, estudos técnicos); envolvimento de equipas internas e, quando necessário, entidades externas.
- ▶ **Dependências relevantes:** Disponibilidade de dados, evolução de requisitos técnicos e regulamentares.

As ações futuras contribuem para os objetivos políticos da empresa relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas, nomeadamente:

- ▶ a prevenção e minimização de impactos negativos sobre habitats e espécies;
- ▶ a manutenção e melhoria do estado de conservação dos ecossistemas nas áreas de influência das operações;
- ▶ o reforço da integração da biodiversidade na tomada de decisão operacional;
- ▶ o alinhamento contínuo com requisitos legais, regulamentares e de certificação aplicáveis.

Recursos financeiros futuros para a implementação das ações planeadas

À data, não se encontram definidos montantes financeiros futuros segregados especificamente associados a ações-chave ou planos de ação autónomos em matéria de biodiversidade e ecossistemas.

As ações planeadas para o futuro serão implementadas no âmbito dos orçamentos operacionais e de investimento regulares, em função:

- ▶ da evolução do contexto operacional;
- ▶ da identificação de novos riscos ou oportunidades no âmbito da biodiversidade;
- ▶ de alterações regulamentares ou de requisitos de licenciamento;
- ▶ de prioridades definidas nos ciclos anuais de planeamento e orçamentação.

Metas

(E4-4)

A estratégia de biodiversidade da Altri encontra-se enquadrada no programa Altri Diversity, que estabelece objetivos e iniciativas orientadas para a promoção da biodiversidade, a valorização dos serviços ecossistémicos e a conservação dos valores naturais presentes nas áreas sob gestão.

No âmbito deste programa, a Altri definiu um conjunto de metas estratégicas de biodiversidade com horizonte temporal até 2030, incluindo objetivos relacionados com a expansão das áreas de conservação, o restauro ecológico, o reforço da monitorização da biodiversidade e a promoção de práticas sustentáveis ao longo da cadeia de valor.

Estas metas encontram-se igualmente alinhadas com os compromissos assumidos pela empresa no âmbito da iniciativa Act4nature, sendo acompanhadas através de um conjunto de indicadores de desempenho específicos. O desempenho dos onze indicadores de acompanhamento associados a estes compromissos é apresentado na tabela do [Anexo G. Acompanhamento Act4nature](#).

As principais metas associadas à estratégia de biodiversidade da Altri são seguintes.

Duplicar a área de conservação em 10 anos

A Altri estabeleceu o objetivo de atingir 16 000 ha de áreas de conservação sob gestão, com a presença de altos valores de conservação, habitats ou em áreas críticas para proteção de espécies ameaçadas, até o ano de 2030. Neste momento está a 4000 ha desse objetivo.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



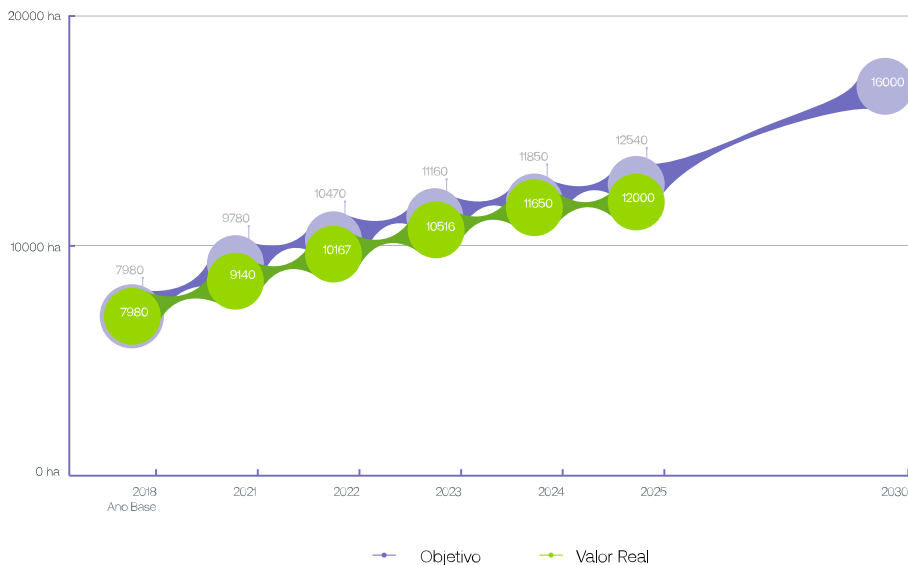
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Área de Conservação Natural sob Gestão

- Progresso face ao ano base: 50%
- Progresso face ao objetivo anual: 88%
- Objetivo anual: 12 540 ha



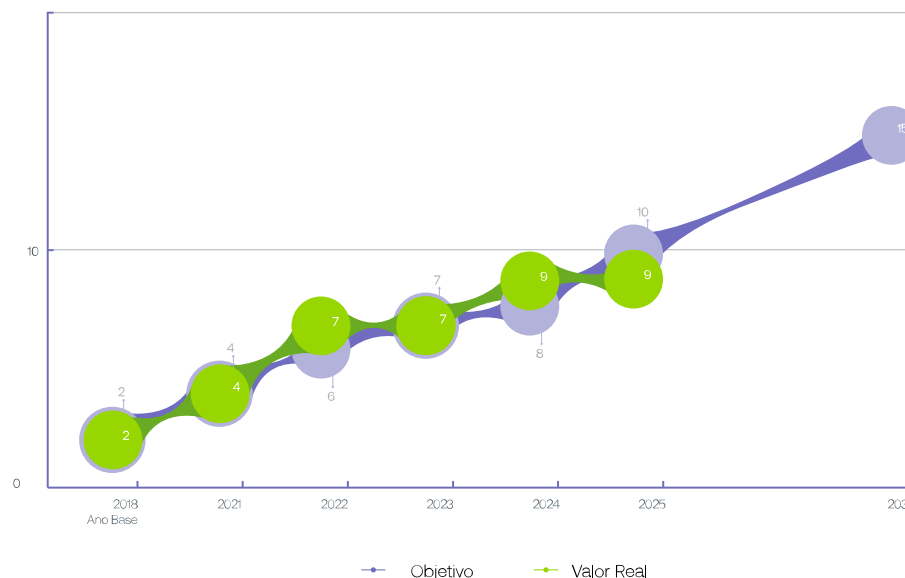
Alargar a rede até 15 de estações de biodiversidade e biospots até 2030

A Altri tem vindo a desenvolver uma rede de Estações de Biodiversidade (EBIO) e biospots, que funcionam como áreas de estudo e monitorização ecológica.

O Grupo tem o objetivo de alargar esta rede até 15 estações de biodiversidade e biospots até 2030. Em 2025 o Grupo tinha sob sua gestão 9 estações e biospots, estando-se à distância de 6 estações do objetivo.

Estações de biodiversidade e biospots

- Progresso face ao ano base: 54%
- Progresso face ao objetivo anual: 88%
- Objetivo anual: 10



Produzir e plantar 1 milhão de plantas autóctones em 10 anos

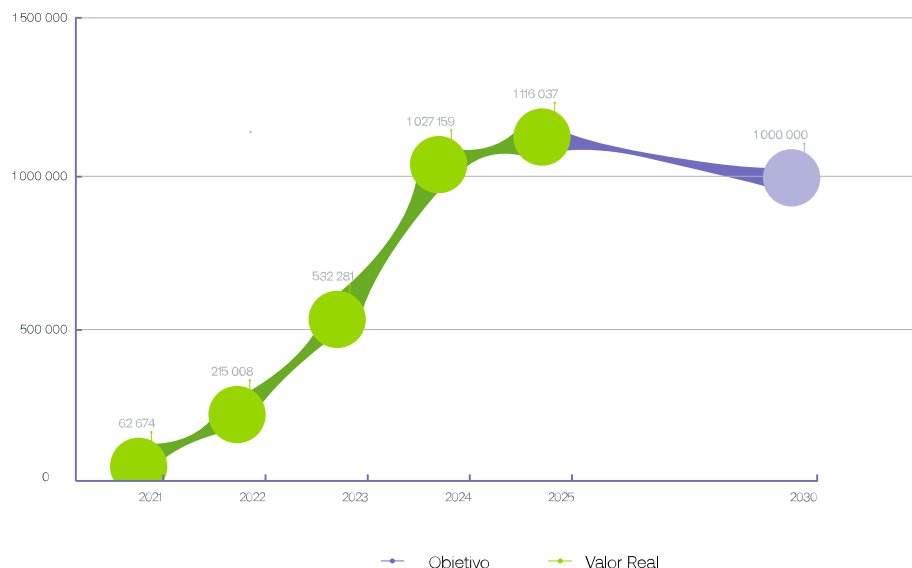
A Altri promove a produção e disponibiliza espécies florestais autóctones através dos Viveiros do Furadouro, contribuindo para projetos de restauro ecológico e para o reforço da diversidade biológica nas paisagens florestais.

No cumprimento deste objetivo, até ao final de 2025, já foram produzidas e vendidas mais de 1 milhão de plantas autóctones, incluindo espécies como medronheiro, sobreiro, azinheira, carvalho-robele, carvalho-cerquinho, carvalho-negral, carvalho-de-monchique, freixo, bétula e pinheiro-manso.



Estas espécies são utilizadas em iniciativas de restauro ecológico, recuperação de habitats e valorização ambiental das áreas florestais.

Número de Plantas Produzidas e Plantadas



Aumentar o consumo de madeira de origens certificadas nas unidades industriais da Altri

A Altri definiu como meta atingir, até 2030, um consumo de pelo menos 80% de madeira proveniente de origens certificadas. Em 2025, este objetivo foi já alcançado, refletindo os esforços desenvolvidos pelo Grupo na promoção de práticas de abastecimento responsáveis. Não obstante a concretização anual antecipada desta meta, a Altri manterá o seu compromisso de continuar a reforçar progressivamente o recurso a madeira de origens certificadas, consolidando práticas de aprovisionamento alinhadas com os princípios de gestão florestal sustentável.

Consumo de madeira certificada



A Altri estabeleceu também metas intermédias para acompanhar o progresso até 2030, permitindo monitorizar a evolução dos principais indicadores associados à estratégia de biodiversidade.

O acompanhamento destas metas intermédias permite avaliar o progresso face aos objetivos definidos e apoiar a tomada de decisão no âmbito da gestão florestal sustentável.

Indicador	Meta Intermédia	Ano	Progresso face à meta intermédia
Desenvolver 13 estações de biodiversidade e biospots	10 estações	2025	88 %
Duplicar a área de conservação em 10 anos	12540 ha	2025	88 %
Aumentar o consumo nas unidades industriais da Altri de madeira de origens certificadas	74 %	2025	135 %

Estas metas têm como âmbito principal as operações próprias da Altri, aplicando-se às áreas florestais sob gestão da empresa em Portugal e Espanha, com exceção da meta relativa ao aumento da proporção de madeira certificada, que inclui igualmente operações a montante na cadeia de abastecimento, nomeadamente na Península Ibérica e na América do Sul.

As metas foram definidas com base na análise dos impactos, dependências, riscos e oportunidades identificados no processo de dupla materialidade, bem como nas orientações da iniciativa Act4nature. Estas metas encontram-se alinhadas com iniciativas internacionais de conservação da biodiversidade, incluindo os princípios da Act4nature e os objetivos da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2030.

A definição destas metas considerou também os contributos de diferentes partes interessadas no âmbito das iniciativas de sustentabilidade e dos processos de certificação florestal.

O progresso face às metas é acompanhado através de indicadores operacionais monitorizados no âmbito dos sistemas de gestão florestal sustentável e dos programas de certificação.

Importa referir que o Grupo Altri não utilizou compensações de biodiversidade na definição das suas metas, privilegiando a implementação direta de medidas de prevenção, mitigação e restauro ecológico nas áreas sob gestão. A

concretização destas ações é suportada pelas ações operacionais descritas na secção E4-3.

Métricas

(E4-5)

Monitorização da Biodiversidade e dos Ecossistemas

A Altri monitoriza de forma contínua o estado ecológico das áreas florestais sob gestão, incluindo alterações do uso do solo, através de sistemas de informação geográfica e de programas de monitorização ambiental que permitem acompanhar a evolução dos ecossistemas e avaliar a eficácia das práticas de gestão. A monitorização abrange as áreas florestais sob gestão da Altri em Portugal e Espanha e integra informação cartográfica detalhada que permite acompanhar a evolução do uso do solo nas unidades de gestão florestal.

Os sistemas de monitorização utilizados pelo Grupo incluem inventários florestais periódicos e um inventário florestal contínuo que integra parâmetros dendrométricos, bem como a avaliação da sanidade e da vitalidade das florestas, permitindo detetar precocemente stress hídrico, pragas, doenças e outros fatores que possam comprometer a disponibilidade futura de madeira. A monitorização das florestas sob gestão integra ainda medições contínuas de produtividade, sanidade, vigor e crescimento das árvores, recorrendo a ferramentas de campo, VANT, análises laboratoriais e métodos de geoestatística.

Estes mecanismos são complementados por estações de biodiversidade e biospots instalados nas áreas sob sua gestão, que permitem recolher informação sobre a presença de espécies e indicadores ecológicos associados à qualidade dos habitats. Estas estruturas permitem também acompanhar parâmetros relacionados com os ecossistemas hídricos, bem como a presença de espécies sensíveis que funcionam como bioindicadores da qualidade da água.

Adicionalmente, a Altri desenvolve estudos e projetos de investigação em colaboração com a academia e centros de investigação, incluindo iniciativas

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

destinadas a avaliar o estado ecológico de ecossistemas presentes nas áreas sob gestão, como habitats e ecossistemas aquáticos associados às propriedades florestais, contribuindo para aprofundar o conhecimento científico sobre os ecossistemas florestais e apoiar processos de gestão adaptativa nas áreas sob sua responsabilidade.

A Altri controla todas as suas origens de matéria-prima (madeira) assegurando que não existe conversão de florestas naturais ou outros ecossistemas em plantações florestais. O Sistema de Devida Diligência é suficientemente robusto para detetar qualquer ocorrência, o que permite atuar em conformidade, ou seja, excluir qualquer fonte de matéria-prima com riscos de conversão.

Indicadores de Desempenho e Monitorização Contínua

A Altri recorre a mecanismos de monitorização contínua que permitem avaliar o estado do seu património florestal e medir os resultados das ações implementadas, incluindo:

Entre os principais indicadores utilizados pelo Grupo incluem-se:

- ▶ Área total sob gestão florestal;
- ▶ Indicadores de área com gestão ativa, fundamentais para avaliar a extensão de intervenção e de medidas preventivas em curso;
- ▶ Área ardida, monitorizada anualmente como indicador crítico de risco e impacto;
- ▶ Número de estações de biodiversidade e biospots;
- ▶ Área de conservação e restauro ecológico, refletindo o compromisso com a recuperação ambiental e preservação de habitats especializados, em linha com o reconhecimento de zonas de elevado valor de conservação no património florestal da empresa.
- ▶ Indicadores ecológicos recolhidos através das estações de biodiversidade e dos programas de monitorização de habitats e espécies.

- ▶ Área integrada em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade, incluindo áreas da Rede Natura 2000 e da Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- ▶ Área florestal certificada de acordo com referenciais FSC® e PEFC;
- ▶ Percentagem de madeira adquirida proveniente de origens certificadas;

Estes indicadores permitem acompanhar a evolução da biodiversidade nas áreas sob gestão e avaliar a eficácia das medidas implementadas para reforçar a resiliência dos ecossistemas.

As áreas de conservação são igualmente acompanhadas através de indicadores ecológicos e avaliações periódicas da sua integridade e do estado dos habitats, apoiadas pelas estações de biodiversidade e pela recolha sistemática de dados de campo.

A Altri iniciou em 2025 um projeto de consolidação da base de dados de registos de biodiversidade com o objetivo de calcular o valor natural intrínseco de cada unidade de gestão florestal (propriedade), permitindo estabelecer, com base nesta informação, uma estratégia de conservação e restauro orientada para o reforço da conectividade estrutural e funcional dos ecossistemas no património florestal gerido pela empresa.

Utilização do Solo e Extensão dos Ecossistemas

Entre os compromissos assumidos pelo Grupo incluem-se a proteção e valorização de áreas com elevado valor de conservação, o desenvolvimento de projetos de restauro ecológico, a promoção da diversidade biológica nas áreas florestais e o reforço do conhecimento científico sobre os ecossistemas presentes nas áreas sob gestão.

A monitorização regular dos indicadores ambientais e florestais permite acompanhar o progresso face a estes compromissos e apoiar a melhoria contínua das práticas de gestão florestal sustentável adotadas pelo Grupo.

Com base na informação operacional proveniente dos sistemas de gestão florestal da empresa, a Altri monitoriza um conjunto de indicadores

relacionados com a utilização do solo e a extensão dos ecossistemas presentes nas áreas sob gestão, incluindo:

Métrica	Unidade	2025	2024
Área total sob gestão	ha	102595	100867
Área de conservação	ha	12000	11650
Numero de estações de biodiversidade e biospots	n	9	9

Atualmente, a Altri tem sob sua gestão cerca de 12 000 hectares de área com a função de conservação. Estas áreas incluem zonas classificadas ou sensíveis do ponto de vista da biodiversidade, contribuindo para a conservação de habitats naturais e para a proteção de espécies.

O crescimento anual de área sob gestão, através dos contratos de gestão e programas colaborativos é um indicador fundamental da eficácia da estratégia da Altri. O património florestal já gerido diretamente pela empresa supera os 102 mil hectares, servindo de base para ampliar a gestão ativa em novas áreas.

O contributo dos programas da Biond, com ganhos médios de 23% de produtividade em áreas intervencionadas, funciona como métrica objetiva de melhoria da performance silvícola em áreas que anteriormente não tinham gestão ativa.

Estado das Espécies

A Altri monitoriza igualmente o estado de conservação de espécies de fauna e flora presentes nas áreas florestais sob gestão, com especial foco em espécies ameaçadas ou protegidas. Esta monitorização baseia-se em levantamentos de campo, bem como em registos recolhidos nas Estações de Biodiversidade e biospots existentes nas áreas sob gestão.

As espécies identificadas incluem táxones com estatutos de conservação relevantes a nível nacional ou internacional, classificados de acordo com categorias de ameaça amplamente utilizadas na conservação da biodiversidade (por exemplo, CR – Criticamente em Perigo, EN – Em Perigo, VU – Vulnerável, NT – Quase Ameaçado).

A tabela seguinte apresenta um conjunto de espécies registadas nas áreas sob gestão da Altri, organizadas por grupo taxonómico e respetivo estatuto de conservação.

Classe	Nome científico	Nome comum	Categoria
Anfíbios e répteis	<i>Chioglossa lusitanica</i>	Salamandra -lusitânica	VU
	<i>Emys orbicularis</i>	Cágado-de-carapaça-estriada	EN
	<i>Triturus helveticus</i>	Tritão-palmado	VU
	<i>Neophron percnopterus</i>	Abutre-do-Egito	EN
	<i>Accipiter gentilis</i>	Açor	VU
Aves	<i>Aegypius monachus</i>	Abutre-preto	CR
	<i>Aquila adalberti</i>	Águia-Imperial	CR
	<i>Aquila chrysaetos</i>	Águia-real	EN
	<i>Asio flammeus</i>	Coruja-do-nabal	EN
	<i>Burhinus oedicephalus</i>	Alcaravão	VU
	<i>Caprimulgus europaeus</i>	Noitibó-da-Europa	VU
	<i>Caprimulgus ruficollis</i>	Noitibó-de-nuca-vermelha	VU
	<i>Ciconia nigra</i>	Cegonha-preta	VU
	<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão-caçador	EN
	<i>Falco peregrinus</i>	Falcão-peregrino	VU
	<i>Falco subbuteo</i>	Ógea	VU
	<i>Oenanthe hispanica</i>	Chasco-ruivo	VU
	<i>Platalea leucorodia</i>	Colhereiro	VU
	<i>Coenagrion mercuriale</i>	Libelinha-de-mercúrio	VU
	<i>Euphydryas aurinia</i>	Fritilária-dos-lameiros	VU
Invertebrados	<i>Oxygastra curtisii</i>	Libélula-esmeralda	NT
	<i>Canis lupus</i>	Lobo-ibérico	EN
	<i>Myotis nattereri</i>	Morcego-de-franja	VU

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Classe	Nome científico	Nome comum	Categoria
Peixes	<i>Anguilla anguilla</i>	Enguia-europeia	EN
	<i>Iberochondrostoma lusitanicum</i>	Boga-portuguesa	CR
	<i>Iberochondrostoma lemmingii</i>	Boga-de-boca-arqueada	EN
	<i>Lampetra fluviatilis</i>	Lampreia-de-rio	CR
	<i>Squalius alburnoides</i>	Bordalo	VU
	<i>Squalius pyrenaicus</i>	Escalo do Sul	EN
Flora	<i>Agrostis juressi</i>	Famanco-dos-brejos	VU
	<i>Cheirolophus uliginosus</i>	lava-pé	NT
	<i>Cirsium welwitschii</i>	cardo-dos-brejos	EN
	<i>Dactylorhiza elata</i>	orquídea-dos-brejos	NT
	<i>Drosophyllum lusitanicum</i>	erva-pinheira-orvalhada	VU
	<i>Euphorbia uliginosa</i>	leiteira-dos-brejos	NT
	<i>Genista ancistrocarpa</i>	aliaga-maior	NT
	<i>Rhynchospora modesti-lucenoi</i>	carriço-dos-brejos	VU

Foram registadas 257 espécies de Flora, 224 espécies de Fauna e 32 espécies de Fungos nas 9 Estações de Biodiversidade e Biospots sob gestão da Altri.

Todos os registos de monitorização de biodiversidade são partilhados na plataforma de ciência cidadã Biodiversity4All (iNaturalist), contribuindo para a disponibilização pública de dados sobre biodiversidade e para o reforço do conhecimento científico sobre as espécies presentes nas áreas monitorizadas.

Estado e Funcionamento dos Ecossistemas

A Altri classifica através de cartografia detalhada as áreas com habitats naturais e seminaturais classificados, utilizando as definições e metodologias de classificação da Diretiva Habitats (Rede Natura 2000). O objetivo da classificação e monitorização é a manutenção e melhoria do estado de conservação dos habitats e consequentemente das espécies aí presentes.

A Altri desenvolve também iniciativas conjuntas com universidades e centros de investigação para avaliar o estado ecológico de ecossistemas presentes nas áreas sob gestão, incluindo estudos sobre habitats e ecossistemas aquáticos associados às propriedades florestais.

Habitat_ID	Habitat	Área (ha)
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoetes</i> spp	60,1
3170	*Charcos temporários mediterrânicos	1,5
4020	*Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	3,2
4030	Charnechas secas europeias	1072,4
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.	83,4
5230	*Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>	4,5
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	1237,8
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene	1598,1
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>	2,2
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	24,6
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	21,6
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	4,4
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	7,9
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	104
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	90,2
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	5,6
91E0	*Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)	95,6
91F0	Florestas mistas de <i>Quercus robur</i> , <i>Ulmus laevis</i> , <i>Ulmus minor</i> , <i>Fraxinus excelsior</i> ou <i>Fraxinus angustifolia</i> das margens de grandes rios (<i>Ulmion minoris</i>)	0,8
92A0	Florestas-galeria de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	94,6
92B0	Florestas-galeria junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Salix</i> e outras espécies.	0,6
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)	19
Total Área ha		4531,8

A área total de habitats naturais e seminaturais identificados nas áreas sob gestão da Altri ascende a cerca de 4 532 hectares, correspondendo a



diferentes tipos de habitats florestais, ripícolas e outros ecossistemas naturais associados.

Percentagem de Madeira Adquirida Certificada

Atualmente atingiu 80%, indicador crítico para avaliar o desempenho da cadeia de valor e o cumprimento dos critérios de gestão sustentável pelos fornecedores.

Políticas de Contabilização

Os indicadores apresentados nesta secção são calculados com base em dados operacionais relativos às áreas florestais sob gestão da Altri, bem como em informação proveniente dos sistemas de gestão florestal utilizados pela empresa.

A empresa possui um Sistema de Informação Geográfica próprio, onde mantém atualizada toda a informação relativa às áreas sob sua gestão. A atualização desta cartografia digital é realizada de forma regular com recurso a informação de base rigorosa, incluindo ortofotomapas, levantamentos topográficos com GPS, fotografias obtidas com VANT ou imagens de satélite. Esta informação permite acompanhar a evolução da ocupação do solo, bem como a extensão e distribuição das áreas florestais, de conservação e de monitorização da biodiversidade.

No final de cada ano é realizado um procedimento de fecho de informação devidamente documentado, que assegura que todas as atualizações do período estão refletidas na base de dados, garantindo a consistência e rastreabilidade da informação utilizada no cálculo dos indicadores ambientais e florestais.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ESRS E5 Uso de Recursos e Economia Circular

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização de recursos e economia circular, identificados pelo Grupo Altri no processo de análise de dupla materialidade, encontram-se apresentados na tabela seguinte. Estes resultados refletem a interação entre o modelo de negócio da Altri a utilização de recursos e a economia circular.

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 - Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos						
Depleção de recursos não renováveis.	I	-	R	PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a utilização de recursos e economia circular (E5-1;E5-2;E5-3; E5-4)
Risco de limitação no acesso à madeira (certificada) a preços economicamente viáveis, com impactos pontuais ou duradouros na produção.	R			M	■■■	
Restrições legislativas e políticas mais rigorosas sobre a plantação e exploração de eucaliptos podem reduzir a disponibilidade de madeira no mercado ibérico, pressionando os preços de aquisição e aumentando os custos operacionais.	R			PO	■■■	
Valorização energética de subprodutos, incluindo lamas resultantes do tratamento de efluentes e biogás (metanol produzido no processo de cozimento da madeira) nas caldeiras de biomassa residual e na caldeira de recuperação e no forno da cal, permitindo a redução do consumo de gás natural e de biomassa residual.	I	+	R	PO	■■■	
2 - Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços						
Contribuição para uma economia de base circular e para o fecho dos ciclos de materiais, através do reaproveitamento de subprodutos do processo produtivo. Este princípio, alinhado com o conceito de biorefinaria industrial aplicada aos materiais florestais, permite utilizar subprodutos tanto para a geração de energia como para a aplicação de matéria orgânica nas áreas sob gestão florestal.	I	+	R	PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a utilização de recursos e economia circular (E5-1;E5-2;E5-3; E5-4)
Contribuição para a transição para uma economia de base circular através da comercialização de fibras celulósicas solúveis (DWP) para o setor têxtil que podem ser recicladas no fim de vida.	I	+	R	PO	■■■	
A crescente pressão regulatória para reduzir a utilização de fibras têxteis de origem fóssil e aumentar o teor de materiais reciclados nos produtos representa uma oportunidade significativa para a Altri. Esta dinâmica incentiva as empresas do setor têxtil a adotarem alternativas mais sustentáveis, como as fibras celulósicas solúveis que incorporam resíduos de fibras têxteis, constituindo uma oportunidade de penetração em novos mercados e diversificar a carteira de clientes.	O			J	■ ■ ■	
Crescimento sustentado da procura por fibras de celulose regeneradas, impulsionado pela substituição progressiva de fibras sintéticas de base fóssil e pelo reforço do enquadramento regulatório europeu que incentiva a adoção de materiais biológicos, biodegradáveis e de baixo impacto ambiental.	O			J	■■■	
Introdução no mercado de tecnologias disruptivas, incluindo novas fibras de base biológica, bioquímicos alternativos e polímeros renováveis.	R			J	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a utilização de recursos e economia circular (E5-1;E5-2;E5-3; E5-4)
Alterações nos padrões de consumo no setor da indústria do papel, especialmente no segmento de papel para escrita e impressão.	R			J	■■■	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ambiente	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
3 - Resíduos						
Produção de resíduos industriais (p.ex. rejeitos de crivagem, lamas primárias e secundárias, cinzas de biomassa residual residual, dregs, grits, escórias, etc) e resíduos florestais resultante das atividades da Altri.	I	-	R	PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a utilização de recursos e economia circular (E5-1;E5-2;E5-3; E5-4)
Produção de resíduos não recicláveis resultantes das operações da Altri, como dregs, grits, areias e escórias.	I	-	P	PO	■■■	
Deterioração de relações com os stakeholders (p.e. instituições bancárias, clientes, fornecedores) e/ou desvalorização do capital reputacional resultante da perceção, real ou percecionada, de más práticas de gestão de resíduos, assim como do incumprimento das metas e objetivos de circularidade, podendo resultar na perda de clientes e de contratos e na limitação do acesso a financiamentos, especialmente junto de investidores e entidades que valorizam critérios ambientais, sociais e de governação (ESG).	R			PO	■■■	
Redução da quantidade de resíduos gerados através da valorização de múltiplos fluxos, incluindo lamas primárias e secundárias do processo e do tratamento de efluentes, bem como resíduos de crivagem de madeira e serrim.	I	+	R	PO	■■■	

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

Curto Prazo Médio Prazo Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspetiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspetiva financeira, independentemente se na perspetiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

A atividade do Grupo Altri baseia-se na valorização da biomassa residual florestal e na transformação da madeira em diferentes produtos e subprodutos ao longo do processo produtivo. Este modelo aproxima-se do conceito de biorrefinaria, no qual os diferentes componentes da matéria-prima são utilizados em múltiplas aplicações com valor económico, promovendo a utilização eficiente de recursos e a valorização de fluxos materiais.

Neste contexto, a análise de dupla materialidade identificou um conjunto de impactos, riscos e oportunidades associados à utilização de recursos e à economia circular, decorrentes da natureza das atividades industriais e florestais do Grupo, bem como da evolução do enquadramento regulatório e das dinâmicas de mercado nos setores em que a Altri opera.

Impactos negativos

As operações industriais e florestais do Grupo implicam a utilização de matérias-primas e materiais auxiliares que podem contribuir para a depleção de recursos não renováveis utilizados ao longo dos processos produtivos.

Adicionalmente, estas atividades originam a produção de resíduos industriais, incluindo rejeitos de crivagem, lamas primárias e secundárias, cinzas de biomassa residual, dregs, grits e escórias, bem como resíduos florestais associados às operações de gestão florestal. Parte destes fluxos pode traduzir-se na produção de resíduos não recicláveis resultantes das operações industriais.

Estes impactos são inerentes à natureza das atividades do Grupo e são geridos através de políticas, ações operacionais e metas que promovem a utilização eficiente de recursos e a valorização de subprodutos, em linha com o modelo de biorrefinaria adotado pela Altri e com as iniciativas descritas na secção [E5-2 Ações e recursos](#).

Impactos positivos

Paralelamente, o modelo operacional da Altri gera impactos positivos associados à utilização eficiente de recursos e à promoção da economia circular.

Entre estes destaca-se a valorização energética de subprodutos industriais, incluindo lamas resultantes do tratamento de efluentes e biogás, utilizados nas caldeiras de biomassa residual, na caldeira de recuperação e no forno da cal, contribuindo para reduzir o consumo de combustíveis fósseis.

O Grupo promove igualmente o fecho de ciclos de materiais, através do reaproveitamento de subprodutos do processo produtivo, que podem ser utilizados tanto para a geração de energia como para a aplicação de matéria orgânica nas áreas sob gestão florestal.

Adicionalmente, a Altri contribui para a transição para uma economia de base circular através da comercialização de fibras celulósicas solúveis (DWP) para o setor têxtil, que podem ser recicladas no fim de vida, promovendo a substituição progressiva de fibras sintéticas de origem fóssil.

Riscos

No contexto da utilização de recursos e da economia circular, foram identificados riscos com potencial impacto nas operações do Grupo.

Entre estes destaca-se o risco de limitação no acesso à madeira certificada a preços economicamente viáveis, bem como o impacto potencial de restrições legislativas mais rigorosas sobre a plantação e exploração de eucaliptos, que poderão afetar a disponibilidade de matéria-prima e aumentar os custos operacionais.

Podem igualmente surgir riscos reputacionais associados à perceção de práticas inadequadas de gestão de resíduos ou ao incumprimento de metas de circularidade, com potenciais efeitos nas relações com clientes, investidores e entidades financeiras.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto ao risco associado à introdução de tecnologias disruptivas, incluindo novas fibras de base biológica, bioquímicos alternativos e polímeros renováveis, bem como a alterações nos

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

padrões de consumo no setor da indústria do papel, particularmente no segmento de papel para escrita e impressão.

A gestão destes riscos é suportada pelas políticas de gestão florestal e ambiental do Grupo, bem como pelas iniciativas operacionais e de inovação que promovem a utilização eficiente de recursos e a valorização de subprodutos ao longo do processo produtivo.

Oportunidades

A transição para modelos económicos mais circulares cria igualmente oportunidades relevantes para a Altri.

Em particular, a crescente pressão regulatória para reduzir a utilização de fibras têxteis de origem fóssil e aumentar o teor de materiais reciclados nos produtos constitui uma oportunidade para o Grupo reforçar a presença no setor têxtil através das suas fibras celulósicas solúveis.

Adicionalmente, verifica-se um crescimento sustentado da procura por fibras de celulose regeneradas, impulsionado pela substituição progressiva de fibras sintéticas de base fóssil e pelo reforço do enquadramento regulatório europeu que incentiva a adoção de materiais biológicos e biodegradáveis.

Neste contexto, o posicionamento da Altri no domínio da bioeconomia florestal, aliado às iniciativas de inovação e valorização de fluxos materiais desenvolvidas pelo Grupo, reforça a capacidade de capitalizar estas tendências e apoiar a expansão de soluções baseadas em matérias-primas renováveis e circulares.

Neste enquadramento, a integração dos princípios de economia circular no modelo de negócio da Altri contribui para reforçar a eficiência na utilização de recursos, aumentar a valorização de subprodutos e apoiar a criação de valor sustentável no longo prazo.

Políticas Relacionadas com a Utilização dos Recursos e a Economia Circular

(E5-1)

Principais compromissos das políticas

A utilização eficiente de recursos e a promoção da economia circular assumem um papel estrutural no modelo de negócio do Grupo Altri. Enquanto produtor de fibras celulósicas de origem renovável, o Grupo desenvolve a sua atividade com base na valorização da biomassa residual florestal através de um modelo industrial que privilegia a utilização eficiente dos recursos naturais e a valorização de diferentes fluxos materiais ao longo do processo produtivo.

Este modelo aproxima-se do conceito de biorrefinaria, no qual a madeira e os seus componentes são transformados em diferentes produtos e subprodutos com valor económico, promovendo simultaneamente a substituição progressiva de materiais de origem fóssil e contribuindo para o desenvolvimento de uma bioeconomia de base florestal.

A Altri considera ser sua responsabilidade gerir e desenvolver a sua atividade de forma sustentável, integrando os princípios da economia circular e da gestão responsável de recursos no desenvolvimento das suas atividades industriais e florestais. Estes princípios encontram-se incorporados nas suas políticas corporativas, com destaque para a Política de Sustentabilidade, a Política de Gestão Ambiental e a Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira, que estabelecem o enquadramento para a utilização eficiente de recursos naturais, a valorização de subprodutos e a redução da geração de resíduos ao longo do processo produtivo.

Neste contexto, as fibras celulósicas produzidas pelo Grupo representam uma alternativa sustentável a materiais de origem fóssil, com aplicação crescente em setores estratégicos como o papel e os têxteis.

A circularidade encontra-se integrada na estratégia de inovação da Altri, com foco na conceção de produtos e processos mais eficientes na utilização de recursos. Neste âmbito, o Grupo investe na investigação e desenvolvimento de novas matérias-primas alternativas, com especial enfoque na valorização



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

dos seus próprios resíduos industriais e no reaproveitamento de subprodutos gerados ao longo do processo produtivo, com vista à criação de produtos com elevado potencial de circularidade e à melhoria contínua do desempenho ambiental e económico das suas operações.

No âmbito das políticas corporativas que orientam a gestão eficiente de recursos e a promoção da economia circular, o Grupo aplica o princípio da utilização em cascata dos recursos, promovendo a valorização interna de fluxos residuais sempre que tal seja técnica e economicamente viável. Destacam-se a produção de energia renovável a partir de biomassa residual e a utilização de lamas orgânicas, provenientes do processo industrial, como fonte de matéria orgânica nas florestas sob gestão do Grupo. Estas práticas contribuem para o fecho de ciclos materiais, reduzindo a dependência de recursos virgens e promovendo a regeneração dos sistemas naturais.

No quadro desta abordagem, o modelo de economia circular do Grupo assenta na transformação de resíduos em subprodutos ou materiais passíveis de reutilização, recuperação ou reciclagem, com o objetivo de reduzir a extração e o consumo de matérias-primas virgens. Alinhado com este princípio, o Grupo Altri tem vindo a consolidar a sua abordagem estratégica em torno da circularidade, através da inovação e do estabelecimento de parcerias que permitam valorizar os resíduos gerados ao longo do seu processo produtivo.

O Grupo encontra-se igualmente a avaliar o potencial de novos modelos de negócio circulares, nomeadamente através da colaboração com parceiros do setor têxtil e do setor do papel, com vista à incorporação de materiais reciclados e ao design orientado para a reutilização e reciclabilidade. Esta abordagem permite maximizar a valorização dos diferentes componentes da biomassa residual e reforça o modelo industrial do Grupo baseado na utilização eficiente de recursos e na criação de valor a partir de fluxos materiais ao longo do processo produtivo.

Paralelamente, o Grupo Altri tem como prioridade a redução da geração de resíduos ao longo do ciclo de vida dos seus produtos, promovendo a eficiência material, a extensão da vida útil dos recursos e a minimização de perdas ao longo das diferentes etapas do processo produtivo. Neste contexto, o Grupo procura privilegiar soluções que permitam a reutilização, recuperação ou

valorização dos fluxos materiais gerados nas suas operações, em linha com os princípios da hierarquia de gestão de resíduos.

Neste enquadramento, a Altri tem como objetivo, nos próximos anos, a implementação de métricas específicas para aferir o desempenho circular da organização, nomeadamente através do cálculo do índice de circularidade, que permitirá quantificar a proporção de resíduos efetivamente convertidos em matérias-primas secundárias.

Estes compromissos encontram-se refletidos na Política de Sustentabilidade, que estabelece os princípios orientadores da atuação do Grupo em matéria de eficiência na utilização de recursos, minimização de impactos ambientais e melhoria contínua dos sistemas de gestão ambiental e de energia. Entre estes princípios incluem-se a adoção de critérios de minimização de riscos e impactos ambientais na escolha de processos, tecnologias e matérias-primas, bem como a promoção da redução do uso de recursos naturais e da valorização de resíduos.

Complementarmente, a Política de Gestão Ambiental estabelece as orientações para a gestão integrada do desempenho ambiental das atividades do Grupo, promovendo a utilização responsável de matérias-primas, água e energia, bem como a valorização de resíduos e subprodutos sempre que possível. Esta política reforça igualmente o compromisso do Grupo com a promoção de uma bioeconomia circular e com a utilização eficiente de recursos ao longo das suas operações e da cadeia de valor.

No que respeita à principal matéria-prima utilizada nas operações do Grupo, a Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira estabelece regras e compromissos destinados a assegurar a sustentabilidade das práticas de gestão florestal e a rastreabilidade da cadeia de abastecimento de madeira. Esta política promove a aquisição responsável de madeira proveniente de fontes legais e de florestas geridas de forma sustentável, contribuindo para garantir a disponibilidade de recursos renováveis e para reduzir riscos ambientais e sociais associados ao abastecimento de matérias-primas.

No seu conjunto, estas políticas constituem o principal enquadramento de gestão através do qual o Grupo Altri aborda os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados na análise de dupla materialidade



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



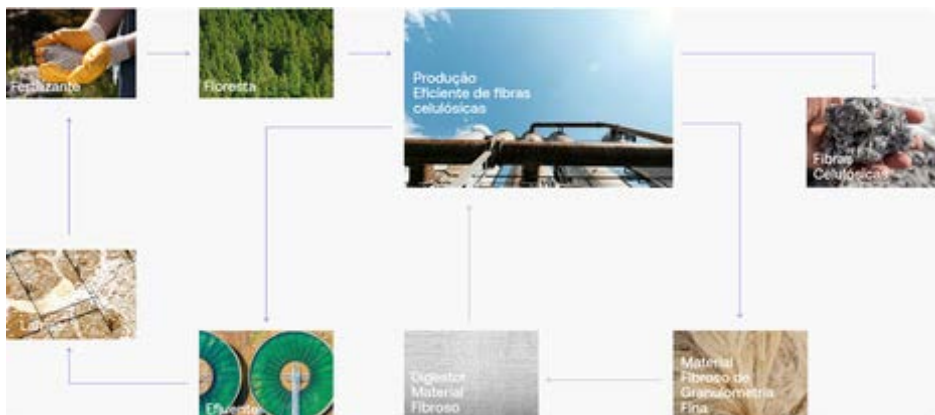
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

relacionados com a utilização de recursos, a geração de resíduos e a promoção da economia circular.

Tal como referido, a abordagem do Grupo à economia circular baseia-se na utilização eficiente da biomassa residual florestal e na valorização dos diferentes fluxos materiais gerados no processo produtivo. A figura seguinte ilustra de forma simplificada o modelo circular que caracteriza as operações industriais e florestais da Altri.



Âmbito das políticas

As políticas relacionadas com a utilização de recursos e com a economia circular aplicam-se a todas as empresas do Grupo Altri e às respetivas atividades operacionais, incluindo as unidades industriais de produção de fibras celulósicas, as operações energéticas associadas e as atividades de gestão florestal.

Estas políticas abrangem igualmente a cadeia de valor do Grupo, nomeadamente através da definição de requisitos ambientais aplicáveis a fornecedores e parceiros, incluindo critérios relacionados com a origem sustentável da madeira, a rastreabilidade da cadeia de abastecimento e o cumprimento de práticas ambientais responsáveis.

No âmbito das relações com fornecedores, o Grupo promove a adoção de princípios alinhados com os seus padrões ambientais, incentivando práticas

de gestão sustentável de recursos e de redução de impactos ambientais ao longo da cadeia de valor.

Governança e supervisão das políticas

A responsabilidade pela implementação das políticas relacionadas com a utilização de recursos e a economia circular é partilhada por diferentes níveis da organização.

Ao nível operacional, a gestão destas matérias é assegurada pelas direções industriais das unidades operacionais e pelas equipas responsáveis pelas atividades florestais e ambientais do Grupo, que garantem a implementação das orientações definidas nas políticas corporativas e a monitorização do desempenho ambiental das operações.

A supervisão estratégica destas matérias é assegurada pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração, com o apoio da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, que acompanha a evolução do desempenho ambiental do Grupo e propõe objetivos e metas associados à melhoria contínua da eficiência na utilização de recursos e à promoção da economia circular.

Neste enquadramento, a gestão sustentável dos recursos naturais constitui uma responsabilidade transversal a toda a organização, desde os órgãos de governação até às equipas operacionais.

Normas e certificações de referência

A implementação das políticas relacionadas com a utilização de recursos e com a economia circular encontra-se enquadrada pelos sistemas de gestão adotados pelo Grupo Altri.

As unidades industriais operam em conformidade com os requisitos da NP EN ISO 14001, assegurando a certificação dos sistemas de gestão ambiental e o cumprimento das obrigações legais aplicáveis, bem como das Melhores Técnicas Disponíveis definidas para o setor.

Adicionalmente, o Grupo integra nos seus sistemas de gestão requisitos de diferentes referenciais internacionais, incluindo normas relativas à qualidade (ISO 9001), energia (ISO 50001) e saúde e segurança no trabalho (ISO



45001), promovendo uma abordagem integrada à gestão ambiental e à utilização eficiente de recursos.

No que respeita à gestão florestal e à cadeia de abastecimento de madeira, o Grupo promove a utilização de madeira certificada de acordo com os referenciais FSC® e PEFC, assegurando a rastreabilidade da matéria-prima e contribuindo para a gestão sustentável das florestas.

Consideração dos interesses das partes interessadas

O Grupo Altri promove o diálogo e o envolvimento das partes interessadas relativamente às questões ambientais e à gestão sustentável de recursos naturais.

As políticas corporativas incentivam a participação ativa de trabalhadores, fornecedores, clientes e comunidades locais através da promoção de iniciativas de sensibilização, formação e comunicação sobre o desempenho ambiental do Grupo e sobre as práticas de gestão sustentável de recursos.

Adicionalmente, o Grupo promove a auscultação das preocupações e expectativas das partes interessadas em matéria de sustentabilidade, integrando essas perspetivas na evolução das suas políticas, objetivos e práticas operacionais.

Acessibilidade e disponibilização das políticas

As políticas relacionadas com a utilização de recursos e com a economia circular encontram-se publicamente disponíveis no website institucional da Altri.

A organização assegura igualmente a sua comunicação aos colaboradores através dos canais internos de comunicação do Grupo, promovendo a sua compreensão e aplicação nas diferentes áreas operacionais.

Estas políticas são revistas periodicamente de forma a refletir a evolução do enquadramento regulatório, das melhores práticas do setor e dos compromissos de sustentabilidade assumidos pelo Grupo.

Ações e Recursos

(E5-2)

O Grupo Altri implementa um conjunto de ações destinadas a promover a utilização eficiente de recursos naturais, a valorização de subprodutos e a redução da geração de resíduos ao longo das suas operações industriais e florestais. A implementação destas iniciativas envolve equipas pluridisciplinares de diferentes áreas da organização, incluindo inovação, operações industriais, transformação digital, sustentabilidade e finanças, que colaboram no desenvolvimento de novos produtos e soluções mais sustentáveis. Estas ações operacionalizam os princípios estabelecidos nas políticas corporativas do Grupo, nomeadamente na Política de Sustentabilidade, na Política de Gestão Ambiental e na Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira.

No âmbito destas políticas, o Grupo tem vindo a desenvolver iniciativas destinadas a reforçar a circularidade dos fluxos materiais associados ao processo produtivo, promovendo a reutilização, recuperação e valorização de subprodutos, bem como a otimização da utilização de recursos ao longo das diferentes etapas da cadeia de valor.

Estas ações contribuem para mitigar os impactos negativos associados à utilização de recursos e à geração de resíduos identificados na análise de dupla materialidade, bem como para potenciar os impactos positivos decorrentes da valorização de correntes secundárias do processo produtivo e da utilização eficiente da residual biomassa florestal.

Adicionalmente, as iniciativas implementadas pelo Grupo reforçam o modelo industrial baseado na utilização em cascata de recursos, promovendo o fecho de ciclos materiais entre as atividades industriais e florestais e contribuindo para a transição para uma economia de base circular.

Com vista ao cumprimento das metas estabelecidas no âmbito da circularidade, o Grupo Altri tem vindo a implementar um conjunto de medidas operacionais destinadas a reduzir a geração de resíduos e a promover a valorização de subprodutos resultantes da produção de pasta celulósica. Estas iniciativas contribuem para a redução do consumo de matérias-primas primárias e para o aumento da taxa de reaproveitamento de materiais no ciclo produtivo.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Entre as iniciativas operacionais implementadas nas diferentes unidades industriais destacam-se as apresentadas na figura seguinte.

altri		
▶ Reduzir a quantidade específica de lamas de carbonato; ▶ Reduzir a quantidade específica de resíduos <i>dregs</i>; ▶ Reduzir a quantidade específica de cinzas.	▶ Redução do consumo específico de madeira; ▶ Redução do consumo específico de matérias subsidiárias; ▶ Implementação de modelos da Direção de Transformação Digital.	▶ Controlo da variabilidade das condições processuais que afetam o consumo de matérias-primas primárias.
caima	biotek	celbi
▶ Valorização energética das lamas primárias e secundárias resultantes do tratamento de efluentes, assim como rejeitos da crivagem; ▶ Investimento num digestor que permite a valorização dos rejeitos da crivagem e serrim na produção de fibras celulósicas; ▶ Redução de perda de rendimento relacionado com o consumo específico de madeira.	▶ Redirecionamento de lamas para aproveitamento no forno de cal da Celbi; ▶ Redução do regime de produção com consequente redução na quantidade de lamas de cal produzidas. ▶ Entregas de amostras de vários resíduos para avaliação de possível incorporação em misturas betuminosas; ▶ Marcação CE - processo de desclassificação de resíduos.	▶ Reparação de equipamentos de filtragem; ▶ Recuperação de lamas de cal do aterro para o forno da cal; ▶ Análise da possibilidade de uso de resíduos <i>dregs</i> como fertilizante; ▶ Calibração de equipamentos; ▶ Valorização das cinzas do forno da cal; ▶ Otimização das perdas de madeira; ▶ Digestor de finos: receção de finos de madeira de várias unidades do grupo.

Para além destas iniciativas operacionais de melhoria contínua, o Grupo Altri desenvolve igualmente um conjunto de projetos estruturais orientados para a valorização de correntes secundárias do processo produtivo, a eficiência na utilização de recursos e o desenvolvimento de soluções circulares ao longo da cadeia de valor. As principais ações implementadas neste âmbito são apresentadas de seguida.



Digestor de material fibroso de granulometria fina**Tipo de ação:** Eficiência na utilização de recursos nos processos industriais**Hierarquia de mitigação:** Reduzir e valorizar**IROs materiais:**

- Produção de resíduos industriais (p.ex. rejeitos de crivagem, lamas primárias e secundárias, cinzas de biomassa residual, dregs, grits e escórias) e resíduos florestais resultantes das atividades da Altri
- Depleção de recursos naturais associada à utilização de matérias-primas primárias

Objetivo da ação: Aumentar a eficiência na utilização da madeira através da valorização de subprodutos**Monitorização:** Resíduos processuais valorizados ou reutilizados (%)**Contributo para as metas de economia circular:** Valorização ou reutilização dos resíduos derivados dos processos em 100% até 2030 nas suas próprias operações

O Grupo Altri desenvolveu um digestor de material fibroso de granulometria fina que permite o reaproveitamento de material anteriormente desperdiçado no processo produtivo.

A tecnologia implementada possibilita reintegrar resíduos fibrosos no processo de produção de pasta celulósica, contribuindo para aumentar a eficiência na utilização de matérias-primas biológicas e reduzir o consumo específico de madeira. Desta forma, promove-se simultaneamente a prevenção da produção de resíduos e a utilização de matérias-primas secundárias no processo produtivo.

Na unidade industrial da Celbi, esta solução permitiu melhorar a eficiência de utilização da matéria-prima e aumentar a capacidade de produção em cerca de 2,5%. Antes da implementação desta tecnologia, estas fibras eram maioritariamente valorizadas nas caldeiras de biomassa residual.

A solução contribui assim para aumentar a eficiência global na utilização da madeira e reforçar o modelo industrial da Altri baseado na valorização integral dos diferentes subprodutos do processo produtivo.

Recuperação e valorização de ácido acético e furfural**Tipo de ação:** Utilização de matérias-primas secundárias e valorização de subprodutos**Hierarquia de mitigação:** Valorizar**IROs materiais:**

- Produção de resíduos industriais (p.ex. rejeitos de crivagem, lamas primárias e secundárias, cinzas de biomassa residual, dregs, grits e escórias) e resíduos florestais resultantes das atividades da Altri
- Depleção de recursos naturais associada à utilização de matérias-primas primárias
- Contribuição para uma economia de base circular através da valorização de correntes secundárias do processo produtivo

Objetivo da ação: Valorizar correntes secundárias do processo industrial através da recuperação de compostos químicos com valor comercial**Monitorização:** Resíduos processuais valorizados ou reutilizados (%)**Contributo para as metas de economia circular:** Valorização ou reutilização dos resíduos derivados dos processos em 100% até 2030 nas suas próprias operações

O projeto CAIMACHEM tem como objetivo valorizar correntes secundárias geradas no processo industrial da fábrica da Caima, através da recuperação de compostos químicos com valor comercial, nomeadamente ácido acético e furfural. Estes compostos encontram-se presentes nos condensados gerados durante o processo de evaporação e podem ser recuperados e utilizados como produtos de base renovável.

A recuperação destes compostos permite transformar correntes secundárias do processo produtivo em novos produtos de base renovável, promovendo a valorização de subprodutos industriais e aumentando a eficiência global na utilização da madeira. Esta abordagem contribui igualmente para reduzir a carga orgânica dos condensados destinados ao tratamento de efluentes e para otimizar os processos industriais associados.

Para além dos benefícios ambientais, o projeto contribui para diversificar o portfólio de produtos de base biológica da Altri e reforçar o seu posicionamento na bioeconomia, criando valor adicional a partir de madeira sem aumentar o consumo de matéria-prima florestal. A unidade de recuperação será ainda integrada no sistema energético existente, utilizando vapor proveniente da caldeira de biomassa residual da unidade industrial.

O projeto contribui assim para reforçar a simbiose industrial e a criação de valor a partir de subprodutos do processo produtivo, permitindo aumentar o valor económico gerado a partir da mesma quantidade de madeira.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 2025 foram iniciados os trabalhos de engenharia de detalhe e construção da nova instalação industrial destinada à recuperação destes compostos, estando o arranque operacional previsto para 2026.

Projeto Natural Deep Eutectic Solvents

Tipo de ação: Utilização de matérias-primas secundárias e valorização de subprodutos

Hierarquia de mitigação: Valorizar

IROs materiais:

- Contribuição para uma economia de base circular e para o fecho dos ciclos de materiais, através do reaproveitamento de subprodutos do processo produtivo
- Contribuição para a transição para uma economia de base circular através da comercialização de fibras celulósicas solúveis (DWP) para o setor têxtil que podem ser recicladas no fim de vida

Objetivo da ação: Desenvolver processos inovadores de fracionamento da biomassa residual baseados em solventes naturais, permitindo a valorização de diferentes componentes da celulose e hemiceluloses em aplicações de maior valor acrescentado.

Monitorização: Resíduos processuais valorizados ou reutilizados (%)

Contributo para as metas de economia circular: Valorização ou reutilização dos resíduos derivados dos processos em 100% até 2030 nas suas próprias operações

O projeto Natural Deep Eutectic Solvents (DES) tem como objetivo investigar a utilização de solventes naturais inovadores que permitem separar e valorizar diferentes componentes da biomassa linhocelulósica em processos de biorrefinaria.

O projeto é desenvolvido em colaboração com a The Navigator Company e a Universidade de Aveiro e procura explorar novas soluções para a fracionamento de celulose e hemiceluloses, permitindo a valorização destas frações na produção de materiais de base biológica e em aplicações de maior valor acrescentado.

Esta abordagem contribui para reforçar o modelo de biorrefinaria florestal da Altri, promovendo a utilização mais eficiente da biomassa residual e o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas em matérias-primas renováveis.

Em 2025, o projeto prosseguiu com atividades de investigação científica e disseminação de resultados, incluindo a publicação de artigos científicos e a

participação em conferências internacionais dedicadas aos materiais biobased e à valorização de biomassa residual.

Valorização de lamas

Tipo de ação: Utilização de matérias-primas secundárias e valorização de subprodutos, e otimização da gestão de resíduos de acordo com a hierarquia dos resíduos

Hierarquia de mitigação: Valorizar

IROs materiais:

- Produção de resíduos industriais (p.ex. rejeitos de crivagem, lamas primárias e secundárias, cinzas de biomassa residual, dregs, grits e escórias) e resíduos florestais resultantes das atividades da Altri
- Produção de resíduos não recicláveis resultantes das operações da Altri

Objetivo da ação: Maximizar a valorização energética e material de subprodutos industriais, promovendo a redução da deposição de resíduos e reforçando a circularidade dos fluxos materiais associados ao processo produtivo

Monitorização: Resíduos processuais valorizados ou reutilizados (%)

Contributo para as metas de economia circular: Valorização ou reutilização dos resíduos derivados dos processos em 100% até 2030 nas suas próprias operações

Nas unidades industriais da Altri, as lamas resultantes do tratamento de efluentes são valorizadas energeticamente nas caldeiras de biomassa residual instaladas nos complexos industriais.

Na Celbi, as lamas secundárias provenientes do tratamento de efluentes são valorizadas energeticamente na caldeira de recuperação.

Na Biotek, as lamas secundárias resultantes da remoção de matéria orgânica dos efluentes industriais são maioritariamente encaminhadas para compostagem.

Na Caima, as lamas secundárias provenientes do tratamento de efluentes são valorizadas energeticamente na central de biomassa residual e também encaminhadas para compostagem. Adicionalmente, foi otimizado o processo produtivo através da reincorporação de lamas primárias na produção de pasta, permitindo reforçar a valorização interna de subprodutos.

Estas práticas permitem promover a valorização energética e material de resíduos industriais, contribuindo para a utilização eficiente de recursos e para a reintegração de subprodutos no sistema produtivo sempre que tecnicamente viável.

Desta forma, a Altri otimiza a gestão de resíduos em conformidade com a hierarquia de gestão de resíduos, privilegiando soluções de valorização em detrimento da deposição em aterro e reforçando a circularidade dos fluxos materiais associados às suas operações industriais.

Projeto Agristarbio

Tipo de ação: Utilização de matérias-primas secundárias e valorização de subprodutos

Hierarquia de mitigação: Valorizar

IROs materiais:

- Produção de resíduos industriais e florestais resultantes das atividades da Altri
- Contribuição para o fecho de ciclos materiais através da valorização de subprodutos

Objetivo da ação: Valorizar lamas secundárias através da sua conversão em fertilizante aplicado nas áreas florestais do Grupo

Monitorização: Resíduos processuais valorizados ou reutilizados (%)

Contributo para as metas de economia circular: Valorização ou reutilização dos resíduos derivados dos processos em 100% até 2030 nas suas próprias operações

Geridas de forma sustentável, as florestas da Altri têm um impacto climático positivo, tanto como reservatório de carbono, como também numa perspetiva de destino final para os resíduos do Grupo.

O projeto Agristarbio visa a produção de fertilizante a partir de lamas secundárias provenientes das Estações de Tratamento de Águas Residuais Industriais.

O fertilizante produzido será aplicado nas áreas florestais geridas pela Altri, promovendo o reaproveitamento de nutrientes presentes nas lamas e contribuindo para o fecho de ciclos materiais entre as operações industriais e o sistema florestal.

Esta solução permite reduzir a deposição de resíduos e promover a utilização de subprodutos industriais como matérias-primas secundárias em atividades de gestão florestal, contribuindo para reforçar a circularidade entre as atividades industriais e florestais do Grupo.

Projeto B2-Solutions

Tipo de ação: Aplicação da conceção circular no desenvolvimento de materiais

Hierarquia de mitigação: Substituir

IROs materiais:

- Contribuição para uma economia de base circular através da valorização de correntes secundárias do processo produtivo
- Depleção de recursos naturais associada à utilização de matérias-primas primárias

Objetivo da ação: Desenvolver bioplásticos a partir de correntes e subcorrentes da produção de fibras celulósicas.

Monitorização: Resíduos processuais valorizados ou reutilizados (%)

Contributo para as metas de economia circular: Valorização ou reutilização dos resíduos derivados dos processos em 100% até 2030 nas suas próprias operações

O projeto B2-Solutions visa o desenvolvimento de bioplásticos para diferentes aplicações industriais, incluindo a indústria automóvel.

Este projeto avalia a utilização de correntes, subcorrentes ou resíduos fibrosos e não fibrosos da produção de fibras celulósicas para a valorização na produção de compósitos de base biológica, substituindo materiais plásticos de origem fóssil.

A iniciativa contribui para expandir as aplicações industriais da biomassa florestal residual e para promover o desenvolvimento de novos materiais alinhados com os princípios da economia circular.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Projeto HIGH2RPAPER**Tipo de ação:** Utilização de matérias-primas secundárias**Hierarquia de mitigação:** Valorizar**IROs materiais:**

- Produção de resíduos industriais (p.ex. rejeitos de crivagem, lamas primárias e secundárias, cinzas de biomassa residual, dregs, grits e escórias) e resíduos florestais resultantes das atividades da Altri
- Contribuição para uma economia de base circular através da valorização de correntes secundárias do processo produtivo

Objetivo da ação: Desenvolver novos produtos de papel reciclado com incorporação de pasta crua proveniente de rejeitos da indústria de pasta branqueada de eucalipto**Monitorização:** Resíduos processuais valorizados ou reutilizados (%)**Contributo para as metas de economia circular:** Valorização ou reutilização dos resíduos derivados dos processos em 100% até 2030 nas suas próprias operações

O HIGH2RPAPER é um projeto para o desenvolvimento de um novo papel reciclado com incorporação de pasta crua de rejeitos da indústria de pasta branqueada de eucalipto, com base nos princípios da economia circular, dando origem a produtos de maior valor acrescentado. Este projeto avalia a valorização de resíduos fibrosos da indústria da pasta para a produção de cartão ou produtos cartonados “coreboard”.

A incorporação destes resíduos fibrosos permite aumentar a utilização de matérias-primas secundárias na produção de novos produtos de papel e cartão, promovendo a valorização de resíduos da indústria da pasta.

Projeto be@t**Tipo de ação:** Aplicação de práticas comerciais circulares e simbiose industrial**Hierarquia de mitigação:** Substituir**IROs materiais:**

- Contribuição para uma economia de base circular através da comercialização de fibras celulósicas de origem renovável
- Depleção de recursos naturais associada à utilização de matérias-primas primárias

Objetivo da ação: Criação de uma fileira nacional da indústria têxtil e vestuário mais inovadora, sustentável e circular**Monitorização:** -**Contributo para as metas de economia circular:** -

O projeto be@t, do qual a Caima faz parte, tem como objetivo global a geração e consolidação de uma Fileira Nacional da Indústria Têxtil e Vestuário verdadeiramente inovadora, sustentável e circular. No âmbito deste projeto, são desenvolvidas soluções baseadas em fibras celulósicas regeneradas que permitem produzir materiais têxteis de origem renovável, contribuindo para a substituição de fibras sintéticas de base fóssil.

Em 2025, o projeto prosseguiu com atividades de investigação e desenvolvimento focadas na otimização de processos de dissolução de celulose para produção de fibras regeneradas, incluindo tecnologias como lyocell, carbamato e líquidos iónicos, utilizando pasta solúvel produzida pela Caima. Foram igualmente realizados estudos sobre a incorporação de matéria-prima celulósica reciclada na produção de fibras, bem como análises de ciclo de vida associadas a estas soluções. Adicionalmente, foram desenvolvidas atividades de I&D no domínio dos tecidos não tecidos de base

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITÓRIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

celulósica, incluindo testes de biodegradabilidade e avaliação de novos protótipos à escala laboratorial.

Estas atividades contribuem para o desenvolvimento de novas aplicações de fibras celulósicas de base renovável, promovendo a substituição de fibras sintéticas de origem fóssil e reforçando a circularidade da cadeia de valor têxtil.

Em conjunto, estas iniciativas refletem a abordagem integrada da Altri à economia circular, baseada na valorização da biomassa residual florestal, na otimização da utilização de recursos nos processos industriais e no desenvolvimento de novas aplicações para subprodutos e correntes secundárias.

Metas

(E5-3)

A abordagem do Grupo Altri à economia circular assenta na promoção da utilização eficiente de recursos e na valorização dos fluxos materiais resultantes das suas atividades industriais. Neste contexto, o Grupo definiu metas de desempenho que permitem acompanhar e avaliar a evolução da eficiência na utilização de recursos e da valorização de resíduos, constituindo um instrumento central de monitorização do progresso na transição para um modelo de produção mais circular.

No âmbito do Compromisso 2030, a Altri estabeleceu um conjunto de metas de sustentabilidade para diferentes áreas prioritárias, incluindo alterações climáticas, energia, água, biodiversidade, segurança dos trabalhadores, igualdade de género e economia circular. No domínio específico da economia circular, o Grupo definiu como objetivo assegurar que 100% dos resíduos processuais gerados nas suas operações industriais são valorizados ou reutilizados até 2030.

Esta meta reflete o compromisso do Grupo com a utilização eficiente de recursos e com a redução da deposição de resíduos em aterro, promovendo a valorização de fluxos materiais ao longo do processo produtivo e contribuindo para o desenvolvimento de uma economia de base circular.

O desempenho associado a esta meta é acompanhado através da percentagem de resíduos processuais valorizados ou reutilizados face ao total de resíduos gerados nas unidades industriais do Grupo. O ano base considerado para o acompanhamento do progresso é 2022, ano em que o Grupo registava uma taxa de 64% de resíduos processuais valorizados ou reutilizados.

A meta aplica-se às operações industriais do Grupo Altri em todas as geografias onde o Grupo desenvolve atividades produtivas e assume natureza voluntária, tendo sido definida no âmbito da estratégia de sustentabilidade do Grupo.

A concretização deste objetivo é suportada pelas políticas corporativas relacionadas com a utilização de recursos e a economia circular, nomeadamente a Política de Sustentabilidade, a Política de Gestão Ambiental e a Política de Gestão Florestal e Abastecimento de Madeira, bem como pelo conjunto de ações operacionais e projetos de inovação descritos na secção [E5-2 Ações e recursos](#). Estas iniciativas contribuem para reforçar a valorização de subprodutos industriais, aumentar a eficiência na utilização de recursos e promover a circularidade dos fluxos materiais associados às operações do Grupo, apoiando a progressão em direção à meta definida para 2030.

Desde o ano base de 2022, o Grupo Altri tem registado uma evolução positiva no desempenho associado à valorização de resíduos processuais. Em 2025, a taxa de resíduos processuais valorizados ou reutilizados atingiu 81%, refletindo a implementação de diversas iniciativas destinadas a promover a valorização de subprodutos e a melhoria da eficiência na utilização de recursos.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

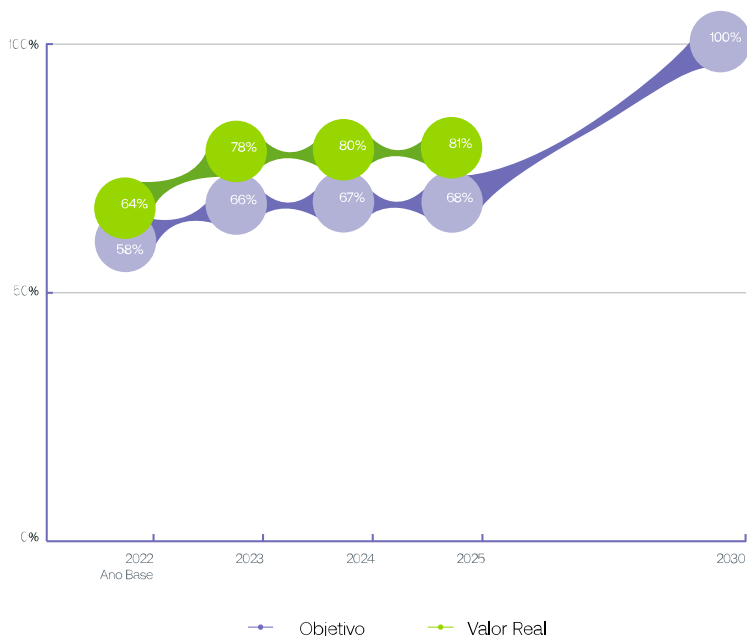
4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Resíduos processuais valorizados ou reutilizados

- Progresso face ao ano base: 55%
- Progresso face ao objetivo anual: 230%
- Objetivo anual: 68%



A evolução registada demonstra o contributo das ações implementadas pelo Grupo para reforçar a circularidade dos fluxos materiais associados às suas atividades industriais e para consolidar o progresso do Grupo em direção ao objetivo definido para 2030.

Na Altri, a produção de resíduos perigosos é residual, representando menos de 1% do total de resíduos gerados. Ainda assim, todos os produtos utilizados na empresa estão devidamente identificados e a respetiva informação encontra-se sistematizada, garantindo que, quando se tornam resíduos, são corretamente encaminhados.

A plataforma REACH4You, utilizada para gerir as fichas de dados de segurança dos produtos, permite identificar substâncias nocivas para a saúde

e suportar a procura de alternativas mais seguras, isentas de componentes classificados como SVHC, POPs, entre outros, contribuindo assim para a redução da utilização de substâncias perigosas e, consequentemente, para a minimização da produção de resíduos perigosos.

Métricas

Entrada de Recursos

(E5-4)

As operações do Grupo Altri baseiam-se predominantemente na utilização de recursos biológicos renováveis, em particular madeira, que constitui a principal matéria-prima utilizada na produção de fibras celulósicas. No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade e de economia circular, o Grupo procura otimizar a utilização destes recursos e promover uma gestão eficiente das matérias-primas utilizadas nas suas unidades de produção.

Estes recursos são complementados por materiais técnicos utilizados ao longo dos diferentes processos industriais, bem como por produtos auxiliares utilizados nas atividades de gestão florestal.

Os principais fluxos de recursos materiais utilizados nas operações do Grupo incluem:

- ▶ materiais biológicos, compostos sobretudo por madeira proveniente da cadeia de abastecimento florestal do Grupo, bem como outros recursos utilizados nos processos industriais;
- ▶ materiais técnicos, que incluem reagentes químicos e outros materiais utilizados nas diferentes etapas do processo de produção de fibras celulósicas e no tratamento de efluentes;
- ▶ produtos auxiliares, utilizados principalmente nas atividades de gestão florestal, como fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos.

Esta distinção entre materiais biológicos e materiais técnicos reflete a natureza dos ciclos de materiais associados às operações do Grupo, nos

quais a biomassa residual florestal renovável assume um papel predominante enquanto recurso inserido no ciclo biológico da economia circular.

Estes fluxos de materiais são geridos de forma integrada ao longo das operações industriais e florestais do Grupo, em articulação com as práticas de gestão sustentável da cadeia de abastecimento de madeira e com as iniciativas de valorização de subprodutos descritas nas secções relativas à economia circular.

A gestão das entradas de materiais constitui uma etapa fundamental para assegurar a sustentabilidade dos ciclos de produção e minimizar os impactos ambientais associados às operações. Neste contexto, o Grupo privilegia a utilização de materiais renováveis, bem como a integração de materiais secundários, com o objetivo de reduzir a dependência de recursos primários e promover a circularidade dos fluxos materiais associados às suas atividades industriais e florestais. Esta abordagem inclui igualmente a reintegração de determinados fluxos materiais nos processos produtivos sempre que tecnicamente viável, em linha com as iniciativas de valorização de subprodutos descritas nas secções relativas à economia circular.

A tabela seguinte apresenta o peso total dos produtos, materiais técnicos e materiais biológicos utilizados nas unidades industriais do Grupo Altri, incluindo Altri Florestal, S.A., Celbi, S.A., Caima, S.A. e Biotek, S.A.. Estes dados permitem acompanhar a evolução da utilização de recursos e a incorporação de materiais secundários nas operações do Grupo.

	2025	2024
Produtos (t)	3 239	3 685
Materiais técnicos (t)	150 381	161 354
Materiais biológicos (t)	3 655 973	3 613 394

Materiais biológicos provenientes de fontes sustentáveis

O Grupo Altri promove a utilização de matérias-primas provenientes de fontes sustentáveis, nomeadamente através da aquisição de madeira proveniente de florestas geridas de forma responsável e certificadas de acordo com referenciais internacionais de gestão florestal sustentável.

Em 2025, 80% dos materiais biológicos utilizados nas operações do Grupo foram obtidos de forma sustentável, considerando madeira proveniente de florestas certificadas ou geridas de acordo com referenciais internacionais de gestão florestal.

Utilização de materiais secundários

No âmbito da sua estratégia de economia circular, o Grupo Altri promove igualmente a integração de materiais secundários nos processos produtivos, nomeadamente através da valorização de subprodutos e da reutilização de determinados fluxos materiais.

Em 2025, 6% (214 596 t) do total de entradas de recursos correspondeu a componentes, produtos ou materiais secundários reutilizados ou reciclados, refletindo a integração de fluxos materiais provenientes de processos internos ou de outras cadeias de valor.

Esta abordagem contribui para reduzir a dependência de matérias-primas primárias e reforçar a circularidade dos fluxos materiais associados às operações do Grupo.

Políticas de Contabilização

Foram apuradas todas as quantidades de recursos e produtos utilizados durante o ano de 2025 com base nos registos operacionais das unidades industriais e florestais do Grupo. Os dados relativos às entradas de recursos materiais são obtidos a partir destes registos e posteriormente consolidados ao nível do Grupo Altri.

As quantidades reportadas correspondem ao peso total dos materiais utilizados durante o período de reporte, expresso em toneladas.

Para evitar dupla contagem:

- os materiais são contabilizados no momento da sua entrada nos processos produtivos;
- fluxos de materiais que circulam internamente entre diferentes etapas do processo não são contabilizados como novas entradas;
- subprodutos reintegrados internamente nos processos produtivos não são considerados novas entradas de recursos.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Saídas de Recursos

(E5-5)

Produtos e materiais

As operações do Grupo Altri resultam principalmente na produção de fibras celulósicas, destinadas a diferentes aplicações industriais, nomeadamente nos setores do papel e dos têxteis. Estas fibras são produzidas a partir de madeira e constituem uma alternativa de base biológica a materiais de origem fóssil.

As fibras celulósicas são um produto B2B, pelo que a sua reciclabilidade é avaliada no contexto das cadeias de valor industriais onde é utilizada. Em caso de dano ou não conformidade do produto, as fibras podem ser reintegradas no processo produtivo.

Adicionalmente, os materiais de embalagem associados ao produto, como o arame utilizado no enfardamento da pasta, são encaminhados para operadores especializados em gestão de resíduos, assegurando a sua reciclagem.

Neste contexto, o Grupo considera que 100% do material resultante do seu processo produtivo é reciclável.

Produtos e materiais - Fibras Celulósicas

	2025	2024
Teor de material reciclável (%)	100	100

Políticas de Contabilização

As fibras celulósicas são um produto B2B, pelo que a reciclabilidade apenas pode ser avaliada dentro de portas. Em caso de dano no produto, as fibras podem ser reintegradas no processo produtivo, sendo assim recicladas. Além disso, as embalagens de arame são enviadas para um operador especializado em gestão de resíduos, garantindo que sejam adequadamente recicladas. Por estes motivos, a Altri considera que 100% do material que resulta do seu processo produtivo é reciclável.

Resíduos

A gestão de resíduos e subprodutos gerados nas unidades industriais constitui um elemento central da estratégia de economia circular do Grupo Altri, permitindo prolongar o ciclo de vida dos materiais e reduzir a dependência de recursos primários.

No âmbito do seu modelo industrial, o Grupo procura maximizar a valorização dos fluxos materiais resultantes das suas operações, promovendo sempre que possível a reintegração de subprodutos nos processos produtivos ou a sua utilização por outras indústrias como substitutos de matérias-primas virgens.

A valorização de resíduos constitui, assim, um dos pilares da estratégia de circularidade da Altri, contribuindo para manter os fluxos materiais no sistema produtivo sempre que tecnicamente viável e para reduzir o encaminhamento de resíduos para eliminação, em linha com a hierarquia de gestão de resíduos que privilegia soluções de reutilização, reciclagem e recuperação em detrimento da eliminação.

Alguns dos resíduos gerados nas operações industriais do Grupo, como dregs, grits, cinzas de biomassa residual, lamas de cal e areias provenientes dos processos industriais, apresentam potencial de valorização em diferentes cadeias de valor. Estes fluxos podem ser utilizados, por exemplo, em aplicações nos setores da construção e da cerâmica, contribuindo para a substituição de matérias-primas virgens e para o reforço da circularidade dos materiais. Esta abordagem está alinhada com o modelo industrial de biorrefinaria adotado pelo Grupo, no qual os diferentes fluxos resultantes da transformação da madeira são progressivamente valorizados em múltiplas aplicações.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A figura seguinte apresenta alguns exemplos de resíduos gerados nas operações industriais do Grupo que podem ser objeto de valorização material em diferentes setores.



A tabela seguinte apresenta a quantidade total de resíduos gerados nas operações do Grupo, incluindo resíduos perigosos e não perigosos, bem como a sua distribuição pelas diferentes operações de valorização ou eliminação.

	2025				2024			
	Perigosos	Não perigosos	Total	%	Perigosos	Não perigosos	Total	%
Desviada da eliminação:	47	81 997	82 045	81 %	200	81 875	82 075	80 %
Preparação para reutilização (t)	4	0	4	— %	0	0	0	— %
Reciclagem (t)	7	33 752	33 759	33 %	149	55 885	56 034	54 %
Outros (t)	26	48 245	48 271	48 %	51	25 990	26 041	25 %
Destinada à eliminação:	417	18 775	19 144	19 %	198	20 883	21 082	20 %
Incineração (t)	0	0	0	— %	0	0	0	— %
Aterro (t)	248	18 759	19 007	19 %	106	20 784	20 891	20 %

	2025				2024			
	Perigosos	Não perigosos	Total	%	Perigosos	Não perigosos	Total	%
Outros (t)	122	16	137	— %	92	99	191	— %
Total de resíduos gerados	417	100 772	101 188	100 %	399	102 758	103 157	100 %

Em 2025, o Grupo gerou 101 188 toneladas de resíduos, maioritariamente classificados como resíduos não perigosos (100 772 toneladas), enquanto os resíduos perigosos totalizaram 417 toneladas, correspondendo a cerca de 0,49% do total gerado.

Em linha com a hierarquia de resíduos definida na legislação europeia, o Grupo assegurou o desvio de 81% dos resíduos gerados (82 044,82 toneladas) de operações de eliminação, através da sua afetação a operações de valorização. Estas incluem reciclagem (33 759,08 toneladas; 33%), preparação para reutilização (3,96 toneladas; residual) e outras formas de valorização (48 245 toneladas; 48%), nomeadamente recuperação de materiais e valorização energética.

Os restantes 19% dos resíduos gerados (19 144 toneladas) foram encaminhados para operações de eliminação, sendo a deposição em aterro a principal via de tratamento (19 007 toneladas).

A análise por tipologia de tratamento evidencia que, embora a reciclagem represente uma parcela relevante dos fluxos de resíduos, uma proporção significativa é direcionada para outras operações de valorização, refletindo as especificidades dos processos industriais do Grupo e a integração de soluções de recuperação de materiais e energia.

Neste contexto, importa clarificar que o indicador de resíduos reciclados considera exclusivamente os fluxos classificados como operações de reciclagem, de acordo com as categorias de tratamento estabelecidas na regulamentação europeia aplicável, não incluindo outras operações de valorização previstas na hierarquia de resíduos.

A quantidade de resíduos não reciclados ascendeu a aproximadamente 67 504 toneladas, correspondendo a cerca de 67% do total de resíduos gerados, sem prejuízo de uma parte relevante destes fluxos ser objeto de valorização por outras vias que não a reciclagem.

No âmbito das atividades florestais, os resíduos gerados são não materiais e consistem essencialmente em embalagens, sendo integralmente encaminhados para operadores licenciados, através do sistema eletrónico de registo e acompanhamento de resíduos (e-GAR).

O desempenho registado em 2025 evidencia a progressiva integração dos princípios da economia circular, nomeadamente através da maximização do desvio de resíduos de eliminação, da valorização de subprodutos e da otimização contínua dos processos produtivos. O Grupo mantém em curso iniciativas e investimentos orientados para a prevenção da geração de resíduos, o aumento da eficiência no uso de recursos e o reforço de soluções de valorização alinhadas com a hierarquia de resíduos.

Políticas Contabilísticas

Os dados relativos aos resíduos gerados são obtidos a partir dos registos operacionais das unidades industriais do Grupo e consolidados ao nível do Grupo Altri.

A classificação dos resíduos perigosos e não perigosos é realizada de acordo com a legislação aplicável e com os códigos da Lista Europeia de Resíduos.

O valor de resíduos radioativos foi calculado com base na quantidade de fontes seladas transferidas para o Instituto Superior Técnico (IST).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Informação Social

A valorização das pessoas representa um dos pilares estratégicos que norteia a ação da Altri. Nesta secção da Demonstração de Sustentabilidade, descreve-se não só a abordagem do Grupo Altri ao desenvolvimento dos seus colaboradores, mas também a sua abordagem para com todas as pessoas e entidades que se relacionem com as suas operações, desde os fornecedores com quem trabalha às comunidades próximas dos locais onde a Altri exerce as suas atividades. Assim, este capítulo está dividido em três subcapítulos, que destacam algumas das relações mais relevantes da cadeia de valor do Grupo, nomeadamente: Mão de obra própria; Trabalhadores na cadeia de Valor e Comunidades Afetadas.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ESRS S1 Mão de Obra Própria

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a própria mão de obra, identificados pelo Grupo Altri no âmbito da análise de Dupla Materialidade, estão apresentados na tabela seguinte.

Social	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 - Condições de trabalho						
Oferta de contratos de trabalho estáveis, sem termo e com horários garantidos.	I	+	R	PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a mão de obra própria (S1-1; S1-4; S1-5; S1-6; S1-7; S1-8; S1-10; S1-11; S1-14; S1-15)
Aumento da motivação, produtividade e compromisso dos colaboradores, bem como da capacidade da Altri de atrair e reter talento qualificado, impulsionado pela oferta de contratos de longa duração com horários garantidos.	O			PO	■■■	
Impacto negativo na saúde física e mental dos colaboradores resultante da exposição a jornadas prolongadas, turnos irregulares (incluindo noturnos) e realização de trabalho extraordinário, especialmente em contextos de alta pressão ou carga de trabalho intensa.	I	-	R	PO	■■■	
Aumento dos custos operacionais associados à atração e retenção de talento, decorrente da desmotivação e insatisfação dos colaboradores face à exigência de trabalho por turnos.	R			PO	■■■	
Melhoria das condições económicas e segurança financeira dos colaboradores, resultante da oferta de benefícios complementares ao salário,	I	+	R	PO	■■■	
Aumento da atratividade e da capacidade de retenção de talento, o que se traduz na redução dos custos relacionados com recrutamento, integração e formação de novos colaboradores, potenciado pelos benefícios oferecidos pela Altri aos seus colaboradores.	O			PO	■■■	Processos para dialogar com os próprios colaboradores e os representantes dos colaboradores sobre impactos (S1-2)
Aumento da motivação e da produtividade dos colaboradores da Altri, resultante do pagamento de salários justos e adequados, incluindo a remuneração base e os benefícios complementares.	O			PO	■■■	
Risco de aumento da rotatividade e redução da capacidade de atração de talento, decorrente de práticas de remuneração percebidas como inadequadas ou não competitivas face ao mercado.	R			PO	■■■	
Diálogo institucional aberto e transparente com todos os colaboradores.	I	+	R	PO	■■■	
Aumento da motivação e da produtividade dos colaboradores da Altri, resultante do reconhecimento e da consideração dos seus interesses e opiniões nos processos de tomada de decisão, promovidos por meio de mecanismos de diálogo social eficazes.	O			PO	■■■	
Aumento das despesas salariais decorrente de acordos de negociação coletiva, incluindo Acordos de Empresa, que estabeleçam o aumento dos salários dos colaboradores.	R			PO	■■■	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios colaboradores expressarem preocupações (S1-3)
Impacto negativo na conciliação entre a vida profissional e pessoal dos colaboradores da Altri, resultante da exigência de trabalho por turnos, incluindo horários noturnos.	I	-	R	PO	■■■	
Maior dificuldade na atração e retenção de talento, decorrente da inexistência de um regime híbrido de teletrabalho em determinadas funções.	R			PO	■■■	
Aumento do absentismo e da perda de produtividade, bem como dos custos relacionados a compensações ou processos legais decorrentes de acidentes de trabalho graves, doenças ocupacionais ou fatalidades nas operações da Altri.	R			PO	■■■	
Promoção de elevados padrões de saúde e segurança ocupacional através da implementação sistemática de sistemas de gestão e referenciais normativos (ISO 45001, PEFC e FSC®),	I	+	R	PO	■■■	

Social	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
2 - Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos						
Melhoria efetiva das condições de equidade salarial e de acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional entre homens e mulheres.	I	+	R	PO	■■■	
Reforço do posicionamento reputacional do Grupo Altri decorrente da implementação de práticas robustas e transparentes que promovem a igualdade de oportunidades e a equidade remuneratória entre homens e mulheres.	O			PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com a mão de obra própria (S1-1; S1-4; S1-5; S1-7; S1-8; S1-9; S1-13; S1-16)
Aumento da capacidade de atração e retenção de talento qualificado, decorrente das práticas de igualdade salarial e de oportunidades.	O			PO	■■■	
Promoção do desenvolvimento contínuo de competências dos colaboradores, através de programas estruturados de capacitação técnica e comportamental (Altri Academy e ALP).	I	+	R	PO	■■■	
Implementar planos de sucessão e desenvolvimento de forma transversal para os cargos de liderança do Grupo, o que pode contribuir para a continuidade da gestão, reduzir custos associados à rotatividade e recrutamento externo, e garantir maior estabilidade e eficiência operacional.	O			PO	■■■	

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

Curto Prazo Médio Prazo Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspectiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspectiva financeira, independentemente se na perspectiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Mão de Obra Própria da Altri

(SBM-3)

A Altri reconhece as pessoas como um pilar central da sua estratégia e da criação de valor sustentável a longo prazo. A gestão da sua mão de obra assenta em princípios de respeito pelos direitos humanos, promoção de condições de trabalho dignas, valorização do mérito, desenvolvimento contínuo de competências, segurança, saúde e bem-estar, em alinhamento com a legislação laboral aplicável, com as normas internacionais relevantes e com os compromissos assumidos pelo Grupo em matéria de sustentabilidade.

A estratégia de gestão de pessoas está integrada na estratégia corporativa do Grupo e orienta-se para a atração, desenvolvimento e retenção de talento, assegurando simultaneamente a continuidade do negócio, a renovação geracional e a preparação das competências necessárias para responder aos desafios atuais e futuros. Esta abordagem é transversal às diferentes empresas do Grupo e é progressivamente consolidada através de políticas, procedimentos e práticas comuns, comunicadas e partilhadas através dos canais internos da Altri.

Os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados na análise de Dupla Materialidade relacionados com a própria mão de obra constituem um elemento central na definição e adaptação contínua da estratégia e do modelo de negócio da Altri. Estes resultados orientam a revisão de políticas internas, apoiam decisões estratégicas, fundamentam investimentos em pessoas e impulsionam mudanças organizacionais necessárias para assegurar a resiliência e a competitividade do modelo de negócio.

Para a análise dos impactos, riscos e oportunidades foram considerados todos os colaboradores assalariados da Altri, bem como os colaboradores não assalariados, que correspondem a casos pontuais de trabalhadores independentes ou contratados através de empresas terceiras.

O Grupo Altri não identifica colaboradores com características específicas ou inseridos em contextos de trabalho particulares que os exponham a riscos de danos significativamente superiores aos verificados para o restante universo de colaboradores.

Impactos positivos

O Grupo Altri contribui para a segurança financeira e estabilidade a longo prazo dos seus colaboradores através da oferta de contratos estáveis e horários de trabalho garantidos, combatendo a precariedade e fortalecendo o bem-estar económico individual. Estas práticas têm igualmente um impacto positivo na solidez do tecido económico e no desenvolvimento social e económico das regiões onde o Grupo opera.

Complementarmente, a Altri reforça as condições económicas e a proteção financeira dos seus colaboradores através da disponibilização de benefícios adicionais ao salário, incluindo seguro de vida, seguro de saúde e um plano de pensões de contribuição definida (Fundo de Pensões), contribuindo assim para a sua segurança financeira no longo prazo.

O Grupo Altri assegura a promoção de elevados padrões de segurança ocupacional, através da implementação sistemática de sistemas de gestão e referenciais normativos que abrangem todas as unidades relevantes do Grupo, incluindo Celbi, Caima, Biotek, Altri Florestal, Viveiros do Furadouro e Altri SL. As unidades industriais encontram-se certificadas segundo a norma ISO 45001, reforçando a adoção de práticas robustas de prevenção, controlo e melhoria contínua. Já as unidades florestais aplicam os referenciais de certificação PEFC e FSC®, garantindo igualmente a implementação consistente de medidas preventivas, a monitorização contínua dos riscos e a melhoria sistemática das condições de trabalho em todo o Grupo.

Em 2021, a Altri implementou o seu Plano de Igualdade de Género, concebido para assegurar condições equitativas de desenvolvimento e progressão profissional entre colaboradores do género masculino e feminino. Este plano está alinhado com as melhores práticas internacionais e com o programa acelerador Target Gender Equality, do United Nations Global Compact, reforçando o compromisso do Grupo com a igualdade de oportunidades.

No âmbito deste plano, o Grupo promove a redução das disparidades salariais e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento e progressão de carreira, incentivando simultaneamente a diversidade e a representatividade, nomeadamente através do aumento do número de mulheres em funções de liderança. Esta prioridade está igualmente refletida no Compromisso 2030, no qual a Altri estabeleceu o objetivo de duplicar o número de mulheres em



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL

posições de liderança, consolidando a ambição de construir uma organização mais equilibrada, inclusiva e alinhada com os princípios da sustentabilidade social.

No âmbito da formação e desenvolvimento de competências, o Grupo Altri assume a responsabilidade de promover o crescimento profissional dos seus colaboradores, investindo de forma contínua em ações de formação. Através do programa Altri Academy, o Grupo disponibiliza um conjunto diversificado de formações nas áreas de processo, gestão comportamental, manutenção, segurança, entre outras, assegurando a atualização permanente de conhecimentos técnicos e comportamentais.

Para os colaboradores com responsabilidades de gestão, foram desenvolvidos diferentes programas de formação, aplicáveis aos diferentes níveis de responsabilidade na organização. Estão estruturados programas de Formação Avançada em Liderança, que contemplam uma componente de Assessment 360º, seguido de um programa de coaching/mentoring que visa trabalhar competências específicas individualizadas; o Advanced Leadership Program (ALP), um programa especificamente desenhado para fortalecer competências de liderança e apoiar a preparação de futuros líderes dentro da organização; o SEED Program que pretende iniciar o processo de desenvolvimento dos jovens com um elevado potencial do grupo Altri.

Ainda no âmbito do desenvolvimento de competências importa também mencionar que as competências core da organização são consolidadas através do programa de Formação Técnica, direcionado para a especificidade de cada função e respetiva instalação, aplicável a todos os colaboradores da organização com atividades operacionais.

De forma transversal, o Grupo Altri assegura um diálogo institucional aberto e transparente com todos os colaboradores assalariados, não assalariados e demais pessoas que desempenham atividades de trabalho no Grupo. Este compromisso garante que os seus contributos, preocupações e expectativas são considerados na revisão da estratégia, políticas, metas e ações, promovendo um ambiente participativo e uma gestão alinhada com as necessidades dos seus colaboradores.

Impactos negativos

O trabalho por turnos, necessário para assegurar o regime de produção contínua da Altri, em particular durante o período noturno, foi identificado como um impacto negativo nos horários de trabalho e equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada. A exposição a horários irregulares, sobretudo a turnos noturnos, pode desalinhar os ritmos de trabalho com a rotina social e familiar, dificultando a gestão de compromissos pessoais, o descanso adequado e a participação em atividades familiares ou sociais.

A exposição prolongada a turnos irregulares está associada a fadiga, distúrbios do sono e aumento dos níveis de stress, comprometendo o bem-estar físico e psicológico dos colaboradores. Estes impactos podem ainda ser agravados em situações que exijam jornadas extensas ou períodos prolongados de trabalho extraordinário, sobretudo em contextos de maior pressão operacional ou carga de trabalho intensiva.

A Altri gere os impactos negativos relacionados com os horários de trabalho irregulares através de uma combinação de prevenção, acompanhamento clínico e promoção ativa da saúde. A Política de Segurança e Saúde no Trabalho e a Direção de Saúde Ocupacional permitem monitorizar os colaboradores expostos a turnos exigentes e implementar medidas de prevenção contínua. Em paralelo, iniciativas como o Programa de Literacia em Saúde, campanhas de bem-estar, ações de sensibilização e a adesão à Aliança para a Saúde Mental no Local de Trabalho ajudam a mitigar os efeitos da fadiga, do stress e dos distúrbios do sono, promovendo hábitos mais saudáveis e maior equilíbrio.

Riscos

O Grupo Altri enfrenta um conjunto de riscos associados à gestão dos seus colaboradores, com impacto potencial na continuidade operacional, na eficiência produtiva e na sustentabilidade social. Entre estes riscos destaca-se a dificuldade em atrair e reter talento, influenciada por práticas remuneratórias percebidas como pouco competitivas, pela ausência de modalidades flexíveis de trabalho (como o regime híbrido de teletrabalho em determinadas funções) e pelos desafios inerentes ao trabalho por turnos, que podem gerar desmotivação, insatisfação e aumento dos custos operacionais.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Adicionalmente, os acordos de negociação coletiva, incluindo Acordos de Empresa, podem determinar reajustes salariais obrigatórios que, independentemente da situação financeira do Grupo, resultam num aumento das despesas salariais e num impacto financeiro direto.

A escassez de mão de obra qualificada e a saída de profissionais experientes aumentam o risco de insuficiência de competências técnicas e de perda de conhecimento crítico, com efeitos diretos na produtividade, na estabilidade dos processos e na fiabilidade das operações. Este risco é agravado pela inexistência de documentação formal sobre parte significativa deste conhecimento, que depende muitas vezes da experiência individual e da transmissão informal. Assim, quando estes profissionais deixam a organização, uma parte essencial do know-how operacional perde-se, criando lacunas que não podem ser colmatadas de imediato pelos novos colaboradores.

Associada a este contexto, a introdução de novas tecnologias, processos digitais e soluções automatizadas exige um esforço acrescido de requalificação e upskilling. A incapacidade de adquirir ou atualizar competências essenciais pode provocar erros operacionais, períodos de menor produtividade e aumento dos custos com formação, sobretudo em contextos de inovação acelerada ou elevada pressão operacional.

A nível operacional, o Grupo está igualmente exposto a riscos relacionados com acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e fatalidades, que podem resultar em absentismo, perda de produtividade, custos legais e compensações.

Por fim, existe o risco de falhas na gestão de talento caso políticas internas de carreira, avaliação e reconhecimento, diversidade e inclusão, ou bem-estar não sejam suficientemente eficazes ou alinhadas com as expectativas dos colaboradores, afetando o seu compromisso, motivação e a capacidade de execução da estratégia do Grupo.

A Altri gere os riscos relacionados com os colaboradores através de três linhas de atuação essenciais. Primeiro, reforça a atração e retenção de talento com benefícios competitivos e programas de formação estruturados. Segundo, mitiga os riscos associados às falhas de qualificação técnica e de segurança no trabalho através de investimentos contínuos em formação, upskilling e

programas robustos de Segurança e Saúde no Trabalho. Por fim, assegura motivação e alinhamento interno através de práticas de diálogo social regular, negociação coletiva, diversidade e bem-estar.

Oportunidades

O Grupo Altri beneficia de um conjunto significativo de oportunidades relacionadas com a gestão dos seus colaboradores, com impacto positivo na produtividade, na eficiência operacional e na competitividade futura. A oferta de contratos de longa duração e horários estáveis, combinada com remunerações justas e adequadas, contribui para o aumento da motivação, produtividade e compromisso dos colaboradores, ao mesmo tempo que reforça a capacidade de atração e retenção de talento qualificado. Esta estabilidade reduz a rotatividade e diminui os custos associados ao recrutamento, integração e formação.

A disponibilização de benefícios complementares, como seguro de vida, seguro de saúde e um plano de pensões de contribuição definida, reforça a atratividade do Grupo e melhora a segurança financeira dos colaboradores e das suas famílias, contribuindo também para maiores níveis de satisfação e produtividade.

As práticas de igualdade salarial, diversidade, equidade e inclusão promovidas pelo Grupo Altri aumentam a sua capacidade de atrair e reter talento, contribuem para equipas mais criativas e adaptáveis, e facilitam a inovação perante novos desafios tecnológicos ou de mercado. Esta abordagem gera melhorias de médio e longo prazo na competitividade e na redução estrutural de custos.

A implementação de planos de sucessão e desenvolvimento para cargos de liderança representa também uma oportunidade estratégica para o Grupo Altri, permitindo assegurar a continuidade da gestão, reforçar a estabilidade organizacional e evitar ruturas na execução da estratégia. Estes planos garantem que funções críticas são ocupadas por profissionais preparados e alinhados com a visão e os valores da organização, reduzindo simultaneamente os custos associados à rotatividade e ao recrutamento externo.



1
RELATÓRIO DE
GESTÃO



2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



6
RELATÓRIO DE
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

O investimento contínuo em formação e desenvolvimento de competências, através da Altri Academy e de programas avançados de liderança, potencia a melhoria do desempenho, a qualidade do produto final e a redução de não conformidades. Estes programas fortalecem o envolvimento e a motivação dos colaboradores, diminuindo a rotatividade e aumentando a eficiência operacional.

A implementação de mecanismos eficazes de diálogo social constitui igualmente uma oportunidade para reforçar o compromisso e a participação dos colaboradores, assegurando que as suas preocupações e contributos são integrados nos processos de tomada de decisão, com efeitos positivos no clima organizacional e na produtividade.

Por fim, a adoção consistente destas práticas reforça o posicionamento reputacional da Altri junto de stakeholders estratégicos, incluindo investidores, clientes e entidades de rating ESG, fortalecendo a credibilidade do Grupo e criando condições favoráveis à criação de valor sustentável.

Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades

Políticas Relacionadas com a Mão de Obra Própria

(S1-1)

A Valorização das Pessoas constitui um dos quatro eixos estratégicos que orientam as principais prioridades do Grupo Altri e integram a sustentabilidade no seu modelo de negócio. Neste enquadramento, a gestão da própria mão de obra assenta em princípios sólidos de respeito pelos direitos humanos, promoção de condições de trabalho dignas, valorização do mérito, igualdade de género e promoção da saúde, segurança e bem-estar.

A Altri reconhece as pessoas como um pilar essencial para a criação de valor sustentável a longo prazo. Assim, a gestão dos seus colaboradores é desenvolvida em alinhamento com a legislação laboral aplicável, com as normas internacionais relevantes e com os compromissos assumidos pelo Grupo em matéria de sustentabilidade, integrando igualmente o desenvolvimento contínuo de competências, a segurança e saúde ocupacional e o bem-estar físico, social e psicológico dos colaboradores.

Principais compromissos das políticas

O Grupo Altri define e implementa um conjunto de políticas que asseguram o respeito pelos direitos humanos, a promoção de condições de trabalho dignas, a proteção da saúde e segurança e a igualdade de oportunidades para todos os colaboradores. Estas políticas constituem a base do enquadramento ético e operacional da Altri, orientando a forma como o Grupo gere, desenvolve e valoriza as suas pessoas em todas as geografias onde opera.

Neste contexto, destacam-se três instrumentos fundamentais: a Política de Direitos Humanos, que estabelece os princípios de respeito e proteção dos direitos humanos e laborais; a Política de Segurança e Saúde no Trabalho, que define as orientações e práticas para garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis; e o Plano para a Igualdade de Género, que traduz o compromisso do Grupo com a promoção ativa da igualdade e a eliminação da discriminação. Em conjunto, estas políticas asseguram uma abordagem integrada, coerente e alinhada com os compromissos do Grupo e as melhores práticas de gestão de pessoas, sendo complementadas pelo Código de Ética, que estabelece os valores, princípios e padrões de conduta que orientam o comportamento profissional de todos os colaboradores da Altri.

Política de Direitos Humanos

A Política de Direitos Humanos da Altri tem como objetivo assegurar o respeito integral pelos direitos humanos e laborais em todas as empresas do Grupo. Este compromisso visa proteger a dignidade humana, promover a não discriminação, garantir a igualdade de direitos e salvaguardar a segurança, o bem-estar, a educação e o desenvolvimento pessoal e profissional de todas as pessoas que integram o Grupo. A Política abrange igualmente as liberdades de consciência, religião, organização, associação, opinião e expressão.

Para concretizar estes princípios, a Altri estabelece compromissos claros:

- ▶ Identificar, prevenir e monitorizar os riscos relacionados com os direitos humanos e laborais no seu setor de atividade;
- ▶ Respeitar e promover o respeito entre todos os colaboradores, assegurando condições de trabalho dignas, seguras, saudáveis e equilibradas;



- ▶ Não tolerar qualquer violação dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
- ▶ Garantir a existência de um sistema eficaz de comunicação de ocorrências e apresentação de reclamações, assegurando confidencialidade em todo o processo;
- ▶ Ter em consideração as opiniões e preocupações das partes interessadas na gestão dos direitos humanos e laborais, incluindo colaboradores do Grupo Altri.

A Política de Direitos Humanos aplica-se a todas as empresas e colaboradores do Grupo Altri, independentemente da localização geográfica, das práticas locais ou do nível de desenvolvimento social ou económico. Cada colaborador é responsável por promover e cumprir esta política, atuando em conformidade com os princípios e regras que orientam a conduta profissional no Grupo Altri, expressos no Código de Ética, detalhado nas [Políticas de conduta empresarial e cultura corporativa](#).

Para mais detalhes sobre a articulação desta política com a cadeia de valor, incluindo os trabalhadores da cadeia de valor, recomenda-se a consulta da secção [Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor](#).

Política de Segurança e Saúde no Trabalho

Relativamente à saúde e segurança, o Grupo Altri define, através da sua Política de Segurança e Saúde no Trabalho os princípios e a forma como os temas relacionados com a segurança e a saúde no trabalho devem ser executados, geridos e controlados, tanto nas operações do Grupo Altri como na atuação dos seus subcontratados e prestadores de serviços.

A Altri compromete-se a assegurar elevados padrões de segurança e saúde no trabalho, garantindo o cumprimento rigoroso da legislação nacional e comunitária, bem como dos regulamentos e acordos internacionais aplicáveis. O Grupo Altri atua em conformidade com os requisitos da NP EN ISO 45001, assegurando a sua certificação em todas as unidades industriais, e mantém uma monitorização permanente das atividades perigosas, atualizando a avaliação de riscos e os mecanismos de controlo operacional para garantir a sua eficácia.

Para além desta política, a Altri dispõe de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança que abrange todos os locais de trabalho, incluindo tanto os colaboradores internos como os colaboradores de prestadores de serviços que desenvolvem atividades nas instalações da Altri. Nas unidades Altri Florestal, Viveiros e Altri SL, encontram-se implementados os referenciais normativos do Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) e do Forest Stewardship Council® (FSC®), os quais estabelecem requisitos específicos de segurança, ambiente e boas práticas operacionais.

O Grupo compromete-se ainda a disponibilizar formação específica em segurança adequada às funções desempenhadas, incluindo trabalhadores de empresas externas, e garante o fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva adequados.

A melhoria contínua na gestão da segurança e da saúde contribui para a estratégia de transformação e crescimento do Grupo Altri, oferecendo um local de trabalho seguro e saudável e um ambiente operacional fiável e eficiente para os stakeholders e para a sociedade em geral.

Plano para a Igualdade de Género

A Altri implementou um Plano para a Igualdade de Género que reconhece e prioriza a igualdade de oportunidades entre colaboradores do género masculino e feminino como um direito fundamental. O Grupo compromete-se a adotar medidas transversais que tornem este princípio uma realidade efetiva, assegurando um impacto positivo e duradouro na experiência dos seus colaboradores.

O Plano tem como objetivo reduzir desigualdades existentes e prevenir desequilíbrios futuros, promovendo uma transformação cultural baseada na valorização da igualdade em todos os níveis da organização. Esta abordagem demonstra o compromisso da Altri em alocar os recursos necessários para garantir a implementação das iniciativas previstas e a sua integração contínua na gestão do Grupo.

No âmbito deste Plano, são definidos objetivos concretos, medidas específicas, bem como indicadores e metas que permitem monitorizar a sua execução. Paralelamente, e alinhado com o Compromisso 2030, o Grupo assumiu o objetivo de duplicar o número de mulheres em funções de liderança, passando de 19 em 2018 para 38 em 2030, em consonância com o

ODS 5 – Igualdade de Género. O progresso relativamente a esta meta pode ser consultado na secção [S1-5 Metas](#).

Por fim, o Plano para a Igualdade de Género está igualmente alinhado com os princípios do United Nations Global Compact (UNGC), nomeadamente o princípio de eliminação da discriminação. O detalhe sobre os dez princípios e a adesão da Altri ao UNGC pode ser consultado na secção [Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor](#).

Código de Ética

A Altri estabelece princípios claros para orientar a conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem. Nesse sentido, todos os colaboradores devem atuar em conformidade com o Código de Ética, que define os valores, comportamentos e padrões de integridade que norteiam a atuação do Grupo.

No âmbito deste compromisso ético, a Altri adota uma política de tolerância zero relativamente a qualquer forma de discriminação ou assédio. As práticas laborais do Grupo repudiam firmemente qualquer comportamento que resulte em tratamento desigual ou ofensivo baseado na cor da pele, características pessoais, origem social ou étnica, orientação sexual, convicções políticas ou sindicais, crença religiosa ou qualquer outro elemento de natureza pessoal.

Política de Participação nas Comunidades

A Política de Participação nas Comunidades do Grupo Altri estabelece os princípios e orientações que enquadram o relacionamento da organização com as comunidades onde desenvolve a sua atividade, assumindo o compromisso de contribuir de forma ativa para o progresso social, ambiental e económico dos territórios de influência. Esta política integra-se na abordagem de sustentabilidade do Grupo, promovendo a criação de valor partilhado e o alinhamento com princípios de governação responsável e ética.

No âmbito desta política, o Grupo Altri promove iniciativas de natureza cultural, educacional, social e de bem-estar, bem como ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. A organização dispõe de mecanismos que permitem identificar, acompanhar e gerir as necessidades e expectativas das comunidades, bem como reconhecer oportunidades de investimento social de longo prazo, reforçando uma relação de

complementaridade e interdependência entre a atividade empresarial e o contexto comunitário envolvente.

A Política de Participação nas Comunidades aplica-se a todos os colaboradores do Grupo Altri, incluindo membros dos órgãos sociais, que são responsáveis por atuar de forma profissional, responsável e zelosa, em conformidade com os princípios de boa governação previstos no Código de Ética e de Conduta. A política estende-se igualmente às entidades que se relacionam económica, institucional ou socialmente com o Grupo, às quais é solicitada a adesão aos princípios nela definidos, sempre que aplicável.

Através desta política, o Grupo Altri reforça o seu compromisso com a transparência, o diálogo com os stakeholders e a melhoria contínua do seu desempenho social, ambiental e de governação, contribuindo para a sustentabilidade do negócio e para o desenvolvimento equilibrado das comunidades onde está presente.

Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio

O Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio do Grupo Altri estabelece os princípios, regras e orientações destinados a prevenir, identificar, combater e eliminar quaisquer comportamentos suscetíveis de configurar assédio no contexto laboral, em conformidade com o disposto no Código do Trabalho. O Código afirma o compromisso do Grupo com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, digno, respeitador e livre de qualquer forma de assédio ou discriminação. Este Código aplica-se a todos os colaboradores do Grupo Altri, incluindo membros dos órgãos sociais, independentemente da função, nível hierárquico ou vínculo, sendo extensível a todas as empresas que integram o Grupo. A sua observância é um dever de todos, constituindo um pilar essencial da cultura ética e de responsabilidade da organização. O Código de Boa Conduta assenta em princípios e valores éticos fundamentais, exigindo que todos os colaboradores pautem a sua atuação pelo respeito pela dignidade humana, pela igualdade de tratamento e pelo cumprimento da legislação em vigor, dos regulamentos internos e das políticas corporativas. O assédio, seja de natureza moral ou sexual, é expressamente repudiado e considerado uma prática inaceitável e não tolerada pelo Grupo Altri. O Grupo Altri assume uma abordagem ativa na prevenção do assédio, promovendo um clima organizacional baseado no respeito mútuo, na integridade e na responsabilidade individual e coletiva.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Todos os colaboradores têm um papel ativo na manutenção de um ambiente de trabalho saudável, sendo incentivados a adotar comportamentos responsáveis e a contribuir para a deteção e eliminação de situações suscetíveis de comprometer a dignidade e o bem-estar no local de trabalho. Através deste Código, o Grupo Altri reforça o seu compromisso com a ética, a boa governação e a valorização das pessoas, assegurando condições de trabalho adequadas do ponto de vista físico e moral e contribuindo para uma cultura organizacional assente no respeito, na confiança e na sustentabilidade das relações profissionais.

Política de Cortesias

A Política de Oferta e Aceitação de Cortesias do Grupo Altri estabelece os princípios e critérios que regulam a oferta, aceitação e recusa de cortesias, com o objetivo de assegurar uma atuação ética, íntegra e transparente em todas as relações profissionais e institucionais. Esta política integra o sistema de compliance do Grupo e visa prevenir situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses, influenciar indevidamente decisões ou comprometer a objetividade, imparcialidade e independência dos colaboradores. Para efeitos da política, consideram-se cortesias os presentes, convites institucionais, refeições, viagens, alojamentos, atividades de entretenimento ou outros benefícios similares. A política aplica-se a todos os colaboradores do Grupo Altri, incluindo dirigentes e membros dos órgãos sociais, independentemente do cargo ou função exercida.

Âmbito das políticas

A Política de Direitos Humanos do Grupo Altri aplica-se a todas as empresas e colaboradores do Grupo, em todas as geografias onde opera, independentemente das práticas locais ou do nível de desenvolvimento social ou económico. Esta política estende-se igualmente a todas as entidades que mantêm relações económicas, institucionais ou sociais com o Grupo, às quais é requerido o cumprimento dos princípios nela estabelecidos, sempre que aplicável.

A Política de Segurança e Saúde no Trabalho aplica-se a todos os que contribuem para o desenvolvimento sustentável das atividades do Grupo Altri, nomeadamente, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, clientes e outros stakeholders.

O Plano para a Igualdade de Género é aplicável a todos os colaboradores do Grupo Altri, incluindo os respetivos órgãos sociais e todas as empresas que integram o Grupo.

O Código de Ética aplica-se a todos os colaboradores da Altri, incluindo órgãos sociais de todas as empresas do Grupo, bem como (com as necessárias adaptações) aos mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que prestem serviços a qualquer título, seja permanente ou ocasionalmente ao Grupo Altri.

Governação e supervisão das políticas

A implementação destas políticas é assegurada pelas diferentes áreas funcionais do Grupo, sob responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo Altri.

Cabe às direções e unidades operacionais assegurar a gestão do risco nas respetivas áreas de atividade, promovendo uma maior consciência e ponderação na tomada de decisões em todos os níveis da organização, de acordo com as responsabilidades atribuídas a cada interveniente.

Normas e certificações de referência

A Política de Direitos Humanos transpõe as regras em matéria de direitos humanos e laborais divulgadas por entidades comunitárias e internacionais, nomeadamente:

- ▶ Pacto Global da Organização das Nações Unidas;
- ▶ Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos;
- ▶ Guia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o Dever de Diligência para uma Conduta Responsável das Empresas;
- ▶ Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Dever de Diligência das Empresas e à Responsabilidade Empresarial.

O Plano para a Igualdade de Género está alinhado com o United Nations Global Compact, bem como com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ambos das Nações Unidas.

Consideração dos interesses das partes interessadas

A definição e revisão destas políticas envolvem processos de reflexão e validação que incluem a participação de órgãos de governação e de áreas funcionais relevantes da organização. Este processo permite incorporar preocupações identificadas no âmbito da gestão do risco, da ética e da conformidade, assegurando que as políticas permanecem adequadas à realidade operacional do Grupo e às expectativas das partes interessadas.

O envolvimento dos colaboradores é promovido através de múltiplos canais formais e informais de comunicação interna, incluindo plataformas colaborativas, sessões de esclarecimento, iniciativas de proximidade

O envolvimento dos colaboradores é promovido através de diversos canais formais e informais, bem como pela divulgação e aplicação das políticas internas e dos mecanismos de comunicação e reporte disponíveis. Esta abordagem reforça a consciencialização e incentiva a participação ativa dos colaboradores na identificação e gestão de potenciais riscos ou situações de incumprimento.

Acessibilidade e disponibilização das políticas

As políticas relacionadas com os colaboradores da Altri encontram-se publicamente disponíveis no website institucional da Altri.

A organização assegura igualmente a sua comunicação aos colaboradores através dos canais internos de comunicação do Grupo, promovendo a sua compreensão e aplicação nas diferentes áreas operacionais.

Estas políticas são revistas periodicamente de forma a refletir a evolução do enquadramento regulatório, das melhores práticas do setor e dos compromissos de sustentabilidade assumidos pelo Grupo.

Envolvimento com os Próprios Trabalhadores e Representantes dos Trabalhadores

(S1-2)

A Altri integra de forma sistemática as perspetivas dos seus colaboradores nos processos de decisão, através de um modelo de diálogo social estruturado e contínuo. Este modelo assenta no respeito pela liberdade de associação, na negociação coletiva e numa abordagem colaborativa à gestão dos impactos sobre os colaboradores.

O diálogo com os colaboradores combina interação direta, suportada por canais internos de comunicação, processos regulares de auscultação e iniciativas de proximidade, com o envolvimento das estruturas representativas, com quem o Grupo mantém um relacionamento formal e contínuo. Os contributos recolhidos são incorporados nos processos de tomada de decisão, nomeadamente na revisão de políticas internas, na adaptação de práticas operacionais e na implementação de medidas destinadas a gerir impactos materiais reais ou potenciais sobre a própria mão de obra.

O Grupo assegura ainda diversos fóruns formais de diálogo, incluindo reuniões de acompanhamento com estruturas representativas dos trabalhadores, comissões internas no âmbito da segurança e saúde no trabalho e qualidade, bem como momentos de interação ao longo do ciclo de vida do colaborador. Estes mecanismos permitem recolher contributos sobre matérias como condições de trabalho, organização do tempo de trabalho, evolução profissional, benefícios e bem-estar, assegurando uma compreensão consistente das prioridades e preocupações da mão de obra.

O envolvimento com os representantes dos trabalhadores ocorre de forma regular, em particular no âmbito da revisão periódica dos Acordos de Empresa, ou sempre que se verifiquem alterações relevantes com impacto direto nos colaboradores. Este diálogo é conduzido de forma estruturada e predominantemente presencial, assegurando transparência, acesso à informação e participação informada das partes envolvidas.

A responsabilidade por assegurar a realização deste diálogo e a integração dos seus resultados nos processos de gestão é atribuída ao Diretor de Pessoas e Talento, que articula com as diferentes áreas do Grupo para garantir a consistência e eficácia das práticas adotadas.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL

Como resultado deste modelo de envolvimento, a Altri tem vindo a assegurar a estabilidade das relações laborais e a celebração contínua de acordos com estruturas sindicais representativas. Atualmente, o Grupo mantém cinco Acordos de Empresa em vigor, negociados com oito estruturas sindicais, que constituem um instrumento central para a incorporação das perspetivas dos trabalhadores na gestão do negócio. A eficácia dos mecanismos de diálogo é monitorizada com base nos resultados alcançados, incluindo a concretização de acordos, o nível de participação e o acompanhamento das medidas implementadas.

Processos para Remediar Impactos Negativos e Canais para os Próprios Trabalhadores Manifestarem Preocupações

(S1-3)

Durante o âmbito da análise de Dupla Materialidade, a Altri identificou um dos impactos negativos materiais que incidem sobre os seus colaboradores. Tendo em conta os compromissos assumidos nas suas políticas internas, incluindo a Política de Direitos Humanos, a Política de Segurança e Saúde no Trabalho, o Plano para a Igualdade de Género e o Código de Ética, o Grupo estabelece uma abordagem sistemática direcionada para a deteção, prevenção, mitigação e, sempre que necessário, correção dos impactos que possam afetar a sua força de trabalho.

Processos para corrigir impactos negativos

A Altri procura prevenir, mitigar e remediar quaisquer impactos negativos que cause sobre os seus colaboradores. Para tal, o Grupo analisa as reclamações recebidas através do Canal de Reporte de Denúncias, bem como as preocupações que emergem nos diferentes momentos de diálogo com os trabalhadores.

A identificação destes impactos é integrada nos processos de gestão de risco e de devida diligência do Grupo, que contemplam a monitorização das atividades operacionais e a avaliação contínua dos riscos sociais e ambientais associados às operações.

No âmbito das reuniões de revisão dos Acordos de Empresa, o diálogo estabelecido com os representantes dos colaboradores permite identificar

impactos negativos que afetam a força de trabalho da Altri e alcançar soluções que contribuem para a sua remediação.

Canais para que os colaboradores possam manifestar preocupações

Os colaboradores da Altri dispõem de canais formais para manifestar preocupações, necessidades ou reclamações, nomeadamente através do Canal de Reporte de Denúncias, acessível no website institucional do Grupo. Este mecanismo pode ser utilizado por qualquer colaborador que tenha sido, ou possa ser, afetado pelas atividades da Altri, permitindo reportar situações relacionadas com direitos humanos e laborais, ética empresarial, ambiente ou outras matérias relevantes.

Para além deste canal, a Altri assegura o envolvimento com os seus colaboradores através de interações estruturadas e de mecanismos internos de escuta, que permitem identificar potenciais impactos negativos e garantir que as suas preocupações são devidamente reconhecidas e tratadas.

Tratamento e monitorização das preocupações reportadas e garantia da eficácia dos canais

As situações reportadas através do Canal de Reporte de Denúncias são analisadas pelo Conselho Fiscal, entidade responsável pela receção, avaliação e tratamento das comunicações de irregularidades no Grupo.

Sempre que a natureza da situação o exige, o Conselho Fiscal articula com a Comissão de Ética, garantindo uma análise mais aprofundada e a definição de medidas corretivas adequadas.

Este processo permite assegurar que as preocupações apresentadas pelos colaboradores da Altri são tratadas de forma rigorosa, promovendo a implementação de ações corretivas ou preventivas sempre que se identifiquem impactos negativos ou situações de incumprimento.

O mecanismo é monitorizado no âmbito dos processos de governação e controlo interno do Grupo, que permitem acompanhar as comunicações recebidas, a sua tipologia e o respetivo tratamento. A divulgação do canal no website institucional garante que todos os colaboradores da Altri têm acesso a este meio para reportar preocupações.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Através deste acompanhamento contínuo, a Altri assegura que as preocupações reportadas são analisadas de forma adequada e que os canais disponíveis permanecem eficazes na identificação e gestão de potenciais impactos negativos.

Proteção dos denunciantes

A Altri garante que todas as comunicações realizadas através do Canal de Reporte de Denúncias são tratadas com total confidencialidade, assegurando que quem utiliza este meio está protegido contra qualquer forma de retaliação. O canal permite aos colaboradores da Altri a submissão de denúncias de forma confidencial ou anónima, garantindo a proteção da identidade do denunciante sempre que solicitado.

Informação detalhada sobre o funcionamento do Canal de Reporte de Denúncias, incluindo os mecanismos de proteção dos denunciantes e o respetivo enquadramento legal, está disponível na [ESRS G1 - Conduta Empresarial](#).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ações e Recursos

(S1-4)

- A Altri implementa um conjunto estruturado de medidas destinadas a prevenir e mitigar impactos negativos sobre a sua própria mão de obra, ao mesmo tempo que promove iniciativas que geram impactos positivos e reforçam o bem-estar, o desenvolvimento e a Valorização das Pessoas, em alinhamento com um dos quatro Eixos Estratégicos do Grupo.

Estas ações são desenvolvidas no quadro das principais políticas corporativas, Política de Direitos Humanos, Política de Segurança e Saúde no Trabalho, Plano para a Igualdade de Género e Código de Ética, assegurando que a gestão de colaboradores assenta em princípios sólidos de respeito, equidade, segurança, integridade e desenvolvimento contínuo.

As ações direcionadas aos colaboradores distribuíram-se em três grandes áreas:

- **Formação e desenvolvimento:** Foco no reforço das competências técnicas, comportamentais e de liderança dos colaboradores. Incluindo programas estruturados, como a Altri Academy, iniciativas de desenvolvimento de liderança (ALP) e ações dedicadas à atração, capacitação e retenção de jovens talentos. O objetivo é fortalecer o capital humano, aumentar a produtividade e preparar o Grupo para os desafios futuros.
- **Saúde, segurança e bem-estar:** Reúne ações de prevenção, sensibilização e promoção de comportamentos seguros, apoiadas por estruturas de saúde ocupacional e campanhas internas. Incluem iniciativas como o Safety Lab, a Convenção de Segurança, programas de literacia em saúde e a adesão à Aliança para a Saúde Mental, com foco na redução de riscos de acidentes, na promoção da saúde física e mental e na consolidação de uma cultura de segurança transversal ao Grupo.
- **Outras ações:** Englobam iniciativas orientadas para o bem-estar, reconhecimento e valorização global dos colaboradores, incluindo o pacote alargado de benefícios, ações de cultura e reconhecimento

(como o Dia do Elogio) e a digitalização da gestão de pessoas através do MyAltri. Estas ações reforçam a atratividade, a satisfação e a estabilidade dos colaboradores.

A execução destas iniciativas é assegurada pela Direção de Pessoas e Talento, pelas estruturas de Saúde e Segurança e pelas equipas de gestão das diferentes empresas do Grupo, que monitorizam regularmente os indicadores relevantes em cada área, garantindo uma implementação consistente e alinhada com os compromissos estratégicos da Altri.

Ações no âmbito da formação e desenvolvimento de competências

O desenvolvimento de competências é promovido de forma estruturada e alinhada com as necessidades do negócio e com a evolução tecnológica. A Altri investe de forma contínua na formação técnica, comportamental e de liderança, através de programas e academias internas, iniciativas de desenvolvimento de liderança e percursos de crescimento profissional.

Programas como o SEED (Strengthening Excellence, Empowering Development) e o ALP (Advanced Leadership Program) têm como objetivo identificar, potenciar e preparar colaboradores com elevado potencial para desafios futuros de liderança. Paralelamente, outras iniciativas, incluindo programas de mentoring, projetos de identificação e desenvolvimento de talento interno e ações de capacitação técnica especializada, são regularmente comunicadas nos canais internos e externos da Altri, refletindo o compromisso do Grupo com a valorização do seu capital humano.

De seguida, apresentam-se as principais ações desenvolvidas ao longo de 2025 no âmbito da formação e desenvolvimento de competências.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Altri Academy**Tipo de ação:** Formação e desenvolvimento**Hierarquia de mitigação:** Alcançar impactos positivos**IROs materiais:**

- Promoção do desenvolvimento contínuo de competências dos colaboradores
- Oportunidade de aumento do envolvimento e produtividade dos colaboradores
- Risco de falta de competências técnicas dos colaboradores

Objetivo da ação: Desenvolver as competências técnicas, comportamentais e de gestão dos colaboradores**Monitorização:** Número médio de horas de formação**Contributo para as metas da própria mão de obra:** -

O Altri Academy é o programa estruturado de formação e desenvolvimento do Grupo Altri, concebido para preparar os colaboradores com as competências necessárias para desempenhar funções num setor altamente exigente e tecnicamente complexo. A Altri assume como responsabilidade estratégica investir no desenvolvimento dos seus profissionais, disponibilizando formação contínua e diversificada.

Em 2025, o Grupo disponibilizou mais de 29 mil horas de formação, abrangendo áreas técnicas e específicas relacionadas com processos de fabrico de elevada complexidade, bem como formação comportamental e de gestão. A oferta formativa é organizada em cinco temas principais: processo; gestão comportamental; manutenção; segurança e outras áreas

Esta estrutura permite dar resposta à diversidade de perfis de colaboradores e assegurar o desenvolvimento das competências essenciais à operação e evolução do Grupo.

SEED Program**Tipo de ação:** Formação e desenvolvimento**Hierarquia de mitigação:** Alcançar impactos positivos**IROs materiais:**

- Promoção do desenvolvimento contínuo de competências dos colaboradores
- Oportunidade de aumento do envolvimento e produtividade dos colaboradores
- Risco de falta de competências técnicas dos colaboradores

Objetivo da ação: Desenvolver competências de liderança nos colaboradores com responsabilidades de gestão, coordenação de equipas e projetos**Monitorização:** Número médio de horas de formação**Contributo para as metas da própria mão de obra:** -

O SEED Program (Strengthening Excellence, Empowering Development) é um programa estruturado de identificação e desenvolvimento de talento promovido pelo Grupo Altri, em parceria com a Porto Business School e a ARGO, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento de colaboradores com elevado potencial e preparar futuros líderes da organização. O processo de estruturação e identificação dos participantes iniciou-se em 2025, sendo que a sua operacionalização formativa irá ocorrer em 2026. O programa assenta numa abordagem integrada, iniciando-se com uma fase de assessment aprofundado, que inclui avaliação 360°, ferramentas de autoavaliação e entrevistas individuais. Esta fase permite identificar competências, estilos de liderança, níveis de compromisso e áreas de desenvolvimento, promovendo o autoconhecimento e suportando decisões informadas sobre os percursos de desenvolvimento mais adequados para cada participante. Com base nos resultados do assessment, os participantes selecionados integram um percurso de formação avançada em liderança, desenvolvido em colaboração com a Porto Business School e customizado às necessidades estratégicas do Grupo Altri. Este percurso visa reforçar competências críticas, com especial enfoque no desenvolvimento de outros, na capacidade de liderança consciente e na criação de impacto sustentável nas equipas e na organização. O SEED Program valoriza igualmente a responsabilidade partilhada pelo desenvolvimento, envolvendo as chefias diretas e a organização no acompanhamento pós-programa, através de planos de desenvolvimento individual e mecanismos de follow-up que asseguram a transferência da aprendizagem para o contexto real de trabalho. Esta abordagem reforça a



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

consistência do investimento em talento e a sustentabilidade dos resultados alcançados.

Através do SEED Program, o Grupo Altri reforça o seu compromisso com a valorização das pessoas, o desenvolvimento de liderança interna e a preparação do futuro da organização, alinhando o crescimento individual dos colaboradores com os objetivos estratégicos e a criação de valor sustentável a longo prazo.

A Altri acredita que os conhecimentos adquiridos e as relações construídas ao longo do programa terão impacto duradouro no crescimento pessoal e profissional dos participantes, fortalecendo a capacidade futura do Grupo.

Complementarmente, quando os programas internos não são suficientes, a Altri incentiva e apoia a continuidade dos estudos dos colaboradores, suportando despesas de deslocação e propinas sempre que tal contribui para o desenvolvimento do talento. O Grupo promove ainda formação através de parcerias com instituições de ensino, que incluem estágios curriculares, dissertações académicas e estágios profissionais, sendo estes programas uma das principais fontes de recrutamento da Altri.

Formação Técnica

Tipo de ação: Formação e desenvolvimento

Hierarquia de mitigação: Alcançar impactos positivos

IROs materiais:

- Promoção do desenvolvimento contínuo de competências dos colaboradores
- Oportunidade de aumento do envolvimento e produtividade dos colaboradores
- Risco de falta de competências técnicas dos colaboradores

Objetivo da ação: Desenvolver competências dos colaboradores com atividades operacionais.

Monitorização: Número médio de horas de formação

Contributo para as metas da própria mão de obra: -

A formação técnica constitui um eixo central da estratégia de desenvolvimento de pessoas do Grupo Altri, assegurando que os colaboradores dispõem das competências técnicas e operacionais necessárias para desempenhar funções num setor industrial exigente, altamente especializado e tecnologicamente

complexo. Este investimento reflete o compromisso do Grupo com a excelência operacional, a segurança, a sustentabilidade e a preparação do futuro das suas operações industriais. A abordagem do Grupo à formação técnica está integrada na Academia Altri, que organiza a oferta formativa de forma estruturada e alinhada com as necessidades do negócio. No domínio técnico, a formação abrange áreas críticas como processos industriais, manutenção, segurança, operação de equipamentos, sistemas de produção e outras competências específicas associadas às diferentes unidades industriais e à atividade florestal. Com o objetivo de reforçar a eficácia e a consistência da formação técnica, o Grupo Altri implementou um modelo de coordenação dedicado nas unidades industriais, assegurando o diagnóstico de necessidades, o planeamento, a execução e a avaliação das ações formativas, em articulação com a Direção de Pessoas e Talento e com entidades externas especializadas. Este modelo permite adaptar os conteúdos às especificidades de cada unidade e função, promovendo uma aprendizagem aplicada e orientada para o contexto real de trabalho.

A formação técnica inclui igualmente programas estruturados de integração e capacitação de novos colaboradores, formação em contexto de trabalho e iniciativas desenvolvidas em parceria com entidades externas, nomeadamente no âmbito da qualificação de operadores industriais e do reforço de competências técnicas críticas para a operação. Estas iniciativas contribuem para a transferência de conhecimento, a redução de riscos operacionais e o desenvolvimento sustentável das equipas técnicas.

Através da formação técnica, o Grupo Altri promove a melhoria contínua das competências dos seus colaboradores, assegurando elevados padrões de desempenho, segurança e qualidade, e reforçando a sua capacidade de responder aos desafios presentes e futuros do setor. Este investimento contínuo no desenvolvimento técnico das pessoas constitui um pilar fundamental da criação de valor sustentável e da competitividade de longo prazo do Grupo.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens**Tipo de ação:** Valorização da mão de obra jovem**Hierarquia de mitigação:** Alcançar impactos positivos**IROs materiais:**

- Oferta de contratos de longa duração com horários garantidos
- Promoção do desenvolvimento contínuo de competências dos colaboradores
- Oportunidade de aumento da atividade e capacidade de retenção
- Oportunidade de inovação face a uma força de trabalho diversificada

Objetivo da ação: Contratar, reter, formar, desenvolver e dar voz aos jovens trabalhadores, promovendo emprego de qualidade e contribuindo para a capacitação da próxima geração de profissionais**Monitorização:** -**Contributo para as metas da própria mão de obra:** -

A Altri é parceira do Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens, uma iniciativa que reúne mais de 100 empresas portuguesas empenhadas na promoção do emprego jovem de qualidade.

No âmbito deste compromisso, a Altri compromete-se a contratar e reter jovens trabalhadores, garantir condições de emprego de qualidade e promover a formação, o desenvolvimento profissional e a participação ativa dos jovens nas dinâmicas do Grupo.

Ações no âmbito da saúde e segurança

A saúde, a segurança e o bem-estar são prioridades permanentes na gestão da força de trabalho da Altri. O Grupo adota uma abordagem preventiva e de melhoria contínua em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, envolvendo tanto colaboradores como prestadores de serviços.

Compromisso de segurança

O Compromisso de Segurança do Grupo Altri estabelece um enquadramento transversal e integrado para a promoção de uma cultura de segurança sólida, preventiva e partilhada, aplicável a todas as empresas, unidades industriais e atividades do Grupo. Este compromisso visa assegurar condições de trabalho

seguras e saudáveis, reduzir de forma sustentada o número e a gravidade dos acidentes e garantir que todos os colaboradores regressam em segurança a casa, todos os dias. O âmbito do Compromisso de Segurança abrange todos os colaboradores do Grupo Altri, independentemente da função ou nível hierárquico, bem como prestadores de serviços, trabalhadores externos, fornecedores e visitantes que acedem às instalações industriais, florestais e demais locais sob responsabilidade do Grupo. Este alargamento reflete o entendimento de que a segurança é uma responsabilidade coletiva e que todos os intervenientes devem adotar comportamentos seguros e cumprir as regras e procedimentos definidos. O Compromisso de Segurança estrutura-se num conjunto integrado de iniciativas que incidem sobre dimensões comportamentais, processuais, técnicas e organizacionais, incluindo a prevenção de riscos, a promoção de comportamentos seguros, a formação e capacitação em Segurança e Saúde no Trabalho, a melhoria contínua de processos, a normalização de práticas e a digitalização de sistemas de apoio à gestão da segurança. Estas iniciativas são implementadas de forma coordenada e consistente em todo o Grupo, assegurando coerência e eficácia na gestão do risco.

No âmbito deste compromisso, o Grupo Altri promove o envolvimento ativo das lideranças e das equipas, incentivando a participação, a comunicação aberta de situações de risco e a aprendizagem organizacional a partir de incidentes, quase-acidentes e práticas inseguras. A monitorização contínua, a definição de responsabilidades claras e a aplicação de medidas corretivas e preventivas fazem igualmente parte do escopo do Compromisso de Segurança, reforçando uma abordagem preventiva e orientada para a melhoria contínua.

Considerando a multidisciplinaridade deste projeto, as iniciativas mais associadas à componente comportamental são trabalhadas pela equipa do Safety Lab, refletem o compromisso da Altri com a prevenção de acidentes, a promoção de comportamentos seguros e o reforço de uma cultura de segurança em todas as áreas de atividade. Esta atuação é complementada por campanhas internas de sensibilização, ações de formação em SST e pela partilha regular de boas práticas entre unidades e equipas.

Paralelamente, a Altri desenvolve programas de saúde ocupacional e iniciativas dedicadas ao bem-estar físico, psicológico e social dos colaboradores. Entre estas incluem-se ações de prevenção, acompanhamento

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

médico, promoção de estilos de vida saudáveis e apoio em situações específicas. Estas iniciativas são regularmente divulgadas nos canais internos do Grupo, integrando uma abordagem holística e contínua ao bem-estar.

De seguida, apresentam-se as principais ações desenvolvidas ao longo de 2025 no âmbito da saúde e segurança.

Iniciativas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho

Tipo de ação: Promoção da saúde, segurança e bem-estar no trabalho

Hierarquia de mitigação: Prevenir

IROs materiais:

- Promoção de elevados padrões de saúde e segurança
- Risco de aumento do absentismo devido a acidentes de trabalho e doença

Objetivo da ação: Garantir a proteção da saúde e segurança dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho seguro, saudável e preventivo e reduzindo os impactos associados a doenças e acidentes

Monitorização: Métricas de saúde e segurança

Contributo para as metas da própria mão de obra: Meta zero acidentes com mais de três dias perdidos

A saúde e segurança dos colaboradores é uma prioridade para a Altri. O Grupo procura desenvolver uma cultura transversal em que a proteção da saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores é parte integrante da forma de estar e atuar em todas as empresas do Grupo.

Para reforçar esta cultura, a Altri dá continuidade ao Altri People Lab, plataforma que integra todos os programas de promoção e valorização dos colaboradores, incluindo iniciativas de saúde, segurança e bem-estar.

Dada a natureza das suas atividades, o Grupo reconhece que pode gerar impactos na saúde e segurança dos colaboradores, desde a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais até riscos associados à saúde mental. Estes impactos podem traduzir-se em absentismo e custos adicionais decorrentes de acidentes e doenças ocupacionais.

Para assegurar uma abordagem integrada, o Grupo dispõe de uma Direção Clínica, de saúde ocupacional e bem-estar, responsável pela definição, promoção e aplicação das políticas de saúde e bem-estar, bem como pela coordenação dos serviços de medicina ocupacional em todas as empresas. Todas as unidades industriais dispõem de um posto médico, equipado para

apoiar a prevenção de doenças profissionais e promover o bem-estar dos colaboradores, através de serviços especializados.

A Altri desenvolve ainda várias ações de sensibilização, incluindo:

- ▶ Distribuição de folhetos informativos;
- ▶ Disponibilização de documentação de segurança (RIPAR, Procedimentos, Normas, Cadernos de Práticas Florestais com Avaliação de Riscos);
- ▶ Divulgação de vídeos de Saúde e Segurança no Trabalho nos circuitos internos de TV;
- ▶ Afixação de sinalética de segurança;
- ▶ Divulgação de flash incidentes e flash quase acidentes;
- ▶ Realização semanal dos Minutos de Segurança nas reuniões equipa.

Estas iniciativas reforçam a consciencialização dos colaboradores e suportam uma cultura ativa de prevenção.

Formação – Perceção de Riscos Laborais

Tipo de ação: Promoção da cultura de segurança

Hierarquia de mitigação: Prevenir

IROs materiais:

- Promoção de elevados padrões de saúde e segurança
- Risco de aumento do absentismo devido a acidentes de trabalho e doença

Objetivo da ação: Reforçar a cultura de segurança, promovendo a participação ativa dos colaboradores e a identificação colaborativa de soluções para melhorar condições de segurança no trabalho

Monitorização: Métricas de saúde e segurança

Contributo para as metas da própria mão de obra: Meta zero acidentes com mais de três dias perdidos

A formação Perceção de Riscos Laborais, integra-se no Compromisso de Segurança do Grupo Altri, tendo como objetivo reforçar a consciencialização dos trabalhadores para os riscos existentes no local de trabalho e promover

comportamentos preventivos, através da melhoria da capacidade individual e coletiva de identificar, avaliar e reagir adequadamente a situações de risco.

Esta iniciativa visa atuar ao nível dos fatores humanos da segurança, complementando os instrumentos técnicos de identificação e avaliação de riscos já existentes, e reforçando a cultura de segurança preventiva nas unidades industriais. A formação foi dirigida a colaboradores da área operacional (Gemba) e chefias diretas, abrangendo trabalhadores do Grupo Altri e, pontualmente, trabalhadores de empresas externas que operam nas instalações industriais. As sessões decorreram nas unidades da Celbi, Caima e Biotek, garantindo uma abordagem transversal e alinhada ao nível do Grupo. Um elemento central da formação foi a introdução e discussão da Reflexão Prévia à execução dos trabalhos, suportada por uma proposta de checklist. Os participantes foram auscultados quanto à utilidade, clareza, formato e aplicabilidade deste exercício, sendo recolhido feedback estruturado através de fichas próprias para posterior análise no âmbito do Safety Lab. Esta iniciativa reforça o alinhamento do Grupo Altri com os princípios da melhoria contínua em Segurança e Saúde no Trabalho e com os objetivos estratégicos definidos no âmbito do Compromisso de Segurança.

Neste âmbito foram realizadas 18 sessões, num total de aproximadamente 300 participantes (internos e externos).

2.ª Convenção de Segurança Altri

Tipo de ação: Promoção da cultura de segurança

Hierarquia de mitigação: Prevenir

IROs materiais:

- Promoção de elevados padrões de saúde e segurança
- Risco de aumento do absentismo devido a acidentes de trabalho e doença

Objetivo da ação: Parar, refletir e projetar o futuro da segurança no Grupo Altri

Monitorização: -

Contributo para as metas da própria mão de obra: Meta zero acidentes com mais de três dias perdidos

A 2.ª Convenção de Segurança e Saúde do Grupo Altri constituiu um momento relevante de reflexão, partilha e reforço do compromisso coletivo com a segurança e a saúde no trabalho, reunindo colaboradores das várias

empresas do Grupo num espaço dedicado à promoção de uma cultura de segurança ativa, participativa e sustentável. Sob o mote de que a cultura de segurança se constrói com compromisso e envolvimento, a Convenção reforçou a mensagem de que a prevenção é uma responsabilidade partilhada e transversal a toda a organização. Ao longo da Convenção, foram apresentados os principais indicadores de sinistralidade, bem como diversas iniciativas integradas no Compromisso de Segurança, permitindo enquadrar os progressos alcançados e os desafios futuros. Este momento de balanço foi essencial para reforçar a importância da monitorização, da aprendizagem organizacional e da melhoria contínua na gestão da segurança e saúde no trabalho. O programa incluiu a participação de entidades externas convidadas, que contribuíram para o enriquecimento da discussão e a partilha de boas práticas. Destacou-se a intervenção da Repsol, com a abordagem à influência dos fatores humanos na segurança em contextos de indústria de processo, bem como a participação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, que abordou estratégias de prevenção e recuperação de lesões musculoesqueléticas, uma temática particularmente relevante face ao seu peso na sinistralidade laboral.

A Convenção integrou ainda momentos de reconhecimento de pessoas, equipas e iniciativas, valorizando boas práticas de segurança desenvolvidas tanto por empresas externas como internamente no Grupo Altri. Estes reconhecimentos reforçaram a importância do envolvimento das áreas operacionais e da partilha de soluções concretas que contribuem para a melhoria das condições de segurança no terreno, promovendo a replicação de práticas eficazes em todo o Grupo.

A 2.ª Convenção de Segurança e Saúde consolidou, assim, o Compromisso de Segurança como um pilar estruturante da cultura organizacional do Grupo Altri, reforçando a liderança partilhada, a prevenção de riscos e a centralidade das pessoas. A mensagem final — numa verdadeira cultura de segurança, todos somos parte da solução — sintetizou o propósito da Convenção e o caminho que o Grupo continua a trilhar para garantir que cada colaborador regressa em segurança a casa, todos os dias.



1
RELATÓRIO DE
GESTÃO



2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Programa literacia em saúde**Tipo de ação:** Promoção da saúde e bem-estar**Hierarquia de mitigação:** Prevenir**IROs materiais:**

- Promoção de elevados padrões de saúde e segurança
- Risco de aumento do absentismo devido a acidentes de trabalho e doença

Objetivo da ação: Sensibilizar e capacitar os colaboradores para adotarem práticas de saúde informadas e preventivas, incluindo a identificação dos riscos a que possam estar expostos e a adoção de hábitos promotores de bem-estar

Monitorização: -**Contributo para as metas da própria mão de obra:** Meta zero acidentes com mais de três dias perdidos

O Grupo Altri desenvolveu o Programa de Literacia em Saúde com o objetivo de capacitar os colaboradores para uma participação ativa na gestão da sua saúde e na identificação de riscos profissionais.

Mensalmente, são selecionados temas específicos e, ao longo do mês, é divulgada informação semanal através da rede social interna da Altri. No final de cada mês, um elemento da equipa de saúde ocupacional visita os postos de trabalho para ações de sensibilização presenciais e entrega de um flyer resumo.

Os temas abordados são alinhados com a realidade socioprofissional da Altri e incluem tópicos de saúde ocupacional relevantes. O programa tem gerado impactos positivos ao reduzir custos de saúde, aumentar a produtividade e melhorar o ambiente de trabalho.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Janeiro**Sistema Nacional de Saúde**

- SNS 24
- Serviços de Saúde Privados
- Enfermagem Saúde Ocupacional Altri
- Valências Saúde Ocupacional Altri

Fevereiro

- Medicamentos
- Direitos e Deveres do Doente
- Resistência aos Antibióticos
- Suplementos Alimentares

Março

- Saúde Mental - As "Máscaras" do Dia a Dia
- Saúde Mental - Sinais, sintomas e abordagem
- "Como é que a personalidade pode influenciar os incidentes no trabalho?"
- Desperdício Alimentar

Abril

- Fit for...
- Exame Médico-Desportivo
- Mexa-se, pela sua Saúde!
- Fit for Move, Move for Fit!
- Prática de Atividade Física

Maio**Mês do Coração**

- Mês de Maio, Mês do Coração Altri
- Gordura Visceral
- Tabaco e Doenças Cardio-Vasculares
- Consumo de Sal em Excesso
- Cafeína e Doenças Cardiovasculares:
Verdades, Mitos e Riscos

Junho

- SNS 24
- Serviços de Saúde Privados
- Enfermagem Saúde Ocupacional Altri
- Valências Saúde Ocupacional Altri
- Exposição Solar - Conhecer os Riscos para melhor proteção
- Festivais de Verão
- "Tecidos, cores e truques que fazem toda a diferença para o seu conforto térmico"

Julho

- O Luto
- Alcool, Saúde e Trabalho
- Consumo de Drogas - Impactos na Saúde e na Segurança no Trabalho

Agosto

- Ouvidos protegidos, verão tranquilo!
- Ouvido e Audição - O que são acufenos?
- Síndrome Vertiginosa
- O Ruído

Setembro**Fit for Move – rumo à São Silvestre**

- Preparar corpo e mente para cruzar a meta. Juntos.
- Vídeo tutorial de preparação
- Vídeo de apresentação do treinador responsável
- Calçado, vestuário e gadgets
- Técnica da Corrida
- Progressão do Treino
- Teste de Cooper
- Motivação e Disciplina
- Nutrição e Desporto

Outubro**Saúde da Mulher e do Homem**

- Tutorial para Corrida São Silvestre
- Conceito "One Health"
- Outubro Rosa – Rastreio do cancro da mama
- Outubro Rosa – Prevenção do cancro da mama

Novembro

- Saúde Musculoesquelética: Prevenção e Bem-Estar no Trabalho
- Saúde do homem
- Prevenção das Infecções Respiratórias

Dezembro**Envelhecimento Ativo**

- Uma Visão Global e Multidisciplinar para Melhorar a Qualidade de Vida
- Cuidar hoje para viver melhor amanhã
- A importância da promoção da Saúde Mental
- Cuidar hoje para manter autonomia amanhã
- Receita de Final de Ano: Bem-estar, Energia e Bons Hábitos

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

No âmbito deste programa, decorreu em maio de 2025 a 5.ª edição da iniciativa “Mês de maio, mês do Coração”, destinada a incentivar a prática de atividade física e a reduzir o sedentarismo. Os colaboradores foram desafiados a cumprir as recomendações da Organização Mundial de Saúde (30 minutos diários de atividade física), acumulando “Moedas do Coração”, convertidas posteriormente em donativos a cinco instituições:

- ▶ Centro Social e Cultural para o Desenvolvimento de Olho Marinho;
- ▶ Associação Hum. Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão;
- ▶ Associação 4 Corações em Castelo Branco;
- ▶ Associação humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância;
- ▶ CERCIFOZ – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Figueira da Foz

A iniciativa incluiu ainda um trail/caminhada na sede da Altri Florestal, envolvendo colaboradores e famílias.

O Programa organizou também o 2.º Torneio de Padel Altri, promovendo a prática de exercício físico como ferramenta de saúde, reforçando simultaneamente o espírito de equipa e a interação entre colaboradores das diferentes empresas do Grupo.

Adesão à Aliança Portuguesa para Promoção da Saúde Mental no Local de Trabalho

Tipo de ação: Promoção da saúde mental

Hierarquia de mitigação: Prevenir

IROs materiais:

- Exposição dos colaboradores a jornadas prolongadas, turnos irregulares com impacto na saúde física e mental
- Promoção de elevados padrões de saúde e segurança
- Risco de aumento do absentismo devido a acidentes de trabalho e doença

Objetivo da ação: Erradicar o estigma associado à saúde mental, promover literacia nesta área e criar condições que suportem um ambiente de trabalho saudável, centrado no bem-estar psicológico dos colaboradores

Monitorização: -

Contributo para as metas da própria mão de obra: Meta zero acidentes com mais de três dias perdidos

A Altri aderiu à Aliança Portuguesa para Promoção da Saúde Mental no Local de Trabalho (ASM), reconhecendo a importância crescente de abordar temas de saúde mental e de eliminar o estigma ainda associado a esta área. A adesão decorre da prioridade que o Grupo atribui à saúde dos seus colaboradores, incluindo a saúde mental, reforçando o compromisso de promover ambientes de trabalho saudáveis e favoráveis ao bem-estar.

Através desta iniciativa, a Altri pretende disseminar conhecimento e promover literacia em saúde mental entre os seus colaboradores, contribuindo para ambientes que incentivem a prevenção, o diálogo e o apoio adequado em temas de saúde psicológica.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Outras ações relacionadas com a própria mão de obra

Pacote de Benefícios para Colaboradores do Grupo Altri

Tipo de ação: Valorização das condições de trabalho e reforço da atratividade e retenção de talento

Hierarquia de mitigação: Alcançar impactos positivos

IROs materiais:

- Oferta de benefícios complementares ao salário
- Oportunidade de aumento da atratividade e da capacidade de retenção de talento
- Oportunidade de aumento da motivação e da produtividade dos colaboradores da Altri

Objetivo da ação: Estruturar, consolidar e comunicar um pacote abrangente de benefícios que valorize os colaboradores, promova o bem-estar e reforce a atratividade e retenção de talento em todas as empresas do Grupo Altri

Monitorização: -

Contributo para as metas da própria mão de obra: -

Em 2025, o Grupo Altri consolidou e comunicou um pacote alargado de benefícios, variável por empresa, mas estruturado de forma coerente e alinhado com as políticas globais de gestão de colaboradores.

O pacote integra benefícios económicos, sociais e de bem-estar destacando-se:

- ▶ Seguro de Saúde, extensível ao agregado familiar;
- ▶ Seguro de Vida e Seguro de Acidentes Pessoais;
- ▶ Fundo de Pensões com contribuição da empresa;
- ▶ Subsídio de Refeição, com valores diferenciados por unidade e pagamento em cartão;
- ▶ Restaurante social/cantina nas três unidades industriais;
- ▶ Transporte coletivo em duas unidades industriais;
- ▶ Postos médicos nas unidades industriais;

- ▶ Remuneração variável anual, associada à performance e Gestão por Objetivos (GPO);
- ▶ Acordos de Empresa com condições mais favoráveis do que o Código do Trabalho;
- ▶ Colónia de férias para filhos de colaboradores;
- ▶ Academia de Verão, com estágios para jovens;
- ▶ Subsídio de nascimento ou adoção, transversal ao Grupo;
- ▶ Descontos e parcerias em saúde, mobilidade, tecnologia, lazer e outros;
- ▶ Pacote de mobilidade internacional, com subsídios de mobilidade, habitação, viagens e garantia de reintegração.

Este conjunto de benefícios contribui para a melhoria das condições de trabalho, reforça o bem-estar e a estabilidade financeira dos colaboradores e aumenta a competitividade da Altri enquanto empregador.

Celebração do Dia do Elogio

Tipo de ação: Promoção do bem-estar

Hierarquia de mitigação: Alcançar impactos positivos

IROs materiais: -

Objetivo da ação: Estimular o reconhecimento positivo entre colaboradores e promover relações interpessoais saudáveis através de uma iniciativa de valorização mútua

Monitorização: -

Contributo para as metas da própria mão de obra: -

A Altri assinalou o Dia Mundial do Elogio de 2025 com uma iniciativa dedicada à promoção do reconhecimento entre colaboradores. A ação permitiu que colaboradores de diferentes empresas do Grupo elogiassem colegas, tanto presencialmente, através da entrega de bilhetes em mão, como de forma anónima, utilizando as Altri Post Boxes, instaladas nas portarias de toda a organização.

Estas caixas foram criadas como alternativa à comunicação digital, com o propósito adicional de aproximar o Grupo do público operacional, proporcionando um meio acessível e inclusivo de expressão positiva entre colegas.

Implementação do Portal do Colaborador MyAltri

Tipo de ação: Digitalização

Hierarquia de mitigação: Alcançar impactos positivos

IROs materiais: -

Objetivo da ação: Disponibilizar uma plataforma centralizada que suporte todos os processos de gestão de colaboradores, promovendo maior transparência, agilidade e eficiência, e assegurando que os colaboradores têm acesso facilitado à informação necessária

Monitorização: -

Contributo para as metas da própria mão de obra: -

O Grupo Altri implementou o MyAltri, uma nova plataforma de gestão de pessoas que integra o portal do colaborador e centraliza todos os processos relacionados com a área de recursos humanos. A plataforma é evolutiva e abrange funcionalidades como recrutamento e onboarding, processamento salarial, gestão de despesas, gestão de tempo, performance e gestão por objetivos, sucessão e planos de carreira.

Em 2025, para além dos módulos já disponibilizados anteriormente (módulos de gestão por objetivos, gestão de dados do colaborador e processamento salarial), implementaram-se também os módulos de Recrutamento e Onboarding. A Altri reconhece que esta mudança é crítica, uma vez que para além da agilização dos processos e gestão da informação, está concentrada informação sensível e relevante para os colaboradores, garantindo o seu acesso centralizado e facilitado.



Recursos afetos à gestão de impactos materiais

As ações direcionadas aos colaboradores da Altri assentam na continuidade e consolidação das abordagens já adotadas, em alinhamento com a Política de Direitos Humanos, a Política de Segurança e Saúde no Trabalho, o Plano para a Igualdade de Género e o Código de Ética. Não existem, à data, planos de ação autónomos com orçamentação segregada exclusivamente dedicada aos colaboradores.

Os recursos financeiros associados encontram-se integrados nas rubricas operacionais relevantes das demonstrações financeiras, refletindo-se em despesas correntes (OpEx) e, quando aplicável, em investimentos em ativos (CapEx), registados nos centros de custo das áreas responsáveis.

A capacidade de implementação das ações não depende de condições prévias externas específicas, estando condicionada essencialmente à disponibilidade de recursos internos, à articulação entre áreas funcionais e ao planeamento operacional anual.

Recursos financeiros futuros para a implementação das ações planeadas

À data, não se encontram definidos montantes financeiros futuros segregados especificamente associados a ações-chave ou planos de ação autónomos relacionados com os colaboradores da Altri.

As ações planeadas para o futuro serão implementadas no âmbito dos orçamentos operacionais e de investimento regulares, em função:

- ▶ da evolução do contexto operacional;
- ▶ da identificação de novos riscos ou oportunidades relacionados com os colaboradores;
- ▶ de alterações regulamentares ou de requisitos de licenciamento;
- ▶ de prioridades definidas nos ciclos anuais de planeamento e orçamentação.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Metas

(S1-5)

Saúde e Segurança

A Altri tem vindo a reforçar de forma consistente a sensibilização dos seus colaboradores para mitigar as causas dos acidentes de trabalho. A empresa reconhece que apenas com o envolvimento de todos os elementos das equipas é possível fortalecer a cultura de segurança, um fator essencial para garantir um ambiente de trabalho seguro e livre de acidentes.

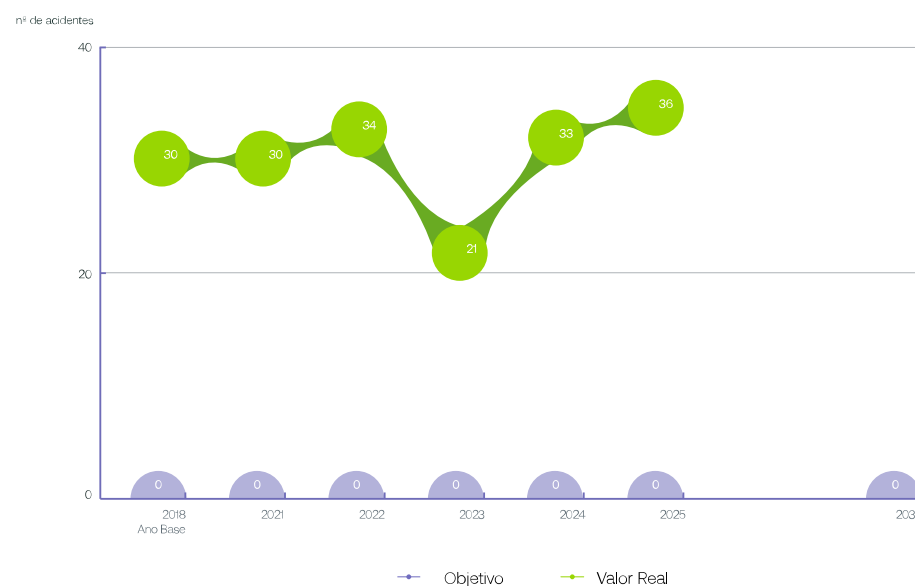
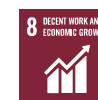
No âmbito do Compromisso 2030, e em alinhamento com os princípios definidos na Política de Segurança e Saúde no Trabalho, a Altri estabeleceu como meta voluntária alcançar zero acidentes com mais de três dias perdidos nas suas operações próprias até 2030. Esta meta encontra-se alinhada com o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, definido pela Organização das Nações Unidas.

Face ao objetivo definido para 2025 de alcançar zero acidentes com mais de três dias perdidos, a Altri registou, neste ano, 36 acidentes com mais de três dias perdidos, ou seja, o Grupo não conseguiu atingir a meta intermédia estabelecida para este período.

Têm sido desenvolvidos vários projetos de sensibilização nesta área. Embora os resultados ainda não se reflitam neste indicador, o Grupo mantém-se empenhado na implementação contínua de ações que permitam avançar no cumprimento dos objetivos definidos.

Acidentes com Dias Perdidos

- Progresso face ao ano base: 0%
- Progresso face ao objetivo anual: 0%
- Objetivo anual: 0



Diversidade, Equidade e Inclusão

Para assegurar a participação plena e efetiva das mulheres e garantir igualdade de oportunidades nos vários níveis de tomada de decisão, a Altri concentra os seus esforços na promoção da diversidade e da igualdade de género. A integração desta temática na estratégia do Grupo gera impactos positivos não só na organização, mas também na sociedade, ao reforçar a representação de mulheres em cargos de gestão e ao fomentar a consciencialização sobre a importância da equidade e da inclusão. Estes avanços contribuem igualmente para fortalecer a capacidade da Altri atrair e reter talento qualificado.

Atenta ao facto de as atividades industriais apresentarem tradicionalmente uma maior predominância de homens, a Altri atribui particular relevância a esta agenda, implementando diversas medidas orientadas para uma maior paridade de género, nomeadamente ao nível dos processos de recrutamento, da gestão de carreiras e do desenvolvimento cultural e organizacional.

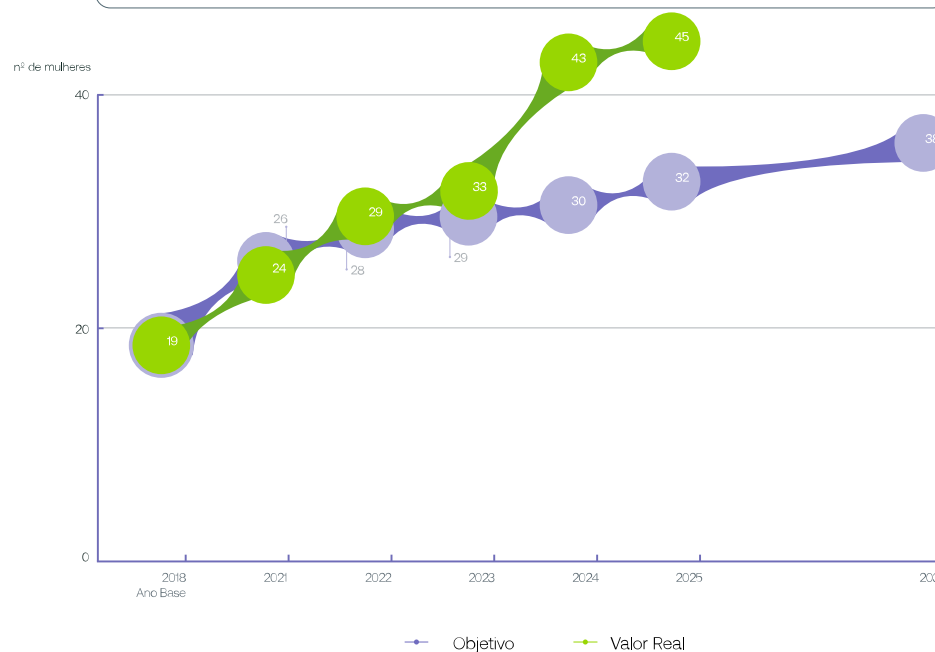
No âmbito do Compromisso 2030 e em alinhamento com os objetivos definidos no Plano para a Igualdade de Género, a Altri estabeleceu como meta voluntária alcançar 38 mulheres em funções de liderança nas suas operações próprias até 2030. Esta meta está alinhada com o ODS 5 – Igualdade de Género, definido pelas Nações Unidas.

Face ao objetivo intermédio definido para 2025, que previa atingir 32 mulheres em funções de liderança, a Altri registou nesse ano um total de 45 mulheres em posições de liderança. Assim, o Grupo não só superou a meta estabelecida para 2025, como também ultrapassou antecipadamente o objetivo previsto para 2030, demonstrando a eficácia das medidas implementadas e o forte compromisso com a promoção da igualdade de género.

Mulheres em Funções de Liderança

MULHERES EM FUNÇÕES DE LIDERANÇA

- Progresso face ao ano base: 100% - OBJETIVO ATINGIDO
- Objetivo anual: 32



1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Métricas

Características dos Trabalhadores Assalariados

(S1-6)

A 31 de dezembro de 2025, o Grupo Altri registava um total de 835 colaboradores, dos quais 678 do género masculino e 157 do género feminino.

Durante o período de relato, 39 colaboradores cessaram a sua relação laboral com o Grupo Altri, correspondendo a uma taxa de rotatividade de 5%.

As tabelas seguintes apresentam a distribuição dos colaboradores por género, país e tipo de contrato.

Distribuição do número de colaboradores por género

Género	2025	2024
Homens	678	646
Mulheres	157	153
Outro	0	0
Não declarado	0	0
Total de colaboradores assalariados	835	799

Distribuição do número de colaboradores por país

País	2025	2024
Portugal	786	780
Espanha	35	15
Suíça	5	4
Áustria	7	0
China	2	0



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Distribuição do número de colaboradores por tipo de contrato e género

	2025					2024				
	Masculino	Feminino	Outro	Não declarado	Total	Masculino	Feminino	Outro	Não declarado	Total
Número de trabalhadores	678	157	0	0	835	646	153	0	0	799
Número de trabalhadores permanentes	652	156	0	0	808	616	145	0	0	761
Número de trabalhadores temporários	26	1	0	0	27	30	8	0	0	38
Número trabalhadores com horas de trabalho não garantidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de trabalhadores a tempo inteiro	678	157	0	0	835	646	153	0	0	799
Número de trabalhadores a tempo parcial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Distribuição do número de colaboradores por tipo de contrato e país

	2025					Total	2024					Total
	Portugal	Espanha	Suíça	Áustria	China		Portugal	Espanha	Suíça	Áustria	China	
Número de trabalhadores	786	35	5	7	2	835	780	15	4	0	0	799
Número de trabalhadores permanentes	759	35	5	7	2	808	743	14	4	0	0	761
Número de trabalhadores temporários	27	0	0	0	0	27	37	1	0	0	0	38
Número trabalhadores com horas de trabalho não garantidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de trabalhadores a tempo inteiro	786	35	5	7	2	835	780	15	4	0	0	799
Número de trabalhadores a tempo parcial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Políticas de Contabilização

O número de colaboradores apresentado inclui todos os indivíduos que mantinham uma relação contratual com o Grupo Altri a 31 de dezembro de 2025, contabilizados em FTE (Full-Time Equivalent).

Na apresentação do número de colaboradores por região, não é apresentado um comparativo para a Áustria e para a China, uma vez que estas geografias não faziam parte do perímetro de operações do Grupo Altri em 2024.

O cálculo da taxa de rotatividade considerou, como numerador, o número de colaboradores que saíram do Grupo Altri durante o ano de 2025, dividido pelo número médio de colaboradores desse mesmo ano, correspondente a 815 colaboradores.

Todas as informações apresentadas foram recolhidas via sistemas de informação internos do Grupo Altri.

Características dos Trabalhadores não Assalariados

(S1-7)

A 31 de dezembro de 2025, a Altri contava com 18 colaboradores não assalariados, incluindo colaboradores independentes/autónomos que fornecem força de trabalho ao Grupo e colaboradores contratados através de empresas dedicadas principalmente a “atividades de emprego”.

	2025	2024
Número de colaboradores não assalariados	18	34

Políticas de Contabilização

O número de colaboradores não assalariados apresentado refere-se a 31 de dezembro de 2025 e encontra-se contabilizado em FTE (Full-Time Equivalent), considerando uma carga semanal de 40 horas.

Todas as informações apresentadas foram recolhidas via sistemas de informação internos do Grupo Altri.

Cobertura da Negociação Coletiva e Diálogo Social

(S1-8)

No Grupo Altri, 82% dos colaboradores assalariados estão abrangidos por convenções coletivas de trabalho e 87% dos colaboradores por diálogo social. Em Portugal, a taxa de cobertura por convenções coletivas entre os colaboradores assalariados da Altri é de 87%.

A Altri não possui quaisquer acordos que assegurem a representação dos colaboradores através de um Conselho de Empresa Europeu (CER), de um Conselho de Empresa da Societas Europaea (SE) ou de um Conselho de Empresa da Societas Cooperativa Europaea (SCE).

2025			
Taxa de cobertura (para países com pelo menos 50 colaboradores e que represente pelo menos 10% do número total de colaboradores)	Cobertura da negociação coletiva		Diálogo social
	Colaboradores – EEE	Colaboradores – não EEE	Representação no local de trabalho
0-19%			
20-39%			
40-59%			
60-79%			
80-100%	Portugal		Portugal

Políticas de Contabilização

A percentagem de colaboradores assalariados abrangidos por convenções coletivas de trabalho foi calculada considerando, como numerador, o número de colaboradores assalariados cobertos por convenções coletivas e, como denominador, o total de colaboradores assalariados do Grupo.

A percentagem de colaboradores assalariados abrangidos por diálogo social foi calculada considerando, como numerador, o número de colaboradores assalariados cobertos por diálogo social e, como denominador, o total de colaboradores assalariados do Grupo.

Para além de Portugal, não existe nenhum outro país onde o Grupo Altri tenha mais de 50 colaboradores e que represente pelo menos 10% do total de colaboradores assalariados do Grupo.

Para estas métricas relacionadas com a negociação coletiva e o diálogo social, é apresentado apenas o valor referente ao ano de 2025, uma vez que este constitui um subtópico novo identificado durante a análise de Dupla Materialidade realizada em 2025.

Diversidade

(S1-9)

A tabela seguinte apresenta a distribuição por género ao nível dos quadros superiores do Grupo Altri. A 31 de dezembro de 2025, 32% dos membros eram do género feminino e 68% eram do género masculino.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

	Género	2025	2024
Quadros superiores (n.º)	Masculino	98	100
	Feminino	45	43
	Outros	0	0
	Não declarado	0	0
Quadros superiores (%)	Masculino	68%	70%
	Feminino	32%	30%
	Outros	0	0%
	Não declarado	0	0%

Relativamente à distribuição dos colaboradores do Grupo Altri por faixa etária, a grande maioria da força de trabalho encontra-se na faixa dos 30 aos 50 anos, representando 64% do total de colaboradores da Altri.

Faixa Etária	2025	2024
< 30 anos	80	81
Dos 30 aos 50 anos	536	519
> 50 anos	219	199
Total	835	799

Políticas de Contabilização

A definição de quadros superiores considerou os colaboradores que se encontram um ou dois níveis abaixo dos órgãos de administração e supervisão. Os valores reportados referem-se à situação a 31 de dezembro de 2025.

A distribuição de colaboradores por faixa etária foi calculada com base no número de trabalhadores, em Full Time Equivalent (FTE), também referente a 31 de dezembro de 2025.

Todas as informações apresentadas foram recolhidas via sistemas de informação internos do Grupo Altri.

Salários Adequados

(S1-10)

O Grupo Altri assegura que todos os seus colaboradores assalariados recebem um salário adequado, em conformidade com os valores de referência legalmente aplicáveis em cada país onde o Grupo desenvolve atividade. As práticas remuneratórias adotadas garantem que nenhum colaborador aufera uma remuneração inferior ao salário mínimo legal em vigor, assegurando condições económicas dignas e alinhadas com os princípios de trabalho responsável.

Para os colaboradores não abrangidos por acordos de negociação coletiva, a Altri aplica os mesmos princípios e condições remuneratórias, garantindo igualmente que todos os colaboradores recebem um salário digno e superior aos padrões mínimos estabelecidos.

Proteção Social

(S1-11)

Todos os trabalhadores assalariados do Grupo Altri estão abrangidos pelos sistemas de proteção social previstos na legislação dos países onde o Grupo opera. Estes regimes públicos asseguram uma cobertura abrangente para situações que podem resultar em perda de remuneração, garantindo estabilidade económica e proteção perante eventos significativos da vida. Entre as situações cobertas incluem-se:

- ▶ Doença;
- ▶ Desemprego, a partir do momento em que o colaborador exerce funções no Grupo;
- ▶ Acidentes de trabalho e incapacidade adquirida;
- ▶ Licenças familiares, incluindo licença parental;
- ▶ Reforma/aposentação.

Para além dos sistemas de proteção social previstos na legislação, o Grupo Altri disponibiliza a todos os seus colaboradores um plano de pensões de contribuição definida. Ao abrigo deste plano, o Grupo atribui a cada colaborador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável, determinada em função do seu tempo de serviço.

A contribuição anual para o Fundo de Pensões varia em função da margem EBITDA do Grupo Altri, sendo reconhecida como custo no próprio exercício. Este mecanismo reforça a proteção financeira dos colaboradores no momento da reforma, complementando os regimes públicos existentes.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Formação e Desenvolvimento de Competências

(S1-13)

O desenvolvimento de competências dos seus colaboradores é uma prioridade assumida pelo Grupo Altri. O investimento consistente realizado nos últimos anos demonstra o compromisso da empresa em fortalecer o conhecimento técnico e comportamental das suas equipas.

Em 2025, o Grupo Altri proporcionou mais de vinte e nove mil horas de formação, abrangendo áreas técnicas de elevada complexidade relacionadas com os processos industriais, bem como formação comportamental e de gestão.

O Plano de Formação é elaborado com base nas necessidades identificadas por cada área da empresa e é executado e revisto ao longo do ano, o que lhe confere um carácter flexível e ajustável às exigências do negócio. O plano contempla diferentes modalidades de formação, presencial ou remota, podendo assumir um formato interno ou externo, consoante os objetivos de desenvolvimento identificados.

A formação no Grupo Altri inicia-se desde o primeiro momento em que o colaborador integra a organização e mantém-se ao longo de todo o seu percurso na empresa. Quando os programas internos de formação não são suficientes para responder às necessidades identificadas, o Grupo incentiva e apoia a continuação dos estudos ou o regresso ao ensino formal por parte dos colaboradores. Este apoio inclui, sempre que aplicável, o financiamento de propinas, bem como o suporte de despesas de deslocação, desde que tal contribua para o desenvolvimento e valorização do talento identificado.

Em 2025 o número médio de horas de formação por colaborador assalariado foi de 35 horas. Na tabela seguinte é apresentado o número médio de horas de formação por colaborador assalariado, discriminado por género.

Género	2025	2024
Masculino	37	41
Feminino	27	53
Outro	0	0
Não declarado	0	0

Em 2025, 92% dos colaboradores da Altri participaram em avaliações regulares do desempenho e evolução de carreira. A gestão definiu que cada colaborador deve realizar uma avaliação anual, assegurando um acompanhamento estruturado da sua evolução profissional.

Género	2025	2024
Masculino	93%	97%
Feminino	90%	89%
Outro	—%	—%
Não declarado	—%	—%

Políticas de Contabilização

A percentagem de colaboradores assalariados que participaram em avaliações regulares de desempenho e evolução de carreira foi calculada dividindo o número de colaboradores que efetivamente realizaram esta avaliação pelo total de colaboradores assalariados.

Os colaboradores assalariados com ausências iguais ou superiores a seis meses, bem como os colaboradores não assalariados, não são considerados para efeitos de avaliação regular de desempenho.

A média de horas de formação por colaborador assalariado foi calculada dividindo o número total de horas de formação registadas a 31 de dezembro de 2025 pelo total de colaboradores assalariados do Grupo registados nessa mesma data.

Todas as informações apresentadas foram recolhidas via sistemas de informação internos do Grupo Altri.

Saúde e Segurança

(S1-14)

A Altri dispõe de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança que abrange todos os locais de trabalho, incluindo colaboradores internos e colaboradores de prestadores de serviços.

Nas unidades Altri Florestal, Viveiros do Furadouro e Altri SL, encontram-se implementados os referenciais normativos do Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) e do Forest Stewardship Council® (FSC®), os quais abrangem tanto os colaboradores internos como externos que desenvolvem atividades nesses locais.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Contudo, apenas os colaboradores das unidades industriais Celbi, Biotek e Caima são abrangidos por um Sistema de Gestão da Saúde e Segurança certificado e auditado segundo a norma ISO 45001.

No ano de 2025, não foram registadas mortes decorrentes de lesões relacionadas com o trabalho nem de problemas de saúde associados à atividade profissional. Durante o mesmo período, foi registado um caso de doença relacionada com o trabalho entre os colaboradores assalariados da Altri.

Os principais perigos associados a doenças profissionais identificados no Grupo Altri incluem a exposição ao ruído, a substâncias mutagénicas e cancerígenas e a riscos mecânicos inerentes às atividades industriais. Para mitigar ou eliminar estes perigos, a Altri assegura uma monitorização contínua dos riscos de exposição nos postos de trabalho, incluindo ruído, substâncias químicas e fatores ergonómicos, trabalho conduzido pelos técnicos de segurança e acompanhado pelo médico do trabalho.

Paralelamente, o Grupo mantém uma procura constante de alternativas mais seguras para as substâncias químicas utilizadas nos seus processos, implementa medidas de isolamento das fontes de risco, garante a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados e realiza vigilância regular da saúde dos colaboradores, reforçando assim a prevenção de doenças profissionais.

As principais métricas de saúde e segurança monitorizadas pelo Grupo Altri são apresentadas na tabela seguinte:

	2025	2024
Número de acidentes de trabalho passíveis de registo		
Colaboradores assalariados	42	40
Colaboradores não assalariados	53	48
Própria mão de obra	95	88
Taxa de acidentes de trabalho passíveis de registo		
Colaboradores assalariados	31	X
Colaboradores não assalariados	46	X
Própria mão de obra	38	X
Número de dias perdidos devido a lesões e mortes		
Colaboradores assalariados	830	479
Colaboradores não assalariados	537	667
Própria mão de obra	1367	1146
Número de mortes devido a lesões		
Colaboradores assalariados	0	0
Colaboradores não assalariados	0	0
Outros trabalhadores que trabalhem nos sites da Altri	0	0
Total	0	0
Número de doenças relacionadas com o trabalho		
Colaboradores assalariados	1	0
Colaboradores não assalariados	0	0
Própria mão de obra	1	0
Índice de Frequência (nº acidentes com baixa/1 milhão de horas trabalhadas)	14	14
Índice de Gravidade (dias perdidos/mil horas trabalhadas)	0,54	0,47

Políticas de Contabilização

Quando se refere à própria mão de obra, a Altri considera tanto os colaboradores assalariados como os colaboradores não assalariados.

A taxa de acidentes de trabalho passíveis de registo foi calculada através da fórmula: Número de acidentes passíveis de registo / Horas trabalhadas × 1 000 000.

Para o cálculo do número de horas trabalhadas pelos colaboradores não assalariados, foram consideradas apenas as unidades industriais Biotek e Caima.

Na determinação do número de dias perdidos, foi contabilizado o número de dias úteis desde o dia seguinte ao da ocorrência do acidente até ao regresso do colaborador ao trabalho.

O Índice de Frequência foi calculado dividindo o número de acidentes com baixa por um milhão de horas trabalhadas. Este índice apenas considera colaboradores assalariados. Avaliação do Índice de Frequência (IF) segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT): IF < 20 Bom; 20 < IF < 50 Aceitável; 50 < IF < 80 Insuficiente; IF > 80 Mau.

O Índice de Gravidade foi calculado dividindo o número de dias perdidos por mil horas trabalhadas. Este índice apenas considera colaboradores assalariados. Avaliação do Índice de Gravidade (IG) segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT): IG < 0,5 Bom; 0,5 < IG < 1 Aceitável; 1 < IG < 2 Insuficiente; IG > 2 Mau

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

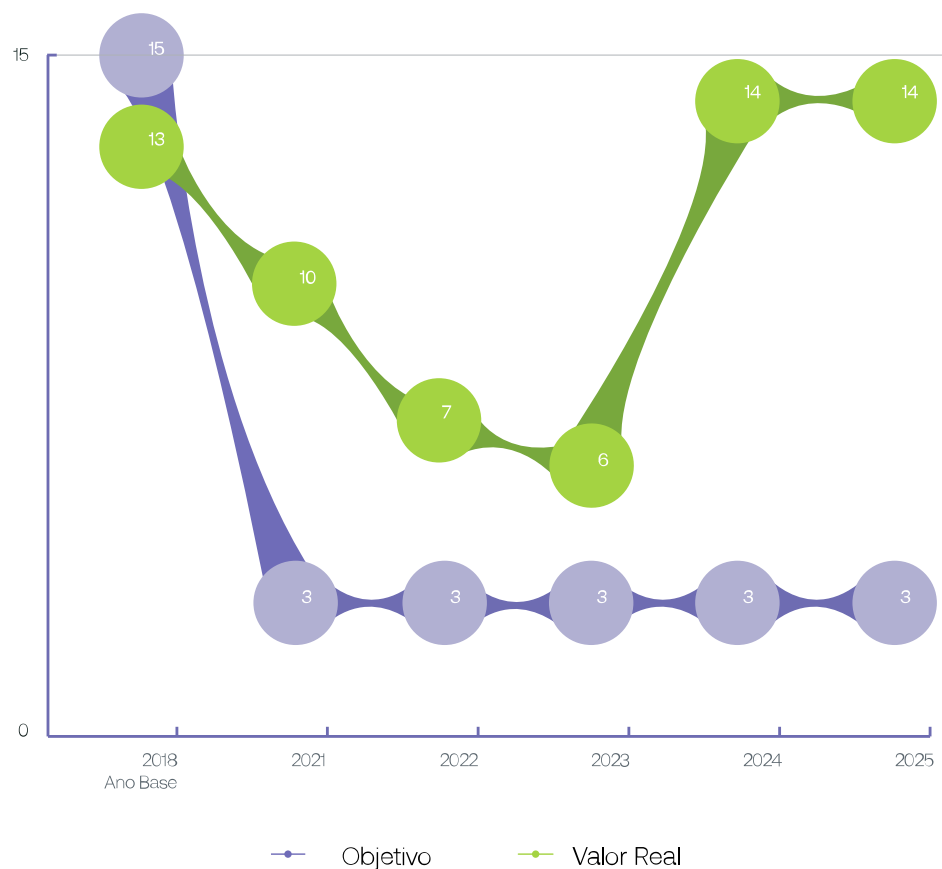
4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Índice de Frequência*

Nº acidentes com baixa/ 1 milhão de horas trabalhadas



*Nota: Apenas considera colaboradores internos

Avaliação do Índice de Frequência (If) segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT): If < 20 Bom | 20 - 50 Aceitável | 50 - 80 Insuficiente | > 80 Mau

Índice de Gravidade*

Dias perdidos/mil horas trabalhadas



*Nota: Apenas considera colaboradores internos

Avaliação do Índice de Gravidade (Ig) segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT): Ig < 0,5 Bom | 0,5 - 1 Aceitável | 1 - 2 Insuficiente | > 2 Mau



Equilíbrio entre a Vida Profissional e a Vida Privada

(S1-15)

Todos os colaboradores assalariados do Grupo Altri têm direito a licenças para assistência à família. Em 2025, 6% dos colaboradores assalariados da Altri usufruíram deste tipo de licenças. A discriminação por género da percentagem de colaboradores que recorreram a este tipo de licenças durante o ano de 2025 pode ser consultada na tabela seguinte.

Género	2025
Masculino	5%
Feminino	9%
Outro	—%
Não declarado	—%

Políticas de Contabilização

As licenças relacionadas com a família incluem a licença de maternidade, a licença de paternidade, a licença parental e a licença de cuidador, prevista na legislação nacional ou em convenções coletivas.

A percentagem de colaboradores assalariados que usufruíram de licenças para assistência à família foi calculada dividindo o número de colaboradores assalariados (por género) que recorreram a este tipo de licença durante o ano de 2025 pelo número total de colaboradores assalariados com direito a estas licenças, ou seja, a totalidade dos colaboradores assalariados do Grupo Altri a 31 de dezembro de 2025.

Para esta métrica relacionada com o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, é apresentado apenas o valor referente ao ano de 2025, uma vez que este constitui um subtópico novo identificado durante a análise de Dupla Materialidade realizada em 2025.

Todas as informações apresentadas foram recolhidas via sistemas de informação internos do Grupo Altri.

Remuneração

(S1-16)

Disparidade salarial entre homens e mulheres

As disparidades salariais constituem um dos desafios mais persistentes no mercado de trabalho. Consciente desta realidade, o Grupo Altri tem incorporado no seu Compromisso 2030 e nas suas práticas de gestão um conjunto de medidas destinadas a promover a igualdade de oportunidades e a reduzir as disparidades salariais entre géneros.

Nos últimos anos, são já visíveis os resultados destas iniciativas, nomeadamente através da contratação de um número crescente de mulheres para funções tradicionalmente associadas às áreas industriais, bem como do seu desenvolvimento para posições de gestão e liderança. Esta evolução funcional traduz-se numa progressão remuneratória correspondente, que é monitorizada de forma sistemática, garantindo que, conforme previsto, trabalhos de igual valor correspondem a remunerações equivalentes.

Na tabela seguinte é divulgado o rácio da remuneração média dos colaboradores do género masculino e do género feminino expressa em percentagem da remuneração média dos colaboradores do género masculino, por categoria de colaboradores, desagregado entre salário ou vencimento base e componentes complementares ou variáveis.

	2025	2024
Salário ou vencimento base por categoria de colaborador	Disparidade salarial entre homens e mulheres (%)	Disparidade salarial entre homens e mulheres (%)
Quadros e Técnicos Superiores	17%	12%
Quadros médios e Chefias Diretas	5%	5%
Restantes colaboradores	6%	13%
Componentes complementares ou variáveis por categoria de colaborador		
Quadros e Técnicos Superiores	22%	(10)%
Quadros médios e Chefias Diretas	44%	43%
Restantes colaboradores	47%	56%
Remuneração total por categoria de trabalhador		
Quadros e Técnicos Superiores	18%	7%
Quadros médios e Chefias Diretas	13%	12%
Restantes colaboradores	17%	24%

Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago

O rácio da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados da Altri durante o ano de 2025 foi de 7,11.

	2025	2024
Rácio de remuneração total anual do indivíduo mais bem pago	7,11	5,07

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Políticas de Contabilização

Para o cálculo da disparidade salarial entre homens e mulheres, foi dividida a diferença entre a remuneração média dos colaboradores do género masculino e a remuneração média dos colaboradores do género feminino pelo valor da remuneração média dos colaboradores do género masculino.

As remunerações médias foram calculadas considerando a soma das remunerações anuais dos colaboradores de cada género e categoria, dividida pelo número médio de colaboradores correspondente.

Estes princípios foram considerados para o cálculo da disparidade salarial relativamente ao salário ou vencimento base, às componentes complementares ou variáveis e à remuneração total, abrangendo as três categorias de colaboradores identificadas: Quadros e Técnicos Superiores, Quadros Médios e Chefias Diretas, e Restantes Colaboradores.

O rácio da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago foi calculado dividindo a remuneração anual desse indivíduo pela mediana das remunerações anuais dos restantes colaboradores assalariados da Altri, excluindo o indivíduo mais bem pago.

Todas as informações apresentadas foram recolhidas via sistemas de informação internos do Grupo Altri.

Incidentes, Queixas e Impactos Graves nos Direitos Humanos

(S1-17)

Durante o período de reporte de 2025, não foram registados incidentes de discriminação, queixas apresentadas pelos colaboradores através dos canais de comunicação de preocupações, nem impactos graves relacionados com o desrespeito dos direitos humanos. Do mesmo modo, não se verificaram multas, sanções pecuniárias ou compensações associadas a estas matérias no período em análise.

No caso da Altri Forestal, S.L., Altri Forestal Logistics, S.L., AeonIQ Holding AG, AeonIQ GmbH e AeonIQ Portugal, Unipessoal Lda., os dados considerados abrangem apenas o período posterior às respetivas aquisições, e não a totalidade do ano de 2025.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ESRS S2 Trabalhadores na Cadeia de Valor

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com os trabalhadores da cadeia de valor, identificados pelo Grupo Altri no âmbito da análise de Dupla Materialidade, estão apresentados na tabela seguinte.

Social	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 - Condições de trabalho						
Risco de interrupções operacionais na cadeia de valor a montante devido à escassez de trabalhadores qualificados e capacitados em funções críticas, incluindo silvicultura, transporte de madeira e manutenção industrial.	R			M	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor (S2-1;S2-4;S2-5)
A instabilidade financeira dos trabalhadores da cadeia de valor resultante de trabalho informal, contratos temporários e ou horários de trabalho não regulados contribui para a escassez de mão de obra, baixa taxa de retenção e elevada taxa de rotatividade nos trabalhadores da cadeia de valor. Esta instabilidade financeira contribui para a dificuldade em atrair mão de obra para o setor, podendo resultar em Interrupções operacionais e atrasos na cadeia de abastecimento, afetando previsibilidade, continuidade das operações e, potencialmente, a entrega de produtos finais.	R			M	■■■	Processos para dialogar com os próprios trabalhadores da cadeia de valor (S2-2)
Impacto negativo potencial na situação económica dos trabalhadores da cadeia de valor da Altri, devido às empresas da cadeia de valor não pagarem um salário adequado que satisfaça as necessidades dos trabalhadores e das suas famílias à luz das condições económicas e sociais das diferentes geografias.	I	-	P	M	■■■	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações (S-3)
Exposição dos trabalhadores de empresas contratadas a ambientes industriais de risco elevado (manutenção mecânica e elétrica, limpeza industrial, operações de madeira e biomassa residual, carregamentos, transporte).	I	-	P	M	■■■	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Social	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
2 - Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos						
Potenciais práticas de desigualdade de remuneração por trabalho de igual valor e discriminação de género entre os trabalhadores a montante ou a jusante da cadeia de valor, resultantes de disparidades salariais com base no género, orientação sexual, cor, religião, raça ou etnia.	I	-	P	M + J	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor
A ausência de formação estruturada e de mecanismos de desenvolvimento de competências entre os trabalhadores da cadeia de valor da Altri limita a sua qualificação profissional, reduz as oportunidades de progressão e fragiliza a sua empregabilidade.	I	-	P	M + J	■■■	(S2-1;S2-4;S2-5)
A baixa literacia florestal e insuficiente capacitação técnica entre microfornecedores e prestadores de serviços a montante aumentam a probabilidade de acidentes de trabalho, falhas operacionais e incumprimentos legais.	R			M	■■■	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações (S-3)
A implementação de programas estruturados de capacitação e formação técnica para os trabalhadores da cadeia de valor da Altri representa uma oportunidade de aumentar a eficiência operacional, reduzir a ocorrência de falhas e acidentes, e melhorar a segurança no trabalho.	O			M	■■■	
Impacto negativo potencial nos trabalhadores da cadeia de valor devido à ausência de medidas e políticas para prevenir e atuar contra possíveis incidentes de violência e o assédio no local de trabalho.	I	-	P	M + J	■■■	
Impacto negativo potencial na diversidade dos trabalhadores da cadeia de valor da Altri, devido à exclusão ou preferência por trabalhadores com base em critérios como idade, género, raça, cor, origem, aparência física, entre outros.	I	-	P	M + J	■■■	

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

Curto Prazo Médio Prazo Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspetiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspetiva financeira, independentemente se na perspetiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com os Trabalhadores da Cadeia de Valor da Altri

(SBM-3)

Tipos de trabalhadores da cadeia de valor

No âmbito da análise de Dupla Materialidade, a Altri identificou e avaliou os impactos positivos e negativos, bem como os riscos e oportunidades que afetam os diferentes perfis de trabalhadores da sua cadeia de valor. Estes trabalhadores desempenham um papel essencial nas atividades florestais, industriais e logísticas que suportam o modelo de negócio do Grupo.

Neste processo, foram considerados como trabalhadores da cadeia de valor:

- ▶ Trabalhadores que desempenham atividades nas instalações da Altri, mas que não integram a sua força de trabalho própria, incluindo equipas de manutenção, limpeza industrial, segurança, logística, transporte interno e serviços técnicos especializados;
- ▶ Trabalhadores a montante da cadeia de valor, nomeadamente aqueles empregados por fornecedores de matérias-primas, serviços florestais, transporte, energia, produtos químicos, equipamentos e outros fatores de produção essenciais ao modelo de negócio da Altri;
- ▶ Trabalhadores a jusante da cadeia de valor, envolvidos em atividades de distribuição, transformação adicional e utilização industrial dos produtos da Altri, bem como em operações logísticas e comerciais associadas.

Foram também identificados grupos de trabalhadores da cadeia de valor que podem apresentar maior vulnerabilidade a impactos negativos, devido às suas características pessoais ou ao contexto específico em que desempenham as suas funções. Entre estes incluem-se trabalhadores migrantes, jovens trabalhadores, mulheres, trabalhadores com vínculos contratuais mais precários e trabalhadores envolvidos em atividades de maior intensidade operacional.

Impactos

A Altri identificou como potencial impacto negativo sobre os trabalhadores da sua cadeia de valor a possibilidade de algumas empresas não assegurarem salários adequados para cobrir as necessidades básicas dos trabalhadores e das suas famílias, considerando o custo de vida e as condições socioeconómicas das regiões onde operam. Este impacto abrange igualmente potenciais situações de desigualdade remuneratória por trabalho de igual valor e práticas de discriminação salarial relacionadas com género, orientação sexual, raça, etnia, religião ou outras características.

Foi também identificado um impacto negativo potencial sobre a diversidade e inclusão, decorrente de potenciais práticas de exclusão ou preferência por determinados perfis de trabalhadores com base em critérios não relacionados com o desempenho, como idade, género, origem, cor ou características físicas.

Adicionalmente, os trabalhadores de empresas que desempenham funções dentro das instalações da Altri podem estar expostos a ambientes industriais de elevado risco, característicos das operações de manutenção mecânica e elétrica, limpeza industrial, movimentação de madeira e biomassa residual e atividades logísticas associadas às unidades industriais.

A Altri identificou ainda impactos negativos potenciais associados à eventual ausência de programas estruturados de formação e desenvolvimento de competências entre trabalhadores da cadeia de valor, particularmente a montante, em microfornecedores e prestadores de serviços florestais. Esta lacuna limita a qualificação profissional, reduz oportunidades de progressão, fragiliza a empregabilidade e pode contribuir para práticas operacionais inadequadas.

Por fim, foi identificada como impacto negativo potencial a inexistência, em alguns segmentos da cadeia de valor, de medidas e políticas eficazes de prevenção e atuação em casos de violência e assédio no local de trabalho. A falta de mecanismos seguros e acessíveis de denúncia aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores, tanto a montante como a jusante, dificultando a identificação, comunicação e resolução de situações de abuso ou intimidação.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A Altri aplica medidas integradas no seu sistema de devida diligência, alinhadas com os compromissos estabelecidos na Política de Direitos Humanos e nos Códigos de Conduta aplicáveis aos fornecedores.

Para mitigar impactos negativos associados a condições laborais inadequadas, discriminação e práticas de exclusão, reforça a saúde e segurança no trabalho através de requisitos rigorosos de acesso às instalações, formação específica e envolvimento dos prestadores de serviços nos seus programas internos de prevenção.

Paralelamente, implementa programas de capacitação técnica destinados a fornecedores, microfornecedores e prestadores de serviços a montante, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais e para práticas operacionais mais responsáveis ao longo da cadeia de valor

Riscos

A escassez de trabalhadores qualificados em funções essenciais constitui um risco relevante para a continuidade operacional, a eficiência e a segurança das operações. A falta de mão de obra qualificada resulta frequentemente em sobrecarga de trabalho, maior probabilidade de acidentes e instabilidade laboral, especialmente entre microfornecedores florestais e prestadores de serviços temporários. Esta situação pode originar o risco de interrupções operacionais na cadeia de valor a montante, afetando atividades críticas como a silvicultura, o transporte de madeira e a manutenção industrial.

Este desafio é agravado pela baixa literacia florestal e pela limitada capacitação técnica de microfornecedores e prestadores de serviços. A insuficiência de conhecimentos sobre requisitos legais, normas de segurança, práticas de gestão florestal sustentável e procedimentos operacionais adequados aumenta a probabilidade de incidentes laborais, reduz a eficiência das operações e potencia riscos de incumprimento legal.

Adicionalmente, a instabilidade financeira vivida por muitos trabalhadores da cadeia de valor, frequentemente associada a trabalho informal, contratos temporários ou horários de trabalho não regulados, contribui para a escassez de mão de obra e para elevados níveis de rotatividade. Esta instabilidade dificulta a atração e retenção de trabalhadores qualificados no setor,

aumentando a probabilidade de atrasos e interrupções na cadeia de abastecimento.

Para mitigar estes riscos, a Altri atua sobretudo através dos seus programas de formação e capacitação técnica dirigidos a fornecedores e prestadores de serviços, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais, a conformidade com requisitos legais e a melhoria das práticas florestais e industriais. Paralelamente, reforça a saúde e segurança no trabalho dos trabalhadores da cadeia de valor, aplicando requisitos rigorosos de segurança, promovendo formação específica nesta área e envolvendo os prestadores de serviços nos seus programas internos de prevenção.

Oportunidades

A Altri identificou como oportunidade material a implementação de programas estruturados de capacitação e formação técnica destinados aos trabalhadores da cadeia de valor, especialmente nas atividades a montante. Estes programas permitem envolver fornecedores críticos de madeira e prestadores de serviços associados à gestão florestal e ao transporte de materiais, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, reduzir a ocorrência de falhas e acidentes e reforçar a segurança no trabalho.

Em resposta a esta oportunidade, a Altri implementa programas de formação e capacitação técnica dirigidos aos trabalhadores da cadeia de valor, especialmente fornecedores, microfornecedores e prestadores de serviços a montante, integrando estas iniciativas no seu sistema de devida diligência e alinhando-as com os Códigos de Conduta aplicáveis.

Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades

Políticas Relacionadas com os Trabalhadores da Cadeia de Valor

(S2-1)

A Altri reconhece que os impactos sociais da sua atividade se estendem para além da sua própria mão de obra, abrangendo igualmente os trabalhadores que integram a sua cadeia de valor, tanto a montante como a jusante. Este universo inclui trabalhadores envolvidos no fornecimento de matérias-primas e



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

serviços florestais, bem como trabalhadores que desempenham atividades nas instalações da Altri sem integrarem a sua força de trabalho própria, nomeadamente em áreas como manutenção industrial, limpeza, segurança, logística, transporte e serviços técnicos especializados. Inclui ainda trabalhadores envolvidos em atividades de distribuição, transformação adicional e utilização industrial dos produtos do Grupo.

A gestão responsável destes impactos integra a abordagem de sustentabilidade da Altri e é suportada por um conjunto de políticas, códigos de conduta e sistemas de gestão que estabelecem princípios, padrões de atuação e expectativas aplicáveis às entidades com quem o Grupo mantém relações comerciais. Estes instrumentos visam prevenir riscos sociais relevantes, promover condições de trabalho dignas e seguras e reforçar práticas responsáveis ao longo da cadeia de valor.

O Grupo Altri dispõe de um processo estruturado de qualificação, certificação e monitorização de fornecedores e prestadores de serviços externos que desenvolvem atividades nas suas unidades industriais, com o objetivo de assegurar elevados padrões de segurança, saúde, conformidade legal e responsabilidade social. Este processo aplica-se a fornecedores que prestam serviços dentro do perímetro fabril, incluindo atividades de manutenção, construção, logística, operações industriais e outros serviços com potencial impacto na segurança e nas pessoas. O acesso às fábricas está condicionado à verificação prévia de requisitos mínimos em matéria de saúde e segurança no trabalho e à valorização de certificações reconhecidas, como a ISO 45001, ISO 9001 e ISO 14001. Este modelo é suportado por um sistema centralizado de qualificação, auditorias e acompanhamento contínuo, promovendo a prevenção de riscos, condições de trabalho dignas e a melhoria contínua dos fornecedores que operam em ambiente fabril.

Por outro lado, o Grupo Altri integra a certificação florestal como um pilar da gestão responsável da sua cadeia de valor, exigindo, em particular no abastecimento florestal, a adoção de sistemas de certificação reconhecidos internacionalmente, como FSC® e PEFC, que asseguram a rastreabilidade da matéria-prima e o cumprimento de requisitos ambientais, sociais e laborais, contribuindo para a mitigação de riscos, a proteção das comunidades e o reforço da transparência e confiança junto dos stakeholders.

A Altri promove o envolvimento e o diálogo com fornecedores e prestadores de serviços através de reuniões regulares, ações de sensibilização, iniciativas de formação e acompanhamento operacional, procurando fomentar uma cultura de responsabilidade partilhada ao longo da cadeia de valor. Estas iniciativas incluem sessões específicas de segurança, partilha de boas práticas operacionais e comunicação clara dos requisitos aplicáveis ao trabalho nas instalações e operações do Grupo.

A saúde e segurança dos trabalhadores da cadeia de valor, em particular nas atividades com maior exposição a riscos operacionais, constitui um foco prioritário. A Altri aplica requisitos exigentes em matéria de segurança no acesso às suas instalações, promove formação específica em Segurança e Saúde no Trabalho e envolve os prestadores de serviços nas suas campanhas e programas internos de prevenção, incluindo iniciativas associadas ao Safety Lab, reforçando padrões comuns de atuação.

Sempre que identificados riscos ou impactos negativos na cadeia de valor, a Altri procura desencadear ações corretivas proporcionais, privilegiando uma abordagem de melhoria contínua, acompanhamento próximo e reforço das capacidades dos parceiros, em linha com uma visão de longo prazo e de criação de valor partilhado.

Principais compromissos

Para assegurar uma gestão adequada dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com os trabalhadores da cadeia de valor, o Grupo definiu um conjunto de compromissos formais refletidos em diferentes instrumentos de política e códigos de conduta, nomeadamente a Política de Direitos Humanos, o Código de Conduta para Fornecedores e o Código de Conduta para Fornecedores de Serviços Florestais.

Estes instrumentos estabelecem o enquadramento de princípios e expectativas aplicáveis às entidades que integram a cadeia de valor da Altri, incluindo fornecedores de matérias-primas, prestadores de serviços florestais, fornecedores industriais, prestadores de serviços e outras organizações que colaboram com o Grupo. Através destes referenciais, a Altri procura promover práticas laborais responsáveis e assegurar que os parceiros com quem se relaciona adotam padrões de atuação alinhados com os valores e compromissos de sustentabilidade do Grupo.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conjunto, estas políticas e códigos de conduta contribuem para prevenir e mitigar riscos sociais associados às atividades da cadeia de valor, incluindo riscos relacionados com condições de trabalho, saúde e segurança em atividades operacionais e industriais, igualdade de tratamento e respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Neste contexto, a Altri procura assegurar que os princípios definidos nas suas políticas são aplicáveis a todos os trabalhadores envolvidos na cadeia de valor, tendo igualmente em consideração grupos que podem apresentar maior vulnerabilidade a impactos sociais, nomeadamente trabalhadores migrantes, jovens trabalhadores, mulheres ou trabalhadores com vínculos contratuais mais precários, bem como trabalhadores envolvidos em atividades de maior intensidade operacional.

Este compromisso é igualmente enquadrado por referenciais internacionais de sustentabilidade e conduta empresarial responsável adotados pelo Grupo, que orientam a integração destes princípios na estratégia, nas políticas e nos processos de gestão da organização.

Estes princípios são igualmente considerados nos processos de identificação, prevenção e mitigação de impactos e riscos relacionados com os trabalhadores da cadeia de valor, integrando a abordagem de devida diligência do Grupo em matéria de direitos humanos e práticas laborais responsáveis.

Política de Direitos Humanos

A Política de Direitos Humanos do Grupo Altri estabelece os princípios que orientam a atuação da empresa no respeito pelos direitos humanos e laborais ao longo das suas operações e relações de negócio.

Esta política tem como objetivo garantir o respeito integral pelos direitos humanos e laborais em todo o Grupo e na sua cadeia de valor, formalizando os compromissos assumidos para salvaguardar a dignidade humana e promover a não discriminação, a igualdade de direitos, a segurança e o bem-estar.

A Política de Direitos Humanos aplica-se a todas as empresas do Grupo e estende-se igualmente às entidades que mantêm relações económicas, institucionais ou comerciais com a Altri, incluindo fornecedores, parceiros e

prestadores de serviços, incentivando-os a respeitar os mesmos princípios. O Grupo reserva-se ainda o direito de terminar relações comerciais sempre que sejam identificadas violações destes princípios.

No âmbito desta política, a Altri assume igualmente o compromisso de considerar de forma sistemática as opiniões e preocupações das suas partes interessadas, incluindo trabalhadores, clientes, fornecedores, parceiros e quaisquer pessoas ou grupos potencialmente influenciados pelas suas atividades, integrando essas perspetivas na gestão dos direitos humanos e laborais ao longo das suas operações e relações comerciais.

Entre os princípios de atuação definidos nesta política incluem-se:

- ▶ a identificação, prevenção e monitorização de riscos relacionados com direitos humanos e laborais no setor de atividade;
- ▶ a promoção de condições de trabalho dignas, seguras e saudáveis;
- ▶ a consideração das opiniões e preocupações das partes interessadas na gestão dos direitos humanos e laborais; e
- ▶ a prevenção de impactos adversos associados às operações ou relações de negócio.

Código de Conduta para Fornecedores & Código de Conduta para Fornecedores de Serviços Florestais

Através do seu Código de Conduta para Fornecedores, a Altri estabelece os padrões de comportamento e desempenho que exige às pessoas e organizações com quem mantém relações comerciais ou parcerias ao longo da sua cadeia de valor, promovendo práticas laborais responsáveis e contribuindo para a prevenção e mitigação de riscos sociais associados às suas atividades e relações de negócio. Este instrumento define os princípios e requisitos aplicáveis aos fornecedores e prestadores de serviços, assegurando que as entidades que colaboram com o Grupo atuam de forma alinhada com os seus valores, princípios éticos e compromissos de sustentabilidade.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Neste contexto, o Código estabelece requisitos claros em matérias fundamentais para a proteção dos trabalhadores e para a promoção de práticas laborais responsáveis, incluindo:

- ▶ condições de trabalho dignas e justas;
- ▶ saúde e segurança no trabalho;
- ▶ proibição de trabalho infantil e trabalho forçado;
- ▶ não discriminação e igualdade de tratamento;
- ▶ liberdade de associação e negociação coletiva; e
- ▶ cumprimento integral da legislação aplicável.

No caso específico das operações florestais, o Código de Conduta para Fornecedores de Serviços Florestais da Altri Florestal estabelece requisitos mínimos aplicáveis aos prestadores de serviços envolvidos em atividades silvícolas e de exploração florestal. Este instrumento reflete a importância destas operações no modelo de negócio do Grupo e o seu potencial impacto nas condições de trabalho e na segurança dos trabalhadores envolvidos.

A Altri Florestal atribui particular importância à seleção e à gestão da relação com os seus parceiros e fornecedores, incluindo os fornecedores de serviços florestais, assegurando que estes cumprem diretrizes claras nas áreas consideradas críticas para o Grupo. Assim, este Código define orientações e exigências que traduzem os princípios de atuação que devem ser seguidos por todos os prestadores de serviços, nomeadamente em matérias de saúde e segurança no trabalho, qualificação profissional e respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

Integração em sistemas de gestão e certificações

A abordagem da Altri à gestão responsável da cadeia de valor é igualmente suportada por sistemas de gestão e certificações reconhecidas internacionalmente, que contribuem para a implementação prática dos princípios definidos nas políticas e códigos de conduta do Grupo.

Entre estes instrumentos incluem-se sistemas de gestão certificados nas áreas da qualidade, ambiente e saúde e segurança no trabalho, bem como sistemas de certificação florestal reconhecidos internacionalmente, como FSC® e PEFC, que promovem a rastreabilidade da matéria-prima e integram requisitos ambientais, sociais e laborais na gestão florestal.

Estes mecanismos contribuem para reforçar a transparência e a responsabilidade na cadeia de abastecimento, promovendo práticas alinhadas com os compromissos de sustentabilidade do Grupo.

United Nations Global Compact (UNGC)

Um dos compromissos mais relevantes da Altri em matéria de desenvolvimento sustentável é a adesão ao United Nations Global Compact (UNGC). O UNGC assenta em dez princípios, que resultam de declarações e convenções fundamentais das Nações Unidas e estabelecem orientações universais para as empresas nas áreas dos direitos humanos, práticas laborais, ambiente e combate à corrupção. Estes princípios constituem um framework ético e operacional globalmente reconhecido, aplicável a organizações de qualquer dimensão ou setor.





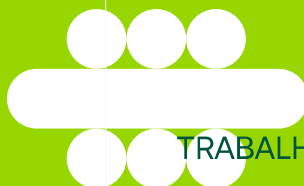
United Nations
Global Compact

OS DEZ PRINCÍPIOS DO GLOBAL COMPACT DAS NAÇÕES UNIDAS



DIREITOS HUMANOS

- 1 As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente;
- 2 Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.



TRABALHO

- 3 As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva;
- 4 A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório;
- 5 Abolição efetiva do trabalho infantil;
- 6 Eliminação da discriminação no emprego.



AMBIENTE

- 7 As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- 8 Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental;
- 9 Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.



ANTI-CORRUPÇÃO

- 10 As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

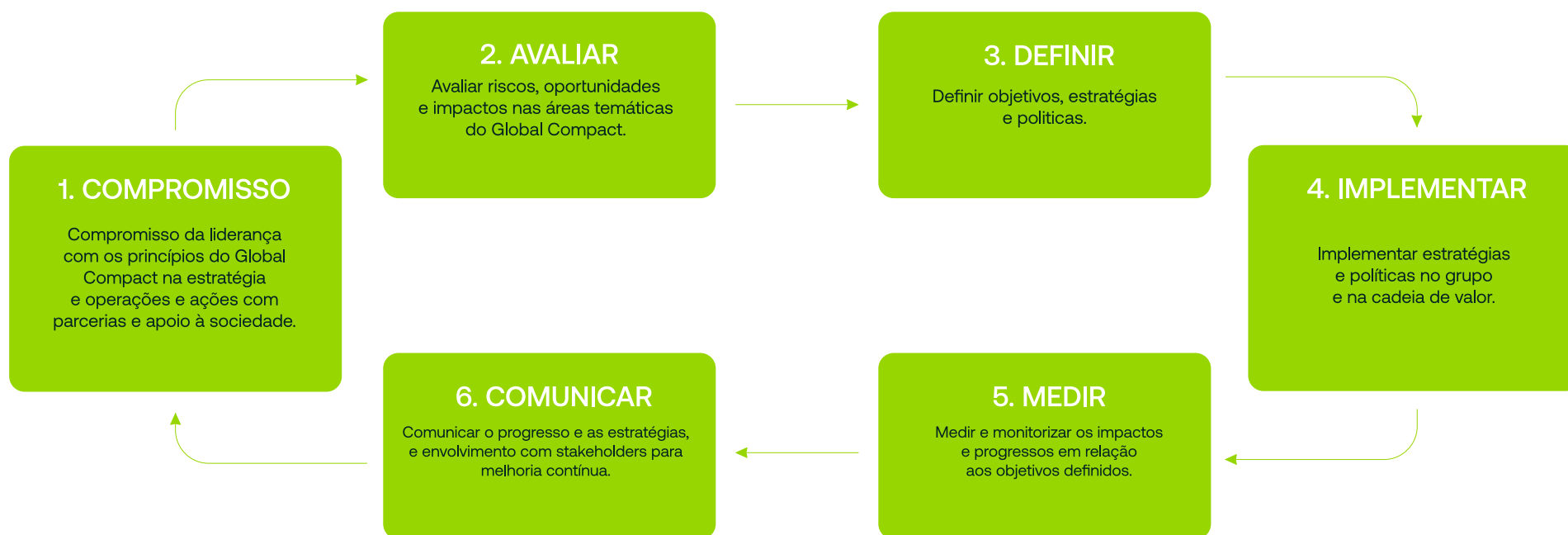
6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao integrar os Dez Princípios na sua estratégia, políticas e procedimentos, e ao promover uma cultura baseada na integridade, a Altri reforça o seu compromisso em ir além do mero cumprimento legal, contribuindo ativamente para a proteção das pessoas e do planeta.



GESTÃO UN GLOBAL COMPACT



Esta integração permite ainda gerar benefícios significativos para o Grupo, nomeadamente:

- ▶ **Redução de custos operacionais:** A aplicação dos princípios ambientais promove uma utilização mais eficiente de recursos, como energia, água e matérias-primas, reduzindo custos operacionais e de

capital. Estas responsabilidades são supervisionadas pelo Conselho de Administração e geridas pela Comissão Executiva;

- ▶ **Mitigação de riscos:** A Administração supervisiona a equipa de Gestão de Risco, responsável por identificar e mitigar riscos nas áreas de direitos humanos, práticas laborais, ambiente e anticorrupção, reforçando a conformidade e resiliência do Grupo;



- ▶ **Reforço da confiança das partes interessadas:** O alinhamento com os dez princípios do UNGC consolida a confiança de colaboradores, clientes, fornecedores, investidores e comunidades, fortalecendo a licença para operar e contribuindo para a atração e retenção de talento;
- ▶ **Impulso ao crescimento económico:** Os dez princípios do UNGC apoiam o desenvolvimento de produtos e serviços mais sustentáveis, a adoção de modelos de negócio circulares e a integração de soluções digitais, ampliando oportunidades de inovação e expansão.



United Nations Global Compact

Adesão ao United Nations Global Compact (UNGC)

A Altri participa no UN Global Compact, através do compromisso ao nível do CEO para incorporar estes dez Princípios universais na estratégia de negócio, no dia-a-dia das operações e na cultura organizacional, e reporta anualmente o seu progresso.

Este compromisso é um dos contributos mais significativos da Altri para o desenvolvimento sustentável.

Âmbito das políticas

A Política de Direitos Humanos do Grupo Altri aplica-se a todas as empresas e colaboradores do Grupo, em todas as geografias onde opera, independentemente das práticas locais ou do nível de desenvolvimento social

ou económico. Esta política estende-se igualmente a todas as entidades que mantêm relações económicas, institucionais ou sociais com o Grupo, às quais é requerido o cumprimento dos princípios nela estabelecidos, sempre que aplicável.

O Código de Conduta de Fornecedores aplica-se a todas as pessoas e organizações com quem o Grupo Altri mantém relações comerciais ou parcerias. No âmbito específico das operações florestais, o Código de Conduta dos Fornecedores de Serviços Florestais aplica-se a todos os fornecedores de serviços florestais.

Governança e supervisão das políticas

A implementação destas políticas é assegurada pelas diferentes áreas funcionais do Grupo, sob responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo Altri.

Cabe às direções e unidades operacionais assegurar a gestão do risco nas respetivas áreas de atividade, promovendo uma maior consciência e ponderação na tomada de decisões em todos os níveis da organização, de acordo com as responsabilidades atribuídas a cada interveniente.

Normas e certificações de referência

A Política de Direitos Humanos da Altri transpõe e incorpora os princípios e orientações em matéria de direitos humanos e laborais definidos por referenciais comunitários e internacionais relevantes. Entre estes incluem-se o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o Guia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o Dever de Diligência para uma Conduta Responsável das Empresas e a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Dever de Diligência das Empresas e à Responsabilidade Empresarial.

Consideração dos interesses das partes interessadas

A definição e revisão destas políticas envolvem processos de reflexão e validação que incluem a participação de órgãos de governação e de áreas funcionais relevantes da organização. Este processo permite incorporar preocupações identificadas no âmbito da gestão do risco, da ética e da

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

conformidade, assegurando que as políticas permanecem adequadas à realidade operacional do Grupo e às expectativas das partes interessadas.

O envolvimento dos trabalhadores da cadeia de valor ocorre principalmente através da aplicação e divulgação das políticas, e dos canais de comunicação e reporte disponíveis, promovendo a consciencialização e a participação na identificação e gestão de potenciais riscos ou situações de incumprimento.

Acessibilidade e disponibilização das políticas

As políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor encontram-se publicamente disponíveis no website institucional da Altri.

A organização assegura igualmente a sua comunicação aos colaboradores através dos canais internos de comunicação do Grupo, promovendo a sua compreensão e aplicação nas diferentes áreas operacionais.

Estas políticas são revistas periodicamente de forma a refletir a evolução do enquadramento regulatório, das melhores práticas do setor e dos compromissos de sustentabilidade assumidos pelo Grupo.

Envolvimento dos Trabalhadores da Cadeia de Valor

(S2-2)

A Altri promove o envolvimento com trabalhadores da sua cadeia de valor através de diferentes processos operacionais, de controlo e de devida diligência associados à gestão e supervisão das atividades desenvolvidas por fornecedores e prestadores de serviços.

Estas interações ocorrem em diversos momentos ao longo da relação com parceiros da cadeia de valor, incluindo no âmbito do processo de registo e qualificação no Portal de Qualificação de Serviços Externos, apresentado na secção S2-4 Ações, bem como através de atividades de acompanhamento operacional, auditoria e avaliação de fornecedores. Embora estes mecanismos não configurem um processo formal de consulta estruturada, permitem recolher informação relevante sobre condições de trabalho, riscos operacionais e potenciais impactos sociais associados às atividades desenvolvidas por parceiros e prestadores de serviços.

Os principais contextos em que ocorre interação com trabalhadores da cadeia de valor incluem:

- ▶ auditorias sociais, avaliações de fornecedores, processos de qualificação e outras atividades de devida diligência que permitem identificar riscos potenciais relacionados com condições de trabalho, saúde e segurança e conformidade legal;
- ▶ acompanhamento operacional nas unidades industriais da Altri ou em áreas sob sua gestão, incluindo a supervisão de atividades realizadas por empresas contratadas, onde ocorre interação direta e regular entre equipas da Altri e trabalhadores dessas empresas, particularmente em matérias de saúde e segurança no trabalho. Estas interações permitem identificar preocupações operacionais, riscos de segurança e potenciais impactos relacionados com as condições de trabalho associadas às atividades desenvolvidas;
- ▶ mecanismos previstos nos instrumentos normativos aplicáveis aos fornecedores, que incluem expectativas quanto à existência, por parte destes, de canais adequados para a comunicação de preocupações e denúncias dos seus trabalhadores.

Estas interações ocorrem em momentos associados a auditorias, avaliações, visitas operacionais e acompanhamento das atividades desenvolvidas por fornecedores e prestadores de serviços, permitindo recolher informação relevante sobre práticas de trabalho, condições operacionais e potenciais riscos sociais ao longo da cadeia de valor.

Em particular nos contextos operacionais, as equipas da Altri têm oportunidade de observar diretamente práticas de trabalho e condições associadas às atividades desenvolvidas por prestadores de serviços, contribuindo para a identificação de riscos e para o reforço de práticas de trabalho seguras.

A responsabilidade por assegurar estas formas de interação e acompanhamento encontra-se distribuída pelas áreas internas com competências na gestão e supervisão da cadeia de valor da Altri. Este papel é desempenhado pela equipa de Compras e Gestão de Fornecedores, pela área de Sustentabilidade, pela área de Saúde e Segurança e pelas áreas



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE PARER DO CONSELHO FISCAL

operacionais e técnicas envolvidas no acompanhamento de prestadores de serviços.

Processos para Remediar os Impactos Negativos e Canais para os Trabalhadores da Cadeia de Valor Manifestarem as suas Preocupações

(S2-3)

No decurso da análise de Dupla Materialidade, a Altri identificou impactos negativos materiais que afetam os trabalhadores da sua cadeia de valor. Em alinhamento com os compromissos assumidos na sua Política de Direitos Humanos e com os princípios decorrentes da adesão ao United Nations Global Compact, a Altri adota uma abordagem estruturada para identificar, prevenir, mitigar e, quando aplicável, corrigir impactos negativos sobre estes trabalhadores, nomeadamente no que respeita à promoção, respeito e proteção dos direitos humanos.

Esta abordagem integra os processos de devida diligência do Grupo nas áreas da sustentabilidade e dos direitos humanos, permitindo identificar, avaliar e gerir potenciais impactos negativos que possam afetar os trabalhadores da cadeia de valor.

Processos para corrigir impactos negativos

Sempre que são identificados impactos negativos, reais ou potenciais, nos trabalhadores da cadeia de valor, a Altri procura desencadear ações corretivas ou de mitigação proporcionais à natureza e gravidade dos mesmos.

A abordagem adotada privilegia a melhoria contínua, o acompanhamento próximo e o reforço das capacidades dos parceiros, promovendo soluções sustentáveis e alinhadas com uma visão de longo prazo e de criação de valor partilhado ao longo da cadeia de fornecimento.

A identificação destes impactos é integrada nos processos de gestão de risco e de devida diligência do Grupo, que incluem a monitorização das atividades operacionais da cadeia de valor e a avaliação contínua dos riscos sociais e ambientais associados às operações.

Canais para que os trabalhadores da cadeia de valor possam manifestar preocupações

Os trabalhadores da cadeia de valor da Altri podem expressar as suas preocupações ou necessidades através do Canal de Reporte de Denúncias, disponível no website institucional do Grupo.

A divulgação deste canal aos trabalhadores da cadeia de valor é assegurada de forma indireta, através dos fornecedores e prestadores de serviços, no âmbito dos requisitos contratuais, dos códigos de conduta aplicáveis e dos processos de qualificação de fornecedores.

Este canal permite que qualquer pessoa, singular ou coletiva, apresente reclamações, denúncias ou pedidos de esclarecimento relacionados com situações ocorridas no âmbito das atividades da Altri, incluindo matérias associadas a direitos humanos, ambiente, ética empresarial ou outras preocupações relevantes para os trabalhadores da cadeia de valor.

Tratamento e monitorização das preocupações reportadas e garantia da eficácia dos canais

As situações reportadas através do Canal de Reporte de Denúncias são analisadas pelo Conselho Fiscal, que constitui o principal órgão responsável pela receção e análise de comunicações de irregularidades no Grupo.

Sempre que necessário, o Conselho Fiscal articula com a Comissão de Ética, designadamente nos casos em que as matérias reportadas exigem uma avaliação adicional ou a definição de medidas corretivas específicas.

Este processo permite assegurar o tratamento adequado das preocupações apresentadas pelos stakeholders, bem como a implementação de ações corretivas ou preventivas sempre que se confirme a existência de impactos negativos ou situações de incumprimento.

O funcionamento deste mecanismo é acompanhado no âmbito dos processos de governação e controlo interno do Grupo, que permitem monitorizar as comunicações recebidas, a sua natureza e o respetivo tratamento. A disponibilização pública do canal de denúncias no website institucional do Grupo, bem como a sua comunicação aos diferentes stakeholders, contribuem



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

para assegurar que os trabalhadores da cadeia de valor têm acesso a este mecanismo para expressar as suas preocupações.

Através deste acompanhamento, a Altri procura assegurar que as preocupações apresentadas são analisadas de forma adequada e que os canais disponíveis permanecem eficazes na identificação e tratamento de potenciais impactos negativos.

Proteção dos denunciantes

A Altri assegura que todas as comunicações efetuadas através do Canal de Reporte de Denúncias são tratadas de forma confidencial e que as pessoas que recorrem a este mecanismo estão protegidas contra quaisquer formas de retaliação. O canal permite a apresentação de comunicações de forma confidencial ou anónima, garantindo a proteção da identidade do denunciante sempre que tal seja solicitado.

Informação detalhada sobre o funcionamento do Canal de Reporte de Denúncias, incluindo os mecanismos de proteção dos denunciantes e o respetivo enquadramento legal, encontra-se disponível na secção [ESRS G1 - Conduta Empresarial](#).

Ações e Recursos

(S2-4)

Face aos impactos, riscos e oportunidades identificados para os trabalhadores da cadeia de valor, a Altri implementa um conjunto de ações recorrentes destinadas a prevenir e mitigar impactos negativos reais e potenciais, reforçar condições de trabalho seguras e promover práticas laborais responsáveis ao longo da cadeia de valor.

Estas ações são particularmente relevantes nas atividades florestais e operacionais a montante, reconhecidas pelo seu maior nível de exposição a riscos operacionais, de segurança e de qualificação profissional.

A abordagem da Altri assenta num modelo integrado de devida diligência que combina processos de qualificação de fornecedores, capacitação técnica e acompanhamento operacional contínuo. Este modelo encontra-se alinhado com a Política de Direitos Humanos, o Código de Conduta para Fornecedores

e o Código de Conduta para Fornecedores de Serviços Florestais, promovendo princípios de trabalho digno, prevenção de acidentes, qualificação profissional e respeito pelos direitos humanos ao longo da cadeia de valor.

As ações implementadas refletem também o compromisso da Altri com referenciais internacionais relevantes, incluindo sistemas de certificação florestal como FSC® e PEFC, que integram critérios relacionados com condições de trabalho, segurança e proteção dos trabalhadores.

As iniciativas adotadas possuem carácter recorrente e contínuo, sendo revistas periodicamente com base nos resultados monitorizados, nas necessidades operacionais identificadas e na evolução do contexto regulatório e setorial.

Neste contexto, as ações implementadas pela Altri organizam-se em três áreas principais de intervenção: (i) qualificação e monitorização de fornecedores, (ii) capacitação técnica e desenvolvimento de competências na cadeia de valor e (iii) reforço das condições de saúde e segurança no trabalho nas atividades operacionais e florestais.

Estas áreas refletem as principais dimensões de intervenção identificadas na análise de impactos, riscos e oportunidades associados aos trabalhadores da cadeia de valor.

Neste âmbito, as principais ações desenvolvidas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor incluem:



Processo de qualificação e avaliação de fornecedores através do Portal de Qualificação de Serviços Externos (PQSE)

Tipo de ação: Qualificação e avaliação de fornecedores

Hierarquia de mitigação: Prevenir

IROs materiais:

- Impactos negativos nos trabalhadores da cadeia de valor;
- Riscos relacionados com os trabalhadores da cadeia de valor

Objetivo da ação: Assegurar a qualificação, monitorização e melhoria contínua dos fornecedores, garantindo que estes cumprem requisitos técnicos, ambientais, de saúde e segurança, bem como princípios e políticas de sustentabilidade alinhados com o Grupo Altri.

Monitorização: Percentagem de fornecedores certificados

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

Com o objetivo de assegurar uma gestão estruturada da relação com fornecedores e facilitar a verificação do cumprimento dos requisitos definidos pelo Grupo, a Altri solicita que todos os fornecedores se registem no Portal de Qualificação de Serviços Externos (“PQSE” ou “Portal”) e submetam a documentação necessária, a qual é validada e verificada regularmente pelas equipas da Altri.

Este processo de qualificação permite avaliar requisitos técnicos, ambientais e de saúde e segurança no trabalho, bem como aspetos relevantes relacionados com práticas de sustentabilidade e conformidade social, contribuindo para a identificação e mitigação de riscos associados às atividades desenvolvidas ao longo da cadeia de valor. A avaliação dos fornecedores através do PQSE baseia-se num conjunto de critérios que abrangem a execução técnica das atividades, o desempenho ambiental e os requisitos de saúde e segurança no trabalho. Após a avaliação, os fornecedores são notificados do resultado detalhado e, sempre que necessário, são implementadas medidas corretivas, privilegiando-se uma abordagem preventiva ao longo da relação contratual.

A informação recolhida no PQSE, onde já se encontram registados 221 fornecedores qualificados, permite caracterizar o universo de fornecedores da Altri e apoiar os processos de monitorização e melhoria contínua da cadeia de valor, nomeadamente no que respeita à certificação em Gestão Ambiental (ISO 14001), Gestão da Qualidade (ISO 9001) e Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (ISO 45001).

Face à maturidade alcançada pelo Portal e ao crescente número de empresas certificadas, reforçando o compromisso com a melhoria contínua e com metas relacionadas com a sustentabilidade, a Direção de Compras e Aprovisionamentos encontra-se a trabalhar no alargamento das certificações a exigir aos fornecedores. Entre estas incluem-se:

- ▶ SA 8000 – Responsabilidade Social;
- ▶ ISO 20400 – Sustainable Procurement;
- ▶ Eco-Label – Certificação Ecológica do Produto; e
- ▶ EMAS – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria da União Europeia.

Para incentivar a manutenção das certificações existentes e a obtenção de novas, prevê-se que a avaliação dos fornecedores seja positivamente influenciada pela sua existência. Esta abordagem contribui para a melhoria das condições de trabalho e para a valorização dos trabalhadores da cadeia de valor.

A preferência por fornecedores certificados incentiva a adoção de práticas alinhadas com normas internacionais de sustentabilidade, promovendo relações comerciais mais estáveis, previsíveis e responsáveis. Estas relações têm um impacto positivo indireto nas condições laborais dos trabalhadores da cadeia de valor envolvidos, reforçando a promoção de ambientes de trabalho mais dignos e sustentáveis ao longo da cadeia de valor.

Está igualmente prevista a criação de um questionário destinado a validar a existência de políticas formais, tais como Política de Sustentabilidade, de Ambiente, Anticorrupção ou de Gestão da Água. Esta informação permitirá ao Grupo Altri compreender o grau de alinhamento dos fornecedores com os seus princípios e compromissos.

Adicionalmente, com o objetivo de fortalecer o compromisso e assegurar o alinhamento dos fornecedores com os objetivos do Grupo Altri, está previsto que estes tomem conhecimento formal, através do PQSE, das Políticas e Códigos de Conduta do Grupo, já disponíveis no website institucional.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Programas de formação e capacitação técnica

Tipo de ação: Formação

Hierarquia de mitigação: Prevenir

IROs materiais:

- A ausência de formação estruturada e de mecanismos de desenvolvimento de competências entre os trabalhadores da cadeia de valor;
- Risco de interrupções operacionais na cadeia de valor a montante devido à escassez de trabalhadores qualificados e capacitados em funções críticas;
- Risco de baixa literacia florestal e insuficiente capacitação técnica entre microfornecedores e prestadores de serviços a montante;
- Oportunidade de implementação de programas estruturados de capacitação e formação técnica para os trabalhadores da cadeia de valor

Objetivo da ação: Melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores dos fornecedores e prestadores de serviços, reforçar a conformidade com requisitos legais e normativos e promover ambientes de trabalho mais seguros e alinhados com práticas responsáveis na cadeia de valor florestal e industrial.

Monitorização: -

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

A Altri promove iniciativas de formação e capacitação técnica dirigidas a fornecedores, microfornecedores e prestadores de serviços a montante da cadeia de valor, com o objetivo de reforçar competências técnicas, promover a literacia florestal e apoiar a profissionalização de atividades críticas associadas às operações florestais e industriais.

Estas iniciativas contribuem para melhorar a qualificação dos trabalhadores envolvidos nas atividades da cadeia de valor, reforçar a adoção de boas práticas operacionais e promover uma maior sensibilização para requisitos legais, normativos e de segurança aplicáveis às atividades desenvolvidas.

Ao promover o desenvolvimento de competências técnicas e operacionais junto dos parceiros da cadeia de valor, a Altri contribui para reduzir riscos operacionais e de segurança, melhorar a conformidade com os requisitos aplicáveis e reforçar a qualidade e sustentabilidade das atividades realizadas no contexto florestal e industrial.

Estas iniciativas contribuem também para fortalecer relações de colaboração de longo prazo com parceiros da cadeia de valor, promovendo uma cultura de melhoria contínua e de responsabilidade partilhada nas atividades florestais e industriais.

Reforço da Saúde e Segurança no Trabalho

Tipo de ação: Acompanhamento de fornecedores

Hierarquia de mitigação: Prevenir

IROs materiais:

- Exposição dos trabalhadores de empresas contratadas a ambientes industriais de risco elevado

Objetivo da ação: Reforçar a saúde e segurança no trabalho ao longo da cadeia de valor, prevenindo acidentes e promovendo condições de trabalho dignas nas atividades florestais e operacionais a montante.

Monitorização: -

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

A saúde e a segurança dos trabalhadores da cadeia de valor, especialmente nas atividades com maior exposição a riscos operacionais, constituem um foco prioritário para a Altri. Nesse sentido, a empresa aplica requisitos exigentes de segurança no acesso às suas instalações, promove formação específica em Segurança e Saúde no Trabalho e envolve os prestadores de serviços nas suas campanhas e programas internos de prevenção, incluindo iniciativas desenvolvidas no âmbito do Safety Lab e outras campanhas de prevenção, reforçando padrões comuns de atuação.

Paralelamente, a Altri integra requisitos de segurança e de trabalho digno nos seus processos de certificação, auditoria e acompanhamento de fornecedores. Os referenciais FSC® e PEFC incorporam critérios específicos relacionados com condições de trabalho, segurança e proteção dos trabalhadores, contribuindo para ambientes operacionais mais seguros e para a prevenção de acidentes ao longo de toda a cadeia de valor.

Recursos afetos à gestão de impactos materiais

As ações relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor assentam na continuidade e consolidação das abordagens já adotadas, em alinhamento com a Política de Direitos Humanos, o Código de Conduta para Fornecedores e o Código de Conduta para Fornecedores de Serviços Florestais. Não existem, à data, planos de ação autónomos com orçamentação segregada exclusivamente dedicada aos trabalhadores da cadeia de valor.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os recursos financeiros associados encontram-se integrados nas rubricas operacionais relevantes das demonstrações financeiras, refletindo-se em despesas correntes (OpEx) e, quando aplicável, em investimentos em ativos (CapEx), registrados nos centros de custo das áreas responsáveis.

A capacidade de implementação das ações não depende de condições prévias externas específicas, estando condicionada essencialmente à disponibilidade de recursos internos, à articulação entre áreas funcionais e ao planeamento operacional anual.

Recursos financeiros futuros para a implementação das ações planeadas

À data, não se encontram definidos montantes financeiros futuros segregados especificamente associados a ações-chave ou planos de ação autónomos relacionados com os trabalhadores da cadeia de valor.

As ações planeadas para o futuro serão implementadas no âmbito dos orçamentos operacionais e de investimento regulares, em função:

- ▶ da evolução do contexto operacional;
- ▶ da identificação de novos riscos ou oportunidades no âmbito dos trabalhadores da cadeia de valor;
- ▶ de alterações regulamentares ou de requisitos de licenciamento;
- ▶ de prioridades definidas nos ciclos anuais de planeamento e orçamentação.

Incidentes graves de direitos humanos

No período de reporte, não foram identificadas nem comunicadas situações graves de violação de direitos humanos relacionadas com trabalhadores da cadeia de valor nas atividades da Altri.

Metas

(S2-5)

A Altri não dispõe de metas específicas definidas para os trabalhadores da cadeia de valor. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um plano de ação destinado a assegurar a integração da Política de Compras Sustentáveis. Este plano contempla a definição de incentivos para promover práticas de compras sustentáveis, a criação de métricas e ferramentas para avaliar a performance dos fornecedores e o desenvolvimento de estratégias de colaboração que reforcem o nível de compliance em matéria de sustentabilidade. Desta forma, podem vir a ser definidas metas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor da Altri.

Métricas

Relativamente ao processo de qualificação e avaliação de fornecedores através do Portal de Qualificação de Serviços Externos, apresentado na secção [S2-4 – Ações](#), a Altri acompanha de forma contínua a caracterização do seu universo de fornecedores, em particular no que respeita à percentagem de fornecedores certificados.

A tabela abaixo apresenta a evolução da percentagem de fornecedores certificados segundo os referenciais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 50001, evidenciando o progresso alcançado pelos fornecedores da Altri na adoção de práticas alinhadas com normas internacionais de qualidade, gestão ambiental, saúde e segurança no trabalho e gestão de energia, respetivamente.

Fornecedores certificados (%)

Certificação	Fornecedores Certificados (%)
Gestão Ambiental - ISO 14001	26
Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho - ISO 45001	21
Gestão de Energia - ISO 50001	4
Gestão da Qualidade - ISO 9001	50

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

ESRS S3 Comunidades Afetadas

Estratégia

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com as comunidades afetadas, identificados pelo Grupo Altri no âmbito da análise de Dupla Materialidade, estão apresentados na tabela seguinte. Estes resultados refletem a interação entre o modelo de negócio da Altri e as comunidades envolvidas às suas operações.

Social	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 - Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades						
Impactos negativos nas comunidades envolvidas às unidades industriais da Altri, decorrentes de perturbações e externalidades associadas às operações, nomeadamente níveis de ruído, poeiras, emissões de partículas e odores.	I	-	R	PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com as comunidades afetadas (S3-1;S3-4;S3-5)
Risco de degradação do relacionamento com comunidades locais devido à associação, real ou percebida, do impacto da indústria no ambiente motivada por queixas relacionadas com níveis de ruído, poeiras, emissões de partículas e odores, incumprimento de obrigações legais ou incidentes que causem poluição, danos ambientais ou desvalorização dos ativos das comunidades envolvidas.	R			PO	■■■	
Impacto negativo potencial na disponibilidade de água para consumo, rega e atividades económicas locais, especialmente durante períodos de seca, devido às captações superficiais e subterrâneas das unidades industriais da Altri que se localizam em zonas de stress hídrico.	I	-	P	PO	■■■	
A Altri contribui significativamente para o desenvolvimento económico das comunidades onde opera, promovendo o aumento da empregabilidade, o fortalecimento de competências locais, o apoio a fornecedores e a melhoria do bem-estar das populações envolvidas.	I	+	R	PO	■■■	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações (S3-3)
A melhoria da comunicação sobre o impacto económico e social das atividades da Altri, incluindo a quantificação dos efeitos multiplicadores locais, representa uma oportunidade para reforçar a percepção positiva junto da sociedade, comunidades e parceiros institucionais (locais, regionais e nacionais). Tal comunicação pode ser uma ferramenta importante contra a estigmatização do setor e contribuir para o reforço da legitimidade institucional e da licença social para operar.	O			PO	■■■	
Ganhos reputacionais e atenção positiva dos meios de comunicação social devido ao impacto significativo da Altri no desenvolvimento social e económico das comunidades locais, possibilitando o aumento do volume de vendas e ainda, maior atratividade e retenção de trabalhadores provenientes das respetivas comunidades.	O			PO	■■■	
Contribuição para o aumento das competências e empregabilidade do capital humano local através da dinamização das economias locais.	I	+	P	PO	■■■	
A promoção do talento local representa uma oportunidade para a Altri, permitindo a retenção desse talento nas próprias operações do Grupo contribuindo para a descentralização das atividades económicas do país.	O			PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com as comunidades afetadas (S3-1;S3-4;S3-5)
Impacto positivo nas comunidades locais através de iniciativas de responsabilidade social e de apoio à comunidade.	I	+	R	PO	■■■	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações (S3-3)
Reforço da legitimidade institucional e da licença social para operar junto das partes interessadas e das comunidades locais, decorrente do impacto positivo no desenvolvimento económico local e das iniciativas de responsabilidade social que valorizam a imagem e reputação da Altri.	O			PO	■■■	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Social	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
2 - Direitos civis e políticos das comunidades						
Realização, com periodicidade semestral, de Comissões de Acompanhamento das Comunidades, com o objetivo de identificar ocorrências e alterações que impactem a vida das comunidades locais e ouvir as suas preocupações.	I	+	R	PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com as comunidades afetadas
Redução do número de conflitos com as comunidades e mitigação de riscos legais, resultante da transparência e esclarecimento das operações das unidades industriais da Altri nas Comissões de Acompanhamento das Comunidades.	O			PO	■■■	(S3-1;S3-4;S3-5)
Oportunidade de implementar sistemas de escuta ativa junto das comunidades nas demais regiões onde a Altri está presente.	O			PO	■■■	Processos para dialogar com as comunidades
A ausência de comunicação estruturada com comunidades locais, pode potenciar o risco de conflitos sociais, tensões locais e impactos reputacionais.	R			PO	■■■	(S3-2)
Danos reputacionais decorrentes de campanhas negativas e de cobertura mediática internacional em situações em que as comunidades se sintam afetadas, ou potencialmente afetadas, pelas operações da Altri, como ilustrado recentemente pelo caso do Projeto Gama, na Galiza.	R			PO	■■■	Políticas, ações métricas e metas relacionadas com as comunidades afetadas
						(S3-1;S3-4;S3-5)
Risco de interrupção ou atraso significativo no avanço de novos projetos devido à mobilização social e a movimentos de contestação por parte de comunidades locais, organizações ambientais e sociedade civil em geral.	R			PO	■■■	Processos para dialogar com as comunidades
						(S3-2)

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal

■ Curto Prazo ■ Médio Prazo ■ Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspetiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspetiva financeira, independentemente se na perspetiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com as Comunidades Afetadas pela Altri

(SBM-3)

A presença da Altri nos territórios onde desenvolve as suas operações industriais e florestais cria uma relação direta e contínua com as comunidades locais. Neste contexto, a gestão dos impactos sociais, económicos e ambientais associados a estas atividades constitui um elemento central da estratégia do Grupo, permitindo simultaneamente minimizar impactos negativos, reforçar a confiança das comunidades e potenciar contributos positivos para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Os impactos, riscos e oportunidades identificados no âmbito da análise de dupla materialidade refletem a interação entre as operações industriais e florestais do Grupo e os territórios onde estas se encontram inseridas. Estes fatores são considerados na definição das políticas, ações e mecanismos de diálogo implementados pela Altri para gerir os impactos negativos potenciais, reforçar os impactos positivos associados à sua presença nas comunidades e assegurar relações de confiança duradouras com as partes interessadas locais.

Impactos negativos

As operações industriais do Grupo Altri estão inseridas em territórios onde existe uma proximidade relevante entre as unidades produtivas e as comunidades locais. Neste contexto, a atividade industrial pode gerar determinadas externalidades associadas ao funcionamento das instalações, incluindo níveis de ruído, libertação de poeiras e partículas finas, bem como a emissão de odores, que são geridas pelo Grupo através de sistemas de monitorização ambiental, melhoria contínua dos processos e diálogo permanente com as comunidades envolventes.

Adicionalmente, a captação e utilização de recursos hídricos pelas unidades industriais pode contribuir para uma maior pressão sobre a disponibilidade de água a nível local, particularmente em períodos de seca ou em regiões com maior vulnerabilidade ao stress hídrico. Nestes contextos, a utilização de recursos hídricos pelas atividades industriais pode potencialmente afetar a disponibilidade de água para consumo humano, rega ou outras atividades económicas.

A Altri procura minimizar estes impactos através de uma abordagem preventiva baseada na monitorização contínua das suas operações, na implementação de soluções tecnológicas e operacionais destinadas a reduzir emissões e externalidades, e na manutenção de canais permanentes de diálogo com as comunidades envolventes. Esta abordagem é complementada por sistemas de gestão ambiental certificados, pela monitorização regular de parâmetros ambientais e pela implementação de medidas de mitigação e melhoria contínua das operações.

Impactos positivos

Para além dos impactos potenciais associados à atividade industrial, a presença da Altri nas regiões onde opera gera impactos positivos relevantes para o desenvolvimento económico e social dos territórios.

O Grupo contribui significativamente para a dinamização das economias locais através da criação de emprego direto e indireto, do reforço da procura por fornecedores regionais e do desenvolvimento de cadeias de valor associadas à fileira florestal. Esta presença económica contribui para aumentar a empregabilidade local, fortalecer as competências técnicas das comunidades e promover a fixação de população em territórios frequentemente sujeitos a processos de desertificação económica.

A Altri contribui igualmente para o desenvolvimento do capital humano local através de iniciativas de educação, formação e capacitação, que visam apoiar o acesso ao ensino, promover a empregabilidade e reforçar as competências das gerações mais jovens. Estas iniciativas são complementadas por programas de responsabilidade social que apoiam o bem-estar das comunidades e promovem a inclusão social.

Entre as iniciativas divulgadas nos canais de comunicação da Altri destacam-se parcerias de impacto social e educativo, como o envolvimento no programa EPIS – Empresários Pela Inclusão Social, através do apoio a bolsas de estudo e projetos de promoção do sucesso escolar, bem como a participação e apoio a iniciativas comunitárias desenvolvidas em articulação com entidades locais, associações e organizações da sociedade civil.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A Altri tem mantido e divulgado o seu envolvimento em ações de solidariedade e responsabilidade social promovidas em colaboração com organizações como o movimento Rotário, bem como iniciativas locais de apoio social, cultural e educativo, reforçando a sua ligação às comunidades onde está presente e o compromisso com o desenvolvimento local sustentável, nomeadamente nas comunidades envolventes da unidades industriais.

No plano desportivo e recreativo, a Altri mantém uma atuação de proximidade junto das comunidades onde está inserida, apoiando e colaborando com iniciativas que promovem o bem estar, a coesão social e a adoção de estilos de vida saudáveis. Nas comunidades da Leirosa, Vila Velha de Ródão e Constância, este envolvimento tem-se traduzido no apoio a associações, coletividades e clubes locais, bem como na colaboração em eventos e iniciativas de natureza desportiva e recreativa, frequentemente desenvolvidos em articulação com entidades locais. Estas ações, algumas das quais divulgadas nos canais de comunicação da Altri, contribuem para a dinamização da vida comunitária, para a inclusão social e para a ocupação saudável dos tempos livres, em particular de crianças e jovens, reforçando a ligação da empresa aos territórios onde desenvolve a sua atividade e a criação de valor partilhado com as comunidades envolventes.

A Altri mantém um diálogo contínuo com as comunidades onde desenvolve a sua atividade industrial, reconhecendo a importância de uma relação de proximidade, transparente e baseada na confiança mútua. Neste contexto, as Comissões de Acompanhamento das Comunidades da Figueira da Foz, que mantêm em parceria com a The Navigator Company, e de Constância constituem instrumentos centrais de envolvimento com as partes interessadas locais, promovendo um espaço formal de diálogo regular entre a empresa, as autoridades locais, representantes da comunidade e outras entidades relevantes.

Estas Comissões têm como principal objetivo acompanhar a atividade industrial da Altri nos respetivos territórios, identificar e discutir temas relevantes para as comunidades envolventes e reforçar a partilha de informação de forma transparente. A sua atuação contribui para a antecipação de potenciais impactos, a mitigação de preocupações e a promoção de uma relação construtiva e colaborativa com as comunidades. Este mecanismo de diálogo é complementar a outros canais de comunicação e contacto

disponibilizados pela empresa, permitindo um acompanhamento contínuo e uma resposta atempada às questões levantadas pelas comunidades.

As Comissões de Acompanhamento da Figueira da Foz e de Constância integram-se, assim, na abordagem global da Altri à gestão dos impactos sociais e ao relacionamento com as comunidades afetadas, contribuindo para a manutenção da licença social para operar e para o desenvolvimento sustentável dos territórios onde o Grupo está presente.

A Altri dispõe ainda de canais formais para a apresentação de reclamações, preocupações ou denúncias por parte das comunidades, assegurando o seu tratamento de forma estruturada, imparcial e atempada. Estes mecanismos reforçam a confiança, a transparência e a licença social para operar, refletindo o compromisso do Grupo com o respeito pelos direitos humanos e com a criação de valor partilhado nos territórios onde está presente.

A estratégia da Altri para maximizar estes impactos positivos baseia-se numa abordagem de criação de valor partilhado, enquadrada na Política de Participação nas Comunidades e na Política de Direitos Humanos, que orientam a atuação do Grupo no desenvolvimento das comunidades onde está presente.

Riscos

A interação entre as operações industriais e as comunidades envolventes pode igualmente gerar riscos relevantes para o Grupo.

A ausência de um diálogo estruturado e contínuo com as comunidades locais pode aumentar o risco de surgimento de conflitos sociais, tensões territoriais ou impactos reputacionais. Estes riscos podem ser amplificados quando existe uma perceção negativa, real ou percebida, relativamente aos impactos ambientais das operações, nomeadamente no que respeita a ruído, poeiras, emissões atmosféricas, odores ou impactos sobre os recursos hídricos.

Em determinados contextos, estas situações podem traduzir-se em campanhas públicas negativas, contestação social ou cobertura mediática adversa, podendo afetar a confiança das partes interessadas e a aceitação social das atividades da empresa.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Adicionalmente, a mobilização social por parte de comunidades locais, organizações ambientais ou movimentos da sociedade civil pode representar um risco de atraso ou interrupção no desenvolvimento de novos projetos industriais ou de expansão, afetando prazos de licenciamento e a concretização de investimentos estratégicos.

A Altri procura mitigar estes riscos através de uma abordagem preventiva assente na transparência, na comunicação contínua com as comunidades, na monitorização das operações e na disponibilização de mecanismos formais para que as comunidades possam expressar preocupações e participar no diálogo com a empresa.

Oportunidades

A relação com as comunidades representa igualmente um conjunto de oportunidades estratégicas para o Grupo.

Uma comunicação transparente e estruturada sobre o impacto económico, social e ambiental das atividades da Altri pode reforçar a perceção positiva das comunidades e da sociedade em geral, contribuindo para consolidar a licença social para operar e fortalecer a reputação institucional do Grupo.

O reconhecimento do contributo da Altri para o desenvolvimento económico local pode também aumentar a atratividade das regiões onde o Grupo opera para trabalhadores qualificados e jovens talentos, contribuindo para a retenção de capital humano e para a dinamização das economias regionais.

Paralelamente, o reforço de mecanismos de escuta ativa e de diálogo estruturado com as comunidades, incluindo a expansão de iniciativas como as Comissões de Acompanhamento das Comunidades a outras regiões, constitui uma oportunidade para aprofundar relações de confiança, antecipar preocupações e melhorar continuamente o desempenho social das operações.

A Altri procura potenciar estas oportunidades através de uma abordagem estratégica baseada na criação de valor partilhado, na transparência e no diálogo com as comunidades, promovendo relações duradouras que contribuam simultaneamente para o desenvolvimento dos territórios onde opera, das comunidades envolvidas e para a sustentabilidade do seu modelo de negócio.

Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades

Políticas Relacionadas com as Comunidades Afetadas

(S3-1)

A Altri adota uma abordagem estruturada e participativa na relação com as comunidades afetadas. Neste enquadramento, implementa a Política de Participação nas Comunidades, que estabelece os princípios e diretrizes para assegurar uma intervenção ativa no progresso e desenvolvimento social das localidades onde opera. Esta política tem como objetivo reforçar o diálogo contínuo com as comunidades, reduzir potenciais riscos e impactos negativos associados às atividades industriais e florestais e, simultaneamente, potenciar oportunidades e impactos positivos junto das comunidades em que se insere.

Esta política constitui igualmente um instrumento central para gerir os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados na análise de dupla materialidade relacionados com as comunidades afetadas, incluindo impactos socioeconómicos nas comunidades envolvidas, riscos reputacionais e oportunidades associadas ao desenvolvimento económico local e ao reforço do diálogo com as partes interessadas.

Principais compromissos das políticas

Através desta política, a Altri assume o compromisso de gerar um impacto social positivo nas comunidades onde está presente. Este compromisso concretiza-se através da implementação de iniciativas de natureza cultural, educacional e social destinadas a promover a qualidade de vida das populações locais, bem como na valorização da partilha de conhecimento como forma de capacitar as comunidades.

Neste âmbito, a Altri promove os valores do mérito, do empreendedorismo e da cidadania, nomeadamente através do apoio a bolsas de estudo, estágios e projetos de investigação relevantes para o desenvolvimento social. A política contempla igualmente a promoção do emprego para os habitantes das regiões onde se localizam as unidades industriais e áreas florestais sob gestão do Grupo, bem como o reforço da economia local através da aquisição de bens e serviços regionais que contribuam para a criação de valor no território.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Paralelamente, a Altri compromete-se a preservar o património histórico e cultural das regiões onde atua, a apoiar iniciativas dirigidas a populações mais vulneráveis e a participar no auxílio às comunidades em situações de emergência, contribuindo para minimizar impactos e acelerar a recuperação social e económica.

A política incentiva igualmente iniciativas alinhadas com princípios de sustentabilidade, incluindo a promoção de práticas associadas à economia circular e a conservação de ecossistemas de elevado valor de conservação.

Por fim, a Política de Participação nas Comunidades destaca a importância do envolvimento ativo com as comunidades, o setor público e o setor empresarial, promovendo parcerias e a troca de experiências e competências, numa abordagem que assenta na transparência, na abertura ao diálogo e na colaboração contínua com as comunidades envolvidas.

Em complemento à Política de Participação nas Comunidades, a Política de Direitos Humanos articula-se diretamente com esta, assegurando uma abordagem alinhada com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs). Esta abordagem baseia-se no respeito pelos direitos humanos das comunidades locais, na prevenção e mitigação de impactos negativos, no diálogo e envolvimento com as comunidades potencialmente afetadas e na disponibilização de mecanismos adequados de reporte e reparação, sempre que aplicável. Para mais informações sobre a Política de Direitos Humanos pode ser consultada a secção [Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor](#).

Âmbito das políticas

A Política de Participação nas Comunidades aplica-se a todos os colaboradores do Grupo Altri, bem como a todas as entidades que mantêm relações económicas, institucionais ou sociais com o Grupo. A estas entidades é exigida a adesão aos princípios definidos na política, na medida em que sejam relevantes para as respetivas atividades e responsabilidades.

Governança e supervisão das políticas

A implementação desta política é assegurada pelas diferentes áreas funcionais e pelas operações do Grupo Altri, sob a responsabilidade do Conselho de Administração da Altri.

Consideração dos interesses das partes interessadas

O Grupo Altri promove uma abordagem de colaboração ativa com as partes interessadas, nomeadamente comunidades locais, autoridades públicas, instituições sociais e outras entidades relevantes, através da auscultação das suas preocupações e expectativas em matéria de sustentabilidade e do reforço de mecanismos de diálogo e cooperação.

Normas e certificações de referência

As políticas adotadas pela Altri encontram-se alinhadas com os principais referenciais internacionais aplicáveis às comunidades afetadas, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

Acessibilidade e disponibilização das políticas

A política encontra-se publicamente disponível no website institucional da Altri e é comunicada a colaboradores, fornecedores e parceiros, garantindo a sua adequada compreensão e aplicação.

A política é revista periodicamente para refletir a evolução do enquadramento regulatório e os compromissos assumidos pela Altri em matéria de sustentabilidade.

Envolvimento com as Comunidades Afetadas

(S3-2)

Alinhado com os compromissos definidos na Política de Participação nas Comunidades, a Altri considera o envolvimento com as comunidades um pilar fundamental da sua atuação em matéria de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Os processos de envolvimento com as

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

comunidades afetadas não só fortalecem os laços entre o Grupo e a comunidade local, como também promovem um ambiente de cooperação e confiança mútua.

A Altri mantém uma relação próxima e contínua com as comunidades afetadas, o que lhe permite identificar, prevenir e mitigar eventuais impactos negativos, bem como avaliar os impactos positivos resultantes das suas atividades. O feedback recolhido junto das comunidades é utilizado para identificar oportunidades de melhoria, ajustar práticas operacionais e orientar decisões internas, incluindo a atualização de políticas relacionadas com a responsabilidade social e sustentabilidade.

O envolvimento com as comunidades ocorre através de diferentes mecanismos de diálogo e consulta, incluindo reuniões com stakeholders locais, iniciativas de participação comunitária e fóruns estruturados de acompanhamento. Estes mecanismos permitem assegurar que as perspetivas das comunidades são consideradas na gestão dos impactos associados às atividades do Grupo.

Um dos principais instrumentos de diálogo estruturado é a Comissão de Acompanhamento das Comunidades (CAC), criada em 2019 na Figueira da Foz. No contexto da Celbi, este fórum reúne cerca de 50 entidades públicas e privadas locais e é presidido pelo Professor Poças Martins.

A CAC funciona como um espaço estruturado de diálogo, no qual as comunidades são informadas em primeira mão sobre ocorrências e alterações com impacto local, podendo igualmente apresentar preocupações, sugestões e contributos. Este mecanismo constitui um instrumento relevante para a auscultação contínua das partes interessadas e para a integração das suas perspetivas nos processos de tomada de decisão da empresa.

As reuniões da CAC decorrem com periodicidade semestral e abordam temas como investimentos industriais, desempenho ambiental, controlo de efluentes líquidos e desafios associados ao setor florestal.

Em 2025, na Figueira da Foz, realizaram-se duas reuniões, tendo decorrido em maio nas instalações da Celbi, S.A. e em outubro nas instalações da The Navigator Company.

Em 2025, realizou-se a primeira CAC na Caima, em Constância, com o objetivo de fortalecer o diálogo aberto e transparente com a comunidade. Face aos resultados positivos, o Grupo pretende agora avaliar a possibilidade de replicar este modelo de envolvimento, faltando apenas uma unidade para completar este processo.

A responsabilidade operacional pela promoção do diálogo com as comunidades é assegurada pelas equipas de gestão das unidades operacionais, em articulação com as áreas corporativas relevantes do Grupo, garantindo que as preocupações e contributos recolhidos são considerados na gestão dos impactos associados às operações.

A eficácia destes processos de diálogo é acompanhada através da análise das questões levantadas pelas comunidades e da sua integração nos processos internos de gestão e tomada de decisão.

Em 2025, não foram registadas reclamações da população relacionadas com ruído, poluição visual ou poeiras referentes às duas unidades industriais.

Processos para Remediar os Impactos Negativos e Canais para as Comunidades Afetadas Manifestarem as suas Preocupações

(S3-3)

A Altri reconhece que as suas atividades industriais e florestais podem gerar impactos negativos reais ou potenciais nas comunidades afetadas, nomeadamente decorrentes de externalidades operacionais ou da utilização de recursos naturais. Neste contexto, o Grupo adota uma abordagem estruturada para identificar, prevenir, mitigar e, quando aplicável, corrigir impactos negativos associados às suas atividades, em alinhamento com os compromissos assumidos na Política de Direitos Humanos e na Política de Participação nas Comunidades.

Esta abordagem integra os processos de devida diligência do Grupo em matéria de sustentabilidade e direitos humanos, permitindo identificar, avaliar e gerir potenciais impactos negativos nas comunidades envolvidas às suas operações.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Processos para corrigir impactos negativos

Sempre que sejam identificados impactos negativos reais ou potenciais associados às suas atividades, a Altri procura implementar medidas destinadas a prevenir, mitigar ou corrigir esses impactos, em articulação com as áreas operacionais relevantes e com as partes interessadas afetadas.

A identificação destes impactos é integrada nos processos de gestão de risco e de devida diligência do Grupo, que incluem a monitorização das atividades operacionais, o diálogo com as comunidades envolvidas e a avaliação contínua dos riscos sociais e ambientais associados às operações.

Quando necessário, são definidas medidas corretivas ou de mitigação adequadas à natureza do impacto identificado, com o objetivo de minimizar efeitos negativos nas comunidades afetadas e prevenir a sua recorrência.

Canais para que as comunidades afetadas possam manifestar preocupações

Para assegurar que as comunidades afetadas possam manifestar preocupações ou necessidades relacionadas com as atividades do Grupo, a Altri disponibiliza um Canal de Reporte de Denúncias, acessível a todos os stakeholders através do website institucional do Grupo.

Através deste canal, qualquer pessoa singular ou coletiva pode apresentar reclamações, denúncias ou pedidos de esclarecimento relativamente a situações relacionadas com as atividades da Altri, incluindo matérias associadas a direitos humanos, ambiente, ética empresarial ou outras preocupações relevantes para as comunidades afetadas.

Tratamento e monitorização das preocupações reportadas e garantia da eficácia dos canais

As situações reportadas através do Canal de Reporte de Denúncias são analisadas pelo Conselho Fiscal, que constitui o principal órgão responsável pela receção e análise de comunicações de irregularidades no Grupo.

Sempre que necessário, o Conselho Fiscal articula com a Comissão de Ética, designadamente nos casos em que as matérias reportadas exigem uma avaliação adicional ou a definição de medidas corretivas específicas.

Este processo permite assegurar o tratamento adequado das preocupações apresentadas pelos stakeholders, bem como a implementação de ações corretivas ou preventivas sempre que se confirme a existência de impactos negativos ou situações de incumprimento.

O funcionamento deste mecanismo é acompanhado no âmbito dos processos de governação e controlo interno do Grupo, que permitem monitorizar as comunicações recebidas, a sua natureza e o respetivo tratamento. A disponibilização pública do canal de denúncias no website institucional do Grupo, bem como a sua comunicação aos diferentes stakeholders, contribuem para assegurar que as comunidades afetadas têm acesso a este mecanismo para expressar as suas preocupações.

Através deste acompanhamento, a Altri procura assegurar que as preocupações apresentadas são analisadas de forma adequada e que os canais disponíveis permanecem eficazes na identificação e tratamento de potenciais impactos negativos.

Proteção dos denunciantes

A Altri assegura que todas as comunicações efetuadas através do Canal de Reporte de Denúncias são tratadas com confidencialidade e que as pessoas que utilizam este mecanismo estão protegidas contra quaisquer formas de retaliação.

O canal permite a apresentação de comunicações de forma confidencial ou anónima, garantindo a proteção da identidade do denunciante sempre que solicitado.

Informação mais detalhada sobre o funcionamento do Canal de Reporte de Denúncias, bem como sobre os mecanismos de proteção dos denunciantes e o respetivo enquadramento legal, encontra-se disponível na secção ESRS G1-1 – Conduta empresarial e cultura corporativa.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Ações e Recursos

(S3-4)

De forma a gerir os impactos materiais identificados nas comunidades e a responder de forma eficaz aos riscos e oportunidades associados, o Grupo Altri desenvolveu, ao longo de 2025, um conjunto de ações orientadas para prevenir potenciais impactos negativos e potenciar impactos positivos junto das comunidades afetadas.

Estas ações resultam da análise contínua dos impactos, riscos e oportunidades identificados no âmbito do processo de dupla materialidade, bem como do diálogo regular com as comunidades locais. Através desta abordagem, a Altri identifica e implementa iniciativas destinadas a reforçar a sua contribuição para o desenvolvimento social, educativo e económico dos territórios onde opera.

O conjunto de ações implementadas demonstra a materialização dos compromissos definidos na Política de Participação nas Comunidades e constitui um instrumento central para a gestão dos impactos, riscos e oportunidades identificados no âmbito das comunidades afetadas. As iniciativas desenvolvidas, enquadradas nas áreas da educação e capacitação, da promoção do emprego e desenvolvimento económico local e da responsabilidade social, contribuem para a capacitação das populações locais, promovem a inclusão social, reforçam o bem-estar das comunidades envolventes e apoiam o desenvolvimento económico e social dos territórios onde o Grupo Altri está presente.

As ações apresentadas de seguida evidenciam a abordagem contínua e estruturada da Altri na criação de valor partilhado, privilegiando o desenvolvimento de competências, o incentivo à educação, a promoção da empregabilidade, o envolvimento de crianças e jovens em iniciativas ambientais e a promoção de estilos de vida saudáveis. Através destas iniciativas, o Grupo reforça relações de proximidade, transparência e confiança com as comunidades, contribuindo simultaneamente para a aceitação social das suas operações e para uma integração sustentável no território.

Estas ações possuem carácter recorrente e contínuo, não estando associadas a um prazo de conclusão específico. São revistas periodicamente e ajustadas

em função das necessidades identificadas e do contexto local, assegurando a sua pertinência e eficácia ao longo do tempo.

Atribuição de Bolsas de Mérito EPIS

Tipo de ação: Educação e capacitação

Hierarquia de mitigação: Potenciar impactos positivos

IROs materiais:

- Iniciativas de responsabilidade social e de apoio comunitário
- Aumento das competências e empregabilidade da comunidade local
- Oportunidade de ganhos reputacionais devido ao papel no desenvolvimento económico local

Objetivo da ação: Contribuir para a redução das desigualdades no acesso ao ensino superior e promover o mérito académico entre jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, reforçando a capacitação do capital humano das comunidades onde a Altri opera

Monitorização: Número de bolsas atribuídas com o apoio das empresas do Grupo Altri

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

À semelhança de 2024, o Grupo Altri, representado pelas empresas Biotek e Caima, apoiou as Bolsas Sociais EPIS 2025, uma iniciativa destinada a combater a desigualdade de oportunidades no acesso e frequência do ensino superior. As empresas do Grupo juntaram-se a mais de 67 parceiros, contribuindo para um total de 341 bolsas atribuídas, correspondentes a um investimento social agregado de 845 mil euros. As bolsas distinguem jovens de elevado mérito académico provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Bolsas Florestais

Tipo de ação: Educação e capacitação

Hierarquia de mitigação: Potenciar impactos positivos

IROs materiais:

- Iniciativas de responsabilidade social e de apoio comunitário
- Aumento das competências e empregabilidade da comunidade local
- Oportunidade de ganhos reputacionais devido ao papel no desenvolvimento económico local

Objetivo da ação: Incentivar o acesso ao ensino superior em áreas de engenharia e ciências florestais, contribuindo para a qualificação de futuros profissionais e para a renovação e sustentabilidade do setor, numa área em que o número de estudantes tem vindo a diminuir

Monitorização: Número de bolsas atribuídas no âmbito da parceria

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

O Grupo Altri, em parceria com a Corticeira Amorim, a Sonae Arauco e a The Navigator Company, criou uma parceria público-privada destinada ao financiamento de 22 bolsas que garantem 100% do valor das propinas em cursos de engenharia e ciências florestais. Estas bolsas abrangem cursos ministrados na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Universidade do Porto (UP), Instituto Superior de Agronomia (ISA) e Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC). Em 2025, a iniciativa foi renovada, apoiando novamente 22 estudantes bolseiros. A parceria visa essencialmente incentivar e promover os cursos superiores nestas áreas, cujo número de inscrições tem registado um decréscimo anual.

Presença da Altri em Feiras de Emprego

Tipo de ação: Emprego e desenvolvimento económico local

Hierarquia de mitigação: Potenciar impactos positivos

IROs materiais:

- Promoção da empregabilidade local
- Oportunidade de retenção de talento local
- Oportunidade de ganhos reputacionais devido ao papel no desenvolvimento económico local

Objetivo da ação: Reforçar a ligação às instituições de ensino e à população estudantil, promovendo oportunidades de emprego e estágios que contribuam para aumentar a empregabilidade das comunidades locais, atraindo talento jovem e consolidando a posição da Altri enquanto empregador de referência nas comunidades em que se insere

Monitorização: Número de estágios, admissões, candidaturas recebidas e entrevistas

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

A presença da Altri em feiras de emprego em 2025 foi marcada por uma série de eventos importantes que reforçaram a ligação do Grupo com a comunidade académica em diferentes regiões do país. A Altri esteve representada em várias feiras de emprego, criando oportunidades para interagir com estudantes e jovens profissionais à procura da sua primeira experiência no mercado de trabalho.

A Altri marcou presença em diferentes eventos associados ao employer branding, quer no ensino superior, como por exemplo no Instituto Superior Técnico de Lisboa, no ISCAC, na Universidade de Aveiro, no ISA, na Universidade do Porto, na Universidade de Coimbra, na Universidade da Beira Interior, quer no ensino profissional e secundário, nomeadamente na Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal e no Agrupamento de Escolas Figueira Mar.

Estas participações permitiram à Altri não só apresentar as suas oportunidades de emprego e estágios, mas também fortalecer a sua marca como empregador de referência. A interação direta com os estudantes e as instituições de ensino é de extrema importância para a empresa, pois ajuda a compreender melhor as necessidades do mercado de trabalho atual e a atrair talentos alinhados com os valores e objetivos da Altri. Através destas iniciativas, a Altri continua a construir um futuro mais renovável e sustentável, alinhado com os seus valores e missão.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Recrutamento e Seleção 2025 – Highlights

- ▶ 13 estágios profissionais
- ▶ 40 estágios curriculares
- ▶ 44 estágios Academia de Verão
- ▶ 23 admissões

Recrutamento

- ▶ 1852 candidaturas recebidas
- ▶ 171 primeiras entrevistas
- ▶ 64 segundas entrevistas

Comemoração do Dia Nacional da Sustentabilidade

Tipo de ação: Responsabilidade social

Hierarquia de mitigação: Potenciar impactos positivos

IROs materiais:

- Iniciativas de responsabilidade social e de apoio comunitário

Objetivo da ação: Reforçar a colaboração com parceiros estratégicos, promover a partilha de conhecimento e boas práticas e debater soluções concretas para uma cadeia de valor mais sustentável, com enfoque particular na descarbonização e no caminho comum rumo ao Net-Zero.

Monitorização: -

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

De forma complementar, o evento procurou:

- ▶ Alinhar parceiros e stakeholders com o Compromisso da Altri com a sustentabilidade e com a definição do Net-Zero, reconhecendo que uma parte significativa das emissões tem origem na cadeia de valor;
- ▶ Estimular a cooperação intersetorial, através da partilha de casos práticos e experiências de parceiros da cadeia logística, industrial e

química, demonstrando que a transição climática exige soluções conjuntas;

- ▶ Reforçar uma abordagem baseada em conhecimento técnico, nomeadamente no cálculo da pegada de carbono e na identificação de oportunidades de redução de emissões ao longo da cadeia de valor.

Academia de Verão

Tipo de ação: Responsabilidade social

Hierarquia de mitigação: Potenciar impactos positivos

IROs materiais:

- Iniciativas de responsabilidade social e de apoio comunitário

Objetivo da ação: Proporcionar a jovens do ensino secundário e universitário uma experiência prática em contexto empresarial

Monitorização: -

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

A Academia de Verão do Grupo Altri acolheu 44 jovens, entre os 17 e os 23 anos, provenientes do ensino secundário e universitário e de diferentes áreas de formação. Ao longo da iniciativa, os participantes tiveram oportunidade de experienciar o funcionamento diário das várias empresas do Grupo, integrando equipas de trabalho e participando em atividades práticas.

O programa incluiu o desenvolvimento de business cases e a participação em workshops dedicados à preparação para a entrada no mercado de trabalho, contribuindo para o reforço das competências e da empregabilidade dos jovens das comunidades envolventes.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Protocolos com Clubes Desportivos

Tipo de ação: Responsabilidade social

Hierarquia de mitigação: Potenciar impactos positivos

IROs materiais:

- Iniciativas de responsabilidade social e de apoio comunitário

Objetivo da ação: Promover estilos de vida saudáveis entre as comunidades locais, em especial entre crianças e jovens, incentivando a prática de desporto.

Monitorização: -

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

A Altri estabeleceu protocolos com clubes desportivos que visam incentivar a prática regular de atividade física como forma de promover uma vida saudável junto das comunidades locais, com foco particular em crianças e jovens que residem nas zonas próximas das unidades industriais do Grupo.

Projeto Sem Diferenças E8G

Tipo de ação: Responsabilidade social

Hierarquia de mitigação: Potenciar impactos positivos

IROs materiais:

- Iniciativas de responsabilidade social e de apoio comunitário

Objetivo da ação: Promover a integração social, educativa e comunitária de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis

Monitorização: -

Contributo para as metas relativas às comunidades: -

O projeto “Sem Diferenças E8G” integra o Programa Nacional “Escolhas 8.ª Geração” e visa promover uma mudança educativa e social a médio prazo. A iniciativa desenvolve atividades destinadas a reforçar competências pessoais, sociais, relacionais e tecnológicas de crianças e jovens em risco de exclusão, incentivando a continuidade da frequência escolar e contribuindo para a redução do absentismo.

O projeto dirige-se a crianças e jovens, incluindo participantes de etnia cigana e filhos imigrantes, residentes nas áreas limítrofes da unidade industrial Celbi,

nomeadamente nas freguesias da Marinha das Ondas e de São Pedro. O objetivo central é promover o seu desenvolvimento educativo, garantir uma maior igualdade de oportunidades e facilitar a construção de trajetórias de vida mais consistentes e sustentáveis.

O projeto é desenvolvido pela Cáritas Diocesana de Coimbra, em parceria com várias empresas da região Centro, entre as quais a Celbi, S.A., que assegura apoio à iniciativa.

Metas

(S3-5)

Atualmente, a Altri não possui metas específicas definidas para as Comunidades. No entanto, o Grupo monitoriza a eficácia das suas ações através de um diálogo contínuo, permitindo identificar, prevenir e mitigar eventuais impactos negativos, além de contribuir para o bem-estar e desenvolvimento económico das comunidades.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Informações de Governação

A governação corporativa da Altri assenta num modelo sólido, transparente e alinhado com as melhores práticas nacionais e internacionais, garantindo uma gestão responsável, ética e orientada para a criação de valor sustentável a longo prazo. Este modelo assegura a adequada separação de poderes, a supervisão eficaz da gestão e a integração sistemática das dimensões económica, ambiental, social e de governação nas decisões estratégicas do Grupo.

A estrutura de governação da Altri é composta por órgãos sociais e comissões especializadas que, no seu conjunto, asseguram uma visão integrada e holística da organização, promovendo o rigor na tomada de decisão, a mitigação de riscos e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis. O Conselho de Administração assume a responsabilidade última pela definição da estratégia, pela supervisão da gestão e pelo acompanhamento do desempenho global do Grupo, incluindo matérias relacionadas com sustentabilidade, ética empresarial e gestão de riscos.

No âmbito do seu modelo de governação, a Altri dispõe de comissões especializadas — designadamente a Comissão de Corporate Governance, a Comissão de Ética e a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco — que desempenham um papel fundamental na avaliação do modelo de governo societário, na supervisão do sistema de compliance, na monitorização do controlo interno e na integração dos temas ESG na estratégia e na atividade do Grupo. Estas comissões reforçam a capacidade de acompanhamento especializado e contribuem para uma maior transparência e robustez dos processos de governação.

A Altri assegura que os membros dos seus órgãos de administração, direção e fiscalização detêm as competências, conhecimentos e experiência adequados ao exercício das suas funções, incluindo em matérias de sustentabilidade e gestão de riscos, garantindo uma supervisão informada e eficaz destas dimensões. A diversidade de perfis e a independência de alguns dos seus membros contribuem para o equilíbrio, a objetividade e a qualidade do processo de decisão.

O sistema de governação da Altri integra ainda mecanismos formais de gestão de riscos, controlo interno e reporte, que suportam a fiabilidade da informação

financeira e não financeira divulgada, bem como a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos e de sustentabilidade definidos pelo Grupo. A ética, a integridade e a transparência constituem princípios estruturantes deste modelo, materializados através de códigos, políticas e canais de denúncia que promovem uma cultura organizacional responsável.

Neste contexto, a governação assume-se como um pilar central da estratégia da Altri, suportando a integração da sustentabilidade na gestão corrente, o envolvimento responsável com os stakeholders e o alinhamento com os compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito do desenvolvimento sustentável e da criação de valor a longo prazo.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ESRS G1 Conduta Empresarial

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a conduta empresarial identificados pela Altri no processo de análise de dupla materialidade encontram-se apresentados na tabela seguinte. Estes resultados refletem a forma como os princípios de ética, integridade e responsabilidade corporativa influenciam o modelo de governação do Grupo Altri e a gestão das suas relações com colaboradores, fornecedores e restantes stakeholders.

Governance	IRO	+/-	R/P	PO/CV	Horizonte Temporal	Abordagem do Grupo Altri
1 – Cultura Empresarial						
Promoção e salvaguarda das melhores práticas de responsabilidade corporativa, dos valores e políticas da empresa e da salvaguarda da proteção do ambiente, das pessoas e trabalhadores da Altri através da implementação de várias certificações nomeadamente: certificação ISO 9001; certificação ISO 14001; certificação ISO 45001; Norma ISO/IEC 17025; ISO 50001; EMAS; FSC®; PEFC e Sustainable Biomass Program (SBP).	I	+	R	PO	■■■	Políticas relacionadas com a cultura empresarial (G1-1)
Reforço do capital reputacional e humano da Altri devido a uma cultura corporativa sólida, orientada pelos valores de excelência, integridade, simplicidade e coragem, potenciando a confiança dos stakeholders, o aumento da atratividade e retenção de talento, e a melhoria sustentada da produtividade organizacional.	O			PO	■■■	
Risco de diminuição da produtividade e aumento do turnover devido à degradação contínua da cultura organizacional e ao desalinhamento dos trabalhadores com a cultura, os objetivos e valores do Grupo Altri.	R			PO	■■■	
2 - Gestão das relações com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento						
Contributo para a dinamização económica local e nacional através da priorização de fornecedores nacionais, promovendo o seu crescimento, integração em cadeias de valor e reforçando a resiliência da cadeia de fornecimento da Altri	I	+	R	M	■■■	Políticas e métricas relacionadas com a gestão das relações com fornecedores (G1-2; G1-6)
Baixa literacia florestal dos pequenos fornecedores e a elevada fragmentação fundiária constituem desafios significativos à adoção de boas práticas de gestão florestal e à obtenção de certificações, afetando a qualidade da relação com fornecedores e a eficácia dos processos de due diligence.	R			M	■■■	
3 - Corrupção e suborno						
Risco de deterioração reputacional, processos judiciais, aplicação de sanções e custos de remediação decorrentes de incidentes de corrupção e suborno nas atividades e na cadeia de valor da Altri.	R			M + PO + J	■■■	Políticas e métricas relacionadas com a corrupção e suborno (G1-1; G1-4)

* Principais políticas disponíveis para consulta através do website do Grupo Altri



I - Impacto
R - Risco
O - Oportunidade
R- Real
P - Potencial
PO - Próprias operações
M - Cadeia de valor a montante
J - Cadeia de valor a jusante

+ Impacto Positivo
- Impacto Negativo
= Limite de materialidade

Horizonte Temporal
 ■ Curto Prazo ■ Médio Prazo ■ Longo Prazo

Valor absoluto mais elevado quer da perspetiva de impacto, independente se positivo ou negativo, quer da perspetiva financeira, independentemente se na perspetiva de risco ou oportunidade, dentro de cada tópico é usado para determinar a sua posição na matriz de materialidade.

Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

Os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a conduta empresarial identificados na análise de dupla materialidade resultam da forma como o Grupo Altri estrutura os seus mecanismos de governação, promove uma cultura organizacional assente em princípios éticos e gere as relações com fornecedores e parceiros de negócio ao longo da cadeia de valor.

Estes fatores influenciam diretamente a confiança das partes interessadas, a estabilidade das relações comerciais e a reputação institucional da Altri, constituindo elementos relevantes para a sustentabilidade do seu modelo de negócio.

Impactos Positivos Associados à Conduta Empresarial

Um dos impactos positivos identificados no âmbito da análise de dupla materialidade está relacionado com a promoção e salvaguarda das melhores práticas de responsabilidade corporativa, dos valores e políticas da empresa e da salvaguarda da proteção do ambiente, das pessoas e colaboradores da Altri. Este impacto resulta da implementação de diversos sistemas de gestão e certificações reconhecidas internacionalmente, nomeadamente certificação ISO 9001, certificação ISO 14001, certificação ISO 45001, Norma ISO/IEC 17025, ISO 50001, EMAS, FSC®, PEFC e Sustainable Biomass Program (SBP).

A adoção destes referenciais contribui significativamente para assegurar elevados padrões de qualidade, proteção ambiental, segurança e saúde no trabalho e eficiência energética, promovendo simultaneamente a implementação de práticas de gestão responsáveis e alinhadas com os princípios de sustentabilidade do Grupo Altri.

Outro impacto positivo identificado refere-se ao contributo para a dinamização económica local e nacional através da priorização de fornecedores nacionais, promovendo o seu crescimento, a integração em cadeias de valor e reforçando a resiliência da cadeia de fornecimento da Altri. Esta abordagem contribui para o desenvolvimento económico dos territórios onde o Grupo Altri

opera e para o fortalecimento das relações comerciais com parceiros de negócio ao longo da cadeia de valor.

Riscos para o Modelo de Negócio

No âmbito da análise de dupla materialidade foram igualmente identificados riscos associados à conduta empresarial que podem afetar o desempenho operacional e a reputação da Altri,

Um dos riscos identificados refere-se à possibilidade de diminuição da produtividade e aumento do turnover devido à potencial degradação da cultura organizacional e à eventual falta de conhecimento pelos colaboradores da cultura, objetivos e valores do Grupo Altri. Uma cultura organizacional fragilizada pode comprometer o envolvimento dos colaboradores, afetar o ambiente de trabalho e reduzir a eficácia das equipas, com potenciais impactos no desempenho global da organização.

Outro risco identificado está associado à estrutura do setor florestal e às características da base de fornecedores do Grupo Altri. O menor know-how e sofisticação dos pequenos fornecedores e a elevada fragmentação fundiária podem constituir desafios significativos à adoção consistente de boas práticas de gestão florestal e à obtenção de certificações. Esta realidade pode afetar a qualidade da relação com fornecedores e limitar a eficácia dos processos de due diligence e monitorização implementados ao longo da cadeia de abastecimento.

Adicionalmente, foi identificado o risco de deterioração reputacional, processos judiciais e aplicação de sanções decorrentes de potenciais práticas de corrupção e suborno nas atividades e na cadeia de valor da Altri. A ocorrência de situações desta natureza pode afetar a confiança dos stakeholders, comprometer relações comerciais e gerar impactos financeiros e reputacionais para o Grupo.

A gestão destes riscos é enquadrada pelas políticas de governação, pelos mecanismos de controlo interno e pelo programa de cumprimento normativo do Grupo Altri, que inclui instrumentos como o Código de Ética, o Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Canal de Denúncia Interno e o Canal de Denúncia “Ética e Conduta” Altri.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Oportunidades Associadas à Conduta Empresarial

A análise de dupla materialidade identificou igualmente oportunidades associadas à consolidação de uma cultura organizacional sólida e alinhada com os valores da Altri.

Neste contexto, destaca-se o reforço do capital reputacional e humano da Altri, resultado de uma cultura corporativa orientada pelos valores de excelência, integridade, simplicidade e coragem. Esta cultura contribui para potenciar a confiança dos stakeholders, aumentar a atratividade da organização enquanto empregador e promover a retenção de talento.

O fortalecimento desta cultura organizacional pode ainda contribuir para a melhoria sustentada da produtividade organizacional e para o reforço da capacidade do Grupo Altri em desenvolver relações de confiança com clientes, fornecedores, investidores e restantes partes interessadas.

Políticas de Conduta Empresarial e Cultura Corporativa

(G1-1)

Principais Compromissos das Políticas

O Grupo Altri reconhece que uma conduta empresarial ética, transparente e responsável constitui um elemento fundamental para a sustentabilidade do seu modelo de negócio e para a manutenção de relações de confiança com os seus stakeholders. Neste contexto, o Grupo estabelece e implementa um conjunto de políticas, códigos e mecanismos de controlo destinados a promover elevados padrões de integridade, prevenir comportamentos ilícitos e assegurar a conformidade com a legislação aplicável.

A Altri promove uma cultura organizacional assente na integridade, no cumprimento rigoroso da legislação aplicável e na adoção de elevados padrões éticos na condução das suas atividades. Esta abordagem procura assegurar que as decisões empresariais são tomadas de forma responsável, contribuindo para a criação de valor sustentável e para a preservação da

reputação do Grupo junto de colaboradores, clientes, fornecedores, investidores e restantes partes interessadas.

A estrutura de governação do Grupo integra diversos mecanismos destinados a garantir a promoção e monitorização destes princípios. Entre estes destaca-se a Comissão de Ética, uma comissão especializada no seio do Conselho de Administração responsável por acompanhar a divulgação e o cumprimento do Código de Ética do Grupo, bem como por assegurar o regular funcionamento dos mecanismos de comunicação de irregularidades de natureza ética ou legal. Esta comissão analisa as comunicações recebidas e encaminha-as, quando aplicável, para os órgãos competentes da organização.

A Comissão de Ética reporta periodicamente ao Conselho de Administração sobre o desempenho das suas atividades e atua em articulação com outras estruturas de governação relevantes, incluindo a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, que apoia o Conselho de Administração na definição e acompanhamento das políticas e estratégias relacionadas com sustentabilidade, auditoria e gestão de risco.

Entre os principais instrumentos que suportam a conduta empresarial do Grupo destacam-se:

- ▶ Política de Gestão de Risco;
- ▶ Código de Ética;
- ▶ Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas;
- ▶ Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- ▶ Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Estes instrumentos definem os princípios e regras de conduta aplicáveis às relações internas e externas do Grupo, bem como os procedimentos a adotar em situações que possam configurar conflitos de interesses ou riscos de incumprimento.

A ocorrência de comportamentos contrários aos princípios de ética e integridade, incluindo situações de corrupção ou suborno, é considerada um

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

risco reputacional relevante para o Grupo, podendo comprometer a relação com os seus stakeholders e afetar a confiança nas suas atividades. Neste sentido, a Altri mantém um sistema estruturado de políticas, controlos e mecanismos de supervisão destinados a prevenir, identificar e mitigar estes riscos.

Política de Gestão de Risco

A gestão de risco é um vetor essencial no âmbito da organização das empresas que tem vindo a ganhar, nos últimos anos, uma relevância significativa. O objetivo da Política de Gestão de Risco é, desde logo, assegurar que todos os processos de decisão, nos diferentes níveis de organização, são norteados por critérios pré-definidos, conhecidos e transparentes, responsabilizando todos os intervenientes, assegurando a existência de práticas consistentes e transversais.

Código de Ética

O Código de Ética da Altri reflete os princípios e as regras que deverão nortear as relações de todas as empresas que integram o Grupo Altri e destas com os seus stakeholders e tem como objetivo primordial orientar a conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem, tendo por base princípios éticos comuns. É aplicável a todos os colaboradores da Altri, incluindo órgãos sociais de todas as empresas do Grupo, bem como (com as necessárias adaptações) aos mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que prestem serviços a qualquer título, seja permanente ou ocasionalmente ao Grupo Altri.

No Código de Ética são estabelecidos os princípios e compromissos orientadores de diferentes temas, entre eles: Comportamento de colaboradores e relação com stakeholders; Conflitos de interesses; Igualdade de oportunidades e não discriminação; Repúdio ao assédio; Segurança e saúde no trabalho; Liberdade de associação; Defesa dos Direitos Humanos e responsabilidade social; Compromisso com a sustentabilidade; Integridade e lealdade nos negócios; Proteção de informação privacidade e confidencialidade; Reporte de irregularidades; entre outros.

No contexto do Compromisso 2030, o Grupo Altri é um dos signatários da Plataforma Portuguesa para a Integridade (PPI), uma iniciativa da United Nations Global Compact Network Portugal e da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, reforçando, desta forma, o compromisso em prol da integridade.



Âmbito das Políticas

Todas as empresas do Grupo Altri devem aplicar a Política de Gestão de Risco, que deve igualmente ser observada por todos os colaboradores, incluindo dirigentes e membros dos órgãos sociais.

Governança e Supervisão das Políticas

A implementação destas políticas é assegurada pelas diferentes áreas funcionais da empresa, sob responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo Altri.

Cabe às direções e unidades operacionais assegurar a gestão do risco nas respetivas áreas de atividade, promovendo uma maior consciência e ponderação na tomada de decisões em todos os níveis da organização, de acordo com as responsabilidades atribuídas a cada interveniente.



Normas e Certificações de Referência

A Política de Gestão de Risco foi definida tendo por base referenciais reconhecidos de governação e gestão do risco, nomeadamente COSO ERM:2017, ISO 31000:2018 e o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance.

Consideração dos Interesses das Partes Interessadas

No processo de definição e atualização da Política de Gestão de Risco e do Código de Ética, a Altri considera os interesses e expectativas das suas principais partes interessadas, procurando assegurar que estes instrumentos refletem o contexto operacional, regulatório e social em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

A definição e revisão destas políticas envolve processos internos de reflexão e validação que incluem a participação de órgãos de governação e de áreas funcionais relevantes da organização. Este processo permite incorporar preocupações identificadas no âmbito da gestão do risco, da ética e da conformidade, assegurando que as políticas permanecem adequadas à realidade operacional do Grupo e às expectativas das partes interessadas.

Os colaboradores constituem um grupo central de partes interessadas no âmbito destas políticas. O seu envolvimento ocorre principalmente através da aplicação e divulgação das políticas, das ações de formação associadas e dos canais internos de comunicação e reporte disponíveis, promovendo a consciencialização e a participação dos colaboradores na identificação e gestão de potenciais riscos ou situações de incumprimento.

Acessibilidade e Disponibilização das Políticas

O Código de Ética e a Política de Gestão de Risco encontram-se publicamente disponíveis no website institucional da Altri, assegurando o acesso por colaboradores e demais partes interessadas externas, incluindo parceiros de negócio e fornecedores. Internamente, estas políticas são comunicadas aos colaboradores, dirigentes e membros dos órgãos sociais, sendo integradas nas práticas de governação, ética e gestão de risco do

Grupo e complementadas por ações de sensibilização e formação no âmbito do programa de Compliance.

Programa de Cumprimento Normativo

O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção (“Regime Geral da Prevenção da Corrupção” ou “RGPC”). Nos termos do artigo 5.º, n.º 1, do RGPC, as entidades abrangidas devem adotar um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias, a fim de prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da entidade.

Em cumprimento da RGPC, o Grupo Altri adota e implementa o seu programa de cumprimento normativo que tem como finalidade prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas e que integra:

- ▶ O Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas;
- ▶ O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- ▶ A Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- ▶ Um programa de formação;
- ▶ Um canal de reporte de denúncias.

O Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas estabelece um conjunto de princípios, valores e regras de atuação de todos os colaboradores do Grupo Altri, independentemente do cargo ou função que desempenhem, bem como de todos os que representem ou se relacionem com a Altri, incluindo os parceiros, independentemente do serviço que prestem, em matéria de ética profissional, tendo em consideração as normas penais referentes à corrupção e infrações conexas e os riscos de



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

exposição da entidade a estes crimes. Além disso, define as sanções aplicáveis em caso de incumprimento das regras previstas.

O Conselho de Administração da Altri designou, nos termos do RGPC, um responsável pelo cumprimento normativo, que tem por missão garantir e controlar a aplicação do programa de cumprimento normativo, exercendo as suas funções de modo independente, permanente e com autonomia decisória, assegurando a Altri que o mesmo dispõe da informação interna e dos meios humanos e técnicos necessários ao bom desempenho da sua função.

A cultura do Grupo Altri assente em valores de transparência, responsabilidade e integridade reflete-se também no compromisso de prevenção ativa e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. A Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (Política de BC&FT) estabelece regras-padrão para prevenir e combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo a fim de assegurar uma base comum a todo o Grupo Altri, sendo aplicável aos respetivos membros dos órgãos de gestão e supervisão, colaboradores e a todos os prestadores de serviços. Os compromissos assumidos nesta política são enumerados conforme apresentado:

- ▶ Observar a legislação nacional e comunitária que lhe seja aplicável em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ▶ Manter relações comerciais apenas com pessoas singulares e coletivas que, tanto quanto é do seu conhecimento, prossigam atividades legítimas e que não representem um risco elevado de práticas ilícitas;
- ▶ Utilizar mecanismos de controlo adequados à identificação prévia de operações de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, de forma a acautelar a violação de normas legais;
- ▶ Promover a formação dos colaboradores cujas funções sejam relevantes para a prevenção, deteção ou mitigação dos riscos associados ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;

- ▶ Monitorizar a evolução das melhores práticas em matéria de prevenção dos riscos associados ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, com vista à melhoria contínua;
- ▶ Divulgar a Política de BC&FT aos seus colaboradores, incluindo os seus trabalhadores e membros de órgãos sociais.

As iniciativas coletivas no âmbito do combate à corrupção são um processo colaborativo e sustentado de cooperação entre partes interessadas, que têm como objetivo aumentar o impacto e a credibilidade da ação individual, reunindo organizações individuais numa aliança de organizações que partilham as mesmas ideias. Todas as políticas e códigos acima apresentados foram validados e aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo Altri, que é também responsável pela aprovação de qualquer alteração, e encontram-se disponíveis para consulta de todos os colaboradores e parceiros no website do [Grupo Altri](#).

Formação em Matéria de Conduta Empresarial

A promoção de uma cultura organizacional assente na integridade, na ética e no cumprimento das normas aplicáveis é apoiada por iniciativas regulares de formação e sensibilização dirigidas aos colaboradores do Grupo.

Neste contexto, a Altri promove formação em matéria de conduta empresarial e ética como um elemento central do seu sistema de governação e do programa de compliance, assegurando que os colaboradores compreendem os princípios, valores e regras que orientam a sua atuação profissional.

A formação é dirigida a todos os colaboradores da Altri, com especial enfoque nos colaboradores cujas funções apresentam maior exposição a riscos relacionados com ética, integridade e conformidade, bem como a quadros de chefia e funções de responsabilidade que desempenham um papel fundamental na disseminação da cultura ética dentro da organização.

Estas ações são realizadas de forma regular no âmbito do programa de compliance e são atualizadas sempre que ocorram alterações relevantes no enquadramento legal ou normativo aplicável.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Os conteúdos da formação são definidos de forma proporcional aos riscos identificados e abrangem, entre outros temas, os princípios de ética e integridade consagrados no Código de Ética, os direitos e deveres dos colaboradores em matéria de comportamento ético e cumprimento legal, a gestão de conflitos de interesses, a proteção da informação e de dados pessoais, bem como os mecanismos de denúncia disponíveis e a proteção dos denunciantes.

Canal de Reporte de Denúncias e Proteção de Denunciante

O Grupo Altri dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número II.2.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (Whistleblowing), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que seja solicitada.

Para o reporte de quaisquer situações de incumprimento, nomeadamente, relacionadas com direitos humanos e laborais, o Grupo Altri dispõe de um canal de denúncias acessível a todas as pessoas, singulares ou coletivas, que possam ser adversamente afetadas pelo Grupo Altri ou que desejem reclamar, denunciar, esclarecer ou expor qualquer situação. Este canal encontra-se acessível a todos os stakeholders através do website da Altri, estando igualmente descritos no Código de Ética os mecanismos de proteção aplicáveis aos denunciante.

As situações reportadas são analisadas pelo Conselho Fiscal que é o principal órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades por parte de qualquer colaborador, parceiro, cliente, fornecedor ou qualquer outro stakeholder do Grupo Altri. O Conselho Fiscal articula com a Comissão de Ética sempre que as matérias reportadas requeiram a intervenção desta. Sempre que uma denúncia seja enviada à Comissão de Ética da Sociedade, deverá esta remetê-la ao Conselho Fiscal se em causa estiverem matérias que, por lei, devam ser tratadas por este órgão. Se algum colaborador ou stakeholder preferir comunicar sob anonimato, pode enviar os seus comentários escritos, com tanto detalhe quanto possível, através do

canal de denúncias, caso estejam em causa situações irregulares comunicáveis aí previstas.

O canal de denúncia interno foi implementado em conformidade com a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à proteção de denunciante. Este enquadramento estabelece os direitos e garantias das pessoas que comunicam irregularidades, incluindo a salvaguarda da confidencialidade ou do anonimato, o tratamento adequado de dados pessoais e as condições e medidas de proteção aplicáveis.

A Altri, tendo presente a melhoria contínua das suas atividades, continua a reforçar os seus mecanismos de governação e controlo em matérias de ética e conformidade.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Gestão das Relações com os Fornecedores, Incluindo Práticas de Pagamento

(G1-2)

Os fornecedores constituem um elemento essencial da cadeia de valor da Altri, assegurando o fornecimento de materiais, equipamentos e serviços necessários à continuidade e eficiência das suas operações. O Grupo depende da capacidade de entrega de materiais, equipamentos e serviços por parte dos fornecedores, mas também do cumprimento rigoroso das normas legais, fiscais, ambientais e políticas de sustentabilidade. Neste contexto, a gestão responsável das relações com fornecedores constitui um elemento relevante para a mitigação de riscos associados à cadeia de abastecimento, como os preços elevados da energia, das matérias-primas e pelas possíveis disrupções, promovendo práticas sustentáveis ao longo da cadeia de valor.

A Altri adota critérios exigentes na seleção e gestão dos seus fornecedores, procurando assegurar que os parceiros de negócio cumprem os requisitos legais aplicáveis e os princípios de responsabilidade social e ambiental associados às atividades do Grupo Altri. Esta abordagem contribui para reduzir riscos na cadeia de abastecimento e promover práticas responsáveis ao longo da cadeia de valor.

Sempre que possível, a Altri privilegia o recurso a fornecedores nacionais, contribuindo para dinamizar a economia local e nacional e para reforçar a integração de empresas locais nas cadeias de valor associadas às suas atividades.

O registo de todos os fornecedores no Portal de Qualificação de Serviços Externos (PQSE ou "Portal") é o método que a Altri implementou com o objetivo de manter uma relação de proximidade e facilitar a verificação dos requisitos exigidos aos seus fornecedores. Informações mais detalhadas sobre este Portal podem ser consultadas na secção [ESRS S2 Trabalhadores na Cadeia de Valor – Ações e recursos](#).

Práticas de pagamento e relação com PME

A Altri reconhece a importância de assegurar práticas de pagamento responsáveis e atempadas, em particular no que respeita a pequenas e médias empresas (PME), tendo em conta o impacto que eventuais atrasos de

pagamento podem ter na liquidez, estabilidade financeira e continuidade da atividade dos seus fornecedores. Esta abordagem integra-se na política mais ampla de gestão das relações com fornecedores, assente em princípios de transparência, confiança e cumprimento das obrigações contratuais.

As regras aplicáveis aos prazos e condições de pagamento encontram-se definidas nos contratos celebrados com fornecedores e nos procedimentos internos de gestão financeira e de compras, assegurando o cumprimento da legislação aplicável e das boas práticas de mercado.

A Altri dispõe igualmente de procedimentos internos de controlo e validação de pagamentos, integrados nos seus sistemas financeiros e de compras, destinados a prevenir atrasos no processamento de faturas. Estes incluem processos de validação e aprovação de faturas antes do pagamento, workflows internos que asseguram a segregação de funções e a rastreabilidade do processo, bem como o acompanhamento regular do estado das faturas e dos prazos de pagamento pelas áreas responsáveis.

Estes procedimentos são aplicáveis a todos os fornecedores, incluindo PME, contribuindo para assegurar práticas de pagamento responsáveis e previsíveis no relacionamento com os parceiros comerciais da empresa.

A gestão estruturada das relações com fornecedores contribui igualmente para mitigar riscos associados à cadeia de abastecimento, incluindo desafios relacionados com a fragmentação da base de fornecedores e a necessidade de reforçar a robustez e a sustentabilidade das cadeias de abastecimento associadas à atividade do Grupo Altri.

Prevenção e Detecção de Corrupção e Suborno

(G1-3)

A Altri adota uma política de tolerância zero perante todas as formas de suborno e corrupção, assegurando a sua aplicação através da implementação de medidas preventivas, de deteção e de resposta eficaz a alegações ou incidentes desta natureza. Esta abordagem procura mitigar riscos de deterioração reputacional, processos judiciais, aplicação de sanções e custos de remediação que possam decorrer de incidentes de corrupção ou suborno nas atividades do Grupo ou na sua cadeia de valor.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No âmbito do seu Programa de Prevenção de Riscos (PPR), a Altri identifica, analisa e classifica os riscos potenciais de corrupção e infrações conexas em todas as áreas de atividade do Grupo Altri. Além disso, sistematiza as medidas já implementadas para prevenir a materialização desses riscos, bem como aquelas que, num esforço contínuo de reforço do programa de compliance, contribuem para reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto desses riscos.

Para garantir um controlo rigoroso, a Altri dispõe de um conjunto de medidas preventivas e corretivas, incluindo o Código de Ética, o Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, o Canal Interno de Denúncias, o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, a Política de Gestão de Risco e a Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) é revisto a cada três anos ou sempre que se justifique uma revisão dos riscos, designadamente em virtude de alterações nas atribuições ou na estrutura orgânica ou societária do Grupo que impliquem a revisão da matriz de riscos. Este plano identifica, analisa e classifica, relativamente à área de atividade do Grupo Altri, os riscos potenciais de corrupção ou infrações conexas, sistematizando as medidas existentes de prevenção da materialização desses riscos, bem como aquelas que contribuem para reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto das situações identificadas. A definição dos graus de risco, para efeitos do referido Plano, teve por base duas variáveis: (i) a probabilidade de ocorrência das situações que comportam risco; e (ii) o impacto previsível das infrações a que podem dar origem, ou a gravidade das respetivas consequências.

A Altri tem igualmente vindo a desenvolver diferentes medidas e procedimentos que lhe permitem combater e prevenir a corrupção e o suborno, nomeadamente:

- Monitorização e aprovação de transações com partes relacionadas e avaliação de conflitos de interesses, definido através do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses;

- Envolvimento da Comissão de Ética, para garantir o cumprimento do Código de Ética;
- Processos de receção e investigação de denúncias;
- Formação e comunicação aos colaboradores sobre estas matérias.

Adicionalmente, são aplicados princípios como a delegação de competências, a segregação de funções e a regra dos “quatro olhos”, bem como cláusulas específicas em contratos com clientes e fornecedores para reforçar a transparência.

A Altri garante que as investigações relativas a casos de corrupção e suborno são conduzidas por entidades independentes da cadeia de gestão envolvida, assegurando imparcialidade e rigor na análise dos factos.

Os resultados das investigações e auditorias são comunicados de forma estruturada aos órgãos de administração, direção e supervisão, permitindo a adoção de medidas corretivas adequadas e o reforço contínuo dos mecanismos de controlo interno. Para esse efeito, a Altri conta com a atuação da Auditoria Interna e do Auditor Externo, que desempenham um papel fundamental na avaliação da eficácia das políticas implementadas e na recomendação de melhorias contínuas.

Comunicação das políticas de prevenção da corrupção e suborno

A Altri assegura a comunicação eficaz das suas políticas e procedimentos de prevenção e deteção da corrupção e do suborno através de um conjunto integrado de mecanismos formais que visam garantir a acessibilidade da informação, a compreensão das responsabilidades individuais e a capacidade de atuação adequada perante potenciais riscos ou situações suspeitas.

As políticas relevantes, incluindo o Código de Ética e de Conduta da Altri e o Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas Altri, são disponibilizadas a todos os colaboradores e demais partes relevantes, encontrando-se acessíveis em suporte digital, nomeadamente através dos canais internos e do website institucional da Altri. Desta forma, é assegurado um acesso simples e permanente aos respetivos conteúdos. Estes documentos definem de forma clara os princípios, regras de atuação, deveres

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

e responsabilidades aplicáveis em matéria de integridade, transparência, prevenção da corrupção e gestão de conflitos de interesses.

A comunicação destas políticas é complementada por ações de sensibilização e formação integradas no Programa de Cumprimento Normativo da Altri, cujo objetivo é prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas. Este programa inclui, para além dos códigos aplicáveis, um plano de prevenção de riscos, um programa de formação e um canal de denúncias, contribuindo para que os colaboradores compreendam as suas responsabilidades e saibam como agir em situações de risco ou dúvida.

A Altri promove igualmente a consciencialização contínua dos seus colaboradores através de comunicações internas regulares sobre estas matérias, reforçando a importância do cumprimento dos princípios éticos e das regras de conduta estabelecidas. As chefias assumem um papel ativo neste processo, sendo responsáveis por orientar as suas equipas e apoiar a correta aplicação das políticas sempre que surjam dúvidas ou situações sensíveis.

No que respeita à atuação perante potenciais irregularidades, a Altri disponibiliza canais formais de reporte e denúncia acessíveis a colaboradores e a terceiros, incluindo fornecedores, garantindo a confidencialidade, a proteção dos denunciadores e o tratamento diligente das situações reportadas. A existência destes canais é comunicada de forma explícita nos códigos aplicáveis e reforçada junto das pessoas relevantes, assegurando que todos sabem como reportar comportamentos suspeitos ou violações das políticas internas.

Desta forma, a Altri garante que as suas políticas e procedimentos de prevenção e deteção da corrupção e do suborno são comunicados de forma estruturada, acessível e consistente, promovendo uma cultura de ética, integridade e responsabilidade em toda a organização e ao longo da sua cadeia de valor.

Formação em matéria de luta contra a corrupção e o suborno

A Altri estrutura a sua formação em matéria de prevenção e combate à corrupção e ao suborno como um elemento central do seu Programa de Cumprimento Normativo, com o objetivo de assegurar que todas as pessoas relevantes, incluindo os membros dos órgãos de administração, direção e supervisão, conhecem os riscos aplicáveis, compreendem as suas

responsabilidades e sabem como atuar perante situações potencialmente ilícitas ou eticamente sensíveis.

A formação integra um modelo que combina formação inicial e contínua, dirigida aos colaboradores do Grupo Altri e adaptada ao nível de responsabilidade e às funções desempenhadas. Esta abordagem procura reforçar a cultura de ética e integridade na organização, assegurando que os colaboradores compreendem os princípios e regras definidos no Código de Ética e de Conduta da Altri e no Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

No âmbito do Programa de Cumprimento Normativo, a Altri prevê a existência de um programa de formação específico que constitui um dos pilares estruturantes do sistema de prevenção da corrupção e infrações conexas, a par do plano de prevenção de riscos e do canal de denúncias. Este programa contribui para assegurar a difusão consistente das regras e procedimentos internos e para reforçar a capacidade de identificação e gestão de potenciais situações de risco.

As ações de formação são asseguradas através de iniciativas internas de sensibilização e formação dirigidas aos colaboradores, podendo assumir diferentes formatos, nomeadamente sessões de formação e ações de comunicação com enfoque em matérias de ética, compliance e prevenção da corrupção. Estas iniciativas são enquadradas como formação contínua, permitindo reforçar periodicamente o conhecimento e a consciencialização sobre estas temáticas.

Os conteúdos abordados nestas ações incluem, entre outros temas, a identificação e compreensão dos riscos de corrupção e infrações conexas associados à atividade da Altri, os princípios éticos relevantes no contexto da atuação profissional, as regras e procedimentos definidos nos códigos internos, a prevenção e gestão de conflitos de interesses, bem como as regras aplicáveis a ofertas, hospitalidade e pagamentos indevidos, incluindo situações de interação com entidades públicas. A formação aborda igualmente os procedimentos de reporte e o funcionamento dos canais de denúncia, assegurando que os colaboradores sabem como comunicar situações suspeitas ou potenciais irregularidades.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No âmbito do seu programa de cumprimento normativo e das políticas internas de prevenção da corrupção e infrações conexas, o Grupo Altri promove igualmente iniciativas de formação específicas destinadas a reforçar a prevenção e deteção de práticas de corrupção ou suborno. Estas iniciativas complementam as ações de formação em matéria de conduta empresarial e ética, contribuindo para assegurar que os colaboradores compreendem os riscos associados a estas matérias, bem como as regras e procedimentos internos estabelecidos pelo Grupo.

Durante o ano de 2025 foram desenvolvidas ações de formação no âmbito do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, integradas no programa de compliance do Grupo Altri. Estas ações tiveram como objetivo reforçar o conhecimento dos colaboradores relativamente aos direitos e obrigações decorrentes deste enquadramento legal, bem como promover a compreensão das políticas e procedimentos internos de prevenção da corrupção e infrações conexas.

Funções em risco

A Altri reconhece que determinadas funções apresentam maior exposição ao risco de corrupção e suborno, nomeadamente Compras Industriais e Corporativas, Compras Florestais, Gestão de Fundos e Subsídios, Relações com Stakeholders e Gestão Financeira, dada a sua participação em transações financeiras relevantes e interações com parceiros de negócio. Nestes casos são implementados mecanismos adicionais de monitorização e controlo destinados a assegurar o cumprimento dos mais elevados padrões de integridade e das políticas estabelecidas, de forma a que os colaboradores identificados como exercendo funções de risco participem em ações de formação específicas em matéria de corrupção.

Formação para órgãos de administração, direção e supervisão

A formação em matéria de corrupção e suborno abrange igualmente os membros dos órgãos de administração, direção e supervisão, enquanto destinatários diretos das políticas e procedimentos do Programa de Cumprimento Normativo. Estes responsáveis estão incluídos no âmbito de aplicação dos códigos internos, sendo destinatários das ações de sensibilização e formação associadas ao cumprimento do Código de Ética e de Conduta e do Código de Conduta de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

Adicionalmente, os resultados de auditorias, investigações internas e avaliações do sistema de controlo são comunicados aos órgãos de administração, direção e supervisão, permitindo reforçar o seu conhecimento sobre riscos, falhas identificadas e necessidades de melhoria, contribuindo de forma complementar para a consolidação da formação e do envolvimento destes órgãos nas matérias de ética e integridade.

Métricas e Metas

Incidentes Confirmados de Corrupção ou Suborno

(G1-4)

Em 2025, não foram registados casos confirmados de corrupção ou suborno nas atividades do Grupo Altri. Consequentemente, não ocorreram condenações por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno, nem foram aplicadas multas ou coimas relacionadas com estas infrações. Do mesmo modo, não foram registados casos que tenham resultado em ações disciplinares ou despedimentos de colaboradores, nem situações que tenham conduzido à rescisão ou não renovação de contratos com parceiros comerciais por motivos relacionados com corrupção ou suborno.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Preparar o Futuro

O mercado global de pasta registou uma evolução bastante volátil durante o ano de 2025. A reativação de início de 2025 foi interrompida pelos anúncios dos EUA de, a partir de abril, estabelecer tarifas a grande parte das importações, levando a um abrandamento da procura global de pasta, dado o impacto relevante na região asiática/China. Com as medidas e tarifas a aplicar pelos EUA a estabilizarem, começámos a ver algum dinamismo na procura nos últimos meses de 2025 e início de 2026, protagonizado pela Ásia e, em particular, pela China. Esta tendência positiva é particularmente notória no segmento de Hardwood, ao qual o Grupo Altri está particularmente exposto. O segmento de Pasta Solúvel (DWP), depois de um ano marcado por maior capacidade no mercado e volatilidade no lado da procura, mostra sinais de uma recuperação sustentada no início de 2026.

Perante este ambiente global de incerteza durante 2025, ao qual se acrescentaram alguns fatores específicos do setor, os preços da pasta BHKP (Hardwood) na China e na Europa atingiram mínimos do ano durante o 2T25. Apesar de níveis de preços da Pasta na China perto do custo marginal, apenas nos últimos meses de 2025 e início de 2026, com a reativação da procura na Ásia, começamos a ver subidas de preços mais sustentadas. Este otimismo é reforçado pelos anúncios em janeiro, fevereiro e março de 2026, de aumentos de preços de pasta BHKP. De salientar que o impacto financeiro de um anúncio de aumento do preço da pasta só se faz sentir nas contas do Grupo cerca de 2 meses após o mesmo. Como tal, os aumentos anunciados durante o primeiro trimestre terão impactos mais visíveis na rentabilidade do Grupo, apenas a partir do segundo trimestre de 2026.

Durante o primeiro trimestre de 2026, Portugal foi atingido por uma série de intempéries e tempestades no final de janeiro e fevereiro, tendo a tempestade Kristin sido a mais destrutiva, com ventos a atingirem velocidades acima dos 200km/h. Estas tempestades atingiram com maior severidade o centro do País, com impacto nas infraestruturas públicas, incluindo as redes rodoviária e ferroviária, assim como nas unidades industriais do Grupo Altri. Além de danos patrimoniais e perdas de inventário, maioritariamente cobertos pelas apólices de seguro ativas, acresceram paragens, necessárias para restabelecer o normal funcionamento operacional. Os principais efeitos sentidos nas

unidades industriais foram: 1 dia de paragem na Celbi (e 3 dias com volumes de produção condicionados), 11 dias de paragem na Biotek (e 3 dias com volumes de produção condicionados) e 1 dia de paragem na Caima (e 6 dias com volumes de produção condicionados). Além das restrições mencionadas, houve ainda desafios adicionais relacionados com a logística. O porto da Figueira da Foz, principal canal de escoamento da pasta para o mercado europeu e receção de matéria-prima, encerrou durante várias semanas e só em março começa a retomar a normalidade. Estes desafios exigiram a implementação de medidas para minimizar o impacto na receção de matérias-primas e fornecimento a clientes, dadas as restrições ocorridas nos principais portos perto das fábricas, redes rodoviárias e ferroviárias. Já em março, praticamente todo o funcionamento operacional foi retomado, mas as restrições sentidas durante as semanas das intempéries terão impacto significativo nos resultados do 1T26 do Grupo Altri, dados os custos logísticos acrescidos, menor nível de produção, maiores consumos de energia (causados pela instabilidade nas unidades industriais) e menor produção de energia excedentária, também associada à reparação definitiva da turbina da Celbi.

Relativamente ao evento geopolítico recente no Irão, os efeitos que sentimos a curto prazo são essencialmente relacionados com o aumento dos custos energéticos (mitigados pelos instrumentos de cobertura contratados). Dependendo da duração, poderemos ver impactos indiretos adicionais que se relacionam com prováveis pressões inflacionistas de custos com logística, químicos e madeira, via aumentos dos preços dos fornecedores, a refletir os seus próprios custos mais elevados.

De qualquer forma, o Grupo Altri mantém o foco na otimização dos principais custos para 2026, podendo verificar-se um ligeiro aumento dos custos variáveis para este ano, já incluindo os efeitos negativos decorrentes das tempestades ocorridas no 1T26 em Portugal, mas excluindo efeitos de uma duração mais prolongada da instabilidade geopolítica que se vive atualmente no Irão.

Na frente de diversificação do Grupo Altri, o projeto de conversão total de produção de pasta papeleira (BHKP) para pasta solúvel (DWP) continua a decorrer na Biotek, com conclusão prevista para o final de 2026. Apesar de alguns atrasos nos processos de qualificação com novos clientes, essencialmente devido a timing e logística, acreditamos que, a partir do 2T26,



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

a maior parte desses processos comecem a ficar concluídos, e que tenham impactos mais visíveis nas contas do Grupo ao longo do ano. Adicionalmente, o projeto de recuperação e valorização de ácido acético e furfural de base renovável, na Caima, deverá ser concluído na primeira metade de 2026, possibilitando a venda de um novo produto de alto valor acrescentado na segunda metade do ano.

Em seguimento das notícias recentes associadas ao Projeto Gama, o Grupo Altri reitera que se mantém empenhado na avaliação do projeto, aguardando decisão sobre a licença ambiental integrada, condição importante na tomada da decisão final de investimento, assim que todas as condições estiverem reunidas. Em 2025, o projeto obteve a Declaração de Impacto Ambiental favorável, e foi ainda reforçado o compromisso com a região e os produtores de madeira, com a aquisição da Altri Forestal e Altri Forestal Logistics. O projeto foi reconhecido, em outubro de 2025, com o selo STEP pela Agência Europeia de Clima, Infraestruturas e Meio Ambiente, destacando a sua importância na descarbonização e competitividade industrial europeia. O Grupo Altri tem ainda dado passos para garantir uma alternativa para a conexão elétrica, apesar da exclusão do projeto da planificação elétrica espanhola até 2030, com o objetivo de manter o estatuto de Projeto Industrial Estratégico.

De salientar ainda que o Grupo está em processo de instalação na Caima de uma unidade pré-industrial, com vista ao scale-up industrial da atividade da AeonIQ™. Esta unidade vai permitir, a curto prazo, aumentar níveis de produção e aumentar processos de qualificação com clientes, neste novo mercado de fibras têxteis sustentáveis.

Em termos de paragens programadas de manutenção em 2026, a calendarização é a seguinte:

- ▶ Celbi: fevereiro 2026
- ▶ Caima: setembro 2026
- ▶ Biotek: outubro 2026

Remete-se para as considerações divulgadas na Nota 43. Eventos Subsequentes no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Proposta do Conselho de Administração para aplicação do Resultado Líquido individual

A Altri, S.G.P.S., S.A., na qualidade de holding do Grupo, registou nas suas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, um resultado líquido de 34.067.959 Euros, o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que seja integralmente distribuído como dividendos. Adicionalmente, propõe distribuir como dividendos um montante adicional de reservas no montante de 17.214.959 Euros, o que corresponde a uma distribuição total de dividendos de:

Dividendos	51 282 918 Euros

A distribuição de lucros do exercício e reservas ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

Considerações Finais

A Altri agradece aos diversos stakeholders a confiança depositada na organização, junto dos quais ambiciona renovar - diariamente - o seu compromisso com a excelência, incluindo um especial agradecimento a todos os seus colaboradores, pela enorme dedicação e empenho, com que constroem a Altri todos os dias.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sobre o Relatório

Em 2025, o Grupo Altri apresenta o seu Relatório de Gestão em conformidade com os requisitos da Diretiva de Relato de Sustentabilidade Empresarial (CSRD) e com as Normas Europeias de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS), integrando a demonstração de sustentabilidade.

Este Relatório, cujo período de relato está compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, inclui os elementos-chave do enquadramento estratégico da Altri, juntamente com o desempenho operacional, financeiro e de sustentabilidade ao longo do ano de 2025, assim como os principais aspetos do governo societário e da gestão de risco, sendo preparado de acordo com os requisitos legais aplicáveis.

O Relatório de Gestão foi aprovado pelo Conselho de Administração e autorizado para emissão no dia 9 de abril de 2026.

► Relatório de Gestão Único

Em observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Altri apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, tendo, ao abrigo do número 6 do art.º 508.º – C do Código das Sociedades Comerciais, optado por apresentar um Relatório de Gestão Único, que dando cumprimento a todas as exigências legais aplicáveis, permitirá uma análise completa, prática e integrada da informação aí disponibilizada.

► Demonstração de Sustentabilidade

Relativamente à informação não financeira, a consolidação da informação e a metodologia de elaboração do relatório abrange todas as atividades em que a Altri detém uma participação. Conforme imposto pela Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta para direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, o Grupo deve prestar informação sobre matérias não financeiras.

A Demonstração de Sustentabilidade é, por isso, parte integrante do Relatório de Gestão Único e inclui 4 grupos de informação:

- **Informações gerais**, que incluem as bases de preparação, informações sobre governação, estratégia e modelo de negócio, assim como divulgação do exercício de dupla materialidade (ESRS 2).
- **Informações ambientais**, que abrangem divulgações conforme o artigo 8.º do Regulamento 2020/852 (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, referente ao estabelecimento de um regime para promoção do investimento sustentável (Regulamento da Taxonomia Verde), assim como informações sobre alterações climáticas, poluição, recursos hídricos, biodiversidade e ecossistemas e economia circular (ESRS E1, E2 E3, E4 e E5).
- **Informações sociais**, que abordam a Mão de Obra Própria, trabalhadores na cadeia de valor e comunidades afetadas (ESRS S1, S2 e S3).
- **Informações de governação** sobre conduta empresarial, incluindo divulgações relativas a corrupção e suborno e gestão de relação com fornecedores (ESRS G1).

A informação não financeira prevista no Decreto-Lei n.º 89/2017 referente ao período de 2025 está incluída no presente relatório, sendo que se encontra incluída no anexo [E. Tabela de Correspondência DINF \(Divulgação de Informação Não Financeira\)](#).

► Regulamento de Taxonomia da UE

Este relatório é ainda preparado de acordo com os requisitos legais vertidos no Regulamento de Taxonomia da UE, nomeadamente, a divulgação dos Indicadores Chave de Desempenho específicos sobre a elegibilidade e alinhamento das atividades ambientais.

► Normas e diretrizes de relato utilizadas

Este relatório foi preparado de acordo com as normas e orientações aplicáveis internacionalmente reconhecidas, nomeadamente:

- Diretrizes do Código das Sociedades Comerciais (CSC), relativas ao conteúdo do relatório de gestão, incluindo as respeitantes à



comunicação de informações não financeiras, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho;

- Modelo de reporte de informação não financeira pelos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado recomendado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);
- Recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD) do Financial Stability Board (FSB), relativas à divulgação de riscos e oportunidades relacionados com o clima;
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB);
- Princípios do United Nations Global Compact (UNGC);
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Princípios de inclusão, materialidade, capacidade de resposta e impacto estabelecidos na Norma AA1000 Accountability Principles Standard (AA1000AP 2018), relativamente à informação sobre sustentabilidade;
- Alinhamento do relato com a European Union Corporate Reporting Directive (CSRD);
- Foi mantida a Tabela GRI em anexos, de modo a podermos ter valores comparativos de anos anteriores. Salvaguarda-se que as fórmulas de apuramento dos indicadores podem ser alteradas no reporte segundo a CSRD.

► Verificação Externa

A Altri submete o conteúdo deste relatório a uma avaliação externa, independente e certificada. O âmbito do trabalho do auditor da Altri, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., para o Relatório de Gestão é a verificação da seguinte informação:

- Apuramento da Dupla Materialidade;

- Relato de sustentabilidade segundo a CRSD e as ESRS, aplicáveis, que oferece uma garantia limitada sobre a Pegada de Carbono e os restantes datapoints aplicáveis;
- Divulgação alinhada com o Regulamento da Taxonomia da UE.
- Relatório Obrigações Verdes 2025



Anexos ao Relatório de Gestão

323	A. Disposições Legais
324	B. Atividade desenvolvida pelos membros Não Executivos do Conselho de Administração
324	C. Declaração nos termos da alínea C) do Número 1 do Artigo 29 G do Código de Valores Mobiliários
324	D. Declaração de Responsabilidade
325	E. Tabela de Correspondência DINF (Divulgação de Informação Não Financeira)
328	F. Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD)
340	G. Acompanhamento Act4nature
343	H. Tabela GRI
366	I. Tabela SASB
368	J. Relatório Obrigações Verdes Caima - 2023-2028
378	K. Relatório Sustainalytics (Green Bonds Second Party Opinion)
381	L. Relatório de Verificação Externa (Green Bonds)
382	M. Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade
384	N. Transações de Dirigentes
392	O. Glossário

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A. Disposições Legais

Ações Próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 66, número 5, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de dezembro de 2025 a Altri não detinha ações próprias, bem como não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias durante o exercício.

Ações Detidas pelos Órgãos Sociais da Altri

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que, em 31 de dezembro de 2025, os administradores da Altri detinham as seguintes ações:

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça (a)	35 975 972
João Manuel Matos Borges de Oliveira (b)	34 200 000
Domingos José Vieira de Matos (c)	34 056 025
Paulo Jorge dos Santos Fernandes (d)	30 325 728
José Armindo Farinha Soares de Pina (e)	104 631

(a) As 35.975.972 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., da qual a administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante.

(b) As 34.200.000 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade CADERNO AZUL, S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante.

(c) As 34.056.025 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade VIEIRA DE MATOS - VDM CAPITAL, S.A. (anteriormente designada por LIVREFLUXO, S.A.), da qual o administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante.

(d) As 30.325.728 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., da qual o administrador Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante.

(e) As 104.631 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. imputáveis a José Armindo Farinha Soares de Pina, por força do seu regime de casamento.

Em 31 de dezembro de 2025, o Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral não possuíam ações representativas do capital social da Altri.

Participação no Capital da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2025 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16.º, 20.º e 29.º-R do Código de Valores Mobiliários, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33%, 50%, 66% e 90% dos direitos de voto, são como segue:

1 Thing, Investments, S.A.	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Diretamente (a)	20 541 284	10,01%
Total imputável	20 541 284	10,01 %

(a) As 20.541.284 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A. cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

Paulo Jorge dos Santos Fernandes	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	30 325 728	14,78%
Total imputável	30 325 728	14,78 %

Domingos José Vieira de Matos	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Vieira de Matos - VDM Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	34 056 025	16,60%
Total imputável	34 056 025	16,60 %

João Manuel Matos Borges de Oliveira	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Caderno Azul, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	34 200 000	16,67%
Total imputável	34 200 000	16,67 %

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Promendo Investimentos, S.A. (da qual é acionista dominante e administradora)	35 975 972	17,54%
Total imputável	35 975 972	17,54 %

A Altri não foi notificada de quaisquer participações acima de 20% dos direitos de voto.

B. Atividade Desenvolvida pelos Membros Não Executivos do Conselho de Administração

Durante o exercício de 2025, os administradores não executivos cumpriram de forma regular e com eficácia as suas funções de acompanhamento e monitorização da atividade dos membros executivos.

Este acompanhamento teve lugar não só através da sua participação regular e assídua nas reuniões do Conselho de Administração, como através da participação de alguns destes membros não executivos nas comissões especializadas existentes no seio do Conselho, como é o caso da Comissão de Corporate Governance, a Comissão de Ética e a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, comissões estas que reportam regularmente a sua atividade ao Conselho de Administração.

Sempre que necessário, os administradores não executivos mantiveram um contacto estreito e direto com os responsáveis operacionais e financeiros do Grupo Altri, numa perfeita articulação que promove um ambiente esclarecido e informado.

No exercício de 2025, e no âmbito das reuniões do Conselho de Administração, os Administradores executivos reportaram sempre o desenvolvimento da sua atividade e prestaram todas as informações que foram requeridas pelos demais membros do Conselho de Administração.

C. Declaração nos Termos da Alínea C) do Número 1 do Artigo 29 G do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”), dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

D. Declaração de Responsabilidade

Os membros do Conselho de Administração da Altri, SGPS, S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), informamos que não existem dívidas vencidas perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

E. Tabela de Correspondência DINF (Divulgação de Informação Não Financeira)

A presente tabela permite fazer a correspondência entre os elementos requeridos no modelo de relatório para divulgação de informação não financeira, recomendado pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) e os conteúdos do Relatório de Gestão 2025 (RG25) do Grupo Altri. O referido modelo, aplicável às sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, resulta da convocação do regime legal aplicável.

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS		
A.Introdução	1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.	RG25 > Informações Gerais > Governação (GOV1-2), Estratégia, Modelo de negócio e cadeia de valor - Compromisso 2030 (SBM-1) e Tópicos materiais (IRO-1)
	2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.	RG25 > Sobre o relatório
B.Modelo empresarial	1. Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	RG25 > Informações Gerais > Estratégia Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1)

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
C. Principais fatores de risco	1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.	RG25 > Informações Gerais > Governação (GOV1-2)
	2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	RG25 > Informações Gerais > Impactos, riscos e oportunidades materiais (SBM-3)
	3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.	RG25 > Informações ambientais > ESRS E1 Alterações Climáticas > Estratégia e Modelo de Negócio (SBM-3) e ESRS E4 Biodiversidade e ecossistemas > Estratégia e Modelo de Negócio (SBM-3)
	4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatório em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > F. Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD)
	5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
D. Políticas Implementadas		
	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1)
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1) RG25 > Informações ambientais (Metas)
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
I. Políticas Ambientais	i. Utilização sustentável dos recursos	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações climáticas, ESRS E3 Recursos hídricos e marinhos e ESRS E5 Economia Circular RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 302 e 303
	ii. Poluição e alterações climáticas	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações climáticas e ESRS E2 Poluição RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 305 RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > F. Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD)
	iii. Economia circular e gestão de resíduos	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E5 Economia Circular RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 306
	iv. Proteção da biodiversidade	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E4 Biodiversidade e ecossistemas RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 304

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1) RG25 > Informações Sociais
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1) RG25 > Informações Sociais > ESRS S1 mão de obra-de-obra Própria > Metas RG25 > Informações Gerais > Interesses e pontos de vista das partes interessadas (SBM-2)
II. Políticas Sociais e Fiscais	i. Compromisso da empresa com a comunidade	RG25 > Informações Sociais > ESRS S3 Comunidades Afetadas Política de Participação nas Comunidades RG25 > Informações Sociais > ESRS S2 Trabalhadores na Cadeia de Valor
	ii. Subcontratação e fornecedores	RG25 > Informações de Governança > ESRS G1 Conduta Empresarial > Gestão das relações com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento (G1-2) Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais
	iii. Consumidores	RG25 > Informações Gerais > Interesses e pontos de vista das partes interessadas (SBM-2) RG25 > Investimento Responsável (Green Bonds)
	iv. Investimento responsável	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > J. Relatório Obrigações Verdes
	v. Stakeholders	RG25 > Informações Gerais > Interesses e pontos de vista das partes interessadas (SBM-2)
	vi. Informação fiscal	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 207



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
III. Colaboradores e igualdade entre gênero e não discriminação	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1)
		RG25 > Informações Sociais
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor > Compromisso 2030 (SBM-1)
		RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > GRI 2-7, 2-8, 401, 403, 404, 405, 406 e 407
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
		RG25 > Informações Sociais > ESRS S1 mão de obra-de-Obra Própria
	i. Emprego	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 2-7, 2-8, 405
	ii. Organização do trabalho	RG25 > Informações Sociais > ESRS S1 mão de obra-de-Obra Própria
	iii. Saúde e segurança	RG25 > Informações Sociais > ESRS S1 mão de obra-de-obra Própria > Métricas > Saúde e Segurança (S1-14)
		RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 403
	iv. Relações sociais	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 2-30
		RG25 > Informações Sociais > ESRS S1 mão de obra-de-obra Própria > Métricas > Formação e desenvolvimento de competências (S1-13)
	v. Formação	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 404
		RG25 > Informações Sociais > ESRS S1 mão de obra-de-obra Própria > Métricas > Diversidade (S1-9) e Remuneração (S1-16)
	vi. Igualdade	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 405

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
iv. Direitos humanos	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	RG25 > Informações Sociais > ESRS S2 Trabalhadores na cadeia de valor > Políticas (S2-1)
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor > Compromisso 2030 (SBM-1)
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
		RG25 > Informações Gerais > Declaração sobre o dever de diligência (GOV-4)
	i. Procedimentos de diligência devida	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 405, 406, 407 e 408
	ii. Medidas de prevenção dos riscos	
	iii. Processos judiciais	Política de Direitos Humanos
	1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de colaboradores e fornecedores; informação sobre o sistema de compliance indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou colaboradores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.	RG25 > Informações de Governança > ESRS G1 Conduta Empresarial > Prevenção e deteção de corrupção e suborno (G1-3)
	2. Prevenção do branqueamento de capitais (para emitentes sujeitos a este regime): medidas de combate ao branqueamento de capitais; indicação do número de casos denunciados anualmente.	RG25 > Anexos ao Relatório de Gestão > H. Tabela GRI > 205
	3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.	Código de ética
	4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e colaboradores	Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas
	v. Combate à corrupção e às tentativas de suborno	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SEGUIDOS		
1. Identificação de standards/diretrizes seguidos no reporte de informação não financeira	Identificação dos standards / diretrizes seguidos na preparação da informação não financeira, incluindo as respetivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável. No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor > Compromisso 2030 (SBM-1) RG25 > 8. Sobre o relatório
2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores	Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte.	
3. Explicação em caso de não aplicação de políticas	Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.	Não aplicável
4. Outras informações	Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional ou internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.	RG24 e Anexos

F. Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)

A Altri avalia a sua resiliência às alterações climáticas através das recomendações do TCFD. De acordo com o World Economic Forum, as alterações climáticas representam o maior risco (severidade) a nível global, nos próximos 10 anos. À medida que a temperatura da Terra aumenta, os eventos climáticos extremos são cada vez mais comuns, perturbando os

ecossistemas naturais e a saúde humana, causando perdas económicas nos negócios, ameaçando os seus ativos e infraestruturas.

Neste contexto, e em alinhamento com diversas iniciativas internacionais (ODS, Acordo de Paris, European Green Deal, CSRD, ESRS), existe uma crescente necessidade por parte da comunidade de investidores em analisar a resiliência das empresas face aos riscos e oportunidades climáticas, requerendo os mercados financeiros informação clara, abrangente e precisa sobre os impactos das alterações climáticas no desempenho das empresas. A Comissão Executiva e a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco recebem atualizações regulares sobre o desempenho dos indicadores de carbono, os progressos no Compromisso 2030 e quaisquer riscos e oportunidades significativos relacionados com o clima. A TCFD, no seu contexto de trabalho, publicou um conjunto de recomendações de reporte de informação financeira, relacionada com riscos e oportunidades climáticas, centrada em quatro áreas-chave: Governance; Estratégia; Gestão de Risco; e Métricas e Metas.

Esta recomendação visa avaliar a resiliência da estratégia das empresas a diferentes cenários climáticos e integrar os riscos associados mais relevantes no framework de gestão de riscos.

A JORNADA DA ALTRI

Face ao contexto atual, e sendo as alterações climáticas e as emissões de GEE um dos temas materiais da Altri, o Grupo alinhou o reporte com as recomendações da TCFD. Neste sentido, identifica oportunidades de melhoria de forma contínua, de modo a fornecer a melhor resposta possível às expectativas do mercado de capitais e aos seus diferentes stakeholders. Este é um passo lógico para o Grupo Altri, dando continuidade ao esforço e ambição do Grupo de contribuir para a mitigação das alterações climáticas, em alinhamento com o Compromisso 2030.

Tendo em conta as melhores práticas de gestão e reporte, bem como a génese e a cultura do Grupo, a Altri procede à monitorização regular dos riscos e oportunidades climáticas, reportando informação relevante em alinhamento com as recomendações da TCFD no âmbito do CDP – Climate Change, tendo alcançado, em 2025, a classificação **“Leadership (A)”**. Adicionalmente, o presente relatório pretende também dar resposta às recomendações da TCFD, apresentando informação relacionada com as



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

quatro-áreas chave referidas. Alguns pontos relevantes são o modelo de governo para as alterações climáticas, os impactos associados aos riscos e oportunidades das alterações climáticas, a forma de identificação, avaliação e gestão dos mesmos e diversas métricas e metas relevantes para avaliar e

gerir os riscos e oportunidades climáticas. É apresentada também uma tabela de correspondência entre as recomendações da TCFD e o canal de comunicação onde se reporta informação mais detalhada para o efeito.



1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O exercício de avaliação e reporte é dinâmico, sendo revisto de forma contínua, de modo a garantir que as práticas de gestão e reporte da Altri se mantêm alinhadas com as necessidades do mercado de capitais e adequadas face ao contexto empresarial no qual o Grupo se enquadra.

GOVERNO

O Grupo pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável e assentar as prioridades estratégicas em objetivos de melhoria contínua e inovação, assumindo a sustentabilidade como fator de competitividade. Neste sentido, o Conselho de Administração (CA) delega na Comissão Executiva (CE) a responsabilidade de assegurar a gestão da sustentabilidade e das alterações climáticas, com o apoio da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco e da Direção de Sustentabilidade ([ver Informações Gerais > Governação](#)).

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco (CSAR), cujo principal objetivo é o de apoiar o Conselho de Administração na definição e no acompanhamento da estratégia de sustentabilidade, em alinhamento com o 'Compromisso 2030', integrando a temática das alterações climáticas (ex. avaliar e gerir riscos e oportunidades das alterações climáticas; propor metas e iniciativas de redução de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE); proceder à revisão de estratégias, metas e orçamentos e monitorização do desempenho, entre outros). A CSAR reúne, pelo menos, com uma periodicidade trimestral e reporta diretamente ao CA.

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco conta com o apoio da Direção de Sustentabilidade e do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade, que lidera o trabalho diário e operacional, em alinhamento com outras áreas relevantes do Grupo, com responsabilidade direta na implementação e gestão diária dos temas de sustentabilidade e alterações climáticas (ex. Operacional, Jurídica, Recursos Humanos, Aprovisionamento e Logística, Abastecimento Florestal e de Madeira, Financeira, Relações com Investidores e Comercial). Adicionalmente, a Direção de Sustentabilidade, pela figura da Administradora para os temas relacionados com a Sustentabilidade, reporta de forma direta e semanal à Comissão Executiva.

ESTRATÉGIA

Alinhada com a visão e estratégia, a Altri ambiciona ser uma empresa de referência na produção de fibras celulósicas de eucalipto, assente numa gestão florestal sustentável. Para concretizar esta ambição, definiu como objetivo a implementação de processos de melhoria contínua do desempenho ambiental, nomeadamente, a diminuição da pegada ecológica, o aumento da eficiência operacional nas unidades industriais, o aumento da produtividade e a promoção de uma gestão florestal sustentável. Alicerçados nesta visão, e sendo as alterações climáticas um tema material, o Grupo Altri monitoriza os riscos e oportunidades associados às alterações climáticas, identificando os riscos transitórios (ex. político/legal, reputacional, entre outros), os riscos físicos (ex.: agudos) e as oportunidades climáticas (ex.: novos produtos e serviços, eficiência de recursos, entre outros).



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

TABELA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA									
Tipo de risco	Potencial impacto financeiro	Fase da cadeia de valor	Probabilidade de ocorrência	Magnitude do impacto financeiro					
				Cenário 1.5°C (Netzero Ssp1-1.9 Net-zero Horizon)			Cenário 4°C (Steps Ssp5-8.5 Heatwave)		
				Atual	2030	2050	Atual	2030	2050
Transição – Político e Legal Regulação existente e emergente/ aumento do preço das emissões de GEE	Aumento do OpEx	Operações diretas	Quase certo	■	■	■	■	■	■
Transição - Mercado Aumento do custo das matérias-primas (madeira e produtos químicos)	Aumento do OpEx	Upstream/Operações diretas	Provável	■	■	■	■	■	■
Transição - Reputacional Estigmatização do setor	Depreciação da marca e redução das receitas.	Downstream	Pouco Provável	■	■	■	■	■	■
Físico - Agudo Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos: precipitação intensa e cheias.	Aumento de OpEx/CapEx e redução de receitas	Upstream/Operações diretas	Provável	■	■	■	■	■	■
Físico - Agudo Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos: incêndios	Aumento de OpEx/CapEx e diminuição do valor dos ativos biológicos	Upstream/Operações diretas	Provável	■	■	■	■	■	■
Físico - Agudo Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos: escassez de águas/secas.	Aumento de OpEx e redução de receitas	Upstream/Operações diretas	Provável	■	■	■	■	■	■

■ <25 M€ ■ 25-45 M€ ■ 45-70 M€ ■ 70-90 M€ ■ >90 M€

RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA

Tipo de Risco	Identificação e caracterização do risco	Resposta Altri
Transição – Político e Legal Regulação existente e emergente/ aumento do preço das emissões de GEE	Contexto: As unidades industriais da Altri (Biotek, Caima e Celbi) estão abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE, EU-ETS). Com a passagem da fase III para a fase IV do CELE (2021-2030), a alocação de licenças gratuitas irá ser reduzida, pelo que pode ser necessário adquirir licenças de emissão de CO₂. Caso as unidades industriais não acompanhem a transição energética e os objetivos europeus definidos, pode ocorrer um impacto financeiro relevante, principalmente com o aumento do preço do CO₂. Impacto: A Altri está exposta ao risco de um aumento dos preços das emissões de gases com efeito de estufa, devido à regulamentação atual e emergente. Com a Fase IV do CELE, que é mais rigorosa, a atribuição de licenças de CO₂ gratuitas à Celbi e à Biotek foi reduzida, afetando particularmente a Celbi. A Biotek continua a enfrentar défices nas licenças de CO₂. Estes fatores poderão levar a um impacto financeiro relevante para a Altri, principalmente devido a potenciais aumentos no preço do CO₂e.	. No âmbito do 'Compromisso 2030', estabelecemos diversas metas de redução de GEE, nomeadamente: consumir 100% da energia primária de origem renovável e reduzir em 51% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2, contribuindo ambas para o Science-Based Target (SBT) aprovado para redução de emissões de âmbito 1 e 2 em 51% e âmbito 3 de 25%, alinhado com a subida de temperatura de 1,5°C, comparativamente ao valores pré-industriais. . Implementação anual de diversas iniciativas de eficiência energética e redução de emissões de GEE. . Certificação ISO 50001 das unidades industriais Biotek, Caima e Celbi. . Projeto Caima <i>Go Green</i>: investimento de €50M na Caima para tornar as operações neutras em carbono (biomassa residual face a combustíveis fósseis). O projeto da caldeira foi aprovado em 2021 e teve entrada em funcionamento no final de 2023. . Instalação de 4 unidades de painéis solares fotovoltaicos nas coberturas dos armazéns das unidades industriais e Altri Florestal. . Compromisso Net-Zero assumido em 2025 com o SBTi

RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA

Tipo de Risco	Identificação e caracterização do risco	Resposta Altri
Transição - Mercado Aumento do custo das matérias-primas (madeira e produtos químicos)	Contexto: A Altri desenvolve a sua atividade na produção de fibras celulósicas de eucalipto, sendo a madeira a sua principal matéria-prima, juntamente com os produtos químicos. As três fábricas de fibras celulósicas da empresa têm uma capacidade conjunta de mais de 1 milhão de toneladas por ano. Embora a Altri seja proprietária de algumas florestas, a maior parte da madeira provém de fornecedores da Península Ibérica e uma pequena percentagem de fontes certificadas da América do Sul. A disponibilidade e o custo da madeira são fatores críticos para as operações e a rentabilidade da Altri. No entanto, os impactos das alterações climáticas nas florestas, a competitividade pelos recursos florestais, fatores regulatórios e de mercado e os eventos extremos colocam riscos ao custo e disponibilidade de matérias-primas, aumentando potencialmente o custo da madeira e de produtos químicos para a Altri. Impacto: A Altri está exposta ao risco de aumento dos custos das matérias-primas, principalmente da madeira, devido aos impactos das alterações climáticas nas florestas, à competitividade da madeira por parte de outros sectores e a fatores de mercado e regulatórios. Estes fatores podem resultar numa menor disponibilidade, menor qualidade e preços mais elevados da madeira e produtos químicos, com impacto nos custos de produção e na rentabilidade global da Altri.	. A principal matéria-prima da Altri é a madeira, que é uma matéria-prima renovável. Para mitigar este risco a Altri tem uma estratégia agressiva de procura de novas áreas de produção florestal, pretendendo aumentar a sua área florestal até 2030. . Afocelca - prevenção, segurança e combate a incêndios rurais. . Viveiros do Furadouro e produção de plantas para reflorestação. . Diversidade de fornecedores, aumentando a resiliência do abastecimento e garantindo uma não disrupção da cadeia de fornecimento. . Melhoria contínua no uso específico de madeira e matérias subsidiárias . Investigação e desenvolvimento de tecnologia de maior eficiência na utilização de recursos



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA		
Tipo de Risco	Identificação e caracterização do risco	Resposta Altri
Transição - Reputacional Estigmatização do setor	Contexto: A questão das alterações climáticas tem forte relevância nos últimos anos e, sobretudo, desde que o Parlamento Europeu declarou a emergência climática e ambiental e promoveu diversos compromissos relevantes (ex. Compromisso 1,5°C, Fit for 55, European Green Deal, Taxonomia UE). Nesse sentido, a maioria dos stakeholders está mais atenta às questões relacionadas com o clima, exigindo novas soluções e produtos de baixo carbono.	. Investimento futuro numa unidade industrial (Espanha), com capacidade de produção anual de 200 mil toneladas de pasta solúvel e fibras sustentáveis, contribuindo para o reforço da economia circular e descarbonização do setor têxtil.
	Impacto: A Altri está sujeita ao risco de estigmatização, uma vez que os stakeholders podem associar os produtos de fibras celulósicas e papel à desflorestação e ao impacto climático. Uma perceção negativa da estratégia e do desempenho da Altri em matéria de alterações climáticas poderia reduzir o interesse dos investidores, prejudicar a marca e conduzir a uma diminuição do volume de vendas.	. Desenvolvimento do projeto Fiber4Fiber, o qual pretende desenvolver pastas solúveis de celulose para a produção de fibras de base celulósica como a viscose e lyocell, permitindo distinguir os produtos com origem renovável. . A Altri define diversos critérios e procedimentos para minimizar os impactos ambientais, por exemplo a política de abastecimento de madeira e áreas de conservação e <i>biospots</i>. . As florestas geridas pela Altri possuem mais de 8 milhões de toneladas de stock de CO₂ em biomassa viva.

RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA		
Tipo de Risco	Identificação e caracterização do risco	Resposta Altri
Físico - Agudo Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos: precipitação intensa e cheias, tempestades e frequência de tornados	Contexto: O aumento da frequência e gravidade de fenómenos climáticos extremos, nomeadamente precipitação intensa e inundações, pode ter impactos adversos na estabilidade do fornecimento de matérias-primas à Altri, nomeadamente a madeira e produtos químicos. Embora a Altri utilize as suas próprias florestas para 15%-20% do seu abastecimento de madeira, a maioria é proveniente de fornecedores na Península Ibérica e uma pequena percentagem de fontes certificadas na América do Sul. Por outro lado, com fábricas localizadas em regiões propensas eventos extremos, a Celbi, a Caima e a Biotek estão expostas a vários riscos relacionados com fenómenos extremos. Este risco expõe a Altri a eventuais custos financeiros.	. Gestão de <i>stocks</i> de parques de madeira, considerando os períodos de não sação. . Projetos de investigação e desenvolvimento em melhoramento genético de variedades mais resistentes às alterações climáticas nas regiões onde atualmente temos floresta e possibilidade de produção em novas geografias. . Produção e libertação de inimigos naturais para o combate de pragas na floresta.
	Impacto: A Altri está sujeita ao risco de aumento da frequência e da gravidade das chuvas fortes e das inundações, que pode ter impactos adversos na estabilidade do fornecimento de madeira e produtos químicos, assim como na continuidade da operação. Os impactos potenciais incluem a danificação do inventário de madeira, o aumento dos custos de reparação e/ou substituição dos ativos danificados, a escassez de matérias-primas, prémios de seguro mais elevados e penalizações no cumprimento de garantias contratuais.	

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA

Tipo de Risco	Identificação e caracterização do risco	Resposta Altri
Físico - Agudo	Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos: incêndios	. A Altri adota uma abordagem integrada de prevenção, mitigação e resiliência, alinhada com as melhores práticas de gestão florestal sustentável e de gestão de risco. . Membro ativo da AFOCELCA - A Altri promove a articulação com entidades externas, incluindo autoridades, associações do setor e comunidades locais, reforçando a capacidade de resposta a situações de emergência e contribuindo para uma abordagem colaborativa à prevenção e combate aos incêndios florestais. A Altri implementa medidas ativas de gestão e proteção do património florestal, incluindo práticas de silvicultura preventiva, planeamento florestal orientado para a redução da carga combustível, manutenção de faixas de gestão de material combustível e vigilância reforçada durante os períodos de maior risco. Estas ações visam reduzir a probabilidade de ocorrência e a severidade dos incêndios, bem como minimizar os danos potenciais sobre os ativos florestais. . A Altri procura mitigar o risco associado a eventuais quebras de produção própria através da diversificação e gestão do aprovisionamento de madeira, reduzindo a dependência de fontes únicas e atenuando potenciais aumentos de custos decorrentes de estrangimentos no fornecimento externo. . Investimento nos Viveiros do Furadouro, com uma capacidade de produção anual de cerca de 7 milhões de plantas para plantação nas florestas e/ou venda a clientes. . A Altri integra o risco de incêndios florestais nos seus processos de gestão de riscos, avaliando de forma regular a exposição dos ativos florestais e os potenciais impactos financeiros associados, incluindo a necessidade de reconhecimento de imparidades ou write-offs. Esta avaliação suporta a tomada de decisão estratégica e o planeamento de médio e longo prazo.
	Contexto: O 6º relatório de avaliação do IPCC destaca uma elevada confiança no aumento da frequência e gravidade de fenómenos climáticos extremos, incluindo incêndios florestais, nas regiões onde a Altri opera. A Altri gere uma área florestal significativa em Portugal, e o risco de incêndios florestais representa uma ameaça para o seu património florestal. Períodos de seca mais longos e temperaturas mais elevadas aumentam a probabilidade de ocorrência de incêndios florestais, o que pode diminuir o valor dos ativos e a sua vida útil, resultando em write-offs ou imparidades. Além disso, a dependência do fornecimento externo de madeira pode levar a um aumento dos custos. Portugal tem um historial de incêndios florestais graves durante os meses quentes, expondo ainda mais a Altri a este risco. Impacto: A Altri enfrenta o risco de aumento da frequência e gravidade dos incêndios florestais, influenciado por períodos de seca mais longos e temperaturas mais elevadas. Isto representa um risco para os seus ativos florestais em Portugal, podendo diminuir o seu valor e vida útil, exigindo write-offs ou imparidades. O aumento da dependência do fornecimento externo de madeira pode levar a custos mais elevados	

RISCOS RELACIONADOS COM O CLIMA

Tipo de Risco	Identificação e caracterização do risco	Resposta Altri
Físico - Agudo	Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos: escassez de águas/secas. Contexto: A Altri gere florestas em Portugal, que cobrem uma área significativa e constituem uma fonte de madeira crucial para as atividades da empresa. O aumento da frequência e gravidade das secas devido às alterações climáticas constitui um risco significativo para estas florestas. Períodos de seca prolongados e temperaturas elevadas podem levar à diminuição da disponibilidade de água, o que pode afetar diretamente o crescimento das árvores e a produtividade florestal. Se as árvores não recebem água suficiente, podem ficar mais suscetíveis a doenças, pragas e incêndios florestais, prejudicando a qualidade e a quantidade da matéria-prima disponível para a produção de fibras celulósicas. Por outro lado, o recurso água é fundamental para a operação da Altri nas fábricas (produção de fibras celulósicas). Impacto: O risco de aumento da frequência e severidade das secas constitui uma ameaça para as florestas da Altri. A falta de água durante uma seca pode afetar a qualidade das árvores e, consequentemente, a qualidade das fibras celulósicas produzida. Árvores stressadas pela seca podem apresentar crescimento irregular, madeira mais fraca e menor rendimento de fibra, o que afeta a qualidade final do produto.	. A Altri adota práticas orientadas para o reforço da resiliência das florestas à escassez hídrica, integrando critérios de adaptação às alterações climáticas no planeamento e gestão dos povoamentos. Estas práticas visam mitigar os efeitos de períodos prolongados de seca sobre o crescimento das árvores, reduzir o stress hídrico e limitar impactos negativos na qualidade da madeira, nomeadamente ao nível do rendimento e da qualidade da fibra. A gestão do risco de seca é igualmente articulada com outras dimensões críticas, como a prevenção de pragas, doenças e incêndios florestais, cuja probabilidade pode aumentar em contextos de escassez de água. . A Altri considera a diversificação e gestão do aprovisionamento de madeira como um elemento relevante para mitigar os impactos indiretos das secas, nomeadamente potenciais quebras de produtividade florestal própria que possam afetar a qualidade ou a disponibilidade de matéria-prima. . A Altri reconhece a água como um recurso crítico para a produção de fibras celulósicas e desenvolve uma abordagem de gestão orientada para a eficiência hídrica e a redução da dependência de captações externas, sempre que possível. A empresa monitoriza de forma contínua a disponibilidade de água e os riscos associados a períodos de seca, procurando assegurar a continuidade operacional e a qualidade do produto final, mesmo em cenários de maior pressão sobre os recursos hídricos. . Reflorestação de 2.000 ha de acordo com as melhores práticas em vigor e envolvimento de mais de 300 pessoas na prevenção, vigilância e combate a incêndios rurais. . Investimento nos Viveiros do Furadouro, com uma capacidade de produção anual de cerca de 7 milhões de plantas para plantação nas florestas e/ou venda a clientes.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

TABELA DE AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES RELACIONADAS COM O CLIMA					
Tipo de oportunidade	Potencial impacto financeiro	Fase da cadeia de valor	Horizonte temporal	Magnitude do impacto financeiro	Probabilidade de ocorrência
Fontes de energia Utilização de fontes de energia de baixa emissão/Novas tecnologias	Redução de OpEx	Operações diretas	Curto-prazo		Quase certo
Mercados Acesso a novos mercados (mercados de carbono fora do CELE - CO ₂ biogénico)	Aumento de receita através do acesso a mercados novos e emergentes (mercados de carbono)	Operações diretas	Médio-prazo		Provável
Mercados Produtos e Serviços	Acesso a novos mercados (Desenvolvimento de novos produtos e aplicação para as fibras celulósicas em substituição dos fósseis) Desenvolvimento e/ou expansão de bens e serviços com baixas emissões	Operações diretas	Médio-prazo		Provável

<25 M€ 25-45 M€ 45-70 M€ 70-90 M€ >90 M€

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

OPORTUNIDADES RELACIONADAS COM O CLIMA

Tipo de Oportunidade	Identificação e caracterização da oportunidade	Resposta Altri
Fontes de energia Utilização de fontes de baixa emissão/Novas tecnologias		. Utilização de biomassa, quer através do licor negro (subproduto do processo de produção de pasta e por sua vez combustível renovável) e/ou através de biomassa florestal residual no processo de produção de eletricidade. A energia elétrica produzida pelas nossas unidades industriais é suficiente para suprir as necessidades das fábricas, estando a autossuficiência energética garantida.
	Contexto: A Altri opera dentro da cadeia de valor com base nos recursos renováveis. Os regulamentos europeus sobre clima e energia dão prioridade à produção de energias renováveis. A Estratégia de Bioeconomia da Comissão Europeia apóia o desenvolvimento de indústrias baseadas na biomassa residual e a transição para alternativas sustentáveis e de base biológica. A gestão de florestas certificadas pela Altri contribuem para o combate às alterações climáticas e alinham-se com os objetivos da economia de baixo carbono. O desenvolvimento e a expansão de bens e serviços de baixas emissões, como a produção de energia através da biomassa e as soluções de base lenhosa nos têxteis, apresentam oportunidades significativas para a Altri ganhar vantagem competitiva e contribuir positivamente para os objetivos climáticos e de circularidade.	. Investimento futuro numa unidade industrial em Espanha, capacitada para produzir anualmente 200 mil toneladas de pasta solúvel e fibras renováveis, contribuindo para o reforço da economia circular e descarbonização do setor têxtil.
	Oportunidade: Reside no aproveitamento dos recursos de biomassa residual para desenvolver bens e serviços com baixas emissões, em conformidade com os regulamentos europeus, incluindo a produção de energia renovável através dos painéis fotovoltaicos e a exploração de soluções à base de madeira. Os benefícios resultam da poupança de energia e da geração de receitas através da venda de energia elétrica à rede pública.	. Desenvolvimento do projeto Fiber4Fiber, o qual pretende otimizar as pastas solúveis de celulose para a produção de fibras têxteis de base celulósica, como a viscose e lyocell, permitindo distinguir os produtos com origem renovável.

OPORTUNIDADES RELACIONADAS COM O CLIMA

Tipo de Oportunidade	Identificação e caracterização da oportunidade	Resposta Altri
Mercados Acesso a novos mercados (mercados de carbono fora do CELE - CO ₂ biogénico)	Contexto: No atual enquadramento da transição para uma economia de baixo carbono, assiste-se a uma crescente valorização de soluções baseadas na natureza e de tecnologias que promovem a redução, remoção ou evitamento de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), em particular fora do âmbito do Regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Paralelamente, verifica-se o desenvolvimento de mercados de carbono voluntários e emergentes, com foco em créditos associados a CO ₂ biogénico, projetos florestais, bioenergia e outras soluções de mitigação climática. Neste contexto, organizações com ativos florestais, produção de energia renovável e processos industriais assentes em biomassa residual encontram-se numa posição favorável para gerar reduções ou remoções de emissões que podem vir a ser reconhecidas e valorizadas nesses mercados. Esta tendência é reforçada pela evolução das políticas públicas e pelo crescente interesse de empresas e investidores em mecanismos complementares de mitigação climática, para além das obrigações reguladas, conforme identificado nos trabalhos internos de mapeamento de riscos e oportunidades climáticas.	A Altri acompanha de forma ativa a evolução dos mercados de carbono fora do CELE e dos respetivos referenciais regulatórios e metodológicos, avaliando o potencial de valorização do CO ₂ biogénico associado aos seus ativos florestais, energéticos e industriais. Em paralelo, assegura a gestão sustentável desses ativos e integra esta oportunidade na análise de cenários climáticos, mantendo a opcionalidade estratégica para uma futura participação nestes mercados quando as condições de mercado estiverem consolidadas.
	Oportunidade: A oportunidade consiste no acesso a novos mercados de carbono fora do CELE, através da potencial valorização do CO ₂ biogénico associado às atividades do Grupo, nomeadamente florestais, energéticas e industriais. Estes mercados podem permitir a geração de receitas adicionais decorrentes da comercialização de créditos de carbono ou de outros instrumentos de reconhecimento ambiental, dirigidos a entidades que procuram compensar ou mitigar emissões residuais no âmbito de estratégias voluntárias de descarbonização. O desenvolvimento e a maturação destes mercados representam uma oportunidade de diversificação de fontes de receita, reforçando simultaneamente o posicionamento do Grupo enquanto agente ativo na transição climática. Embora, no curto prazo, a probabilidade de ocorrência tenha sido classificada como pouco provável, o potencial de crescimento a médio e longo prazo é reconhecido, sobretudo à medida que os referenciais metodológicos, os quadros regulatórios e a procura de mercado evoluem.	

1
RELATÓRIO DE GESTÃO2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

OPORTUNIDADES RELACIONADAS COM O CLIMA

Tipo de Oportunidade	Identificação e caracterização da oportunidade	Resposta Altri
Mercados Produtos e Serviços	Contexto: As alterações climáticas, associadas ao reforço do enquadramento regulatório, às políticas de descarbonização e à evolução das preferências dos consumidores, estão a acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. Este contexto tem vindo a impulsionar a procura por produtos de origem renovável, com menor intensidade carbónica e menor dependência de matérias-primas fósseis, em diversos setores industriais e de consumo final. No setor florestal e industrial de base biológica, esta tendência traduz-se numa crescente valorização de soluções assentes em fibras celulósicas, capazes de substituir materiais fósseis em múltiplas aplicações, contribuindo simultaneamente para a mitigação das emissões de GEE e para modelos de economia circular. Este enquadramento cria condições favoráveis ao desenvolvimento e à expansão de novos produtos e serviços alinhados com os objetivos climáticos globais	A Altri responde a esta oportunidade através do desenvolvimento e da diversificação do seu portfólio de produtos de base celulósica, promovendo aplicações que substituem materiais de origem fóssil e apresentam menor intensidade carbónica. Esta estratégia permite aceder a novos mercados e segmentos de clientes, alinhando o crescimento do negócio com a procura crescente por soluções renováveis, circulares e de baixo carbono, reforçando simultaneamente o posicionamento competitivo do Grupo.
	Oportunidade: A oportunidade consiste no acesso a novos mercados e segmentos de clientes através do desenvolvimento e da aplicação de produtos à base de fibras celulósicas, em substituição de materiais de origem fóssil, permitindo a oferta de bens e serviços com menores emissões associadas ao seu ciclo de vida. Esta dinâmica cria potencial para o aumento das receitas, suportado pela crescente procura de soluções renováveis e de baixo carbono, e reforça o posicionamento da Altri como fornecedor de materiais sustentáveis em mercados novos e emergentes. A oportunidade encontra-se integrada no mapeamento de riscos e oportunidades climáticas do Grupo, com uma probabilidade de ocorrência classificada como provável, refletindo o alinhamento entre tendências de mercado, estratégia de descarbonização e capacidade industrial existente.	

GESTÃO DE RISCO

Para a Altri, uma alteração substantiva (impacto financeiro) pode ser descrita como aquela que pode afetar diretamente ou a sua cadeia de valor: financeiramente, alterações relevantes nos principais KPI financeiros (ex. receitas), ou estrategicamente, como é o caso das alterações que

impossibilitem a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa. Ver subcapítulo [Gestão de Risco](#).

A gestão de risco é levada a cabo numa perspetiva de criação de valor, com uma identificação clara das situações que constituem uma ameaça suscetível de afetar os objetivos do negócio. A gestão do Grupo, assente em critérios de sustentabilidade, assume um papel cada vez mais determinante no seio da organização, sendo que a gestão do risco é monitorizada, de uma forma holística (incluindo as componentes ambiental e social), cada vez com maior acuidade.

Os riscos relacionados com as alterações climáticas são uns dos riscos com materialidade na análise de risco geral. Para aprofundar a análise dos riscos e oportunidades é realizado um trabalho pelas direções de risco e de sustentabilidade. Para o mapeamento e validação dos riscos apresentados foram incluídos, para além da administração, várias direções das 3 unidades industriais, representando as áreas de produção, manutenção, gestão florestal, aprovisionamentos e logística, de modo a podermos identificar todos os riscos com potencial de causar impacto nas atividades e operações do Grupo Altri.

MÉTRICAS E METAS

Os investidores e outras partes interessadas requerem um entendimento profundo de como uma organização mede e monitoriza os seus riscos e oportunidades, nomeadamente os que estão relacionados com as alterações climáticas. O acesso às métricas e metas utilizadas pela organização permite que os stakeholders avaliem melhor a potencial relação risco-retorno da organização, a capacidade de cumprir as obrigações financeiras, a exposição geral aos impactos climáticos e o progresso na gestão, mitigação e adaptação aos mesmos.

O modo como a Altri gere a sustentabilidade considera diversas métricas inter-relacionadas, alinhadas com a descarbonização da economia e diversas metas, no âmbito do Compromisso 2030.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

MÉTRICAS	TARGETS
Energia e Clima	
▶ Consumo específico de energia (GJ/tSA); ▶ Emissões específicas de GEE de âmbitos 1, 2 e 3 (kgCO₂e/tSA); ▶ Emissões evitadas (tCO₂e); ▶ Consumo de vapor (t/tSA); ▶ Consumo de energia primária de origem renovável nas fábricas Altri (GJ); ▶ Sequestro de carbono (tCO₂e).	Energia e Clima ▶ SBT: reduzir as emissões específicas de GEE de âmbitos 1+2 (kgCO₂e/tSA) em 51% até 2030. ▶ SBT: reduzir as emissões específicas de GEE de âmbito 3 (kgCO₂e/tSA) em 25% até 2030. ▶ 100% da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri ser de origem renovável até 2030. ▶ Compromisso Net Zero junto ao SBTi
Economia Circular	
▶ Origem renovável das matérias-primas utilizadas (%); ▶ Valorização de subprodutos e resíduos (%).	Economia Circular ▶ 100% dos resíduos processuais valorizados ou reutilizados.
Biodiversidade	
▶ Consumo de madeira com certificação de gestão florestal (%); ▶ Área sob gestão de conservação natural (ha); ▶ Número de estações de biodiversidade e biospots (n.º).	Biodiversidade ▶ Aumentar em 40% a percentagem do consumo de madeira com certificação de gestão florestal até 2030 (Act4nature). ▶ Duplicar a área sob gestão de conservação natural (ha) (Act4nature). ▶ Desenvolver 13 estações de biodiversidade e biospots (n.º) (Act4nature).
Água e efluentes	
▶ Carga orgânica (CQO, kgO₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri; ▶ Uso específico de água (m³/tSA). ▶ Mapeamento do uso de água em zonas de stress hídrico (%).	Água e efluentes ▶ Reduzir o uso específico de água (m³/tSA) nas unidades industriais da Altri em 50% até 2030 (Act4nature). ▶ Reduzir a carga orgânica (CQO, kgO₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri em 60% até 2030.

PRÓXIMOS PASSOS

A Altri tem a ambição de reforçar a incorporação das questões climáticas na estrutura de apetência ao risco do Grupo e considerá-las em todos os processos e decisões de negócio. No entanto, a identificação e quantificação dos impactos das alterações climáticas é um processo em contínuo desenvolvimento. Existe o compromisso de continuar a refinar a abordagem de gestão de riscos e oportunidades climáticas, estando o Grupo comprometido com a melhoria contínua nas atividades, tendo como objetivo desenvolver novas práticas de gestão no que se refere às alterações climáticas.



1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA

Reconhecendo o valor dos referenciais de reporte de sustentabilidade, a seguinte tabela de correspondência demonstra a relação entre o presente Relatório de Gestão (RG25) e as Recomendações da TCFD.

CATEGORIA	RECOMENDAÇÃO DE REPORTE	LOCAL DE REPORTE
GOVERNANCE	a) Descrever a supervisão da Administração sobre os riscos e oportunidades relacionados com o clima.	RG25 > Informações Gerais > Informações fornecidas aos órgãos de administração, gestão e supervisão da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas (GOV-2).
	b) Descrever o papel da gestão na avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados com o clima.	RG25 > Informações Gerais > Informações fornecidas aos órgãos de administração, gestão e supervisão da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas (GOV-2).
ESTRATÉGIA	a) Descrever os riscos e oportunidades relacionados com o clima, identificados pela Organização, para o curto, médio e longo prazos.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1). RG25 > 1.5.2 Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações Climáticas > Estratégia e modelo de negócio (SBM-3).
	b) Descrever o impacto dos riscos e oportunidades relacionados com o clima no negócio, estratégia e planeamento financeiro da Organização.	RG25 > Informações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor (SBM-1). RG25 > Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações Climáticas > Estratégia e modelo de negócio (SBM-3).
	c) Descrever a resiliência da estratégia da organização, tendo em consideração os diferentes cenários relacionados com o clima, incluindo o cenário 2°C ou inferior.	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações Climáticas > Estratégia e modelo de negócio (SBM-3).

CATEGORIA	RECOMENDAÇÃO DE REPORTE	LOCAL DE REPORTE
GESTÃO DE RISCO	a) Descrever o processo da organização para a identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima.	RG25 > Informações Gerais > Tópicos Materiais > Impactos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas (IRO-1).
	b) Descrever o processo da Organização para gerir os riscos relacionados com o clima.	RG25 > Informações Gerais > Tópicos Materiais > Impactos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas (IRO-1).
	c) Descrever como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos da Organização, relacionados com o clima, são integrados na gestão de risco global.	RG25 > Informações Gerais > Tópicos Materiais > Impactos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas (IRO-1).
MÉTRICAS E METAS	a) Divulgar as métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados com o clima, em linha com a estratégia e processo de gestão de risco.	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações Climáticas > Metas (E1-4). Website Altri (O Nosso Compromisso; Ambiente)
	b) Divulgar as emissões de GEE (âmbitos 1, 2 e 3) e os riscos associados.	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações Climáticas > Emissões de Gases com Efeito de Estufa (E1-6).
	c) Descrever os objetivos utilizados pela organização para gerir os riscos e oportunidades relacionados com o clima e avaliar a sua performance face aos objetivos.	RG25 > Informações Ambientais > ESRS E1 Alterações Climáticas > Políticas relacionadas com as alterações climáticas (E1-2).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

G. Acompanhamento Act4nature

Compromissos individuais SMART	Indicadores de monitorização	2023	2024	2025
Duplicar a área de conservação em 10 anos. Em 2030, a Altri nas áreas sob gestão florestal (área própria ou arrendada) pretende alcançar uma rede de áreas de conservação com cerca de 16.000 ha mantendo toda a estrutura da empresa empenhada na concretização deste objetivo.	Área de conservação (ha/ano)	10 549	11 649	12 000
	Área de conservação (ha/ano/habitat)	349	1 100	351
Produzir e plantar 1 milhão de plantas autóctones. Nos Viveiros do Furadouro, a Altri, pretende produzir para projetos de reflorestação, próprios e de parceiros, cerca de, no mínimo 1 milhão de plantas autóctones em 10 anos. As parcerias serão estabelecidas através de protocolos de colaboração entre a Altri e outras entidades com o objetivo de apoiar as iniciativas de reflorestação e garantir a sua viabilidade e manutenção.	Área plantada (ha)	396	618	111
	N.º plantas plantadas/ano	317 273	494 878	88 878
Ampliar a rede de estações de biodiversidade e biospots . Instalar 13 novas estações de biodiversidade e <i>biospots</i> integrados nas áreas sob gestão florestal da Altri.	N.º estações de biodiversidade	7	8	9
	N.º <i>biospots</i> /ano	0	1	1



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Compromissos individuais SMART	Indicadores de monitorização	2023	2024	2025
Conservar e/ou restaurar os ecossistemas de elevado valor de conservação. Implementar 10 projetos de relevância local que contribuam diretamente para a conservação e restauro de valores naturais, estabelecendo as parcerias adequadas sempre que possível de âmbito local e privilegiando o contacto com a comunidade escolar. Ações de conservação, restauro e promoção de valores ambientais, integradas com as atividades regulares de produção florestal em territórios de dimensão, importância e relevância ao nível da paisagem, contribuindo para as políticas regionais e nacionais de conservação da diversidade biológica e com impacto demonstrativo.	Nº projetos implementados e respetivos resultados	Sete projetos em curso em 2023 contribuindo diretamente para a conservação e restauro dos valores naturais: 1- Parceria com GEOTA - Renature Monchique - Conclusão dos trabalhos de plantação e adensamento das áreas de conservação. 2 - Cabeço Santo - Parceria com Associação Cabeço Santo no restauro e erradicação de invasoras lenhosas no corredor ecológico da Ribeira de Belazaima. 3 - Parceria com Montis (propriedades Costa Bacelo e Vieiro) - Implementação do acordo de gestão das áreas de conservação para o restauro e renaturalização de habitats de galerias ripícolas e habitats de montanha. 4 - Renovação da Parceria com WWF no Projeto "Plantar Água", Recuperação de habitats na Ribeira da Foupina e afluentes na Serra do Caldeirão, nesta fase integrando a nossa propriedade Legumes e Tojo. 5 - Altri Florestal é co-financiadora e parceiro no projeto LIFE Lx Aquila liderado pela SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves) - Em 2023 foi avaliada a possibilidade de aquisição de duas propriedades em Mafra e Loures associados a dois locais históricos e de nidificação comprovada da espécie. 6 - Realização de estudo integrado sobre habitats e espécies do corredor ecológico da Ribeira de Alferreira (Gavião/Nisa) com a Faculdade de Ciências (UL) e o Instituto Politécnico de Santarém. 7- Projeto de identificação e conservação in-situ e ex-situ da flora com grau de ameaça na Região Oeste (Óbidos). Iniciativa integrada na agenda Tranform (PRR) coordenada pela Altri Florestal.	Oito projetos em curso em 2024 contribuindo diretamente para a conservação e restauro dos valores naturais: 1- Parceria com GEOTA - Renature Monchique - Conclusão dos trabalhos de plantação e adensamento das áreas de conservação. 2 - Cabeço Santo - Parceria com Associação Cabeço Santo no restauro e erradicação de invasoras lenhosas no corredor ecológico da Ribeira de Belazaima. 3 - Parceria com Montis (propriedades Costa Bacelo e Vieiro) - Implementação do acordo de gestão das áreas de conservação para o restauro e renaturalização de habitats de galerias ripícolas e habitats de montanha. 4 - Parceria com WWF no Projeto "Plantar Água", Recuperação de habitats na Ribeira da Foupina e afluentes na Serra do Caldeirão, nesta fase integrando a nossa propriedade Legumes e Tojo. 5 - Altri Florestal é co-financiadora e parceiro no projeto LIFE Lx Aquila liderado pela SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves). 6 - Realização de estudo integrado sobre habitats e espécies do corredor ecológico da Ribeira de Alferreira (Gavião/Nisa) com a Faculdade de Ciências (UL) e o Instituto Politécnico de Santarém. 7- Projeto de identificação e conservação in-situ e ex-situ da flora com grau de ameaça na Região Oeste (Óbidos). Iniciativa integrada na agenda Tranform (PRR) coordenada pela Altri Florestal. 8- Colaboração no projeto LIFE Aegypsus Return (SPEA) para promoção da nidificação do Abutre-preto na propriedade Galisteu (Parque Natural Tejo Internacional) com a instalação de três plataformas artificiais dedicadas.	Nove projetos em curso em 2025 contribuindo diretamente para a conservação e restauro dos valores naturais: 1- Parceria com GEOTA - Renature Monchique - Conclusão dos trabalhos de plantação e adensamento das áreas de conservação. 2 - Cabeço Santo - Parceria com Associação Cabeço Santo no restauro e erradicação de invasoras lenhosas no corredor ecológico da Ribeira de Belazaima. 3 - Parceria com Montis (propriedades Costa Bacelo e Vieiro) - Implementação do acordo de gestão das áreas de conservação para o restauro e renaturalização de habitats de galerias ripícolas e habitats de montanha. 4 - Parceria com WWF no Projeto "Plantar Água", Recuperação de habitats na Ribeira da Foupina e afluentes na Serra do Caldeirão, nesta fase integrando a nossa propriedade Legumes e Tojo. 5 - Altri Florestal é co-financiadora e parceiro no projeto LIFE Lx Aquila liderado pela SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves). 6 - Realização de estudo integrado sobre habitats e espécies do Corredor ecológico da Ribeira de Alferreira (Gavião/Nisa) com a Faculdade de Ciências (UL) e o Instituto Politécnico de Santarém. 7- Projeto de identificação e conservação in-situ e ex-situ da flora com grau de ameaça na Região Oeste (Óbidos). Iniciativa integrada na agenda Tranform (PRR) coordenada pela Altri Florestal. 8- Colaboração no projeto LIFE Aegypsus Return (SPEA) para promoção da nidificação do Abutre-preto na propriedade Galisteu (Parque Natural Tejo Internacional) com a instalação de três plataformas artificiais dedicadas. 9 - Integração da Quinta do Furadouro na Rede Nacional de Santuários de Aves Comuns - projeto coordenado pela SPEA.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Compromissos individuais SMART	Indicadores de monitorização	2023	2024	2025
Integrar outras atividades com valor (económico, social e ambiental) com a gestão florestal. Promover 10 projetos e /ou atividades localmente relevantes e geradoras de valor económico, social e ambiental nas áreas sob gestão florestal. Promoção de projetos focados no valor acrescentado pela presença das áreas de produção florestal e do seu contributo para gerar outros valores económicos diretos em outros produtos (por ex. Mel, Medronho, Cogumelos)	N.º projetos por ano ou outros KPI (Key Performance Indicators) específicos dos projetos	1 - Projecto Medronho XXI Propagação de material genético de qualidade superior de <i>Arbutus unedo</i> que vá ao encontro das necessidades específicas dos produtores florestais. O projeto encontra-se em fase de produção de cultivares em micropropagação e produção em escala de medronheiros nos Viveiros do Furadouro. 2 - Parceria com empresa Buijinink Int. - Colheita de ramos de <i>Eucalyptus globulus</i> para arranjos florais e produção de óleo essencial de eucalipto. 3 - Projeto de valorização do Mel de Eucalipto - Projeto integrado na Agenda Transform (PRR) coordenado pela Altri Florestal 4 - Gestão de Combustíveis florestais com recurso a caprinos na região de Belver - Gavião.	1 - Projecto Medronho XXI Propagação de material genético de qualidade superior de <i>Arbutus unedo</i> que vá ao encontro das necessidades específicas dos produtores florestais O projeto encontra-se em fase de produção de cultivares em micropropagação e produção em escala de medronheiros nos Viveiros do Furadouro. 2 - Parceria com empresa Buijinink Int. - Colheita de ramos de <i>Eucalyptus globulus</i> para arranjos florais e produção de óleo essencial de eucalipto. 3 - Projeto de valorização do Mel de Eucalipto - Projeto integrado na Agenda Transform (PRR) coordenado pela Altri Florestal - 1º Mel de Eucalipto Certificado FSC®. 4 - Gestão de Combustíveis florestais com recurso a caprinos na região de Belver - Gavião. 5 - Protocolo com o Jardim Zoológico de Lisboa focado na sustentabilidade da alimentação dos atuais e futuros coalas do Zoo. Criação de um novo arboreto que garantirá, a médio prazo, a diversidade alimentar da dieta dos coalas	1 - Projecto Medronho XXI Propagação de material genético de qualidade superior de <i>Arbutus unedo</i> que vá ao encontro das necessidades específicas dos produtores florestais O projeto encontra-se em fase de produção de cultivares em micropropagação e produção em escala de medronheiros nos Viveiros do Furadouro. 2 - Parceria com empresa Buijinink Int. - Colheita de ramos de <i>Eucalyptus globulus</i> para arranjos florais e produção de óleo essencial de eucalipto. 3 - Projeto de valorização do Mel de Eucalipto - Projeto integrado na Agenda Transform (PRR) coordenado pela Altri Florestal - 1º Mel de Eucalipto Certificado FSC®. 4 - Gestão de Combustíveis florestais com recurso a caprinos na região de Belver - Gavião. 5 - Protocolo com o Jardim Zoológico de Lisboa focado na sustentabilidade da alimentação dos atuais e futuros coalas do Zoo. Criação de um novo arboreto que garantirá, a médio prazo, a diversidade alimentar da dieta dos coalas
Fomentar as boas práticas de gestão florestal e a sua certificação.				
Assegurar que há um aumento do consumo nas unidades industriais da Altri de madeira de origens certificadas de 57% (2018) para pelo menos 80% em 2030.	Quantidade de madeira certificada/ Quantidade total de madeira consumida	70%	78%	80%
Reduzir o uso específico de água (m³/tSA) nas unidades industriais da Altri.				
Reduzir o uso específico de água em 50% partindo do valor de referência de 2018 que foi de 20m³/tSA	Uso específico de água	20	20	20
Divulgar a concretização dos compromissos assumidos no Act4nature	Anualmente no âmbito do Relatório de Sustentabilidade	☑	☑	☑



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

H. Tabela GRI

Declaração de utilização

Reporte de acordo com:

Norma(s) Setorial(ais) GRI aplicável(eis):

A Altri reportou de acordo com as Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. A informação presente nesta tabela é relativa ao Relatório Integrado de 2023 que pode ser consultado através do [link](#).

GRI 1: Fundamentos 2021

N/A

Divulgações		Localização/Omissão	ODS
A organização e as suas práticas de relato			
2-1	Detalhes da organização	Nome legal da organização: Altri, SGPS, S.A. Natureza jurídica: Sociedade anónima, cotada na bolsa de valores <i>Euronext Lisbon</i> Sede: Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, Porto, Portugal Países em que opera: Espanha, Portugal e Suíça	
2-2		Este relatório inclui todas as empresas do perímetro do Grupo Altri, um total de 17 empresas, nomeadamente: ▶ Celbi; ▶ Biotek; ▶ Caima; ▶ Altri Florestal; ▶ Viveiros; ▶ Altri, SL; ▶ Altri Sales; ▶ FlorestSul; ▶ Altri, SGPS; ▶ Inflora; ▶ Captaraiz; ▶ Altri Abastecimento Madeiras S.A.; ▶ Sociedade Imobiliária Porto Seguro; ▶ Biogama; ▶ Greenfiber, SL; ▶ Greenfiber Development, SL; ▶ Altri Abastecimento Biomassa S.A. Estas empresas encontram-se reportadas no Relatório Integrado de 2023, que pode ser consultado através do link. Os indicadores de sustentabilidade, calculados para todas as empresas, referem-se na sua maioria as atividades diretamente relacionadas com a produção de fibras celulósicas, consequente produção de energia e às atividades de gestão florestal da empresa, pelo seu maior impacto para o desempenho do Grupo nestas matérias, especificamente a Celbi, Biotek, Caima e Altri Florestal. Para outras empresas, tais como as empresas com interesses minoritários (Greenfiber e Greenfiber Development), não serão considerados os seus contributos para o desempenho de sustentabilidade do Grupo Altri.	
2-3	Período de relato, frequência e ponto de contacto	8. Sobre o Relatório Quaisquer questões acerca do relatório de sustentabilidade deverão ser encaminhadas para: sustentabilidade@altri.pt	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
A organização e as suas práticas de relato		
2-4 Reformulações de informações	O presente relatório retifica os seguintes dados constantes do relato prévio (Relatório Integrado de 2022): 201-1, 302-1, 305-4 e 305-5. Os dados referentes ao indicador 2-7 também sofreram atualizações, com consequentes retificações nos restantes indicadores de recursos humanos, nomeadamente: 2-30, 205-2, 401-1, 401-3 e 404-1. Na Altri Florestal em alguns indicadores em 2023 (e.g. GRI 303-3, GRI 306-3) e os valores de energia e emissões foram revistos para os 3 anos. Estas alterações decorrem de um processo de revisão interno, com consolidação e uniformização das metodologias de cálculos dos indicadores. Remete-se para a respetiva nota metodológica dos indicadores identificados.	
2-5 Verificação externa	Informação relativa à verificação externa do Relatório Integrado de 2023 pode ser consultada através do link .	
Atividades e trabalhadores		
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	De acordo com o The Global Industry Classification Standard (GICS®), o setor de atividade da Altri é o setor de materiais (1510) paper & forest products (151050).	
2-7 Colaboradores	Indicador respondido na tabela abaixo.	8

Localização	2021				2022				2023			
	PT	ES	CH	TOTAL	PT	ES	CH	TOTAL	PT	ES	CH	TOTAL
Tipo de contrato por género												
Contratos permanentes (n.º)	719	6	6	731	758	8	4	770	726	9	4	739
Masculino	616	5	2	623	628	7	1	636	597	8	2	607
Feminino	103	1	4	108	130	1	3	134	129	1	2	132
Contratos a termo (n.º)	43	0	0	43	45	0	0	45	73	0	0	73
Masculino	35	0	0	35	34	0	0	34	52	0	0	52
Feminino	8	0	0	8	11	0	0	11	21	0	0	21
Tipo de emprego por género												
Tempo integral (n.º)	762	6	6	774	803	8	4	815	799	9	4	812
Masculino	651	5	2	658	662	7	1	670	649	8	2	659
Feminino	111	1	4	116	141	1	3	145	150	1	2	153
Tempo parcial (n.º)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de colaboradores	762	6	6	774	803	8	4	815	799	9	4	812

Nota 1: Para melhorar o reporte deste indicador, a Altri procedeu à desagregação dos dados por localização - país, nomeadamente Portugal (PT), Espanha (ES) e Suíça (CH). Os valores reportados nos anos prévios foram retificados.

Nota 2: A Empresa não tem contratos laborais com trabalhadores sem garantia de carga horária (sem garantia de um número fixo de horas de trabalho, mas que tenham de estar disponíveis, se necessário, para efetuar trabalho).

Nota 3: Os dados reportados contabilizam o n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro de 2023.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
2-8 Colaboradores que não são empregados	A 31 de dezembro de 2023, a Altri contava com 802 colaboradores que não têm uma relação contratual com a organização e cujo trabalho é controlado pela organização. Estes cálculos foram obtidos através do número total de horas trabalhadas. Recorre-se a estes colaboradores através de empresas subcontratadas para realização de trabalhos como limpeza de escritórios, serviços de restauração, manutenção de equipamentos, entres outros.	
Governança		
2-9 Estrutura de governança e a sua composição		

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	A eleição de membros do Conselho de Administração da Sociedade cabe aos acionistas, por deliberação tomada em Assembleia Geral. Os membros são eleitos para mandatos de três anos, podendo a sua reeleição ser deliberada por uma ou mais vezes. O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de quinze, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, a qual poderá, desde logo, designar o respetivo presidente. Ainda em matéria de eleição de membros do Conselho de Administração, importa referir a regra estatutária constante do artigo 15.º dos Estatutos, nos termos da qual na Assembleia Geral eleitoral um administrador poderá ser eleito, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. Havendo propostas nesse sentido, a eleição será efetuada isoladamente antes da eleição dos demais administradores. Cada uma das listas referidas anteriormente deverá propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher. Nenhum acionista poderá subscrever mais do que uma das referidas listas e se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas. Estas regras só serão aplicáveis se, em alguma circunstância, a Sociedade vier a ser considerada de subscrição pública, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada. A Comissão Executiva é designada pelo Conselho de Administração, que designará igualmente o respetivo Presidente e o seu Vice-Presidente, e é constituída por três a seis administradores. A Comissão de Remunerações é constituída por três acionistas, um dos quais será o Presidente, eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos, concordantes com o mandato dos órgãos sociais, devendo pelo menos um dos membros ter conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração. A Comissão de Ética é designada pelo Conselho de Administração, sob proposta da CE, que designará igualmente o respetivo Presidente e Vice-Presidente, e é constituída por dois a cinco administradores da Sociedade, um ou mais membros do Conselho Fiscal e um a três diretores da Sociedade que reportem diretamente a administradores executivos. A Comissão de Acompanhamento Estratégico & Governance é designada pelo Conselho de Administração e é constituída por um número mínimo de 3 e um número máximo de 6 Administradores da Sociedade, sendo um deles o Presidente da Comissão Executiva. Por fim, a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco é designada pelo Conselho de Administração, que designará igualmente o respetivo Presidente, e é constituída por um número mínimo de três e um máximo de cinco administradores da Sociedade e dois a quatro diretores da Sociedade, nomeadamente com experiência em matérias ESG (Ambientais, Sociais e de Governance), de Sustentabilidade, de Risco e de Auditoria Interna. Foram aplicados critérios como diversidade, independência, visão das partes interessadas e competências relevantes para os impactos da organização na nomeação e seleção dos membros do Conselho de Administração Altri.	
2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	A presidência do órgão de governo de sociedade hierarquicamente mais elevado é exercida por um executivo sénior da organização: o Presidente do Conselho de Administração. As suas competências estão previstas no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente: (i) o poder de convocar e dirigir as reuniões do CA, (ii) voto de qualidade/desempate nas deliberações do CA, (iii) o poder de fazer a chamada de suplentes para efeitos de substituição de administradores com falta definitiva ou temporária, (iv) o direito à informação sobre os impedimentos de voto dos restantes administradores e o poder-dever de decidir sobre a existência de conflito de interesses na computação dos votos, (v) o poder de representar a sociedade na receção das declarações de renúncia de outros administradores, bem como na receção de notificações ou outras declarações de administradores cujo destinatário seja a sociedade, (vi) o poder de receber os instrumentos de representação para que os administradores se façam representar por outros nas reuniões do CA, e (vii) o poder de trocar impressões com o Revisor Oficial de Contas relativamente a graves dificuldades na prossecução do objeto da sociedade. Tomando em consideração o perfil pessoal, o percurso e a experiência profissional do Presidente do Conselho de Administração da Altri, considera-se que a nomeação deste administrador se revela adequada face à natureza e dimensão da Sociedade, garantindo-se desta forma um acompanhamento efetivo, bem como uma verdadeira supervisão e fiscalização da atividade desenvolvida pelos membros executivos.	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
	A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco é nomeada pelo Conselho de Administração, tem como missão primordial participar na definição e no acompanhamento da política e estratégia de sustentabilidade e risco do Grupo Altri. Para além de contar com administradores não executivos e executivos na sua composição, convida para participar nas reuniões os responsáveis das direções do Grupo, que se dedicam a áreas que devem coadjuvar a atividade desta comissão.	
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	No desempenho das suas atribuições, a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco é, nomeadamente, responsável por informar o Conselho de Administração sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade em consonância com as políticas, compromissos, objetivos e metas estabelecidos, bem como por garantir, em matéria de sustentabilidade, o alinhamento dos objetivos de sustentabilidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na agenda das Nações Unidas, com os resultados das auscultações aos stakeholders e com as boas práticas do setor e, ainda, em matérias de auditoria e risco, rever e emitir pareceres sobre os comunicados de contas semestrais e trimestrais e aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios dirigidos aos acionistas, a serem incluídos nas demonstrações financeiras anuais da Sociedade.	
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos		
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	O Conselho de Administração é responsável pela aprovação do Relatório de Gestão, com base em parecer da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco.	
2-15 Conflitos de interesse	Na Altri existe uma política de prevenção de situações de conflito de interesses, que se encontra consagrada no Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses. Existe, adicionalmente, um Código de Ética, que é também de aplicação transversal a todos os níveis da organização, incluindo aos membros dos órgãos sociais. A Altri não permite que existam situações de conflito de interesses entre qualquer colaborador ou parceiro e a Sociedade. Quando confrontados com uma potencial situação de conflito de interesses, os colaboradores ou os parceiros deverão: (i) informar os supervisores diretos, por escrito, sobre o conflito de interesses em que estão ou poderão estar envolvidos, antes de empreender qualquer operação ou concluir o negócio em causa; (ii) abster-se de intervir ou influenciar, direta ou indiretamente, a tomada de decisões que poderão afetar as entidades com as quais possa haver conflito de interesses, e participar em reuniões em que tais decisões são discutidas ou se avaliem informações confidenciais que afetem tal conflito. O colaborador ou o parceiro deve abster-se de agir, em todos os momentos, em função das suas próprias motivações, não dando prioridade aos seus próprios interesses ou de terceiros, sempre que tal possa pôr em causa interesses da Altri. Relativamente à comunicação de possíveis conflitos de interesse aos stakeholders, considerando participações cruzadas, existência de acionistas com uma posição de controlo e relações com as partes relacionadas, as suas relações e transações, a mesma é realizada através do presente Relatório de Gestão, bem como através do website e secção comunicados.	
2-16 Comunicação de preocupações cruciais	A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco informa regularmente o Conselho de Administração sobre a sua atividade em matérias de ambiente, sustentabilidade e risco, nomeadamente através de reuniões devidamente convocadas, nelas estando presente na qualidade de membro, o Presidente do Conselho de Administração. A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco integra quatro administradores não executivos (incluindo o Presidente do Conselho de Administração) e uma administradora executiva, garantido que esta comissão está em permanente contacto com o Conselho de Administração. No decorrer do período de reporte, não houve reporte de preocupações críticas ao órgão de governo de sociedade hierarquicamente mais elevado.	
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco informa regularmente o Conselho de Administração sobre as suas preocupações em matérias de ambiente, sustentabilidade e risco, nomeadamente através de reuniões devidamente convocadas, nelas estando presente na qualidade de membro, o Presidente do Conselho de Administração. A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco integra quatro administradores não executivos (incluindo o Presidente do Conselho de Administração) e uma administradora executiva, garantido que esta comissão está em permanente contacto com o Conselho de Administração.	
2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	O Conselho de Administração não elege um momento para, formalmente, proceder de forma documentada à sua autoavaliação, mas essa autoavaliação é feita regularmente, num órgão que reúne, pelo menos, uma vez por trimestre, e que leva a cabo um acompanhamento tão próximo e regular da atividade da Sociedade, que traduz a justeza e adequação da atuação do órgão. Adicionalmente, e como previsto no artigo 376.º do CSC, a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade.	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
2-19 Políticas de remuneração	A remuneração global fixa do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas paguem aos membros que integrem o Conselho de Administração, não pode exceder € 4.000.000 por ano. A remuneração dos administradores não executivos integra apenas uma componente fixa, correspondente a uma retribuição mensal fixa, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, revista, se necessário, de forma periódica, tendo em consideração as melhores práticas e as responsabilidades de cada administrador não executivo. A remuneração dos administradores executivos integra duas componentes: (i) componente fixa, correspondente a um valor pago mensalmente, e (ii) componente variável, que inclui um prémio variável de curto prazo e um prémio variável de médio prazo. A componente variável (de curto prazo e de médio prazo) é apurada de acordo com o desempenho individual de cada administrador executivo, tendo em conta a respetiva avaliação individual anual, de acordo com os objetivos quantitativos (de natureza financeira e não financeira) e qualitativos previamente definidos. O prémio variável de curto prazo é pago anualmente e não pode ser superior à remuneração fixa anual. O prémio variável de médio prazo está configurado sob a forma de Phantom Shares, que é uma fórmula de cálculo que consiste na fixação, a priori, de um valor para as ações Altri, que corresponderá ao valor da cotação de fecho de um determinado dia e assumindo um investimento de um determinado valor em ações da Sociedade, e pode ser exercido na totalidade, dentro de um determinado período a acordar que nunca será inferior a três anos a contar da data da sua atribuição, ou pelo montante máximo de 50% (cinquenta por cento) no prazo de 4 (quatro) anos e pelo montante remanescente de 50% (cinquenta por cento) no prazo de 5 (cinco) anos, em qualquer caso a contar da sua atribuição, mediante a verificação e cumprimento de objetivos de desempenho quantitativo associados ao Total Share Return, razão pela qual o seu pagamento não se encontra garantido.	
2-20 Processo para determinação da remuneração		
2-21 Proporção da remuneração total anual		
Estratégias, políticas e práticas		
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	A Altri é signatária do Global Compact das Nações Unidas, o que demonstra o seu compromisso público de integração, nas suas políticas e estratégias, dos princípios fundamentais dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Os princípios que norteiam a Altri baseiam-se em declarações universalmente aceites, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. A Política de Direitos Humanos identifica todos os Direitos Humanos laborais e internacionalmente reconhecidos que o Grupo Altri se compromete a respeitar.	
2-23 Compromissos de política	Por sua vez a Política de Participação nas Comunidades identifica as partes interessadas, particularmente os grupos de risco mais vulneráveis, os quais a Altri procura integrar na sua atividade como sua Responsabilidade Social. É o Conselho de Administração que aprova todas as políticas relativas à responsabilidade social da Altri, sendo este o órgão superior da organização.	
2-24 Incorporação de compromissos de política	As responsabilidades de incorporação de compromissos de política são competências da Comissão de Ética e da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, nomeadas pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão Executiva. Os compromissos assumidos pelo Grupo Altri encontram-se descritos ao longo do relatório.	

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
2-25 Processos para reparar impactos negativos	A Altri considera ser sua responsabilidade gerir e desenvolver a sua atividade de uma forma sustentável e compromete-se, através do seguimento de vários princípios a minimizar o seu impacto ambiental, com mecanismos de prevenção e segurança. Na monitorização do processo de gestão de risco, o Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela estratégia da Altri, compromete-se, nomeadamente, a assegurar que o Grupo tem capacidade de minimizar a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos no negócio. O envolvimento da Altri com os seus stakeholders é realizado através de interações estruturadas, questionários de satisfação a clientes e colaboradores, auscultação de investidores e ainda por intermédio dos respetivos canais de reclamações. O envolvimento com os stakeholders nos media e redes sociais é também importante para perceber as opiniões, preocupações e tendências, tanto localmente, nas proximidades das nossas unidades empresariais, como também ao nível do Grupo Altri, numa perspetiva mais global. O Canal de Reporte de Denúncias é acessível a todas as pessoas, singulares ou coletivas, que possam ser adversamente afetadas pelo Grupo Altri ou que desejem reclamar, denunciar, esclarecer ou expor qualquer situação, nomeadamente relacionada com direitos humanos e laborais, sendo acessível no seu website. O Conselho Fiscal é o principal órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades por parte de qualquer colaborador, parceiro, cliente, fornecedor ou qualquer outro stakeholder. O Conselho Fiscal estabelecerá uma perfeita articulação com a Comissão de Ética em relação a todas as matérias que imponham a intervenção e ação desta última. Caso alguma denúncia seja enviada à Comissão de Ética da Sociedade, deverá esta remetê-la ao Conselho Fiscal se em causa estiverem matérias que, por lei, devam ser tratadas por este órgão. Se algum colaborador preferir comunicar sob anonimato, pode enviar os seus comentários escritos, com tanto detalhe quanto possível, através do canal de denúncias, caso estejam em causa situações irregulares comunicáveis aí previstas.	
2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Manter o diálogo com os stakeholders é fundamental para a correta implementação das políticas e práticas sustentáveis da Altri. O aconselhamento aos stakeholders é realizado através de reuniões personalizadas e ainda por intermédio de canais de reclamações. O envolvimento com os stakeholders nos media e redes sociais é também importante para perceber as opiniões, preocupações e tendências, tanto a nível local como global. O Canal de Reporte de Denúncias é acessível a todas as pessoas, singulares ou coletivas, que possam ser adversamente afetadas pelo Grupo Altri ou que desejem esclarecer ou expor qualquer situação, nomeadamente relacionada com direitos humanos e laborais, estando acessível no seu website. O Conselho Fiscal é o principal órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades por parte de qualquer colaborador, parceiro, cliente, fornecedor ou qualquer outro stakeholder. Se algum colaborador preferir comunicar sob anonimato, pode enviar os seus comentários escritos, com tanto detalhe quanto possível, através do canal de denúncias, caso estejam em causa situações irregulares comunicáveis aí previstas.	
2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Não houve casos de multas aplicadas à Altri no decorrer de 2023. Não houve casos significativos de não conformidade com leis e regulamentos.	
2-28 Participação em associações	Indicador respondido na tabela abaixo	

Nome da Entidade	Encara a participação como estratégica	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos ou comissões	Contribui com financiamentos substanciais
Science-Based Targets initiative	Sim	Não	Não	Não
Business Council for Sustainable Development (BCSD Portugal)	Sim	Não	Sim	Sim
United Nations Global Compact	Sim	Não	Sim	Não
World Wildlife Fund (WWF)	Sim	Não	Sim	Não
COTEC Portugal	Sim	Não	Não	Não
Biond	Sim	Sim	Sim	Sim
Tecnicepa	Sim	Sim	Sim	Sim
Confederation of European Paper Industries (CEPI)	Sim	Não	Sim	Não
Iniciativa Business & Biodiversity	Sim	Não	Sim	Não

Nome da Entidade	Encara a participação como estratégica	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos ou comissões	Contribui com financiamentos substanciais
Forest Stewardship Council® (FSC® Portugal)	Sim	Sim	Sim	Não
Afocelca	Sim	Sim	Sim	Sim
International Union of Forest Research Organizations (IUFRO)	Sim	Não	Não	Não
Institut Européen de la Forêt Cultivée (IEFC)	Sim	Não	Não	Não
Centro Pinus	Sim	Não	Não	Não
Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA)	Sim	Não	Não	Não
Associação Empresarial da Região de Santarém (NERSANT)	Sim	Sim	Não	Não
Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB)	Sim	Não	Não	Não

1
RELATÓRIO DE GESTÃO2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nome da Entidade	Encara a participação como estratégica	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos ou comissões	Contribui com financiamentos substanciais
Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) Portugal	Sim	Não	Não	Não
IberLinx	Sim	Não	Não	Não
Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (ACIFF)	Sim	Não	Não	Não
CDP -Carbon Disclosure Project	Sim	Não	Não	Não
Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM)	Sim	Não	Sim	Não
Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social	Sim	Não	Sim	Sim

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
Envolvimento das partes interessadas		
2-29 Abordagem para envolvimento de stakeholders	A Altri reconhece a importância dos seus stakeholders e do seu envolvimento para o sucesso a longo prazo. Assim, manter o diálogo com os seus stakeholders é fundamental para identificar as suas preocupações, tendências globais e expectativas de mercado.	
2-30 Acordos de negociação coletiva	Indicador respondido na tabela abaixo	

	2021	2022	2023
Colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva			
Total de colaboradores (n.º)	774	815	812
Total de colaboradores sindicalizados (n.º)	288	293	279
Masculino	282	284	271
Feminino	6	9	8
Percentagem de colaboradores sindicalizados (%)	37%	36%	34%
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	84%	82%	85%

Nota: Valores referentes ao número de colaboradores sindicalizados para 2022 foram revistos e atualizados.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
Tópicos materiais 2023		
3-1 Processo de definição da materialidade		
3-2 Lista de tópicos materiais		
3-3 Gestão de tópicos materiais	Os tópicos materiais da Altri refletem-se tanto na sua abordagem estratégica dividida, em 4 grandes eixos, assim como no seu Compromisso 2030, que esclarece os compromissos assumidos pelo Grupo. Cada tópico material apresenta, nos respetivos subcapítulos, informação sobre a sua relevância para o Grupo Altri e respetivos stakeholders, bem como a abordagem seguida, apresentação das metas e indicadores associados e projetos, iniciativas e programas desenvolvidos na gestão de cada tópico. Todas as iniciativas espelham a estratégia do Grupo Altri para potenciar os seus impactos positivos e minimizar impactos negativos, criando valor a longo prazo.	



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Tópico material	Indicadores GRI
Desempenho Económico	201-1, 201-2, 201-3 e 201-4
Gestão Florestal	304-1, 304-2, 304-3 e 304-4
Biodiversidade e Ecossistemas	
Transição Climática e Emissões GEE	305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5, 305-6 e 305-7
Energia Renovável e Eficiência Energética	302-1, 302-3 e 302-4
Gestão da Água	303-1, 303-2, 303-3, 303-4 e 303-5
Gestão de Resíduos e Economia Circular	301-2, 306-1, 306-2 e 306-3
Direitos Humanos na cadeia de valor	405-1, 405-2, 406-1, 407-1, 408-1 e 409-1
Saúde, Bem-estar e Segurança no trabalho	403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9 e 403-10
Diversidade, Equidade e Inclusão	404-3, 405-1, 405-2 e 406-1
Criação de Emprego e desenvolvimento local	401-1, 413-1 e 413-2
Ruído, odores e outros impactos a nível local	413-2
Inovação	

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS		
GRI 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO 2016		
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	Indicador respondido na tabela abaixo.
		5
		7
		8
		9

	2021	2022	2023
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO (€)	793 418 101	1 066 240 824	788 246 857
Receitas (1)	793 418 101	1 066 240 824	788 246 857
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO (€)	627 799 183	889 939 709	763 284 431
Custos Operacionais (2)	525 964 372	715 281 393	609 219 569
Salários e Benefícios dos colaboradores (3)	43 248 488	50 271 139	48 673 755
Pagamentos a Investidores (4)	71 796 085	79 096 025	63 440 684
Pagamentos ao Estado (5)	(13 337 061)	45 056 897	41 752 043
Donativos e outros investimentos na comunidade (6)	127 299	234 255	198 380
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO (€)	165 618 918	176 301 115	24 962 426

(1) Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos (excluindo transações intra-grupo)

(2) Custo das vendas + Fornecimento de serviços externos + Outros gastos (excluindo transações intra-grupo)

(3) Custos com o pessoal (excluindo transações intra-grupo)

(4) Dividendos distribuídos pela Altri SGPS em numerário

(5) Pagamentos/(Recebimentos) de Imposto sobre o Rendimento Coletivo das atividades continuadas

(6) Donativos

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	A Altri avalia a sua resiliência às alterações climáticas, incluindo os riscos e oportunidades com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, através das recomendações do TCFD. 8 13
201-3	Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma	O Grupo tem planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida. Desde 2014, o Grupo atribui aos seus colaboradores com contrato de trabalho subordinado sem termo, um plano de pensões de contribuição definida. De acordo com este plano, o Grupo atribui a cada colaborador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável em função do seu tempo de serviço. A contribuição para o Fundo de Pensões varia anualmente em função da margem EBITDA do Grupo Altri, sendo contabilizadas como custo no exercício as contribuições que efetua. 8
201-4	Apoios financeiros recebidos do governo	Durante o ano de 2023, em Portugal, foram recebidos em cash cerca de 12M€ relativos a subsídios à exploração e ao investimento. 12
GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRA 2016		
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	12



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

	2021	2022	2023
Total de gastos com fornecedores (€)	742 285 377	1 140 964 965	890 396 389
Total de gastos com fornecedores estrangeiros (€)	120 377 335	218 844 126	187 034 973
Total de gastos fornecedores nacionais (€)	621 908 042	922 129 446	703 361 416

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 205 - ANTICORRUPÇÃO 2016		

205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	Em junho de 2023, o Grupo Altri - em cumprimento do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o Regime Geral da Prevenção da Corrupção - publicou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no seu website. Este Plano, que será permanentemente monitorizado e periodicamente revisto, identifica, analisa e classifica, relativamente à área de atividade do Grupo Altri, os riscos potenciais de corrupção ou infrações conexas, sistematizando ainda as medidas já existentes de prevenção da materialização desses riscos, bem como aquelas que, num esforço contínuo de robustecimento do programa de cumprimento normativo existente, contribuem para reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificadas. A definição dos graus de risco, para efeitos do referido Plano, teve por base duas variáveis: (i) a probabilidade de ocorrência das situações que comportam risco; e (ii) o impacto previsível das infrações a que pode dar origem (ou a gravidade da consequência). Da análise efetuada concluiu-se não existirem quaisquer situações de risco residual elevado ou máximo, tendo, em outubro de 2023, o Grupo Altri elaborado um relatório de avaliação intercalar que reiterou essa conclusão, também disponível no seu website.	16

Avaliações de riscos de corrupção	2022	2023
Operações avaliadas (n.º)	5	6
Total de operações (n.º)	5	6
Percentagem de operações avaliadas (%)	100%	100%

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	Indicador respondido na tabela abaixo.	16

Localização	2021 TOTAL	2022 TOTAL	PT	2023 ES	CH	TOTAL
Total de colaboradores dos órgãos de <i>governance</i> * aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	9	9	15	0	0	15
Percentagem de colaboradores dos órgãos de <i>governance</i> * aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	100%	100%	100%	-	100%	100%
Total de colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	774	815	796	9	4	809
Percentagem de colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	100%	100%	99,6%	100%	100%	99,6%
Total de colaboradores dos Quadros e Técnicos Superiores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	-	-	122	2	0	124
Percentagem de colaboradores dos Quadros e Técnicos Superiores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	-	-	100%	100%	-	100%
Total de colaboradores dos Quadros médios e Chefias Diretas aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	-	-	109	1	2	112
Percentagem de colaboradores dos Quadros médios e Chefias Diretas aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	-	-	100%	100%	100%	98,2%
Total dos restantes trabalhadores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	-	-	565	6	2	573
Percentagem dos restantes trabalhadores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	-	-	99,5%	100%	100%	99,5%
Total de parceiros de negócios aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	-	-	-	-	-	-
Percentagem de parceiros de negócios aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	-	-	-	-	-	-
Formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	Plano de formação em desenvolvimento					

* Órgãos de governo de sociedade conforme GRI 405-1

Nota: Para melhorar o reporte deste indicador, a Altri procedeu à desagregação dos dados por localização - país, nomeadamente Portugal (PT), Espanha (ES) e Suíça (CH). Os valores reportados nos anos prévios foram retificados.

	Divulgações	Localização/Omissão	ODS
205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	Indicador respondido na tabela abaixo.	16



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

	2021	2022	2023
Total de casos confirmados de corrupção (n.º)	0	0	0
Total de casos que resultaram no despedimento de colaboradores ou em ações disciplinares (n.º)	0	0	0
N.º total de casos de não-renovação de contratos com parceiros devido a casos de corrupção (n.º)	0	0	0
N.º total de ações judiciais contra a organização ou colaboradores devido a casos de corrupção (n.º)	0	0	0

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 206 - CONCORRÊNCIA DESLEAL 2016		
206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Indicador respondido na tabela abaixo.
		9
		10
		12

	2023
Total de ações pendentes ou que já foram alvo de decisão judicial e nas quais a organização foi visada (n.º)	0

Divulgações	ODS
GRI 207 - IMPOSTOS 2019	
207-1	Abordagem fiscal
207-2	Governo. Controlo e gestão de risco fiscal
207-3	Envolvimento de stakeholders e gestão das suas preocupações quanto a impostos

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS		
GRI 301 - MATERIAIS 2016		
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume	Indicador respondido na tabela abaixo.
		Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima)
		8
		12

	2021	2022	2023
Total materiais renováveis (t)	3 444 886	3 517 684	3 303 142
Total materiais não renováveis (t)	197 451	203 880	183 228
% materiais renováveis	95%	95%	95%
% materiais não renováveis	5%	5%	5%

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 302 – ENERGIA 2016		
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Indicador respondido na tabela abaixo.
		8
		Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) e Altri Florestal)
		12
		13

	2021	2022	2023
ENERGIA CONSUMIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO			
Consumo de energia (GJ)	18 311 237	18 751 143	18 060 406
Energia elétrica (GJ)	2 203 961	2 282 226	2 076 427
Consumo total de combustíveis (GJ)	16 107 276	16 468 916	15 983 978
Vapor (GJ)	14 085 108	14 719 934	13 809 451

	2021	2022	2023
COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS DENTRO DA ORGANIZAÇÃO			
Combustíveis CELE (GJ)	13 938 229	16 454 989	15 969 836
Gás Natural (GJ)	1 365 750	1 238 574	1 193 962
Fuelóleo (GJ)	144 537	181 137	190 732
Gasóleo (GJ)	603	129	179
Biogás	—	89 648	60 906
Licor negro (GJ)	12 146 104	14 205 062	13 680 042
Gases não condensáveis (GJ)	153 730	206 828	193 124
Metanol (GJ)	127 505	106 175	139 019
Biomassa (GJ)	—	427 436	511 872
Combustíveis não CELE - Equipamentos Estacionários (GJ)	2 161 146	4 455	3 840
Gasóleo (GJ)	37	16	33
Gás Natural (GJ)	40 886	4 439	3 807
Licor negro (GJ)	1 564 157	—	—
Biomassa (GJ)	482 663	—	—
Outros- Biogás (GJ)	73 403	—	—
Combustíveis não CELE - Equipamentos Móveis (GJ)	7 901	9472	10302
Gasolina (GJ)	1	195	198
Gasóleo (GJ)	7 900	9 277	10 104
Consumo total de combustíveis (GJ)	16 107 276	16 468 916	15 983 978
Consumo de combustíveis de origem renovável (GJ)	14 547 563	15 035 150	14 584 963
Consumo de combustíveis de origem não renovável (GJ)	1 559 714	1 433 767	1 399 016

	2021	2022	2023
ENERGIA VENDIDA (GJ)			
Eletricidade vendida (GJ)	881 363	860 552	578 604

Nota: Os valores referentes ao ano de 2022 foram sujeitos a revisão e atualizados, face ao relato anterior. O consumo de vapor não está contemplado no consumo total de energia dentro da organização.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
		7
		8
302-3 Intensidade energética	Indicador respondido na tabela abaixo.	12
		13

	2021				2022				2023			
	Celbi	Biote	Caim	TOTA	Celbi	Biote	Caim	TOTA	Celbi	Biote	Caim	TOTA
	k	k	a	L	k	k	a	L	k	k	a	L
INTENSIDADE ENERGÉTICA												
Intensidade energética (GJ/tSA)	14	19,8	25,8	16,3	13,9	20,7	25,7	16,4	14,2	23,3	24,6	17

Nota: Para o rácio é considerada energia elétrica e o consumo de combustíveis. A métrica específica utilizada para o cálculo do rácio é a tonelada de fibra produzida.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
	Indicador respondido na tabela abaixo.	7
		8
302-4 Redução do consumo de energia	Na Altri Florestal, foi realizado um investimento num parque fotovoltaico nos escritórios principais na Quinta do Furadouro, que permitiu a redução do consumo de energia nesta unidade.	12
		13

Quantificação das reduções alcançadas (GJ/tSA)	Celbi	Biotek	Caima
2021	0,02 GJ/tSA	0,003 GJ/tSA	0,4 GJ/tSA
2022	(-0,01) GJ/tSA	0,05 GJ/tSA	0,09 GJ/tSA
2023	(-0,038) GJ/tSA	0,03 GJ/tSA	0,06 GJ/tSA

Iniciativas desenvolvidas para melhorar a eficiência energética

Queima do metanol (subproduto da produção de fibras celulósicas) no forno de cal, substituindo gás natural
Monitorização do consumo de energia elétrica por áreas e priorização da implementação de medidas de redução de consumo de energia e vapor nas áreas em que este é mais elevado
Desenvolvimento de ações para incorporar o consumo extra da nova ETARI

Instalação de VSDs em todas as bombas de circulação dos digestores
Substituição do permutador do efeito 1B
Instalação de 2 VSDs nas bombas das linhas 2 e 3 da osmose
Substituição de membranas por outras mais eficientes

Instalação de VSDs em todas as bombas de circulação dos digestores
Paragem da bomba de reforço de água 01BB025 da captação para a cisterna
Limpeza dos painéis da secaria, contenção de fugas no permutador do pré-aquecedor da máquina e reparação de radiadores da secaria
Colocação ao serviço do Crivo Sorter N°1 (07ME019) de 90kW, em vez do Crivo Delta Screen (07ME008) de 132kW
Substituição do permutador do efeito 1B
Instalação de 2 VSDs nas bombas das linhas 2 e 3 da osmose
Substituição de membranas por outras mais eficientes
Instalação de VSDs, controlo de nível e pressão do permutador Licor/Ácido digestores
Reparação do secador



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 303 - ÁGUA E EFLUENTES 2018		

303-1 Interações com a água como um recurso partilhado

A Altri, no âmbito da gestão responsável da água enquanto recurso natural, mapeou as suas operações em função do risco associado à utilização de água, através da ferramenta Aqueduct Water Tool, desenvolvida pelo WRI. De acordo com este mapeamento, 100% das operações da Altri estão localizadas em zonas em que o stress hídrico tem um nível baixo a médio.

A Celbi efetua a captação de água no rio Mondego e em furos de águas subterrâneas para uso no processo de fabrico de pasta, ao longo do qual existem diversos fechos de circuitos de forma a reduzir ao máximo a água fresca captada. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final.

A Biotek efetua a captação de água no rio Tejo, para uso no processo de fabrico de pasta e também fornece água tratada da ETA às fábricas da Navigator e Paper Prime. No processo de produção de pasta foram implementadas várias ações, nomeadamente fecho de circuitos, reciclagem de efluente tratado da ETARi da Biotek, dada a elevada qualidade atingida, permitindo assim reduzir a captação de água. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final.

A Caima efetua a captação de água no rio Tejo, para uso no processo de fabrico de pasta, ao longo do qual, existem diversos fechos de circuitos de forma a reduzir ao máximo a água fresca captada. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final.

A Altri Florestal monitoriza a qualidade do habitat ribeirinho das principais ribeiras com carácter permanente na área sob gestão. Os resultados desta avaliação permitem classificar alguns dos troços das ribeiras como Alto Valor de Conservação e a empresa considera certificar os Serviços de Ecossistema de duas áreas piloto em 2024 através do procedimento FSC®.

6

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água	O ponto de descarga e a qualidade do efluente final encontram-se definidos na licença de rejeição de águas residuais. Na Caima, em particular, a descarga acontece em ponto único no meio hídrico, onde convergem o efluente fabril após tratamento primário seguido de tratamento secundário e as águas pluviais potencialmete contaminadas do parque de madeiras, depois do tratamento primário (separação física). A qualidade do efluente final encontra-se definida no TUA.
		Como diretrizes para a qualidade do efluente, são também seguidos os valores identificados no BREF setorial.
		São realizadas monitorizações anuais ao meio recetor de acordo com o título de utilização privativa do espaço marítimo nacional e a definição dos VLE a seguir são de acordo com o período em questão (estiagem, húmido, excecional).

Indicador respondido na tabela abaixo.

303-3	Captação de água	Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) e Altri Florestal

	2021	2022	2023
CAPTAÇÃO DE ÁGUA			
Captações superficiais (ML)	20 680	21 638	19 956
Captações subterrâneas (ML)	3 676	4 284	4 196
Total de água captada (ML)	24 356	25 922	24 152

Nota: A água captada é sempre doce (com sólidos dissolvidos totais ≤1.000 mg/L) e a sua captação não é realizada em zonas de stress hídrico.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
303-4	Efluentes	Indicador respondido na tabela abaixo.
		Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima)

	2021	2022	2023
EFLUENTE TOTAL POR DESTINO			
TOTAL - Volume de efluente descarregado (ML)	18 753	19 727	18 954
Águas superficiais (ML)	8 544	8 392	8 118
Águas subterrâneas (ML)	0	0	—
Água do mar (ML)	10 209	11 335	10 836
Água de terceiros (ML)	0	0	—
EFLUENTE TOTAL POR CATEGORIA			
Água doce (ML)	8 544	8 392	8 118
Outros tipos de água (ML)	10 209	11 335	10 836

Nota: A descarga de água não é realizada em zonas de stress hídrico.



Divulgações	Localização/Omissão	ODS
303-5 Consumo de água	Indicador respondido na tabela abaixo.	
Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima)		

	2021	2022	2023
CONSUMO DE ÁGUA			
Consumo total de água de todas as áreas (ML)	5 603	6 196	5 198

Nota: O consumo de água não é realizado em zonas de stress hídrico.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 304 - BIODIVERSIDADE 2016		
304-1 Instalações operacionais (próprias, arrendadas ou geridas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	As unidades operacionais, que são propriedades próprias ou arrendadas pela Altri Florestal, incluem unidades destinadas à Conservação, Infraestruturas, Produção Florestal e Proteção. Estas áreas localizam-se em áreas protegidas/de alto índice de biodiversidade ou adjacentes. Tratam-se de ecossistemas terrestres em Áreas Protegidas, com uso Sustentável dos Recursos Naturais. Mais informação na tabela abaixo.	6 14 15

Área Protegida (ha)	2021	2022	2023
Parque Natural Tejo Internacional	1 627	1 772	1 772
Parque Natural Serra de São Mamede	1 236	1 346	1 346
Paisagem Protegida Serra de Montejunto	393	342	343
Parque Natural Serras de Aire e Candeeiros	117	117	117
Parque Natural Serra da Estrela	7	7	7
Parque das Serras do Porto	129	164	164
Serra da Gardunha	410	410	410
Serra do Socorro e Archeira	—	12	12
Área do Monumento Natural Portas de Rodão	—	—	37
Total	3 919	4 170	4 208

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
304-2 Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Nas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais ou populações das espécies, contribuindo para assegurar a biodiversidade.	6 14 15
Indicador respondido na tabela abaixo.		

Zonas Especiais de Conservação (ha)	2021	2022	2023
Alvão / Marão	18	11	11
Cabeção	59	59	59
Cabrela	118	766	766
Caldeirão	51	1	1
Carregal do Sal	158	115	115
Complexo do Açor	5	0	0
Estuário do Sado	96	8	8
Estuário do Tejo	27	27	27
Malcata	450	284	284
Monchique	1 597	2 097	2 292
Nisa / Lage da Prata	1 190	805	820
Ria de Aveiro	—	—	—
Rio Lima	10	0	0
Rio Paiva	270	234	233
São Mamede	2 382	2 562	2 637
Serra da Estrela	7	7	7
Serra da Gardunha	363	223	223
Serra da Lousã	578	275	300
Serra de Montejunto	478	344	344
Serra de Montemuro	91	86	102
Serras da Freita e Arada	284	251	251
Serras de Aire e Candeeiros	183	145	145
Sicó / Alvaiázere	244	167	185
Valongo	144	141	141

Total	8 803	8 608	8 951
Zona de Proteção Especial (ha)	2021	2022	2023
Caldeirão	—	1	1
Estuário do Tejo	—	27	27
Monchique	—	2 097	2 292
Paul da Madriz	—	2	2
Tejo Internacional, Erges e P	—	2 024	2 024
Total	0	4 151	4 346

Nota: As Zonas Especiais de Conservação correspondem à antiga denominação de Sítios de Importância Comunitária.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
304-3 Habitats protegidos ou recuperados	A Altri esteve envolvida na proteção e recuperação de habitats, com o total de 3 765 ha em 2023, com 5 entidades externas envolvidas, nomeadamente: Associação Cabeço Santo, MONTIS, SPEA, GEOTA e WWF-ANP.	6 14 15
Indicador respondido na tabela abaixo.		

Habitat	Nome	Área (ha)
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoetes</i> spp.	60
3170	Charcos temporários mediterrânicos	2
4020	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	3
4030	Charnecas secas europeias	554
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.	83
5230	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>	4
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	888
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene	1 693
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio - Holoschoenion</i>	2
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	25
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	5
91	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)	95
91F0	Florestas mistas de <i>Quercus robur</i> , <i>Ulmus laevis</i> , <i>Ulmus minor</i> , <i>Fraxinus excelsior</i> ou <i>Fraxinus angustifolia</i> das margens de grandes rios (<i>Ulmion minoris</i>)	1
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	22
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	4
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	8
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	101
92B0	Florestas-galerias junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Salix</i> e outras espécies	1
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)	19
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	104
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	90

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
304-4	Espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN (International Union for Conservation of Nature) e em listas de espécies de conservação nacional, cujos habitats se encontram em áreas afetadas pelas operações da empresa	6
	Indicador respondido na tabela abaixo.	14
		15

Aves	Anfíbios e Répteis	Peixes
Noitibó-de-nuca-vermelha - <i>Caprimulgus ruficollis</i>	VU	Salamandra -lusitânica - <i>Chioglossa lusitanica</i> VU
Chasco-ruivo - <i>Oenanthe hispanica</i>	VU	Cágado-de-carapaça-estriada - <i>Emys orbicularis</i> EN
		Enguia-europeia - <i>Anguilla anguilla</i> EN

Aves	Anfíbios e Répteis	Peixes
Abutre-preto - <i>Aegypius monachus</i>	CR	Tritão-palmado - <i>Triturus helveticus</i> VU
Águia-real - <i>Aquila chrysaetos</i>	EN	Boga-de-boca-arqueada - <i>Iberochondrostoma lemmingii</i> EN
Cegonha-preta - <i>Ciconia nigra</i>	VU	Boga-portuguesa - <i>Iberochondrostoma lusitanicum</i> CR
Abutre-do-Egito - <i>Neophron percnopterus</i>	EN	Mamíferos
Açor - <i>Accipiter gentilis</i>	VU	Morcego-de-franja - <i>Myotis nattereri</i> VU
Alcaravão - <i>Burhinus oedicephalus</i>	VU	Bordalo - <i>Squalius alburnoides</i> VU
Coruja-do-nabal - <i>Asio flammeus</i>	EN	Flora
Noitibó-da-Europa - <i>Caprimulgus europaeus</i>	VU	Escalo do Sul - <i>Squalius pyrenaicus</i> EN
Tartaranhão-caçador - <i>Circus pygargus</i>	EN	Invertebrados
Falcão-peregrino - <i>Falco peregrinus</i>	VU	Fritilária-dos-lameiros - <i>Euphydryas aurinia</i> VU
Ógea - <i>Falco subbuteo</i>	VU	Libelinha-de-mercúrio - <i>Coenagrion mercuriale</i> VU
Colhereiro - <i>Platalea leucorodia</i>	VU	Cardo-dos-brejos - <i>Cirsium welwitschii</i> EN
Águia-Imperial - <i>Aquila adalberti</i>	CR	Erva-pinheira-orvalhada - <i>Drosophyllum lusitanicum</i> VU
Picanço-real-meridional - <i>Lanius meridionalis</i>	VU	Leiteira-dos-brejos - <i>Euphorbia uliginosa</i> NT
Adorinhão-preto - <i>Apus apus</i>	NT	Aliaga-maior - <i>Genista ancistrocarpa</i> NT
Picanço-barreteiro - <i>Lanius senator</i>	VU	Orquídea-dos-brejos - <i>Dactylorhiza elata</i> NT
		Carriço-dos-brejos - <i>Rhynchospora modesti-lucennoi</i> VU

Categorias IUCN

Quase ameaçado (NT): embora não preencha os critérios de “Vulnerável”, “Em perigo” ou “Em perigo crítico”, tudo indica que está prestes a fazê-lo ou apresenta fortes indícios que o fará num futuro próximo.

Vulnerável (VU): considerada como estando a sofrer um risco elevado de extinção na natureza.

Em perigo (EN): considerada como estando a sofrer um risco muito elevado de extinção na natureza.

Em perigo crítico (CR): considerada como estando a sofrer um risco extremamente elevado de extinção na natureza.

Divulgações		Localização/Omissão	ODS	
GRI 305 - EMISSÕES 2016				
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1)	Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima), Altri Florestal, Altri Abastecimento de Madeira, Altri SGPS	3	
			12	
			13	
			14	
			15	
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima), Altri Florestal, Altri Abastecimento de Madeira, Altri SGPS	3	
			12	
			13	
			14	
			15	
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima), Altri Florestal, Altri Abastecimento de Madeira, Altri SGPS	3	
			12	
			13	
			14	
			15	
305-4	Intensidade das emissões de GEE	Indicador respondido na tabela abaixo	13	
			14	
			15	
		2021	2022	2023
Intensidade das emissões de GEE das unidades industriais de pasta (kgCO ₂ e/tSA) para âmbito 1 e 2		113	110	95
Intensidade das emissões de GEE das unidades industriais de pasta (kgCO ₂ e/tSA) para âmbito 3		288	288	301

Nota: Os valores referentes ao ano de 2021 foram sujeitos a revisão e atualizados, face ao relato anterior.

Divulgações		Localização/Omissão	ODS	
305-5	Redução das Emissões GEE	Na Celbi, a redução de emissões deveu-se à implementação de uma rotina de monitorização diária das emissões de CO ₂ , com os fluxos-fonte de emissões por cada uma das instalações, ao Plano de Manutenção Preventiva para intervenções regulares, com vista à redução do consumo de gás natural, à queima no forno da cal de 100% do metanol produzido no processo de cozimento da madeira, permitindo a redução do consumo de gás natural, à otimização do processo de desempenho, e aos Gegaliners, que fazem o transporte das fibras entre a Celbi e o Porto Marítimo da Figueira da Foz.		
		Na Biotek, deveu-se a várias otimizações na operação do forno da cal, às reparações efetuadas na paragem anual para melhorias dos sistemas dos queimadores, forno da cal, filtros, e à definição das ações para utilização de metanol do processo, em substituição de gás natural.		
		Na Caima deveu-se ao Projeto Caima Go Green - construção de uma central de cogeração a biomassa florestal residual, permitindo a descarbonização da Caima.		
		Na Altri Florestal, houve a utilização de maquinaria híbrida, permitindo a redução das emissões GEE.		
		De forma geral, existiu a substituição da frota Altri por veículos com menor emissão de GEE, tal como de máquinas de operações florestais. Deu-se também a procura de combustíveis alternativos para utilização no forno de cal, na Biotek e Celbi e um <i>Elevator Pitch</i> com propostas para a diminuição de GEE.		
Indicador respondido na tabela abaixo				
		2021	2022	2023
Redução de emissões face a 2020 (tCO ₂ e) em âmbito 1, 2 (<i>market-based</i>) e 3		5%	4%	11%
Redução de emissões face a 2020 (tCO ₂ e) em âmbito 1 e 2 (<i>market-based</i>)		30%	30%	44%
Redução de emissões face a 2020 (tCO ₂ e) em âmbito 3		(10)%	(11)%	(8)%
Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade (tCO ₂ e)		(15 353)	(27 100)	(25 339)

Nota: O valor da redução das emissões foi revisto e atualizado, considerando o ano base de 2020.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada do ozono	Não existem emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono associadas ao processo.	3
		12
		13
305-7 Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	Indicador respondido na tabela abaixo.	3
		12
		14
		15



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	2021	2022	2023
NOx (kg)	1 101 317	1 120 759	1 187 715
SO ₂ (kg)	84 780	85 619	120 576
Partículas (kg)	140 597	157 382	178 673
TRS (kg)	11 698	9 974	11 351
NOx (kg/tSA)	1	1	1
SO ₂ (kg/tSA)	—	—	—
Partículas (kg/tSA)	—	—	—
TRS (kg/tSA)	—	—	—

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 306 - RESÍDUOS 2020		
306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	As lamas primárias, as lamas secundárias e os rejeitos da crivagem são gerados na própria atividade, no processo de produção de pasta.	
	Nas unidades industriais da Altri, as lamas resultantes do tratamento de efluentes da fábrica são valorizadas energeticamente nas caldeiras de biomassa, instaladas no complexo industrial.	
	As lamas secundárias resultantes do tratamento de efluentes da Celbi são valorizadas energeticamente na caldeira de recuperação.	3
	Na Celbi, os rejeitos da crivagem eram valorizados nas caldeiras de biomassa e, recentemente, foi efetuado um investimento num digestor que permite a valorização dos rejeitos da crivagem e serrim para produção de pasta.	6 12 14
	Na Biotek, as lamas secundárias resultantes da remoção da matéria-prima orgânica existente nos efluentes setoriais da fábrica, são encaminhadas maioritariamente para compostagem.	
	Na Caima, as lamas secundárias resultantes do tratamento de efluentes, são valorizadas energeticamente na central de biomassa e também são encaminhadas para compostagem.	

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 306 - RESÍDUOS 2020		
306-2 Gestão de impactos significativos associados a resíduos	<u>Em todas as unidades da Altri a gestão de resíduos é gerida de acordo com as obrigações legais aplicáveis.</u>	
	Na Celbi, no âmbito do Projeto do Digestor de Serrim os rejeitos da crivagem que resultam do processo de produção de pasta e o Serrim que resulta do processamento da madeira são encaminhados para o digestor que permite a recuperação das fibras de celulose para a produção de pasta.	
	Na Biotek, existiu uma redução do regime de produção no decorrer do ano, o que impactou diretamente a quantidade de lamas de cal produzidas, verificando-se a sua redução quando comparando com o período homólogo.	3
	Na Caima, deu-se a otimização do processo através da reincorporação de lamas primárias na produção de pasta.	6 12
	Na Altri Florestal, todos os resíduos encaminhados para empresas de gestão de resíduos são transportados com guias e-GAR, sendo os únicos resíduos gerados na gestão florestal as embalagens de fertilizantes.	14
	De forma geral, verificou-se que todos os resíduos encaminhados para empresas de gestão dos mesmos foram pesados no próprio complexo industrial, de modo que a monitorização da produção de resíduos é realizada recorrendo a equipamentos sujeitos a controlo metrológico legal e/ou de acordo com instruções internas.	
306-3 Resíduos Gerados	Indicador respondido na tabela abaixo.	3
		6
	Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) e Altri Florestal	12
		14

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	2021	2022	2023
Peso total dos resíduos gerados (t)	106 570	94 431	84 249
Resíduos Perigosos (t)	251	201	232
Valorização (t)	102	78	83
Eliminação (t)	149	123	149
Resíduos Não Perigosos (t)	106 318	94 232	84 017
Valorização (t)	61 350	60 458	66 237
Eliminação (t)	44 968	33 774	17 780

Nota: De acordo com o DL n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, considerou-se a incineração de resíduos com recuperação energética uma atividade de valorização de resíduos (R1), ao contrário do indicado pelas Normas GRI, que a apresenta como uma atividade de eliminação de resíduos.



GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 401 - EMPREGO 2016		
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	Indicador respondido na tabela abaixo.
		5
		8

	2021				2022				2023			
	PT	ES	CH	Total	PT	ES	CH	Total	PT	ES	CH	Total
Total de colaboradores	762	6	6	774	803	8	4	815	799	9	4	812
Faixa etária (n°)												
< 30 anos	118	0	0	118	107	0	0	107	96	0	0	96
Dos 30 aos 50 anos	429	5	4	438	474	7	2	483	509	8	3	520
> 50 anos	215	1	2	218	222	1	2	225	194	1	1	196
Género (n°)												
Masculino	651	5	2	658	662	7	1	670	649	8	2	659
Feminino	111	1	4	116	141	1	3	145	150	1	2	153
Novas contratações	43	0	0	43	78	1	0	79	67	1	1	69
Faixa etária (n°)												
< 30 anos	27	0	0	27	26	0	0	26	22	0	0	22
Dos 30 aos 50 anos	14	0	0	14	44	1	0	45	42	1	1	44
> 50 anos	2	0	0	2	8	0	0	8	3	0	0	3
Género (n°)												
Masculino	33	0	0	33	40	1	0	41	48	1	1	50
Feminino	10	0	0	10	38	0	0	38	19	0	0	19
Taxa de novas contratações	5,6 %	— %	— %	5,6 %	9,7 %	12,5 %	— %	9,7 %	8,4 %	11,1 %	25,0 %	8,5 %
Faixa etária (n°)												
< 30 anos	3,5%	—%	—%	3,5%	3,2%	—%	—%	3,2%	2,8%	—%	—%	2,7%
Dos 30 aos 50 anos	1,8%	—%	—%	1,8%	5,5%	12,5%	—%	5,5%	5,3%	11,1%	25,0%	5,4%
> 50 anos	0,3%	—%	—%	0,3%	1,0%	—%	—%	1,0%	0,4%	—%	—%	0,4%
Género (n°)												
Masculino	4,3%	—%	—%	4,3%	5,0%	12,5%	—%	5,0%	6,0%	11,1%	25,0%	6,2%
Feminino	1,3%	—%	—%	1,3%	4,7%	—%	—%	4,7%	2,4%	—%	—%	2,3%
Saída de colaboradores	34	0	1	35	36	0	2	38	66	0	1	67
Faixa etária (n°)												
< 30 anos	5	0	0	5	6	0	0	6	7	0	0	7
Dos 30 aos 50 anos	14	0	0	14	15	0	2	17	29	0	0	29
> 50 anos	15	0	1	16	15	0	0	15	30	0	1	31
Género (n°)												
Masculino	30	0	0	30	28	0	1	29	56	0	0	56
Feminino	4	0	1	5	8	0	1	9	10	0	1	11
Taxa de rotatividade	4,5 %	— %	16,7 %	4,5 %	4,5 %	— %	50,0 %	4,7 %	8,3 %	— %	25,0 %	8,3 %
Faixa etária (n°)												
< 30 anos	0,7%	—%	—%	0,6%	0,7%	—%	—%	0,7%	0,9%	—%	—%	0,9%

	2021				2022				2023			
	PT	ES	CH	Total	PT	ES	CH	Total	PT	ES	CH	Total
Dos 30 aos 50 anos	1,8%	—%	—%	1,8%	1,9%	—%	50,0%	2,1%	3,6%	—%	—%	3,6%
> 50 anos	2,0%	—%	16,7%	2,1%	1,9%	—%	—%	1,8%	3,8%	—%	25,0%	3,8%
Género (n°)												
Masculino	3,9%	—%	—%	3,9%	3,5%	—%	25,0%	3,6%	7,0%	—%	—%	6,9%
Feminino	0,5%	—%	16,7%	0,6%	1,0%	—%	25,0%	1,1%	1,3%	—%	25,0%	1,4%

Nota: Para melhorar o reporte deste indicador, a Altri procedeu à desagregação dos dados por localização - país, nomeadamente Portugal (PT), Espanha (ES) e Suíça (CH). Os valores reportados nos anos prévios foram retificados.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
401-2	Benefícios concedidos aos colaboradores em regime full-time que não são concedidos aos colaboradores temporários ou em part-time	Indicador respondido na tabela abaixo.
	Nota: Os benefícios de Fundo de Pensões, Seguros de Saúde e Seguro de Vida são aplicáveis apenas aos colaboradores do quadro permanentes. As unidades operacionais consideradas são as reportadas. A Altri SGPS e Altri Sales não apresentam benefícios contemplados neste indicador.	8

	Celbi	Biotek	Caima	Altri Florestal	Viveiros	Altri, SL	Florest Sul	Greenfi ber	Abastecimento Biomassa
BENEFÍCIOS									
Seguro de Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Seguro de Vida	X	X	X	X			X	X	X
Fundo de Pensões	X	X	X	X			X		X
Pagamento dos 3 primeiros dias de baixa à caixa não cobertos pela Segurança Social.	X	X		X			X		X
Complemento do subsídio de baixa à caixa até 90 dias de forma a manter a remuneração líquida.	X	X	X	X			X		X
Subsídio de nascimento		X							

1
RELATÓRIO DE GESTÃO2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão		ODS
401-3 Licença Parental	Indicador respondido na tabela abaixo.		8
	2021	2022	2023
Total de colaboradores	774	815	812
Género (n°)			
Masculino	658	670	659
Feminino	116	145	153
Colaboradores que iniciaram licença parental	56	49	45
Género (n°)			
Masculino	47	44	31
Feminino	9	5	14
Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	56	49	45
Género (n°)			
Masculino	47	44	31
Feminino	9	5	14
Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	59	56	47
Género (n°)			
Masculino	54	47	43
Feminino	5	9	4
Taxa de retorno ao trabalho	100%	100%	100%
Género (n°)			
Masculino	100%	100%	100%
Feminino	100%	100%	100%
Taxa de retenção	100%	100%	96%
Género (n°)			
Masculino	100%	100%	98%
Feminino	100%	100%	80%

Nota: Os valores referentes aos colaboradores que regressaram ao trabalho e permaneceram na empresa após 12 meses, para 2021 e 2022, foram revistos e atualizados.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 402 - RELAÇÕES DE TRABALHO 2016		
402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Não existe um prazo mínimo, e os prazos mínimos estabelecidos pela lei aplicável são cumpridos. Sempre que existirem mudanças operacionais relevantes as mesmas serão atempadamente comunicadas aos representantes dos colaboradores e aos colaboradores. O acordo de contratação coletiva, no que se refere às mudanças operacionais relevantes remete para a lei geral aplicável.	8

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 403- SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL 2018		
403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	A Altri tem implementado um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança que abrange todos os locais de trabalho, colaboradores internos e colaboradores dos prestadores de serviços. Na Altri Florestal, Viveiros e Altri SL têm implementados os referenciais normativos PEFC e FSC®, que abrangem os colaboradores internos e externos que realizem atividades nos locais.	3 8



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	3
		8
No âmbito da certificação do Sistema de Gestão da SST a organização tem procedimentos internos de avaliação de riscos das várias atividades, desde a fase de projeto dos equipamentos, passando pela sua montagem e ou modificação e pelas intervenções de operação e manutenção. Todas as atividades tanto nas áreas operacionais, como nas áreas de suporte são avaliadas através duma Matriz de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos que recebe o contributo dos colaboradores e é analisada periodicamente ao nível da CASST (Comissão de Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho), integrando representantes eleitos dos colaboradores. Nesta Matriz de Avaliação de Riscos estão elencadas as medidas de mitigação do risco (EPC, EPI e outras). Os colaboradores que identifiquem perigos ou situações perigosas irão estar abrangidos pelo Código de Ética e Conduta da Altri, protegendo-os de qualquer tipo de represálias. De modo a garantir a qualidade dos processos para identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de acidentes são realizadas auditorias de certificação e auditorias internas, que incluem auditorias em Trabalhos Florestais e Depósitos de Madeira e Biomassa, é promovida formação e divulgada informação sobre as normas SST e sobre riscos no local de trabalho, procede-se à análise de incidentes e quase-acidentes, são promovidos treinos e exercícios para as Equipas de Intervenção em Emergências, realizadas inspeções aos locais de trabalho e simulacros para treino das equipas de 1.ª intervenção e de acidentes em trabalho florestal e existe uma brigada de incêndios para resposta às emergências Para a investigação de incidentes laborais existem procedimentos implementados que determinam a forma de investigar, discutir e implementar as medidas necessárias para minimizar a ocorrência de incidentes laborais. É utilizada a metodologia dos 5 porquês, feita a comunicação de incidentes e divulgada por toda a organização. A avaliação e melhoria do Sistema de Gestão de SST são garantidas através da revisão periódica do próprio sistema, do estabelecimento de objetivos e planos de melhoria em SST e da atualização da matriz de avaliação de riscos.		

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
403-3	Serviços de saúde do trabalho	3
		8
O Grupo Altri possui uma Direção de Saúde Ocupacional desde 2021, de forma a organizar e assegurar o adequado funcionamento dos serviços de Saúde Ocupacional/Segurança e Saúde do Trabalho (SO/SST) para todos os colaboradores do Grupo Altri. Os seus principais objetivos são: i) A promoção e manutenção de elevados níveis de saúde e bem-estar físico, mental e social de todos os colaboradores; ii) A prevenção de efeitos nefastos na saúde dos colaboradores, implementando uma contínua vigilância da saúde, através de exames médicos periódicos para avaliação; iii) A proteção dos colaboradores a exposições profissionais suscetíveis de comprometer a sua saúde, prevenindo as doenças profissionais; iv) A integração e manutenção de colaboradores num ambiente de trabalho ajustado às suas necessidades físicas e mentais (adaptação do trabalho ao Homem). Na prossecução desses objetivos, a Medicina do Trabalho: i) colabora intimamente com a Segurança do Trabalho nomeadamente no respeitante à distribuição, controlo de funcionamento e conservação do material de segurança; ii) executam inspeções às condições de segurança dos postos de trabalho; iii) elaboram relatórios e apuramentos estatísticos sobre sinistralidade e iv) colaboram nos processos de informação e formação dos colaboradores e demais intervenientes nos locais de trabalho nas áreas de prevenção e segurança, processo através do qual se assegura a qualidade do serviço. Adicionalmente, a Altri conta com Técnicos de Segurança que executam, orientam e coordenam as atividades do serviço de segurança, nomeadamente no respeitante à distribuição, controlo de funcionamento e conservação do material de segurança. Executam, ainda, inspeções às condições de segurança das instalações ou de trabalho do pessoal e elaboram relatórios e apuramentos estatísticos sobre sinistralidade e colaboram nos processos de informação e formação dos colaboradores e demais intervenientes nos locais de trabalho nas áreas de prevenção e segurança, processo através do qual se assegura a qualidade do serviço. A informação sobre processos de saúde tem um circuito próprio e com níveis de acesso condicionados, em conformidade com questões de RGD e de sigilo profissional.		



Divulgações		Localização/Omissão	ODS
403-4	Participação dos colaboradores, consulta e comunicação aos colaboradores referentes a saúde e segurança do trabalho	Para a participação e consulta dos colaboradores no Sistema de Gestão de SST são promovidas reuniões pela Comissão de Ambiente e Segurança e Saúde, onde estão presentes Representantes dos colaboradores, responsáveis de topo da Altri e o Médico do Trabalho, é ainda feita a consulta aos colaboradores relativamente à utilização de EPI e na elaboração dos RIPAR.	3
		Complementarmente, para o envolvimento dos colaboradores, são realizados os Minutos de Segurança semanais, Safety Clicks e é seguida a Metodologia Comportamentos Seguros - Passos Seguintes tendo sido também implementado o Programa Safety Lab	8
403-5	Formação de colaboradores em saúde e segurança do trabalho		3
			8
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	A Altri promove a saúde dos seus colaboradores através de serviços de medicina e enfermagem no posto médico, consultas e prescrição de medicamentos, campanhas de promoção de saúde e estilos de vida saudáveis. Nomeadamente com várias iniciativas de promoção de saúde e campanhas (tabaco, excesso de peso, sedentarismo, rastreios oncológicos), de que são exemplo o "mês de maio, mês do coração" e o "Movember". Disponibiliza ainda consultas de Medicina Curativa, Consulta de Ortopedia, consultas de enfermagem e tratamentos de reabilitação músculo-esquelética nos postos médicos. Foi criado também um projeto piloto para o acompanhamento psicológico dos colaboradores.	3
		O Grupo Altri oferece aos colaboradores e respetivo agregado familiar um seguro de saúde que disponibiliza vários serviços com comparticipação nos custos de saúde (ambulatório, internamento, cirurgia, medicina dentária e oncologia) e linha de apoio, com teleconsulta, programas de acompanhamento psicológico, de desabitação tabágica e de estilos de vida saudáveis.	8
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	É de referir que o Grupo Altri oferece aos seus colaboradores a vacina anti-gripe na época sazonal da gripe, de adesão voluntária e com principal enfoque nos indivíduos de risco clínico. A cantina dispõe diariamente de prato de carne, peixe e opção vegetariano e dieta.	
		A Altri procede à distribuição de folhetos informativos, disponibilização de documentação de Segurança (RIPAR, Procedimentos, Normas, Cadernos Práticas Florestais com Avaliação de Riscos), divulgação de vídeos de SST nos circuitos de TV internos, afixação de sinalética de Segurança e divulgação das Comunicações dos Incidentes e Quase Incidentes (Flash Incidentes e Flash Quase Acidente) e realiza os Minutos de Segurança semanais.	3
			8

Divulgações		Localização/Omissão	ODS
403-8	Colaboradores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	No caso das unidades industriais da Altri, todos os colaboradores (internos e externos), que desempenhem funções no local, estão abrangidos pelo Sistema de SST que é auditado internamente e externamente.	3 8
		No caso da Altri Florestal e Altri SL em que estão implementados os referenciais normativos PEFC e FSC®, cuja revisão contempla a análise do desempenho da SST e a definição de Planos de Melhoria ao nível da SST, 100% dos colaboradores internos estão cobertos pelo sistema.	
403-9	Acidentes de trabalho	Os principais perigos relacionados com o trabalho e que possam causar lesões graves incluem quedas ao mesmo nível e em altura, elevação de cargas, deslocações em terrenos inclinados, abate e transporte de madeira, produtos químicos, contacto com órgãos móveis de máquinas e equipamentos de trabalho (risco de esmagamento, entalamento, corte) e exposição a condições atmosféricas adversas, queimaduras térmicas, corrente elétrica.	3 8
		Para identificar os perigos relacionados com riscos de acidente de trabalho grave ou para eliminá-los/mitigá-los a Altri dispõe de planos, procedimentos e normas de segurança, registos de identificação de perigos e avaliação de riscos, sinalização de segurança, RIPARs, Ficha de Dados de Segurança, Monitorização de exposição a agentes físicos e químicos, inspeções SST, implementação de medidas de proteção coletivas, melhoria das infraestruturas e equipamentos. Para eliminar ou minimizar os riscos de perigos, a Altri revê e atualiza todos os mecanismos de identificação dos perigos, procede a melhorias da EPC, infraestruturas e equipamentos; avalia e seleciona EPI mais adequados às tarefas e providencia formação e sensibilização aos seus colaboradores	
Indicador respondido na tabela abaixo.			
Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek e Caima) e Altri Florestal			
Nota: Os dados relativos a colaboradores externos não incluem informação relativa à Altri Florestal no ano de 2021, uma vez que não foi possível calcular o número de horas trabalhadas.			
Nota 1: Houve uma atualização relativamente ao número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho reportados em 2020, uma vez que foi comunicado um óbito que decorreu nesse ano posteriormente à publicação do Relatório.			
Nota 2: Os índices foram calculados com base em 1.000.000 de horas trabalhadas			



	2021	2022	2023
VALORES ABSOLUTOS PARA OS COLABORADORES			
Mortes resultantes de acidente de trabalho	0	0	0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0	0	0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	30	36	22
N.º de horas trabalhadas	1 320 055	1 347 369	1440494
RÁCIOS PARA OS COLABORADORES			
Mortes resultantes de acidente de trabalho	0,0	0,0	0,0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0,0	0,0	0,0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	22,7	26,7	15,3
VALORES ABSOLUTOS PARA COLABORADORES EXTERNOS			
Mortes resultantes de acidente de trabalho	1	0	0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0	2	0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	57	48	43
N.º de horas trabalhadas	979 064	1 149 613	1 539 064
RÁCIOS PARA OS COLABORADORES EXTERNOS			
Mortes resultantes de acidente de trabalho	1,0	0,0	0,0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0,0	1,7	0,0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	58,2	41,8	27,9

Nota: Fator de normalização de horas trabalhadas: 1000000.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
403-10 Doenças Profissionais	No ano de 2023 não foram registadas quaisquer doenças ocupacionais ou óbitos resultantes de doenças ocupacionais.	
	Os perigos relacionados com doenças profissionais existentes na Altri são maioritariamente a exposição a ruído, mutagénicos/cancerígenos e riscos mecânicos	
	De modo a mitigar ou eliminar os riscos e perigos a Altri procede à monitorização de riscos de exposição nos postos de trabalho (ao ruído, substância químicas, ergonómicos), efetuados pelos técnicos de segurança e acompanhados pelo médico do trabalho. Para além disso, a Altri, realiza uma constante procura no mercado por substâncias químicas alternativas, recorre a medidas de isolamento das fontes de risco, distribui Equipamentos de Proteção Individual e realiza uma vigilância da Saúde dos colaboradores.	3 8
GRI 404 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO 2016		
Médias de horas de formação por ano e por trabalhador		4
404-1		5
	Indicador respondido na tabela abaixo.	8

2023			
Total de colaboradores por categoria e funcional	Masculino	Feminino	Total
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	93	33	126
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	100	10	110
Restantes colaboradores (n.º)	466	110	576
Total (n.º)	659	153	812
Total de horas de formação (h)	Masculino	Feminino	Total
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	4 825	2 127	6 952
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	3 460	526	3 986
Restantes colaboradores (n.º)	25 309	5 207	30 516
Total (n.º)	33 594	7 860	41 454
Média de horas de formação por categoria (h/trabalhador)	Masculino	Feminino	Total
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	52	64	55
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	35	53	36
Restantes colaboradores (n.º)	54	47	53
Total (n.º)	51	51	51

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e de assistência para transição de carreira O Grupo Altri, além de providenciar formação interna para o desenvolvimento de competências dos seus colaboradores, prestou apoio financeiro para realização de cursos externos, assegurou indemnizações por cessação de funções para além do estipulado legalmente e realizou ainda o planeamento do período de aposentação. A Altri não possui ainda um programa de assistência para transição de carreira. Sobre o programa de formação, ver tabela abaixo. Nota: A gestão da formação Altri SL, Altri SGPS, Altri Sales e Greenfiber ainda não estava centralizada em 2023.	8

	Total de ações (n.º)	N.º de Horas (h)
Processo	138	18 791
Gestão e Comportamental	225	12 554
Manutenção	35	1 126
Segurança	199	6 122
Outro	87	2 927
Total	684	41 520

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
404-3	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira Em 2023 foi implementando um Sistema de Gestão por Objetivos que permite dar feedback sobre o desempenho dos colaboradores no que se refere aos objetivos estabelecidos. Os colaboradores avaliados correspondem aos que têm vínculo laboral que cobre os 12 meses do ano, estando excluídos aqueles que entram e saem da empresa no ano de reporte.	8
Indicador respondido na tabela abaixo.		

2023	Masculino	Feminino
Quadros e Técnicos Superiores	100%	100%
Quadros médios e Chefias Diretas	100%	100%
Restantes colaboradores	100%	100%

Nota: Os colaboradores que não são elegíveis para avaliação de desempenho são aqueles que entraram ou saíram do Grupo ao longo do ano de reporte.

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 2016		
405-1	Diversidade dos órgãos de governance e dos colaboradores Indicador respondido na tabela abaixo.	5 8

2023	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	< 30 anos	1	2	3
	Dos 30 aos 50 anos	57	27	84
	> 50 anos	35	4	39
	TOTAL	93	33	126
Quadros e Técnicos Superiores (%)	< 30 anos	1%	2%	2%
	Dos 30 aos 50 anos	45%	21%	67%
	> 50 anos	28%	3%	31%
	TOTAL	74%	26%	100%
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	< 30 anos	2	2	4
	Dos 30 aos 50 anos	59	3	62
	> 50 anos	39	5	44
	TOTAL	100	10	110
Quadros médios e Chefias Diretas (%)	< 30 anos	2%	2%	4%
	Dos 30 aos 50 anos	54%	3%	56%
	> 50 anos	35%	5%	40%
	TOTAL	91%	9%	100%

Restantes colaboradores (n.º)	< 30 anos	64	21	85
	Dos 30 aos 50 anos	293	67	360
	> 50 anos	109	22	131
	TOTAL	466	110	576
Restantes colaboradores (%)	< 30 anos	11%	4%	15%
	Dos 30 aos 50 anos	51%	12%	63%
	> 50 anos	19%	4%	23%
	TOTAL	81%	19%	100%
Total (n.º)		659	153	812

Colaboradores com formação superior	Masculino	Feminino	Total
N.º de colaboradores com formação superior (n.º)	203	114	317
Taxa de colaboradores com formação superior (%)	31%	75%	39%

Órgãos de governance por categoria funcional faixa etária e género				
	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Órgãos de governance (n.º)	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	1	0	1
	> 50 anos	9	5	14
	TOTAL	10	5	15
Órgãos de governance (%)	< 30 anos	0,0	0,0	0,0
	Dos 30 aos 50 anos	6,7	0,0	6,7
	> 50 anos	60,0	33,3	93
	TOTAL	66,7	33,3	100

Divulgações	Localização/Omissão	ODS
405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem Indicador respondido na tabela abaixo.	5 8 10

Remuneração base por categoria funcional e género (€)	Rácio F/M
Quadros e Técnicos Superiores	0,92
Quadros médios e Chefias Diretas	0,82
Restantes colaboradores	1,14
Total	1,08
Remuneração total por categoria funcional e por género (€)	Rácio F/M
Quadros e Técnicos Superiores	0,85
Quadros médios e Chefias Diretas	0,69
Restantes colaboradores	1,02
Total	0,97

Nota: Para o cálculo deste indicador são consideradas as médias mensais do número de colaboradores tais como das suas remunerações.

Divulgações			ODS
GRI 406 - NÃO-DISCRIMINAÇÃO 2016			
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	Não houve registo, durante o exercício de 2023, de qualquer reporte de situações discriminatórias que impusessem a tomada de medidas concretas de combate a tais situações.	5 8 16
GRI 407- LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2016			
407-1	Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	Não foram detetados quaisquer casos em que a liberdade de associação e negociação coletiva pudesse estar em risco.	
GRI 408 - TRABALHO INFANTIL 2016			
408-1	Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Não foram detetados quaisquer incidentes em que se verificasse risco de trabalho infantil.	
GRI 409 - TRABALHO FORÇADO OU ESCRAVO 2016			
409-1	Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	Não foram detetados quaisquer incidentes em que se verificasse risco de trabalho escravo ou forçado.	

Divulgações			ODS
GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS 2016			
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas	A Altri apresenta 100% das suas seis operações com programas de envolvimento com a comunidade, avaliação de impactos e/ou desenvolvimento local.	
413-2	Operações com impactos negativos significativos atuais e potenciais nas comunidades locais	A Altri identifica operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais dos sítios onde opera, nomeadamente em Leirosa (Figueira da Foz), Vila Velha de Rodão (Castelo Branco) e Constância (Santarém). Os impactos negativos advêm das instalações recorrerem a substâncias químicas que podem afetar o meio ambiente e a saúde humana em geral. As unidades industriais de fibras celulósicas da Altri enquadram-se como estabelecimento de nível superior de perigosidade no âmbito da Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 (Diretiva Seveso III) transposta pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto. As unidades industriais do Grupo Altri implementam metodologias e procedimentos para garantir a identificação dos perigos, avaliação dos riscos e análise de impacto destes riscos na envolvente. Estas metodologias e procedimentos são avaliadas e validadas pela Agência Portuguesa do Ambiente para o efeito. A Comissão de Acompanhamento das Comunidades procede à auscultação sobre as preocupações das populações locais, numa atitude de responsabilidade social.	1 2
GRI 415 - POLÍTICAS PÚBLICAS 2016			
415-1	Contribuições Políticas	Não foram realizadas contribuições políticas, monetárias ou de outra espécie, a organizações durante 2023.	12 16
GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM 2016			
417-1	Requisitos de informação e rotulagem para produtos e serviços	A Altri dá cumprimento ao Regulamento (UE) N.º 53/2010 de 20 de maio de 2010, tendo disponível para todos os produtos uma ficha de segurança com a descrição das principais características, aplicações e regras de utilização e reciclagem. As pastas para utilização em produtos papéis eiros estão aprovadas pelo Nordic Ecolabelling of Paper Products e pelo European Ecolabel, e assim podem ser utilizadas em produtos que pretendam utilizar este rótulo ambiental.	12 16



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

I. Tabela SASB

O Grupo Altri dá resposta aos indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), nomeadamente para os standards Produtos de Pasta & Papel e Gestão Florestal, alinhando-os com os requisitos de divulgação aplicáveis da European Union Corporate Reporting Directive (CSRD).

Produtos de Pasta & Papel		
Código SASB	Métrica	Divulgação
EMIÇÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA		
RR-PP-110a.1	Emissões totais de âmbito 1	ESRS E1 Alterações Climáticas > Métricas > Emissões de gases com efeito de estufa
RR-PP-110a.2	Discussão de estratégia/plano de gestão de emissões de âmbito 1, metas de redução de emissões e respetiva análise de performance a curto e longo prazo	ESRS 2 Divulgações Gerais > Impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima ESRS E1 Alterações Climáticas
QUALIDADE DO AR		
RR-PP-120a.1	Emissões gasosas dos seguintes poluentes: (1) NO _x (excluindo N ₂ O), (2) SO ₂ , (3) compostos orgânicos voláteis (VOCs), (4) Partículas (PM) e (5) poluentes gasosos perigosos (HAP)	VOCs: A Altri no seu processo de produção não emite uma quantidade substancial de VOCs. HAP: A Altri no seu processo de produção não emite uma quantidade substancial de HAPs. ESRS E2 Poluição > Métricas > Poluição do ar
GESTÃO DE ENERGIA		
RR-PP-130a.1	(1) Energia total consumida, (2) percentagem de eletricidade comprada à rede, (3) percentagem proveniente de biomassa, (4) percentagem proveniente de outra fonte de energia renovável, (5) total de energia gerada	ESRS E1 Alterações Climáticas > Métricas > Consumo e combinação de energia
GESTÃO DA ÁGUA		
RR-PP-140a.1	(1) Total de água capturada, (2) total de água consumida; percentagem de regiões com elevado ou extremo stress hídrico	ESRS E3 Recursos Hídricos e Marinhos > Métricas
RR-PP-140a.2	Descrição da gestão de riscos em matéria de água e discussão das estratégias e práticas de mitigação desses riscos	ESRS 2 Divulgações Gerais > Impacto, riscos e oportunidades relacionados com os Recursos Hídricos e Marinhos ESRS E3 Recursos Hídricos e Marinhos
GESTÃO DA CADEIA DE ABASTECIMENTO		
RR-PP-430a.1	Percentagem de fibra proveniente de (1) florestas certificadas por terceiros e percentagem para cada <i>standard</i> , (2) outras fontes de fibra e percentagem para cada <i>standard</i>	Em 2025, a Altri Abastecimento de Madeiras abasteceu as três unidades industriais do Grupo com 80% de madeira certificada FSC® e PEFC. Mais de 20% desta madeira certificada teve origem nas áreas geridas pela Altri Florestal. ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas

Produtos de Pasta & Papel		
Código SASB	Métrica	Divulgação
RR-PP-430a.2	Quantidade de fibra reciclada e recuperada adquirida	N.A.
MÉTRICAS DE ATIVIDADE		
RR-PP-000.A	Produção de Pasta	1 087 mil toneladas
RR-PP-000.B	Produção de Papel	N.A.
RR-PP-000.C	Total de madeira utilizada	ESRS E5 Uso de recursos e economia circular > Métricas > Entrada de recursos

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Gestão Florestal		
Código SASB	Métrica	Divulgação
SERVIÇOS DE ECOSSISTEMAS & IMPACTOS		
RR-FM-160a.1	Área de floresta certificada por terceiros de acordo com os standards de gestão florestal, percentagem certificada por cada standard	101 409 ha ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas
RR-FM-160a.2	Área de floresta protegida em estado de conservação	ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas > Métricas
RR-FM-160a.3	Área de floresta em habitat de espécies protegidas	4 532 ha
RR-FM-160a.4	Descrição da abordagem de otimização de oportunidades provenientes de serviço de ecossistema florestal	ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas > Ações e recursos
DIREITOS DA POPULAÇÃO INDÍGENA		
RR-FM-210a.1	Área de floresta em terra indígena	O Grupo Altri não detém áreas onde os direitos humanos das comunidades indígenas estão comprometidos.
RR-FM-210a.2	Descrição de processos de envolvimento e práticas de devida diligência com respeito por direitos humanos, comunidades indígenas e a comunidade local	O Grupo Altri, no âmbito da sua Política de Participação nas Comunidades, desempenha um papel ativo no desenvolvimento social das áreas em que está presente. ESRS 2 Divulgações Gerais > Impactos, riscos e oportunidades relacionados com a Biodiversidade e os Ecossistemas ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas > Políticas relacionadas com a Biodiversidade e os Ecossistemas ESRS S2 Trabalhadores na Cadeia de Valor > Gestão de impactos, riscos e oportunidades ESRS S3 Comunidades afetadas > Gestão de impactos, riscos e oportunidades
		ESRS 2 Divulgações Gerais > Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor ESRS 2 Divulgações Gerais > Impactos, riscos e oportunidades relacionados com a Biodiversidade e os Ecossistemas ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas > Estratégia e Modelo de Negócio
RR-FM-450a.1	Descrição da estratégia de gestão de oportunidades e riscos da gestão florestal e produção de madeira apresentadas na sequência das alterações climáticas	
MÉTRICAS DE ATIVIDADE		
RR-FM-000.A	Área total de floresta explorada	Total: 102 595 ha
RR-FM-000.B	Inventário de madeira em pé	N.A.
RR-FM-000.C	Volume de madeira cortada	625 058 m³

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

J. Relatório Obrigações Verdes

Objetivos do Green Bond Framework Altri

O compromisso da Altri com o desenvolvimento sustentável é reforçado pela inclusão do financiamento sustentável na sua visão de longo prazo e no apoio à implementação do "Compromisso 2030".

A Altri está consciente dos desafios futuros e das necessidades dos seus diversos stakeholders, nomeadamente acionistas e investidores, e, através do financiamento sustentável, pretende promover o investimento em projetos que apoiem o "Compromisso 2030", que melhorem o desempenho ambiental, que facilitem a produção de energia limpa e renovável e reforcem a prevenção e o controlo integrados da poluição.



O Green Bond Framework Altri foi desenvolvido para garantir a transparência, divulgação e integridade das emissões de obrigações verdes da Altri que apoiam a implementação do "Compromisso 2030".

O Green Bond Framework Altri está alinhado com a versão de 2021 dos Green Bond Principles (GBP), elaborados pela Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA). O quadro de obrigações verdes da Altri baseia-se em quatro componentes principais, alinhadas com os princípios das obrigações verdes:

1. Utilização das receitas;
2. Processo de avaliação e seleção de projetos;
3. Gestão das receitas; e
4. Relatórios.

Para confirmar este alinhamento, a Altri contratou a Sustainalytics, uma empresa de rating ESG independente e especializada, que atua na qualidade de revisor externo, para emitir um parecer de segunda entidade sobre este enquadramento (que aplicar-se-á a qualquer Obrigação Verde emitida pela Altri).

1. Utilização das receitas

No âmbito do quadro de obrigações verdes, a Altri pretende utilizar as receitas provenientes da emissão de Obrigações Verdes para financiar ou refinanciar projetos novos ou existentes, com um período de retrospectiva de não mais de 5 anos, e atividades, ou adquirir negócios definidos nas categorias de projetos verdes elegíveis apresentadas a seguir.

As despesas de aquisição devem, idealmente, ser limitadas a empresas puramente verdes, ou seja, aquelas que obtenham pelo menos 90% das suas receitas de atividades elegíveis, de acordo com os critérios de elegibilidade definidos no quadro de obrigações verdes infra. A utilização relevante das receitas é descrita para cada categoria e consiste em projetos individuais ou numa carteira de projetos selecionados com base no processo de avaliação e seleção de projetos da Altri descrito no presente quadro.

As atividades movidas a combustíveis fósseis estão excluídas de todas as categorias, estando também excluído o financiamento de Contratos de Aquisição de Energia (CAE) baseados em energia nuclear e gás natural. Se for caso disso, as receitas podem ser utilizadas para financiar despesas de funcionamento operacionais relacionadas com os projetos, que se espera que sejam inferiores a 5% do total das receitas totais das obrigações, em despesas de I&D e que serão acompanhadas por projeto ou por carteira. Apenas os projetos e investimentos desenvolvidos por empresas do Grupo Altri serão elegíveis para financiamento. Todos os projetos financiados visam apoiar o "Compromisso 2030" da Altri.

Os projetos verdes elegíveis têm como objetivo proporcionar benefícios e impactos ambientais claros: redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), eficiência energética, descarbonização e utilização de energias renováveis, eficiência hídrica, redução de resíduos e melhoria das práticas sustentáveis de gestão florestal, em linha com o "Compromisso 2030".



A Altri considera ainda na sua estratégia de sustentabilidade os ODS em relação aos quais o potencial impacto é mais relevante (e é detalhado abaixo relativamente aos Projetos Verdes Elegíveis).

Categorias de Projetos Elegíveis de Obrigações Verdes

Para serem elegíveis para as receitas das Obrigações Verdes, os projetos devem enquadrar-se numa (ou várias) das seguintes categorias de projetos de obrigações verdes elegíveis.

1. Utilização sustentável da água e gestão das águas residuais

Categorias Elegíveis	Projetos Elegíveis	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
Utilização sustentável da água e gestão das águas residuais	► Infraestruturas de distribuição de água potável e tratamento de águas residuais para uso industrial com exceção das águas residuais resultantes de operações com combustíveis fósseis. ► Reutilização de águas residuais tratadas, incluindo equipamento necessário para a reutilização e reciclagem - (sistemas de reciclagem de água) ► Projetos de dessalinização alimentados exclusivamente por energias renováveis (a Altri adotou um plano de gestão de resíduos para a eliminação da salmoura) Todas as atividades enumeradas nesta categoria, no âmbito do presente quadro excluem as águas residuais provenientes da exploração de combustíveis fósseis.	6. Água potável e saneamento ► Meta 6.3 dos ODS: Até 2030, melhorar a qualidade da água através da redução da poluição, eliminando as descargas e minimizando libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização segura globalmente. ► Meta 6.4 dos ODS: Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e garantir a sustentabilidade e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas afetadas pela escassez de água.
Energia Renovável	► Produção de energia renovável (solar, eólica, bioenergia, biomassa e resíduos) - A matéria-prima da Altri para a bioenergia e biomassa inclui biomassa florestal residual e licor negro (queima de componentes de madeira não adequados para produção de fibras celulósicas). A produção de matéria-prima não i) ocorre em terrenos com elevada biodiversidade e não esgota as reservas terrestres de carbono existentes nem concorre com a produção de alimentos; ii) a intensidade das emissões ao longo do ciclo de vida dos projetos de eletricidade será inferior a 100 gCO₂e/kWh. As atividades abrangidas são o desenvolvimento, operações, manutenção e atualização das instalações. Não há mistura de biocombustíveis com fósseis nas instalações da Altri. ► Consumo de energias renováveis - longo prazo (>5 anos) - contratos de aquisição de energia (CAE) para garantia de 100% da energia renovável fornecida pela rede nacional (essencialmente solar, eólica e biomassa). ► Linhas/cabos de transmissão para transporte/distribuição de energia, equipamento para facilitar o transporte de energia, e processos relacionados com o consumo de energias renováveis para utilização nas atividades da Altri.	7. Energia acessível e limpa ► Meta 7.2 dos ODS: Até 2030, aumentar substancialmente a quota de energias renováveis no cabaz energético global.

2. Energias renováveis
3. Eficiência energética
4. Prevenção e controlo da poluição
5. Gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais vivos e da utilização dos solos
6. Transportes limpos

Categorias Elegíveis	Projetos Elegíveis	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
Eficiência energética	▶ Edifícios novos e renovados, com integração das melhores práticas de eficiência energética - para construção/aquisição, os sistemas de certificação de edifícios verdes a utilizar como melhores práticas são o LEED gold ou superior. Edifícios recém-construídos que tenham uma procura líquida de energia primária (PED) que seja pelo menos 10% inferior à PED resultante dos requisitos locais para edifícios de energia quase nula. Para a renovação, garantir uma melhoria de 30% da eficiência energética em relação ao valor de referência (antes da melhoria da eficiência energética). ▶ Armazenamento de energia verde e sustentável (sistemas de armazenamento de baterias eletroquímicas). ▶ Sistemas de cogeração de energia que utilizam biomassa florestal residual e licor negro. ▶ Sistemas de controlo de energia, ou seja, as ferramentas de software e hardware para controlar equipamentos e instalações, visando a otimização do consumo de energia, instrumentos inteligentes, termostatos inteligentes, contadores de energia. ▶ Redução das perdas de calor e energia - bombas de calor (bombas de calor elétricas com origem no ar, no solo ou na água, bombas de calor de absorção alimentadas por água aquecida, por energia solar ou geotérmica), LED, equipamentos elétricos HVCA. As soluções ou investimentos para estas categorias excluem as melhorias baseadas em combustíveis fósseis.	7. Energia acessível e limpa ▶ Meta 7.3 dos ODS: Melhoria da eficiência energética.
Prevenção e controlo da poluição	▶ Redução das emissões atmosféricas - O tipo de equipamentos que a Altri pretende financiar visa a captura de partículas (filtros, membranas, equipamentos de recirculação). ▶ Substituição de combustíveis fósseis por combustíveis renováveis (substituição de gás natural por outros biocombustíveis, combustíveis sintéticos à base de hidrogénio verde), excluindo o CO₂ das operações com combustíveis fósseis ou e-metano. ▶ Reciclagem de resíduos - recuperação de produtos químicos do sistema operacional (por exemplo, produção de ácido acético e furfural). ▶ Equipamento para redução de resíduos, águas residuais e emissões atmosféricas (sistemas de alimentação de ar em caldeiras, tecnologia de redução não catalítica seletiva (SNCR), evaporadores, equipamento de automatização para monitorização das emissões, precipitadores eletrostáticos, dispositivos de filtragem, depuradores, sistemas de recolha de gases, sistemas de gases não condensáveis e equipamentos de tratamento e reutilização de resíduos (prensas de lamas e de desidratação).	12. Consumo e produção responsáveis ▶ Meta 12.4 dos ODS: Até 2030, alcançar a gestão ambientalmente correta de químicos e de todos os resíduos ao longo ciclo de vida, em conformidade com os quadros internacionais acordados, e reduzir significativamente a sua libertação para o ar, água e solo, a fim de minimizar os seus impactos adversos na saúde humana e no ambiente.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Categorias Elegíveis	Projetos Elegíveis	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
Gestão sustentável, do ponto de vista ambiental, dos recursos naturais vivos e da utilização dos solos	▶ Silvicultura sustentável do ponto de vista ambiental, certificada por um sistema de certificação credível (FSC® ou PEFC). ▶ Florestação ou reflorestação, utilizando espécies de árvores nativas ou bem-adaptadas às condições do local. ▶ Colheita de madeira de florestas certificadas pelo FSC® ou PEFC (custos de mão de obra de obra e operacionais). ▶ Mudanças (produção de plantas a serem utilizadas para regeneração florestal). A Altri desenvolveu uma estratégia baseada na gestão florestal integrada da floresta, com o objetivo de maximizar o seu uso eficiente. A floresta é o principal ativo da Altri, sendo a gestão sustentável deste recurso vital. A Altri gere, através da sua participada Altri Florestal, cerca de 93 mil hectares de floresta em Portugal, totalmente certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC-C004615) e pelo Programa de Aprovação de Certificação Florestal (PEFC), dois dos mais reconhecidos mecanismos de certificação florestal no mundo. ▶ Operações silvícolas (preparação do solo, plantação, desbaste pré-comercial) no âmbito do FSC® e/ou PEFC. ▶ Fertilização com fertilizantes exclusivamente naturais, no âmbito do FSC® e PEFC e custos de mão de obra de obra associados a esta atividade. ▶ Infraestruturas para facilitar a gestão sustentável, gestão florestal sustentável, caminhos florestais, estradas naturais (que fazem parte de operações certificadas pelo FSC® e PEFC), construídas com resíduos das fábricas, areias, excluindo a utilização de betão ou outro material de origem fóssil ▶ Restauro de florestas nativas e conservação da biodiversidade, no âmbito do FSC e do PEFC. ▶ Preservação ou restauro de paisagens naturais, no âmbito do FSC® e do PEFC. ▶ Máquinas elétricas e híbridas e veículos de transporte de mercadorias, utilizados para operações florestais certificadas pelo PEFC e FSC®, e que seguem um limiar de emissão de 25 gCO₂/t-km.	15. Vida na terra ▶ Meta 15.1 dos ODS: Até 2030, assegurar a conservação, restauração e uso sustentável I dos ecossistemas terrestres e de água doce interior e dos seus serviços, em particular florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações no âmbito de acordos internacionais. ▶ Meta 15.2 dos ODS Até 2030, promover a implementação de uma gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar as florestas degradadas e aumentar substancialmente a florestação e a reflorestação a nível mundial.
Transportes limpos	▶ Veículos elétricos e híbridos para passageiros - aquisição, financiamento, locação financeira e exploração de veículos abaixo do limiar de 75 gCO₂/km ou 120,7 gCO₂/milha. ▶ Camiões de mercadorias elétricos ou híbridos que sigam um limiar de emissões de 25 gCO₂/t-km. ▶ Construção, modernização, manutenção e operação de infraestruturas dedicadas à mobilidade limpa (carregadores elétricos), excluindo parques de estacionamento.	11. Cidades e comunidades sustentáveis Comunidades Sustentáveis ▶ Meta 11.2 dos ODS: Até 2030, proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, económicos, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária, nomeadamente expansão dos transportes públicos, com especial atenção especial às necessidades das pessoas em situações vulneráveis, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.


 1
 RELATÓRIO DE GESTÃO


 2
 RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE


 3
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS


 4
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS


 5
 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA


 6
 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

2. Processo de avaliação e seleção de projetos

Os Projetos Verdes Elegíveis, tal como descritos na secção “Utilização das receitas” supra, serão considerados para a implementação dos procedimentos da Obrigação Verde e de afetação das receitas. Para garantir um processo credível de seleção de projetos, foram definidas etapas específicas para a Obrigação Verde.

Em conjunto com a aplicação dos princípios das obrigações verdes, os projetos da Altri estão sujeitos a requisitos ambientais, sociais e de governação — nomeadamente, (ESG) - Global Reporting Initiative Standards (GRI Standards); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UN SDGs); Carbon Disclosure Project (CDP) para o clima, água e florestas; e Task Force on Climate Related Disclosures (TCFD). A Direção de Sustentabilidade da Altri analisa e realiza uma pré-seleção rigorosa dos projetos de acordo com as normas aplicáveis, aprovando somente aqueles que cumprem a avaliação de risco ambiental e social e não apresentam risco de credibilidade, identificando projetos potencialmente elegíveis no contexto do quadro de obrigações verdes. Os projetos aprovados em sede de pré-seleção são enviados à Comissão Executiva, para análise preliminar.

Caso a Comissão Executiva, após a análise preliminar, conclua que o projeto preenche os requisitos necessários para se avançar com uma análise detalhada, remete o mesmo para avaliação do Comité das Obrigações Verdes (COV), que é responsável pela referida análise detalhada. O COV é composto por membros de diferentes Direções Grupo Altri, incluindo a área da Tesouraria, que trabalham em conjunto para garantir a correta alocação das receitas das obrigações.

Na sequência da análise detalhada pelo COV, e caso mereça a aprovação do COV, o projeto é novamente remetido à Comissão Executiva, para aprovação final do projeto — caso seja aprovado, são iniciados os procedimentos para o financiamento.

Descrição do processo de seleção das obrigações verdes

Descrição do processo de seleção das obrigações verdes



3. Gestão das Receitas

As receitas líquidas das obrigações verdes emitidas pela Altri serão geridas com base numa carteira. As receitas serão utilizadas para o financiamento de Projetos Verdes Elegíveis (i.e., o financiamento de projetos novos ou existentes, operações de M&A, aquisição de empresas e outras despesas relacionadas e de apoio, I&D), conforme detalhado acima na secção “Utilização das receitas”.

A equipa da Tesouraria, que faz parte da Direção de Operações Financeiras e Controlo de Crédito, garantirá a afetação das receitas líquidas seguindo um sistema de gestão interna que visa definir o destino dos fluxos de caixa,



estabelecer contas de reserva para os fundos não investidos e ajustar periodicamente as receitas líquidas. Outros investimentos e/ou projetos elegíveis adicionais serão acrescentados à carteira de projetos verdes elegíveis necessários para garantir que o produto líquido das obrigações verdes em circulação seja afeto aos Projetos Verdes Elegíveis.

Enquanto se aguarda a afetação das receitas líquidas das obrigações verdes, a Altri deterá e/ou investirá, temporariamente, o saldo das receitas líquidas ainda não afeto à carteira de Projetos Verdes Elegíveis, conforme considerar mais adequado, na sua carteira de liquidez de tesouraria (em numerário ou equivalente), ou temporariamente na sua carteira de ativos de tesouraria (em numerário ou equivalente) ou temporariamente reembolsará/comprará dívida existente.

A dívida refinanciada ou comprada não estará associada a atividades controversas e com elevada intensidade de carbono. As receitas não desembolsadas imediatamente não serão investidas em projetos não verdes, em atividades intensivas em GEE ou em atividades controversas. A Altri dará a conhecer aos investidores o tipo de colocação temporária prevista para o saldo das receitas líquidas não afetadas, que será divulgado publicamente numa base anual, sendo a afetação total das receitas das obrigações realizada num prazo máximo de 5 (cinco) anos.

4. Relatórios

De acordo com os Princípios das Obrigações Verdes, a Altri fornecerá uma atualização anual aos investidores, através do seu Relatório de Gestão Integrado (disponível no site da Altri), sobre as atividades relacionadas com a emissão de Títulos Verdes, incluindo, na medida do possível, informações sobre a alocação do uso dos recursos, bem como indicadores de impacto relevantes.

Obrigações Verdes

Em 2023, o Grupo Altri avançou com a emissão de um *green bond*, reforçando a integração dos princípios ESG na sua estratégia e demonstrando o compromisso contínuo com práticas de financiamento sustentável. Esta operação foi reforçada em 2025 com nova emissão de um novo *green bond*, demonstrando uma ação relevante no âmbito da transição para modelos de

investimento responsáveis. As emissões, ambas no montante de 50 milhões de euros, foram estruturadas em conformidade com os **Green Bond Principles** da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA), contando com uma Second Party Opinion independente que validou o alinhamento do framework da Altri com as melhores práticas internacionais.

No caso da primeira emissão (2023-2028), o objetivo principal consistiu em refinaranciar o projeto “Caima Go Green”, que consistiu na instalação de uma caldeira de biomassa florestal residual e um novo turbo gerador de 5 MW na Caima, em Constância.

A nova emissão (2025-2033), tem como objetivo financiar um conjunto diversificado de investimentos verdes, na Biotek.

Estes investimentos incidiram sobre áreas consideradas prioritárias para o sector, nomeadamente a eficiência energética, redução de emissões e circularidade de materiais.

A afetação dos fundos provenientes das emissões permitiram apoiar a evolução da Altri em direção aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**, que são estão na base do seu Compromisso 2030, nomeadamente, ODS 7 - Energia Acessível e Limpa, ODS 13 - Ação Climática.

No âmbito do framework de green bonds, os fundos foram alocados a projetos distribuídos pelas seguintes categorias elegíveis:

- ▶ Energia Renovável
- ▶ Eficiência Energética
- ▶ Prevenção e Controlo da Poluição

As iniciativas financiadas incluíram:

- ▶ modernização de processos industriais para aumento da eficiência e redução de emissões,
- ▶ desenvolvimento de produtos com menor intensidade carbónica,



- reforço da infraestrutura de produção de energia renovável a partir de biomassa florestal residual.

Com a implementação destes projetos, a Altri registou contributos ambientais relevantes, incluindo a redução de emissões de gases com efeito de estufa através da substituição de combustíveis fósseis por biomassa florestal residual.

1. Caima Go Green

Uma parte crítica da transição energética é a descarbonização, que implica reduzir ou eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis, que são uma fonte significativa de emissões de carbono, e adotar fontes de energia com baixa ou nenhuma emissão de carbono.

Com o recurso a biomassa florestal residual pretende-se garantir as necessidades de vapor da fábrica da Caima, em Constância, eliminar o consumo de gás natural (neutralidade carbónica), maximizar a geração/venda de energia elétrica e esgotar a capacidade instalada na turbina de condensação, permitindo aumentar os seus níveis de produção. Esta aposta permitirá ainda a implementação de projetos de especialidades inovadores, como a recuperação e valorização de ácido acético e furfural, recuperando das correntes processuais estes compostos verdes que poderão ser comercializados com alto valor acrescentado. Um projeto de futuro a pensar no futuro, baseado nos pilares da inovação, sustentabilidade e da melhoria contínua associados à economia circular.

A central a biomassa florestal residual foi concebida, projetada e construída com base nos conceitos e tecnologias mais modernas, tendo em vista garantir a máxima fiabilidade e economia, máxima disponibilidade, elevado grau de automatização, reduzido impacto ambiental, o cumprimento dos mais exigentes requisitos de segurança de pessoas e instalações e observância estrita dos normativos e das melhores práticas higio-sanitárias.

Do ponto de vista ambiental, o projeto cumpre integralmente as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) e os valores de emissões associados (VEA-MTD), tal como considerados nas conclusões MTD do BREF, aplicados a caldeiras que utilizam biomassa residual como combustível, para instalações com potência térmica inferior a 100 MW.

Resumo das principais características desta central

- Área de implantação: 2600 m²
- Altura da chaminé: 50 m
- Altura máxima do edifício da caldeira: 40 m
- Potência térmica: 76 MWt
- Produção de vapor: 90 t/h (25 kg/s, 90 bar, 480 °C)
- Eficiência térmica da caldeira: 88,5%
- Caudal de vapor à entrada da turbina: 48 t/h
- Potência do gerador: 4,95 MWe
- Tensão do gerador: 3,3 kV

Os resultados reforçam o papel da Altri na promoção de práticas sustentáveis no sector industrial, contribuindo simultaneamente para a transição climática e para a criação de valor ambiental e económico no longo prazo.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Alocação

As receitas foram desembolsadas e integralmente afetadas, uma vez que foram utilizadas para refinarçar (até três anos e meio) um projeto definido nas Categorias Elegíveis apresentadas, no montante total de 50 milhões de euros. A utilização relevante das receitas foi delineada para a categoria “Energia Renovável” e compreende um projeto individual, que foi submetido ao processo de avaliação e seleção de projetos da Altri, descrito na secção “Processo de avaliação e seleção de projetos”.

Categorias Elegíveis de Projetos Verdes	Investimento (milhões de euros)	Objetivos Ambientais	ODS	Uso das receitas
Energia Renovável	50	Produção de energia proveniente de resíduos	7	As receitas foram usadas no refinanciamento da aquisição e implementação de uma caldeira de biomassa florestal residual

Obrigações Verdes Caima	
Maturidade	2028
Volume de capital das obrigações	50 M€
ISIN	PTCIUAOM0002

Relatório de impacto

Com base nos dados de impacto para o projeto financiado, em 2025 reportamos os seguintes indicadores:

Categorias Elegíveis de Projetos Verdes	Indicadores de Impacto	
Energia Renovável	►	Capacidade instalada de energia renovável 76 MW
	►	Total de energia renovável produzida 44648 MWh
	►	Emissões de CO ₂ evitadas ou reduzidas 3215 t

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

2. BIOTEK/2025

A totalidade dos fundos líquidos será afeta a projetos elegíveis conforme as categorias do framework da Altri. Estas categorias replicam a lógica de elegibilidade vista em emissões comparáveis no setor industrial, com o reporte por categoria, projeto e montante alocado.

Processo de Avaliação e Seleção de Projetos

Os projetos são avaliados pela Comissão de Obrigações Verdes que assegura a conformidade com o framework, o enquadramento regulatório aplicável e as políticas internas. A seleção considera critérios de materialidade, adicionalidade ambiental e alinhamento com os ODS priorizados pela Altri. A afetação é revista periodicamente até à alocação total dos fundos.

Alocação

Os fundos provenientes da emissão são monitorizados pela área financeira, com rastreio dedicado em registos internos.

Até 31 de dezembro 2025, a Altri alocou mais de 12,8 M € aos projetos financiados por este Green Bond.

Categorias Elegíveis de Projetos Verdes	Investimento (milhões de euros)	Objetivos Ambientais	ODS	Uso das receitas
Eficiência Energética	8,9	Produção de produtos renováveis, de baixo carbono, eco-eficientes	12, 13	Novo forno de cal
Prevenção e Controlo da Poluição	3,9	Produção de produtos renováveis, de baixo carbono, eco-eficientes	12,13	Evaporação

Obrigações Verdes Biotek	
Maturidade	2033
Volume de capital das obrigações	50 M€
ISIN	PTPTTAOM0007

Relatório de Impacto

Categorias Elegíveis de Projetos Verdes	Indicadores de Impacto	2025
Eficiência Energética	▶ Consumo de energia elétrica na instalação de evaporação de licor negro (kWh/ton sólidos no licor processado)	▶ 1,068
	▶ Redução do consumo de vapor (tonelada vapor/tonelada água evaporada)	▶ 0,211
Prevenção e Controlo da Poluição	▶ Redução do uso específico de água nas campanhas de pasta solúvel (m³ água/tSA)	▶ 37,4
	▶ Redução anual de resíduos de lamas de cal produzidos (t)	▶ 4743
	▶ Redução das emissões específicas de CO ₂ fóssil/t CaO na cal viva produzida (tCO ₂ /t CaO)	▶ 0,412
	▶ Redução de Partículas (mg/Nm³ gás seco a 6%O ₂)	▶ 26,8

Verificação Externa

Second Party Opinion

A Altri contratou a Sustainalytics para fornecer uma Second Party Opinion (“SPO”) relativa ao enquadramento de ambos os projetos, “Caima Go Green” e Biotek/2025, ao abrigo do Quadro de Obrigações Verdes, avaliando a sustentabilidade do seu Quadro de Obrigações Verdes e o seu alinhamento com os Princípios dos títulos verdes. A Sustainalytics aplica uma metodologia própria alinhada com os padrões internacionais e diretrizes dos Princípios de Títulos Verdes para realizar esta avaliação. O SPO e o Green Bond Framework estão publicados e disponibilizados no site da Altri em www.altri.pt.



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

K. Relatório Sustainabilitys (Green Bonds Second Party Opinion)

Green Bond Pre-Issuance Review
Altri SGPS S.A.

SUSTAINALYTICS

Altri SGPS S.A.

Type of Engagement: Green Bond Pre-Issuance Review
Date: 8 November 2023
Engagement Team:
Sameen Ahmed, sameen.ahmed@morrisingstar.com, (+1) 415 861 0403
Aakanksha Jain, aakanksha.jain@morrisingstar.com

Introduction

In March 2022, Altri SGPS S.A. ("Altri" or the "Issuer") developed the Altri Green Bond Framework (the "Framework") under which it intends to issue a green bond (the "Obrigações Verdes Caixa 2023-28 issuance" or the "2023 green bond issuance") aimed at financing the construction of a biomass power plant to produce renewable energy for its factory in Constância, Portugal. Sustainabilitys provided a Second Party Opinion² on the Framework in April 2022.

In October 2023, Altri engaged Sustainabilitys to review the "Caixa Go Green" project (the "Nominated Project") that will be funded through the 2023 green bond issuance and provide an assessment as to whether the project would comply with the use of proceeds, project selection, and management of proceeds sections of the Framework.

Evaluation Criteria

Sustainabilitys evaluated the underlying projects that will be funded through the 2023 green bond issuance for compliance based on whether:

1. The Nominated Project is aligned with the use of proceeds eligibility criteria outlined in the Framework; and
2. The commitments to select projects, manage proceeds on allocation and impact in order to ensure that these commitments are aligned with the ones described in the Framework.

The project funded by the 2023 green bond issuance is summarized in Appendix 2.

Issuing Entity's Responsibility

Altri is responsible for providing accurate information and documentation relating to the details of the Nominated Project that has been funded, including a description of the eligible projects within each eligible category. This information was provided to Sustainabilitys to support its review. Altri is also responsible for confirming to Sustainabilitys that processes for project selection and management of proceeds for the 2023 green bond issuance will remain aligned with the commitments described in the Framework.

Independence and Quality Control

Sustainabilitys, a leading provider of ESG and corporate governance research and ratings to investors, conducted the verification of Altri's 2023 green bond issuance. The work undertaken as part of this engagement included verification of the Nominated Project and confirmation from relevant employees of Altri that the use of proceeds, processes for project selection and management of proceeds for the upcoming green bond issuance will remain aligned with the commitments described in the Framework.

Sustainabilitys has relied on the information and the facts presented by Altri with respect to the Nominated Project. Sustainabilitys is not responsible, nor shall it be held liable if any of the opinions, findings, or conclusions it has set forth herein are not correct due to incorrect or incomplete data provided by Altri.

Sustainabilitys made all efforts to ensure the highest quality and rigor during its assessment process and enlisted its Sustainability Bonds Review Committee to provide oversight over the assessment of the pre-issuance review.

Conclusion

Based on the limited assurance procedures conducted,³ nothing has come to Sustainabilitys' attention that causes us to believe that, in all material respects, Altri's 2023 green bond issuance is not aligned with the Framework.

³ Sustainabilitys limited assurance process includes reviewing the documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, estimated and realized costs of projects, and project impact, which were provided by the issuer. The issuer is responsible for providing accurate information. Sustainabilitys has not conducted on-site visits to projects.

¹ Altri, "Altri Green Bond Framework", (2022), at: <https://altri.pt/en/investors/green-bonding>

² Sustainabilitys, "Altri Green Bond Framework Second-Party Opinion", (2022), at: <https://www.sustainabilitys.com/corporate-solutions/sustainable-finance-and-lending/published-projects/projects/altri-sgps-s-a/altri-green-bond-framework/altri-green-bond-framework>

Appendix 1: Altri's Use of Proceeds Eligibility Criteria

In March 2022, Altri developed the Framework under which it may issue green bonds and use the proceeds to finance or refinance, in whole or in part, existing or future projects that meet designated eligibility criteria. The eligibility criteria applicable for the purposes of this letter is set forth below:

Project Category	Eligibility Criteria
Renewable Energy	- Production of renewable energy (solar, wind, bioenergy, biomass and waste) – Altri's feedstock for bioenergy and biomass includes residual forest biomass and black liquor (burning of wood components not suitable for pulp production). The production of feedstock does not (i) take place on land with high biodiversity and does not deplete existing terrestrial carbon stocks nor competes with food production, ii) the lifecycle emission intensity of the electricity projects will be <100 gCO₂e/kWh. - Activities covered are the development, operations, maintenance, and upgrading of facilities. No biofuel blending with fossil fuels occurs in Altri's facilities. - Consumption of renewable energy - long term (>5 years) - power purchase agreements (PPAs) for guarantees of 100% of renewable energy supplied from national grid (mainly solar, wind, and biomass). - Transmission lines/cables for energy transportation/distribution, equipment to facilitate transmission of energy, and processes related to renewable energy consumption for use in Altri's operations.

Appendix 2: Summary of Nominated Project

As of October 2023, the Nominated Project includes:

Use of Proceeds Category	Renewable Energy
Geographic Location	Constância, Portugal
Project Description	The Nominated Project includes the following: - The "Caima Go Green" project totalling EUR 50 million for the construction of a new biomass energy plant. - Caima is a biorefinery factory owned by Altri that produces cellulosic fibres for the textile industry. The new biomass energy plant will guarantee that Caima secures energy solely from renewable sources.⁴

⁴ Altri, "Caima invests €40M to become the first Iberian cellulosic fibres producer free of fossil fuels", (2022), at <https://altri.pt/en/news/news/caima-invests-40m-to-become-the-first-iberian-cellulosic-fibres-producer-free-of-fossil-fuels>

Appendix 3: Sustainalytics' Findings

Eligibility Criteria	Procedure Performed	Factual Findings	Error or Exceptions Identified
Use of Proceeds Criteria	Verification of the Nominated Project (Appendix 2) to determine if the project aligned with the use of proceeds eligibility criteria outlined in the Framework (Appendix 1).	The Nominated Project reviewed (Appendix 2) complied with the use of proceeds eligibility criteria.	None
Project Selection and Management of Proceeds Criteria	Verification of the Nominated Project to determine if the commitments under processes for project selection and management of proceeds were consistent with the Framework.	Altri has also confirmed to Sustainalytics that the processes for project selection and management of proceeds for the 2023 green bond issuance are consistent with the commitments described in the Framework.	None

Green Bond Pre-issuance Review
Altri SGPS S.A.

11/06/2023 | SUSTAINALYTICS

Disclaimer

Copyright ©2023 Sustainalytics. All rights reserved.

The information, methodologies and opinions contained or reflected herein are proprietary of Sustainalytics and/or its third party suppliers (Third Party Data), and may be made available to third parties only in the form and format disclosed by Sustainalytics, or provided that appropriate citation and acknowledgement is ensured. They are provided for informational purposes only and (1) do not constitute an endorsement of any product or project, (2) do not constitute investment advice, financial advice or a prospectus, (3) cannot be interpreted as an offer or indication to buy or sell securities, to select a project or make any kind of business transactions, (4) do not represent an assessment of the issuer's economic performance, financial obligations nor of its creditworthiness, (5) have not and cannot be incorporated into any offering disclosure.

These are based on information made available by the issuer and therefore are not warranted as to their merchantability, completeness, accuracy, up-to-dateness or fitness for a particular purpose. The information and data are provided "as is" and reflect Sustainalytics' opinion at the date of their elaboration and publication. Sustainalytics accepts no liability for damage arising from the use of the information, data or opinions contained herein, in any manner whatsoever, except where explicitly required by law. Any reference to third party names or Third Party Data is for appropriate acknowledgement of their ownership and does not constitute a sponsorship or endorsement by such owner. A list of our third-party data providers and their respective terms of use is available on our website. For more information, visit <http://www.sustainalytics.com/legal-disclaimers>.

The issuer is fully responsible for certifying and ensuring the compliance with its commitments, for their implementation and monitoring.

5

Green Bond Pre-issuance Review
Altri SGPS S.A.

11/06/2023 | SUSTAINALYTICS

About Sustainalytics, a Morningstar Company

Sustainalytics, a Morningstar Company, is a leading ESG research, ratings and data firm that supports investors around the world with the development and implementation of responsible investment strategies. For more than 30 years, the firm has been at the forefront of developing high-quality, innovative solutions to meet the evolving needs of global investors. Today, Sustainalytics works with hundreds of the world's leading asset managers and pension funds who incorporate ESG and corporate governance information and assessments into their investment processes. Sustainalytics also works with hundreds of companies and their financial intermediaries to help them consider sustainability in policies, practices and capital projects. With 17 offices globally, Sustainalytics has more than 1500 staff members, including more than 500 analysts with varied multidisciplinary expertise across more than 40 industry groups.

For more information, visit www.sustainalytics.com

Or contact us contact@sustainalytics.com



6

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

L. Relatórios de Verificação Externa (Green Bonds)



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 - Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
www.ey.com

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relatório de Obrigações Verdes

Ao Órgão de Gestão
Altri, SGPS, S.A.

Âmbito

Fomos contratados pela Altri, SGPS, S.A. ("Altri") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade conforme definido pelas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade sobre as divulgações incluídas no anexo "J. Relatório Obrigações Verdes" (o "Relatório de Obrigações Verdes") do Relatório de Gestão 2025, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2025.

Critérios aplicados

A Altri preparou o Relatório de Obrigações Verdes de acordo com a Green Bond Framework da Altri (os "Critérios").

Responsabilidades do Órgão de Gestão

O Órgão de Gestão da Altri é responsável pela seleção dos Critérios e pela preparação do Relatório de Obrigações Verdes de acordo com esses Critérios, em todos os aspetos materialmente relevantes. Esta responsabilidade inclui a implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, a manutenção de registos adequados e a elaboração de estimativas relevantes para a preparação do Relatório de Obrigações Verdes, de forma a que este esteja isento de distorções materialmente relevantes devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em examinar o Relatório de Obrigações Verdes preparado pela Altri e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade com base na evidência obtida.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - ISAE 3000 (Revista) emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) da International Federation of Accountants (IFAC) e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas Normas exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório de Obrigações Verdes está preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os Critérios.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:

- Realização de entrevistas à gestão e a outros responsáveis envolvidos na preparação do Relatório de Obrigações Verdes, com o objetivo de compreender as características dos projetos (re)financiados e como o sistema de informação se encontra estruturado;
- Indagações aos responsáveis pela preparação do Relatório de Obrigações Verdes para entender os processos de recolha, consolidação, apresentação e validação dos dados do reporte de alocação e impacto referente ao período de reporte;
- Confirmação de que a alocação do encaixe líquido dos instrumentos de financiamento sustentável no portfólio de projetos elegíveis foi realizada de acordo com os Critérios;

Sociedade Anónima - Capital Social: 1.342.000 euros - Inscrição n.º 179 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição n.º 25143480 no Conselho do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 989 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Altri, SGPS, S.A.
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o
Relatório de Obrigações Verdes
31 de dezembro de 2025

- Realização de procedimentos de revisão analítica para avaliar a razoabilidade dos dados do reporte de alocação e impacto, incluindo a informação associada aos indicadores divulgados no relatório;
- Verificação da conformidade do Relatório de Obrigações Verdes com o resultado do nosso trabalho e com os Critérios aplicados.

Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentos aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (DROC) e do International Code of Ethics for Professional Accountants (incluindo normas internacionais de independência) (Código (ESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado e evidência obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relatório de Obrigações Verdes, para o ano findo em 31 de dezembro de 2025, não tenha sido preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os Critérios.

Lisboa, 9 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC n.º 1410
Registado na CMVM com o n.º 20161020

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

M. Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 - Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
www.ey.com

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao Órgão de Gestão
Altri, SGPS, S.A.

Conclusão de garantia limitada de fiabilidade

Realizamos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado de Altri, SGPS, S.A. (o "Grupo") incluído na secção "Demonstração de Sustentabilidade" do Relatório de Gestão (o "Relato de Sustentabilidade Consolidado"), com referência a 31 de dezembro de 2025 e para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

Com base nos procedimentos realizados e na prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relato de Sustentabilidade Consolidado não está preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com:

- As Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), incluindo que o processo realizado pelo Grupo para identificar a informação relatada no Relato de Sustentabilidade Consolidado (o "Processo") está de acordo com a descrição apresentada na nota Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais da secção Informações Gerais; e
- As divulgações previstas no Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (o "Regulamento da Taxonomia"), incluídas na subsecção Taxonomia da União Europeia da secção Informação ambiental.

Bases para a conclusão

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados do que os realizados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

As nossas responsabilidades ao abrigo da norma ISAE 3000 (Revista) estão descritas mais detalhadamente na secção "Responsabilidades do auditor".

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Qualidade e Independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1 (ISQM 1), a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclua políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do International Code of Ethics for Professional Accountants (incluindo normas internacionais de independência) emitidos pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).



Altri, SGPS, S.A.
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o
Relato de Sustentabilidade Consolidado
31 de dezembro de 2025

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelo Relato de Sustentabilidade Consolidado

É da responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo conceber, implementar e manter um Processo para identificar a informação que consta do Relato de Sustentabilidade Consolidado de acordo com as ESRS e por divulgar este Processo na nota Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais da secção Informações Gerais do Relato de Sustentabilidade Consolidado. Esta responsabilidade inclui:

- A compreensão do contexto em que as atividades e as relações comerciais do Grupo ocorrem e de que forma as partes interessadas podem ser afetadas;
- A identificação dos impactos reais e potenciais (negativos e positivos) relacionados com questões de sustentabilidade, bem como os riscos e oportunidades que afetam, ou que se poderia razoavelmente esperar que afetem, a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo no curto, médio ou longo prazo;
- A avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados relacionados com matérias de sustentabilidade, através da seleção e aplicação de limites adequados; e
- A seleção e aplicação de metodologias e a definição de pressupostos que sejam razoáveis nas circunstâncias.

É ainda responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo:

- A preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com as ESRS;
- A preparação das divulgações na subsecção Taxonomia da União Europeia da secção Informação ambiental do Relato de Sustentabilidade Consolidado, em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia;
- A conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que o Órgão de Gestão determine ser necessário para permitir a elaboração do Relato de Sustentabilidade Consolidado isento de distorções materialmente relevantes, seja por fraude ou erro; e
- A seleção e aplicação de métodos adequados para a preparação do Relato de Sustentabilidade e a definição de pressupostos e estimativas sobre divulgações de sustentabilidade razoáveis nas circunstâncias.

Limitações inerentes à preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao relatar informações prospetivas de acordo com as ESRS, o Órgão de Gestão é obrigado a preparar as informações prospetivas com base em pressupostos divulgados relativos a acontecimentos que podem ocorrer no futuro e possíveis ações futuras do Grupo. Frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma prevista, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em planear e executar o trabalho de garantia de fiabilidade para obter garantia limitada sobre se o Relato de Sustentabilidade Consolidado está isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade que inclua a nossa conclusão. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base no Relato de Sustentabilidade Consolidado como um todo.

Como parte de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade realizado de acordo com a ISAE 3000 (Revista), exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL



Altri, SGPS, S.A.
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o
Relato de Sustentabilidade Consolidado
31 de dezembro de 2025

As nossas responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado, no que diz respeito ao Processo, incluem:

- ▶ Obter uma compreensão do Processo, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a eficácia do Processo, incluindo o resultado do mesmo; e
- ▶ Conceber e executar procedimentos para avaliar se o Processo é consistente com a descrição efetuada pelo Grupo do seu Processo, conforme divulgado na nota Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais da secção Informações Gerais.

As nossas outras responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado incluem:

- ▶ Obter uma compreensão do ambiente de controlo, processos e sistemas de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não para avaliar a conceção de atividades de controlo em particular, obter evidência sobre a sua implementação ou testar a sua eficácia operacional;
- ▶ Identificar as divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, seja devido a fraude ou erro; e
- ▶ Conceber e executar procedimentos dirigidos às divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado onde é provável que surjam distorções materiais. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

Resumo do trabalho realizado

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade envolve a execução de procedimentos para obter evidência sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado.

A natureza, a tempestividade e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do julgamento profissional, incluindo a identificação de divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, devido a fraude ou a erro, no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Processo:

- ▶ Obtivemos a compreensão do Processo através de:
 - realização de indagações para entender as fontes de informação usadas pelo Órgão de Gestão; e
 - revisão da documentação interna do Grupo sobre o seu Processo.
- ▶ Avaliámos se as evidências obtidas com base nos nossos procedimentos sobre o Processo implementado pelo Grupo, eram consistentes com a descrição do Processo divulgada na nota Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais da secção Informações Gerais.

Na realização do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado:

- ▶ Obtivemos uma compreensão dos processos de relato do Grupo, relevantes para a preparação do seu Relato de Sustentabilidade Consolidado através da compreensão do ambiente de controlo, processos e sistema de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não com o objetivo de expressar uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ Avaliámos se a informação material identificada no Processo está incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- ▶ Avaliámos se a estrutura e a apresentação do Relato de Sustentabilidade Consolidado estão em conformidade com as ESRS;
- ▶ Realizámos indagações ao pessoal relevante e procedimentos analíticos sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;

3/4



Altri, SGPS, S.A.
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o
Relato de Sustentabilidade Consolidado
31 de dezembro de 2025

▶ Realizámos procedimentos substantivos, numa base de amostragem, sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;

- ▶ Obtivemos evidência sobre os métodos, pressupostos e dados utilizados no desenvolvimento de estimativas materiais e em informações prospetivas e sobre como esses métodos foram aplicados;
- ▶ Obtivemos uma compreensão do processo seguido pelo Grupo para identificar atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia e as correspondentes divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Lisboa, 9 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC nº 1410
Registado na CMVM com o nº 20161020

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

4/4

N. Transações de Dirigentes

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, e de transações sobre os mesmos efetuados no decurso do exercício:

Membro do Conselho de Administração	N.º ações detidas 31-dez-2024	Aquisições	Alienações	N.º ações detidas 31-dez-2025
Ana Rebelo Carvalho Menéres de Mendonça (imputação via PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A.)	35 975 972	—	—	35 975 972
João Manuel Matos Borges de Oliveira (imputação via CADERNO AZUL, S.A.)	34 200 000	—	—	34 200 000
Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A.)	27 965 728	2 360 000	—	30 325 728
Domingos José Vieira de Matos (imputação via VIEIRA DE MATOS – VDM CAPITAL, S.A.)	25 343 400	8 712 625	—	34 056 025
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING INVESTMENTS, S.A.)	20 541 284	—	—	20 541 284
José Armindo Farinha Soares de Pina (imputação por força do seu regime de casamento)	104 631	—	—	104 631

As transações efetuadas no decurso do exercício de 2025 foram divulgadas de acordo com a legislação em vigor e o detalhe pode ser consultado na seguinte página da Internet da Sociedade: <https://altri.pt/pt/investidores/comunicados>

O. Requisitos de Divulgação nas ESRS Abrangidos pela Declaração de Sustentabilidade da Empresa

(IRO-2)

Divulgações Gerais		
DR	Descrição	Página(s)
ESRS 2: Divulgações Gerais		
BP-1	Base Geral para a elaboração da Demonstração de Sustentabilidade	83
BP-2	Divulgações em relação a circunstâncias específicas	83
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	85
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão	90
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência	91
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	93
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	94
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	104
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	108
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	116
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela Demonstração de Sustentabilidade	122
Ambiente		
DR	Descrição	Página(s)
ESRS E1: Alterações Climáticas		
E1-1	Plano de transição para as alterações climáticas	144
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	139
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com o clima	139
E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	148
E1-3	Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	150
E1-4	Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	155
E1-5	Consumo energético e combinação de energia	159
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	160
E1-8	Fixação interna do preço do carbono	162
ESRS E2: Poluição		
IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a poluição	165
E2-1	Políticas relacionadas com a poluição	166
E2-2	Ações e recursos relacionados com a poluição	170

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITÓRIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

E2-3	Metas relacionadas com a poluição	170
E2-4	Poluição do ar e da água	172
E2-5	Substâncias que suscitam preocupação	173

ESRS E3: Recursos Hídricos e Marinhos

IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos	176
E3-1	Políticas relacionadas com os recursos hídricos	177
E3-2	Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos	179
E3-3	Metas relacionadas com os recursos hídricos	185
E3-4	Consumo de água	187

ESRS E4: Biodiversidade e Ecossistemas

E4-1	Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial	195
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	190
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	190
E4-2	Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	198
E4-3	Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	203
E4-4	Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	216
E4-5	Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas	219

ESRS E5: Utilização de Recursos e Economia Circular

IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	226
E5-1	Políticas relacionadas com a utilização de recursos e a economia circular	227
E5-2	Ações e recursos relacionados com a utilização de recursos e a economia circular	230
E5-3	Metas relacionadas com a utilização de recursos e a economia circular	236
E5-4	Entradas de recursos	237
E5-5	Saídas de recursos	239

Social		
DR	Descrição	Página(s)
ESRS S1: mão de obra própria		
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	104
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	245
S1-1	Políticas relacionadas com a mão de obra própria	248
S1-2	Processos para envolver os próprios trabalhadores(as) e os representantes dos trabalhadores(as) nos impactos	252
S1-3	Processos para remediar impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores(as) manifestarem preocupações	253

S1-4	Tomada de medidas relativas aos impactos materiais na sua mão de obra própria e abordagens para atenuar os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com a mão de obra própria, bem como a eficácia dessas medidas	255
S1-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos negativos materiais, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades materiais	266
S1-6	Características dos trabalhadores da empresa	268
S1-7	Características dos trabalhadores não assalariados da empresa	270
S1-8	Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	270
S1-9	Métricas de diversidade	270
S1-10	Salários adequados	271
S1-11	Proteção social	271
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	272
S1-14	Métricas de saúde e segurança	272
S1-15	Métricas do equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	275
S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	275
S1-17	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	276

ESRS S2: Trabalhadores na Cadeia de Valor

SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	104
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	279
S2-1	Políticas relacionadas com os trabalhadores(as) da cadeia de valor	280
S2-2	Processos para envolver os trabalhadores(as) da cadeia de valor nos impactos	287
S2-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para os trabalhadores(as) da cadeia de valor manifestarem as suas preocupações	288
S2-4	Tomar medidas sobre os impactos materiais nos(as) trabalhadores(as) da cadeia de valor e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os(as) trabalhadores(as) da cadeia de valor, e eficácia dessas medidas	289
S2-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	292

ESRS S3: Comunidades Afetadas

SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	104
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	295
S3-1	Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	297
S3-2	Processos de envolvimento com as comunidades afetadas nos impactos	298
S3-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas manifestarem preocupações	299
S3-4	Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	301

S3-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	304

Governança		
DR	Descrição	Página(s)
ESRS G1 – Conduta Empresarial		
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	85
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a conduta empresarial	307
G1-1	Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	308
G1-2	Gestão das relações com os fornecedores	313
G1-3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno	313

P. Quadro de Todos os Pontos de Referência Decorrentes de Outra Legislação da EU

Na Tabela seguinte são divulgados todos os requisitos de divulgação e respetivos pontos de dados decorrentes de outra legislação da UE com indicação da página onde se encontram divulgados ao longo da Demonstração de Sustentabilidade. Em cinzento foram identificados todos os pontos de dados que foram considerados como não materiais decorrentes da análise de dupla materialidade realizada pelo Grupo Altri, ou que não foram respondidos devido à utilização de *phase-ins* detalhados na secção [Base de Elaboração](#).

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS 2 GOV-1 — Diversidade de género nos conselhos de administração n.º 21, alínea d)	Indicador n.º 13 do quadro 1 do anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 da Comissão(5), anexo II		85
ESRS 2 GOV-1 Porcentagem de membros do conselho de administração que são independentes n.º 21, alínea e)			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		85

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS 2 GOV-4 Declaração sobre o dever de diligência n.º 30	Indicador n.º 10 do quadro 3 do anexo 1				91
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com os combustíveis fósseis n.º 40, alínea d), subalínea i)	Indicador n.º 4 do quadro n.º 1 do Anexo I	Artigo 449.o-A do Regulamento (UE) 575/2013; Quadro 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão(6); Informações qualitativas sobre o risco ambiental e quadro 2: Informações qualitativas sobre o risco social	Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	-	
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com a produção de produtos químicos n.º 40, alínea d), subalínea ii)	Indicador n.º 9 do quadro 2 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	-	
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com questões controversas armas controversas n.º 40, alínea d), subalínea iii)	Indicador n.º 14 do quadro 1 do anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1818(7), artigo 12.o, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, anexo II	-	
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com o cultivo e produção de tabaco n.º 40, alínea d), subalínea iv)			Artigo 12.o, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 e anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	-	
ESRS E1-1 Plano de transição para atingir a neutralidade climática até 2050 n.º 14			Artigo 2.o, n.º 1, do Regulamento (UE) 2021/1119	144	

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS E1-1 Empresas excluídas dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris n.o 16, alínea g)		Artigo 449.o-A Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Qualidade de crédito das exposições por setor, emissões e prazo de vencimento residual	Artigo 12.o, n.o 1, alíneas d) a g), e artigo 12.o, n.o 2, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		148
ESRS E1-4 Metas de redução das emissões de GEE n.o 34	Indicador n.o 4 do quadro 2 do anexo 1	Artigo 449.o-A Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 3 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 6.o do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		155
ESRS E1-5 Consumo de energia de origem fóssil desagregadas por fontes (somente setores com grande impacto climático) n.o 38	Anexo I, quadro 1, indicador n.o 5 e anexo I, quadro 2, indicador n.o 5				159
ESRS E1-5 — Consumo de energia e matriz energética, n.o 37	Indicador n.o 5 do quadro 1 do anexo 1				159
ESRS E1-5 Intensidade energética associada a atividades em setores com elevado impacto climático n.os 10 a 43	Indicador n.o 6 do quadro 1 do anexo 1				159

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS E1-6 Emissões brutas de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE n.o 44	Anexo I, quadro 1, indicadores n.os 1 e 2	Artigo 449.o-A; Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Qualidade de crédito das exposições por setor, emissões e prazo de vencimento residual	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 5.o, n.o 1, artigo 6.o e artigo 8.o, n.o 1		160
ESRS E1-6 Intensidade das emissões brutas de GEE n.os 10 a 55	Indicador n.o 3, quadro n.o 1 do Anexo I	Artigo 449.o-A do Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 3 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 8.o, n.o 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		159
ESRS E1-7 Remoções de GEE e créditos de carbono n.o 56			Artigo 2.o, n.o 1, do Regulamento (UE) 2021/1119		-
ESRS E1-9 Exposição da carteira do índice de referência a riscos físicos relacionados com o clima n.o 66			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 e anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		-



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS E1-9 Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico, n.º 66, alínea a) ESRS E1-9 Localização de ativos significativos em risco físico material n.º 66, alínea c).		Artigo 449.o-A do Regulamento (UE) 575/2013; n.os 46 e 47 - Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão; Modelo 5: Carteira bancária — Risco físico das alterações climáticas: Exposições sujeitas a risco físico.		-	
ESRS E1-9 — Repartição do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários em termos de eficiência energética n.º 67, alínea c).		Artigo 449.o-A do Regulamento (UE) 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: n.º 34; modelo 2: carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Empréstimos garantidos por bens imóveis — Eficiência energética dos imóveis dados em garantia.		-	
ESRS E1-9 Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima n.º 69			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818	-	

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS E2-4 Quantidade de cada poluente enumerado no anexo II do Regulamento RETP (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes) emitida para o ar, a água e o solo, n.º 28	Anexo I, quadro 1, indicador n.º 8; anexo I, quadro 2, indicador n.º 2; anexo I, quadro 2, indicador n.º 1; anexo I, quadro 2, indicador n.º 3				172
ESRS E3-1 Recursos hídricos e marinhos n.º 9	Indicador n.º 7 do quadro 2 do anexo 1				177
ESRS E3-1 Política específica, n.º 13	Indicador n.º 8 do quadro 2 do anexo 1				177
ESRS E3-1 Oceanos e mares sustentáveis n.º 14	Indicador n.º 12 do quadro 2 do anexo 1			-	
ESRS E3-4 Total de água reciclada e reutilizada, n.º 28, alínea c)	Indicador n.º 6,2 do quadro 2 do anexo 1				187
ESRS E3-4 Consumo total de água em m³ por receita líquida das próprias operações n.º 29	Indicador n.º 6,1 do quadro 2 do anexo 1				187
ESRS 2- IRO 1 - E4 n.º 16, alínea a), subalínea i)	Indicador n.º 7 do quadro 1 do anexo 1				190
ESRS 2- IRO 1 - E4 n.º 16, alínea b)	Indicador n.º 10 do quadro 2 do anexo 1				190
ESRS 2- IRO 1 - E4 n.º 16, alínea c)	Indicador n.º 14 do quadro 2 do anexo 1				190
ESRS E4-2 Práticas ou políticas fundiárias/agrícolas sustentáveis n.º 24, alínea b)	Indicador n.º 11 do quadro 2 do anexo 1				198



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Requisito de divulgação e respectivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS E4-2 Práticas ou políticas oceânicas/marítimas sustentáveis n.o 24, alínea c)	Indicador n.o 12 do quadro 2 do anexo 1				-
ESRS E4-2 Políticas para combater a desflorestação, n.o 24, alínea d)	Indicador n.o 15 do quadro 2 do anexo 1				198
ESRS E5-5 Resíduos não reciclados, n.o 37, alínea d)	Indicador n.o 13 do quadro 2 do anexo 1				239
ESRS E5-5 Resíduos perigosos e resíduos radioativos, n.o 39	Indicador n.o 9 do quadro 1 do anexo 1				239
ESRS 2 — SBM3 — S1 Risco de incidentes decorrentes de trabalho forçado, n.o 14, alínea f)	Indicador n.o 13 do quadro 3 do anexo I				245
ESRS 2 — SBM3 — S1 Risco de utilização de trabalho infantil n.o 14, alínea g)	Indicador n.o 12 do quadro 3 do anexo I				245
ESRS S1-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.o 20	Anexo I, quadro 3, indicador n.o 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.o 11				248
ESRS S1-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.o 21			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		248

Requisito de divulgação e respectivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS S1-1 Processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos n.o 22	Indicador n.o 11 do quadro 3 do anexo I				248
ESRS S1-1 Política de prevenção de acidentes de trabalho ou sistema de gestão de acidentes de trabalho, n.o 23	Indicador n.o 1 do quadro 3 do anexo I				248
ESRS S1-3 Mecanismos de tratamento de reclamações/queixas, n.o 32, alínea c)	Indicador n.o 5 do quadro 3 do anexo I				253
ESRS S1-14 Número de vítimas mortais e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho, n.o 88, alíneas b) e c)	Indicador n.o 2 do quadro 3 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		272
ESRS S1-14 Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, morte ou doença n.o 88, alínea e)	Indicador n.o 3 do quadro 3 do anexo I				272
ESRS S1-16 Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas n.o 97, alínea a)	Indicador n.o 12 do quadro 1 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		275
ESRS S1-16 Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO) n.o 97, alínea b)	Indicador n.o 8 do quadro 3 do anexo I				275
ESRS S1-17 Incidentes de discriminação, n.o 103, alínea a)	Indicador n.o 7 do quadro 3 do anexo I				276



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Requisito de divulgação e respectivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS S1-17 Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.º 104, alínea a)	Indicador n.º 10 do quadro 1 e indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		276
ESRS 2 — SBM3 — S2 Risco significativo de trabalho infantil ou de trabalho forçado na cadeia de valor, n.º 11, alínea b)	Anexo I, quadro 3, indicadores n.ºs 12 e 13				279
ESRS S2-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.º 17	Anexo I, quadro 3, indicador n.º 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.º 11				280
ESRS S2-1 — Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor n.º 18	Anexo I, quadro 3, indicadores n.ºs 11 e 4				280
ESRS S2-1 Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.º 19	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		280
ESRS S2-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.º 19			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		280

Requisito de divulgação e respectivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS S2-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante n.º 36	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				289
ESRS S3-1 Compromissos em matéria de direitos humanos, n.º 16	Anexo I, quadro 3, indicador n.º 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.º 11				297
ESRS S3-1 Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE n.º 17	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		297
ESRS S3-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.º 36	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				301
ESRS S4-1 — Políticas relativas aos consumidores e utilizadores finais n.º 16	Anexo I, quadro 3, indicador n.º 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.º 11				=
ESRS S4-1 Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE n.º 17	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		=
ESRS S4-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.º 35	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				=



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Requisito de divulgação e respectivo ponto de dados	Referência do Regulamento Divulgações de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento índices de Referência	Referência do Regulamento Índices de Referência	Página (s)
ESRS G1-1 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, n.o 10, alínea b)	Indicador n.o 15 do quadro 3 do anexo 1				<u>308</u>
ESRS G1-1 Proteção de denunciante n.o 10, alínea d)	Indicador n.o 6 do quadro 3 do anexo 1				-
ESRS G1-4 Coimas por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno, n.o 24, alínea a)	Indicador n.o 17 do quadro 3 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		-
ESRS G1-4 Normas contra a corrupção e o suborno n.o 24, alínea b)	Indicador n.o 16 do quadro 3 do anexo 1				-

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Q. Glossário

ACIFF: Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz

AEBB: Associação Empresarial da Beira Baixa

AEM: Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

ALP: *Advanced Leadership Program*

ANEFA: Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

AOS: *Altri Operating System*

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

APEE: Associação Portuguesa de Ética Empresarial

ASM: Aliança Portuguesa para Promoção da Saúde Mental no Local de Trabalho

BCSD: *Business Council for Sustainable Development* (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável)

BEKP: *Bleached Eucalyptus Kraft Pulp* (fibras celulósicas branqueadas)

BHKP: *Bleached Hardwood Kraft Pulp*

Biond: Associação das bioindústrias de base florestal

BREF: *Best Available Techniques Reference Documents*

CA: Conselho de Administração

CAC: Comissão de Acompanhamento das Comunidades

CAIMACHEM: Projeto de Recuperação e Valorização de Ácido Acético e Furfural

CapEx: *Capital Expenditure* (Despesas de capital)

CASST: Comissão de Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho

CBAM: Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço

CDP: *Carbon Disclosure Project*

CE: Comissão Executiva

CELE: Comércio Europeu de Licenças de Emissão (EU ETS)

CELPA: Associação da Indústria Papeleira

CEO: *Chief Executive Officer*

CEPI: *Confederation of European Paper Industries*

CER: Conselho de Empresa Europeu

CFO: *Chief Financial Officer*

CITEVE: Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário

CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

COO: *Chief Operating Officer*

COSO: *Committee of Sponsoring Organizations*

COV: Comité das Obrigações Verdes

CQO: Carência Química de Oxigénio

CSAR: Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco

CSIP: Cartão de Segurança da Indústria Papeleira

CSRD: *Corporate Sustainability Reporting Directive*

CTB: *Climate Transition Benchmarks*



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

DEFRA: *Department for Environment, Food and Rural Affairs*

DES: *Natural Deep Eutectic Solvents*

DIA: Declaração de Impacto Ambiental

DINF: Divulgação de Informação Não Financeira

Dívida Líquida: Empréstimos Bancários (valores nominais) + Outros Empréstimos (valores nominais) - Caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros equivalentes

Dívida Líquida Total: Dívida Líquida + Passivo da Locação

DWP: *Dissolving Wood Pulp* (fibras celulósicas solúveis)

e-GAR: Guia eletrónica de Acompanhamento de Resíduos

EBIO: Estações de Biodiversidade

EBIT: Resultados antes de impostos e Resultados financeiros

EBITDA: Resultados antes de impostos, Resultados financeiros e Amortizações e depreciações

EBITDA LTM: EBITDA reportado nos últimos 12 meses

EEE: Espaço Económico Europeu

EMAS: *Eco-Management and Audit Scheme*

EPC: Equipamento de Proteção Coletiva

EPI: Equipamento de Proteção Individual

EPIS: Empresários pela Inclusão Social

ESG: *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social, Governança)

ESRS: *European Sustainability Reporting Standards*

ETARi: Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais

ETD: *Energy Taxation Directive*

EUDR: Regulamento Anti Desflorestação da União Europeia

EU ETS: *European Union Emissions Trading System*

FLAG: *Forest, Land and Agriculture*

FSB: *Financial Stability Board*

FSC®: *Forest Stewardship Council*

FSF: Fornecedores de serviços Florestais

FTE: *Full-Time Equivalent*

FUEL EU: Regulamento para a Descarbonização do Transporte Marítimo

G20: Grupo dos 20 (20 maiores economias do mundo)

GEE: Gases com efeito de estufa

GEOTA: Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

GICS: *The Global Industry Classification Standard*

GNCs: Gases Não Condensáveis

GPO: Gestão por Objetivos

GRI: *Global Reporting Initiative*

GTS: Grupo de Trabalho de Sustentabilidade

HAP: *Hazardous Air Pollutants* (Poluentes Gasosos Perigosos)

HVCA: *High Voltage Cable Accessories*

I&D: Investigação e Desenvolvimento



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

I&D&I: Investigação, desenvolvimento e inovação

I&E: Impressão e Escrita

IA: Inteligência Artificial

ICD: Indicadores-chave de desempenho

ICNF: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IEA: International Energy Agency

IEFC: *Institut Européen de la Forêt Cultivée*

IFRS-UE: *International Financial Reporting Standards*

IF: Índice de Frequência

IG: Índice de Gravidade

IMF: Informação de Mercados Financeiros

Investimento líquido total: Pagamentos no período relativos a aquisições de ativos fixos tangíveis

IPCC: *Intergovernmental Panel on Climate Change* (Painel Intergovernamental da ONU para as Alterações Climáticas)

IPCG: Instituto Português de *Corporate Governance*

IROs: Impactos, Riscos e Oportunidades

ISO: *International Organization for Standardization*

IT: *Information Technology*

IUCN: *International Union for Conservation of Nature*

IUFRO: *International Union of Forest Research Organizations*

KPI: *Key Performance Indicators* (Indicadores-chave de desempenho)

LCA: *Lyfe Cycle Assessment*

LEAP: Localizar, Estimar, Avaliar e Preparar; Abordagem para identificar e avaliar assuntos relacionados com a natureza, alinhada com o TCFD

LED: Diodo Emissor de Luz

LEED: Certificação *Leadership in Energy and Environmental Design*

LPN: Liga para a Proteção da Natureza

M&A: *Mergers and acquisitions*

Margem EBIT: EBIT / Receitas totais

Margem EBITDA: EBITDA / Receitas totais

MONTIS: Associação para a Gestão e Conservação da Natureza

MTD: Melhores Técnicas Disponíveis, *Best Available Techniques*

NDRs: *Non-Deal Roadshows*

NERSANT: Associação Empresarial da Região de Santarém

NGFS: *The Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System*

NIR: *National Inventory Report*

NPS: Não Prejudicam Significativamente

NZE: Cenário de emissões *Net Zero* até 2050

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONGs: Organizações Não-Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

OpEx: *Operating Expenses* (Despesas operacionais)

OT: *Operational Technology*

PA: Paragem Anual

PAB: *EU Paris-Aligned Benchmarks*

PDCA: Planear, Executar, Verificar, Atuar

PED: Procura Líquida de Energia Primária

PEFC: *Programme for the Endorsement of Forest Certification*

PGB: Programas de Gestão de Biodiversidade

PGF: Plano de Gestão Florestal

PIB: Produto Interno Bruto

PIX: Índice de Preços de Pasta

PME: Pequena e média empresa

Política de BC&FT: Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

POPs: Poluentes Orgânicos Persistentes

PPI: Plataforma Portuguesa para a Integridade

PPPC: *Pulp and Paper Products Council*

PQSE: Portal de Qualificação de Serviços Externos

PRR: Plano de Recuperação e Resiliência

PRTR: *Pollutant Release and Transfer Register*

PSI: *Portuguese Stock Index*

RAA: Relatório Ambiental Anual

Receitas totais: Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

REDIII: Diretiva Europeia das Energias Renováveis

Regulamento CLP: Regulamento relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas

Regulamento REACH: Regulamento Produtos Químicos

Resultados financeiros: Resultados relativos a investimentos, Gastos financeiros e Rendimentos financeiros

RETP: Registo Europeu das Emissões de Transferências

RGPC: Regime Geral da Prevenção da Corrupção

RIPAR: Registo da Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos

RN2000: Rede Natura 2000

RNAP: Rede Nacional de Áreas Protegidas

SASB: *Sustainability Accounting Standards Board*

SBP: *Sustainable Biomass Program*

SBTi: *Science-Based Targets Initiative*

SCE: Conselho de Empresa da Societas Cooperativa Europaea

SDG: *Sustainable Development Goals*

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

SE: Conselho de Empresa da Societas Europaea

Sedex: *Supplier Ethical Data Exchange*

SEED: *Strengthening Excellence, Empowering Development*

SEVESO: Regime de Prevenção de Acidentes Graves

SICORTE: Sistema de Informação do Corte de Árvores

SMART: *Specific, Measurable, Achievable, Realistic, Timed*

SMETA: *Sedex Members Ethical Trade Audit*

SNCR: *Selective Non Catalytic Reduction* (Redução não catalítica seletiva)

SO: Saúde Ocupacional

SOGs: *Stripper Off Gases*

SPEA: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

SPO: *Second Party Opinion*

SSM: Salvaguardas Sociais Mínimas

SST: Segurança e Saúde no Trabalho

STEP: Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa

SVHC: Substances of Very High Concern (Substâncias que Suscitam uma Elevada Preocupação)

TAGIS: Centro de Conservação das Borboletas de Portugal

TAPPI: *Technical Association of the Pulp and Paper Industry*

TCFD: *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*

TECNICELPA: Associação Portuguesa dos Técnicos das Indústrias de Celulose e Papel

TNTs: Tecidos Não Tecidos

TRACES: Sistema Europeu *Trade Control and Expert System*

tSA: Tonelada seca ao ar

UE: União Europeia

UN: *United Nations* (Nações Unidas)

UNGC: *United Nations Global Compact* (Pacto Global das Nações Unidas)

UNGP: Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos

UPAC: Unidade de Produção para Autoconsumo

VANT: Veículo Aéreo Não Tripulado

VEA-MTD: Valores de Emissão Associados às Melhores Técnicas Disponíveis

VLE: Valores Limite de Emissão

VOCs: *Volatile Organic Compounds* (Compostos Orgânicos Voláteis)

WRAF: *Water Resilience Assessment Framework*

WRI: *World Resources Institute*

WWF: *World Wild Fund*

ZEC: Zonas Especiais de Conservação

ZPE: Zonas de Proteção Especial



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

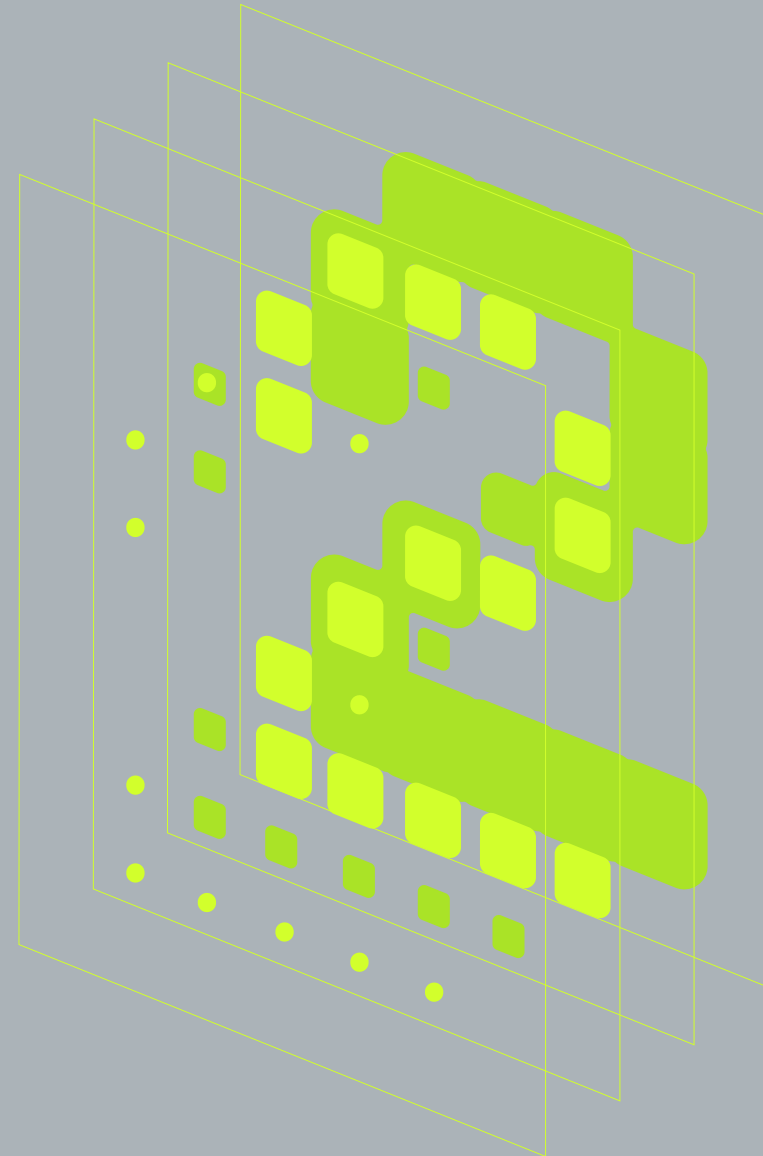


CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Relatório de Governo da Sociedade



Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

- A. Estrutura Acionista
- B. Órgãos Sociais e Comissões
- C. Organização Interna
- D. Remunerações
- E. Transações com Partes Relacionadas

399

Parte II - Avaliação do Governo Societário

- 1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado
- 2. Análise de Cumprimento do Código de Governo das Sociedades Adotado
- 3. Outras Informações

449

Anexo I

463

GOVERNO DA SOCIEDADE

Estimados Acionistas, Stakeholders e Sociedade em geral,

Através do presente documento, a Altri, SGPS, S.A. (“**Altri**” ou “**Sociedade**”) apresenta o Relatório de Governo da Sociedade (“**Relatório**”) que reflete a atividade de *governance* desenvolvida no exercício de 2025.

O modelo de Relatório que se apresenta continua a ser o que consta do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (**CMVM**) número 4/2013, e a informação dele constante cumpre todas as exigências legais aplicáveis, incluindo o disposto no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários (CVM), e, em observância do disposto no número 8 do artigo 26-G do mesmo diploma legal, integra o Relatório de Remunerações.

Em matéria recomendatória, a Altri submete-se ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades do *Instituto Português de Corporate Governance* (IPCG) de 2018, revisto em 2023 (**Código de Governo das Sociedades do IPCG**).

A Altri continua convicta de que o modelo de *governance* adotado pela organização só é eficaz se promover e potenciar o dinamismo e a proatividade dos órgãos sociais e das comissões, se permitir estabelecer uma boa articulação e interação entre eles, de modo a que possam criar, desenvolver e inovar, tornando a organização capaz de dar resposta às crescentes demandas do mundo global.

A cultura de melhoria contínua promovida no seio da organização, leva a que as equipas e as pessoas que as integram sejam desafiadas a ir para além do necessário, questionando padrões estabelecidos e propondo, com entusiasmo, soluções inovadoras e diferenciadoras.

Potencia-se uma visão integrada da organização, das suas exigências nas mais diversas áreas e do cumprimento transversal dos compromissos assumidos, numa busca incessante pela criação de valor.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da Altri, SGPS, S.A. (daqui em diante abreviadamente designada por “Sociedade” ou “Altri”) é de € 25.641.459,00, integralmente subscrito e realizado e é composto por 205.131.672 ações, ordinárias sendo, por isso, iguais os direitos e deveres inerentes a todas as ações, escriturais e nominativas, cada uma com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro.

A distribuição do capital e respetivos direitos de voto pelos acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se espelhada em detalhe no ponto II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon, gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A., integrando o seu principal índice, o PSI.

2. Restrições à transmissibilidade das ações e à titularidade de ações

Os Estatutos da Sociedade não incluem qualquer restrição quanto à transmissibilidade ou titularidade das ações e não existem acionistas titulares de direitos especiais. Assim, as ações da Altri são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

3. Ações próprias

A Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2025.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos

Não existem acordos significativos celebrados pela Altri que incluam quaisquer cláusulas de mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição), isto é, que entrem em vigor, sejam alteradas, determinem pagamentos, assunção de encargos ou cessem nessas circunstâncias ou em caso de mudança da composição do órgão de administração, assim como não existem quaisquer condições específicas que limitem o exercício de direitos de voto pelos acionistas da Sociedade, suscetíveis de interferir no êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

Alguns contratos de financiamento das subsidiárias da Altri contêm as normais cláusulas tipo de reembolso antecipado em caso de alteração de controlo acionista das respetivas subsidiárias.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

A Altri não adotou quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

7. Participações qualificadas

Em 31 de dezembro de 2025, e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16.º, 20.º e 29.º-R do CVM, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33%, 50%, 66% e 90% dos direitos de voto, são como segue:

1 Thing, Investments, S.A.	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Diretamente ^(a)	20 541 284	10,01%
Total imputável	20 541 284	10,01%

(a) - as 20.541.284 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S. A., cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

Paulo Jorge dos Santos Fernandes	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	30 325 728	14,78%
Total imputável	30 325 728	14,78%

Domingos José Vieira de Matos	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Vieira de Matos - VDM Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	34 056 025	16,60%
Total imputável	34 056 025	16,60%

João Manuel Matos Borges de Oliveira	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Caderno Azul, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	34 200 000	16,67%
Total imputável	34 200 000	16,67%

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	Nº ações detidas em 31-dez-2025	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Promendo Investimentos, S.A. (da qual é acionista dominante e administradora)	35 975 972	17,54%
Total imputável	35 975 972	17,54%

Esta matéria encontra-se igualmente tratada no Relatório de Gestão.

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em <https://altri.pt/pt/investidores/informacao-acionista>

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de Grupo com a Sociedade, diretamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao Relatório de Gestão nos termos exigidos pelo artigo 447.º do CSC e pelo artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014.

9. Poderes do Conselho de Administração relativos a aumentos do capital

O Conselho de Administração não dispõe de quaisquer poderes especiais, tendo as competências e poderes que lhe são conferidos pelo CSC e pelos Estatutos da Sociedade.

Note-se que o artigo 4.º dos Estatutos da Sociedade, na redação que lhe foi dada por deliberação tomada a 30 de abril de 2021, atribui ao Conselho de Administração a possibilidade de deliberar o aumento do capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite de 35 milhões de Euros, estabelecendo nessa deliberação as condições de subscrição e as categorias de ações a emitir, de entre as existentes.

Esta disposição estatutária, nos termos da parte final da alínea b) do n.º 2 do artigo 456.º do CSC, vigorará pelo prazo de cinco anos, pelo que a 30 de abril de 2026 cessará a sua vigência e, se não for renovada por nova deliberação da Assembleia Geral, tal competência passará, desde então, a residir, exclusivamente, na Assembleia Geral.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial a referir que tenham sido estabelecidas, diretamente, entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade e que a esta tenham sido notificadas.



A informação sobre os negócios entre a Sociedade e as partes relacionadas pode ser consultada na nota 30 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 21 do Anexo às Contas Separadas da Sociedade referentes a transações com partes relacionadas.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A mesa da Assembleia Geral da Altri é constituída, em observância do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da Sociedade e do artigo 374.º do CSC, por um presidente e por um secretário eleitos em Assembleia Geral pelos acionistas da Sociedade, para cada mandato correspondente a três anos, coincidente com o mandato do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A 31 de dezembro de 2025, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, a exercer funções pelo terceiro mandato consecutivo:

Presidente: Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão

Secretária: Maria Conceição Henriques Fernandes Cabaços

O mandato em curso teve o seu início em 2023 e terá o seu termo em 2025.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Na Altri não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto.

O capital social da Sociedade é integralmente representado por uma única categoria de ações, correspondendo a cada ação um voto, não existindo, assim, limitações ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por qualquer acionista.

A Sociedade não emitiu ações preferenciais sem direito a voto, nem qualquer tipo de ações com direito especial ao voto plural.

A participação dos acionistas em Assembleia Geral depende da comprovação da qualidade de acionista por referência à “Data do Registo” nos termos legais aplicáveis e definidos no Aviso Convocatório, não estabelecendo a Sociedade qualquer exigência adicional face às exigências impostas por lei.

Importa ainda referir que, em linha com o disposto no número 2 do artigo 23.º-C do CVM, o exercício dos direitos de participação e votação em Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

Os acionistas individuais e as pessoas coletivas poderão fazer-se representar por quem designarem para o efeito mediante documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta entregue na sede social até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.

Um acionista pode ainda, nos termos legais aplicáveis, designar diferentes representantes em relação às ações de que seja titular em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso legalmente prevista para os acionistas a título profissional.

Os acionistas da Sociedade podem votar por correspondência em relação a todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, por declaração escrita, com a identificação do acionista, sendo a mesma realizada, quando pessoa singular, pelo envio de cópia certificada do respetivo cartão de cidadão, o que é solicitado em observância do número 2 do artigo 5.º da Lei 7/2007, de 5 de fevereiro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 61/2021, de 19 de agosto, e, quando pessoa coletiva, pela assinatura devidamente reconhecida, nos termos legais aplicáveis.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com os Estatutos da Sociedade:

- ▶ Sem prejuízo da prova da qualidade de acionista em observância dos termos e dos prazos previstos na lei, só serão admitidos os votos por correspondência enviados por correio registado para a sede da Sociedade, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e recebidos por este até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral;
- ▶ A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das ações ou por quem, legalmente, o represente, devendo o acionista, caso seja pessoa singular, acompanhar a declaração de voto de cópia certificada do seu documento de identificação e, caso seja pessoa coletiva, ser a sua assinatura reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- ▶ As declarações de voto deverão (i) indicar o ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita, (ii) indicar a proposta concreta a que se destina, com indicação dos proponentes, bem como (iii) conter a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta;
- ▶ Os votos emitidos por correspondência contam para a verificação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, sendo o resultado da votação por correspondência relativamente a cada ponto da ordem de trabalhos divulgado no ponto a que disser respeito;
- ▶ Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso da presença, na Assembleia Geral, do acionista que o emitiu ou de representante por ele designado;
- ▶ Caso as declarações de voto omitam o sentido de voto em relação a propostas apresentadas anteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos, considerar-se-á que esse acionista se abstém relativamente a essas propostas;
- ▶ Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

- ▶ Cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Sem prejuízo de monitorizar em permanência a adequação do seu modelo e de dar resposta imediata a qualquer solicitação que lhe seja dirigida em sentido diverso, a Altri tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade não implementou os mecanismos necessários ao exercício do direito de voto por via eletrónica, nem à participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos. Estas modalidades de voto e de participação nunca foram solicitadas à Sociedade por qualquer Acionista, pelo que se considera que a ausência de tais formas de votação e de participação não consubstanciam qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto e de participação em Assembleia Geral.

De referir, ainda, que a Sociedade divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por lei, a convocatória das Assembleias Gerais, que contém informação sobre a forma de habilitação dos acionistas para participação e exercício do direito de voto, bem como sobre procedimentos a adotar para o exercício do voto por correspondência ou para designação de representante.

A Sociedade divulga ainda, nos termos legais aplicáveis, as propostas de deliberação, as informações preparatórias exigidas por lei, as minutas de carta de representação e de boletins de voto para o exercício do voto por correspondência, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Neste contexto, a Sociedade está convicta de que o modelo vigente promove e incentiva, nos termos amplamente descritos neste Relatório, a participação dos Acionistas em Assembleia Geral.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único acionista ou Grupo de acionistas.

14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

De acordo com os Estatutos da Sociedade, as deliberações sociais são tomadas por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social representado na assembleia, exceto quando seja exigida por lei uma diferente maioria.

Numa segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral é exigido na Altri em conformidade com o disposto no CSC.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado



A Altri adota o modelo de governo que contempla um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 278.º do CSC e de um Revisor Oficial de Contas, em observância do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 413.º do CSC, por remissão do número 3 do já mencionado artigo 278.º.

O Conselho de Administração é, assim, o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do objeto social, determinando a sua orientação estratégica, sem prejuízo do acompanhamento e avaliação da gestão pelo Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências.

A Sociedade monitoriza em permanência a adequação do modelo adotado, o qual se tem revelado perfeitamente adequado e base essencial à boa performance do Grupo, garantindo um adequado fluxo de informação entre os vários órgãos da sociedade.

O Grupo Altri tem incorporada uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, com destaque para a diversidade de género.

Tendo em consideração que as atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo são atividades industriais e de gestão florestal onde há uma predominância histórica do género masculino, na Altri há cada vez mais mulheres em cargos de liderança.

A Altri valoriza as pessoas e reconhece-lhes o mérito pela excelência do seu desempenho, promovendo a igualdade de oportunidades e a não discriminação.

Os membros que integram o Conselho de Administração e que se encontram em exercício de funções têm revelado serem titulares das características individuais (nomeadamente competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência) para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas, de uma forma alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, desde logo pela sua senioridade e experiência.

A Sociedade, através da Comissão de Corporate Governance, avalia periodicamente a adequação do modelo vigente à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade. O Conselho de Administração, por sua vez, coadjuvado pelos diversos órgãos e comissões da Sociedade, promove a melhoria contínua dos seus procedimentos, aprovando

regulamentos e políticas, atuais e capazes de dar resposta aos desafios crescentes da sociedade atual.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração

A eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração da Sociedade cabe aos Acionistas, por deliberação tomada em Assembleia Geral. Os membros são eleitos para mandatos correspondentes a períodos de três anos, podendo a sua reeleição ser deliberada por uma ou mais vezes. O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de quinze membros, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, a qual poderá, desde logo, designar o respetivo Presidente.

O posicionamento de mercado que o Grupo tem vindo a conquistar e os resultados apresentados ao público ao longo dos anos, em particular em anos exigentes e desafiantes como o ano de 2025, comprovam, uma vez mais, que a equipa de gestão da Sociedade tem realizado as suas funções com um elevado nível de *expertise*, rigor e competência.

Ainda em matéria de eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração, importa referir a regra estatutária constante do artigo 15.º dos Estatutos, nos termos da qual na Assembleia Geral eleitoral um administrador poderá ser eleito, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. Havendo propostas nesse sentido, a eleição será efetuada isoladamente antes da eleição dos demais administradores. Cada uma das listas referidas anteriormente deverá propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher. Nenhum acionista poderá subscrever mais do que uma das referidas listas e se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas. Estas regras só serão aplicáveis se, em alguma circunstância, a Sociedade vier a ser considerada de subscrição pública, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada.

17. Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração composto atualmente por quinze membros, é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, cabendo a este órgão a determinação da orientação estratégica da Altri, pelo que, na execução das suas atribuições, o Conselho de Administração atua sempre da forma que considera que melhor defende os interesses da Sociedade, com o foco na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais stakeholders.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 31 de dezembro de 2025 este órgão era composto pelos seguintes elementos:

- ▶ Alberto João Coraceiro de Castro – Presidente
- ▶ Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Vice-presidente
- ▶ João Manuel Matos Borges de Oliveira – Vice-presidente
- ▶ José Armindo Farinha Soares de Pina – Vogal
- ▶ Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva – Vogal
- ▶ Vítor Miguel Martins Jorge da Silva – Vogal
- ▶ Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira - Vogal
- ▶ João Carlos Ribeiro Pereira - Vogal
- ▶ Sofia Isabel Henriques Reis Jorge - Vogal
- ▶ Domingos José Vieira de Matos – Vogal
- ▶ Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira – Vogal
- ▶ Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça – Vogal
- ▶ Laurentina da Silva Martins - Vogal
- ▶ Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira – Vogal
- ▶ Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves – Vogal

Todos os membros do Conselho de Administração foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 28 de abril de 2023 para o triénio 2023/2025.

NOME	PRIMEIRA NOMEAÇÃO	DATA DE TERMO DO MANDATO
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	março de 2005	31 de dezembro de 2025
João Manuel Matos Borges de Oliveira	março de 2005	31 de dezembro de 2025
Domingos José Vieira de Matos	março de 2005	31 de dezembro de 2025
Laurentina da Silva Martins	março de 2009	31 de dezembro de 2025
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	abril de 2014	31 de dezembro de 2025
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	abril de 2014	31 de dezembro de 2025
Alberto João Coraceiro de Castro	abril de 2020	31 de dezembro de 2025
Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira	abril de 2020	31 de dezembro de 2025
Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves	abril de 2020	31 de dezembro de 2025
José Armindo Farinha Soares de Pina	abril de 2020	31 de dezembro de 2025
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	abril de 2020	31 de dezembro de 2025
Vítor Miguel Martins Jorge da Silva	abril de 2022	31 de dezembro de 2025
Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	abril de 2023	31 de dezembro de 2025
João Carlos Ribeiro Pereira	abril de 2023	31 de dezembro de 2025
Sofia Isabel Henriques Reis Jorge	abril de 2023	31 de dezembro de 2025

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração, composto por quinze membros, incluía seis membros executivos: José Armindo Farinha Soares de Pina (Presidente), Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva (Vice-Presidente), Vítor Miguel Martins Jorge da Silva, Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira, João Carlos Ribeiro Pereira e Sofia Isabel Henriques Reis Jorge (Vogais).

O Conselho de Administração incluía ainda três membros independentes: Prof. Alberto João Coraceiro de Castro, Dra. Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira e Dra. Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves.

A Altri considera verificados, em relação a estes três Administradores, os critérios de independência previstos no ponto 18.1. do Anexo ao Regulamento da CMVM número 4/2013, o que classifica estes administradores como administradores independentes, e os critérios de independência ínsitos na recomendação IV.2.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Os demais administradores, Paulo Jorge dos Santos Fernandes, João Manuel Matos Borges de Oliveira, Domingos José Vieira de Matos, Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira, Ana Rebelo Carvalho Menéres de Mendonça e Laurentina da Silva Martins são administradores não executivos, não independentes.

No ano de 2025, seis membros do Conselho de Administração exerciam funções executivas e integravam a Comissão Executiva da Sociedade, designada pelo Conselho de Administração, órgão que elaborou e aprovou o Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva com a consequente delegação de poderes.

O número de administradores executivos, ao longo do ano de 2025, correspondeu a 40% dos membros do Conselho de Administração, sendo este número, quando comparado com o número total de membros que integram o órgão, adequado e equilibrado face à natureza e dimensão da Sociedade.

Esta conclusão resulta, em particular, da ponderação da experiência, percurso, perfil e conhecimento dos administradores executivos, bem como dos poderes que foram delegados pelo Conselho de Administração, incluindo as competências específicas de cada um dos administradores executivos, considerando-se que este número de membros, à luz dos riscos e exigências inerentes à sua atividade, é suficiente para assegurar uma gestão eficaz, eficiente e prudente da Sociedade.

A atividade dos administradores executivos é desenvolvida em articulação com o trabalho dos demais membros que integram o Conselho de Administração da Altri (ou seja, os administradores não executivos), os quais, também considerando o seu perfil pessoal, o percurso e a experiência profissional, são em número suficiente, adequado e equilibrado à natureza e dimensão da Sociedade.

Na verdade, a Altri considera que o número de administradores não executivos permite garantir um acompanhamento efetivo, bem como uma verdadeira supervisão e fiscalização, da atividade desenvolvida pelos executivos, sobretudo tendo em conta que a Sociedade desenvolveu mecanismos tendentes a permitir aos administradores não executivos tomadas de decisão independentes e informadas, nomeadamente através de:

- Disponibilidade dos administradores executivos para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade;
- Envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- Disponibilização permanente dos livros da Sociedade e subsidiárias, nomeadamente, dos livros de atas, livros de registo de ações, contratos e demais documentação de suporte às operações realizadas pela Sociedade ou pelas subsidiárias, para examinação, bem como,

disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das várias empresas que integram o Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

O relatório de gestão inclui, nos anexos, “Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração”, uma descrição da atividade desenvolvida pelos mesmos durante o exercício de 2025.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

A informação curricular dos membros que integram o Conselho de Administração é apresentada no anexo I do Relatório de Governo.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Em 31 de dezembro de 2025:

O Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante da sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., sociedade detentora de 14,78% do capital da Altri.

O Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante da CADERNO AZUL, S.A., sociedade detentora de uma participação de 16,67% do capital da Altri e é irmão do administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

O administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira é Presidente do Conselho de Administração da sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 10,01% do capital da Altri e é irmão do administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira.

O administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante da VIEIRA DE MATOS - VDM CAPITAL, S.A., sociedade detentora de uma participação de 16,60% do capital da Altri.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante da sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 17,54% do capital da Altri.

Na Altri existe uma política de prevenção de situações de conflito de interesses, política essa que se encontra consagrada no Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 5 de junho de 2023 para vigorar no mandato 2023/2025, tendo obtido o respetivo parecer prévio favorável do Conselho Fiscal da Sociedade. Existe, adicionalmente, um Código de Ética, que é também de aplicação transversal a todos os níveis da organização, incluindo aos membros dos órgãos sociais.

De acordo com o Código de Ética, um dos valores da Altri é a integridade. Ser íntegro implica correção total na relação com os outros e com a empresa, pressupondo lealdade e transparência nos comportamentos. A Altri confia na integridade de todos os seus Colaboradores. Deste modo, não permite que existam situações de conflito de interesses entre qualquer Colaborador ou Parceiro e a Altri.

Existirá um conflito de interesses quando (i) o interesse particular do Colaborador ou do Parceiro interfere, ou parece que interfere, por qualquer forma, com os interesses da empresa como um todo e/ou (ii) um Colaborador ou um Parceiro, ou membros próximos da sua família ou amigos, recebem um benefício pessoal impróprio em resultado da posição que esse Colaborador ou Parceiro ocupa na empresa.

Quando confrontados com uma potencial situação de conflito de interesses, os Colaboradores ou os Parceiros deverão:

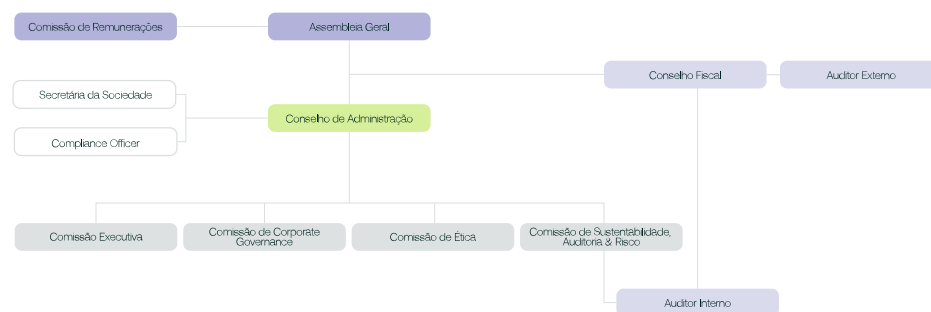
- informar os supervisores diretos, por escrito, sobre o conflito de interesses em que estão ou poderão estar envolvidos, antes de empreender qualquer operação ou concluir o negócio em causa;
- abster-se de (i) intervir ou influenciar, direta ou indiretamente, a tomada de decisões que poderão afetar as entidades com as quais possa haver conflito de interesses, e (ii) participar em reuniões em que

tais decisões são discutidas ou se avaliem informações confidenciais que afetem tal conflito.

O Colaborador ou o Parceiro deve abster-se de agir, em todos os momentos, em função das suas próprias motivações, não dando prioridade aos seus próprios interesses ou de terceiros, sempre que tal possa pôr em causa interesses da Altri.

21. Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade

Órgãos Sociais e Comissões



De acordo com a estrutura atual de Governo da Altri, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, e é o órgão ao qual cabe determinar a orientação estratégica do Grupo, norteando a sua atuação sempre da forma que considerar que melhor defende os interesses da Sociedade, na criação permanente de valor para a sociedade, para os seus acionistas e demais stakeholders. O Conselho de Administração é constituído atualmente por quinze membros, eleitos em Assembleia Geral, dos quais um presidente, dois vice-presidentes e doze vogais, sendo nove dos membros não executivos.

As Comissões especializadas existentes no seio do Conselho de Administração trabalham as matérias que lhes estão cometidas com rigor e profundidade, estabelecendo, sempre que necessário, contactos diretos com as equipas operacionais, e preparam previamente a informação que é levada

a Conselho de Administração, de modo a que os debates, nesta sede, permitam alcançar deliberações conscientes e esclarecidas.

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, estabelece uma interação permanente com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas, colaborando, assim, com o órgão de fiscalização de forma regular, transparente e rigorosa, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

Não existe limitação ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, pelo que os membros que integram a Comissão Executiva da Sociedade integram, na maioria dos casos, os órgãos de administração das subsidiárias do Grupo, assegurando um acompanhamento próximo e permanente das respetivas atividades.

O Conselho de Administração da Altri incentiva todas as direções e áreas operacionais a criar equipas multidisciplinares, com vista ao desenvolvimento de projetos de relevo no Grupo, multidisciplinaridade essa que permite assegurar a identificação de questões e a análise das formas de resolução das mesmas sob as diferentes perspetivas, garantindo-se uma visão mais transversal sobre os temas em análise. A Altri acredita que o estabelecimento de canais de comunicação ágeis e eficazes entre as direções da Sociedade, entre estas e as áreas operacionais e de todas estas com os conselhos de administração de cada subsidiária e da própria Sociedade é a forma de melhor executar os projetos, identificar os riscos associados, desenvolver os mecanismos necessários à sua mitigação, numa perspetiva verdadeiramente abrangente e analisada sob diversos pontos de vista.

A Altri está convicta de que um fluxo de informação eficaz dentro da organização é a única forma que permite assegurar um adequado fluxo de informação das equipas multidisciplinares com os órgãos sociais e, consequentemente, destes em relação aos acionistas, aos investidores, aos demais stakeholders, analistas financeiros e ao mercado em geral.

Em observância desta política do Grupo, que está perfeitamente alinhada com a recomendação II.1.1. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, e em cumprimento das normas legais aplicáveis, a Altri assegura a divulgação, rigorosa e tempestiva, de informação ao mercado, através do Sistema de

Difusão de Informação (SDI) da CMVM, garantindo o acesso à informação, por parte dos seus acionistas, demais stakeholders e do mercado em geral, no mesmo momento temporal e com o mesmo nível de detalhe.

Em linha com o que se acaba de expor, a Altri apresenta de seguida as Comissões e/ou departamentos da Sociedade e respetivas competências e atribuições:

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é responsável pela gestão corrente da Sociedade, nos termos estabelecidos na respetiva delegação de poderes, que observa os limites previstos no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

A Comissão Executiva desenvolve a sua atividade de acordo com os interesses da Sociedade e tendo presente os valores, princípios e estratégias definidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva presta regularmente e sempre de forma adequada e atempada, as informações relativas à gestão da Sociedade e das sociedades suas dominadas ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Comissão de Corporate Governance

A Comissão de Corporate Governance foi constituída em setembro de 2024 pelo Conselho de Administração, de acordo com as recomendações do IPCG, dando assim palco a um fórum de debate e reflexão sobre o modelo de Governance da Sociedade.

Esta competência estava incluída na Comissão de Acompanhamento Estratégico, Operacional & Governance, entretanto dissolvida na mesma data. Constatou-se que pela forma como estava constituída (integrada pelo CEO e pelos cinco administradores titulares de participações qualificadas) fazia um acompanhamento da atividade da Sociedade que já é feito, com mais detalhe e profundidade, pelo Conselho de Administração.

Assim, dado haver uma redundância nos temas abordados nessa comissão com os temas abordados no Conselho de Administração e com a consequente duplicação de tempo despendido, sem que daí decorressem vantagens



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

significativas, deliberou o Conselho de Administração dissolver a mesma, dado que a Comissão esgotou assim a sua utilidade.

A atual Comissão de Corporate Governance tem como missão, nomeadamente, apreciar e avaliar o modelo de governo societário, incluindo a apresentação de propostas de revisão, avaliar e fiscalizar as práticas de governo da Sociedade e avaliar o nível de cumprimento pela Sociedade das normas legais e regulamentares, bem como das recomendações e orientações emitidas pelas autoridades competentes, relativas ao governo societário.

Em 2025 a Comissão de Corporate Governance refletiu, mais uma vez, sobre o modelo de governance em sentido amplo (que inclui as comissões criadas pelo Conselho de Administração em Maio de 2023, após a eleição dos órgãos para o mandato 2023/2025 pela Assembleia Geral), tendo reforçado as seguintes conclusões:

- ▶ O modelo de Governance da Altri, que está em vigor no corrente mandato 2023/2025, é um modelo que tem vindo a refletir o caminho crescente da Altri no fortalecimento da sua estrutura, e que foi desenhado de forma a espelhar o compromisso dos órgãos sociais com uma estrutura desenvolvida à imagem e dimensão do grupo;
- ▶ A Comissão de Corporate Governance fez sublinhar, na sua análise, que avalia de forma muito positiva os passos subsequentes que os órgãos sociais foram dando numa permanente preocupação de fortalecer e incrementar mais ainda a criação de comissões especializadas, bem como a adoção de regulamentos e políticas importantes;
- ▶ Em matéria de sustentabilidade, destacou o importante contributo da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco no acompanhamento das medidas de implementação do compromisso 2030 assumido pela Altri;
- ▶ A Comissão de Corporate Governance concluiu assim que o modelo de Governance da Altri, em vigor no corrente mandato 2023/2025 se tem revelado perfeitamente adequado aos desafios do negócio e da organização.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética é uma comissão especializada no seio do Conselho de Administração, responsável por acompanhar a divulgação e cumprimento do Código de Ética do Grupo, monitorizando o cumprimento e a observância das regras ínsitas no mesmo, na conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores no respeito por princípios éticos comuns, independentemente do cargo ou função que desempenhem. A missão desta comissão inclui a responsabilidade de assegurar o regular funcionamento dos mecanismos de comunicação de irregularidades que consubstanciem violações de natureza ética ou legal, apreciando tais comunicações e encaminhando-as, conforme aplicável, para o órgão competente para a matéria em questão. Esta Comissão monitoriza, adicionalmente, a implementação das medidas constantes do Plano para a Igualdade em vigor no Grupo. A Comissão de Ética funciona em perfeita articulação com o Conselho de Administração, órgão a que reporta, periodicamente, o desempenho das suas atividades.

Para além de contar com administradores não executivos na sua composição, é integrada também pela Administradora Executiva responsável pela Área de Sustentabilidade, Risco, Comunicação, Pessoas e Talento, assim como pela responsável da Direção Jurídica, cujas áreas devem coadjuvar a atividade desta comissão. Na sua composição conta, ainda, com a presença de dois membros do Conselho Fiscal.

Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco é também uma comissão especializada no seio do Conselho de Administração, que tem como missão primordial participar na definição e no acompanhamento das políticas e estratégias de sustentabilidade, auditoria e risco do Grupo. Para além de contar com Administradores não executivos na sua composição e da Administradora executiva responsável pela área de sustentabilidade e risco, é integrada também pela responsável da Direção Jurídica do grupo, cujas áreas devem coadjuvar a atividade desta comissão.

Esta Comissão realiza, pelo menos uma vez por ano, uma reunião conjunta com o Conselho Fiscal, onde se estabelece, entre a Comissão e aquele órgão, um diálogo transversal sobre os temas que integram as competências de cada um dos órgãos. Nesta reunião anual, são convidados a participar, a Diretora



de Auditoria Interna, que apresenta um reporte, quer à Comissão, quer ao Conselho Fiscal, sobre a atividade desenvolvida e o Diretor de Risco que apresenta também um reporte da sua atividade. Esta reunião anual prossegue com a presença do ROC, que apresenta à Comissão e ao Conselho Fiscal as conclusões do trabalho de auditoria.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações é, ao contrário das demais comissões, eleita pela Assembleia Geral, em observância do disposto no artigo 399.º, número 1 do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da Sociedade. É a comissão responsável pela avaliação de desempenho e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários, e da recomendação VI.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação dessa mesma Política, submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Em termos de gestão corporativa, a Altri destaca as seguintes áreas:

Áreas Corporativas

As Direções Corporativas reportam diretamente ao *Chief Executive Officer* (CEO), e são as seguintes:

- ▶ Relação com Investidores e M&A (*Mergers and Acquisitions*);
- ▶ Jurídico, Secretaria Geral e Representante para as relações com o Mercado;
- ▶ Compliance;
- ▶ Auditoria Interna.

Área Operacional

As Direções Operacionais que reportam ao *Chief Operational Officer* (COO), são as seguintes:

- ▶ Direções Industriais (todas as unidades) do Grupo;
- ▶ Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;
- ▶ Energia, Transição Energética e Gestão de Ativos;
- ▶ Técnicas de Engenharia;
- ▶ Desenvolvimento de Produto e Transformação de Processos;
- ▶ Projetos Estratégicos.

Área Financeira & Serviços Partilhados

As Direções que integram a Área Financeira e Serviços Partilhados reportam ao *Chief Financial Officer* (CFO) e são as seguintes:

- ▶ Operações Financeiras e Gestão de Risco;
- ▶ Contabilidade, Fiscalidade e Incentivos;
- ▶ Consolidação, Reporte Financeiro e Fiscal;
- ▶ Planeamento e Controlo de Gestão;
- ▶ TI (Tecnologias de Informação);
- ▶ Compras e Aprovisionamentos.

Área Florestal

As Direções que integram a Área Florestal, que está sob a responsabilidade do administrador do pelouro que integra a Comissão Executiva, são as seguintes:

- ▶ Florestal;
- ▶ Abastecimento, Aprovisionamentos e Desenvolvimento de Fornecedores;
- ▶ Estratégia e Desenvolvimento Florestal.

Área Comercial

As Direções que integram a Área Comercial, que está sob a responsabilidade do administrador do pelouro que integra a Comissão Executiva, são as seguintes:

- ▶ Logística & *Back Office*;
- ▶ Vendas DWP e Pasta Papeleira;



► Marketing & Business Intelligence.

Área Sustentabilidade, Risco, Comunicação, Pessoas e Talento

As Direções de Sustentabilidade, Risco, Comunicação e Pessoas & Talento estão sob a responsabilidade da administradora do pelouro que integra a Comissão Executiva e são as seguintes:

- Sustentabilidade;
- Risco;
- Comunicação;
- Pessoas & Talento;
- Saúde Ocupacional.

As deliberações relativas a matérias estruturantes para a atividade do Grupo são tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções. A Comissão Executiva da Altri é composta por seis administradores - CEO, COO, CFO e, ainda, pelos três administradores responsáveis pelos pelouros Comercial, Florestal e de Sustentabilidade, Risco, Comunicação, Pessoas & Talento, que centram a sua atividade, essencialmente, na gestão diária do negócio e na implementação das deliberações do Conselho de Administração.

Os seis membros da Comissão Executiva (que são o CEO, o COO, o CFO, o administrador responsável pela área Florestal, o administrador responsável pela área Comercial e a administradora responsável pelas áreas de Sustentabilidade, Risco, Comunicação e Pessoas & Talento) compõem o órgão de Administração das sociedades subsidiárias do Grupo, garantindo-se, assim, um aprofundado conhecimento do negócio, perto das operações e das pessoas, o que leva a que as decisões tomadas ao nível da holding do grupo, a Altri, sejam assim ainda mais conscientes e informadas.

A Altri acredita que quanto mais profundo é o conhecimento dos administradores da Sociedade, sobre as especificidades e subtilezas do negócio, mais acertadas são as decisões em relação às linhas estratégicas e, consequentemente, ao sucesso das decisões ao nível da administração de topo.

Deste modo, e tendo em consideração o desenvolvimento da atividade dos membros do Conselho de Administração, quer na Altri, quer nas respetivas subsidiárias, o organigrama em 31 de dezembro de 2025 pode ser apresentado do seguinte modo:

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL


Membros Conselho de Administração

Alberto Castro	Pedro Borges de Oliveira
Paulo Fernandes	Ana Mendonça
João Borges de Oliveira	Maria do Carmo Oliveira
José Soares de Pina	Paula Pimentel
Carlos Van Zeller	Miguel Silveira
Miguel Silva	João Pereira
Domingos de Matos	Sofia Reis Jorge
Laurentina Martins	

altribiomassa
ABASTECIMENTO DE BIOMASSA S.A.

altrimadeiras
ABASTECIMENTO DE MADEIRA S.A.

biotek **celbi**
altriflorestal

altriforestal

altriforestal
LOGISTICS

caima
Florestsul
Soc. Imob. Porto Seguro, S.A.
GreenFiber
BIOGAMA, S.A.
AeoniQ™
AeoniQ™
GmbH

AeoniQ™
Portugal

Membros Conselho de Administração

José Soares de Pina
Carlos Van Zeller
Miguel Silva

viveiros do**furadouro**
INFLORA
Soc. Investimentos Florestais, S.A.

Captaraíz Unipessoal, Lda
Membros Conselho de Administração

Miguel Silveira
Miguel Silva

altri
PARTICIPACIONES Y TRADING S.L.

Membros Conselho de Administração

João Pereira
Miguel Silveira
Miguel Silva

ALTRIsales

Membros Conselho de Administração

José Soares de Pina
João Pereira

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponível para consulta na página na internet da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas

Os Estatutos da Sociedade estabelecem, no seu artigo 17.º, que o Conselho de Administração reunirá ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado, verbalmente ou por escrito, pelo seu Presidente ou a pedido de quaisquer dois administradores.

O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

Durante o ano de 2025, o Conselho de Administração reuniu sete vezes, com a presença ou representação de todos os administradores.

As reuniões do Conselho de Administração são agendadas na última reunião de cada ano, para o decurso do exercício seguinte, e preparadas com antecedência, sendo disponibilizada documentação de suporte às propostas que integram a ordem de trabalhos, assegurando a criação das condições ao pleno exercício das funções e à adoção de deliberações amplamente informadas.

De igual modo as respetivas convocatórias e posteriormente as atas das reuniões, são colocadas à disposição do presidente do Conselho Fiscal, num fluxo regular de informação, que potencia o exercício de uma fiscalização ativa e permanente.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Em linha com o que se refere no ponto 21 supra, a Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários, e da recomendação VI.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação da mesma, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, plasmada na referida Declaração, a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Pelo menos um membro da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais Anuais quando a Declaração sobre Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais integrar a Ordem de Trabalhos, de forma a assegurar o esclarecimento de quaisquer questões que, sobre a mesma, aí se possam levantar.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos tem por base critérios pré-determinados, assentes em indicadores de desempenho objetivamente fixados para cada mandato, os quais se encontram alinhados com a estratégia de médio/longo prazo de desempenho da Sociedade e de crescimento do negócio.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração abarca uma componente variável, que inclui um prémio variável de curto prazo e um prémio variável de médio prazo.

O prémio variável de curto prazo é pago anualmente e não pode ser superior à remuneração fixa anual.



O prêmio variável de médio prazo está configurado sob a forma de Phantom Shares, que é uma fórmula de cálculo que consiste na fixação, a priori, de um valor para as ações Altri, que corresponderá ao valor da cotação de fecho de um determinado dia e assumindo um investimento de um determinado valor em ações da Sociedade, e pode ser exercido na totalidade, dentro de um determinado período a acordar que nunca será inferior a três anos a contar da data da sua atribuição, ou pelo montante máximo de 50% (cinquenta por cento) no prazo de 4 (quatro) anos e pelo montante remanescente de 50% (cinquenta por cento) no prazo de 5 (cinco) anos, em qualquer caso a contar da sua atribuição, mediante a verificação e cumprimento de objetivos de desempenho quantitativo associados ao Total Share Return, razão pela qual o seu pagamento não se encontra garantido.

Esta fórmula de cálculo do Prêmio Variável de Médio Prazo sob a forma de Phantom Shares, ao diferir em, pelo menos, 3 (três) anos o momento do pagamento, permite alinhar o desempenho dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da Sociedade, sem que haja uma transferência de propriedade das ações para a esfera dos administradores executivos.

Critérios de Atribuição da Remuneração Variável

- I. a componente variável (de curto prazo e de médio prazo) é apurada de acordo com o desempenho individual de cada administrador executivo, tendo em conta a respetiva avaliação individual anual, de acordo com os objetivos quantitativos (de natureza financeira e não financeira) e qualitativos previamente definidos;
- II. os objetivos quantitativos e qualitativos são, por natureza, de longo prazo e, portanto, têm um calendário que se pode estender por um ou mais anos;
- III. os objetivos individuais quantitativos devem refletir o desempenho financeiro da Sociedade, nomeadamente o seu crescimento e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros deverão ter em linha de conta os objetivos estratégicos da Sociedade, em especial a evolução do volume de negócios e dos resultados da Sociedade e a solidez financeira e de capital da Sociedade;

- IV. os objetivos individuais qualitativos devem refletir o atingimento dos indicadores ambientais, sociais, de governo corporativo e de capacidade de gestão de equipas;
- V. o processo de avaliação de desempenho individual de cada administrador executivo é anual, devendo ser suportado em evidências concretas, disponibilizadas à Comissão de Remunerações da Altri;
- VI. Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos administradores executivos, não são atribuídos aos membros do órgão de administração outros benefícios não pecuniários, para além dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e de acidentes pessoais de acordo com as práticas de mercado.

Processo de determinação da remuneração variável:

- i. É observado um processo interno de avaliação (tendo sempre por base os critérios da Política de Remuneração) realizado hierarquicamente, em que: o presidente do Conselho de Administração lidera o processo de avaliação em relação ao Presidente da Comissão Executiva e este lidera o processo de avaliação em relação aos demais administradores executivos, cujo reporte está sob a sua responsabilidade;
- ii. O líder de cada processo de avaliação poderá convocar a participação de administradores não executivos que possam aportar, pela sua experiência e know-how em determinadas áreas, contributos relevantes ao processo de avaliação em causa;
- iii. A Comissão de Remunerações analisa o processo de avaliação realizado, à luz da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais em vigor e confirma, por fim, face aos elementos disponibilizados, a adequação e coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

Regras Especiais Aplicáveis à Remuneração dos Administradores



- ▶ a remuneração global fixa do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas paguem aos membros que integrem o Conselho de Administração, não pode exceder os 4.000.000 Euros por ano;
- ▶ A componente variável da remuneração, uma vez determinada, atribuída e paga, não é passível de ser restituída pelo administrador executivo que a tenha recebido, mesmo em caso de cessação antecipada, por qualquer causa, das suas funções, sem prejuízo do direito indemnizatório geral da Sociedade em caso de danos causados pela atuação dos administradores executivos, no qual se inclui o direito de retenção de montantes atribuídos, mas ainda não pagos, a título de componente variável da remuneração;
- ▶ Em face das diferentes áreas de negócio abrangidas pela Sociedade, julga-se adequado que o pagamento da remuneração dos administradores executivos, na componente fixa e/ou na componente variável, possa ser repartido entre a Sociedade e sociedades subsidiárias ou pago apenas pelas subsidiárias, cujos órgãos de administração sejam por eles integrados, de acordo com os termos que venham a ser definidos pela Comissão de Remunerações da Altri;
- ▶ Caso existam contratos celebrados com os membros dos órgãos de administração ou fiscalização para a regulação contratual, os mesmos não terão uma duração superior ao mandato de exercício de funções sem prejuízo do princípio de renovação contratual concomitantemente à renovação do mandato, e sem períodos de pré-aviso especificamente aplicáveis.

O processo de avaliação de desempenho individual de cada administrador executivo é anual, devendo ser suportado em evidências concretas, disponibilizadas à Comissão de Remunerações Altri.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades

relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

O compromisso dos administradores da Altri, em particular dos administradores executivos, com a natureza e exigência das funções que assumiram é total. Neste sentido, a gestão de topo do Grupo é uma gestão presente, próxima das pessoas e do negócio.

As suas atividades profissionais, a indicação de outras empresas onde desempenham funções de administração e a indicação de outras atividades relevantes exercidas pelos mesmos é apresentada no anexo I do Relatório de Governo da Sociedade.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

Após a eleição de órgãos, na Assembleia Geral Anual de 2023, o Conselho de Administração procedeu à criação das seguintes comissões por deliberação tomada em 5 de junho de 2023: (i) Comissão Executiva, (ii) Comissão de Acompanhamento Estratégico, Operacional & Governance; (iii) Comissão de Ética e (iv) Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco. Estas comissões foram criadas para o mandato 2023-2025 e têm como missão, nas respetivas áreas que lhes estão cometidas, prestar todo o apoio necessário ao Conselho de Administração no regular desempenho das suas funções.

Em 19 de setembro de 2024, o Conselho de Administração deliberou a dissolução da Comissão de Acompanhamento Estratégico, Operacional & Governance dado que se constatou que existia uma redundância dos temas abordados nesta Comissão que já eram abordados em Conselho de Administração, tendo assim esta Comissão esgotado a sua utilidade.

Foi, ainda, em 19 de setembro de 2024, criada a Comissão de Corporate Governance, que tem como principal missão apreciar, avaliar e fiscalizar o modelo de governo societário da Sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os regulamentos de funcionamento das referidas Comissões encontram-se disponíveis para consulta na página na internet da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

Em reunião do Conselho de Administração datada de 5 de junho de 2023, foi designada uma Comissão Executiva constituída pelos seguintes Administradores: Eng. José Armino Farinha Soares de Pina (Presidente), Eng. Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva (Vice-Presidente), Dr. Vítor Miguel Martins Jorge da Silva, Eng. Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa Silveira, Dr. João Carlos Ribeiro Pereira e Eng. Sofia Isabel Henriques Reis Jorge, tendo igualmente sido aprovado o Regulamento de funcionamento desta Comissão, que tem ínsita a respetiva delegação de poderes.

Desta forma, dos quinze membros que integram o Conselho de Administração, seis integram a Comissão Executiva, dispondo esta dos poderes de gestão corrente da Sociedade, nos termos e para os efeitos estabelecidos na respetiva delegação de poderes e com os limites previstos no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

A Comissão Executiva desenvolve a sua atividade de acordo com os interesses da Sociedade e tendo presente os valores, princípios e estratégias definidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva deve prestar, de forma adequada e atempada, sempre que tal lhe for solicitado pelos órgãos sociais da Sociedade, as informações relativas à gestão da Sociedade e das sociedades suas dominadas.

Adicionalmente, cabe à Comissão Executiva assegurar o seguinte:

- ▶ envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- ▶ disponibilidade para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou

necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade, e ainda,

- ▶ disponibilização dos livros de registo da Sociedade e subsidiárias, tais como livros de atas, livros de registo de ações, documentos de suporte às operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para efeitos de controlo e verificação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das subsidiárias do Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

A **Comissão Executiva** foi designada pelo Conselho de Administração no ano de 2023, para o mandato 2023-2025, sendo responsável por desenvolver a sua atividade de acordo com os interesses da Sociedade e tendo presente os valores, princípios e estratégias definidos pelo Conselho de Administração.

De acordo com o Regulamento da Comissão Executiva, a mesma é constituída por três a seis Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2025, a Comissão Executiva era constituída, pelos seguintes membros:

- ▶ José Soares de Pina (Presidente)
- ▶ Carlos Van Zeller
- ▶ Miguel Silva
- ▶ Miguel Silveira
- ▶ João Pereira
- ▶ Sofia Reis Jorge

De acordo com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração, os membros da Comissão Executiva estão autorizados a desempenhar funções executivas em sociedades fora do Grupo Altri, desde



que o exercício dessas funções (i) seja previamente aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) não constitua obstáculos à disponibilidade exigida para o exercício das funções desempenhadas no Grupo Altri, e (iii) não desencadeie um potencial ou efetivo conflito de interesses com as funções exercidas pelos mesmos no Grupo Altri.

A Comissão Executiva, durante o ano de 2025, foi responsável, nomeadamente, por acompanhar de perto a gestão da atividade da Sociedade, como estabelecido na respetiva delegação de poderes, e por assegurar a execução das decisões e políticas deliberadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva informou o Conselho de Administração e os órgãos societários sobre a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2025, disponibilizando informação sobre as deliberações tomadas e as ações mais relevantes que foram adotadas para concretizar as decisões e políticas deliberadas pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2025, a Comissão Executiva reuniu quarenta e cinco vezes, tendo correspondido a tais reuniões um grau de assiduidade correspondente a 100%. As atas das mencionadas reuniões encontram-se registadas no livro de atas da Comissão Executiva, nos termos legais aplicáveis.

A **Comissão de Ética** foi designada pelo Conselho de Administração no ano de 2023, para o mandato 2023-2025, sendo responsável por promover e divulgar os princípios e as regras que norteiam as relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do Grupo Altri com os seus stakeholders, tendo como objetivo primordial a orientação da conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores em respeito de princípios éticos comuns, independentemente do cargo ou função que desempenhem.

De acordo com o Regulamento da Comissão de Ética, a mesma é constituída por:

- a) dois a cinco Administradores da Sociedade;
- b) um ou mais membros do Conselho Fiscal;
- c) um a três Diretores da Sociedade que reportem diretamente a Administradores executivos e que sejam responsáveis por áreas que possam contribuir para a melhor performance da Comissão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Comissão de Ética era constituída, pelos seguintes membros:

- ▶ Laurentina Martins (Presidente)
- ▶ Paula Pimentel (Vice-Presidente)
- ▶ Sofia Reis Jorge
- ▶ Jorge Marrão
- ▶ Pedro Pessanha
- ▶ Raquel Rocha Carvalho

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética:

- a) propor a aprovação de alterações ao Código de Ética, sempre que tal se revele necessário ou conveniente;
- b) acompanhar a divulgação e o cumprimento do Código de Ética;
- c) assegurar o regular funcionamento dos mecanismos de comunicação de irregularidades que consubstanciem violações de natureza ética ou legal;
- d) apreciar as comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro stakeholder e, quando aplicável, encaminhá-las para os órgãos competentes da Altri;
- e) esclarecer as questões que sejam submetidas a sua apreciação e que sejam da sua competência;
- f) emitir apreciações, recomendações e esclarecimentos sobre o Código de Ética, bem como sobre quaisquer códigos de ética e boa conduta, sempre que tal se revele necessário ou conveniente;
- g) propor instrumentos, políticas e objetivos em matéria de ética, de boa conduta e de igualdade;
- h) informar o Conselho de Administração sobre a atividade por si desenvolvida;
- i) fomentar a realização de ações de divulgação do Código de Ética.

No decorrer do ano de 2025, a Comissão de Ética reuniu sete vezes tendo correspondido a tais reuniões um grau de assiduidade correspondente a 100%. As atas das mencionadas reuniões encontram-se registadas no livro de atas da Comissão de Ética, nos termos legais aplicáveis.

A **Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco** funciona como uma comissão interna do Conselho de Administração, tendo sido designada no ano de 2023, e é responsável por apoiar este órgão na definição e no acompanhamento da política e estratégia de Sustentabilidade, Auditoria & Risco.

De acordo com o Regulamento da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, a mesma é constituída por:

- a) um mínimo de três e um máximo de cinco Administradores da Altri;
- b) dois a quatro Diretores da Altri, nomeadamente com experiência em matérias ESG (Ambientais, Sociais e de Governance), de sustentabilidade, risco e auditoria interna.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco era constituída pelos seguintes membros:

- ▶ Maria do Carmo Oliveira (Presidente)
- ▶ Alberto Castro
- ▶ Ana Mendonça
- ▶ Paula Pimentel
- ▶ Sofia Reis Jorge
- ▶ Raquel Rocha Carvalho

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco:

Competências em matéria de Sustentabilidade:

- a) Propor ao Conselho de Administração os compromissos, objetivos e metas de sustentabilidade;
- b) Avaliar o alinhamento da estratégia com os compromissos de sustentabilidade assumidos, o seu propósito, valores e cultura corporativa, na sua perspetiva de sustentabilidade;

- c) Rever e avaliar os investimentos necessários à execução da estratégia de sustentabilidade;
- d) Monitorizar e reportar ao Conselho de Administração o desempenho dos indicadores de sustentabilidade em consonância com as políticas, compromissos, objetivos e metas estabelecidos;
- e) Garantir o alinhamento dos objetivos de sustentabilidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na agenda das Nações Unidas, com os resultados das auscultações aos stakeholders e com as boas práticas do setor;
- f) Emitir os pareceres e recomendações que entenda adequados e identificar e propor novos desafios nestas matérias;
- g) Propor ao Conselho de Administração a aprovação do Relatório de Sustentabilidade.

Competências em matéria de Auditoria e Risco:

- h) Rever as informações financeiras sempre que forem colocadas à sua consideração e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, em suporte ao processo de aprovação de contas pelo Conselho de Administração;
- i) Rever e emitir parecer sobre os comunicados de contas semestrais e trimestrais;
- j) Dar sugestões ao Conselho de Administração sobre os seus relatórios dirigidos aos acionistas, a serem incluídos nas demonstrações financeiras anuais da Sociedade;
- k) Rever e emitir parecer sobre o Plano Anual de Auditoria Interna;
- l) Tendo por base a informação disponibilizada pelas equipas operacionais, avaliar os procedimentos operacionais de forma a garantir a monitorização do controlo interno, bem como a gestão eficiente dos riscos;
- m) Estabelecer a tempestiva circulação da informação entre a Comissão e o Conselho de Administração e formular conclusões a serem dirigidas a este órgão;
- n) Assegurar o fluxo regular de informação entre os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e processar as solicitações dirigidas por este ao Conselho de Administração;
- o) Assegurar a interação com o Conselho Fiscal, incluindo a tempestiva troca de informações e documentação entre este e o Conselho de Administração, designadamente no que se refere às linhas



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

estratégicas e política de risco estabelecidas pelo Conselho de Administração.

No decorrer do ano de 2025, a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco reuniu cinco vezes tendo correspondido a tais reuniões um grau de assiduidade correspondente a 100%. As atas das mencionadas reuniões encontram-se registadas no livro de atas da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, nos termos legais aplicáveis.

A **Comissão de Corporate Governance** foi designada pelo Conselho de Administração em 19 de setembro de 2024, para o mandato em curso de 2023-2025, sendo responsável pela apreciação, avaliação e fiscalização do modelo de governo societário da Sociedade.

De acordo com o Regulamento da Comissão de Corporate Governance, a mesma é constituída por um número mínimo de três e um número máximo de seis Administradores da Sociedade, sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, a Comissão de Corporate Governance era constituída, pelos seguintes membros:

- ▶ Alberto Castro (Presidente)
- ▶ Paulo Fernandes
- ▶ João Borges de Oliveira
- ▶ Maria do Carmo Oliveira
- ▶ Paula Pimentel

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Corporate Governance:

- a) apreciar e avaliar o modelo de governo societário, incluindo a apresentação de propostas de revisão
- b) avaliar e fiscalizar as práticas de governo da Sociedade;
- c) avaliar o nível de cumprimento pela Sociedade das normas legais e regulamentares, bem como das recomendações e orientações emitidas pelas autoridades competentes, relativas ao governo societário.

Durante o ano de 2025, a Comissão de Corporate Governance reuniu uma vez tendo correspondido a tal reunião um grau de assiduidade correspondente

a 100%. A ata da mencionada reunião encontra-se registada no livro de atas da Comissão de Corporate Governance, nos termos legais aplicáveis.

A **Comissão de Remunerações** é, ao contrário das demais comissões que são constituídas pelo Conselho de Administração, eleita pela Assembleia Geral, em observância do disposto no artigo 399.º, número 1 do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da Sociedade. É a comissão responsável pela avaliação de desempenho e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários, e da recomendação VI.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação dessa mesma Política, submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Durante o ano de 2025, a Comissão de Remunerações reuniu uma vez, tendo correspondido a tal reunião um grau de assiduidade correspondente a 100%. A ata da mencionada reunião encontra-se registada no livro de atas da Comissão de Remunerações, nos termos legais aplicáveis.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade exerce as competências que lhe estão atribuídas por lei, nomeadamente o disposto no artigo 446.º B do Código das Sociedades Comerciais e que são, entre outras, as seguintes: **a)** Secretariar as reuniões dos órgãos sociais; **b)** Lavrar as atas e assiná-las conjuntamente com os membros dos órgãos sociais respetivos e o presidente da mesa da assembleia geral, quando desta se trate; **c)** Conservar, guardar e manter em ordem os livros e folhas de atas, as listas de presenças, o livro de registo de ações, bem como o expediente a eles relativo; **d)** Proceder à expedição das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais; **e)** Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

documentos da sociedade; **f)** Certificar que todas as cópias ou transcrições extraídas dos livros da sociedade ou dos documentos arquivados são verdadeiras, completas e atuais; **g)** Satisfazer, no âmbito da sua competência, as solicitações formuladas pelos acionistas no exercício do direito à informação e prestar a informação solicitada aos membros dos órgãos sociais que exercem funções de fiscalização sobre deliberações do conselho de administração ou da comissão executiva; **h)** Certificar o conteúdo, total ou parcial, do contrato de sociedade em vigor, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da sociedade e quais os poderes de que são titulares; **i)** Certificar as cópias atualizadas dos estatutos, das deliberações dos sócios e da administração e dos lançamentos em vigor constantes dos livros sociais, bem como assegurar que elas sejam entregues ou enviadas aos titulares de ações que as tenham requerido e que tenham pago o respetivo custo. Cabe-lhe ainda apoiar o fluxo de informação entre o Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização e assegurar o registo tempestivo das deliberações sociais junto da Conservatória do Registo Comercial.

As funções de secretariado da Sociedade foram exercidas em pleno e de forma regular durante o exercício de 2025, continuando o cargo de Secretária Efetiva da Sociedade a ser exercido por Teresa Raquel Pereira Fernandes da Rocha Carvalho, que também usa Raquel Rocha Carvalho, e o cargo de Secretário Suplente da Sociedade por Sérgio Filipe Moreira da Silva, que também usa Sérgio Silva, eleitos para o mandato 2023-2025.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do

mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal é designado pela Assembleia Geral, para mandatos com duração de três anos, podendo os membros eleitos ser reeleitos uma ou mais vezes. É composto por três membros e um ou dois suplentes, assumindo, em pleno, as funções que lhe estão atribuídas por lei, nas quais se inclui a proposta de designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 413.º do CSC, cumprindo uma atribuição que legalmente lhe está atribuída nos termos da alínea b) do número 2 do artigo 420.º do CSC.

Em 31 de dezembro de 2025 este órgão era composto pelos seguintes membros:

- Jorge Manuel de Sousa Marrão – Presidente
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal
- Ana Paula dos Santos Silva e Pinho – Vogal
- André Seabra Ferreira Pinto – Suplente

O membro do Conselho Fiscal Jorge Marrão foi eleito, pela primeira vez, em abril de 2023, para o triénio que se iniciou em 2023 e que cessa em 2025. Já o membro do Conselho Fiscal, Pedro Pessanha, foi eleito, pela primeira vez, em abril de 2014, para o mandato que se iniciou em 2014 e cessou em 2016, tendo sido reeleito em abril de 2017 para o triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019, bem como em abril de 2020 para o triénio que se iniciou em 2020 e que cessou em 2022, encontrando-se assim no exercício de um quarto mandato, que se iniciou em 2023 e cessará em 2025. O membro Ana Paula dos Santos Silva e Pinho foi eleita pela primeira vez em abril de 2020, para o triénio que se iniciou em 2020 e que cessou em 2022, tendo sido reeleita para um segundo mandato, que se iniciou em 2023 e cessará em 2025.

A Sociedade entende que o número de membros do Conselho Fiscal está totalmente alinhado com a natureza, dimensão, riscos e atividade da Sociedade e permite garantir que as suas funções (dos membros do Conselho Fiscal) são desempenhadas de acordo com os poderes e competências que estão atribuídos.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Esta análise teve em linha de conta, igualmente, a estrutura da Altri e a articulação que existe entre os membros deste órgão e os demais órgãos da sociedade, em especial o Revisor Oficial de Contas (identificado no ponto 39 *infra*) e o Auditor Externo (identificado no ponto 42 *infra*).

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5, do CSC

Como órgão colegial que é, a aferição da independência do Conselho Fiscal é feita a todos aqueles que o compõem, verificando-se a independência de cada um dos seus membros de acordo com a definição que é dada nos termos do n.º 5 do artigo 414.º sendo eventuais incompatibilidades aferidas de acordo com a definição do n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do CSC.

À exceção do vogal Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa, que ao ser reeleito para o quarto mandato (2023-2025) deixou de ser independente nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º do CSC, todos os restantes membros que compõem o Conselho Fiscal da Sociedade cumprem as regras de incompatibilidade e de independência acima identificadas. Esta conformidade é declarada pelos respetivos membros em declaração que individualmente subscrevem e entregam na Sociedade.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes

Todos os membros que integram o Conselho Fiscal da Altri dispõem da formação, competência e da experiência necessárias ao pleno exercício das funções, em linha com o disposto no número 4 do artigo 414.º do CSC e no número 2 do artigo 3.º da Lei 148/2015, de 9 de setembro. O Presidente deste órgão está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal.

Inclusive a Dra. Ana Paula Pinho possui mais de cinco anos de experiência no sector onde a Altri se integra, evidenciando sólida capacidade de análise e acompanhamento de processos decisórios e demonstrando rigor, independência e competências técnicas essenciais para a supervisão e avaliação das práticas de gestão.

No Anexo I do Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas as qualificações profissionais e as demais atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta no website da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

Durante o ano de 2025, o Conselho Fiscal da Sociedade reuniu dez vezes, tendo correspondido a tais reuniões um grau de assiduidade correspondente a 100%. As atas das mencionadas reuniões encontram-se registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, nos termos legais aplicáveis.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas

Os membros do Conselho Fiscal assumiram um compromisso com a Sociedade, que têm vindo a cumprir de forma escrupulosa e que se materializa num nível de disponibilidade totalmente consentâneo com os interesses da Altri. A informação relativa a outros cargos exercidos, qualificações e experiência profissional dos membros do Conselho Fiscal encontra-se detalhada no Anexo I do Relatório de Governo.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar previamente a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a contratar ao Auditor Externo.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como nota prévia, importa referir que o próprio Conselho de Administração, quando pondera a possibilidade de contratar serviços adicionais ao Auditor Externo ou ao Revisor Oficial de Contas, assegura, antes de comunicar a sua decisão ao Conselho Fiscal, que àqueles ou a entidades que integram a sua rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio, possam pôr em causa a sua independência.

Concluindo o Conselho de Administração que estão reunidas as condições para apresentar o tema ao Conselho Fiscal, este analisa, de forma prévia e aprofundada, o âmbito de tais serviços adicionais a prestar pelo Auditor Externo e pelo Revisor Oficial de Contas, tomando uma decisão favorável se, da análise levada a cabo resultar que: **(i)** a contratação dos serviços adicionais não coloca em causa a independência do Auditor Externo; **(ii)** está assegurado um equilíbrio saudável entre os normais serviços de auditoria e os serviços adicionais cuja prestação está a ser alvo de análise e que **(iii)** os serviços adicionais cuja prestação se propõe não configuram serviços cuja prestação esteja vedada nos termos do número 2 do artigo 37.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro. Nesta sua análise o Conselho Fiscal analisa ainda se **(iv)** os serviços adicionais serão prestados em cumprimento dos níveis de qualidade em vigor no Grupo e tendo sempre como pano de fundo o objetivo de que a prestação dos mesmos, caso venha a ocorrer, não ponha em causa a independência que se lhe exige no exercício das funções de auditoria.

Importa referir a este propósito que a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., antes de aceitar a adjudicação dos serviços realiza, igualmente, e em cumprimento das suas políticas internas, um rigoroso *assessment* para aferir que os serviços que se propõe prestar não afetem, em nenhuma circunstância, os critérios de independência que se propôs cumprir aquando da aceitação da eleição para o exercício das funções.

A Sociedade considera assegurado, assim, um exigente grau de controlo na verificação do comprometimento dos critérios de independência, aquando da decisão de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

Importa acrescentar que o Conselho Fiscal recebe ainda, anualmente, a declaração de independência do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras

entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Todas as potenciais ameaças à independência do Auditor Externo, quando existam, assim como as respetivas medidas de salvaguarda são avaliadas e discutidas, de forma aberta e transparente, entre o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete ao Conselho Fiscal que exerce na Altri as responsabilidades previstas no artigo 420.º do CSC e no seu Regulamento (referido no ponto 34 deste relatório e acessível no site da Sociedade em <https://altri.pt/pt/investidores/governance>), destacando-se as seguintes competências estatutárias e legalmente atribuídas:

- a. Fiscalizar a administração da sociedade;
- b. Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c. Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- d. Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- e. Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- f. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- g. Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- h. Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade;
- i. Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- j. Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- k. Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

I. Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Conselho Fiscal representa ainda a Sociedade junto do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços e a respetiva remuneração, zelando igualmente para que sejam asseguradas, dentro do Grupo, as condições adequadas à prestação daqueles serviços.

O Conselho Fiscal é o primeiro destinatário dos relatórios emitidos pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como o interlocutor do Grupo no relacionamento com aquelas entidades, cabendo-lhe ainda pronunciar-se sobre projetos relevantes e planos de trabalhos e sobre a adequação dos recursos afetos à execução desses projetos.

O Conselho Fiscal é, assim, responsável por elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração, bem como por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco e de controlo interno.

O Conselho Fiscal, em articulação com o Conselho de Administração, analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, prestando todo o apoio necessário, tendo como pressuposto, atenta a natureza da Sociedade, de que, da sua parte, não haja qualquer divulgação, a qualquer título, que possa levar ao acesso indevido e intempestivo, por parte de terceiros, à informação relevante.

Adicionalmente, o órgão de fiscalização é chamado a intervir para emitir parecer sempre que em causa esteja a realização de transações entre administradores da Altri e a própria Sociedade ou entre a Altri e sociedades que consigo se encontrem numa relação de domínio ou de grupo, em que o interveniente é administrador, nos termos do artigo 397.º do CSC.

Esta intervenção do Conselho Fiscal será solicitada independentemente do nível de materialidade da operação em causa.

O Auditor Externo, por sua vez, e enquanto parte do órgão de fiscalização da Sociedade, no âmbito do processo de auditoria anual, analisa **(i)** o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas; **(ii)** verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo

interno e gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e **(iii)** emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, na qual atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 66.º-B do CSC na sua atual redação ou, não incluindo, assegurando que essa informação consta de relatório separado igualmente disponibilizado aos acionistas, se cumpre as disposições do artigo 29.º-H do CVM, se obedece à estrutura do Regulamento da CMVM número 4/2013 e ainda se contempla na informação constante do mesmo, uma declaração sobre o cumprimento do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Durante o exercício de 2025, o Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da Sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e certificação legal das contas, em interação com o Conselho Fiscal, contando sempre com a colaboração plena, tão célere quanto expedita, do Conselho de Administração, no acesso às informações solicitadas.

Em linha com o que se acaba de referir, o Revisor Oficial de Contas pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2025, informação que fez constar do seu relatório anual de auditoria, o qual será sufragado pelos Acionistas em Assembleia Geral Anual.

O órgão de fiscalização monitoriza e assegura o cumprimento por parte da Altri e das suas subsidiárias, da legislação aplicável às respetivas áreas de negócio, de modo a poder fazer uma análise rigorosa e cuidada sobre os níveis de *compliance* do Grupo. Desta sua análise tem resultado a conclusão de que o Grupo, na realização da sua atividade, tem cumprido elevados níveis de *compliance*, os quais estão perfeitamente alinhados com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Revisor Oficial de Contas da Altri para o mandato correspondente ao triénio 2023-2025 é a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Pedro Miguel Borges Marques.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. é responsável pela revisão oficial de contas da Sociedade e das sociedades do Grupo desde 2017, tendo sido eleita para o primeiro mandato, sob proposta do Conselho Fiscal, na Assembleia Geral de 26 de abril de 2017 até 2019, para um segundo mandato anual em abril de 2020, para um terceiro mandato anual em abril de 2021, para um quarto mandato anual em abril de 2022 e para um quinto mandato em abril de 2023 para o triénio 2023-2025.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

O revisor oficial de contas é, simultaneamente, Auditor Externo da Sociedade conforme detalhado nos pontos abaixo.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º do CVM e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do artigo 8.º do CVM, é a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Pedro Miguel Borges Marques, registado sob o n.º 20161640 na CMVM.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo foi eleito pela primeira vez em 2017, cumpriu em 2022 o seu quarto mandato (um de três anos e três de um ano) e cumpre atualmente o quinto mandato (de três anos).

O Auditor Externo foi representado pelo seu sócio Rui Manuel da Cunha Vieira, durante a totalidade dos quatro primeiros mandatos e no primeiro ano do quinto mandato, tendo sido eleito pela primeira vez em 2017, pelo que decorreu o período máximo previsto no artigo 54º, n.º 2, do Estatuto da OROC. Assim, na Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2024, foi nomeado para o mandato em vigor, correspondente ao triénio 2023-2025, o sócio Pedro Miguel Borges Marques para representar o Auditor Externo.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

No que respeita à rotação do Auditor Externo, a Sociedade não tinha estabelecida, até à data de entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, uma política de rotação do Auditor Externo baseada num número pré-determinado de mandatos, tendo em conta, designadamente, o facto de tal política de rotação não constituir uma prática comum ou habitual e por a Sociedade, na monitorização permanente da adequação do modelo vigente, não ter nunca identificado situações de perda de independência ou quaisquer outras situações que pudessem aconselhar a adoção de uma política formal que exigisse tal rotação.

A entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em 1 de janeiro de 2016, veio consagrar um novo regime aplicável à rotação dos revisores oficiais de contas aplicável às sociedades cujas ações se encontram admitidas à negociação em mercado regulamentado, como é o caso da Sociedade, pelo que o Conselho Fiscal iniciou, durante o ano de 2016, um processo de seleção com vista à eleição de um novo ROC que, cumprindo todas as exigências legais ao nível de competências técnicas e de independência, pudesse a sua eleição ser proposta em Assembleia Geral Anual, o que veio a acontecer na Assembleia Geral Anual de 2017.

Neste sentido, a Sociedade não dispõe de uma política formal, interna, que disponha sobre a rotatividade do Auditor Externo, considerando-a desnecessária, porquanto cumpre as imposições legais, nesta matéria, em toda a sua extensão.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal, no exercício das suas funções, acompanha, ao longo do exercício, o desempenho das funções do Auditor Externo, bem como da independência do mesmo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal promove, sempre que necessário ou adequado em função dos desenvolvimentos da atividade da Sociedade ou de exigências legais ou de mercado, uma reflexão sobre a adequação do Auditor Externo ao nível que exige para o exercício das suas funções.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Foram prestados, durante o exercício de 2025, pelo Auditor Externo, serviços distintos de auditoria. Em concreto, foram prestados serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente, a emissão de relatórios que visam confirmar os pedidos de pagamento no âmbito das disposições previstas em contrato de incentivos, a prestação de serviços para emissão de Relatório sobre as Declarações Anuais Valor Pneu, a emissão de Relatório de verificação da informação não financeira apresentada no Relatório de Gestão, e a emissão de Relatório de alocação e impacto das obrigações verdes. Os referidos serviços foram aprovados pelo Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

	31.12.2025		31.12.2024	
Pela Sociedade				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	39 900	12,5%	31 150	13,1%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	35 805	11,2%	30 000	12,6%
Por entidades que integram o Grupo				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	216 070	67,8%	159 350	66,8%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	27 000	8,5%	18 000	7,5%
Total				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	255 970	80,3%	190 500	79,9%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	62 805	19,7%	48 000	20,1%
	318 775		238 500	

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade

As alterações estatutárias seguem os termos legais aplicáveis constantes, em particular do CSC, os quais exigem a maioria de dois terços dos votos emitidos para a aprovação dessa deliberação.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

Para garantir a deteção e prevenção de irregularidades, o Grupo Altri implementou os meios estabelecidos nas respetivas políticas e regulamentos, incluindo o Código de Ética, o Código de Conduta em Matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, a Política de Gestão de Risco



e a Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, disponíveis no site da Sociedade www.altri.pt, nomeadamente o Canal de Denúncia Interno (que visa dar cumprimento ao disposto na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro,) e o Canal de Denúncia “Ética e Conduta”.

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro stakeholder, em observância do disposto na alínea j) do número 1 do artigo 420.º do CSC.

O Conselho Fiscal estabelece uma perfeita articulação com a Comissão de Ética em relação a todas as matérias que impõem a intervenção e ação desta última. Aliás, como resulta já explicitado neste relatório, há dois membros do Conselho Fiscal que são membros permanentes da Comissão de Ética pelo que, por essa via, se assegura a imediata partilha de informação de quaisquer temas relacionados com denúncias de irregularidades ou outros de que o Conselho Fiscal deva ter conhecimento.

É este procedimento que consta do Código de Ética da Altri que refere ainda que, caso alguma denúncia seja enviada à Comissão de Ética da Sociedade, deverá esta remetê-la ao Conselho Fiscal se em causa estiverem matérias que, por lei, devam ser tratadas por este órgão.

O Grupo Altri dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número II.2.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (Whistleblowing), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que seja solicitada.

Para este efeito, é disponibilizado o Canal de Denúncia “Ética e Conduta” (disponível em <https://denunciasaltri.integrityline.com/>) — caso alguém tenha conhecimento de qualquer situação que possa configurar uma violação ou suspeita de violação do Código de Ética ou de qualquer regulamento que o complementa, deve de imediato proceder à denúncia dessa situação utilizando o referido Canal de Denúncia “Ética e Conduta” Altri.

Se ao Conselho de Administração chegar algum pedido de esclarecimento ou manifestação de preocupação relacionado com o sistema de Whistleblowing, remetê-lo-á este órgão, de imediato, para o Conselho Fiscal.

O reporte ao Conselho Fiscal de qualquer irregularidade ou indício de irregularidade deverá ser efetuado através do Canal de Denúncia “Ética e Conduta” (disponível em <https://denunciasaltri.integrityline.com/>).

A Altri está comprometida com a prevenção de infrações no âmbito da sua atividade e no contexto das relações que estabelece com colaboradores, fornecedores, terceiros, parceiros e quaisquer outras pessoas ou entidades. Em particular, o Grupo Altri tem continuamente trabalhado no sentido da prevenção da corrupção e de infrações conexas, bem como do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, promovendo de um ambiente laboral livre de assédio, baseado no cumprimento estrito de rigorosos comandos éticos, que devem ser observados por todos os seus colaboradores. A comunicação de infrações no âmbito destes ou de outros domínios é incentivada pelo Grupo Altri, que se compromete com a proteção de qualquer denunciante.

Durante o exercício de 2025, foram reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade três comunicações, que foram devidamente analisadas e encerradas.

Todas as comunicações são tratadas com rigor e foram implementadas medidas específicas para assegurar o seu adequado tratamento (quando aplicável). O Canal de Denúncia Interno e o Canal de Denúncia “Ética e Conduta” têm-se revelado uma ferramenta essencial para fomentar a cultura de transparência, responsabilidade e conformidade que caracteriza o Grupo Altri.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Altri vem desenvolvendo nos últimos anos um sistema de Controlo Interno, alicerçado, mas não limitado a três direções operacionais: Auditoria Interna, Compliance e Gestão de Risco.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O sistema de controlo interno e gestão de risco da Altri integra várias entidades, com responsabilidades distintas.

A gestão de risco é algo que faz parte da gestão diária da organização, tendo o processo de gestão do risco vindo a ganhar cada vez mais importância, com a criação de uma direção específica que se dedica, em exclusivo, a esta matéria - a Direção de Gestão do Risco.

A Altri dispõe de uma Direção de Gestão do Risco que tem como objetivo suportar a organização na execução das suas atividades, garantindo práticas consistentes e transversais na operacionalização da política de risco, aprovada pelo Conselho de Administração.

A Direção de Gestão do Risco tem a missão de assegurar a manutenção do sistema de gestão do risco transversal ao Grupo, executando os processos definidos para identificar, analisar, avaliar, mitigar e monitorizar os principais riscos do Grupo, sejam riscos financeiros, riscos operacionais, riscos estratégicos ou de compliance. Será igualmente o ponto de contacto com as unidades de negócio, apoiando-as e monitorizando as atividades relacionadas com a gestão do risco.

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na Altri, que, através da Direção de Gestão do Risco, promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização, inculcando-lhes tal responsabilidade em todas os processos de tomada de decisão.

A gestão de risco é levada a cabo numa lógica de criação de valor, com uma identificação clara das situações que constituem uma ameaça suscetível de afetar os objetivos do negócio.

Para cumprir estes objetivos, o sistema é estruturado tendo em atenção não só a norma ISO 31000, mas sobretudo a norma CoSo- Enterprise Risk Management 2017 (Integrating with Strategy and Performance).

Esta abordagem permite que a construção e consolidação da Gestão de Risco no grupo obedeça a uma abordagem metodológica internacionalmente reconhecida.

Tal como indicado anteriormente, os riscos são priorizados de acordo com uma matriz de relevância, resultado da avaliação da magnitude do impacto e probabilidade de ocorrência.

A gestão de riscos baseia-se na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são consultados os principais stakeholders e identificados e priorizados os riscos, internos e externos, que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- De seguida, são identificados os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da Altri, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo por parte dos responsáveis operacionais das várias direções (1ª linha de defesa);
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e, consoante o nível de exposição, é avaliada a necessidade de resposta ao risco;
- São definidos indicadores de monitorização para cada risco; e
- Os indicadores e as ações de mitigação de risco são implementados e acompanhados (2ª e 3ª linha de defesa).

Cabe ao Conselho de Administração decidir qual o nível de exposição assumido pelo Grupo nas suas diferentes atividades e, sem prejuízo da delegação de funções e responsabilidades, definir limites globais de risco (apetite ao risco), assegurando que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidos.

Na monitorização do processo de gestão de risco o Conselho de Administração, com o suporte da Direção de Gestão do Risco, enquanto órgão responsável pela estratégia da Altri, tem o seguinte quadro de objetivos e responsabilidades:

- Conhecer os riscos mais significativos que afetam o Grupo;



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- ▶ Assegurar a existência, no interior do Grupo, de níveis apropriados de conhecimento dos riscos que afetam as operações e forma de os gerir (ex. nomeação de Pivots de Risco);
- ▶ Assegurar a divulgação da estratégia de gestão de risco a todos os níveis hierárquicos;
- ▶ Assegurar que o Grupo tem capacidade de minimizar a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos no negócio;
- ▶ Assegurar que o processo de gestão de risco é adequado e que se mantém uma monitorização rigorosa dos riscos com maior probabilidade de ocorrência e impacto nas operações do Grupo; e
- ▶ Assegurar uma comunicação permanente com o Conselho Fiscal, dando-lhe a conhecer o nível de exposição do risco assumido e solicitando, sempre que necessário, os pareceres deste órgão que considerar necessários à tomada de decisões conscientes e informadas, assegurando que os riscos identificados e as políticas definidas, são analisados sob as perspetivas multidisciplinares que norteiam a atuação do grupo.

As subsidiárias gerem os riscos dentro dos critérios e delegações estabelecidos.

A Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco acompanha o trabalho realizado por esta direção e o Conselho Fiscal, também no âmbito das suas atribuições, acompanha e fiscaliza, em permanência, o desempenho do Grupo nesta matéria.

Com base nesta metodologia, a Altri tem vindo a concluir que tem conseguido garantir uma maior consciência e ponderação na tomada das decisões em todos os níveis da organização, atendendo à responsabilidade inerente de cada *player* interno, o que contribui para que as pessoas se sintam mandatadas, verdadeiramente envolvidas e com uma participação ativa no desempenho da Sociedade.

A Altri, como já por diversas vezes se referiu ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta

matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo se tem vindo a revelar totalmente adequado face à sua estrutura organizativa.

A Direção de Auditoria Interna do Grupo Altri apoia a Altri a atingir os seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a eficácia da gestão de risco, dos controlos internos e dos processos de governo.

A Auditoria Interna do Grupo Altri tem como principais responsabilidades (i) avaliar a exposição aos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, (ii) propor melhorias aos controlos internos, visando uma gestão mais eficaz dos riscos e (iii) dinamizar a implementação de ações que aproximem o nível de risco aos pretendidos pela Gestão.

Adicionalmente, a Direção de Compliance da Altri tem como missão assumir as responsabilidades previstas na legislação e na regulamentação em vigor, por forma a assegurar que os órgãos de gestão e de direção, bem como todos os colaboradores, conhecem as regras legais e regulamentares aplicáveis, incluindo códigos, normativas e políticas, internas e externas, relevantes nas diversas áreas de atividade do Grupo Altri, tendo em vista a mitigação dos riscos financeiros, económicos, legais e reputacionais.

51. **Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade**

A Direção de Gestão do Risco reporta hierarquicamente à Comissão Executiva do Grupo Altri, nomeadamente à Administradora com os Pelouros Sustentabilidade, Risco, Comunicação, Pessoas e Talento, articulando a sua atividade, em especial, com a Direção de Auditoria Interna e a Direção de Compliance.

Cabe ao Conselho Fiscal avaliar o funcionamento dos mecanismos de gestão de risco, e é a este órgão que são reportados os procedimentos de controlo considerados adequados à respetiva mitigação. É, assim, responsabilidade deste órgão a supervisão das ações desencadeadas na Sociedade nestas matérias e a verificação periódica de que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com o definido pelo Conselho de Administração.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

O Auditor Externo, no exercício das suas funções, verifica a adequação dos mecanismos e procedimentos em causa, assegurando o reporte das suas conclusões ao Conselho Fiscal.

Ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de monitorizar tais mecanismos e procedimentos.

A direção de Auditoria Interna reporta hierarquicamente à Comissão Executiva do Grupo Altri, nomeadamente ao Chief Executive Officer. Funcionalmente reporta ao Conselho Fiscal, enquanto órgão independente de fiscalização e, complementarmente, à Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco, enquanto comissão especializada que apoia o Conselho de Administração em determinadas matérias, incluindo as relativas à função de Auditoria Interna.

O Conselho Fiscal e a Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco acompanham a atividade de Auditoria Interna através de reportes periódicos, propondo os ajustes que considerem necessários.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

No Grupo Altri, para além das direções operacionais identificadas no ponto 50 - a Direção de Auditoria Interna, a Direção de Compliance e a Direção de Gestão do Risco - todas as direções e unidades operacionais estão particularmente atentas às questões do risco.

As várias áreas funcionais do Grupo assumem responsabilidades no controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções. Destacamos algumas dessas áreas que contribuem para a melhoria do ambiente de controlo, nomeadamente, a:

- Área de Operações Financeiras, com a responsabilidade na gestão dos riscos financeiros;
- Área de Planeamento e Controlo de Gestão, com a monitorização de indicadores operacionais e financeiros;
- Área de Sistemas de Informação, que visa garantir que a tecnologia apoia de forma estratégica, eficiente e segura os objetivos da organização;

- Área de Sustentabilidade, com a responsabilidade na gestão de riscos relacionados com alterações climáticas e Compromisso ESG.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua atividade, nomeadamente ao nível das unidades operacionais.

 Estratégico	 Operacional	 Financeiro	 Compliance
Riscos que afetam a capacidade da organização executar a sua estratégia e alcançar os objetivos definidos, podendo afetar o valor acionista ou a viabilidade da organização.	Riscos que afetam a operação do Grupo e, potencialmente a sua continuidade.	Riscos que afetam as finanças da empresa.	Riscos resultantes do potencial incumprimento de normas, leis, regulamentos ou licenças.
Competitividade Comercial ☒	Acesso a Madeira ☒	Preço ☒	Incumprimento Legal e/ou Regulamentar
Competitividade Tecnológica ☒	Acesso a Matérias Subsidiárias ☒	Crédito	Fraude, Corrupção e Infrações Conexas
Concentração de Produto ☒	Acidentes Industriais ☒	Inflação	
Expansão do Negócio	Obsolescência Industrial	Cambial	
Decisão de Investimentos	Qualidade de Produção	Liquidez	
Alteração Legal e/ou Regulamentar ☒	Qualidade de Matéria-prima e Subsidiárias	Taxa de Juro	
Compromisso ESG	Logística e Outbound ☒	Acesso a Financiamento	
Pessoas e Conhecimento	Alterações Climáticas ☒		
Deterioração da Cultura Organizacional	Acidentes com Pessoas ☒		
Comunidades Locais e Stakeholders	Conflitos Laborais		
Imagem e reputação	Segurança da Informação (IT)		
Segregação e Delegação Competências	Segurança da Informação (OT)		
	Ciberataque ☒		

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Estratégico	Operacional	Financeiro	Compliance
Riscos que afetam a capacidade da organização executar a sua estratégia e alcançar os objetivos definidos, podendo afetar o valor acionista ou a viabilidade da organização.	Riscos que afetam a operação do Grupo e, potencialmente a sua continuidade.	Riscos que afetam as finanças da empresa.	Riscos resultantes do potencial incumprimento de normas, leis, regulamentos ou licenças.
Gestão de Terceiros			
Gestão de Stocks			

Destacam-se os seguintes riscos, que se encontram detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas:

1. Risco de mercado:

- 1.1 risco de taxa de juro;
- 1.2 risco de taxa de câmbio;
- 1.3 risco de variabilidade nos preços de *commodities*;
- 1.4 risco relacionado com a gestão florestal e produção de eucalipto;
- 1.5 risco de variabilidade nos preços da energia;
- 1.6 risco relacionado com a sustentabilidade, ESG (“Environmental, Social, and Governance”) e alterações climáticas.

2. Risco de liquidez;

3. Risco de crédito;

4. Risco de capital.

Para além dos riscos acima identificados, importa ter em consideração que o Grupo também se encontra exposto a riscos legais, fiscais e regulatórios.

Em relação a estes riscos específicos, a Altri, bem como o seu negócio, dispõem de assessoria legal, fiscal e regulatória permanente, que funciona em articulação com as áreas de negócio, assegurando, preventivamente, a proteção dos interesses do Grupo no cumprimento escrupuloso das disposições legais aplicáveis às áreas de negócio da Sociedade.

Esta assessoria é igualmente apoiada a nível nacional e internacional por prestadores de serviços externos que a Altri contrata de entre firmas de

reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, rigor e profissionalismo.

No entanto, a Altri e as suas subsidiárias podem vir a ser afetadas, como quaisquer outras entidades, por alterações legislativas ocorridas tanto em Portugal como na União Europeia ou em outros países onde desenvolva sua atividade comercial. A Altri não controla, naturalmente, tais alterações que, caso ocorram, poderão ter um impacto adverso nos negócios do Grupo, podendo, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos. A política da Altri nesta matéria pauta-se por delegar na Direção Jurídica e na Direção de Compliance, com o apoio técnico das unidades operacionais, a monitorização permanente das alterações legislativas e de novos diplomas legais, estando informada nessa matéria e apta a dar resposta, em permanência, aos desafios que a materialização dos riscos legais, fiscais e regulatórios pode causar.

Na sequência da publicação da Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro, conhecida por “Lei do Lobby”, que entrará em vigor no dia 27 de julho de 2026 — que estabelece as “regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas” e cria o Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI) — a Altri está presentemente a analisar a aplicação deste diploma no contexto do Grupo Altri, bem como as medidas que se possam reputar adequadas para assegurar o seu integral cumprimento, no âmbito do programa de compliance em vigor e, bem assim, tendo presente os compromissos assumidos no sentido de uma gestão assente nos princípios da ética, integridade e honestidade nas relações internas e externas.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Tal como descrito no ponto 50, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição das políticas estratégicas gerais do Grupo, incluindo a política de gestão de risco, encontrando-se devidamente suportado pela Comissão Executiva, que assegura não só a monitorização permanente, como o reporte, ao Conselho de Administração da Altri, das situações detetadas, no sentido de assegurar um controlo permanente e efetivo de risco.

O processo de identificação e avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos na Altri, que é assegurado pela Direção de Gestão do Risco funciona do seguinte modo:

São identificados os riscos que o Grupo enfrenta no normal desempenho da sua atividade. Em relação a todos os riscos identificados com materialidade relevante, é medido o impacto no desempenho financeiro e no valor do Grupo. Posteriormente, é feito um estudo comparativo do valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis e, em consequência, é monitorizada a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura, o que decorre no respeito pela seguinte metodologia:

- ▶ Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos, internos e externos, que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- ▶ De seguida são identificados os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da Altri, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo por parte dos responsáveis operacionais das várias direções;
- ▶ Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e, consoante o nível de exposição, é avaliada a necessidade de resposta ao risco;
- ▶ As ações de mitigação de risco são implementadas e acompanhadas; e
- ▶ O nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

A Sociedade tem vindo a implementar estratégias adicionais de gestão de risco que visam garantir, essencialmente, que os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, acionistas e demais stakeholders.

De entre essas estratégias destacam-se as seguintes:

- ▶ Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis e são efetivamente aplicadas;
- ▶ A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- ▶ Os recursos da Altri são usados de forma eficiente e racional; e
- ▶ O valor para o acionista é maximizado e a gestão operacional adota as medidas necessárias para corrigir aspetos reportados.

Decorrido que esteja todo este processo, a decisão, nesta matéria, cabe ao Conselho de Administração, na sua qualidade de órgão executivo atuando nos termos que, de acordo com a sua avaliação, em cada momento, melhor asseguram os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

No que respeita ao cumprimento dos objetivos ambientais e sociais delineados pela Altri, importa referir que, em fevereiro de 2023, foram desenvolvidas e implementadas e, continuam a ser concretizadas, as duas políticas do Grupo nesta matéria: **(i)** a Política de Direitos Humanos, que tem como objetivo assegurar o respeito pelos direitos humanos e laborais por parte de todo o Grupo Altri, formalizando os compromissos entretanto assumidos com vista a salvaguardar a dignidade humana, a não discriminação, a igualdade de direitos, a segurança e o bem-estar, a educação, o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como as liberdades de consciência, religiosa, de organização, de associação, de opinião e de expressão, e **(ii)** a Política de Participação nas Comunidades, que visa promover soluções que deem resposta aos desafios que se colocam no âmbito social, ambiental e de governo corporativo, procurando alinhar as tomadas de decisão e a prossecução da atividade do Grupo Altri com os princípios de sustentabilidade internacionalmente definidos.

Durante o ano de 2025 e alinhado com o compromisso de reforçar a missão do Grupo nestas matérias, foram publicadas as seguintes políticas: **(i)** Política de Gestão Ambiental, que tem como objetivo estabelecer orientações para as operações de todas as áreas de negócio do Grupo Altri e a sua cadeia de valor, sendo uma referência na definição dos objetivos ambientais, **(ii)** Política de Gestão de Recursos Hídricos, que tem como propósito estabelecer princípios e diretrizes para uma gestão sustentável da água no âmbito das atividades do Grupo Altri, **(iii)** Política de Gestão Florestal e

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Abastecimento de Madeira, que estabelece regras e compromissos que regem as operações florestais do Grupo Altri e de todos os fornecedores e parceiros, tendo em vista o cumprimento de requisitos legais, ambientais e sociais, bem como o abastecimento de madeira do Grupo Altri e (iv) Política de Segurança e Saúde no Trabalho, que visa estabelecer os princípios e a forma como os temas relacionados com a segurança e a saúde no trabalho devem ser executados, geridos e controlados, tanto nas operações do Grupo Altri como na atuação dos seus subcontratados e prestadores de serviços.

As Políticas mencionadas estão disponíveis para consulta em www.altri.pt (separador “Investidores”, secção “Governance”), devendo estas ser complementadas com a Política de Sustentabilidade e a Política de Gestão de Risco, também disponíveis em www.altri.pt (separador “Investidores”, secção “Governance”).

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Quanto ao controlo de risco no processo de divulgação de informação financeira apenas um número muito restrito de colaboradores da Altri está envolvido.

Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando formalmente notificados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação.

As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

O sistema de controlo interno nas áreas da contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos-chave:

- ▶ A utilização de princípios contabilísticos, detalhados ao longo das notas às demonstrações financeiras, constitui uma das bases do sistema de controlo;

- ▶ Os planos, procedimentos e registos da Sociedade e suas subsidiárias permitem uma garantia razoável de que apenas são registadas transações devidamente autorizadas e que essas transações são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- ▶ A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades operacionais, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- ▶ Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um calendário de encerramento de contas e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos em profundidade;
- ▶ Ao nível das demonstrações financeiras individuais das várias empresas do Grupo, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelos serviços administrativos e contabilísticos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela direção financeira de cada subsidiária. Depois da aprovação, as demonstrações financeiras são enviadas para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas;
- ▶ As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela equipa de consolidação. Este processo constitui um elemento adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente, garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos e dos procedimentos de corte de operações, assim como a verificação dos saldos e transações entre empresas do Grupo;
- ▶ As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas sob a supervisão da direção financeira. Os documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria; e

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é coordenado pela Comissão Executiva, sendo apresentado ao Conselho de Administração e supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, estes órgãos analisam as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

No que se refere aos fatores de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, salientamos a utilização de estimativas contabilísticas que têm por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, bem como o conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes. Salientamos igualmente os saldos e as transações com partes relacionadas: no Grupo Altri os saldos e transações com entidades relacionadas referem-se essencialmente às atividades operacionais correntes das empresas do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos remunerados a taxas de mercado.

A Comissão Executiva numa primeira linha e o Conselho de Administração, posteriormente, analisam e supervisionam regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, em articulação com o Conselho Fiscal, no sentido de obviar o acesso, indevido e extemporâneo, de terceiros, à informação relevante.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Em observância das disposições legais aplicáveis, bem como dos regulamentos da CMVM nesta matéria, a Altri assegura, sempre em primeira mão, a divulgação aos seus acionistas e ao mercado em geral, de todas as informações relativas ao negócio das empresas do grupo que se enquadram no conceito de informação privilegiada. Desta forma, a Altri tem vindo a assegurar, de forma permanente e tempestiva, a divulgação de informação aos seus acionistas e ao mercado em geral, no preciso momento em que a mesma assume a natureza de informação privilegiada.

A Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor do qual fazem parte o Representante para as Relações com o Mercado e o *Investor Relations*.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efetuados pelas seguintes vias:

Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818

4100-320 Porto

Tel: + 351 22 834 65 02

Fax: + 351 22 834 65 03

Email: investor.relations@altri.pt

Através da sua página oficial na Internet (www.altri.pt), a Altri disponibiliza informação financeira relativamente à sua atividade individual e consolidada, bem como das suas subsidiárias. Esta página é igualmente utilizada pela empresa para divulgação de comunicados previamente divulgados no Sistema de Difusão de Informação da CMVM e posterior e eventualmente efetuados à imprensa, com indicação sobre quaisquer factos relevantes para a vida societária. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas do Grupo para os últimos exercícios. A generalidade da informação é disponibilizada pela Sociedade em português e inglês.

57. Representante para as relações com o mercado

As funções de representante para as relações com o mercado são desempenhadas por Raquel Rocha Carvalho e as funções de *Investor Relations* por Rui Cesário Pereira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

Sempre que necessário, o Representante para as Relações com o Mercado assegura a prestação de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos materialmente relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público. Todas as informações solicitadas por parte dos investidores são analisadas e respondidas num prazo máximo de cinco dias úteis.



V. Sítio de Internet

59. Endereço(s)

A Altri tem disponível uma página na Internet com a informação sobre a Sociedade e o Grupo. O endereço é www.altri.pt.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais

<https://altri.pt/pt/altri/o-nosso-mundo>

61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<https://altri.pt/pt/investidores/governance>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

<https://altri.pt/pt/investidores/governance>

<https://altri.pt/pt/investidores/apoio-ao-acionista>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

<https://altri.pt/pt/investidores/relatorios-e-apresentacoes>

<https://altri.pt/pt/investidores/calendario-financeiro>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

<https://altri.pt/pt/investidores/assembleias-gerais>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

<https://altri.pt/pt/investidores/assembleias-gerais>

D. RELATÓRIO DE REMUNERAÇÕES

O Conselho de Administração apresenta, de seguida, um relatório claro e compreensível, que proporciona uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídos ou devidos durante o último exercício a cada membro dos órgãos de administração e fiscalização, em conformidade com a política de remuneração referida no artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários, incluindo os membros recentemente designados e os antigos membros.

A informação constante do presente relatório cumpre todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente, mas sem limitar, o artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

O tratamento, pela Sociedade, dos dados pessoais incluídos no presente relatório sobre as remunerações tem por objetivo aumentar o seu nível de transparência quanto à remuneração dos respetivos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma a reforçar o nível de responsabilização destes últimos e a capacidade de fiscalização dos acionistas relativamente à remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

Este relatório de remunerações é submetido a apreciação na assembleia geral anual seguinte ao exercício a que diz respeito e explicita de que forma a apreciação da assembleia geral anterior foi tida em conta.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Após a assembleia geral, o relatório sobre as remunerações é publicado em www.altri.pt, mantendo-se disponível durante, pelo menos, 10 anos.

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais em representação dos acionistas, de acordo com a declaração sobre a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Altri tem, atualmente, em funções uma Comissão de Remunerações, eleita em assembleia geral de acionistas para integrar um mandato de três anos, com início em 2023 e termo em 2025, e cuja composição é a seguinte:

- ▶ João da Silva Natária – Presidente
- ▶ Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal
- ▶ André Seabra Ferreira Pinto – Vogal

Todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes em relação aos membros do Conselho de Administração e a qualquer outro grupo de interesse.

Quanto à identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para prestar apoio a esta Comissão, importa referir que cabe nas suas atribuições a autonomia de, a expensas da Sociedade e em observância de critérios de razoabilidade no que a esta matéria diz respeito, contratar prestadores de serviços externos que, com independência, possam levar a cabo avaliações, estudos e à elaboração de relatórios que possam coadjuvar aquela comissão

no exercício pleno e cabal das suas funções, nos termos melhor explicitados no ponto 68 infra.

Esta comissão deve apoiar-se em estudos de benchmarking em matéria política retributiva, assegurando que a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais está alinhada com as melhores práticas em uso em empresas de igual relevo e dimensão.

Em 2025 não considerou esta comissão necessária a contratação de quaisquer pessoas ou entidades para apoiar as suas tomadas de decisão.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência e as qualificações profissionais dos membros da Comissão de Remunerações estão espelhadas nos currículos disponíveis no website da Sociedade em www.altri.pt, separador “Investidores”, Secção “Investidores/ Assembleias-Gerais/2023/Anexos:Currículos”, os quais foram disponibilizados a propósito da respetiva eleição, na Assembleia Geral Anual de 2023, e que aí permanecem nos termos legais aplicáveis.

A Altri considera que a experiência e percurso profissionais dos membros que integram a Comissão de Remunerações são plenamente adequados ao exercício das funções que lhe estão cometidas, permitindo-lhes exercê-las com o rigor e com a eficácia que se exige. Sem prejuízo das qualificações dos demais membros, faz sentido destacar o Dr. João da Silva Natária, pela elevada experiência e conhecimentos específicos de que dispõe em matéria de avaliação e de política remuneratória.

Adicionalmente, e em complemento do que já se referiu no ponto 67 supra, sempre que tal se revela necessário, aquela comissão recorre a recursos especializados, internos ou externos, para suportar as suas deliberações.

Nessas situações, a Comissão de Remunerações decide livremente a contratação, pela Altri, dos serviços de consultadoria considerados necessários ou convenientes, tendo o cuidado de assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à Altri ou às suas subsidiárias, sem autorização expressa da Comissão de Remunerações.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários

Tal como estipulado no artigo 26.º-B do Código dos Valores Mobiliários, é submetida à apreciação da assembleia geral uma Declaração Sobre a Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

De acordo com a Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e com as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance 2018 (e revisto em 2023), a aprovação anual da Política de Remuneração dos órgãos de Administração e de Fiscalização deixou de ser obrigatória, tendo lugar apenas no decurso do mandato se a Emitente assim o desejar ou se pretender propor à consideração dos acionistas eventuais alterações à política em vigor.

A Política de Remuneração e Compensação dos órgãos sociais da Altri, aprovada na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, em vigor durante o triénio 2023-2025, obedece aos seguintes princípios:

1. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ALTRI

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Altri assenta no pressuposto de que a competência, a dedicação, a disponibilidade e a performance são os elementos determinantes de um bom desempenho, e que só com um bom desempenho é possível assegurar o necessário alinhamento com os interesses da sociedade e dos seus acionistas.

Tendo em vista o interesse, a cultura e a estratégia de longo prazo da Sociedade, a Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Altri visa, tal como estabelecido no artigo 26.º-C, n.º 1, do CVM, “*contribuir para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.*”

Em concreto, a Política de Remuneração tem por desiderato:

- Atrair e reter os melhores profissionais para as funções a desempenhar, proporcionando as necessárias condições de estabilidade no exercício das funções;
- Premiar o desempenho, mediante uma remuneração adequada aos mecanismos de defesa dos interesses dos Acionistas, desincentivando a assunção excessiva de riscos, ao prever mecanismos de diferimento da remuneração variável;
- Premiar o foco na melhoria contínua, na produtividade e na criação de valor de longo prazo para os acionistas;
- Premiar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética de atividades relevantes da Sociedade.

A Política está assente em critérios que visam a sustentabilidade da Sociedade, está alinhada com o benchmarking comparável e, cumprindo os requisitos legais, assenta nos seguintes vetores:

Responsabilidade inerente às funções desempenhadas

As funções desempenhadas e as responsabilidades assumidas por cada membro são, necessariamente, tidas em consideração na definição da remuneração. Não estão na mesma posição todos os membros entre si o que impõe uma definição cuidadosamente casuística. Na avaliação do nível de responsabilidade deve-se considerar o tempo de dedicação, a exigência imposta pelas áreas sob a sua supervisão e as funções desempenhadas nas subsidiárias.

Situação económica da Sociedade

A definição das remunerações tem que ser compatível com a dimensão e capacidade económica da Sociedade, não deixando de se assegurar a adequada e justa remuneração.

Critérios de mercado

A observância de regras de mercado, através de um exercício comparativo (“benchmark”), é essencial para retribuir adequadamente e de forma competitiva, tendo em consideração a prática do mercado de referência (a

nível nacional e internacional), a atividade desenvolvida e os resultados obtidos.

Alinhamento de interesses da gestão com os objetivos estratégicos da Sociedade

A definição das remunerações deve assentar em critérios de avaliação de desempenho e de objetivos, de natureza financeira e não financeira, alinhados com a estratégia empresarial da Sociedade e que assegurem a efetiva sustentabilidade da Sociedade no longo prazo.

Compromisso ESG

Os objetivos associados à definição das remunerações devem estar associados ao desempenho da Sociedade em indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG), traduzindo o compromisso de desenvolvimento sustentável, em especial no âmbito da sustentabilidade ambiental, da Sociedade, bem como o permanente cumprimento dos valores e princípios éticos da Sociedade e que constituem uma pedra angular na forma como esta se estrutura e relaciona com todos os stakeholders.

Condições de emprego e de remuneração dos colaboradores

As remunerações definidas devem ter em consideração as condições de emprego e de remuneração dos colaboradores da Sociedade, o que é alcançado através de um exercício comparativo (“*benchmark*”) com o mercado de referência (a nível nacional e internacional), tendo por referência funções equivalentes, por forma a garantir a equidade interna e um elevado nível competitivo.

A Comissão de Remunerações da Altri entende que estes princípios estão de acordo com o quadro legislativo e recomendatório em vigor, refletindo, de igual modo, aquela que é a visão da Sociedade sobre esta matéria.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações da Altri teve em consideração o seguinte: em reunião do Conselho de Administração da Altri, realizada em 5 de junho de 2023, foram constituídas as seguintes Comissões, para o mandato em curso (triénio 2023/2025):

- ▶ Comissão Executiva, constituída pelos Administradores José Soares de Pina (Presidente), Carlos Van Zeller (Vice-Presidente), Miguel Silva, Miguel Silveira, João Pereira e Sofia Jorge;
- ▶ Comissão de Acompanhamento Estratégico, Operacional & Governance, constituída pelos Administradores José Soares de Pina, Paulo Fernandes, João Borges de Oliveira, Domingos Vieira de Matos, Pedro Borges de Oliveira e Ana Mendonça;
- ▶ Comissão de Ética constituída pelos administradores Laurentina da Silva Martins (Presidente), Paula Pimentel (Vice-Presidente), Sofia Jorge, Raquel Rocha Carvalho e pelos membros do Conselho Fiscal Jorge Marrão e Pedro Pessanha;
- ▶ Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco constituída pelos administradores, Maria do Carmo Oliveira (Presidente), Alberto Castro, Ana Mendonça, Paula Pimentel, Sofia Jorge e Raquel Rocha Carvalho.

No decorrer do ano de 2024, em reunião do Conselho de Administração da Altri, realizada em 19 de setembro de 2024, foi dissolvida a Comissão de Acompanhamento Estratégico, Operacional & Governance e foi constituída a seguinte Comissão, para o mandato em curso (triénio 2023/2025):

- ▶ Comissão de Corporate Governance, constituída pelos Administradores Alberto Castro (Presidente), Paulo Fernandes, João Borges de Oliveira, Maria do Carmo Oliveira e Paula Pimentel.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Comissão de Remunerações da Altri, em linha com o modelo organizativo da Sociedade e os princípios acima descritos, teve em consideração as seguintes medidas:

- i. reforço da necessidade de manutenção de um processo de definição de objetivos e avaliação de desempenho;
- ii. assegurar a coerência entre os objetivos quantitativos e qualitativos;



- iii. garantir que os objetivos quantitativos dos Administradores Executivos estão alinhados com os objetivos quantitativos dos quadros mais relevantes da Sociedade;

Administradores Não Executivos

- i. a remuneração dos administradores não executivos integra apenas uma componente fixa, correspondente a uma retribuição mensal fixa, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, revista, se necessário, de forma periódica tendo em consideração as melhores práticas e as responsabilidades de cada administrador não executivo; em linha com as práticas de mercado, a remuneração dos administradores não executivos pode ser diferenciada (i) pelas especiais funções de representação da Sociedade que a cada um poderá ser acometida; (ii) pela experiência e know-how em funções executivas exercidas anteriormente na Sociedade, bem como (iii) pelos conhecimentos de negócio e know-how no setor de atividade em que opera a sociedade;
- ii. os administradores não executivos, em função da experiência adquirida ao longo dos anos em funções executivas e do profundo conhecimento e know-how dos negócios da Sociedade que lhes sejam reconhecidos, podem ainda auferir uma remuneração diferenciada em resultado do valor que aportam à sociedade nos termos referidos no parágrafo anterior;
- iii. adicionalmente, a Comissão de Remunerações da Altri tem em consideração a participação de administradores não executivos em comissões internas do Conselho de Administração.

Administradores Executivos

- i. a remuneração dos administradores executivos integra duas componentes:
 - a) componente fixa, correspondente a um valor pago mensalmente;
 - b) componente variável, que inclui um prémio variável de curto prazo e um prémio variável de médio prazo.

Prémio Variável de Curto Prazo

O prémio variável de curto prazo é pago anualmente e não pode ser superior à remuneração fixa anual.

Prémio Variável de Médio Prazo

O prémio variável de médio prazo está configurado sob a forma de *Phantom Shares*, que é uma fórmula de cálculo que consiste na fixação, a priori, de um valor para as ações Altri, que corresponderá ao valor da cotação de fecho de um determinado dia e assumindo um investimento de um determinado valor em ações da Sociedade, e pode ser exercido na totalidade, dentro de um determinado período a acordar que nunca será inferior a três anos a contar da data da sua atribuição, ou pelo montante máximo de 50% (cinquenta por cento) no prazo de 4 (quatro) anos e pelo montante remanescente de 50% (cinquenta por cento) no prazo de 5 (cinco) anos, em qualquer caso a contar da sua atribuição, mediante a verificação e cumprimento de objetivos de desempenho quantitativo associados ao *Total Share Return*, razão pela qual o seu pagamento não se encontra garantido.

Esta fórmula de cálculo do Prémio Variável de Médio Prazo sob a forma de *Phantom Shares*, ao diferir em, pelo menos, 3 (três) anos o momento do pagamento, permite alinhar o desempenho dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da Sociedade, sem que haja uma transferência de propriedade das ações para a esfera dos administradores executivos.

Nos termos da deliberação da Comissão de Remunerações tomada no sentido de concretizar o regime das *Phantom Shares* estabeleceu-se como limite ao exercício e pagamento o equivalente a 100% da soma de todas as remunerações fixas e variáveis anuais do beneficiário auferidas entre a data de referência da atribuição e a data do exercício.

Crítérios de Atribuição da Remuneração Variável

- i. a componente variável (de curto prazo e de médio prazo) é apurada de acordo com o desempenho individual de cada administrador executivo, tendo em conta a respetiva avaliação individual anual, de acordo com os objetivos quantitativos (de natureza financeira e não financeira) e qualitativos previamente definidos;



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- ii. os objetivos quantitativos e qualitativos são, por natureza, de longo prazo e, portanto, têm um calendário que se pode estender por um ou mais anos;
- iii. os objetivos individuais quantitativos devem refletir o desempenho financeiro da Sociedade, nomeadamente o seu crescimento e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros deverão ter em linha de conta os objetivos estratégicos da Sociedade, em especial a evolução do volume de negócios e dos resultados da Sociedade e a solidez financeira e de capital da Sociedade;
- iv. os objetivos individuais qualitativos devem refletir o atingimento dos indicadores ambientais, sociais, de governo corporativo e de capacidade de gestão de equipas;
- v. o processo de avaliação de desempenho individual de cada administrador executivo é anual, devendo ser suportado em evidências concretas, disponibilizadas à Comissão de Remunerações da Altri;
- vi. Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos administradores executivos, não são atribuídos aos membros do órgão de administração outros benefícios não pecuniários, para além dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e de acidentes pessoais de acordo com as práticas de mercado.

Processo de determinação da remuneração variável:

- i. É observado um processo interno de avaliação (tendo sempre por base os critérios da Política de Remuneração) realizado hierarquicamente, em que: o presidente do Conselho de Administração lidera o processo de avaliação em relação ao Presidente da Comissão Executiva e este lidera o processo de avaliação em relação aos demais administradores executivos, cujo reporte está sob a sua responsabilidade;
- ii. O líder de cada processo de avaliação poderá convocar a participação de administradores não executivos que possam aportar, pela sua

experiência e know-how em determinadas áreas, contributos relevantes ao processo de avaliação em causa;

- iii. A Comissão de Remunerações analisa o processo de avaliação realizado, à luz da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais em vigor e confirma, por fim, face aos elementos disponibilizados, a adequação e coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

Regras Especiais Aplicáveis à Remuneração dos Administradores

- A remuneração global fixa do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas paguem aos membros que integrem o Conselho de Administração, não pode exceder os 4.000.000 Euros por ano;
- A componente variável da remuneração, uma vez determinada, atribuída e paga, não é passível de ser restituída pelo administrador executivo que a tenha recebido, mesmo em caso de cessação antecipada, por qualquer causa, das suas funções, sem prejuízo do direito indemnizatório geral da Sociedade em caso de danos causados pela atuação dos administradores executivos, no qual se inclui o direito de retenção de montantes atribuídos, mas ainda não pagos, a título de componente variável da remuneração;
- Em face das diferentes áreas de negócio abrangidas pela Sociedade, julga-se adequado que o pagamento da remuneração dos administradores executivos, na componente fixa e/ou na componente variável, possa ser repartido entre a Sociedade e sociedades subsidiárias ou pago apenas pelas subsidiárias, cujos órgãos de administração sejam por eles integrados, de acordo com os termos que venham a ser definidos pela Comissão de Remunerações da Altri;
- Caso existam contratos celebrados com os membros dos órgãos de administração ou fiscalização para a regulação contratual, os mesmos não terão uma duração superior ao mandato de exercício de funções sem prejuízo do princípio de renovação contratual concomitantemente à renovação do mandato, e sem períodos de pré-aviso especificamente aplicáveis.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assim:

com base nas medidas acima elencadas, é entendimento da Comissão de Remunerações da Altri que a remuneração dos administradores executivos (e, bem assim, dos administradores não executivos) é adequada e, tal como estabelecido no artigo 26.º-C, n.º 1, do CVM, “contribui[r] para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade”.

CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será baseada em valores anuais fixos, em níveis considerados adequados para funções similares.

ASSEMBLEIA GERAL

A remuneração da mesa da Assembleia Geral será exclusivamente fixa e seguirá as práticas de mercado.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas terá uma remuneração fixa adequada ao exercício das suas funções e de acordo com a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

A remuneração será estabelecida no respetivo contrato de prestação de serviços a celebrar para o efeito, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

REGIMES DE PENSÃO COMPLEMENTAR OU REFORMA ANTECIPADA:

Não existem, na presente data, quaisquer regimes de pensão complementar ou de reforma antecipada.

CONFLITOS DE INTERESSES:

Caberá à Comissão de Remunerações identificar e dirimir quaisquer situações de conflito de interesses que possam estar relacionados com a Política de Remuneração e quaisquer das pessoas ou entidades por ela abrangidas. Considera-se existir conflito de interesses sempre que: (i) assim o determine a lei e regulamentos aplicáveis, assim como quando o interesse particular de um

qualquer membro de um órgão social interfira, por qualquer modo, com esta Política de Remuneração e/ou quando (ii) o exercício das funções de um qualquer membro de um órgão social possa contrariar ou impactar de forma negativa os critérios de fixação da remuneração desse membro ou dos demais membros desse órgão social.

Qualquer situação de conflito de interesses que seja identificada pela Comissão de Remunerações e que esta não consiga solucionar em tempo razoável atendendo às circunstâncias, deverá ser submetida à apreciação e decisão da Assembleia Geral da Sociedade, depois de consultada a Comissão de Ética da Sociedade.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO:

Esta política aplica-se não só às remunerações pagas diretamente pela Altri, mas também a todas as remunerações que sejam pagas pelas sociedades direta ou indiretamente controladas pela Altri, nos termos do artigo 21.º do Códigos dos Valores Mobiliários, aos membros dos Órgãos Sociais da Altri.

APROVAÇÃO DA POLÍTICA, ALTERAÇÃO E REVISÃO:

Aprovação: A Política de Remuneração da Sociedade é elaborada pela Comissão de Remunerações e submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Alteração: Qualquer alteração à Política de Remuneração terá sempre de ser proposta pela Comissão de Remunerações à Assembleia Geral da Sociedade, para aprovação. Qualquer órgão social pode solicitar à Comissão de Remunerações uma alteração à Política de Remuneração, devendo apresentar um pedido escrito, devidamente fundamentado. A Comissão de Remunerações apreciará a pertinência e adequação de tal pedido, devendo apresentar uma resposta escrita, também devidamente fundamentada, sobre as conclusões da sua análise e sobre os procedimentos a adotar.

Revisão: A Comissão de Remunerações procede a uma revisão da Política de Remuneração com base trienal, no final de cada período de mandato social, procedendo às alterações que entender pertinentes atendendo às melhores práticas de governance, aos objetivos que estão na base da remuneração dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, às recomendações das entidades com competência nesta matéria, tendo em vista a adequação da política às

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

melhores práticas de mercado e aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Sociedade.

Procedimento: As alterações e revisões à Política de Remuneração deverão sempre constar de uma proposta elaborada pela Comissão de Remunerações e submetida à apreciação da Assembleia Geral, na qual devem estar explicitadas as razões que presidiram a essa proposta e claramente identificadas as alterações propostas.

A Política de Remuneração alterada ou revista passará a estar em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia Geral, devendo a versão consolidada da Política de Remuneração ser publicitada nos termos legais.

VIGÊNCIA DA POLÍTICA

A Política de Remuneração vigora por períodos de três anos, coincidentes com os mandatos sociais e entre em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia Geral da Sociedade.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

A política de remuneração dos administradores executivos visa assegurar uma contrapartida adequada e rigorosa do desempenho e contribuição de cada administrador para o sucesso da organização, alinhando os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas e da Sociedade. Adicionalmente, a política de remuneração prevê uma componente variável de médio prazo, indexada ao desempenho da Sociedade, destinada a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos Acionistas e com os interesses de longo prazo da Sociedade. Esta remuneração assume a configuração de Phantom Shares nos termos já explicitados.

As propostas de remuneração dos administradores executivos são elaboradas tendo em conta: **(i)** as funções desempenhadas na Altri e nas diferentes subsidiárias; **(ii)** a responsabilidade e o valor acrescentado pelo desempenho

individual; **(iii)** o conhecimento e a experiência acumulada no exercício da função; **(iv)** a situação económica da Empresa; **(v)** a remuneração auferida em empresas do mesmo setor e noutras sociedades cotadas na *Euronext Lisbon*. Em relação a este último aspeto, a Comissão de Remunerações tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente cotadas na *Euronext Lisbon*, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes às da Altri.

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual da remuneração dos administradores, do desempenho da Sociedade e da remuneração média de colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresenta-se do seguinte modo:

Variações Anuais	2021 vs. 2020	2022 vs. 2021	2023 vs. 2022	2024 vs. 2023	2025 vs. 2024
Remunerações dos Administradores Executivos					
José Armino Farinha Soares de Pina	26,98% ⁽²⁾	8,75%	(16,09)%	101,88% ^{(3) (4)}	(51,51)% ^{(3) (4)}
José António Nogueira dos Santos	70,12% ⁽²⁾	(90,87)% ⁽²⁾	N/A	N/A	N/A
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	40,53% ⁽²⁾	40,00%	(19,55)%	69,77% ^{(3) (4)}	(42,84)% ^{(3) (4)}
Vítor Miguel Martins Jorge da Silva	N/A	N/A ⁽²⁾	(23,71)% ⁽²⁾	70,02% ^{(2) (3) (4)}	(41,29)% ^{(3) (4)}
Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	N/A	N/A	N/A ⁽²⁾	102,49% ^{(2) (3) (4)}	(36,30)% ^{(3) (4)}
João Carlos Ribeiro Pereira	N/A	N/A	N/A ⁽²⁾	49,92% ^{(2) (3) (4)}	16,18% ^{(3) (4)}
Sofia Isabel Henriques Reis Jorge	N/A	N/A	N/A ⁽²⁾	75,31% ^{(2) (3) (4)}	(1,85)% ^{(3) (4)}
Remunerações dos Administradores Não Executivos					
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	10,59%	(9,58)%	—%	—%	—%
João Manuel Matos Borges de Oliveira	10,59%	(9,58)%	—%	—%	—%
Domingos José Vieira de Matos	8,27%	(7,64)%	—%	—%	—%
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	8,27%	(7,64)%	—%	—%	—%

Variações Anuais	2021 vs. 2020	2022 vs. 2021	2023 vs. 2022	2024 vs. 2023	2025 vs. 2024
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	21,27%	(17,54)%	—%	—%	—%
Laurentina da Silva Martins	—%	—%	—%	6,25% ⁽⁴⁾	1,96% ⁽⁴⁾
Alberto João Coraceiro de Castro	50,00% ⁽²⁾	—%	—%	5,36% ⁽⁴⁾	1,69% ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira	50,00% ⁽²⁾	—%	—%	6,25% ⁽⁴⁾	1,96% ⁽⁴⁾
Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves	50,00% ⁽²⁾	—%	—%	6,25% ⁽⁴⁾	1,96% ⁽⁴⁾
José Manuel de Almeida Archer	(100,00)% ⁽²⁾	N/A	N/A	N/A	N/A
Desempenho da Sociedade					
EBITDA	132,67%	32,35%	(54,44)%	58,99%	(56,89)%
Receitas ⁽¹⁾	37,98%	34,39%	(26,07)%	8,51%	(17,83)%
Resultado Líquido	286,72%	12,48%	(72,39)%	153,62%	(80,69)%
Remuneração Média dos Colaboradores em Termos Equivalentes a Tempo Inteiro					
Colaboradores do Grupo	0,68%	4,76%	5,72%	6,50%	1,80%

⁽¹⁾ Receitas = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

⁽²⁾ As variações apresentadas resultam do facto de não existir remuneração referente a um ano civil completo num dos anos de referência

⁽³⁾ As variações apresentadas resultam do facto de as componentes das remunerações nos anos de referência serem distintas

⁽⁴⁾ As variações apresentadas resultam do facto de ter ocorrido uma revisão da Remuneração Fixa Anual

71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023 foi aprovada a política de remunerações conforme detalhado no ponto 69 *supra*, a qual prevê uma componente variável de curto prazo e de médio prazo.

A Sociedade não celebrou quaisquer contratos com membros do Conselho de Administração que tenham por efeito mitigar o risco residual à variabilidade da remuneração, nem tem conhecimento de que existam contratos idênticos celebrados com terceiros.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

A componente variável da remuneração dos administradores executivos está parcialmente diferida. Este diferimento resulta do facto de existir uma das partes da componente variável que tem uma natureza de médio prazo, estando configurada sob a forma de Phantom Shares, que só permite o exercício e respetivo recebimento pelo beneficiário depois de decorrido um mínimo de 3 anos a contar da atribuição.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em que haja lugar à atribuição de ações, sem prejuízo do regime de Phantom Shares que consta da Política de Remunerações da Altri aprovada na Assembleia Geral anual de 2023 e que se referiu no ponto 69.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em que haja lugar à atribuição de direitos de opções, sem prejuízo do regime de Phantom Shares que consta da Política de Remunerações da Altri aprovada na Assembleia Geral anual de 2023 e que se referiu no ponto 69.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

A Altri não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários para além da remuneração variável, nos termos descritos *supra*.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A Altri não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Importa referir a este propósito que a administradora Laurentina Martins beneficia de uma pensão que lhe foi atribuída por efeito da cessação de

funções enquanto colaboradora da subsidiária Caima, S.A. (anteriormente designada Caima - Indústria de Celulose, S.A.) nos termos *standard* em vigor no Plano de Pensões daquela Sociedade. As funções de colaboradora naquela sociedade cessaram em 30 de setembro de 2012.

Deve, assim, esclarecer-se que a pensão auferida não é mais do que um direito adquirido pelo vínculo laboral estabelecido com aquela subsidiária e é independente do exercício das funções de administração na Altri, ou seja, ainda que cessasse as funções na Altri e independentemente da razão dessa cessação, o direito ao recebimento de tal pensão sempre estaria assegurado.

Importa ainda referir, a este propósito, que durante o exercício de 2025, não foi efetuada por aquela administradora, em observância das regras inerentes ao plano, qualquer contribuição para o referido fundo, tendo, no entanto, recebido, durante o referido exercício, a quantia de 33.705 Euros, a título de pensão de reforma por velhice.

Para informação mais detalhada sobre o Plano de Pensões aqui referido, deverá consultar-se a nota 29 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, clarifica-se que só são remunerados na Altri os administradores não executivos. Os administradores executivos são remunerados nas respetivas subsidiárias, ou seja, Celbi, Altri Florestal e Altri Sales.

A Comissão de Remunerações deliberou em 2024 manter a remuneração dos administradores não executivos inalterada, exceto quanto aos não executivos independentes e à administradora Laurentina Martins, em relação aos quais foram deliberadas atualizações da remuneração que se mantinha sem

atualização desde o anterior mandato, não tendo ocorrido alterações adicionais durante o ano de 2025.

Assim, no que diz respeito às remunerações pagas diretamente pela Sociedade, durante o exercício de 2025 aos já referidos administradores não executivos, ascenderam ao montante de 1.940.520 Euros, repartido como segue: Paulo Fernandes – 490.310 Euros; João Borges de Oliveira – 490.310 Euros; Domingos Matos – 282.500 Euros; Pedro Borges de Oliveira – 282.500 Euros; Ana Mendonça – 109.900 Euros; Alberto Castro – 90.000 Euros; Laurentina Martins – 65.000 Euros; Maria do Carmo Oliveira – 65.000 Euros; Paula Pimentel – 65.000 Euros.

Na medida em que a Sociedade remunera apenas administradores não executivos, não é aplicável a atribuição de qualquer remuneração variável pelo que, quanto a estes, não é aplicável a menção à proporção relativa à remuneração fixa e variável conforme solicitado pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G.

Adicionalmente, uma vez que nenhum membro não executivo do Conselho de Administração cessou funções durante o exercício em referência, não foram suportados, pela Sociedade, quaisquer encargos decorrentes da cessação de funções.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Em 2025, a Comissão de Remunerações da Sociedade, tendo em conta que:

- ▶ todos os membros que integravam o Conselho de Administração no mandato 2020/2022 foram reconduzidos para o atual mandato 2023/2025, na Assembleia Geral Anual realizada no dia 28 de abril de 2023, tendo nessa mesma Assembleia sido eleitos três novos membros, que integraram a Comissão Executiva;
- ▶ após essa eleição, coube à Comissão de Remunerações deliberar sobre as remunerações fixas a atribuir a cada um dos membros eleitos. Nessa oportunidade, entendeu essa Comissão que, atendendo ao facto de o ano em causa (2023) se estar a revelar muito desafiador em termos de condições de mercado, nomeadamente

devido à descida abrupta e acentuada do preço da pasta, e considerando as perspetivas menos otimistas em termos de resultado para esse exercício, seria mais prudente não atualizar desde logo as remunerações atribuídas no mandato anterior e, em relação aos novos membros eleitos, apesar do acréscimo de responsabilidade inerente ao cargo, manter as remunerações auferidas até então pelo exercício do cargo apenas nas subsidiárias;

- ▶ tendo em conta que as perspetivas de negócio, no ano de 2024, foram normalizadas, foi deliberada a revisão das remunerações fixas anuais dos administradores executivos, à semelhança do que fez para os administradores não executivos independentes e da administradora Laurentina Martins, e
- ▶ que durante o ano de 2025, ocorreu um aumento salarial à universalidade dos trabalhadores do Grupo Altri,

considerou pertinente e adequado proceder ao aumento da remuneração fixa anual dos membros da Comissão Executiva, considerando as várias componentes de remuneração fixa, correspondente a 2% (dois por cento).

Adicionalmente, e por razões de evolução de carreira, em acréscimo aos referidos 2%, foram, ainda, aplicados os seguintes aumentos extraordinários aos administradores executivos Miguel Silveira (+4,36%) e Sofia Reis Jorge (+18%).

Em relação ao prémio variável de médio prazo dos administradores executivos, configurado sobre a forma de *Phantom Shares*, tal como resulta da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais aprovada e em vigor, é definido ao nível da própria Altri pela sua Comissão de Remunerações, por referência à criação de valor para os acionistas da Altri, ainda que o seu pagamento possa vir a ser total ou parcialmente realizado pelas subsidiárias pertinentes da Altri onde os mesmos Administradores exercem igualmente funções. Esta opção de remuneração variável, refletindo na esfera dos administradores o retorno acionista num período alargado, cumpre plenamente o objetivo a que se propõe a remuneração variável de médio prazo de promover o alinhamento de interesses entre administradores e a Sociedade.

No ano de 2025, não houve lugar ao exercício do direito em relação às *Phantom Shares* pelos administradores executivos.

Em relação ao administrador José Soares de Pina, Presidente da Comissão Executiva, em 31 de dezembro de 2025, ficaram ainda pendentes relativamente ao mandato 2020-2022 as 155.602 (cento e cinquenta mil seiscentas e duas) *Phantom Shares*, respetivamente, que foram atribuídas pela Comissão de Remunerações, com data de referência de 30 de abril de 2020, uma vez que ainda se encontrava a decorrer o prazo para o seu exercício.

Em relação à administradora Sofia Reis Jorge, Vogal da Comissão Executiva, em 31 de dezembro de 2025, ficaram ainda pendentes relativamente ao mandato 2020-2022 as 38.535 (trinta e oito mil quinhentos e trinta e cinco) *Phantom Shares* que foram atribuídas pela Comissão de Remunerações, com data de referência de 30 de setembro de 2022, uma vez que ainda se encontrava a decorrer o prazo para o seu exercício.

Assim, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, clarifica-se que, através de subsidiárias do Grupo, foram auferidas as seguintes remunerações pelos seguintes administradores da Sociedade:

Componente	Fixa	% (Remuneração Fixa)	Variável de Curto Prazo	Variável Médio Prazo (Phantom Shares)	% (Remuneração Variável)
Remunerações dos Administradores Executivos					
Pagas pela subsidiária CELBI, S.A.					
José Armindo Farinha Soares de Pina	€496 140	69,43 %	€218 500 ⁽¹⁾	N/A	30,57 %
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	€338 640	65,23 %	€180 500 ⁽¹⁾	N/A	34,77 %
Vítor Miguel Martins Jorge da Silva	€248 880	70,43 %	€104 500 ⁽¹⁾	N/A	29,57 %
Sofia Isabel Henriques Reis Jorge	€233 498	69,08 %	€104 500 ⁽¹⁾	N/A	30,92 %
Pagas pela subsidiária ALTRI FLORESTAL, S.A.					
Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	€249 086	70,45 %	€104 500 ⁽¹⁾	N/A	29,55 %
Pagas pela subsidiária ALTRI SALES					
João Carlos Ribeiro Pereira	€400 093	79,29 %	€104 500 ⁽¹⁾	N/A	20,71 %
⁽¹⁾ Pagamento diferido para o ano de 2026					

As Phantom Shares relativas ao mandato 2023-2025 foram entretanto atribuídas aos administradores executivos pela Comissão de Remunerações, tendo o número de ações e o respetivo valor global resultado da ponderação dos objetivos do sistema de remuneração, da situação da Sociedade, da sua estratégia e dos demais critérios definidos no respetivo regulamento, nomeadamente relacionados com a antiguidade, responsabilidade e avaliação dos beneficiários. O pagamento futuro do montante da valorização destas Phantom Shares não é garantido, estando designadamente dependente do decurso do prazo e da sua efetiva valorização.

As Phantom Shares atribuídas para o mandato em curso, todas com o dia 28 de abril de 2023 como data de referência para efeitos de prazo e cotação, foram as seguintes: José Soares de Pina - 213.219 Phantom Shares, Carlos Van Zeller - 127.931 Phantom Shares, Miguel Silva - 63.965 Phantom Shares, Miguel Silveira - 63.965 Phantom Shares, João Carlos Ribeiro Pereira - 63.965 Phantom Shares, Sofia Reis Jorge - 63.965 Phantom Shares.

Adicionalmente, uma vez que nenhum membro executivo do Conselho de Administração cessou funções durante o exercício em referência, não foram suportados, pela Sociedade, quaisquer encargos decorrentes da cessação de funções.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

Durante o exercício não foram pagas quaisquer remunerações a título de participação nos lucros ou sob a forma de prémios.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

No exercício de 2025 não ocorreu qualquer cessação do exercício de funções.

Durante o exercício não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores relativamente à cessação de funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, clarifica-se que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo baseado na dimensão da Altri e nas práticas correntes de mercado em sociedade de igual relevo e dimensão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a remuneração dos membros do Conselho Fiscal ascendeu a 50.000 Euros distribuída como segue: Jorge Marrão: 25.000 Euros; Pedro Pessanha – 12.500 Euros; Ana Paula Pinho – 12.500 Euros.

A remuneração auferida pelo revisor oficial de contas encontra-se descrita no ponto 47 supra.

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual da remuneração do Conselho Fiscal, do desempenho da Sociedade e da remuneração média de colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresenta-se do seguinte modo:

Variações Anuais	2021 vs. 2020	2022 vs. 2021	2023 vs. 2022	2024 vs. 2023	2025 vs. 2024
Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal					
Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa	—%	—%	(11,11)%	(6,25)%	—%
António Luís Isidro de Pinho	—%	—%	(66,67)%(2)	(100,00)%	N/A
Ana Paula dos Santos Silva e Pinho	50,00%(2)	—%	33,61%	12,58%	—%
Jorge Manuel de Sousa Marrão	N/A	N/A	N/A(2)	50,00%	—%
Guilherme Paulo Aires da Mota Correia Monteiro	(100,00)%(2)	N/A	N/A	N/A	N/A
Desempenho da Sociedade					
EBITDA	132,67%	32,35%	(54,44)%	58,99%	(56,89)%
Receitas (1)	37,98%	34,39%	(26,07)%	8,51%	(17,83)%
Resultado Líquido	286,72%	12,48%	(72,39)%	153,62%	(80,69)%
Remuneração Média dos Colaboradores em Termos Equivalentes a Tempo Inteiro					
Colaboradores do Grupo	0,68%	4,76%	5,72%	6,50%	1,80%

(1) Receitas = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

(2) As remunerações auferidas num dos anos de referência não corresponde a um ano civil completo, por motivo de eleição para novo mandato

Adicionalmente, uma vez que nenhum membro do Conselho Fiscal cessou funções durante o exercício em referência, não foram suportados, pela Sociedade, quaisquer encargos decorrentes da cessação de funções.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ascendeu a 3.500 Euros e a remuneração da secretária da mesa ascendeu a 1.500 Euros.

Adicionalmente, uma vez que nenhum membro da Mesa da Assembleia Geral cessou funções durante o exercício em referência, não foram suportados, pela Sociedade, quaisquer encargos decorrentes da cessação de funções.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

A política de remunerações mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de funções antecipada ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou outros dirigentes da Altri, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R do CVM, que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão,

despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. Não se encontram igualmente previstos acordos com os administradores no sentido de assegurar qualquer compensação em caso de não recondução no mandato.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A Altri não possui planos de atribuição de ações ou de opções sobre ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus colaboradores, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

86. Caracterização do plano

A Altri não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações de aquisição de ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os colaboradores e colaboradores da empresa

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os colaboradores e colaboradores da Sociedade, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos colaboradores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não aplicável conforme exposto acima.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Sociedade aprovou, por deliberação do Conselho de Administração do dia 5 de junho de 2023, após parecer prévio favorável do Conselho Fiscal do dia 23 de maio de 2023, o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, e que se encontra disponível no sítio da Sociedade (<http://www.altri.pt/pt/investidores/governance>).

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários.

O seu parecer é, naturalmente, vinculativo.

Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência.

Importa ainda referir que o Conselho de Administração presta, pelo menos trimestralmente, ao Conselho Fiscal todas as informações que este solicite, incluindo o reporte sobre transações com partes relacionadas, nunca tendo estado em causa a realização de qualquer transação que pudesse pôr em causa o rigor e a transparência que pauta a atuação da Sociedade, sem que tivesse sido observado o procedimento de solicitação de parecer prévio ao Conselho Fiscal.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

No exercício de 2025, foi solicitado ao Conselho Fiscal a emissão de parecer sobre o seguinte tema:

- proposta de compra do Edifício Sede da ALTRI, SGPS, S.A., sito na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, no Porto, apresentada pela Servilivre, S.A., integralmente detida pela Vieira de Matos - VDM Capital, S.A., esta última, à data de março de 2025, detentora de uma participação qualificada correspondente a 12,35% (doze vírgula trinta e cinco por cento) do capital social e dos direitos de voto da Sociedade, sendo a Vieira de Matos - VDM Capital, S.A., bem como a Servilivre, S.A., sociedades controladas pelo Dr. Domingos José Vieira de Matos, administrador da ALTRI, SGPS, S.A..

O tema foi, após emissão do parecer favorável do Conselho Fiscal, aprovado em reunião de Conselho de Administração, de acordo com o número 2 do artigo 397.º do CSC.

Refira-se, adicionalmente, que não se concretizaram quaisquer negócios ou transações com membros do Conselho Fiscal.

As transações levadas a cabo pela Sociedade com sociedades em relação de domínio ou de Grupo não assumem materialidade digna de registo, tendo, no entanto, sido efetuadas em condições normais de mercado e, sendo todas elas enquadráveis na atividade corrente da Sociedade, não merecem ser alvo de divulgação separada.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

As transações com administradores da Altri ou com sociedades que consigo estejam em relação de domínio ou de Grupo e em que um dos intervenientes seja administrador, independentemente do montante, estão sempre sujeitas à autorização prévia do Conselho de Administração, no pressuposto de que tenha sido emitido parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos prescritos pelo artigo 397.º do CSC e de acordo com o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses da Sociedade elaborado nos termos e para os efeitos previstos no artigo 29º-S, n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade, pelo que deverão ser cumpridos os procedimentos previstos no referido Regulamento, tais como:

- ▶ O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são informados semestralmente sobre as deliberações relativas a transações com partes relacionadas em que não tenham participado;
- ▶ É obrigação dos dirigentes da Altri que intervenham na concretização de transações com partes relacionadas assegurar, sempre que o presente Regulamento assim o disponha, que essas transações são previamente submetidas às deliberações previstas no mesmo;
- ▶ A Comissão Executiva da Altri deve acompanhar o processo de formalização e execução das deliberações de transação com partes relacionadas.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas pode ser consultada na nota 30 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 21 do Anexo às contas separadas da Sociedade.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O presente relatório de governo da sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na Altri, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria.

A avaliação apresentada cumpre as exigências legais do artigo 29.º-H do CVM, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, o grau de observância das Recomendações do IPCG integradas no Código de Governo das Sociedades do IPCG, uma vez ser este o Código de Governo da Sociedade adotado pela Sociedade.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, assim como pelo artigo 447.º do CSC, pelo Regulamento da CMVM n.º 1/2023, de 26 de abril de 2023, e pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

Todas as disposições legais mencionadas no presente Relatório e as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG, poderão ser consultadas em www.cmvm.pt e <https://cgov.pt/images/ficheiros/2023/cgs-revisao-de-2023-ebook.pdf>, respetivamente.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório de Gestão, que dá também cumprimento ao disposto no artigo 66.º-B do CSC, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, e das Demonstrações Financeiras Separadas e Consolidadas relativas ao exercício social de 2025.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A Altri tem vindo a incentivar e a promover todas as ações tendentes à adoção das melhores práticas de *Corporate Governance*, pautando a sua política por elevados padrões éticos de responsabilidade social, ambiental e com decisões cada vez mais assentes em critérios de sustentabilidade.

A gestão integrada e eficaz do Grupo é um desígnio do Conselho de Administração da Altri que, estimulando a transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses dos acionistas, dos colaboradores da Sociedade e demais stakeholders.

Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º-H do CVM, elencam-se, de seguida as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG a cujo cumprimento a Sociedade se propôs.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
PRINCÍPIOS GERAIS		

A. O governo das sociedades promove e potencia a prossecução dos respetivos interesses de longo prazo, desempenho e desenvolvimento sustentado, e é estruturado de modo a permitir a ponderação dos interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, clientes, credores, fornecedores e demais partes interessadas, contribuindo para o reforço da confiança na qualidade, transparência e padrões éticos de atuação da administração e fiscalização, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que as sociedades se inserem e para o desenvolvimento do mercado de capitais

B. O Código é de adesão voluntária e a sua observância assenta num princípio de comply or explain aplicável a todas as recomendações

Capítulo I — RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL
Princípios:

I.A. Na sua organização, no seu funcionamento e na definição da sua estratégia, as sociedades contribuem para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos no quadro da Organização das Nações Unidas, em termos que sejam ajustados à natureza da sua atividade e à respetiva dimensão.

I.B. A sociedade, periodicamente, identifica, mede e procura prevenir os efeitos negativos relacionados com o impacto ambiental e social decorrente do exercício da sua atividade, em termos ajustados à respetiva natureza e à dimensão da sociedade.

I.C. Nos seus processos de decisão, o órgão de administração pondera os interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, fornecedores e outras partes interessadas na atividade da sociedade.

Recomendações:

I.1.(1) A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo	Adotada	Parte 1, pontos 21, 50 e 54 e Relatório de Gestão, Cap. 1.2., 1.5. e 1.9.
I.1.(2) e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Adotada	Parte 1, pontos 21, 50 e 54
I.2.(1) A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais	Adotada	Parte 1, ponto 54
I.2.(2) e no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos sociais.	Adotada	Parte 1, ponto 54

Capítulo II — COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE
II.1. Informação

Princípio:

II.1.A. As sociedades e, em particular, os seus administradores tratam de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.

Recomendação:

II.1.1. A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.	Adotada	Parte 1, pontos 21, 29, 38, 56 a 65

II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade
Princípios:

II.2.A. As sociedades são dotadas de estruturas decisórias adequadas e transparentes, assegurando a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões*.

II.2.B. As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de administração e fiscalização e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITÓRIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
<i>II.2.C. As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.</i>		
Recomendações:		
II.2.1. As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Adotada	Parte 1, pontos 15 a 17, 19, 21, 26, 31, 33 e 36 e Relatório de Gestão, Cap. 1.5.
II.2.2.(1) O órgão de administração dispõe de regulamentos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade.	Adotada	Parte 1, pontos 22 e 61
II.2.2.(2) <i>Idem</i> em relação ao órgão de fiscalização.	Adotada	Parte 1, pontos 34 e 61
II.2.2.(3) <i>Idem</i> em relação às comissões internas.	Adotada	Parte 1, pontos 27, 29 e 61
II.2.2.(4) Devem ser elaboradas atas das reuniões do órgão de administração.	Adotada	Parte 1, ponto 23
II.2.2.(5) <i>Idem</i> em relação ao órgão de fiscalização.	Adotada	Parte 1, ponto 35
II.2.2.(6) <i>Idem</i> em relação às comissões internas.	Adotada	Parte 1, pontos 27, 29 e 61
II.2.3.(1) A composição dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Adotada	Parte 1, pontos 17, 28, 29 e 31
II.2.3.(2) O número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Adotada	Parte 1, pontos 23, 29 e 35
II.2.4.(1) As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que explicita as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação.	Adotada	Parte 1, pontos 38 e 49
II.2.4.(2) e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Adotada	Parte 1, ponto 49
II.2.5.(1) As sociedades dispõem de comissão especializada em matéria de governo societário.	Adotada	Parte 1, ponto 29
II.2.5.(2) <i>Idem</i> em matéria de remunerações.	Adotada	Parte 1, pontos 29 e 67
II.2.5.(3) <i>Idem</i> em matéria de nomeações de membros dos órgãos da sociedade.	Não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
II.2.5.(4) <i>Idem</i> em matéria de avaliação de desempenho.	Adotada	Parte 1, pontos 27 e 29
II.3. Relação entre órgãos da sociedade		
Princípio:		
<i>II.3.A. Os órgãos sociais criam as condições para que, na medida das suas responsabilidades, atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.</i>		
Recomendações:		



1
RELATÓRIO DE
GESTÃO



2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adotada	Parte 1, pontos 18, 28, 38, 59 a 65
II.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adotada	Parte 1, pontos 18, 23, 28 e 38
II.4. Conflitos de Interesses		
Princípio:		
<i>II.4.A. Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões e a sociedade, garantindo-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.</i>		
Recomendações:		
II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade.	Adotada	Parte 1, ponto 20
II.4.2. A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.	Adotada	Parte 1, ponto 20
II.5. Transações com partes relacionadas		
Princípio:		
II.5.A. As transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.		
Recomendação:		
II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Adotada	Parte 1, ponto 89
Capítulo III — ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
Princípios:		
III.A. O adequado envolvimento dos acionistas no governo das sociedades constitui um fator positivo de funcionamento eficiente da sociedade e realização do fim social.		
III.B. A sociedade promove a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de reflexão sobre a sociedade e de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões da sociedade.		

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
III.C. A sociedade implementa meios adequados para a participação e o voto não presenciais dos acionistas na assembleia, incluindo a possibilidade de envio antecipado de questões, pedidos de esclarecimento ou informação sobre as matérias a deliberar e respetivas propostas.		
Recomendações:		
III.1.(1) A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto,	Adotada	Parte 1, ponto 12
III.1.(2) e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	Não aplicável	Parte 1, ponto 12
III.2. A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Não aplicável	Parte 1, ponto 12
III.3. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	Parte 1, ponto 14
III.4. A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Parcialmente Adotada	Parte 1, ponto 12 (clarificação sobre recomendação parcialmente adotada infra)
III.5. A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Parcialmente Adotada	Parte 1, ponto 12 (clarificação sobre recomendação parcialmente adotada infra)
III.6. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
III.7. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada	Parte 1, pontos 4 e 84 (Clarificação sobre recomendação adotada infra)

Capítulo IV — ADMINISTRAÇÃO

IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos

Princípios:

IV.1.A. A gestão corrente da sociedade compete a administradores executivos com as qualificações, competências e experiência adequadas à função, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável

IV.1.B. A determinação do número de administradores executivos deve ter em conta a dimensão da sociedade, a complexidade e dispersão geográfica da sua atividade e os custos, tendo em vista a desejável agilidade de funcionamento da administração executiva

Recomendações:

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO		OBSERVAÇÕES
IV.1.1.(1) O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade	Adotada	Parte 1, pontos 21 e 28	
IV.1.1.(2) ii) organização e coordenação da estrutura empresarial;	Adotada	Parte 1, pontos 21 e 28	
IV.1.1.(3) iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adotada	Parte 1, pontos 21 e 28	
IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo	Adotada	Parte 1, pontos 27, 28 e 29	
IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos			
Princípios:			
<i>IV.2.A. Para a plena realização do fim social, os administradores não executivos exercem, de modo efetivo e criterioso, uma função de vigilância geral e de desafio à gestão executiva, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade</i>			
<i>IV.2.B. O número e as qualificações dos administradores não executivos devem ser adequados a proporcionar à sociedade uma equilibrada e apropriada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais</i>			
Recomendações:			
IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes – ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos – designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação	Não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra	
IV.2.2. O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação	Adotada	Parte 1, ponto 18	
IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivo	Adotada	Parte 1, ponto 18	

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Adotada	Parte 1, ponto 18
IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>)	Não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
Capítulo V — Fiscalização		
Princípios:		
V.A. O órgão de fiscalização desenvolve atividades permanentes de supervisão da administração da sociedade, incluindo, numa perspetiva também preventiva, o acompanhamento da atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para esta e para a plena realização do fim social		
V.B. A composição do órgão de fiscalização proporciona à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais		
Recomendações:		
V.1.(1) Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adotada	Parte 1, pontos 15 e 38 (clarificação sobre recomendação adotada infra)

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
V.1.(2) Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração	Adotada	Parte 1, pontos 15 e 38 (clarificação sobre recomendação adotada infra)
V.2.(1) O número de membros do órgão de fiscalização deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Parte 1, ponto 31
V.2.(2) <i>Idem</i> em relação ao número de membros da comissão para as matérias financeiras	Não aplicável	Parte 1, ponto 15
Capítulo VI · AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES		
VI.1. Avaliação anual de desempenho		
Princípio:		
VI.1.A. A sociedade promove a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.		
Recomendações:		
VI.1.1.(1) O órgão de administração – ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos – avalia anualmente o seu desempenho, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada	Parte 1, pontos 15, 21 e 29 (clarificação sobre recomendação adotada infra)
VI.1.1.(2) <i>Idem</i> em relação ao desempenho da comissão executiva / dos administradores executivos	Adotada	Parte 1, pontos 21 e 29 (clarificação sobre recomendação adotada infra)
VI.1.1.(3) <i>Idem</i> em relação ao desempenho das comissões da sociedade	Adotada	Parte 1, pontos 21 e 29 (clarificação sobre recomendação adotada infra)
VI.2. Remunerações		
Princípios:		
VI.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade		
VI.2.B. Tendo em consideração que o cargo de administrador é, por natureza, um cargo remunerado, os administradores recebem uma remuneração		
i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade		
ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade;		
iii) que premeie o desempenho		
Recomendações:		
VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Adotada	Parte 1, pontos 66, 67 e 68



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão	Adotada	Parte 1, pontos 66, 67 e 68
VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Adotada	Parte 1, ponto 77, 78, 80 a 82
VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Adotada	Parte 1, ponto 24
VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Adotada	Parte 1, ponto 67
VI.2.6. A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência	Adotada	Parte 1, pontos 67 e 68
VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão	Adotada	Parte 1, pontos 67 e 68
VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos	Adotada	Parte 1, pontos 69 a 76
VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho	Adotada	Parte 1, ponto 69
VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos	Não aplicável	Parte 1, ponto 69
VI.2.11. A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor	Adotada	Parte 1, ponto 69 (clarificação sobre recomendação adotada infra)
VI.3. Nomeações		
Princípio:		
VI.3.A. Independentemente do modo de designação, os conhecimentos, a experiência, o percurso profissional e a disponibilidade dos membros dos órgãos da sociedade e dos quadros dirigentes** devem ser os adequados à função a desempenhar.		
Recomendações:		



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar	Adotada	Parte 1, pontos 16, 19, 22, 29, 31 e 33
VI.3.2. A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes	Não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações	Não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
VI.3.4. A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres	Não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
Capítulo VI — Controlo Interno		
Princípio:		
<i>VII.A. Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade institui um sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão e controlo de risco, compliance e auditoria interna, que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.</i>		
Recomendações:		
VII.1.(1) O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico	Adotada	Parte 1, ponto 21
VII.1.(2) O órgão de administração debate e aprova a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos	Adotada	Parte 1, pontos 21, 50 a 54
VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração	Adotada	Parte 1, pontos 27, 29 e 50
VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração	Adotada	Parte 1, pontos 31, 38, 50, 51 e 54
VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Adotada	Parte 1, pontos 27, 29, 38, 50 a 55



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO		OBSERVAÇÕES
VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido	Adotada	Parte 1, pontos 38, 50 a 55	
VII.6.(1) Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade	Adotada	Parte 1, ponto 53	
VII.6.(2) (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto	Adotada	Parte 1, pontos 50, 53 e 54	
VII.6.(3) (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação	Adotada	Parte 1, pontos 50 e 54	
VII.6.(4) (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento	Adotada	Parte 1, pontos 50 e 54	
VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação	Adotada	Parte 1, pontos 50, 53 e 54	
VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático	Adotada	Parte 1, pontos 21, 29, 50 a 54 e Relatório Gestão, Cap. 1.5.2.	
VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais	Adotada	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra	
VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 50	
VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38, 49 e 50	
Capítulo VIII — INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS			
VIII.1 Informação			
Princípios:			
VIII.1.A. O órgão de fiscalização, com independência e de forma diligente, assegura que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e adoção de critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro e de sustentabilidade, e para o controlo interno, incluindo a gestão de riscos, a <i>compliance</i> e a auditoria interna			
VIII.1.B. O órgão de fiscalização promove uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas			
Recomendação:			



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
VIII.1.1. O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada	Adotada	Parte 1, pontos 34 e 38
VIII.2 Revisão Legal de Contas e Fiscalização		
Princípio:		
VIII.2.A. Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.		
Recomendações		
VIII.2.1. Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas	Adotada	Parte 1, pontos 34, 37, 38, 42 a 47
VIII.2.2.(1) O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios	Adotada	Parte 1, pontos 37 e 38
VIII.2.2.(2) competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços	Adotada	Parte 1, pontos 37 e 38
VIII.2.3. O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 45

➤ **Recomendação II.2.5.** *As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.*

Na Altri é uma atribuição da Comissão de Corporate Governance refletir sobre as práticas de governo societário, bem como sobre o modelo de Governance em vigor no Grupo e sobre a sua adequação.

A Comissão de Corporate Governance monitorizou e avaliou o modelo de Governance da Altri, tendo concluído que o modelo que está em vigor no corrente mandato 2023/2025, é um modelo que, desde o início do mandato, reflete o caminho crescente da Altri no fortalecimento da sua estrutura, e que

foi desenhado de forma a espelhar o compromisso dos órgãos sociais com uma estrutura desenvolvida à imagem e dimensão do grupo.

A Comissão de Corporate Governance fez sublinhar, na sua análise, que avalia de forma muito positiva os passos subsequentes que os órgãos sociais foram dando, numa permanente preocupação de fortalecer e incrementar mais ainda a criação de comissões especializadas, bem como a adoção de regulamentos e políticas importantes. A Comissão destacou, em particular, o processo de revisão, que foi levado a cabo pela Comissão de Ética, do Código de Ética, que se tornou um documento de referência na organização, suficientemente claro e detalhado e a cujo cumprimento todos estão sujeitos. Mereceu, igualmente, destaque o aprofundamento dos compromissos do Grupo com a matéria da igualdade (tal como refletido no Plano para a Igualdade adotado pelo Grupo), bem como os compromissos do Grupo com as matérias de prevenção de corrupção, direitos humanos, sustentabilidade,

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

gestão de risco, participação nas comunidades e prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Em matéria de sustentabilidade, que é uma das primeiras preocupações que está na base de qualquer tomada de decisão no Grupo Altri, a Comissão de Corporate Governance destacou o importante contributo da Comissão de Sustentabilidade, Auditoria & Risco no acompanhamento das medidas de implementação do compromisso 2030 assumido pela Altri.

A Comissão de Corporate Governance concluiu, assim, que o modelo de Governance da Altri, em vigor no corrente mandato 2023/2025 se tem revelado perfeitamente adequado aos desafios do negócio e da organização.

Por outro lado, a Altri tem em funções uma Comissão de Remunerações, eleita em assembleia geral de acionistas e composta unicamente por membros independentes em relação aos membros do Conselho de Administração e a qualquer outro grupo de interesse.

A Comissão de Remunerações tem autonomia para, a expensas da Sociedade e em observância de critérios de razoabilidade no que a esta matéria diz respeito, contratar prestadores de serviços externos que, com independência, possam levar a cabo avaliações, estudos e a elaboração de relatórios que possam coadjuvar a Comissão de Remunerações no exercício pleno e cabal das suas funções.

Esta Comissão deve apoiar-se em estudos de benchmarking em matéria política retributiva, assegurando que a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais estão alinhadas com as melhores práticas em uso em empresas de igual relevo e dimensão.

Por último, importa referir que a Altri não dispõe de uma Comissão de Nomeações pelas razões elencadas nos pontos 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação III.4.** *A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere ao voto por via eletrónica, a Sociedade não desencadeou os mecanismos necessários à sua implementação *(i)* porque essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista e *(ii)* por considerar que tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

A Altri tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas Assembleias Gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta iteração tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

➤ **Recomendação III.5.** *A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência, por via postal ou por via eletrónica (enviado por email).

No que se refere à possibilidade de realização da Assembleia Geral por meios telemáticos, a Sociedade não desencadeou os mecanismos necessários à sua implementação porque *(i)* essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista, *(ii)* os custos de implementação dos meios telemáticos são elevados e *(iii)* tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

Remetendo e reforçando para o que se acabou de referir no ponto anterior, a Altri tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Desta forma, entende-se que estão já assegurados todos os meios necessários e adequados a assegurar a participação na Assembleia Geral.

➤ **Recomendação III.6.** *Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione*

Os Estatutos da Sociedade não preveem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

➤ **Recomendação III.7.** *Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores*

Na Altri não foram adotadas - não existem - quaisquer medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

➤ **Recomendação IV.2.1.** *Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes — ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos — designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como*

interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

O Presidente do Conselho de Administração da Altri cumpre todos os critérios de independência, pelo que é independente. Nessa medida, a presente recomendação deve considerar-se não aplicável.

➤ **Recomendação IV.2.5.** *O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).*

A Sociedade não tem nenhum administrador na circunstância descrita.

➤ **Recomendação V.1.** *Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.*

O Conselho Fiscal da Altri tomou conhecimento, avaliou e pronunciou-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco (que está disponível para consulta no website da Sociedade) previamente à sua aprovação final pelo Órgão de Administração da Sociedade que, unanimemente, também aprovou.

➤ **Recomendação VI.1.1.** *O órgão de administração — ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos — avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.*

O Órgão de Administração da Altri avaliou ainda o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos,



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

tendo em conta o cumprimento do Plano Estratégico da Sociedade e do Orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da Sociedade.

A avaliação foi realizada através do preenchimento de um questionário bastante completo e exaustivo entregue aos senhores administradores.

Os resultados da avaliação foram trabalhados e agregados pela Direção Jurídica e foram apresentados ao Conselho de Administração, que os analisou e debateu, sempre com o foco na identificação e implementação das medidas necessárias à melhoria contínua.

➤ **Recomendação VI.2.11.** *A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.*

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Remunerações estabelece que a remuneração individual de qualquer administrador não executivo tem caráter exclusivamente fixo.

➤ **Recomendação VI.3.2.** *A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação VI.3.3.** *A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 18, 21, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação VI.3.4.** *A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação VII.9.** *A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.*

A Sociedade não implementou ainda mecanismos de inteligência artificial para a tomada de decisões, tendo em conta que **(i)** a criação destes mecanismos ainda não lhe foi solicitada por qualquer órgão social, **(ii)** os custos de implementação destes mecanismos são elevados nesta fase inicial pelo que carecem de forte ponderação; **(iii)** a não utilização da inteligência artificial para a tomada de decisões não origina qualquer restrição ao exercício dos mandatos pelos membros dos órgãos sociais e **(iv)** a Sociedade, para implementar estes mecanismos, tem que estar segura das suas inegáveis vantagens. A Sociedade não exclui, por isso, a possibilidade de vir a implementar tais mecanismos numa ótica de melhoria contínua.

3. Outras informações

Em linha com o que vem sendo dito, a Altri gostaria de fazer notar que o grau de adoção da Sociedade às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG é praticamente total, o que se materializa numa gestão diligente e cautelosa, absolutamente focada na criação de valor para a Sociedade e, consequentemente, para os acionistas.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Anexo I

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

1. Conselho de Administração

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração:

Alberto João Coraceiro de Castro

É Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e Doutoramento pela Universidade da Carolina do Sul.

Atualmente, é Professor Catedrático Convidado na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, da qual foi o primeiro Diretor.

As suas áreas de especialização são economia industrial, economia do trabalho, economia e estratégia empresarial e internacionalização nas quais tem várias publicações académicas e de divulgação.

No plano da investigação aplicada, coordenou ou participou na elaboração dos sucessivos planos estratégicos para a indústria do calçado, desde 1990; no plano estratégico para a indústria da cortiça e no plano estratégico para a indústria da fundição.

Foi nomeado administrador e Presidente da Sociedade em abril de 2020.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- ▶ Presidente do Conselho Fiscal da Mota-Engil (2006-2018);
- ▶ Vice-Presidente e Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (2006-2015);
- ▶ Presidente do Conselho de Administração da Instituição Financeira de Desenvolvimento (2015-2018);
- ▶ Membro do Comité de Investimento da Portuguese Venture Capital Initiative (2011-2024).

Ao longo da sua carreira desempenhou (e desempenha) diversas funções cívicas:

- ▶ Presidente dos Conselhos Fiscais da Associação Empresarial de Portugal (AEP), da Fundação AEP e da Orquestra de Jazz de Matosinhos;
- ▶ Vice-Presidente da Direção da Associação para o Museus dos Transportes e Comunicações (Alfândega Porto);
- ▶ Provedor do Cliente do Porto de Leixões;
- ▶ Vice-Presidente do Conselho Económico e Social entre 2017 e 2020;
- ▶ Escreve quinzenalmente no suplemento económico Dinheiro Vivo.

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- ▶ Administrador não executivo da Mystic Invest, S.A. (a)

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de fiscalização são:

- ▶ Presidente do Conselho Fiscal do Super Bock Group, S.G.P.S., S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

Paulo Fernandes é empresário e investidor; tem participado ativamente numa intensa atividade de fusões e aquisições, bem como, na criação de projetos empresariais em diversas áreas e setores.

O seu envolvimento abrange a indústria, como a indústria transformadora, os media, as energias renováveis, a silvicultura, o imobiliário e o setor da saúde.

Ao longo da sua carreira, iniciada em 1982, desempenhou funções de gestão e liderança, assumindo um papel central em várias empresas públicas portuguesas de renome, entre as quais a Altri, Cofina, Ramada e Greenvolt.

É licenciado em Engenharia Eletrónica pela Universidade do Porto e possui um MBA pela Nova School of Business and Economics.

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Actium Capital, S.A. (a)
- Articulado – Actividades Imobiliárias, S.A. (a)
- Expressão Livre, SGPS, S.A. (a)
- MediaLivre, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

João Manuel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Engenharia Química pela Universidade do Porto, tendo concluído o MBA do INSEAD.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual holding do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e presidente do Conselho de Administração desde então. A atual atividade da Ramada Investimentos desenvolve-se sobretudo na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É igualmente um dos fundadores da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador (co-Vice-Presidente), assumindo funções executivas na construção do grupo desde a sua fundação, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje benchmark mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa residual.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

Desde 2019 Membro da Comissão de Remunerações da Fundação de Serralves
Desde 2023 Membro do Conselho Geral da Porto Business School

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Caderno Azul, S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025 não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1982/1983	Adjunto do Diretor de Produção da Cortal
1984/1985	Diretor de Produção da Cortal
1987/1989	Diretor de Marketing da Cortal
1989/1994	Diretor Geral da Cortal
1989/1995	Vice-presidente do Conselho de Administração da Cortal
1989/1994	Administrador da Seldex
1996/2000	Administrador não executivo da Atlantis, S.A.
1997/2000	Administrador não executivo da Vista Alegre, S.A.
1998/1999	Administrador da Efacec Capital, S.G.P.S., S.A.
2008/2015	Presidente do Conselho Fiscal da Porto Business School
2008/2011	Administrador não executivo da Zon Multimédia, SGPS, S.A.
2011/2013	Membro do ISCTE-IUL CFO Advisory Forum



Domingos José Vieira de Matos

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo iniciado atividades de gestão em 1978.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual holding do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e administrador desde então. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria incluiu até 2024, dentro da área industrial, que foi a sua área core de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Atualmente desenvolve uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

Foi também um dos fundadores da COFINA, grupo do qual foi acionista e administrador, tendo estado diretamente envolvido na construção e gestão do grupo desde a sua fundação, que foi uma referência no setor dos media em Portugal.

É igualmente um dos fundadores da Altri, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador, e tendo participado na construção do grupo desde a sua fundação, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje benchmark mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa residual.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1978/1994	Administrador da Cortal, S.A.
1983	Sócio-Fundador da Promede – Produtos Médicos, S.A.
1989/2025	Administrador da Cofina, SGPS, S.A.
1989/2007	Presidente do Conselho Fiscal do Futebol Clube do Porto
1997/2008	Presidente do Conselho Fiscal do Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD
1998/2000	Administrador da Electro Cerâmica, S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Elege Valor, Lda. (a)
- Expressão Livre, SGPS, S.A. (a)
- MediaLivre, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)
- Vieira de Matos - VDM Capital, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



Laurentina da Silva Martins

Com formação em Finanças e Administração no Instituto Superior do Porto está ligada ao grupo Altri desde a sua constituição. Foi nomeada administradora da Sociedade em maio de 2009.

A sua experiência profissional inclui:

1965/1990	Adjunta da Direção Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
1990/2011	Diretora Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
2001/2012	Administradora da Cofina Media, S.G.P.S., S.A.
2001/2011	Administradora da Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
2004/2012	Administradora da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
2005/2011	Administradora da Silvicaïma – Sociedade Silvícola do Caima, S.A. (atual Altri Florestal, S.A.)
2006/2020	Administradora da EDP – Produção Bioelétrica, S.A. / Bioelétrica da Foz, S.A.
2020/2025	Administradora da Cofina, SGPS, S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Administração e Gestão do Porto. Em 2000 concluiu o Executive MBA no Instituto Empresarial Português em parceria com a ESADE-Business School de Barcelona, atualmente Católica Porto Business School. Em 2009 fez o Curso de Avaliação de Empresas na EGE- Escola de Gestão Empresarial.

É acionista único e Presidente do Conselho de Administração da Ramada Aços, S.A. A Ramada é armazenista e distribuidora de aços especiais, aços estirados e ferramentas de corte. Presta serviços de maquinaria de aço e tratamentos térmicos, produzindo também, diversos tipos de ferramentas industriais para a indústria da madeira e da reciclagem.

É acionista único e Presidente do Conselho de Administração da Socitrel - Sociedade Industrial de Trefilaria, S.A. A Socitrel fabrica e comercializa diversos tipos de arame de aço, para aplicação nos setores da indústria, da agricultura e da construção civil.

É acionista e administrador da Altri, que resultou de um processo de cisão da Cofina, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje benchmark mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa residual.

É igualmente acionista e administrador da Ramada Investimentos e Indústria, atual holding do grupo Ramada. A atual atividade da Ramada Investimentos e Indústria, desenvolve uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

Entre 2009 e 2025 foi acionista e administrador da COFINA, grupo que foi uma referência no setor dos media em Portugal.

Enquanto um dos fundadores, promoveu o Initial Public Offering (IPO) da subsidiária da Altri, à data subsidiária GreenVolt, tendo sido acionista e administrador da Sociedade até 31 de maio de 2024.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1986/2000	Assessor de gerência de FERÁGUEDA, Lda.
1992	Gerente da Bemel, Lda.
1997/1999	Assistente de Direção da GALAN, Lda.
1999/2000	Adjunto de Direção do Departamento de Serras e Ferramentas da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2000	Diretor do Departamento de Serras e Ferramentas de F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2006	Administrador da Universal Afir, Aços Especiais e Ferramentas, S.A.
2009	Administrador da F. Ramada - Investimentos, S.G.P.S., S.A.
2009/2025	Administrador da COFINA, S.G.P.S., S.A.
2014	Administrador da ALTRI, S.G.P.S., S.A.
2021/2024	Membro do Conselho de Administração da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A.
2024	Presidente do Conselho de Administração da Ramada Aços, S.A.
2025	Presidente do Conselho de Administração da Socitrel - Sociedade Industrial de Trefilaria, S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Blau Stahl, Unipessoal, Lda. (a)
- Planfuro Global, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Ramada Solar, Unipessoal, Lda. (a)
- Socitrel - Soc. Industrial de Trefilaria, S.A. (a)
- Socitrel Solar, Unipessoal, Lda. (a)
- Universal - Afir, S.A. (a)
- Valor Autêntico, S.A. (a)
- Título Singular, S.A. (a)
- 1 Thing, Investments, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa.

É acionista e administradora da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual holding do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria incluiu até 2024, dentro da área industrial, que foi a sua área core de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Atualmente desenvolve uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

Foi também acionista e administradora da COFINA, grupo que foi uma referência no setor dos media em Portugal.

É igualmente acionista e administradora da Altri, que resultou de um processo de cisão da Cofina, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje benchmark mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa residual.

Mais recentemente, e enquanto uma das fundadoras, promoveu o Initial Public Offering (IPO) da subsidiária da Altri, à data subsidiária GreenVolt, tendo sido acionista e administradora da Sociedade até 31 de maio de 2024.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1995	Jornalista na área de economia do jornal Semanário Económico
1996	Departamento Comercial do Citibank
1996	Administradora da Promendo, S.A.
2009	Administradora da PROMENDO, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Promendo Investimentos, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

É Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, tendo concluído ainda um MBA na Nova School of Business and Economics. Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1981	Consultora Económica da Associação dos Comerciantes do Porto;
1983 - 1985	Analista de projetos da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos;
1983 – 1990	Coordenadora de Projetos do BPI com responsabilidades na área de empresas, nomeadamente a nível de crédito, consultoria, mercado de capitais, avaliação de empresas, etc.;
1990 e 1987	Representante Comum de Obrigacionistas na emissão das seguintes obrigações: Sogrape 87, Sogrape 90 e Amorim Lage 87;
1990 – 2000	Responsável pela Área de Avaliação e Consultoria do Departamento de Empresas Norte do BPI – Área de Fusões e Aquisições;
1993	Presidente do Conselho Fiscal da Macem Confeções, SA;
1995	Presidente da Comissão Mista que apreciou o cálculo do valor de indemnização a atribuir aos titulares de ações da Empresa Nacionalizada Siderurgia Nacional;
1996 – 1999	Membro do Conselho de Administração da BPI Participações;
1996 – 2000	Diretora Central do Banco Português de Investimento – Área de Corporate Finance;
1999 – 2002	Presidente do Conselho Fiscal da Brisa – Auto-Estradas de Portugal;
2000 – 2007	Administradora do Banco Português de Investimento;
2006 – 2007	Vogal do Conselho de Administração da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA;

2005 – 2016	Membro do Conselho de Administração da ETAF – Empresa de Transportes Álvaro Figueiredo, SA;
2015 – 2017	Presidente do Conselho Fiscal da APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA;
2007 - 2017	Responsável pela Direção de Grandes Empresas Norte, pela Unidade de Operações Especiais Norte e pelo Gabinete de Apoio aos Centros de Empresas do Banco BPI;
2007 - 2020	Diretora Geral do Banco BPI com responsabilidades na Área de Corporate Banking e, desde 2017 responsável pela Direção de Corporate & Investment Banking;
Desde 2021	Presidente da Comissão Técnica de Investimento do Fundo de Capitalização e Resiliência;
Desde 2021	Presidente da Comissão Técnica de Investimento do Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores.

A sua experiência inclui ainda a vertente docente, nomeadamente:

1980 - 1981	Assistente da cadeira de Análise Económica II da Universidade Livre do Porto;
1981 - 1982	Assistente da cadeira de Macroeconomia na Faculdade de Economia do Porto e Assistente das cadeiras de Análise Económica III, Análise Económica IV e Flutuações e Desenvolvimento Económico na Universidade Livre do Porto;
1983 - 1988	Assistente e Assistente convidada da cadeira de Análise de Mercados na Faculdade de Economia do Porto;
1989 - 1990	Responsável pela cadeira de Avaliação de Empresas no curso de Pós-Graduação em Análise Financeira na Faculdade de Economia do Porto;
1990 – 1991	Assistente convidada da cadeira de Gestão Financeira no curso de Economia da Faculdade de Economia do Porto;
1992 - 1993	Assistente convidada responsável pela cadeira de Operações Financeiras no curso de Gestão da Faculdade de Economia do Porto.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

Desde 2016	Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto / Casa dos 24 (a);
Desde 2017	Vogal do Conselho Fiscal da Liga dos Amigos do Hospital Santo António no Porto (a);
Desde 2021	Administradora não executiva da Ibersol, S.G.P.S., S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

É Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Foi assistente do Departamento de Matemática da Universidade Católica Portuguesa entre 1979 e 1980.

Elaborou diversos Estudos de Mercado com a cooperação do Professor Manuel Violante (Mackensy/CEO Partner).

2015 - Advanced Management Program KELLOGG SCHOLL of MANAGEMENT- Northwestern University (Chicago).

Organizadora do Programa de Gestão e Liderança, na Universidade Católica Portuguesa, com a participação de 25 Managers da Beiersdorf (programa de 4 anos), integrando o Development Center com o Corpo Docente da Universidade.

2016 - Finance for Strategic Decision Making; Innovation and Change Management (Formação Executiva Univ.Catolica de Lisboa)

2017 - Digital Transformation in Business -In processes, culture and Business Development (Formação Executiva Univ Católica)

2018/2019 - Design Thinking -Energizing People for Innovation

2023 - Corporate Governance & ESG (Environment,Social and Governance) - Programa CEO'S/Adm em gestão de risco, estratégia, ética, e sistema financeiro (Universidade Católica de Lisboa)

2025 - Formação Executivos Católica Porto sobre “Ética, Compliance e Whistleblowing nas Organizações”

Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1981	Estágio em STREICHENBERGER – France (Lyon and Paris) Marketing Trainee;
1982 – 1988	Brand Manager/Group Brand Manager (Marketing) da BEIERSDORF PORTUGAL;
1988 – 1992	Marketing Manager da BEIERSDORF PORTUGAL;
1992 – 2004	Diretora de Vendas e Marketing (Área de Distribuição Grande Consumo) da BEIERSDORF PORTUGAL;
2004 – 2009	Diretora de vendas e Marketing (Grande Consumo e Canal Farmaceutico) da BEIERSDORF PORTUGAL.
2011 – 2014	Diretora de S&CM (Shopper & Customer Marketing) para a região Sul da Europa (Portugal, Espanha, Italia e Grécia) da BEIERSDORF SOE
2009 – 2022	Diretora Geral da BEIERSDORF PORTUGAL.
2017 - 2022	Membro do Board de Direção da CENTROMARCA - Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca
2023	“Circulo Católica GOVERNANCE ESG” member



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

José Armindo Farinha Soares de Pina

É licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto de Tecnologia de Nova Jersey, EUA, tendo ainda frequentado o mestrado em Gestão de Construção no Instituto Superior Técnico. Posteriormente, completou programas avançados de Gestão de Empresas na Universidade de Indiana, EUA, e no INSEAD, França.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020, desempenhando as funções de CEO.

No início da sua carreira, liderou projetos de renovação e conservação arquitetónica em diversas regiões, desempenhando a função de Diretor de Operações para várias organizações. Em 1995 integrou a multinacional americana Dow, um dos maiores grupos mundiais de produtos industriais químicos, polímeros e para a agricultura, onde desempenhou diversas funções de liderança comercial, operacional e gestão global de negócios, com comissões de serviço em vários países da Europa, nos EUA e na China:

1995 / 2005	Várias posições de gestão comercial e de marketing para a Europa, Medio Oriente e África, nas divisões de Materiais para a Construção e de Polímeros, baseado em Portugal, Alemanha e Suíça
2005 / 2007	Diretor Geral Global da ADC Inc. (unidade de materiais elásticos não tecidos), Alemanha
2005 / 2008	Diretor Global da Unidade de Polímeros para Saúde e Higiene, EUA
2008 / 2010	Diretor Global de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da Divisão de Materiais Químicos Especializados, Suíça
2010 / 2014	Presidente e Diretor Geral Global da AgroFresh Inc., EUA
2014 / 2017	Presidente da Divisão de Ciências Agrícolas e Biotecnologia para a Ásia, China
2017 / 2020	Diretor Corporativo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios para a região Ásia Pacífico, China

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções de administração em outras organizações:

2014 / 2017	Vice-Presidente do Conselho de Administração da CropLife Asia
1996 / 2010	Membro do Conselho de Administração da World Monuments Fund para Portugal

Durante o ano de 2025, realizou as seguintes formações no âmbito das suas competências profissionais:

- Entidade Formadora: Instituto de Conhecimento Abreu Advogados, subordinada ao tema “Deveres e Obrigações dos Administradores”;
- Formação Interna, subordinada ao tema “Pegada de Carbono”.

Em 31 de dezembro de 2025, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Aeoniq Holding AG
- Aeoniq GMBH
- Aeoniq Portugal, S.A.
- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Abastecimento de Biomassa, S.A.
- Altri Forestal, SL
- Altri Forestal Logistics, SL
- Altri Florestal, S.A.
- Altri Sales, S.A.
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.
- Caima, S.A.
- Celbi, S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenfiber, S.L.
- Nascento Invest, Lda. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

É licenciado em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra, integra os quadros da Celulose Beira Industrial (CELBI) há mais de 20 anos, e lidera, na Altri, a área Industrial, possuindo pós-graduações e programas de longa duração para executivos em Gestão pela Universidade Católica e pela Kellogg School of Management.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020, desempenhando as funções de Vice-CEO desde março de 2021.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- ▶ Sonae Indústria – produção de aglomerados
- ▶ Celbi – diferentes cargos de liderança operacional, nomeadamente produção e implementação de projetos
- ▶ StoraEnso – atividades no âmbito de desenvolvimento operacional e de produto

Durante o ano de 2025, realizou as seguintes formações no âmbito das suas competências profissionais:

- Entidade Formadora: Instituto de Conhecimento Abreu Advogados, subordinada ao tema “Deveres e Obrigações dos Administradores”.

Em 31 de dezembro de 2025, as empresas onde desempenhava e desempenha funções de administração são:

- Aeoniq Holding AG
- Aeoniq GMBH
- Aeoniq Portugal, S.A.
- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri – Abastecimento de Biomassa, S.A.
- Altri Forestal, SL
- Altri Forestal Logistics, SL
- Altri Florestal, S.A.
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.

- Caima, S.A.
- Celbi, S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenfiber, S.L.
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos imobiliários, S.A.

Outros Cargos:

- Biond -1º Secretário Mesa da Assembleia Geral, em representação da Celbi, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Vítor Miguel Martins Jorge da Silva

É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE, possuindo uma pós-graduação em Controlo de Gestão e Performance pelo Overgest ISCTE e frequentou o programa de Alta Direção Empresas (PADE) pela AESE/IESE.

Foi nomeado administrador da Sociedade em Abril de 2022.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1995 a 2002	Diversas funções na Área Financeira em empresas do Grupo Cimpor
2003 a 2004	CFO Cimentos Andaluia (Grupo Cimpor)
2005 a 2006	Diretor Controlo Gestão e IT Corporacion Noroeste (Grupo Cimpor)
2007 a 2009	CFO Asment Temara (Marrocos) e Ciments Jbel Oust (Tunísia), ambas Grupo Cimpor
2010 a 2012	Diretor Corporativo Controlo Gestão e membro Management Committee da Cimpor
2013	Diretor Corporativo Controlo Gestão InterCement
2014	Diretor Corporativo Controlo Gestão Nuvi Group (Angola e Portugal)
2015 a 2021	CFO Nuvi Group (Angola e Portugal)

Durante o ano de 2025, realizou as seguintes formações no âmbito das suas competências profissionais:

- Entidade Formadora: Instituto de Conhecimento Abreu Advogados, subordinada ao tema “Deveres e Obrigações dos Administradores”.

Em 31 de dezembro de 2025 as empresas onde desempenhava e desempenha funções de administração são:

- Aeoniq Holding AG
- AeonIQ GmbH
- Aeoniq Portugal, S.A.
- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.

- Altri – Abastecimento de Biomassa, S.A.
- Altri Participaciones Y Trading, S.L.
- Altri Florestal, S.A.
- Altri Forestal, SL
- Altri Forestal Logistics, SL
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.
- Caima, S.A.
- Captaraíz – Unipessoal, Lda.
- Celbi, S.A.
- Florestsul, S.A.
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.
- Greenfiber, S.L.
- Pulpchem Logistics, A.C.E. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Viveiros do Furadouro, Unipessoal, Lda.

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira

É licenciado em Engenharia Florestal pelo Instituto Superior de Agronomia, possui um MBA em Administração de Empresas pelo ISEG, frequentou um programa de High Performance Leadership pelo IMD e, ainda, uma Pós-Graduação de Advanced Management Program (AMP) pela Católica Lisbon School of Business & Economics e a Northwestern University – Kellogg School of Management.

Foi nomeado administrador da Sociedade em Abril de 2023.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

2000 a 2003	Supervisor Técnico na AFLOPS - Associação de Produtores Florestais de Setúbal
2003 a 2009	Diretor de Operações na Logística Florestal, S.A.
2010 a 2014	Diretor de Abastecimento de Madeira e Biomassa da Altri Florestal, S.A.

Durante o ano de 2025, realizou as seguintes formações no âmbito das suas competências profissionais:

- Entidade Formadora: Instituto de Conhecimento Abreu Advogados, subordinada ao tema “Deveres e Obrigações dos Administradores”;
- Entidade Formadora: Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, subordinada ao tema “Automação e IA na Agricultura e Florestas”;
- Entidade Formadora: Nova SBE Executive Education, subordinada ao tema “Mercados de Carbono”;
- Formação Interna, subordinada ao tema “Pegada de Carbono”.

Em 31 de dezembro de 2025 as empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri – Abastecimento de Biomassa, S.A.
- Altri Participaciones Y Trading, S.L.

- Altri Forestal, SL
- Altri Forestal Logistics, SL
- Altri Florestal, S.A.
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.
- Caima, S.A.
- Captaraíz – Unipessoal, Lda.
- Celbi, S.A.
- Florestsul, S.A.
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.
- Greenfiber, S.L.
- Serforal - Sociedade de Gestão e Investimento Agroflorestal, Lda. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Viveiros do Furadouro, Unipessoal, Lda.

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

João Carlos Ribeiro Pereira

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e frequentou um Programa avançado de gestão para executivos, na Universidade Católica de Lisboa.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- ▶ Iniciou funções na Caima em 02.11.1988, tendo passado pela CPK, SA como Diretor-Geral (2005-2006), a Celbi, SA, como Diretor Comercial (2006-2007), integrando desde 01.01.2008 a Altri Sales, SA como Administrador e Diretor-Geral.
- ▶ Desempenha várias funções executivas com especial destaque para as áreas comercial e de Logística, pelas quais é o responsável no Grupo Altri.

Foi nomeado administrador da Sociedade em Abril de 2023 e integra a equipa de gestão do Grupo Altri (Comissão Executiva).

Durante o ano de 2025, realizou as seguintes formações no âmbito das suas competências profissionais:

- Entidade Formadora: Instituto de Conhecimento Abreu Advogados, subordinada ao tema “Deveres e Obrigações dos Administradores”.

Em 31 de dezembro de 2025 as empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri – Abastecimento de Biomassa, S.A.
- Altri Florestal, S.A.
- Altri Forestal, SL
- Altri Forestal Logistics, SL
- Altri Participaciones Y Trading, S.L.
- Altri Sales, S.A.
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.

- Caima, S.A.
- Celbi, S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenfiber, S.L.
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro - Investimentos Imobiliários, SA.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sofia Isabel Henriques Reis Jorge

É licenciada em Engenharia Química pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2023.

Realizou diversas especializações e formações, nomeadamente:

- ▶ 1996 – 1997: Especialização em Técnica de Celulose (“Cellulosateknik”) no Instituto Superior de Gävle-Sandviken na Suécia;
- ▶ 2002 – 2003: Programa Avançado de Gestão para Executivos (PAGE) na Católica Lisbon School of Business and Economics;
- ▶ 2014 – 2015: Breakthrough Program for Altri Future Leaders na Porto Business School;
- ▶ 2016: Programa “Leading and Energizing Teams For Performance” na Católica Lisbon School of Business and Economics;
- ▶ 2021: Sustainable Finance: Green and Climate Finance no ISEG Lisbon School of Economics & Management;
- ▶ 2022: Advanced Management Program Universidade Católica/Kellogg School of Management na Northwestern University - Kellogg School of Management;
- ▶ 2022: Programa Executivo Women on Boards - VdA Academia

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1996-1998	Engenheira de processo da Stora-Cell AB Skutskär (Suécia) - Grupo StoraEnso
1998-2005	Engenheira de Sistemas de Gestão da Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A - Grupo StoraEnso
2005-2012	Chefe do Sector de Desenvolvimento dos Sistemas de Gestão da Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A - Grupo Altri

2012-2019 Diretora do Departamento de Controlo Técnico e Sistemas de Gestão da Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. e acumulação com a coordenação das atividades dos restantes Diretores desta área das outras unidades industriais do Grupo Altri

Out 2019 - Out 2021 Diretora Executiva de Sustentabilidade do Grupo Altri

Out 2021 - Maio 2022 Diretora Executiva de Sustentabilidade, Risco e Comunicação do Grupo Altri

Maio 2022 Membro da Equipa de Gestão da Altri, responsável pelas áreas de Pessoas & Talento, Sustentabilidade, Comunicação e Gestão de Risco

Abril 2023 Administradora Executiva da Altri, responsável pelas áreas de Pessoas & Talento, Sustentabilidade, Comunicação e Gestão de Risco

Durante o ano de 2025, realizou as seguintes formações no âmbito das suas competências profissionais:

- Entidade Formadora: Instituto de Conhecimento Abreu Advogados, subordinada ao tema “Deveres e Obrigações dos Administradores”;
- Entidade Formadora: Católica Porto Business School, subordinada ao tema “Oficina de Líderes - Integrative Management”;
- Formações Internas, subordinadas aos temas “Pegada de Carbono” e “Política de Cortesias”.

Em 31 de dezembro de 2025 as empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri – Abastecimento de Biomassa, S.A.
- Altri Forestal, SL
- Altri Forestal Logistics, SL
- Altri Florestal, S.A.
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.
- Caima, S.A.
- Celbi, S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenfiber, S.L.
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.



2. Conselho Fiscal

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal:

Jorge Manuel de Sousa Marrão

Habilitações:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (atual ISEG).

Experiência profissional:

- ▶ Presidente da Comissão Executiva da Associação Cívica – Missão Crescimento, desde fevereiro de 2019 – Em processo de extinção;
- ▶ Administrador Não Executivo da APIS Companhia, S.A., de dezembro 2006 a abril de 2023;
- ▶ Presidente da Comissão Executiva da Associação Cívica – Projeto Farol, de março de 2013 a maio 2022;
- ▶ Sócio responsável pela área de Marketing, Communications, Business Development & Knowledge Management da Deloitte Consultores, S.A. (maio 2012 – maio 2022);
- ▶ Sócio responsável pela área de Fusões de Aquisições no setor de Real Estate & Tourism da Deloitte Corporate Finance, S.A (maio 2012 – maio 2022);
- ▶ Administrador da APIS Alimentar, S.A. (fevereiro de 2008 a março 2023).

Outros cargos em exercício:

Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

Presidente do Conselho Fiscal da Fidelidade Seguros, S.A. (a)

Administrador Não Executivo do OMIP - Operador do Mercado Elétrico (Portugal), S.A. (a)

Membro do Conselho Estratégico da Cruz Vermelha (a)

Membro do Conselho de Patronos da Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva (a)

Presidente do Conselho Fiscal da Biovegetal – Combustíveis Biológicos e Vegetais, S.A. (a)

Presidente do Conselho Fiscal da Iberol - Sociedade Ibérica de Biocombustíveis e Oleaginosas, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa

Habilitações:

- ▶ Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981
- ▶ Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983
- ▶ Experiência Profissional:
- ▶ Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983
- ▶ Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010
- ▶ Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português de Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.
- ▶ Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa
- ▶ Presidente do Conselho Fiscal da Altri, SGPS, S.A. desde 2014 até 2022
- ▶ Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. desde 2014 até 2022
- ▶ Presidente e depois Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, SGPS, S.A. desde 2014 até 2022
- ▶ Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais

- ▶ Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien-Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

- ▶ Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)
- ▶ Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)
- ▶ Consultor e Membro do Conselho Consultivo da Abreu Advogados - Sociedade de Advogados, SP, RL. (a)
- ▶ Gerente da sociedade Casario Refrescante Lda. (a)
- ▶ Gerente da sociedade Enseadenigmática, Lda. (a)
- ▶ Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)
- ▶ Presidente da Direção da Associação do Corpo Consular do Porto (a)
- ▶ Cavaleiro da Ordem da Coroa por nomeação de Sua Majestade o Rei dos Belgas (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



Ana Paula dos Santos Silva e Pinho

Habilitações:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.374)

Pós-graduação em Finanças e Fiscalidade – Porto Business School

Pós-graduação em Direito Fiscal – Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Programa de formação executiva “Driving Corporate Performance” - Harvard Business School

Programa de formação executiva “Strategic Leadership” - Nova SBE

Experiência Profissional:

Auditora na Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e, posteriormente, como Manager)

Manager no Corporate Centre do Grupo Altri com responsabilidades ao nível do reporte de informação financeira, consolidação de contas e fiscalidade

Head of accounting na MC Sonae

Finance Director na Farfetch

Atualmente: Consolidation and Technical Expertise Finance Director na SBM Offshore

Outros cargos em exercício:

- ▶ Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- ▶ Vogal do Conselho Fiscal da Critical Manufacturing, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

André Seabra Ferreira Pinto

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense

Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)

Experiência profissional: MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e desde setembro de 2004 como Manager)

Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, Senior Manager do departamento de Corporate Finance - Transaction Services da Deloitte Consultores

Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)

Entre abril de 2013 e Fevereiro de 2022, administrador (CFO) do Grupo Mecwide

Desde março de 2022, passou a assumir a função de CEO do Grupo Mecwide (a)

Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)

Outros cargos em exercício:

- Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3. Comissão de Remunerações

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros a Comissão de Remunerações:

João da Silva Natária

Habilitações: Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa

Experiência profissional:

1979	Diretor-Geral da Filial de Luanda/Viana da F. Ramada, por nomeação conjunta da Administração e do Ministério da Indústria de Angola
1983	Diretor do Departamento de Poliéster e Botões da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1984/2000	Diretor de Recursos Humanos da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1993/1995	Administrador da Universal – Aços, Máquinas e Ferramentas, S.A.
2000/2018	Advogado em nome individual especializado em Direito do Trabalho e Direito da Família Reformado

Outros cargos em exercício:

- Presidente do Conselho Fiscal da Celbi, S.A.
- Presidente da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa

Habilitações:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981

Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983

Experiência Profissional:

Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983

Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010

Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português de Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.

Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa

Presidente do Conselho Fiscal da Altri, SGPS, S.A. desde 2014 até 2022

Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. desde 2014 até 2022

Presidente e depois Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, SGPS, S.A. desde 2014 até 2022

Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais

Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien-Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

- ▶ Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)
- ▶ Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)
- ▶ Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)
- ▶ Consultor e Membro do Conselho Consultivo da Abreu Advogados - Sociedade de Advogados, SP, RL. (a)
- ▶ Gerente da sociedade Casario Refrescante Lda. (a)
- ▶ Gerente da sociedade Enseadenigmática, Lda. (a)
- ▶ Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)
- ▶ Presidente da Direção da Associação do Corpo Consular do Porto (a)
- ▶ Cavaleiro da Ordem da Coroa por nomeação de Sua Majestade o Rei dos Belgas (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.



André Seabra Ferreira Pinto

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2025, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense

Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)

MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Experiência profissional: Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e desde setembro de 2004 como Manager)

Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, Senior Manager do departamento de Corporate Finance - Transaction Services da Deloitte Consultores

Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)

Entre abril de 2013 e fevereiro de 2022, administrador (CFO) do Grupo Mecwide

Desde março de 2022, passou a assumir a função de CEO do Grupo Mecwide (a)

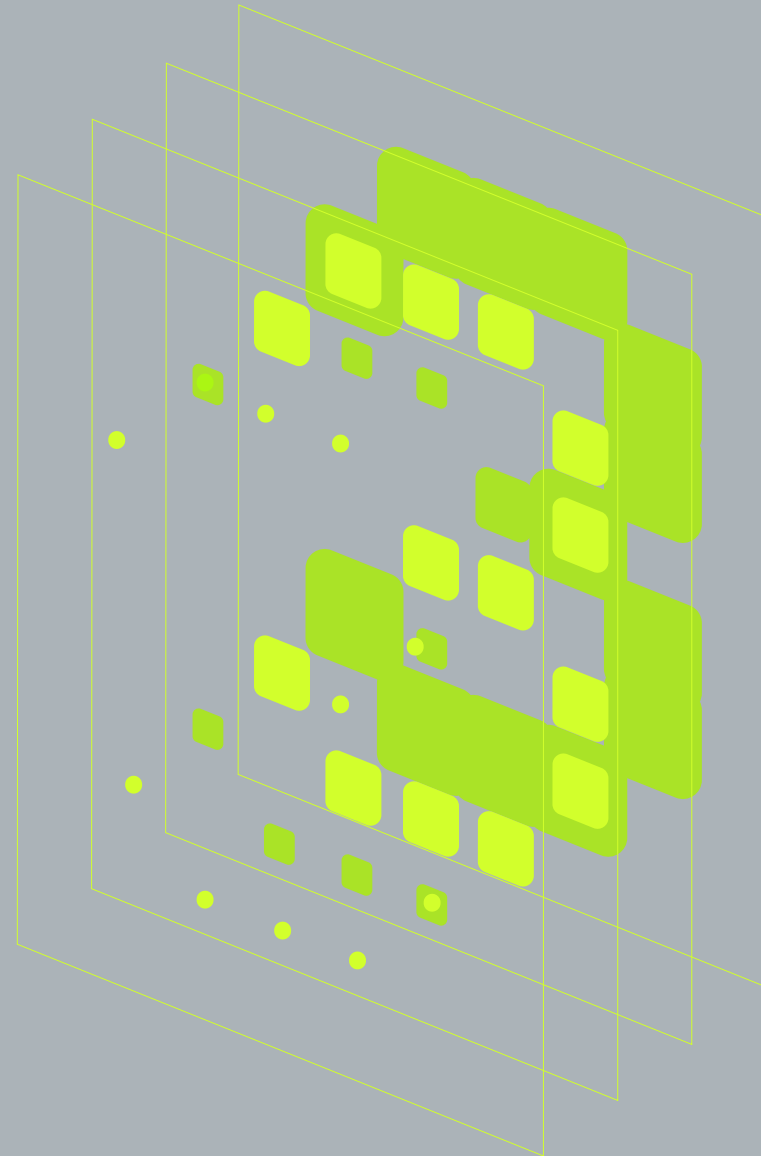
Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)

Outros cargos em exercício:

- Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Anexas



Demonstrações Consolidadas da
Posição Financeira em 31 de
dezembro de 2025 e 2024

488

Demonstrações Consolidadas dos
Resultados para os exercícios
findos em 31 de dezembro de
2025 e 2024

489

Demonstrações Consolidadas do
Rendimento Integral para os
exercícios findos em 31 de
dezembro de 2025 e 2024

490

Demonstrações Consolidadas das
Alterações no Capital Próprio para
os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2025 e 2024

491

Demonstrações Consolidadas dos
Fluxos de Caixa para os exercícios
findos em 31 de dezembro de
2025 e 2024

492

Notas Anexas às Demonstrações
Financeiras Consolidadas

493

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos biológicos	11	125 867 600	117 827 391
Ativos fixos tangíveis	7	339 740 035	320 858 322
Ativos sob direito de uso	8,1	80 600 423	73 826 237
Propriedades de investimento		58 326	70 821
Goodwill	9	300 275 038	265 630 973
Ativos intangíveis	10	1 868 356	939 316
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	4.2	891 232	872 904
Outros investimentos		181 917	234 976
Outros ativos não correntes	29	—	96 390
Outras dívidas de terceiros		1 035 519	—
Instrumentos financeiros derivados	27	1 302 221	2 087 446
Ativos por impostos diferidos	12	8 662 103	11 977 720
Total de ativos não correntes		860 482 770	794 422 496
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	11	101 976 955	95 946 809
Clientes	13	107 635 788	117 570 631
Outras dívidas de terceiros	14	13 067 587	14 630 748
Imposto sobre o rendimento	15	20 947 844	3 737 477
Outros ativos correntes	16	7 052 095	13 510 052
Instrumentos financeiros derivados	27	3 898 810	2 270 396
Outros ativos financeiros	5	19 998 618	—
Caixa e equivalentes de caixa	17	209 377 434	280 307 334
Total de ativos correntes		483 955 131	527 973 447
Total do ativo		1 344 437 901	1 322 395 943

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	19	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	19	5 128 292	5 128 292
Reserva de cobertura	19	(6 858 391)	(10 315 382)
Outras reservas	19	373 222 717	327 263 454
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe		21 377 386	107 204 025
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe		418 511 463	454 921 848
Interesses que não controlam	18	14 942 269	4 231 951
Total do capital próprio		433 453 732	459 153 799
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	20	—	25 000 000
Outros empréstimos	20	427 906 557	358 117 280
Incentivos reembolsáveis	20	—	292 724
Passivo da locação	8.2	69 629 725	66 270 194
Outros passivos não correntes	22	12 917 074	12 094 751
Passivos por impostos diferidos	12	45 235 837	41 793 085
Responsabilidades por pensões	29	7 015	—
Provisões	21	950 207	1 201 762
Instrumentos financeiros derivados	27	20 200 514	17 645 048
Total de passivos não correntes		576 846 929	522 414 844
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	20	29 630 752	263 045
Outros empréstimos	20	103 302 679	114 596 655
Incentivos reembolsáveis	20	292 724	282 513
Passivo da locação	8.2	20 762 029	19 169 845
Fornecedores	23	124 079 233	122 917 492
Passivos associados a contratos com clientes	25	6 515 324	6 604 558
Outras dívidas a terceiros	24	21 664 296	11 288 681
Imposto sobre o rendimento	15	1 020 970	27 555 558
Outros passivos correntes	26	25 248 643	28 726 889
Instrumentos financeiros derivados	27	1 620 590	9 422 064
Total de passivos correntes		334 137 240	340 827 300
Total do passivo e capital próprio		1 344 437 901	1 322 395 943

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Vendas	38	669 123 642	831 412 082
Prestações de serviços	38	7 168 157	6 486 299
Outros rendimentos	32	26 523 362	17 419 428
Custo das vendas	11	(346 541 032)	(363 086 291)
Fornecimento de serviços externos	40	(209 352 333)	(205 822 944)
Custos com o pessoal	39	(52 080 455)	(54 489 685)
Amortizações e depreciações	36	(45 687 770)	(60 659 671)
Variação de justo valor dos ativos biológicos	11	7 738 515	3 179 888
Provisões e perdas por imparidade	21	(3 067 722)	649 429
Outros gastos	33	(5 378 371)	(17 404 962)
Resultados relativos a investimentos	35	18 328	23 674
Gastos financeiros	34	(43 024 232)	(40 578 838)
Rendimentos financeiros	34	18 872 309	20 676 805
Resultados antes de impostos		24 312 398	137 805 214
Impostos sobre o rendimento	12	(3 746 326)	(31 304 693)
Resultado líquido consolidado do exercício		20 566 072	106 500 521
Atribuível a:			
Acionistas da Empresa-Mãe	37	21 377 386	107 204 025
Interesses que não controlam	18	(811 314)	(703 504)
		20 566 072	106 500 521
Resultados por ação			
Básico	37	0,10	0,52
Diluído	37	0,10	0,52

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido consolidado do exercício		20 566 072	106 500 521
Outro rendimento integral das operações continuadas:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado líquido			
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - valor bruto	29	(104 080)	(2 188)
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - efeito imposto	12	(57 758)	(160 416)
		(161 838)	(162 604)
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido			
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	27	4 759 935	(11 024 033)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - efeito imposto	12	(1 302 944)	2 770 519
Variação de reservas de conversão cambial	19	595 512	(5 318)
		4 052 503	(8 258 832)
Outro rendimento integral do exercício		3 890 665	(8 421 436)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		24 456 737	98 079 085
Atribuível a:			
Acionistas da Empresa-Mãe		25 129 117	98 782 589
Interesses que não controlam		(672 380)	(703 504)
		24 456 737	98 079 085

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe									
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de cobertura	Outras reservas	Resultado líquido	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2024	19	25 641 459	5 128 292	(2 061 868)	335 928 153	42 786 141	407 422 177	4 935 455	412 357 632
Aplicação do resultado consolidado de 2023		—	—	—	42 786 141	(42 786 141)	—	—	—
Distribuição de dividendos	42	—	—	—	(51 282 918)	—	(51 282 918)	—	(51 282 918)
Total do rendimento integral consolidado do período		—	—	(8 253 514)	(167 922)	107 204 025	98 782 589	(703 504)	98 079 085
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19	25 641 459	5 128 292	(10 315 382)	327 263 454	107 204 025	454 921 848	4 231 951	459 153 799
Saldo em 1 de janeiro de 2025	19	25 641 459	5 128 292	(10 315 382)	327 263 454	107 204 025	454 921 848	4 231 951	459 153 799
Aplicação do resultado consolidado de 2024	42	—	—	—	107 204 025	(107 204 025)	—	—	—
Distribuição de dividendos	42	—	—	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)
Aquisição de subsidiárias	5 e 18	—	—	—	—	—	—	10 832 698	10 832 698
Entradas de capital por interesses sem controlo	18	—	—	—	—	—	—	550 000	550 000
Total do rendimento integral consolidado do período		—	—	3 456 991	294 740	21 377 386	25 129 117	(672 380)	24 456 737
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19	25 641 459	5 128 292	(6 858 391)	373 222 717	21 377 386	418 511 463	14 942 269	433 453 732

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALTRI , SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		726 673 434	880 570 869
Pagamentos a fornecedores		(623 103 335)	(585 791 809)
Pagamentos ao pessoal		(44 010 925)	(40 972 783)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		32 659 605	(12 685 541)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		(39 680 574)	52 538 205
Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)		52 538 205	261 142 361
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	7	8 381 722	39 186
Subsídios ao investimento		3 500 327	2 623 409
Juros e proveitos similares		2 666 492	14 548 541
Pagamentos relativos a:			
Investimentos em subsidiárias líquido de caixa e equivalentes de caixa adquiridos		(38 521 582)	—
Empréstimos concedidos	30	(1 700 000)	(100 000)
Ativos fixos tangíveis		(48 442 806)	(30 010 663)
Ativos intangíveis		(1 099 683)	(467 237)
Propriedades de investimento		—	(89 764 071)
Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)		(75 215 530)	(24 027 823)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	20	600 000 000	250 000 000
Incentivos reembolsáveis	20	—	350 550
Entradas de capital por interesses sem controlo	18	550 000	—
Outras operações de financiamento		6 640 275	607 190 275
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(21 865 269)	(30 144 850)
Dividendos distribuídos	42	(61 539 502)	(51 282 918)
Empréstimos obtidos	20	(552 541 872)	(366 500 000)
Incentivos reembolsáveis	20	(282 513)	(282 513)
Passivo da locação	8.2	(17 756 640)	(15 582 869)
Outras operações de financiamento		(1 552 277)	(655 538 073)
Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)		(48 347 798)	(211 538 538)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17	280 307 334	253 703 406
Aquisições de subsidiárias	5	(2 974 737)	—
Variações cambiais		(1 089 911)	1 027 928
Variação de caixa e equivalentes de caixa: (1)+(2)+(3)		(71 025 123)	25 576 000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17	205 217 563	280 307 334

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. (“Altri” ou “Empresa”, e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo Altri”, sem alterações face ao período de reporte anterior) é uma sociedade anónima constituída em 1 de fevereiro de 2005, em Portugal, com sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, no Porto, em Portugal e tem como atividade principal a gestão de participações sociais, sendo as suas ações cotadas na *Euronext Lisbon*.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais, essencialmente, na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas indicado na Nota 4 e designado por Grupo Altri, não existindo qualquer sociedade acima dela que incorpore estas demonstrações financeiras consolidadas. A atividade atual do Grupo Altri centra-se na produção de fibras celulósicas através de três unidades produtivas.

Face a esta realidade, o Conselho de Administração entende que, com referência a 31 de dezembro de 2025, apenas existe um segmento de negócio, nomeadamente, a produção e comercialização de fibras celulósicas (Nota 38).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e, como tal, considerada a moeda funcional. As operações das sociedades estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política estabelecida na Nota 2.2.d).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 9 de abril de 2026. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa do Grupo e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

As políticas contabilísticas materiais adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”) em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2025. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (“IFRS - IC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos biológicos mensurados ao justo valor, ii) determinados instrumentos financeiros, iii) ativos e passivos financeiros e não financeiros mensurados ao justo valor na data de aquisição, no âmbito de concentrações de atividades empresariais.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração ao justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes emendas, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	1-jan-25	Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período. A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução. Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento. A adoção antecipada é permitida, contudo deverão ser divulgados os requisitos de transição aplicados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da adoção das emendas acima referidas.

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e emendas, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1-jan-26	Estas alterações resultam essencialmente do projeto de revisão da <i>IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Post Implementation Review – PIR IFRS 9)</i> e clarificam os seguintes aspetos relativos a instrumentos financeiros: • Esclarece que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação", ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada, cancelada, expira ou o passivo de outra forma se qualifica para desreconhecimento. No entanto, é introduzida a possibilidade de uma entidade optar por adotar uma política contabilística que permita desreconhecer um passivo financeiro que seja liquidado através de um sistema de pagamentos eletrónico, antes da data de liquidação, desde que verificado o cumprimento de determinadas condições. • Esclarece de que forma uma entidade deve avaliar as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluem variáveis relativas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) e outras características contingentes semelhantes. • Requer divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros sujeitos a um evento contingente (incluindo variáveis ESG) e instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outro rendimento integral. A adoção antecipada é permitida. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Contudo, uma entidade não é obrigada a reexpressar o período comparativo, sendo os potenciais impactos da aplicação desta alteração reconhecidos em resultados transitados no exercício em que a alteração é aplicável.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis	1-jan-26	As alterações referem-se especificamente a acordos de compra de energia renovável cuja fonte de produção é dependente da natureza, de modo que o fornecimento não pode ser garantido em horários ou volumes específicos. Neste sentido, estas alterações vêm clarificar a aplicação dos requisitos de "uso próprio" em acordos de compra de energia, bem como o facto de ser permitido aplicar contabilidade de cobertura quando esses contratos sejam usados como instrumentos de cobertura. As alterações têm aplicação antecipada permitida, exceto quanto às orientações relativas à contabilidade de cobertura que deverá ser aplicada prospetivamente a novos relacionamentos de cobertura, assim designados em ou após a data de aplicação inicial.
Melhorias anuais às IFRS (Volume 11)	1-jan-26	Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional, através de pequenas alterações consideradas não urgentes. As principais alterações incluídas neste volume referem-se: • IFRS 1 (<i>Contabilidade de cobertura na adoção pela primeira vez das normas IFRS</i>): Esta alteração visa a atualização das referências cruzadas nos parágrafos B5 e B6 da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para os critérios elegibilidade da contabilidade de cobertura na IFRS 9 para os parágrafos 6.4.1(a), (b) e (c). • IFRS 7 (<i>Ganho ou perda no desreconhecimento</i>): Esta alteração visa atualizar a linguagem relativa aos dados de mercado não observáveis incluídos no parágrafo B38 da IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como adicionar referências para os parágrafos 72 e 73 da IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor. • IFRS 7 (<i>Orientações de implementação</i>): Diversos parágrafos relativos às orientações de implementação da IFRS 7 foram alterados por razões de consistência e clareza. • IFRS 9 (<i>Desreconhecimento de passivos de locação</i>): Esta alteração vem clarificar que quando um passivo financeiro é extinto de acordo com a IFRS 9, o locatário deverá aplicar o parágrafo 3.3.3 da IFRS 9 e reconhecer o ganho ou perda que resulte desse desreconhecimento. • IFRS 9 (<i>Preço da transação</i>): Com esta alteração a referência ao "preço da transação" no parágrafo 5.1.3 da IFRS 9 é substituída por "montante determinado pela aplicação da IFRS 15". • IFRS 10 (<i>Determinação de agente 'de facto'</i>): Alteração efetuada ao parágrafo B74 da IFRS 10, a qual vem clarificar que a relação descrita nesse parágrafo é apenas um exemplo de várias possíveis entre o investidor e outras partes atuando como agentes de facto. O objetivo desta alteração é remover a inconsistência com o requisito do parágrafo B73 segundo o qual uma entidade deve utilizar o seu julgamento na avaliação de outras partes possam atuar como agentes 'de facto'. • IAS 7 (<i>Método do custo</i>): Substituição do termo "método do custo" por "ao custo" no parágrafo 37 da IAS 7 após a eliminação da definição de "método do custo". As alterações têm aplicação antecipada permitida.
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	1-jan-27	A IFRS 18 vem substituir a IAS 1 <i>Apresentação de Demonstrações Financeiras</i> e surge em resposta às solicitações dos investidores que procuram informação relativa à performance financeira. Com a introdução dos novos requisitos da IFRS 18, os investidores terão acesso a informação mais transparente e comparável sobre o desempenho financeiro das empresas, tendo como objetivo assim melhores decisões de investimento. A IFRS 18 introduz essencialmente três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro: • Comparabilidade da demonstração dos resultados: A IFRS 18 introduz três categorias definidas para rendimentos e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o resultado operacional. A nova estrutura e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para a análise do desempenho das empresas facilitando a sua comparação. • Transparência das medidas de desempenho definidas pela Gestão: A IFRS 18 vem exigir que se divulguem informações adicionais sobre os indicadores específicos de performance da empresa relacionados com a demonstração dos resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Gestão. • Agregação e desagregação de itens nas demonstrações financeiras: A IFRS 18 estabelece orientações sobre o modo como os itens da demonstração dos resultados devem ser agregados. A aplicação da IFRS 18 é retrospectiva e é permitida a adoção antecipada desde que a opção seja divulgada.

Estas normas e emendas, apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Grupo encontra-se a avaliar os impactos da adoção da IFRS 18, sendo esperados impactos na divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão e na estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, em particular, na demonstração dos resultados e nas divulgações incluídas nas notas anexas. Não se estima que da futura adoção das restantes normas e emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e emendas foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	1-jan-27	A IFRS 19 permite às entidades elegíveis a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das normas IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário. A aplicação da IFRS 19 é opcional e a aplicação antecipada é permitida. As entidades que adotarem antecipadamente devem divulgar e alinhar as divulgações no período comparativo com as do período atual.
Alterações à IAS 21 – Conversão para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária	1-jan-27	Estas alterações visam clarificar o método de conversão de demonstrações financeiras de uma moeda não hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária. As alterações são relevantes apenas para entidades cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária e cuja própria moeda funcional, ou a das suas operações estrangeiras, seja a de uma economia não hiperinflacionária. Genericamente, as alterações exigem que todos os montantes (incluindo comparativos) sejam traduzidos de uma moeda funcional que seja a de uma economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação que seja a de uma economia hiperinflacionária, utilizando a taxa de fecho na data da demonstração da posição financeira mais recente. As alterações têm aplicação antecipada permitida.

Estas normas e emendas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relativamente a estas normas e emendas, emitidas pelo IASB, mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Empresas subsidiárias incluídas na consolidação

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo Altri detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consiga influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pelo Grupo) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem controlo sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir controlo, nomeadamente atendendo igualmente à existência de opções de compra exercíveis ou que se tornam exercíveis para que a Grupo possa exercer o seu poder. O controlo é reavaliado pelo Grupo sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.1.

O rendimento integral total é atribuído aos acionistas da empresa-mãe e dos interesses que não controlam, mesmo que isso resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, fluxos de caixa e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação, bem como os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo. Perdas não realizadas são também eliminadas quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que o Grupo exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto se encontram entre 20% a 50%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com o método da equivalência patrimonial, estas participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição ou pelo justo valor caso as entidades sejam adquiridas por via de processos de concentração de atividades empresariais. As participações financeiras são, posteriormente, ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício, conforme aplicável. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro, em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas, são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Resultados relativos a investimentos” da demonstração consolidada dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído (Nota 2.2.c)).

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos e em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados dos empreendimentos conjuntos e associadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com o empreendimento conjunto e associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com os empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas

somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 4.2.

c) Concentrações de atividades empresariais e Goodwill

Numa concentração de atividades empresariais, as diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica “Goodwill” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração dos resultados.

O Grupo realiza o teste da concentração para avaliar se está perante uma compra de ativos ou uma concentração de atividades empresariais, ou seja, determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui um *input* e um processo substantivo que, em conjunto, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*. O processo adquirido é considerado substantivo se for considerado crítico para a capacidade de continuar a produzir *outputs*, e os *inputs* adquiridos incluem uma força de trabalho organizada, com os conhecimentos ou experiência necessários para realizar esse processo ou se contribuir significativamente para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou que não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativo na capacidade de continuar a produzir *outputs*.

Quando estes critérios não se encontram cumpridos, o Grupo considera como aquisição de um grupo de ativos, sendo reconhecido como ativo não financeiro o diferencial entre os ativos líquidos adquiridos e o custo de aquisição.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, são registadas na moeda de reporte dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reserva de conversão cambial” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”. Adicionalmente, quando aplicável, no caso de existirem empréstimos intragrupo cujo reembolso não seja exigido num futuro próximo, as diferenças cambiais respetivas são reconhecidas em capitais próprios na rubrica de “Reserva de conversão cambial”, na medida em que são entendidos como fazendo parte do investimento líquido na subsidiária que usa moeda diferente do Euro.

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica “Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas” e, quando negativas, após uma reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas diretamente na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Resultados relativos a investimentos”.

O Grupo Altri, numa base de transação a transação (para cada concentração de atividades empresariais), opta por mensurar quaisquer interesses que não controlam na empresa adquirida pelo justo valor ou pela parte proporcional dos interesses que não controlam nos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor e posteriormente é ajustado ao justo valor pela demonstração dos resultados. Qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de mensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida da demonstração dos resultados, a menos que esse pagamento contingente esteja classificado como capital

próprio, sendo que neste caso não deve ser remensurado e, apenas aquando da sua liquidação, será reconhecido o impacto em capital próprio.

Transações subsequentes de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo, são tratadas como transações entre detentores de capital, afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica “Goodwill” ou na demonstração dos resultados.

Quando a combinação de negócios é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do Goodwill ou de alocação do preço de compra.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos dessa entidade, qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor e a eventual perda ou ganho apurada é registada na demonstração dos resultados.

O Grupo testa anualmente a existência de imparidade do Goodwill. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo dos valores de uso. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada. As perdas por imparidade do Goodwill não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de subsidiárias que usam moeda diferente do Euro incluídas na consolidação são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada na rubrica “Reserva de conversão cambial” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O valor do Goodwill e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades que usam moeda diferente do Euro são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma participação numa entidade que usa moeda diferente do Euro é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferido para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

A cotação utilizada na conversão para Euro das contas das subsidiárias que usam moeda diferente do Euro foi como segue:

31.12.2025		31.12.2024	
Fecho do período	Média do período incluído nas demonstrações financeiras	Fecho do período	Média do período incluído nas demonstrações financeiras
Franco Suíço	0,9314	0,9368	0,9527

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração usados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente, os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à sua preparação, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor na data de aquisição (que é considerado como custo), determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As despesas internas associadas à manutenção e ao desenvolvimento de software são registadas como gastos na demonstração dos resultados quando incorridas, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, os gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos).

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Terrenos e recursos naturais	20 a 50
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

No caso de projetos em fase de desenvolvimento, os gastos são capitalizados somente quando for provável que o projeto seja efetivamente concretizado, sendo provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Caso existam mudanças no enquadramento regulatório ou outras circunstâncias que modifiquem a expectativa de concretização do projeto, é efetuado o desreconhecimento dos ativos e reconhecidos os respetivos impactos em gastos do exercício.

O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para desenvolver o ativo até à sua condição de uso ou venda.

Os custos relacionados com prospeção e angariação de novos negócios são registados como um gasto no período em que ocorrem.

O passivo correspondente é subsequentemente tratado pelo seu custo amortizado, sendo que alterações ao valor de tais pagamentos são reconhecidas por contrapartida do valor dos ativos correspondentes, exceto no que respeita ao efeito financeiro do desconto ou a variações da taxa de desconto aplicável, que são reconhecidos como juro suportado, em analogia ao tratamento preconizado pela IFRIC 1.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As despesas internas associadas ao desenvolvimento de projetos são registadas como gastos na demonstração dos resultados quando incorridas, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, os gastos são capitalizados como ativos fixos tangíveis.

Considerando a substância da transação, os direitos de superfície perpétuos adquiridos são considerados como terrenos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

O Grupo avalia a imparidade dos ativos sempre que eventos ou circunstâncias possam indicar que o valor contabilístico do ativo excede o seu valor recuperável e, pelo menos, anualmente, sendo a imparidade reconhecida em resultados (quando aplicável). As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da demonstração dos resultados.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Altri correspondem a imóveis não afetos à atividade do Grupo, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação) e, subsequentemente são mantidas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem (genericamente 10 a 50 anos).

d) Direitos de uso

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Grupo como locatário

O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação, ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como

uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado por duodécimos, utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Os pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no período em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável, o Grupo, para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, usa a taxa de juro incremental à data de início da locação. Esta taxa é determinada através da observação de dados de mercado de curvas de taxas de juro de obrigações compostas com referência à data de início do contrato para maturidades similares ao termo da locação. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). O Grupo aplica, igualmente, a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

e) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios atribuídos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Outros rendimentos” da demonstração consolidada dos resultados do exercício em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, quando estão cumpridas todas as condições necessárias para o seu recebimento.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na demonstração da posição financeira consolidada como “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” relativamente às parcelas de curto prazo e de médio e longo prazo respetivamente, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos valorizados ao justo valor apenas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando a sua atribuição é incondicional, ou seja, quando estão cumpridos todos os termos e condições de atribuição.

Os incentivos financeiros recebidos para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na rubrica “Incentivos reembolsáveis” do passivo corrente e não corrente, de acordo com o plano de reembolsos definido pelas entidades atribuidoras.

f) Imparidade dos ativos não correntes, exceto goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira consolidada e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

g) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado. Dentro desta ótica, a madeira cortada em posse do Grupo encontra-se valorizada ao custo de produção, que inclui os custos incorridos com o corte e chegada da madeira, assim como a parte proporcional à área cortada dos gastos acumulados de estabelecimento, manutenção e gastos administrativos com estes ativos.

O Grupo procede ao registo das correspondentes perdas por imparidade para reduzir, quando aplicável, os inventários ao seu valor realizável líquido ou preço de mercado.

i) Ativos biológicos

Parte da atividade do Grupo Altri consiste no cultivo de várias espécies florestais, principalmente eucalipto, as quais são basicamente utilizadas como matéria-prima para a produção de fibras celulósicas. O Grupo Altri é proprietário de diversas florestas destinadas a esta atividade, as quais se encontram classificadas na rubrica “Ativos biológicos”. Os solos florestais que são propriedade do Grupo estão valorizados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.b) e são apresentados na rubrica “Ativos fixos tangíveis” da demonstração consolidada da posição financeira. Os solos florestais que não são propriedade do Grupo Altri e que se encontram sob

locação são mensurados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.d), sendo apresentados na rubrica “Ativos sob direito de uso” da demonstração consolidada da posição financeira.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, com exceção do valor do investimento inicial nos primeiros dois anos, em que são mensurados ao custo. Após a referida data, os ativos são mensurados ao justo valor. Na determinação desse justo valor é utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, apurados através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa. A referida avaliação tem em consideração pressupostos relativos à produtividade das florestas e ao preço de venda da madeira, deduzido dos custos de exploração florestal (corte, chegada e transporte), dos custos de manutenção, dos custos de gestão florestal e rendas (dos terrenos próprios e arrendados), aos quais se aplica o método de atualização dos fluxos monetários futuros utilizando uma taxa de desconto estimada.

A taxa de desconto corresponde à taxa de juro de mercado, sem inflação, de forma consistente com a estrutura de projeções, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos ativos florestais, os quais se destinam, essencialmente, a serem incorporados na produção de fibras celulósicas do Grupo.

As alterações de estimativas são reconhecidas enquanto variações de justo valor dos ativos biológicos na demonstração dos resultados.

Os ativos biológicos são avaliados de acordo com o nível 3 da hierarquia de justo valor.

O valor da madeira é transferido para custos de produção quando a respetiva madeira, depois de cortada, é incorporada no produto final, sendo que os cortes de madeira própria são valorizados ao custo específico de cada mata (ou talhão) quando transferidos para as unidades de exploração que constituem o inventário.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

k) Benefícios aos empregados

(i) Planos de benefício definido

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos de conceder aos seus colaboradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez, os quais configuram planos de benefícios definidos.

Para cobrir essas responsabilidades existem os correspondentes fundos de pensões autônomos, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registrados como gastos ou rendimentos do exercício, em conformidade com a IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

O efeito da mensuração das responsabilidades por planos de benefícios definidos, incluindo ganhos e perdas atuariais, e o rendimento dos ativos do plano (quando aplicável) líquido de juros são reconhecidos em outro rendimento integral. Tal mensuração não é objeto de reclassificação para a demonstração dos resultados em exercícios subsequentes.

O juro líquido é reconhecido na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados também é reconhecido na demonstração dos resultados, nos exercícios em que os serviços são prestados pelos colaboradores.

Qualquer insuficiência de cobertura por parte dos fundos de pensões autônomos face às responsabilidades por serviços passados é registrada como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo, na rubrica “Responsabilidades por pensões”.

Quando a situação patrimonial dos fundos de pensões autônomos é superior às responsabilidades por serviços passados, o Grupo Altri registra um ativo na rubrica “Outros ativos não correntes” da demonstração consolidada da posição financeira na medida em que o diferencial corresponda a menores necessidades de dotações para os fundos de pensões no futuro.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method” utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados (Nota 29).

(ii) Planos de contribuição definida

A partir de 2014, as subsidiárias do Grupo passaram a conceder esses complementos de reforma através de planos de contribuição definida. O Grupo atribui aos seus colaboradores com contrato de trabalho subordinado sem termo, um plano de pensões de contribuição definida. De acordo com este plano, o Grupo atribui a cada colaborador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável em função do seu tempo de serviço. A contribuição para o Fundo de Pensões varia anualmente em função dos resultados do Grupo Altri, sendo contabilizadas como gasto no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões. Os planos de benefícios definidos não são contributivos para os seus participantes.

l) Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

(ii) Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

1. Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- ▶ o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- ▶ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos), durante a vida esperada do instrumento, na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente ao justo valor através de outro rendimento integral:

- ▶ o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- ▶ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

2. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) ao justo valor através de outro rendimento integral quando estes satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 – “Instrumentos financeiros: Apresentação” e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação ao justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ▶ for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- ▶ no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- ▶ for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, os ganhos ou perdas acumulados gerados com estes instrumentos financeiros não são reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferidos somente para a rubrica de “Resultados transitados” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”.

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica

“Rendimentos financeiros”, no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento.

3. Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outras dívidas de terceiros, e para ativos associados a contratos com clientes. A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (*expected credit losses*) daqueles ativos financeiros. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

As perdas de imparidade esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros e de ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconômicas que se estimam para o futuro.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, o Grupo reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida econômica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros (*lifetime*). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade do Grupo, afetada por fatores prospectivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições econômicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e perspectivas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e., a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real do Grupo a esse *default*. O Grupo considera 60 dias após a data de vencimento como *default*.

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, é representada pelo valor contábilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. A perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao Grupo em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

O Grupo reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contábilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira consolidada.

Considerando o modelo de negócio do Grupo e a rigorosa política de controlo de crédito, os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

O Grupo avalia as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- ▶ Estratificação dos clientes por tipo de crédito associado;
- ▶ Análise do histórico de incobráveis e default para as subpopulações identificadas;
- ▶ Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito ou outras melhorias de crédito;
- ▶ Para os saldos não cobertos por melhorias de crédito, apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- ▶ Ajustamento das taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- ▶ Aplicação das taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Além disso, o Grupo mantém imparidades reconhecidas em exercícios anteriores em resultado de eventos passados específicos e com base em saldos específicos analisados de forma casuística.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve. Se o Grupo retiver substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Resultados transitados” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”.

(iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao justo valor

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- ▶ o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- ▶ o passivo for devido para negociação; ou
- ▶ o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como devido para negociação se:

- ▶ for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- ▶ no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- ▶ for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se estiverem afetados a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos), durante a vida esperada do passivo financeiro, na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a passivos da locação, os quais são inicialmente registados pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Acordos de financiamento de fornecedores

O Grupo contrata operações de financiamento de fornecedores com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como *reverse factoring agreements*. Ao abrigo destes contratos, determinados fornecedores podem obter pagamento antecipado de faturas emitidas ao Grupo Altri, através de uma instituição financeira. No âmbito destes acordos, as instituições financeiras pagam, de forma antecipada, os montantes devidos pelo Grupo aos fornecedores participantes e o Grupo reembolsa a instituição financeira na data de vencimento e de acordo com as condições previstas na fatura. Os fornecedores participantes pagam comissões e juros pelo serviço de antecipação dos pagamentos à instituição financeira. O principal objetivo destes acordos é permitir que os fornecedores tenham acesso ao pagamento em data anterior à data de vencimento das faturas.

O Grupo avalia estes contratos para determinar a apresentação apropriada enquanto contas a pagar comerciais a fornecedores ou dívida financeira, dependendo das características de cada contrato.

Quando estes contratos não originam gasto financeiro para o Grupo, nem alteram as condições de pagamento acordadas com os fornecedores, os montantes das faturas dos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no passivo na rubrica “Fornecedores – acordos de financiamento de fornecedores”. O passivo apenas é desreconhecido quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento pelo Grupo à instituição financeira, são canceladas ou expiram. Neste caso, os fluxos de caixa relacionados com acordos de financiamento de fornecedores são incluídos nos fluxos gerados pelas atividades operacionais.

Quando estes contratos se enquadram como dívida financeira, são registados na rubrica “Outros empréstimos” da demonstração consolidada da posição financeira e os respetivos fluxos de caixa são incluídos nos fluxos gerados pelas atividades de financiamento.

O Grupo Altri adotou as alterações à IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Estas alterações introduziram requisitos de divulgação adicionais quando existam acordos de financiamento de fornecedores. Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos destes acordos quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez do Grupo.

As divulgações exigidas por estas alterações estão incluídas na Nota 23.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar, simultaneamente, o passivo.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo, definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos, de taxa de câmbio, de cobertura do preço da pasta, bem como de cobertura do preço da energia.

A cobertura do risco é efetuada para a sua totalidade, não havendo lugar à cobertura de componentes de risco e não se encontrando definido um valor de cobertura objetivo para os referidos riscos.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido em Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação, a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards* cambiais.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são, essencialmente, valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

No caso de instrumentos de cobertura de taxa de juro variável, os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são, em tudo, idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

No caso de instrumentos de cobertura da exposição de taxa de câmbio, o Grupo contrata para cobrir transações altamente prováveis e para uma pequena parcela do total esperado, pelo que se entende, igualmente, como altamente eficazes as estratégias de cobertura.

No caso de instrumentos de cobertura do preço da pasta, os índices de preços aos quais estão indexados os contratos de futuros de cobertura do preço da pasta são os mais utilizados pelas subsidiárias do Grupo como referencial do preço de venda da sua pasta, razão pela qual se entende que desempenham também uma cobertura perfeita de transações altamente prováveis e que se esperam que venham a ocorrer em quantidades superiores às contratadas.

No caso de instrumentos de cobertura de preço de energia, o Grupo contrata para cobrir transações altamente prováveis e para uma parcela do total esperado de transações de compras e/ou vendas de energia, pelo que igualmente se entende as estratégias de cobertura como altamente eficazes.

No caso dos *Virtual Power Purchase Agreements* (VPPA), o Grupo designa como item coberto uma quantidade específica de compra futura de energia estimada, estabelecida no início da relação de cobertura. Nestes contratos, se o preço de mercado da eletricidade, cotado no MIBEL, for superior ao preço fixo contratualmente acordado, o produtor (contraparte) pagará ao Grupo (cliente) o diferencial calculado para o volume de energia produzido pela contraparte, sendo que o Grupo paga ao produtor a diferença nos casos em que o preço de mercado é mais baixo do que o preço definido contratualmente.

O Grupo utiliza uma abordagem quantitativa para verificar se existe uma relação económica entre o instrumento de cobertura e o item coberto. O teste é efetuado com base na análise de cenários relacionados com a alteração do preço de mercado da energia (*solar profile* e *baseload profile*) e do volume de produção do parque solar. O rácio de cobertura é calculado como o volume total do instrumento de cobertura dividido pelo volume total de compras designado como item coberto.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

As principais fontes de ineficácia identificadas pelo Grupo em termos de risco de preço de energia nas relações de cobertura de fluxo de caixa decorrem: i) do risco de crédito do instrumento de cobertura (contrato de VPPA), ii) do facto de o justo valor inicial do instrumento de cobertura não ser igual a zero, iii) de eventuais alterações nos volumes de compras estimados, face ao inicialmente previsto no contrato, iv) de eventuais diferenças entre os volumes de produção efetivos e os volumes de compra de energia designados no início do contrato, pelo Grupo, em cada mês, v) de eventuais diferenças entre o preço de compra (*baseload*) e o preço utilizado na liquidação do VPPA (*solar profile* ajustado), e vi) do facto de as datas de pagamento previstas no contrato serem diferentes das datas de compra de energia no mercado.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor.

Desde que o derivado de cobertura de fluxo de caixa satisfaça os critérios de elegibilidade, a relação de cobertura deve ser contabilizada como se segue:

1. a componente separada do capital próprio associada ao item coberto (reserva de cobertura de fluxos de caixa) é ajustada para o menor dos seguintes valores (em quantias absolutas):
 - a. o ganho ou perda acumulado no instrumento de cobertura desde o início da cobertura, e
 - b. a alteração acumulada no justo valor (valor presente) do item coberto (i.e. o valor presente da alteração acumulada nos fluxos de caixa futuros esperados cobertos) desde o início da cobertura.
2. a parte do ganho ou perda no instrumento de cobertura que se determine constituir uma cobertura eficaz deve ser reconhecida em outro rendimento integral.
3. qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de cobertura constitui uma ineficácia na cobertura e é reconhecida na demonstração dos resultados.

As quantias reconhecidas na reserva de cobertura de fluxos de caixa são subsequentemente reconhecidas na demonstração dos resultados no mesmo período ou períodos em que o item coberto afeta a demonstração dos

resultados de acordo com a natureza da transação subjacente. Caso estes sejam de natureza operacional são reconhecidos nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”. Caso sejam de natureza financeira são reconhecidos nas rubricas “Rendimentos financeiros” ou “Gastos financeiros”. Se uma transação prevista coberta resultar subsequentemente no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, os ganhos e perdas acumulados no capital próprio são retirados da reserva de cobertura de fluxos de caixa e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo ou passivo.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, nomeadamente, quando o instrumento se vence ou é vendido, ou quando a transação futura deixa de ser altamente provável. As diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas correspondentes rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

No caso de coberturas de transações futuras altamente prováveis, a quantia acumulada em Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração consolidada dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa cobertos ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e, nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, os ganhos ou perdas não realizados são registados na demonstração consolidada dos resultados.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração consolidada dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

m) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis em menos de três meses ou que possam ser imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, passivos da locação e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

p) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A 31 de dezembro de 2025, as subsidiárias do Grupo Altri detalhadas abaixo, sediadas em Portugal, são tributadas segundo o regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), de acordo com o art.º 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:

- Altri Florestal, S.A.;
- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.;
- Caima, S.A.;
- Captaraíz Unipessoal, Lda.;
- Biotek, S.A.;
- Celbi, S.A.;
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.;

- Soc. Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.;
- Florestsul, S.A.;
- Biogama, S.A.;
- Altri Abastecimento de Biomassa, S.A..

Cada uma das sociedades tributadas segundo o RETGS regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de Empresas do Grupo. Nos casos em que as subsidiárias contribuem com prejuízos é registado, nas suas demonstrações financeiras individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime. Caso sejam registados ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais gerados, o montante fica registado na subsidiária como uma conta a receber da empresa-mãe do consolidado fiscal.

O Grupo reconhece o ganho com incentivos fiscais ao investimento sob a forma de descontos à coleta de acordo com os critérios estabelecidos na “IAS 12 – Imposto sobre o rendimento” para reconhecimento de ganhos com créditos fiscais. Deste modo, o ganho é reconhecido no momento em que é obtido o direito a utilizar o mesmo, sendo reconhecido um ativo por imposto diferido caso não seja possível utilizar no exercício a totalidade daqueles créditos fiscais e seja expectável que, no futuro, a empresa gere resultados suficientes que permitam a sua utilização.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado,

com base nas taxas fiscais aprovadas à data da demonstração da posição financeira; e

- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data da demonstração da posição financeira consolidada, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos financeiros por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica.



Reforma fiscal internacional – Pilar 2

No seguimento da emissão da nova legislação pela OCDE, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as Alterações à IAS 12 – Reforma Fiscal Internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar, em 23 de maio de 2023. As alterações clarificam que a IAS 12 se aplica aos impostos sobre o rendimento resultantes da legislação fiscal aprovada ou substancialmente aprovada para implementar as regras modelo do Pilar 2 publicadas pela OCDE.

Para evitar que surjam diversas interpretações práticas das alterações à IAS 12, para melhorar a informação fornecida aos utilizadores das demonstrações financeiras depois da entrada em vigor da legislação do Pilar 2 e para proporcionar um aligeirar de requisitos oportuno às entidades abrangidas, foi introduzida uma exceção temporária obrigatória aos novos requisitos da IAS 12. No âmbito da referida norma, uma empresa não deve reconhecer nem divulgar informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com as regras do modelo BEPS do Pilar 2 propostas pela OCDE. O Grupo Altri aplicou a exceção temporária obrigatória no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não tendo registado nem divulgado informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com as regras modelo do Pilar 2.

A legislação do Pilar 2 foi aprovada nas jurisdições em que o Grupo opera, sendo que a legislação entrou em vigor para o exercício com início em 1 de janeiro de 2024.

q) Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)

A Lei 83-C / 2013, do Orçamento do Estado de 2014 ("Lei do Orçamento de Estado 2014"), aprovada pelo Governo Português em 31 de dezembro de 2013, introduziu uma contribuição extraordinária aplicável ao setor energético (CESE), com o objetivo de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e financiar políticas sociais e ambientais no setor energético. Esta contribuição concentra-se geralmente nos operadores económicos que desenvolvem as seguintes atividades: (i) geração, transporte ou distribuição de energia elétrica; (ii)

transporte, distribuição, armazenamento ou fornecimento grossista de gás natural; e (iii) refino, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição e fornecimento no atacado de petróleo e derivados.

A CESE é calculada com base nos ativos líquidos das empresas com referência a 1 de janeiro de cada ano, que atendem, cumulativamente, a: (i) imobilizado; (ii) ativos intangíveis, exceto elementos de propriedade industrial; e (iii) ativos financeiros atribuídos a concessões ou atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide no valor dos ativos regulados se for superior ao valor desses ativos.

O regime da CESE foi sucessivamente prorrogado e passou a ser válido para 2025 através da Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro.

A taxa geral é de 0,85% e é aplicada sobre o valor do património líquido de cada unidade.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as unidades de produção de energia através de biomassa e as unidades de produção de eletricidade por intermédio de centros eletroprodutores de cogeração com potência inferior a 20 MW estão isentas do pagamento da CESE, razão pela qual nenhum imposto foi apurado ou registado para as unidades cuja isenção é aplicável. No caso da unidade de cogeração da Celbi, foi apurado um gasto relativo a CESE no montante de 34.820 Euros (Nota 15).

Quando devido, o gasto anual relativo à CESE é reconhecido como um passivo e registado como gasto na demonstração dos resultados na rubrica "Outros gastos", a 1 de janeiro, de acordo com a IFRIC 21 - *Levies*.

r) Rédito

O rédito é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes e exclui qualquer montante recebido por conta de terceiros. Deste modo, o Grupo reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado bem ou serviço para o cliente.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A principal fonte de rédito do Grupo corresponde à venda de fibras celulósicas, produzidas pelas três unidades industriais da Altri. O Grupo tem ainda rédito proveniente da venda de energia elétrica para a rede pública nacional, da venda de biomassa e outros produtos, com peso residual face à principal fonte de rédito.

Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

Na área de negócio das fibras celulósicas, o Grupo celebra com entidades privadas diversos contratos de fornecimento de fibras celulósicas com determinadas características (nomeadamente, nível de branqueamento). Trata-se de obrigações de desempenho únicas que são integralmente satisfeitas com a entrega do produto final nas condições acordadas (nomeadamente, os *incoterms* acordados com o cliente).

O Grupo reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à retribuição que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de cinco passos abaixo:

1. identificação do contrato com um cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação a obrigações de desempenho; e
5. reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

O rédito é mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber dos bens e serviços vendidos em linha com as tipologias de negócio do Grupo acima identificadas, líquido de bonificações, descontos (exemplo: descontos comerciais e descontos de quantidade) e impostos.

Os contratos comerciais com clientes referem-se essencialmente à venda de bens e numa extensão limitada ao transporte inerente a esses bens, quando aplicável. O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita.

Os contratos com clientes que o Grupo tem não contemplam remunerações variáveis nem incluem componentes de financiamento significativas. Adicionalmente, não existe histórico de modificações aos contratos nem de combinação de contratos.

Os contratos em vigor não têm garantias adicionais associadas. Para além disso, os gastos de angariação de clientes são internos, na generalidade dos casos, já que os contratos são angariados pela equipa comercial interna do Grupo.

O preço da transação é uma componente fixa em função das quantidades vendidas.

A transferência de controlo ocorre na mesma medida de que os riscos e benefícios associados são transferidos, de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

O Grupo considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se trate de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido de acordo com o previsto na IFRS 15, tendo em conta que o cliente recebe e consome em simultâneo os benefícios gerados pelo Grupo.

Ativos associados a contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente.

Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição.

Passivos associados a contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como crédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

s) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

t) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio oficiais vigentes à data da demonstração da posição financeira consolidada.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira consolidada, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em Capital próprio.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira consolidada que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira consolidada (“*adjusting events*”) são refletidos na demonstração financeira do Grupo. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira consolidada que sejam indicativos de condições que surgiram após a data da demonstração da posição financeira consolidada (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo mais adequados tendo em consideração as atividades desenvolvidas. Segmento operacional é um grupo de ativos e operações do Grupo cuja informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela gestão do Grupo.

Os segmentos operacionais são apresentados nestas demonstrações financeiras da mesma forma que são apresentados internamente na análise da evolução da atividade do Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo.

Tal como referido na Nota 38, o Grupo identificou um único segmento.

w) Ativos detidos para venda ou distribuição e operações em descontinuação

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou distribuição, ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda ou distribuição imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido com a sua venda ou distribuição.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda ou distribuição e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda ou distribuição, e:

- (i) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- (iii) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada.

Os saldos entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados no processo de consolidação. As transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminadas na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

Distribuição de Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas

Quando o Grupo delibera uma distribuição de dividendos em espécie e tem uma obrigação de distribuir os ativos e passivos em questão aos seus acionistas, deve reconhecer um passivo pelo dividendo a pagar.

O passivo relacionado com a responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecido quando o dividendo estiver devidamente aprovado e já não estiver sujeito ao critério do Grupo, o que corresponde à data em que a proposta do dividendo é aprovada em Assembleia Geral.

O Grupo deve mensurar o passivo relacionado com a responsabilidade pela distribuição de dividendos em espécie aos acionistas pelo justo valor dos ativos e passivos a serem distribuídos.

Quando o Grupo liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer em resultados qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos ativos e passivos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar. A referida diferença é apresentada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Resultado depois de impostos das operações descontinuadas”.

Caso a distribuição dos ativos líquidos resulte em perda de controlo, o Grupo desreconhece o grupo de ativos e passivos da subsidiária, quaisquer Interesses que não controlam e outros Montantes reconhecidos em outro rendimento integral e acumulado em Capital próprio relacionados com o grupo de ativos e passivos. Na eventualidade de o Grupo manter qualquer participação na anterior subsidiária, tal participação será mensurada ao justo valor na data de perda de controlo.

x) Matérias ambientais

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases de efeito de estufa. Neste contexto, foi publicada uma Diretiva Comunitária, já revista, que prevê a comercialização das chamadas “Licenças de emissão de CO₂ - CELE”, entretanto transposta para a legislação portuguesa e que é aplicável, a partir de 1 de janeiro de 2005, entre outras, à indústria de pasta e papel.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CELE encontra-se atualmente na sua 4ª fase (2021-2030), estruturada em dois períodos de atribuição: 2021–2025 e 2026–2030. Esta fase foi inicialmente regulada pela Diretiva (UE) 2018/410, posteriormente transposta para o ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, que estabeleceu, entre outros elementos, um fator de redução linear anual de 2,2% e um objetivo de redução de 43% das emissões em 2030 relativamente a 2005.

Em 2023, o regime foi novamente reforçado com a publicação da Diretiva (UE) 2023/959, integrada no pacote legislativo “Fit for 55”, que aumentou a ambição climática do CELE, definindo agora uma meta de redução de 62% das emissões em 2030, comparativamente aos níveis de 2005, e introduzindo ajustamentos adicionais ao limite total de licenças e ao fator de redução linear (4,3% até 2027 e 4,4% a partir de 2028). Estas alterações foram parcialmente transpostas para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º 101/2024, de 4 de dezembro, que alterou o Decreto-Lei n.º 12/2020.

Foi efetuada a distribuição pelo Governo Português das “Licenças de emissão de CO₂” às diversas empresas portuguesas abrangidas, sendo atribuídas, a título gratuito, licenças para a emissão de 86.743 toneladas de CO₂ às empresas do Grupo para o ano de 2025. Caso as emissões reais sejam superiores às “Licenças de emissão de CO₂” atribuídas, o Grupo terá de adquirir as licenças em falta no mercado.

A entrega das “Licenças de emissão de CO₂”, correspondente às emissões reais realizadas num exercício, é feita de acordo com os dados históricos das instalações, podendo este valor ser ajustado anualmente em função do nível de atividade. Os valores apresentados pelas empresas relativos às emissões reais efetuadas são sujeitos a verificação por uma entidade independente, devidamente acreditada, de acordo com os requisitos aplicáveis.

Considerando que estas licenças se referem ao ano de 2025, com base nos dados previsionais de emissão de CO₂, não se estimam encargos significativos para o Grupo em consequência da entrada em vigor desta legislação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção do Conselho de

Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados dos quais resultem encargos materialmente relevantes para o Grupo.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o normativo contabilístico em vigor (Nota 2.1), o Conselho de Administração do Grupo adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Os principais juízos de valor e estimativas mais significativas efetuadas utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

a) Apuramento do justo valor dos ativos biológicos

Como referido na Nota 2.3 i), o justo valor dos ativos biológicos foi determinado através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa, na qual o Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade. Na determinação do justo valor dos ativos biológicos foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação (Nota 11). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos.

b) Testes de imparidade a ativos não correntes

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos relevantes, nomeadamente a estimativa de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

de caixa. Neste sentido, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares) (Nota 9).

c) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes), sendo objeto de validação independente por recurso a modelos de valorização da *Bloomberg*. O Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade às contrapartes (Nota 27).

O justo valor do contrato VPPA (*Virtual Power Purchase Agreement*) foi determinado através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa, na qual o Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade. Como referido na Nota 2.3 I), na determinação do seu justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza do contrato em avaliação (Nota 27).

d) Apuramento da taxa de juro incremental nos contratos de locação

Como referido na Nota 2.3 d), o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Alteração neste pressuposto pode implicar valorizações/desvalorizações destes ativos e passivos (Nota 8).

e) Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquelas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. Os pressupostos adotados na determinação das responsabilidades com pensões correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das variáveis acima referidas (Nota 29).

f) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Como referido na Nota 2.3 a) e b), o Grupo revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com decisões estratégicas do Grupo, quer ainda com a envolvente económica das várias empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas na demonstração consolidada dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS, ver Nota 2.1.

Não ocorreram durante o exercício alterações voluntárias de políticas contabilísticas, não tendo igualmente sido reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo Altri encontra-se exposto essencialmente ao: (a) risco de mercado; (b) risco de liquidez; (c) risco de crédito; e (d) risco de capital. O risco relacionado com a sustentabilidade, ESG (“*Environmental, Social and Governance*”) e alterações climáticas é abordado no Relatório de Gestão do Grupo. O principal objetivo do Conselho de Administração é reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das atividades do Grupo. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da Altri. A concretização operacional da política de gestão de risco é levada a cabo pela Administração e pela Direção de cada uma das empresas subsidiárias.

a) Risco de mercado

O atual ambiente macroeconómico, pautado pelos riscos geopolíticos e incertezas relativamente à sua evolução futura, em resultado da combinação de vários efeitos, nomeadamente, os atuais conflitos armados, coloca desafios significativos às empresas e às suas operações.

O Conselho de Administração encontra-se a monitorizar os impactos da atual envolvimento macroeconómica na cadeia de operações do Grupo, garantindo que são aplicadas medidas mitigatórias que permitam minimizar, sempre que possível, os efeitos negativos e a incerteza que ameaça a estabilidade económica mundial.

Durante o ano, o Grupo procurou encontrar soluções para minimizar os impactos da evolução do contexto macroeconómico. Adicionalmente, o Grupo, quando entende necessário, utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto, como forma de garantir a sua cobertura.

Para o Grupo Altri, no âmbito da gestão de risco de mercado, revestem-se de particular importância o risco de taxa de juro, o risco de taxa de câmbio, o risco da variabilidade nos preços de *commodities*, o risco relacionado com a gestão florestal e produção de eucalipto e o risco de variabilidade nos preços de energia.

i) Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo à taxa de juro decorre, essencialmente, dos empréstimos de longo prazo que são constituídos, na sua maioria, por dívida indexada à Euribor.

O Grupo utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro consideradas significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura da taxa de juro:

- ▶ Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção do risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo dos instrumentos de cobertura;
- ▶ Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- ▶ Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo dos fundos considerados no plano de negócios do Grupo.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Uma vez que a maioria do endividamento do Grupo Altri se encontra indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com partes terceiras (Bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura da refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, o Grupo Altri solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade destas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo Altri utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data da demonstração consolidada da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizados como referencial de avaliação.

O Conselho de Administração do Grupo Altri aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para o Grupo, analisando, para tal, a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável).

O objetivo do Grupo é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do Grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos um ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros, pode ser analisada como segue, não considerando o efeito de cobertura dos instrumentos financeiros derivados (Nota 27) e os financiamentos a taxa fixa.

	31.12.2025	31.12.2024
Juros suportados (Nota 34)	18 029 404	26 070 353
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(5 580 000)	(4 940 000)
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	5 580 000	4 940 000

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data do final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final de cada exercício, e mantendo-se tudo o resto constante.

ii) Risco de taxa de câmbio

O Grupo está exposto ao risco de taxa de câmbio nas transações relativas a vendas de produtos acabados em mercados internacionais em moeda diferente do Euro. A exposição do Grupo a vendas realizadas em moedas diferentes do Euro poderá ter impacto significativo na evolução dos fluxos de caixa obtidos com as vendas do Grupo, assumindo o USD particular relevância nesse contexto.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em Euros expressos em moeda diferente do Euro, são como segue:

	31.12.2025		31.12.2024	
	(USD)	(SEK, GBP, CHF e CNY)	(USD)	(SEK, GBP e CHF)
Contas a receber	69 375 477	156 180	83 685 865	20 341
Contas a pagar	(346 700)	(702 427)	(3 842 418)	(113 901)
Depósitos bancários (Nota 17)	38 921 515	1 347 144	25 606 875	346 391
	107 950 292	800 897	105 450 322	252 831

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira e detalham-se como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
	Fecho do período	Fecho do período
Dólar dos Estados Unidos (USD)	1,1757	1,0394
Coroa Sueca (SEK)	10,8130	11,4544
Libra Esterlina (GBP)	0,8730	0,8293
Franco Suíço (CHF)	0,9314	0,9415

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais alterações da taxa de câmbio não terão um efeito significativo sobre os referidos saldos, quer pela dimensão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, quer pela reduzida maturidade dos mesmos.

Sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à variabilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada através de um programa de compra e venda de divisas a prazo (*forwards*) ou de outros instrumentos derivados de taxa de câmbio (Nota 27).

iii) Risco de variabilidade nos preços de *commodities*

Desenvolvendo a sua atividade num setor que transaciona *commodities* (pasta de papel), o Grupo encontra-se particularmente exposto a variações do seu preço, com os correspondentes impactos nos seus resultados. No entanto, para gerir este risco foram celebrados contratos de cobertura de variação de preços da pasta de papel, pelos montantes e valores considerados adequados às operações previstas, atenuando assim a volatilidade dos seus resultados.

O aumento/diminuição de 5% do preço da pasta comercializada pelo Grupo Altri durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 teria implicado um aumento/diminuição dos resultados operacionais (Resultados antes de impostos, Resultados financeiros e relativos a investimentos) de, aproximadamente, 27,7 milhões de Euros (35,5 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024), sem considerar o efeito dos derivados de cobertura do preço da pasta (Nota 27), e mantendo-se tudo o resto constante.

iv) Risco relacionado com a gestão florestal e produção de eucalipto

A Altri, através das suas subsidiárias, tem sob sua gestão um património florestal de cerca de 102,6 mil hectares, dos quais o eucalipto representa 79%. Grande parte desta área florestal encontra-se certificada pelo FSC® (*Forest Stewardship Council*® – FSC-C004615) e pelo PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*), os quais estabelecem princípios e critérios relativamente aos quais é avaliada a sustentabilidade da gestão do património florestal nas vertentes económica, ambiental e social.

Neste contexto, toda a atividade florestal é dirigida para a otimização dos recursos disponíveis, salvaguardando a estabilidade ambiental e os valores ecológicos presentes no seu património, e garantindo o seu desenvolvimento.

Os riscos associados a qualquer atividade florestal também estão presentes na gestão do Grupo Altri. Os incêndios florestais e as pragas e doenças que podem ocorrer nas diferentes matas espalhadas por todo o território nacional são os maiores riscos com que o setor se defronta na sua atividade. Estas ameaças, se ocorrerem, em função da sua intensidade, afetam o normal funcionamento das explorações florestais e a eficiência da produção.

De forma a prevenir e reduzir o impacto dos incêndios florestais nas matas, o Grupo Altri, através da subsidiária Altri Florestal, participa no empreendimento conjunto Afocelca, em parceria com o Grupo Navigator, que tem como finalidade a disponibilização, coordenação e a gestão dos meios disponíveis para o combate aos incêndios. Ao mesmo tempo são efetuados, recorrentemente, investimentos significativos nas áreas florestais com a limpeza da floresta, para reduzir os riscos de propagação de incêndios, assim como minorar os seus prejuízos.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No que respeita às pragas e doenças, o seu aparecimento pode reduzir de forma significativa o crescimento dos povoamentos florestais, provocando danos irreversíveis na produtividade. Para o seu combate, foram estabelecidos procedimentos de luta integrada, quer através de largadas de parasitóides específicos oriundos da Austrália, quer através da utilização de produtos fitofármacos de modo a controlar as populações de insetos nocivos e reduzir o impacto negativo da sua presença. Por outro lado, nas áreas mais afetadas, a subsidiária Altri Florestal está a utilizar material genético mais adequado nas novas plantações que, pelas suas características, permitem resistir melhor a essas pragas e doenças.

O aumento/diminuição de 5% do preço de compra da madeira durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 teria implicado uma diminuição/aumento nos resultados operacionais de, aproximadamente, 12,2 milhões de Euros (12,2 milhões de Euros a 31 de dezembro de 2024), mantendo-se tudo o resto constante.

v) Risco de variabilidade nos preços da energia

O Grupo Altri está exposto à variabilidade do preço da energia na compra e venda de eletricidade e compra de gás natural, no âmbito da sua atividade operacional. Para limitar as flutuações resultantes da variabilidade do preço da energia e cobrir a exposição ao risco do preço da energia, o Grupo Altri tem em vigor um contrato derivado de compra virtual de energia elétrica (*Virtual Power Purchase Agreement* (VPPA)), sob a forma de contrato por diferenças (*Contract for differences* (CFD)), e contratos derivados para fixar o preço do gás natural e eletricidade, como parte da sua estratégia de cobertura das flutuações do preço de energia a longo prazo.

Ao abrigo destes contratos, a energia não é entregue fisicamente e o Grupo recebe/paga a diferença entre o preço fixo acordado com o fornecedor de energia e os preços de mercado da energia (Notas 2.3 I) e 27).

b) Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o Grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão da maturidade dos financiamentos.

O Grupo prossegue, assim, uma política ativa de refinanciamento pautada: (i) pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo; e (ii) pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os *cash-flows* previstos e a capacidade de alavancagem da sua demonstração da posição financeira.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada na Nota 20.

c) Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito.

A avaliação do risco de crédito é efetuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada uma das empresas, sendo adotados procedimentos corretivos sempre que tal se julgue conveniente.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes bem como pela contratação de seguros de crédito junto de instituições especializadas e que cobrem uma parte significativa do crédito concedido em resultado da atividade desenvolvida pelo Grupo.

A quase totalidade das vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito são cobertas por outras melhorias de crédito, nomeadamente, garantias bancárias ou créditos documentários (Nota 13).

d) Risco de capital

A estrutura de capital do Grupo Altri, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

O Grupo monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento, com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo Altri apresenta um *gearing* contabilístico de 103% e 151%, respetivamente.

Gearing = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: outros empréstimos; empréstimos bancários; incentivos reembolsáveis; passivo da locação e (-) Caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros equivalentes.

O Grupo apresenta na rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” um valor de, aproximadamente, 63% dos seus passivos correntes.



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

4. INVESTIMENTOS

4.1 EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, proporção do capital detido e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de participação 2025	Percentagem efetiva de participação 2024	Atividade principal
Empresa mãe:				
Altri, SGPS, S.A.	Portugal			Sociedade gestora de participações sociais
Subsidiárias:				
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Comercialização de madeira
Altri Abastecimento de Biomassa, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Comercialização de biomassa
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	Espanha	100,00%	100,00%	Comercialização de fibras celulósicas
Altri Sales, S.A.	Suíça	100,00%	100,00%	Serviços de apoio à gestão do grupo
Celbi, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção e comercialização de fibras celulósicas
Altri Florestal, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Exploração silvícola
Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Exploração silvícola
Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção de plantas em viveiros e prestação de serviços agroflorestais e paisagísticos
Florestsul, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Exploração silvícola
Caima, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção e comercialização de fibras celulósicas
Captaraiz Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	100,00%	Compra e venda de imóveis
Biotek, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção e comercialização de fibras celulósicas
Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Compra e venda de imóveis
Biogama, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Sociedade gestora de participações sociais
Greenfiber, S.L.	Espanha	75,00%	75,00%	Produção e comercialização de fibras celulósicas
Greenfiber Development, S.L. ^(h)	Espanha	—%	75,00%	Produção e comercialização de fibras celulósicas
Altri Forestal, S. L. ^{(a) (b)}	Espanha	100,00%	—%	Comercialização de madeira
Altri Forestal Logistics, S. L. ^{(a) (c)}	Espanha	100,00%	—%	Serviços de logística
AeoniQ Holding AG ^{(d) (e)}	Suíça	58,68%	—%	Sociedade gestora de participações sociais
AeoniQ GmbH ^{(d) (f)}	Áustria	58,68%	—%	Atividades de investigação e desenvolvimento
AeoniQ Portugal, Unipessoal Lda. ^{(d) (g)}	Portugal	58,68%	—%	Produção e comercialização de filamento celulósico

^(a) Sociedade adquirida no segundo trimestre de 2025

^(b) Anteriormente designada por Greenalia Forest, S.L.

^(c) Anteriormente designada por Greenalia Logistics, S.L.

^(d) Sociedade adquirida no terceiro trimestre de 2025

^(e) Anteriormente designada por HeiQ AeoniQ Holding AG

^(f) Anteriormente designada por HeiQ AeoniQ GmbH

^(g) Anteriormente designada por HeiQ AeoniQ Portugal, Unipessoal Lda.

^(h) Sociedade liquidada no quarto trimestre de 2025

Estas empresas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2 a).

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

4.2 INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido, atividade desenvolvida e valor na demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são os seguintes:

Denominação social	Sede Social	Demonstração da posição financeira		Percentagem efetiva de participação		Atividade principal
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	
Pulpchem Logistics, A.C.E.	Lavos, Portugal	—	—	50,00 %	50,00 %	Compras de materiais, matérias subsidiárias e serviços utilizados nos processos de produção de pasta e papel
Afocealca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios, ACE	Herdade da Caniceira, Portugal	—	—	35,20 %	35,20 %	Prestação de serviços de prevenção e combate de incêndios florestais
Investimentos em empreendimentos conjuntos		—	—			
Operfoz – Operadores do Porto da Figueira da Foz, Lda.	Figueira da Foz, Portugal	891 232	872 904	33,33 %	33,33 %	Operação em portos
Investimentos em associadas		891 232	872 904			
Total		891 232	872 904			

Nos investimentos em empreendimentos conjuntos apresentados, as deliberações em Assembleia Geral são tomadas por unanimidade, e no Conselho de Administração, o número de membros é paritário ou as deliberações são tomadas por unanimidade, tendo as partes o controlo conjunto. Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2 b). Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	Demonstração da posição financeira	
	31.12.2025	31.12.2024
	Operfoz	Operfoz
Saldo inicial	872 904	849 230
Equivalência patrimonial:		
Efeitos em ganhos e perdas relativos aos empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 35)	18 328	23 674
Saldo final	891 232	872 904

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor contabilístico líquido dos investimentos do Grupo em empreendimentos conjuntos e associadas, reconcilia-se como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
	Operfoz	Operfoz
Capitais próprios	2 673 698	2 618 714
Percentagem de interesse	33,33%	33,33%
Quota-parte do grupo nos capitais próprios	891 232	872 904
	891 232	872 904

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos e das empresas associadas pode ser analisada como segue:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Empresa associada	Empreendimentos conjuntos	Empresa associada	Empreendimentos conjuntos
Ativos não corrente	5 446 500	78 289	5 520 278	112 340
Ativo corrente	2 587 947	7 126 012	1 006 316	8 007 692
Passivos não correntes	3 055 828	—	2 390 377	—
Passivos correntes	2 304 921	7 204 301	1 517 503	8 120 032
Capital Próprio	2 673 698	—	2 618 714	—
Volume de negócios	6 023 928	55 433 368	6 440 200	53 308 938
Resultado líquido do exercício	54 984	—	71 023	—

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas não diferem significativamente das políticas do Grupo Altri, facto pelo qual não houve necessidade de qualquer harmonização de políticas contabilísticas.

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, foram adquiridas as seguintes empresas:

Empresa	Sede	Empresa detentora	Percentagem de capital detido à data de aquisição	
			Direta	Efetiva
Altri Forestal, S. L. ^{(a) (b)}	Espanha	Altri, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Altri Forestal Logistics, S. L. ^{(a) (c)}	Espanha	Altri, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AeoniQ Holding AG ^{(d) (e)}	Suíça	Altri, SGPS, S.A.	58,68%	58,68%
AeoniQ GmbH ^{(d) (f)}	Áustria	AeoniQ Holding AG	100,00%	58,68%
AeoniQ Portugal, Unipessoal Lda. ^{(d) (g)}	Portugal	AeoniQ Holding AG	100,00%	58,68%

- (a) Sociedade adquirida no segundo trimestre de 2025
- (b) Anteriormente designada por Greenalia Forest, S.L.
- (c) Anteriormente designada por Greenalia Logistics, S.L.
- (d) Sociedade adquirida no terceiro trimestre de 2025
- (e) Anteriormente designada por HeiQ AeoniQ Holding AG
- (f) Anteriormente designada por HeiQ AeoniQ GmbH
- (g) Anteriormente designada por HeiQ AeoniQ Portugal, Unipessoal Lda.

Aquisição de 100% das subsidiárias Altri Forestal e Altri Forestal Logistics

A aquisição de 100% das empresas Altri Forestal e Altri Forestal Logistics foi efetuada pela Altri SGPS no dia 13 de maio de 2025. O valor de aquisição, àquela data, ascendeu a cerca de 15,8 milhões de Euros. Os efeitos desta aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas são detalhados como segue:

À data de aquisição	
Valores em Euros	Valores contabilísticos
Ativos fixos tangíveis	129 215
Ativos sob direito de uso	980 985
Inventários	3 699 712
Clientes	2 332 145
Outros ativos	8 307 886
Caixa e equivalentes de caixa	103 966
Empréstimos bancários	(3 828 493)
Outros empréstimos	(4 260 644)
Passivo da locação	(787 905)
Fornecedores	(3 877 727)
Outros passivos	(1 252 563)
Total de ativos líquidos adquiridos	1 546 577
Interesses que não controlam	—
Custo de aquisição:	
Pagamento das Ações	(8 146 242)
Dívida assumida pelo Grupo Altri	(6 663 758)
Passivo por pagamento retido (Nota 24)	(1 000 000)
	(15 810 000)
Goodwill	14 263 423
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição	
Pagamentos efetuados	(8 146 242)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	103 966
	(8 042 276)

	Desde a data de aquisição ⁽¹⁾	12 meses ⁽²⁾
Vendas e Prestações de serviços	5 366 151	25 181 423
Resultado líquido do período	(178 748)	(122 082)

⁽¹⁾ Valores que têm por base o contributo de ambas as empresas para as contas consolidadas.

⁽²⁾ Valores não auditados, os quais têm por base as contas estatutárias individuais de ambas as empresas, desconsiderando quaisquer ajustamentos de consolidação e de conversão para IFRS.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A concretização da aquisição da Altri Forestal, uma das principais empresas do setor florestal galego, e da Altri Forestal Logistics (anteriormente designadas por Greenalia Forest e Greenalia Logistics, respetivamente) representou um importante passo estratégico na consolidação da presença do Grupo Altri na Galiza. Com esta aquisição, a Altri reafirma ainda o seu compromisso com a comunidade local e com os seus parceiros. O Grupo continuará a colaborar com fornecedores locais que adotem as melhores práticas de gestão florestal, promovendo a criação de emprego e impulsionando o aumento da produtividade florestal atual na Galiza, bem como o desenvolvimento económico e social da comunidade autónoma. Esta aquisição irá reforçar as atuais fontes de fornecimento de madeira do Grupo, para o processo de produção de fibras celulósicas.

Na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, o montante de 2.974.737 Euros apresentado na rubrica “Aquisições de subsidiárias” corresponde ao saldo dos descobertos bancários à data de aquisição incluído na rubrica “Empréstimos bancários”.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo registou o processo de alocação do preço de aquisição da Altri Forestal e Altri Forestal Logistics de forma definitiva, tendo sido alocado a Goodwill a diferença entre o preço pago e o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Foi assim apurado Goodwill no montante de 14,3 milhões de Euros, baseado na capacidade esperada de reforço das atuais fontes de fornecimento de madeira do Grupo.

Aquisição de 58,68% da subsidiária AeonIQ Holding AG e respetivas subsidiárias

No dia 21 de julho de 2025, o Grupo Altri concretizou a aquisição de 58,68% da AeonIQ Holding AG, dando um passo decisivo para a entrada no setor dos têxteis sustentáveis. A AeonIQ Holding AG detém uma participação de 100% no capital da AeonIQ GmbH e uma participação de 100% no capital da AeonIQ Portugal. O investimento da Altri permitirá desenvolver a primeira unidade industrial AeonIQ™ nas instalações da Caima, em Portugal, e reforça a visão estratégica do Grupo Altri de diversificação para aplicações celulósicas de alto valor acrescentado e baixo impacto ambiental. Os efeitos desta aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas são detalhados como segue:

À data de aquisição	
Valores em Euros	Valores contabilísticos
Ativos fixos tangíveis	1 077 878
Ativos sob direito de uso	631 185
Inventários	351 310
Outros ativos	20 664 270
Caixa e equivalentes de caixa	5 026 643
Passivo da locação	(631 185)
Fornecedores	(120 424)
Outros passivos	(783 079)
Total de ativos líquidos adquiridos	26 216 598
Interesses que não controlam	10 832 698
Custo de aquisição:	
Pagamento das Ações	(10 501 650)
Aumento de capital	(25 004 299)
	(35 505 949)
Goodwill	20 122 049
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição	
Pagamentos efetuados	(35 505 949)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	5 026 643
	(30 479 306)

	Desde a data de aquisição ⁽¹⁾	12 meses ⁽²⁾
Vendas e Prestações de serviços	22 850	59 694
Resultado líquido do período	(1 120 558)	(3 266 014)

⁽¹⁾ Valores que têm por base o contributo das empresas para as contas consolidadas.

⁽²⁾ Valores não auditados, os quais têm por base as contas estatutárias individuais das empresas, desconsiderando quaisquer ajustamentos de consolidação e de conversão para IFRS.

A AeonIQ™ é uma *spin-off cleantech* suíça da HeiQ Materials AG, que desenvolveu o primeiro filamento celulósico biodegradável, projetado para substituir o poliéster e o *nylon*. A plataforma AeonIQ™ está preparada para transformar a indústria têxtil global ao oferecer uma alternativa totalmente circular e livre de plásticos que reproduz o desempenho das fibras sintéticas, sem os seus impactos ambientais.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como parte do acordo, a primeira unidade industrial AeoniQ™ será construída na unidade industrial da Caima, em Constância. A construção está prevista ter início em 2027, com uma capacidade inicial de 1.750 toneladas/ano. Para além das linhas piloto já existentes na Áustria, será lançada uma unidade pré-industrial em Portugal, em 2026, para acelerar os protótipos, parcerias com marcas e coleções cápsula. Para além de diversificar as suas operações, a aquisição da AeoniQ™ está alinhada com a estratégia da Altri de aumentar a sua presença no setor das fibras têxteis sustentáveis e contribuir para a construção de um mundo mais renovável.

A aquisição incluiu a compra de uma participação inicial de 30% à HeiQ Materials AG pelo montante de 10.501.650 Euros, tendo sido posteriormente efetuada a subscrição de novas ações através de um aumento de capital no valor de 25.004.299 Euros, passando o Grupo Altri a deter 58,68% da AeoniQ Holding AG. O referido aumento de capital incluiu 19.998.618 Euros que permanecem cativos numa *escrow account* (apresentada na demonstração consolidada da posição financeira a 31 de dezembro de 2025 na rubrica “Outros ativos financeiros”), estando a sua libertação para a AeoniQ Holding AG condicionada à verificação dos resultados de testes operacionais. À data de aquisição, a rubrica “Outros ativos” do total de ativos líquidos adquiridos inclui a conta a receber relacionada com este aumento de capital.

À data de aquisição, a Altri reconheceu o valor dos interesses que não controlam, no montante de 10.219.567 Francos Suíços (10.832.698 Euros), que corresponde à quota parte do justo valor dos ativos líquidos à data de aquisição.

À data de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, e dado que a aquisição foi concluída no final de julho de 2025, o exercício de alocação de justo valor encontra-se em curso nos termos da IFRS 3, tendo sido alocado a Goodwill a diferença que resulta da aquisição (preço pago vs. valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos), no montante de 20.122.049 Euros. A alocação do preço de compra irá ser realizada até conclusão do período de doze meses a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3.

Liquidação da subsidiária Greenfiber Development

Adicionalmente, com efeitos a 31 de dezembro de 2025, foi liquidada a empresa Greenfiber Development, que representava um contributo residual no Grupo.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não existiram outras alterações ao perímetro de consolidação face a 31 de dezembro de 2024 (Nota 4).

6. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.3.I), foram classificados como segue:

31 de dezembro de 2025	Ativos financeiros registados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Instrumentos financeiros derivados não designados como de cobertura	Total
Ativos não correntes				
Outras dívidas de terceiros	1 035 519	—	—	1 035 519
Instrumentos financeiros derivados	—	1 302 221	—	1 302 221
	1 035 519	1 302 221	—	2 337 740
Ativos correntes				
Clientes	107 635 788	—	—	107 635 788
Outras dívidas de terceiros	5 258 629	—	—	5 258 629
Outros ativos correntes	3 943 915	—	—	3 943 915
Instrumentos financeiros derivados	—	3 834 169	64 641	3 898 810
Outros ativos financeiros	19 998 618	—	—	19 998 618
Caixa e equivalentes de caixa	209 377 434	—	—	209 377 434
	346 214 384	3 834 169	64 641	350 113 194
	347 249 903	5 136 390	64 641	352 450 934

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

31 de dezembro de 2024	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Instrumentos financeiros derivados não designados como de cobertura	Total
Ativos não correntes				
Instrumentos financeiros derivados	—	2 087 446	—	2 087 446
	—	2 087 446	—	2 087 446
Ativos correntes				
Clientes	117 570 631	—	—	117 570 631
Outras dívidas de terceiros	5 375 570	—	—	5 375 570
Outros ativos correntes	9 833 417	—	—	9 833 417
Instrumentos financeiros derivados	—	2 055 028	215 368	2 055 028
Caixa e equivalentes de caixa	280 307 334	—	—	280 307 334
	413 086 952	2 055 028	215 368	415 141 980
	413 086 952	4 142 474	215 368	417 229 426

31 de dezembro de 2025	Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Instrumentos financeiros derivados não designados como de cobertura	Total
Passivos não correntes				
Outros empréstimos	427 906 557	—	—	427 906 557
Passivo da locação	69 629 725	—	—	69 629 725
Instrumentos financeiros derivados	—	20 200 514	—	20 200 514
	497 536 282	20 200 514	—	517 736 796
Passivos correntes				
Empréstimos bancários	29 630 752	—	—	29 630 752
Outros empréstimos	103 302 679	—	—	103 302 679
Incentivos reembolsáveis	292 724	—	—	292 724
Passivo da locação	20 762 029	—	—	20 762 029
Fornecedores	124 079 233	—	—	124 079 233
Passivos associados a contratos com clientes	6 515 324	—	—	6 515 324
Outras dívidas a terceiros	18 966 459	—	—	18 966 459
Outros passivos correntes	22 416 362	—	—	22 416 362
Instrumentos financeiros derivados	—	1 620 590	—	1 620 590
	325 965 562	1 620 590	—	327 586 152
	823 501 844	21 821 104	—	845 322 948

31 de dezembro de 2024	Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Instrumentos financeiros derivados não designados como de cobertura	Total
Passivos não correntes				
Empréstimos bancários	25 000 000	—	—	25 000 000
Outros empréstimos	358 117 280	—	—	358 117 280
Incentivos reembolsáveis	292 724	—	—	292 724
Passivo da locação	66 270 194	—	—	66 270 194
Instrumentos financeiros derivados	—	17 645 048	—	17 645 048
	449 680 198	17 645 048	—	467 325 246
Passivos correntes				
Empréstimos bancários	263 045	—	—	263 045
Outros empréstimos	114 596 655	—	—	114 596 655
Incentivos reembolsáveis	282 513	—	—	282 513
Passivo da locação	19 169 845	—	—	19 169 845
Fornecedores	122 917 492	—	—	122 917 492
Passivos associados a contratos com clientes	6 604 558	—	—	6 604 558
Outras dívidas a terceiros	8 078 183	—	—	8 078 183
Outros passivos correntes	27 807 772	—	—	27 807 772
Instrumentos financeiros derivados	—	7 005 399	2 416 665	9 422 064
	299 720 063	7 005 399	2 416 665	309 142 127
	749 400 261	24 650 447	2 416 665	776 467 373

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em três níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 27)	—	5 201 031	—	—	4 357 842	—
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 27)	—	1 898 019	19 923 085	—	10 180 144	16 886 968

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que, caso não tivessem sido renegociados, estariam vencidos ou em imparidade.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2025									
Ativo bruto									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos	Total
Saldo inicial	56 039 634	108 790 048	1 253 547 014	4 726 734	11 940 258	18 335 719	24 306 864	8 831 088	1 486 517 359
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	—	222 779	852 393	1 292	1 413	129 216	—	—	1 207 093
Aumentos	3 585 419	289 424	4 049 948	238 693	514 752	143 253	39 207 637	8 968 115	56 997 241
Alienações e abates	(1 879 807)	(5 702 299)	(581 815)	(446 009)	(234 451)	(74 115)	—	—	(8 918 496)
Transferências	61 287	69 381	3 720 032	—	9 614	28 255	(3 784 707)	(92 076)	11 786
Saldo final	57 806 533	103 669 333	1 261 587 572	4 520 710	12 231 586	18 562 328	59 729 794	17 707 127	1 535 814 983
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total		
Saldo inicial	9 980 982	91 890 192	1 036 315 008	3 641 099	11 554 861	12 276 895	1 165 659 037		
Aumentos (Nota 36)	241 415	1 257 488	29 693 243	323 469	342 159	786 500	32 644 274		
Alienações e abates	—	(893 679)	(581 815)	(445 223)	(233 531)	(74 115)	(2 228 363)		
Saldo final	10 222 397	92 254 001	1 065 426 436	3 519 345	11 663 489	12 989 280	1 196 074 948		
	47 584 136	11 415 332	196 161 136	1 001 365	568 097	5 573 048	59 729 794	17 707 127	339 740 035

2024									
Ativo bruto									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos	Total
Saldo inicial	52 308 506	106 560 946	1 232 616 110	4 522 209	11 615 832	14 935 625	37 478 083	971 792	1 461 009 103
Aumentos	4 689 698	607 819	6 606 369	509 931	355 407	346 137	6 410 510	8 043 211	27 569 082
Alienações e abates	(1 035 287)	(29 628)	(534 220)	(305 406)	(33 053)	(36 079)	—	—	(1 973 673)
Transferências	76 717	1 650 911	14 858 755	—	2 072	3 090 036	(19 581 729)	(183 915)	(87 153)
Saldo final	56 039 634	108 790 048	1 253 547 014	4 726 734	11 940 258	18 335 719	24 306 864	8 831 088	1 486 517 359
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total		
Saldo inicial	9 890 831	90 519 933	991 205 866	3 566 438	11 260 752	11 555 574	1 117 999 394		
Aumentos (Nota 36)	242 276	1 371 591	45 643 362	337 844	327 162	757 400	48 679 635		
Alienações e abates	(152 125)	(1 332)	(534 220)	(263 183)	(33 053)	(36 079)	(1 019 992)		
Saldo final	9 980 982	91 890 192	1 036 315 008	3 641 099	11 554 861	12 276 895	1 165 659 037		
	46 058 652	16 899 856	217 232 006	1 085 635	385 397	6 058 824	24 306 864	8 831 088	320 858 322

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as depreciações do exercício ascenderam a 32 644 274 Euros e 48 679 635 Euros, respetivamente, e foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” (Nota 36).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiram encargos financeiros capitalizados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aquisições foram efetuadas, essencialmente, pelas três unidades produtivas de fibras celulósicas do Grupo (Celbi, Caima e Biotek) e pela subsidiária Altri Florestal. Na unidade produtiva da Caima, continua em curso a instalação da unidade de recuperação e valorização de ácido acético e furfural de fontes renováveis, reaproveitando o vapor resultante da combustão de biomassa e eliminando a utilização de combustíveis fósseis no processo. Na unidade produtiva da Biotek, foi iniciado o projeto de conversão da produção de pasta papelreira (BHKP) para fibras solúveis (DP). A conversão desta unidade apresenta fortes ganhos ambientais, incluindo no processo de fabrico, utilizando as mais modernas tecnologias. Este investimento transformará a Altri num Grupo de referência europeu na produção de fibras para a indústria têxtil e num forte contribuinte para a descarbonização. Transversalmente às três unidades produtivas de fibras do Grupo Altri, mantém-se o contínuo investimento na redução dos impactos ambientais e em projetos de melhoria da eficiência do processo produtivo. Na subsidiária Altri Florestal mantém-se os investimentos em terrenos e propriedades silvícolas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as aquisições foram efetuadas, essencialmente, pelas três unidades produtivas de fibras celulósicas do Grupo (Celbi, Caima e Biotek) e pela subsidiária Altri Florestal. Na unidade produtiva da Caima, continuou em curso a instalação da unidade de recuperação e valorização de ácido acético e furfural de fontes renováveis. Transversalmente às três unidades produtivas de fibras celulósicas do Grupo Altri manteve-se o contínuo investimento na redução dos impactos ambientais e em projetos de melhoria da eficiência do processo produtivo. Na subsidiária Altri Florestal mantiveram-se os investimentos em terrenos e propriedades silvícolas.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Altri SGPS procedeu à venda do edifício da sede (Nota 30), no Porto, encontrando-se em curso a preparação das novas instalações, alinhadas com as necessidades atuais da organização. As restantes alienações e abates de equipamento no exercício respeitam, essencialmente, a bens que se encontravam praticamente amortizados.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, em 31 de dezembro de 2025, refere-se, essencialmente, ao projeto de recuperação e valorização de ácido acético e furfural de base renovável, na unidade industrial da Caima, ao projeto de conversão da produção de pasta papelreira para fibras solúveis, na unidade industrial da Biotek e ao desenvolvimento do projeto em Espanha. Em 31 de dezembro de 2024, referia-se, essencialmente, ao projeto de recuperação e valorização de ácido acético e furfural de base renovável, na unidade industrial da Caima, e ao desenvolvimento do projeto em Espanha, que continuam em curso em 2025, e a outros projetos de otimização fabril nas três fábricas, que ficaram concluídos durante 2025.

A rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos”, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, refere-se, essencialmente, a adiantamentos relacionados com a aquisição de equipamento fabril para a unidade de recuperação e valorização de ácido acético e furfural de base renovável, na unidade industrial da Caima.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

8. DIREITOS DE USO

8.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

2025						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	162 624 374	1 219 020	26 130 611	7 673 801	533 115	198 180 921
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	—	282 730	629 799	699 641	—	1 612 170
Aumentos	10 211 781	516 274	63 802	7 789 190	—	18 581 047
Diminuições e abates	(2 956 460)	(629 298)	(468 649)	(2 365 754)	(290 517)	(6 710 678)
Variações cambiais	—	5 431	—	1 669	—	7 100
Saldo final	169 879 695	1 394 157	26 355 563	13 798 547	242 598	211 670 560
Amortizações						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	97 976 150	876 511	19 595 620	5 604 096	302 307	124 354 684
Aumentos (Nota 36)	9 342 982	260 553	1 583 557	1 656 379	55 701	12 899 172
Diminuições e abates	(2 597 590)	(574 779)	(423 289)	(2 329 870)	(263 263)	(6 188 791)
Variações cambiais	—	4 230	—	842	—	5 072
Saldo final	104 721 542	566 515	20 755 888	4 931 447	94 745	131 070 137
	65 158 153	827 642	5 599 675	8 867 100	147 853	80 600 423

2024						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	155 464 977	878 998	18 468 364	6 945 550	380 715	182 138 604
Aumentos	8 175 136	392 610	7 662 247	813 811	211 218	17 255 022
Diminuições e abates	(1 015 739)	(48 217)	—	(85 731)	(58 818)	(1 208 505)
Variações cambiais	—	(4 371)	—	171	—	(4 200)
Saldo final	162 624 374	1 219 020	26 130 611	7 673 801	533 115	198 180 921
Amortizações						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	89 882 677	593 631	18 152 853	4 392 438	299 292	113 320 891
Aumentos (Nota 36)	8 644 397	302 511	1 442 767	1 297 614	61 833	11 749 122
Diminuições e abates	(550 924)	(17 162)	—	(85 731)	(58 818)	(712 635)
Variações cambiais	—	(2 469)	—	(225)	—	(2 694)
Saldo final	97 976 150	876 511	19 595 620	5 604 096	302 307	124 354 684
	64 648 224	342 509	6 534 991	2 069 705	230 808	73 826 237

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as depreciações do exercício ascenderam a 12 899 172 Euros e 11 749 122 Euros, respetivamente, e foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” (Nota 36).

A rubrica “Terrenos e recursos naturais” diz, essencialmente, respeito aos contratos de arrendamento associados aos terrenos florestais onde se encontram os ativos biológicos do Grupo. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica apresentam uma duração média superior a 15 anos e, de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,2% a 6,0%.

A rubrica “Equipamento básico” respeita, essencialmente, a contratos de locação de ativos relacionados com atividade operacional na produção de matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo de fibras celulósicas. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica apresentam uma duração média de 3 anos e, de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 2,3% a 5,1%.

A rubrica “Equipamento de transporte” respeita a contratos de locação de viaturas e viaturas de movimentação de carga de elevada tonelagem. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica apresentam uma duração média de 6 anos e, de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,6% a 5,0%.

Os abates e diminuições nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respeitam, essencialmente, a termos de contratos e outras diminuições que se refletem no abate e diminuição do respetivo passivo da locação (Nota 8.2).

8.2. PASSIVO DA LOCAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os movimentos ocorridos no valor dos passivos da locação, foram os seguintes:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	85 440 039	81 326 774
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	1 419 090	—
Aumentos	18 581 047	17 255 022
Abates e diminuições	(865 122)	(505 880)
Acréscimos de juros	3 519 888	2 995 845
Pagamentos	(17 756 640)	(15 582 869)
Variações cambiais	(11 091)	(5 079)
Outros efeitos	64 543	(43 774)
Saldo final	90 391 754	85 440 039
	Corrente	20 762 029
	Não corrente	69 629 725

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2025 e 2024 os seguintes montantes de gastos relativos a contratos de locação:

	31.12.2025	31.12.2024
Depreciação de ativos sob direito de uso (Nota 36)	12 899 172	11 749 122
Gastos com juros relacionados com passivos da locação (Nota 34)	3 519 888	2 995 845
Gastos relacionados com locações de curto prazo e/ou associadas a ativos de baixo valor	1 186 205	1 702 314
Pagamentos de locações variáveis	1 329 326	2 005 384
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	18 934 591	18 452 665

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

	31.12.2025					
	2026	2027	2028	2029	>2029	Total
Passivo da Locação	20 762 029	11 657 212	7 597 059	4 912 300	45 463 154	90 391 754
	20 762 029	11 657 212	7 597 059	4 912 300	45 463 154	90 391 754

	31.12.2024					
	2025	2026	2027	2028	>2028	Total
Passivo da Locação	19 169 845	11 534 947	10 070 483	6 017 862	38 646 902	85 440 039
	19 169 845	11 534 947	10 070 483	6 017 862	38 646 902	85 440 039

9. GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Goodwill” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Celbi	253 391 251	253 391 251
Outros	46 883 787	12 239 722
	300 275 038	265 630 973

Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

	31.12.2025
Saldo inicial	265 630 973
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	34 385 472
Variações cambiais	258 593
Saldo final	300 275 038

O Goodwill encontra-se, essencialmente, associado à atividade de produção de fibras celulósicas (Nota 38). A divisão do Goodwill entre Celbi e Outros decorre do histórico de aquisições do Grupo, nomeadamente das operações de aquisição das subsidiárias, Celbi (Goodwill apresentado como “Celbi”), Biotek, Caima e das aquisições do ano (Nota 5) (Goodwill apresentado como “Outros”).

O Goodwill não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade numa base anual e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade relativas a Goodwill.

No exercício de 2025, por forma a aferir da existência, ou não, de imparidade para o Goodwill que resultou da aquisição da Celbi no exercício de 2006, no montante de 253.391.251 Euros, o Grupo procedeu à avaliação desta subsidiária, tendo concluído pela inexistência de imparidade. A avaliação foi efetuada com base no desempenho histórico da Celbi e numa estimativa dos

fluxos de caixa descontados, tendo por base um plano de negócios da Celbi a cinco anos e considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Em relação ao Goodwill apresentado em “Outros”, por forma a aferir da existência ou não de perdas por imparidade com referência a 31 de dezembro de 2025, o Grupo procedeu igualmente à avaliação das subsidiárias, tendo concluído pela inexistência de imparidade ao nível daquele Goodwill. No caso da Caima e da Biotek, as avaliações foram efetuadas com base no desempenho histórico das referidas entidades e numa estimativa dos fluxos de caixa descontados, tendo por base planos de negócios a cinco anos e considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Conforme referido na Nota 2.4 b), o pressuposto relevante prende-se com a determinação da taxa de desconto. A taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade resultam do entendimento do Grupo das perspetivas futuras para a evolução do preço e da atividade. Os principais pressupostos utilizados neste cálculo com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025	2024
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	6,75%	6,45%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%

A taxa de desconto líquida de imposto (pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 6,75% (6,45% em 2024), a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	2025	2024
Taxa de juro sem risco	2,86%	2,36%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,23%	4,33%
Prémio de risco da dívida	3,50%	3,50%

Da análise efetuada, o Grupo concluiu pela existência de uma margem confortável face ao ponto a partir do qual o Goodwill estaria em risco de imparidade.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2025					
Ativo bruto					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	11 251 494	25 601	580 907	11 859 322
Aumentos	—	131 101	—	941 555	1 072 656
Alienações e abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	160 366	—	(160 366)	—
Saldo final	1 320	11 542 961	25 601	1 362 096	12 931 978
Amortizações acumuladas					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	10 893 085	25 601		10 920 006
Aumentos (Nota 36)	—	143 616	—		143 616
Alienações e abates	—	—	—		—
Saldo final	1 320	11 036 701	25 601		11 063 622
	—	506 260	—	1 362 096	1 868 356
2024					
Ativo bruto					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	10 857 302	25 601	321 527	11 205 750
Aumentos	—	198 741	—	367 678	566 419
Alienações e abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	195 451	—	(108 298)	87 153
Saldo final	1 320	11 251 494	25 601	580 907	11 859 322
Amortizações acumuladas					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	10 662 703	25 601		10 689 624
Aumentos (Nota 36)	—	230 382	—		230 382
Alienações e abates	—	—	—		—
Saldo final	1 320	10 893 085	25 601		10 920 006
	—	358 409	—	580 907	939 316

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as amortizações dos ativos intangíveis ascenderam a 143 616 Euros e a 230 382 Euros, respetivamente, e foram registadas na demonstração dos Resultados na rubrica “Amortizações e depreciações” (Nota 36).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

11. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante registado na rubrica “Ativos biológicos” pode ser detalhado como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	117 714 380	114 534 492
Variações do exercício	7 738 515	3 179 888
Subtotal	125 452 895	117 714 380
Adiantamentos por conta de compras	414 705	113 011
Saldo final	125 867 600	117 827 391

O detalhe do valor apresentado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por espécie é como se segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Eucalipto	121 922 905	114 312 890
Pinheiro	3 029 470	2 910 267
Sobreiro	453 194	443 897
Outros	47 326	47 326
Total	125 452 895	117 714 380

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no eucalipto e restantes espécies, foram como segue:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro
Saldo inicial	114 312 890	2 910 267	443 897	111 026 181	2 880 184	580 801
Cortes efetuados no período	(21 003 754)	(517 770)	(5 816)	(24 023 071)	(132 259)	(346 274)
Crescimento	19 789 678	273 772	288 792	11 499 555	53 879	35 306
Novas plantações e replantações (ao custo)	4 573 847	42 150	9 605	4 158 197	3 850	3 125
Variações de justo valor:						
Taxa de desconto	(2 267 931)	(16 857)	(12 905)	1 030 477	8 335	3 975
Outras variações	6 518 175	337 908	(270 379)	10 621 551	96 278	166 964
Saldo final	121 922 905	3 029 470	453 194	114 312 890	2 910 267	443 897

A avaliação efetuada, calculada para cada talhão em que se dividem as propriedades, foi obtida tendo em consideração, no caso do eucalipto:

- ▶ a área ocupada;
- ▶ a idade dos povoamentos;
- ▶ a produção de madeira sem casca com base no acréscimo médio anual;
- ▶ o número de rotações.

A taxa de desconto utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 4,82% (4,61% a 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Outras variações” diz respeito a variações de justo valor decorrentes da alteração do preço de venda e dos custos de gestão, manutenção e exploração florestal, em linha com a inflação.

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações em pressupostos chave, tendo concluído que, caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior/superior em 1,5 p.p., o valor dos ativos biológicos viria aumentado/reduzido em 22,2 milhões de Euros e 17,1 milhões de Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, (i) não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos, e (ii) não existem subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, a área total sob gestão do Grupo Altri ascendia a, aproximadamente, 102,6 mil hectares.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a área total relativa a eucalipto apresentava a seguinte distribuição por idades:

	31.12.2025	31.12.2024
0-5 anos	33 195	34 306
6-10 anos	35 686	33 393
> 10 anos	12 178	12 192
	81 059	79 891

A restante área sob gestão refere-se a outras espécies florestais residuais de menor relevância.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante registado na rubrica “Inventários” pode ser detalhado como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52 623 055	57 698 622
Mercadorias	4 329 451	4 925 985
Produtos e trabalhos em curso	390 390	541 861
Produtos acabados e intermédios	53 898 694	40 680 053
Adiantamentos por conta de compras	3 755 447	1 869 617
	114 997 037	105 716 138
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 21)	(13 020 082)	(9 769 329)
	101 976 955	95 946 809

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante registado na rubrica “Mercadorias” inclui, essencialmente, biomassa que se destina a ser vendida às empresas do Grupo Greenvolt.

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ascendeu a 346 541 032 Euros e foi apurado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	57 698 622	4 925 985	40 680 053	541 861	103 846 521
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	3 105 319	—	—	—	3 105 319
Compras	312 511 539	38 364 779	—	—	350 876 318
Regularização de existências	(45 120)	—	(416)	—	(45 536)
Existências finais	(52 623 055)	(4 329 451)	(53 898 694)	(390 390)	(111 241 590)
	320 647 305	38 961 313	(13 219 057)	151 471	346 541 032

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ascendeu a 363 086 291 Euros e foi apurado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	59 805 218	5 161 149	41 499 807	472 358	106 938 532
Compras	311 784 248	48 219 334	—	—	360 003 582
Regularização de existências	—	—	(9 302)	—	(9 302)
Existências finais	(57 698 622)	(4 925 985)	(40 680 053)	(541 861)	(103 846 521)
	313 890 844	48 454 498	810 452	(69 503)	363 086 291

12. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo e suas subsidiárias desde 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	2 691 515	—	2 967 073	—
Justo valor dos instrumentos derivativos	3 489 244	1 194 469	4 643 660	1 045 940
Fundo de pensões	—	129	—	24 388
Harmonização de políticas contabilísticas	497 659	—	608 198	—
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	—	—	834 307	—
Justo valor dos ativos biológicos	277 286	181 715	508 576	—
Amortização fiscal do goodwill (Espanha)	—	43 782 596	—	40 670 868
Ativos sob direito de uso	910 588	—	1 955 354	—
Prejuízos fiscais reportáveis	382 889	—	—	—
Outros	412 922	76 928	460 552	51 889
	8 662 103	45 235 837	11 977 720	41 793 085

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

2025		
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro de 2025	11 977 720	41 793 085
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	163 966	41 942
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	(275 558)	—
Harmonização de políticas contabilísticas	(110 539)	—
Justo valor dos ativos biológicos	(231 290)	181 715
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(834 307)	—
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	—	3 111 728
Prejuízos fiscais reportáveis	218 923	—
Outros efeitos	(1 092 396)	(98 919)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	(2 325 167)	3 194 524
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 27)	(1 154 416)	148 528
Fundos de pensões	—	57 758
Total de efeitos em outro rendimento integral	(1 154 416)	206 286
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8 662 103	45 235 837

2024		
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro de 2024	12 504 327	40 298 124
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	(159 876)	—
Harmonização de políticas contabilísticas	(193 784)	—
Justo valor dos ativos biológicos	10 856	(14 253)
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(928 725)	—
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	—	3 111 728
Prejuízos fiscais reportáveis	(26 252)	—
Outros efeitos	(513 528)	(277 113)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	(1 811 309)	2 820 362
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 27)	1 445 118	(1 325 401)
Fundos de pensões	(160 416)	—
Total de efeitos em outro rendimento integral	1 284 702	(1 325 401)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11 977 720	41 793 085

A subsidiária Celbi, S.A. optou, em 2016, pela aplicação do regime facultativo de reavaliação, para efeitos fiscais, do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, previsto no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro. Neste âmbito, sobre a reserva de reavaliação constituída, incidiu tributação autónoma a uma taxa de 14%. De referir que a totalidade deste montante já foi pago em 2016, 2017 e 2018. Adicionalmente, as respetivas depreciações são dedutíveis, para efeitos fiscais, a partir do exercício de 2018, para efeitos de determinação do lucro tributável, pelo que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo registou um ativo por imposto diferido no montante aproximado de 900.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2025, findo o efeito temporário de diferença entre o valor contabilístico e o valor fiscal, não existem ativos por impostos diferidos registados relacionados com esta situação. O exercício de 2018 foi o primeiro ano em que a subsidiária deduziu, para efeitos fiscais, a depreciação da reavaliação efetuada ao abrigo do referido regime. Esta reavaliação, efetuada exclusivamente para efeitos fiscais, não produziu qualquer impacto no valor contabilístico dos ativos fixos.

De acordo com o Orçamento de Estado para 2026 (Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro), em Portugal, as taxas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas foram reduzidas em 1 p.p. para 2026, passando a taxa geral de 20% para 19% em 2026. A taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas foi ainda reduzida em 1 p.p. em cada um dos próximos dois anos, passando para 18% em 2027 e para 17% em 2028. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi apurada com base na taxa expectável para os períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. No caso de diferenças temporárias, positivas ou negativas, com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar corresponde à taxa base acrescida da respetiva taxa da derrama municipal, e da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. De acordo com a legislação em vigor em Portugal, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a derrama estadual corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Para as empresas localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição. Nomeadamente, relativamente à subsidiária Altri, S.L., sediada em Espanha, a taxa utilizada no cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos foi de 25% por ser a taxa de imposto em vigor naquele país.

Os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais só são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontram-se reconhecidos os seguintes ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos
Sem limite de data de utilização				
Portugal	1 277 603	216 630	—	—
Espanha	665 036	166 259	—	—
	1 942 639	382 889	—	—

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis que não geraram ativos por impostos diferidos é como segue:

	31.12.2025			31.12.2024	
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto
Sem limite de data de utilização					
Portugal	4 475 997	760 919		3 019 996	603 999
Espanha	59 024 931	14 756 233		50 922 835	12 730 709
Áustria	7 084 215	1 629 369		—	—
Com limite de data de utilização					
Gerados em 2023	Suiça	146 281	29 256	2030	—
Gerados em 2024	Suiça	1 556 693	311 339	2031	—
Gerados em 2025	Suiça	198 295	39 659	2032	—
	72 486 412	17 526 775		53 942 831	13 334 708

É convicção do Conselho de Administração do Grupo Altri que os restantes ativos por impostos diferidos registados em 31 de dezembro de 2025 são recuperáveis na totalidade.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto corrente	1 773 365	(26 673 022)
Imposto diferido	(5 519 691)	(4 631 671)
	(3 746 326)	(31 304 693)

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Resultados antes de impostos	24 312 398	137 805 214
Taxa teórica de imposto	20,00%	21,00%
	(4 862 480)	(28 939 095)
Tributações autónomas	(310 227)	(592 997)
(Insuficiência) / Excesso de estimativa de imposto	2 659 076	2 059 742
Derramas	(262 461)	(6 982 971)
Outros efeitos	(970 234)	3 150 628
Imposto sobre o rendimento	(3 746 326)	(31 304 693)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante incluído na rubrica “(Insuficiência) / Excesso de estimativa de imposto” diz, essencialmente, respeito ao reconhecimento de benefícios fiscais.

Reforma fiscal internacional – Pilar 2

De acordo com a Diretiva (UE) 2022/2523, do Conselho da União Europeia, de 14 de dezembro de 2022 e das Recomendações da OCDE, o Grupo Altri integra o conjunto de grupos multinacionais que, em pelo menos 2 dos 4 exercícios fiscais imediatamente anteriores, apresentam rendimentos consolidados superiores a 750.000.000 Euros. Por conseguinte, o Grupo encontra-se abrangido pelo regime do Pilar 2, cujo objetivo é assegurar um nível mínimo global de tributação sobre os lucros para grupos multinacionais, através da aplicação de uma taxa efetiva mínima de 15%.

De forma a reduzir a complexidade das novas obrigações declarativas, a OCDE previu, para os primeiros anos de aplicação das regras GloBE do Pilar 2, a possibilidade de recurso a mecanismos transitórios, designadamente a fase inicial de exclusão, com vigência até 31 de dezembro de 2028, ou, caso o Grupo não se enquadre na fase inicial de exclusão, a aplicação de regras de salvaguarda transitórias (*safe-harbour rules*), inicialmente com vigência até 31 de dezembro de 2026, mas entretanto prorrogado por mais um ano.

Atendendo ao enquadramento legal e interpretativo previsto no âmbito do Pilar 2 do Projeto “BEPS 2.0” da OCDE, o Grupo Altri efetuou uma avaliação preliminar da sua exposição potencial aos impostos sobre o rendimento do Pilar 2, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com o apoio de consultores fiscais especializados.

Para que um grupo seja excluído da implementação das regras GloBE do Pilar 2 no âmbito da fase inicial de exclusão, deve ser considerado um grupo de empresas multinacional na fase inicial da atividade internacional ou um grande grupo nacional. A 31 de dezembro de 2025, de forma global, o Grupo Altri continua a cumprir os critérios para corresponder a um grupo de empresas multinacional na fase inicial da atividade internacional, uma vez que inclui entidades constituintes localizadas em não mais do que seis jurisdições (o Grupo Altri atua apenas em quatro jurisdições: Portugal, Espanha, Suíça e Áustria) e a soma do valor contabilístico líquido dos ativos tangíveis de todas as suas entidades constituintes, com exceção das localizadas na jurisdição de referência, não é superior a 50.000.000 Euros. Desta forma, com base na avaliação preliminar efetuada, o Grupo Altri concluiu que se mantém o enquadramento no âmbito da fase inicial de exclusão, ou seja, o imposto complementar devido é reduzido a zero com referência a 31 de dezembro de 2025, nas jurisdições em que tal regime é aplicável.

Não obstante, importa salientar que, no caso específico da Suíça, o enquadramento legislativo adotado não permite a aplicação da fase inicial de exclusão em determinadas componentes do Pilar 2, em particular quando exista uma entidade-mãe localizada fora dessa jurisdição sujeita à aplicação de uma regra de inclusão de rendimentos (IIR) qualificada, situação que se verifica no contexto do Grupo Altri. Assim, para a jurisdição suíça, a avaliação da exposição ao Pilar 2 assenta na aplicação das regras de salvaguarda transitórias (*safe harbour rules*), as quais, à data, permitem concluir pela inexistência de imposto complementar nesta jurisdição.

Para os exercícios subsequentes, o Grupo Altri não prevê uma exposição material aos impostos complementares do Pilar 2, na medida em que entende que se iria enquadrar na aplicação das regras de salvaguarda transitórias (*safe-harbour rules*). É relevante referir que a avaliação da potencial exposição aos impostos sobre o rendimento do Pilar 2 foi efetuada com base na legislação disponível à data. Dada a complexidade desta matéria, o Grupo Altri irá continuar a monitorizar os desenvolvimentos futuros e os seus potenciais impactos em todas as jurisdições onde tem atividade.

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Cientes, conta corrente	107 789 720	117 724 563
Cientes de cobrança duvidosa	64 628	30 188
	107 854 348	117 754 751
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 21)	(218 560)	(184 120)
	107 635 788	117 570 631

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, antes de mais, às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade que foram estimadas pelo Grupo. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor, uma vez que as mesmas não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a antiguidade do valor líquido do saldo de clientes pode ser analisada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Não vencido	88 861 070	98 579 189
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	13 673 297	15 493 615
30 - 90 dias	3 358 830	3 381 715
+ 90 dias	1 742 591	116 112
	107 635 788	117 570 631

O Grupo contratou seguros de crédito e outras melhorias de crédito, para cobrir o risco de incobrabilidade de parte destas contas a receber, como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Com seguro de crédito e outras melhorias de crédito	79 052 915	92 398 584
Sem seguro de crédito ou outras melhorias de crédito	28 582 873	25 172 047
	107 635 788	117 570 631

O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos (em média 60 dias) estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer apenas em situações extremas.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobrabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, com a adoção da IFRS 9, o Grupo apura as perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3 I).

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamentos a fornecedores	114 733	439 277
Contas a receber de Estado e outros entes públicos (Nota 15)	7 694 225	8 815 901
Outros	5 882 426	7 552 444
	13 691 384	16 807 622
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 21)	(623 797)	(2 176 874)
	13 067 587	14 630 748

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, contas a receber relativas a contratos de derivados de preço da energia, contas a receber relativas a subsídios (Nota 22), cauções para contratos de arrendamento e outras, para parte das quais foram constituídas perdas por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor líquido dos saldos de “Outras dívidas de terceiros” não se encontrava vencido. As dívidas de terceiros que não estão vencidas não apresentam qualquer indício de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidade é considerado como estando próximo do seu justo valor, sendo imaterial o efeito do seu desconto financeiro.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobrabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, com a adoção da IFRS 9, o Grupo apura as perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3 I).

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe dos saldos devedores e credores com o Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

Saldos devedores:	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento	20 947 844	3 737 477
Total imposto sobre o rendimento	20 947 844	3 737 477
Imposto sobre o valor acrescentado	7 574 904	8 583 988
Retenção na fonte	6 389	—
Outros impostos	112 932	231 913
Total outros impostos (Nota 14)	7 694 225	8 815 901
Saldos credores:	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento	(120 872)	(25 924 720)
Outros	(900 098)	(1 630 838)
Total imposto sobre o rendimento	(1 020 970)	(27 555 558)
Retenção na fonte	(683 172)	(680 909)
Contribuições para a Segurança Social	(819 219)	(798 252)
Imposto sobre o valor acrescentado	(1 091 171)	(1 679 744)
Outros impostos	(104 275)	(51 593)
Total outros impostos (Nota 24)	(2 697 837)	(3 210 498)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo do ativo “Imposto sobre o rendimento” inclui pagamentos por conta efetuados pela sociedade do Grupo sediada em Espanha, deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a rubrica inclui ainda os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber pelas sociedades do Grupo sediadas em Portugal, deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica do passivo “Imposto sobre o rendimento” refere-se, essencialmente, ao imposto a pagar pelas sociedades do Grupo sediadas em Portugal, deduzido dos respetivos pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta.

À data de 1 de janeiro de 2024 (data de referência para cálculo da Contribuição Extraordinária para o Setor Energético – CESE), a subsidiária Celbi encontrava-se no regime de autoconsumo, estando, por isso, isenta do pagamento da CESE. Com a saída do autoconsumo durante o ano de 2024, à data de 1 de janeiro de 2025, a subsidiária Celbi encontrava-se sujeita ao pagamento da CESE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a CESE ascendeu a 34.820 Euros.

16. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros ativos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Acréscimos de rendimentos:		
Juros a receber	90 829	676 634
Outros ganhos a faturar	3 853 086	9 156 783
Gastos a reconhecer:		
Rendas e alugueres pagos antecipadamente	60 722	208 794
Seguros pagos antecipadamente	1 984 178	1 989 700
Outros gastos pagos antecipadamente	1 063 280	1 478 141
	7 052 095	13 510 052

A variação verificada no saldo da rubrica “Outros ganhos a faturar” está relacionada, essencialmente, com acréscimos de rendimento para uma indemnização de seguro, na sequência de um incidente que ocorreu na turbina de cogeração da unidade produtiva da Celbi, no final de 2024 (Nota 32). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a mesma rubrica inclui ainda um acréscimo de rendimento relativo a um prémio atribuído na tarifa de venda de energia elétrica da nova caldeira de biomassa da Caima.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	633 078	378 681
Depósitos bancários	208 744 356	279 928 653
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	209 377 434	280 307 334
Descobertos bancários (Nota 20)	(4 159 871)	—
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	205 217 563	280 307 334

Conforme indicado na Nota 3) a) ii), em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de caixa e equivalentes em moeda diferente do Euro ascendem a 40.268.659 Euros e 25.953.266 Euros, respetivamente.

18. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	31.12.2025			31.12.2024	
	Greenfiber e subsidiária	AeoniQ	Total	Greenfiber e subsidiária	Total
Saldo inicial	4 231 951	—	4 231 951	4 935 455	4 935 455
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	—	10 832 698	10 832 698	—	—
Entradas de capital por interesses sem controlo	550 000	—	550 000	—	—
Efeitos em resultados	(348 299)	(463 015)	(811 314)	(703 504)	(703 504)
Reservas de conversão cambial	—	138 934	138 934	—	—
Saldo final	4 433 652	10 508 617	14 942 269	4 231 951	4 231 951

Em 31 de dezembro de 2025, os interesses sem controlo reconhecidos estão relacionados com a Greenfiber e com a aquisição da AeoniQ, durante o exercício (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas entradas de capital pelos minoritários da subsidiária Greenfiber, S.L., no montante de 550.000 Euros, que a Altri acompanhou na sua quota-parte (75%).

19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social do Grupo encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro cada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 20%.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “Reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras da Altri, SGPS, S.A. apresentavam o montante de 5.128.292 Euros relativo a reserva legal, a qual não pode ser objeto de distribuição aos acionistas a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Reserva de cobertura

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz da cobertura, líquido dos respetivos impostos diferidos (Notas 12 e 27).

Outras reservas

	31.12.2025	31.12.2024
Fundos de pensões	(1 081 057)	(976 977)
Reserva DL 66/2016	834 307	1 763 032
Reserva de conversão cambial	685 266	89 754
Resultados transitados	372 784 201	326 387 645
	373 222 717	327 263 454

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas demonstrações financeiras individuais da Altri SGPS, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, sendo que, em 31 de dezembro de 2025, o montante de reservas distribuíveis ascende a 92 373 098 Euros.

20. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS, OUTROS EMPRÉSTIMOS E INCENTIVOS REEMBOLSÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe das rubricas “Empréstimos bancários”, “Outros empréstimos” e “Incentivos reembolsáveis” é como segue:

31.12.2025						
	Valor nominal			Valor contabilístico (1)		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	25 280 627	—	25 280 627	25 470 881	—	25 470 881
Descobertos bancários	4 159 871	—	4 159 871	4 159 871	—	4 159 871
Empréstimos bancários	29 440 498	—	29 440 498	29 630 752	—	29 630 752
Papel comercial	20 000 000	70 000 000	90 000 000	20 067 224	70 000 000	90 067 224
Empréstimos obrigacionistas	80 000 000	358 900 000	438 900 000	83 235 455	357 906 557	441 142 012
Outros empréstimos	100 000 000	428 900 000	528 900 000	103 302 679	427 906 557	531 209 236
Incentivos reembolsáveis	292 724	—	292 724	292 724	—	292 724
	129 733 222	428 900 000	558 633 222	133 226 155	427 906 557	561 132 712

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos

31.12.2024						
	Valor nominal			Valor contabilístico (1)		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	—	25 000 000	25 000 000	263 045	25 000 000	25 263 045
Descobertos bancários	—	—	—	—	—	—
Empréstimos bancários	—	25 000 000	25 000 000	263 045	25 000 000	25 263 045
Papel comercial	—	70 000 000	70 000 000	485 690	70 000 000	70 485 690
Empréstimos obrigacionistas	110 000 000	288 900 000	398 900 000	114 110 965	288 117 280	402 228 245
Outros empréstimos	110 000 000	358 900 000	468 900 000	114 596 655	358 117 280	472 713 935
Incentivos reembolsáveis	282 513	292 724	575 237	282 513	292 724	575 237
	110 282 513	384 192 724	494 475 237	115 142 213	383 410 004	498 552 217

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos

20.1. Empréstimos bancários

(i) Empréstimos bancários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Celbi contraiu um empréstimo bancário no montante de 25.000.000 Euros, que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses acrescida de *spread*. Este empréstimo será liquidado numa prestação única no final do contrato (março de 2026), pelo que o montante total do empréstimo se encontra classificado como dívida corrente. Adicionalmente, encontram-se ainda registados Empréstimos bancários contraídos pela Altri Forestal e Altri Forestal Logistics, no montante de 280.627 Euros, que se vencem no exercício de 2026.

(ii) Contas correntes caucionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam contas correntes caucionadas.

(iii) Descobertos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 existiam 22.750.000 Euros de descobertos bancários contratados, estando a ser utilizados 4.159.871 Euros. Em 31 de dezembro de 2024, existiam descobertos bancários contratados no montante de 15.000.000 Euros, que não se encontravam a ser utilizados.

20.2. Outros empréstimos

(i) Papel comercial

O Grupo tem contratados programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 180.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2025 (180.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024), subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri, os quais vencem juros a uma taxa correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*. A 31 de dezembro de 2025, o montante total utilizado ascende a 90.000.000 Euros (70.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, aquelas emissões incluíam uma parcela no montante de 70.000.000 Euros classificada como dívida não corrente, relativa a programas que não permitiam a denúncia antecipada por parte da contraparte e existia a tomada firme das emissões por parte da instituição financeira. Neste sentido, o Conselho de Administração classificou esta dívida com base na duração da emissão destes papéis comerciais.

Adicionalmente, o Grupo tem contratados programas de papel comercial sem garantia de colocação, no montante máximo de 75.000.000 Euros (45.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024), subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri, os quais vencem juros a uma taxa de juro definida por colocação indireta junto de investidores e/ou definida por proposta de subscrição apresentada pelo intermediário financeiro, com um prazo de emissão de até 90 dias, sendo que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estes programas não estavam a ser utilizados.

(ii) Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celbi procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua subsidiária Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se “ALTRI 2014/2020”. Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado “ALTRI 2017/2025”. Em julho de 2025, a Altri SGPS procedeu ao reembolso deste financiamento.

Em novembro de 2016, a Celbi emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 65.000.000 Euros com vencimento em fevereiro de 2024, denominado “Celbi 2016/2024”. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2023, era detentora de obrigações “Celbi 2016/2024” no montante nominal de 8.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2023, pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2023, relativo ao mesmo ascendia a 56.500.000 Euros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, procedeu-se ao reembolso deste empréstimo obrigacionista.

Em 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação “ALTRI 2017/2024”. Em 2021, a 19 de abril, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado de 50.000.000 Euros desse empréstimo obrigacionista, sendo o reembolso dos 20.000.000 Euros remanescentes na data do último pagamento de juros (março de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, procedeu-se ao reembolso do remanescente deste empréstimo obrigacionista.

Durante 2021, a Celbi procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos, com a designação “CELBI 2021-2026”. Este empréstimo obrigacionista tem um plano de amortização com reembolso de 10.000.000 Euros na quarta data de pagamento de juros (abril de 2023), 10.000.000 Euros na sexta data de pagamento de juros (abril de 2024), 20.000.000 Euros na oitava data de pagamento de juros (abril de 2025) e 30.000.000 Euros na décima data de pagamento de juros (abril de 2026). A 31 de dezembro de 2025, o passivo do Grupo relativo a este empréstimo obrigacionista era de 30.000.000 Euros (50.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Celbi procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas, ambos em 14 de julho de 2017: um no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 8 anos, que foi reembolsado durante 2025, e outro no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de *spread*, com a designação “Celbi 2017/2027”. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2025, era detentora de obrigações “Celbi 2017/2027” no montante nominal de 5.900.000 Euros (5.900.000 Euros em 31 de dezembro de 2024), pelo que o passivo do Grupo relativo ao mesmo, em 31 de dezembro de 2025, ascendia a 34.100.000 Euros (34.100.000 Euros em 31 de dezembro de 2024).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Celbi procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas: em 20 de abril de 2018, um empréstimo no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 8 anos e taxa de cupão de 2,98% e outro, em 28 de maio de 2018, no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2025, era detentora de obrigações “Celbi 2018/2028” no montante nominal de 5.200.000 Euros (5.200.000 Euros em 31 de dezembro de 2024), pelo que o passivo do Grupo relativo ao mesmo, em 31 de dezembro de 2025, ascendia a 44.800.000 Euros (44.800.000 Euros em 31 de dezembro de 2024).

A 15 de julho de 2019, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, com a designação “ALTRI 2019/2024”, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de *spread*. Em janeiro de 2023, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 5 anos, denominado “ALTRI 2023/2028”.

A 29 de abril de 2022, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 25.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos e taxa de cupão de 2,53%, denominado de “ALTRI 2022-2027”.

Em 23 de novembro de 2023, a Caima procedeu à emissão de um obrigacionista verde (Green Bonds), pelo prazo de 5 anos, num montante de 50.000.000 Euros, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de *spread*, denominado de “Obrigações Verdes Caima 2023-2028”.

A 29 de julho de 2025, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 50.000.000 Euros, com a designação “ALTRI 2025/2033”, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de *spread*.

Em 15 de outubro de 2025, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 50.000.000 Euros, pelo prazo máximo de 8 anos e taxa de cupão de 3,22%, denominado de “ALTRI 3.22 2025-2033”.

Em 28 de outubro de 2025, a Biotek procedeu à emissão de um obrigacionista verde (*Green Bonds*), pelo prazo máximo de 8 anos, num montante de 50.000.000 Euros, vencendo juros à taxa de cupão de 3,025%, denominado de “Obrigações Verdes Biotek 2025-2033”.

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal, encontrando-se estas a ser reconhecidas ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 34).

20.3. Incentivos reembolsáveis

Em dezembro de 2016, a Celbi assinou um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, de competitividade e internacionalização, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto de Investimento teve início a 1 de janeiro de 2016, decorreu até 31 de dezembro de 2017 e o valor contratado ascendeu a 40.040.000 Euros, sendo que o Estado Português concedeu um incentivo financeiro reembolsável correspondente a 10% das despesas elegíveis. Em 31 de dezembro de 2025 o montante a liquidar relativo a este subsídio ascendia a 292 724 Euros (575 237 Euros em 31 de dezembro de 2024), o qual se encontra registado como incentivo reembolsável corrente.

20.4. Evolução do endividamento e maturidades

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 1 de janeiro	498 552 217	616 794 755
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	8 089 137	—
Pagamento de empréstimos obtidos	(552 541 872)	(366 500 000)
Recebimento de empréstimos obtidos	600 000 000	250 000 000
Subsídios reembolsáveis	(282 513)	(282 513)
Variação dos Descobertos bancários	1 185 134	—
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	(1 577 493)	(1 460 025)
Outros efeitos	7 708 102	—
Variação da dívida	62 580 495	(118 242 538)
Saldo em 31 de dezembro	561 132 712	498 552 217



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A linha “Outros efeitos” corresponde a transferências *non-cash* da rubrica de fornecedores para empréstimos, que ocorrem quando as faturas emitidas por fornecedores são incluídas em acordos de financiamento de fornecedores classificados como empréstimos. Este efeito está associado à subsidiária Altri Forestal, S. L., adquirida no presente exercício (Nota 5). No decurso do exercício de 2025, os empréstimos associados a acordos de financiamento de fornecedores, contratados por esta subsidiária, foram liquidados, pelo que, em 31 de dezembro de 2025, não existiam saldos cedidos no âmbito dos mesmos.

O prazo de reembolso dos empréstimos bancários, dos outros empréstimos e dos incentivos reembolsáveis é como segue:

31.12.2025						
	2026	2027	2028	2029	>2029	Total (valor nominal)
Descobertos bancários	4 159 871	—	—	—	—	4 159 871
Empréstimos bancários	25 280 627	—	—	—	—	25 280 627
Papel comercial	20 000 000	70 000 000	—	—	—	90 000 000
Empréstimos obrigacionistas	80 000 000	59 100 000	149 800 000	—	150 000 000	438 900 000
Incentivos reembolsáveis	292 724	—	—	—	—	292 724
	129 733 222	129 100 000	149 800 000	—	150 000 000	558 633 222

31.12.2024						
	2025	2026	2027	2028	>2028	Total (valor nominal)
Descobertos bancários	—	—	—	—	—	—
Empréstimos bancários	—	25 000 000	—	—	—	25 000 000
Papel comercial	—	—	70 000 000	—	—	70 000 000
Empréstimos obrigacionistas	110 000 000	80 000 000	59 100 000	149 800 000	—	398 900 000
Incentivos reembolsáveis	282 513	292 724	—	—	—	575 237
	110 282 513	105 292 724	129 100 000	149 800 000	—	494 475 237

21. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

Os movimentos verificados nas provisões e perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser detalhados como segue:

31.12.2025				
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 13 e 14)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 11)	Total
Saldo inicial	1 201 762	2 360 994	9 769 329	13 332 085
Aquisições de subsidiárias (Nota 5)	—	74 788	18 556	93 344
Aumentos	90 718	12 080	3 246 978	3 349 776
Utilizações	(75 000)	(1 605 505)	—	(1 680 505)
Reversões	(267 273)	—	(14 781)	(282 054)
Saldo final	950 207	842 357	13 020 082	14 812 646

31.12.2024				
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 13 e 14)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 11)	Total
Saldo inicial	1 649 188	2 363 932	10 388 363	14 401 483
Aumentos	122 574	—	626 733	749 307
Utilizações	(419 969)	—	—	(419 969)
Reversões	(150 031)	(2 938)	(1 245 767)	(1 398 736)
Saldo final	1 201 762	2 360 994	9 769 329	13 332 085

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o montante dos aumentos e reversões apresentado na demonstração dos resultados detalha-se como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Aumentos/(Reversões) de perdas por imparidade de inventários	3 232 197	(619 034)
Aumentos/(Reversões) de perdas por imparidade de contas a receber	12 080	(2 938)
Aumentos/(Reversões) de provisões para outros riscos e encargos	(176 555)	(27 457)
	3 067 722	(649 429)

No final do exercício de 2024, a Biotek, S.A. (“Biotek”), subsidiária do Grupo Altri, foi notificada de um Requerimento de Arbitragem, apresentado por um cliente junto da Câmara do Comércio Internacional (CCI), tendo este requerido a constituição de Tribunal Arbitral para dirimir um litígio entre as partes. Na base do requerimento apresentado está uma alegada divergência nas quantidades fornecidas de pasta de papel. O Grupo Altri, devidamente suportado nos seus assessores legais, considera que o entendimento do cliente carece de qualquer fundamento e apresentou a sua contestação, com a devida fundamentação, incluindo os argumentos de facto e de Direito. É, por isso, entendimento do Conselho de Administração do Grupo Altri, com base na informação disponível, atual e de conhecimento à data, suportado na análise dos seus assessores legais, que não haverá lugar ao pagamento de qualquer montante, motivo pelo qual não procedeu ao registo de qualquer provisão.

O montante registado na rubrica “Provisões” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração para fazer face à totalidade das perdas a incorrer com processos judiciais atualmente em curso.

22. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica dizia respeito integralmente às parcelas de subsídios ao investimento não reembolsáveis (Notas 20 e 26) e tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Total	Corrente (Nota 26)	Não corrente	Total	Corrente (Nota 26)	Não corrente
Biotek						
RCI - PT 2030	1 766 143	—	1 766 143	—	—	—
SIME	81 917	47 544	34 373	129 452	47 544	81 908
PRR	34 832	34 832	—	49 759	49 759	—
	1 882 892	82 376	1 800 516	179 211	97 303	81 908
Celbi						
PIN	1 204 081	266 153	937 928	1 459 019	263 349	1 195 670
PRR	—	—	—	—	—	—
Outros subsídios	8 333	333	8 000	33 776	17 032	16 744
	1 212 414	266 486	945 928	1 492 795	280 381	1 212 414
Caima						
QREN	10 710	3 440	7 270	22 883	12 173	10 710
PRR	12 641 694	2 478 334	10 163 360	11 304 346	514 627	10 789 719
	12 652 404	2 481 774	10 170 630	11 327 229	526 800	10 800 429
Altri Florestal						
Proder	—	—	—	511	511	—
PRR	—	—	—	13 363	13 363	—
	—	—	—	13 874	13 874	—
Viveiros						
PRR	1 012	1 012	—	759	759	—
	1 012	1 012	—	759	759	—
	15 748 722	2 831 648	12 917 074	13 013 868	919 117	12 094 751

Em janeiro de 2007, a Celbi e a Altri assinaram um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei nº. 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o Estado Português considerado de interesse nacional (PIN) este projeto de expansão da capacidade produtiva da Celbi. Em 2015 foi considerado pelos organismos competentes que os objetivos e méritos do projeto tinham sido alcançados sendo atribuído o prémio de realização de 41.315.930 Euros. A Celbi classificou aquele montante em

“Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Nota 26) líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como rendimento na demonstração dos resultados (Nota 32), na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados, de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em janeiro de 2014, a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei nº. 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto de modernização e expansão da unidade fabril sido considerado, pelo Estado Português, de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. Caso a Celbi cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019, o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 75% do montante de incentivo reembolsável. Em 2021, a AICEP, na sequência da decisão da Comissão Diretiva do Compete, e atendendo que os principais objetivos, o mérito e as condicionantes se encontram cumpridos, aprovou o encerramento do projeto, atribuindo em definitivo um prémio de realização no valor global de 4.367.689 Euros. A Celbi classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 32), na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados, de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

A Caima assinou, no exercício de 2014, um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 287/2007 com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP) para um montante de investimento global de 35.161.000 Euros. Caso a Caima cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019, o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderia ao não reembolso de até 48% do montante de incentivo reembolsável. Tais objetivos, medidos com referência ao ano de 2019, foram cumpridos pela subsidiária, pelo que a Caima recebeu o montante de 5.043.991 Euros referente ao Prémio de Realização, o qual se encontra registado no passivo não corrente líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 32), na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados, de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em outubro de 2022, foi assinado um contrato de consórcio, tendo por objeto a execução de um projeto de investigação e desenvolvimento tecnológico mobilizador, intitulado “TransForm”, no âmbito do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Programas Mobilizadores – Clusters de Competitividade e outras dinâmicas coletivas, integrado na Agenda para a transformação digital das cadeias de valor florestais numa economia portuguesa mais resiliente e hipocarbónica, apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (“PRR”). Em dezembro de 2022, na sequência da candidatura apresentada ao Sistema de Incentivos “Agendas para a Inovação Empresarial”, a Altri Florestal, enquanto líder do consórcio, assinou o respetivo Termo de Aceitação. O investimento elegível global é de 129.259.946 Euros. O projeto deverá estar concluído e com resultados concretizados até 30 de junho de 2026. O Investimento elegível do Grupo Altri ascende a, aproximadamente, 50 milhões de Euros, a que corresponde um incentivo não reembolsável potencial de, aproximadamente, 15 milhões de Euros, dos quais já foram recebidos 3,5 milhões de Euros a título de adiantamento e 10,1 milhões de Euros, a título de pedidos de pagamento.

Em maio de 2022, foi assinado um contrato de consórcio, liderado pelo Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal - CITEVE, tendo por objeto a execução de um projeto integrado de promoção e valorização da bioeconomia para Têxtil e Vestuário, intitulado “*BE@T - bioeconomy at textiles*”, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (“PRR”), na sua componente 12 – Bioeconomia Sustentável. O investimento elegível global é de 137.931.727 Euros. O projeto deverá estar concluído e com resultados concretizados até 30 de junho de 2026. O Investimento elegível da Caima ascende a, aproximadamente, 9,2 milhões de Euros, a que corresponde um incentivo não reembolsável potencial de 2,8 milhões de Euros, dos quais já foram recebidos 1,4 milhões de Euros a título de adiantamento.

Em abril de 2025, a Biotek assinou um contrato de concessão de incentivos financeiros ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP). O Projeto de Investimento teve início a 1 de agosto de 2024 e decorrerá até julho de 2027, tendo sido contratado um investimento de 75,2 milhões de Euros, sendo que o Estado Português concedeu um incentivo financeiro não reembolsável correspondente a 23,5% das despesas elegíveis, no valor de 17,7 milhões de Euros. Até 31 de dezembro de 2025 já foram recebidos 1,8 milhões de Euros a título de adiantamento.

Em dezembro de 2025, a Caima assinou um contrato de concessão de incentivos financeiros ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP). O Projeto de Investimento teve início a 1 de janeiro de 2024 e decorrerá até junho de 2026, tendo sido contratado um investimento de 25,5 milhões de Euros, sendo que o Estado Português concedeu um incentivo financeiro não reembolsável correspondente a 30% das despesas elegíveis, no valor de 7,7 milhões de Euros. Até 31 de dezembro de 2025 ainda não tinha sido recebido qualquer montante referente ao incentivo.

23. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	A Pagar			
	31.12.2025	0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	49 502 688	49 502 688	—	—
Fornecedores, faturas em receção e conferência	19 424 440	19 424 440	—	—
Fornecedores - acordos de financiamento de fornecedores	55 152 105	31 749 553	23 402 552	—
	124 079 233	100 676 681	23 402 552	—

	A Pagar			
	31.12.2024	0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	50 031 093	50 031 093	—	—
Fornecedores, faturas em receção e conferência	18 602 346	18 602 346	—	—
Fornecedores - acordos de financiamento de fornecedores	54 284 053	28 379 185	25 904 868	—
	122 917 492	97 012 624	25 904 868	—

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecedores” respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Acordos de financiamento de fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecedores – acordos de financiamento de fornecedores” refere-se aos saldos de fornecedores cedidos em operações de *confirming*, conforme descrito na Nota 2.3 I).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quantia escriturada de passivos financeiros relacionados com acordos de financiamento de fornecedores detalha-se como se segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores – acordos de financiamento de fornecedores	55 152 105	54 284 053
Dos quais os fornecedores já receberam o pagamento da instituição financeira	55 152 105	54 283 991

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

As contas a pagar a fornecedores não vencem juros e são normalmente liquidadas pelo Grupo nos prazos apresentados na tabela acima. Os acordos de financiamento de fornecedores permitem aos fornecedores obter das instituições financeiras o pagamento dos montantes faturados antes da data de vencimento da fatura.

O Grupo não está exposto a um risco de liquidez significativo decorrente dos seus acordos de financiamento de fornecedores.

24. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Outros dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

A Pagar				
	31.12.2025	0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	13 142 083	13 142 083	—	—
Fornecedores de investimentos financeiros	1 000 000	—	—	1 000 000
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 15)	2 697 837	2 697 837	—	—
Outras dívidas	4 824 376	4 780 020	—	44 356
	21 664 296	20 619 940	—	1 044 356

A Pagar				
	31.12.2024	0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	4 743 754	3 674 362	36 048	1 033 344
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 15)	3 210 498	3 210 498	—	—
Outras dívidas	3 334 429	3 290 073	—	44 356
	11 288 681	10 174 933	36 048	1 077 700

A rubrica “Fornecedores de investimentos financeiros” diz respeito à conta a pagar relacionada com a aquisição da Altri Forestal e da Altri Forestal Logistics (Nota 5).

A variação verificada na rubrica “Fornecedores de ativos fixos”, em 31 de dezembro de 2025, refere-se, essencialmente, ao investimento no projeto de conversão da produção de pasta papelreira para fibras solúveis, na unidade industrial da Biotek.

25. PASSIVOS ASSOCIADOS A CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Passivos associados a contratos com clientes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Rappel e descontos a liquidar	5 576 024	5 755 558
Comissões a liquidar	939 300	849 000
	6 515 324	6 604 558

26. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Encargos a liquidar		
Encargos com energia e gás a liquidar	4 454 175	7 737 573
Remunerações a liquidar	9 705 543	11 923 846
Rendas a liquidar	41 165	42 680
Seguros a liquidar	235 510	47 452
Taxas hídricas a liquidar	988 069	1 035 316
Outros encargos a liquidar	6 991 900	7 020 905
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios ao investimento (Notas 20 e 22)	2 831 648	919 117
Outros proveitos a reconhecer	633	—
	25 248 643	28 726 889

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros encargos a liquidar” diz respeito, essencialmente, a despesas relacionadas com a atividade operacional, já incorridas e ainda não faturadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a variação na rubrica “Encargos com energia e gás a liquidar” é essencialmente, explicada por um decréscimo de gasto com eletricidade na unidade industrial da Caima, que entrou em autoconsumo em 2025.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Altri e suas subsidiárias tinham em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura das variações da taxa de juro, da taxa de câmbio, do preço da pasta de papel, do preço da energia e instrumentos financeiros derivados associados a negociação da taxa de câmbio. O Grupo Altri tinha também em vigor um contrato de aquisição de energia renovável de longo prazo (VPPA - *Virtual Power Purchase Agreement*), na forma de contrato por diferenças (CfD - *Contract for differences*), como parte da estratégia de cobertura de flutuações do preço de compra de energia no longo prazo. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

O Grupo Altri utiliza, essencialmente, derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a posição reconhecida dos instrumentos financeiros derivados a justo valor é como segue:

31.12.2025					31.12.2024			
Ativo			Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	426 573	1 302 221	119 250	277 429	1 022 536	2 087 446	—	758 080
Derivados de taxa de câmbio	3 472 237	—	24 330	—	215 368	—	9 422 064	—
Derivados de preço da pasta	—	—	25 072	—	125 139	—	—	—
Derivados de preço da energia	—	—	1 451 938	—	907 353	—	—	—
Derivados de contratos VPPA	—	—	—	19 923 085	—	—	—	16 886 968
	3 898 810	1 302 221	1 620 590	20 200 514	2 270 396	2 087 446	9 422 064	17 645 048

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros derivados, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser detalhado como segue:

2025	Derivados de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Derivados de preço da energia	Derivados de contratos VPPA	Total
Saldo inicial	125 139	2 351 902	(9 206 696)	907 353	(16 886 968)	(22 709 270)
Variação do justo valor						
Efeitos em capitais próprios	(150 211)	(977 960)	10 388 665	(2 359 291)	(2 141 268)	4 759 935
Efeitos na demonstração de resultados (Notas 32, 33 e 34)	1 672 438	1 004 201	5 922 082	79 440	(1 255 755)	7 422 406
Efeitos na demonstração da posição financeira	(1 672 438)	(1 046 028)	(3 656 144)	(79 440)	360 906	(6 093 144)
Saldo final	(25 072)	1 332 115	3 447 907	(1 451 938)	(19 923 085)	(16 620 073)

2024	Derivados de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Derivados de preço da energia	Derivados de contratos VPPA	Total
Saldo inicial	1 333 266	4 683 188	2 925 073	(2 462 048)	(14 053 159)	(7 573 680)
Variação do justo valor						
Efeitos em capitais próprios	(1 208 127)	(2 233 789)	(9 930 473)	3 369 401	(1 021 045)	(11 024 033)
Efeitos na demonstração de resultados (Notas 32, 33 e 34)	(7 650 942)	2 844 379	(3 233 849)	(2 825 477)	(1 677 694)	(12 543 583)
Efeitos na demonstração da posição financeira	7 650 942	(2 941 876)	1 032 553	2 825 477	(135 070)	8 432 026
Saldo final	125 139	2 351 902	(9 206 696)	907 353	(16 886 968)	(22 709 270)

Durante os exercícios de 2025 e 2024, os ganhos e perdas associados à parte ineficaz dos instrumentos de cobertura foram registados diretamente na demonstração dos resultados (Notas 32, 33 e 34).

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, o Grupo tem emitida dívida a taxa fixa e contratados instrumentos financeiros derivados, designadamente, *swaps* de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tendo o correspondente montante sido reconhecido nas rubricas “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo Altri tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro, cujos montantes totais são como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2025	31.12.2024
Interest rate swap	5.000.000 €	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	—	56 240
Interest rate swap	5.000.000 €	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	—	56 603
Interest rate swap	5.000.000 €	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	—	56 301
Interest rate swap	5.000.000 €	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	—	56 616
Interest rate swap	20.000.000 €	27/07/2027	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,027%	847 026	1 393 377
Interest rate swap	20.000.000 €	27/07/2027	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	(0,060)%	881 768	1 444 877
Interest rate swap	50.000.000 €	23/11/2028	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	2,600%	(396 679)	(712 112)
					1 332 115	2 351 902

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas, estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.3 I).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo Grupo foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates de Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg* fixo) e os *cash flows* variáveis (*leg* variável). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

De referir, por fim, que a 31 de dezembro de 2025, o Grupo Altri apresentava cerca de 31% (15% em 31 de dezembro de 2024) da sua dívida financeira nominal bruta emitida a taxa fixa, tendo, adicionalmente, contratados *swaps* de taxa de juro - nos quais permuta o indexante Euribor (6M) por uma taxa fixa - sobre um notional global de 84,1 milhões de Euros, associados aos Empréstimos Obrigacionistas “Celbi 2017/2027” e “Obrigações Verdes Caima 2023-2028”. Estes *swaps* de taxa de juro, celebrados por decisão da Administração em novembro de 2021 e dezembro de 2023, permitem uma cobertura que corresponde a cerca de 15% da dívida financeira nominal bruta emitida. Por conseguinte, com referência a 31 de dezembro de 2025, 54% da dívida financeira bruta do Grupo Altri encontrava-se indexada a taxa variável (64% a 31 de dezembro de 2024).

(ii) Derivados de taxa de câmbio

O Grupo Altri utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Com efeito, uma parte relevante das vendas do Grupo são efetuadas em dólares dos Estados Unidos. Deste modo, as alterações na taxa de câmbio EUR/USD podem afetar os resultados do Grupo de forma significativa.

Com o intuito de monitorizar e mitigar este risco, o Grupo Altri analisa de forma permanente a sua exposição às flutuações da taxa de câmbio, avaliando a evolução da cotação à vista do EUR/USD, bem como as suas taxas *forward*, definindo e implementando estratégias de *hedging* sempre que considera conveniente. Estas estratégias têm por base uma política de cobertura de risco cambial previamente definida pela Comissão Executiva e que consiste em cobrir uma parte dos *cash flows* resultantes das suas vendas estimadas.

Em 2024, a Comissão Executiva definiu um mandato de cobertura, para o ano fiscal de 2025, de até cerca de 21% do total das vendas estimadas de pasta BHPK e de até cerca de 43% do total das vendas estimadas para a pasta DWP. Este mandato assenta na contratação de opções de venda e de compra de estilo asiático sobre o dólar dos Estados Unidos (*average rate collars*) numa base mensal e com um horizonte temporal de cobertura de 12 meses (de janeiro de 2025 até dezembro de 2025).

Para horizontes temporais mais curtos (até 90 dias), o Grupo privilegia a utilização de *forwards* cambiais para mitigar o risco de evolução desfavorável da taxa de câmbio EUR/USD. Apesar de estes instrumentos corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, não se qualificam como instrumentos de cobertura de acordo com os requisitos aplicáveis. Estes instrumentos são registados na demonstração consolidada da posição financeira pelo seu justo valor e as variações nos mesmos são reconhecidas nas rubricas de Rendimentos financeiros ou Gastos financeiros da demonstração consolidada dos resultados (Nota 34).

Desta forma, o Grupo Altri contratou, durante os exercícios de 2025 e 2024, “opções” e “*forwards*” de taxa de câmbio de dólares dos Estados Unidos, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo Altri tinha em vigor os seguintes contratos derivados de taxa de câmbio:

31.12.2025				Asian Collar range (strikes médios)	
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
13 000 000	2026	3 407 596	(24 330)	1,1337	1,1688

31.12.2025				Forwards Simples (compras USD)	
Nocional USD	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	
15 000 000	2026	64 641	—	1,1852	
		3 472 237	(24 330)		

31.12.2024				Asian Collar range (strikes médios)	
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
17 000 000	2025	—	(7 005 399)	1,0826	1,1121

31.12.2024				Forwards Simples (vendas USD)	
Nocional USD	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	
92 000 000	2025	—	(2 416 665)	1,0676	

31.12.2024				Forwards Simples (compras USD)	
Nocional USD	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	
3 000 000	2025	215 368	—	1,1230	
		215 368	(9 422 064)		

(iii) Derivados de preço da pasta

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade do preço da pasta de papel, o Grupo contratou derivados de cobertura do preço da pasta de papel, os quais foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2025, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivados de cobertura do preço da pasta de papel:

			31.12.2025		31.12.2024	
Quantidade coberta	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
1.000 ton/mês	01/01/2026	31/12/2026	—	(25 072)	—	—
1.000 ton/mês	01/01/2025	31/12/2025	—	—	125 139	—
			—	(25 072)	125 139	—

O apuramento do justo valor dos derivados de cobertura do preço da pasta de papel, contratados pelo Grupo, foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação estimada da pasta de papel (PIX) e o preço fixado para os prazos relevantes, que, posteriormente, é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas, estes derivados de pasta de papel cumprem com os requisitos para serem considerados como instrumentos de cobertura, pelo que a variação do seu justo valor foi registada na rubrica do capital próprio “Reservas de cobertura”.

(iv) Derivados de preço da energia

De forma a mitigar a exposição à volatilidade cada vez mais acentuada do preço da energia, o Grupo contratou derivados de cobertura do preço da energia (eletricidade e gás natural), os quais foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivados de cobertura do preço da energia:

			31.12.2025		31.12.2024	
Quantidade coberta	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
18.000 MWh/mês	01/01/2026	31/12/2026	—	(1 451 938)	—	—
6.000 MWh/mês	01/01/2025	31/12/2025	—	—	907 353	—
			—	(1 451 938)	907 353	

O apuramento do justo valor dos derivados de cobertura do preço da energia, contratados pelo Grupo, foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação estimada da energia e o preço fixado para os prazos relevantes, que posteriormente é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

(v) Virtual Power Purchase Agreement (VPPA)

Como referido nas notas 2.3 l) e 3. a) v), como parte da sua estratégia de cobertura das flutuações do preço de compra de energia a longo prazo, o Grupo contratou derivados de cobertura do preço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Altri tinha em vigor um contrato VPPA, cujos montantes totais são como segue:

Quantidade coberta (em MWh)	Preço médio fixado (€/MWh)	Vencimento
4 210	37,90	Até 1 mês
10 540	37,90	1 a 3 meses
62 159	37,90	3 meses a 1 ano
303 812	37,90	1 a 5 anos
186 020	37,90	Mais de 5 anos
566 741		

A determinação do justo valor deste derivado, classificado como nível 3 da hierarquia do justo valor, uma vez que os principais *inputs* não são observáveis no mercado, foi efetuada com recurso a uma entidade externa, com base numa abordagem baseada no rendimento, ou seja, no método dos *Cash Flows* descontados.

Os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando taxas de juro sem risco ajustadas pelo risco de crédito de cada parte do contrato. O risco de crédito é baseado em *Credit Default Swaps* (CDS) observáveis para os setores em que cada Grupo opera. Os fluxos de caixa futuros estimados correspondem à diferença entre o preço fixo do contrato e o preço futuro flutuante da energia, ajustado pela inflação.

O preço futuro flutuante da energia é observável e líquido durante os primeiros dois anos. Para os anos seguintes, é utilizada uma previsão de preços efetuada por uma entidade externa. O Grupo seleciona o cenário central a partir de uma série de cenários fornecidos.

O volume de produção estimado é também um fator não observável no modelo de avaliação devido ao seu potencial de alteração ao longo do tempo.

Assume-se, em 31 de dezembro de 2025, que o volume de produção será igual ao cenário P50 preparado pelo proprietário do parque solar.

A análise de sensibilidade preparada pelo Grupo para os preços não observáveis indicou que o aumento/diminuição do preço da energia em 10 Euros / MWh nos preços de energia futuros alteraria o justo valor dos derivados em mais/menos 5,0 milhões de Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2025 (5,7 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2024).

A análise de sensibilidade preparada pelo Grupo para o volume não observável indicou que o aumento/diminuição do volume em 10% alteraria o justo valor dos derivados, respetivamente, em menos/mais 1,0 milhões de Euros a 31 de dezembro de 2025 (0,5 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2024).

Day 1 profit or loss

A IFRS 9 exige que uma entidade difira a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro e o seu preço de transação se o justo valor não for evidenciado por um preço cotado num mercado ativo para um instrumento idêntico ou baseado numa técnica de avaliação que utilize apenas dados de mercados observáveis. As quantias diferidas são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados quando se verifica uma alteração num fator (incluindo o tempo) que os participantes no mercado teriam em conta ao determinar o preço do ativo ou passivo. Com base no referido, o Grupo adotou uma política de amortização do montante diferido numa base linear, ao longo da duração do contrato. Qualquer montante pendente será imediatamente reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando o instrumento for desreconhecido ou quando os dados se tornarem totalmente observáveis.

O quadro seguinte apresenta, para o contrato VPPA, o *Day 1 profit or loss* por reconhecer, que corresponde à diferença agregada ainda por reconhecer na demonstração consolidada dos resultados no início e no fim do ano, e uma reconciliação das alterações do saldo durante o ano.

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 1 de janeiro (ganhos não reconhecidos)	11 667 804	13 044 026
Aumento devido a novas transações	—	—
Redução devido à passagem do tempo	(1 372 462)	(1 376 222)
Redução devida a resgates/vendas/transferências/melhoria da observabilidade	—	—
Saldo em 31 de dezembro (ganhos não reconhecidos)	10 295 342	11 667 804

Em 31 de dezembro de 2025, o justo valor do contrato VPPA é negativo em 9.627.744 Euros (negativo em 5.018.467 Euros em 31 de dezembro de 2024). Dada a existência do diferimento do *Day 1 profit or loss*, ainda por reconhecer na demonstração consolidada dos resultados, o valor que se encontra registado no passivo em 31 de dezembro de 2025 é de 19.923.086 Euros (16.886.968 Euros em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, foi registado o montante de 1.641.418 Euros na rubrica de “Outros gastos” da demonstração consolidada dos resultados, que inclui: i) o montante de 2.267.311 Euros relativo ao reconhecimento da parte ineficaz da variação negativa no justo valor, acrescido das ii) perdas no montante de 746.568 Euros, correspondentes às quantias que foram transferidas da reserva de cobertura de fluxos de caixa para resultados no mesmo momento em que o item coberto afetou os resultados, que representam o montante pago pelo diferencial entre o preço contratado e o preço de mercado, líquido da iii) redução devido à passagem do tempo do *Day 1 profit or loss* por reconhecer no montante de 1.372.462 Euros. Em 31 de dezembro de 2025, foi registado o montante de 385.663 Euros na rubrica de “Outros rendimentos” da demonstração consolidada dos resultados, que corresponde aos ganhos correspondentes às quantias que foram transferidas da reserva de cobertura de fluxos de caixa para resultados no mesmo momento em que o item coberto afetou os resultados, que representam o montante recebido pelo diferencial entre o preço contratado e o preço de mercado.

28. GARANTIAS E OUTROS COMPROMISSOS

a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as garantias prestadas tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
AICEP/API (Nota 20)	367 195	367 195
Outros	2 801 810	2 801 810
	3 169 005	3 169 005

b) Outros compromissos

Em 31 de dezembro de 2025, os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado assumidos pelas empresas do Grupo Altri são de, aproximadamente, 51,0 milhões de Euros (45,4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, os compromissos futuros estão, maioritariamente, relacionados com a aquisição de equipamento fabril, essencialmente, para a continuação do projeto de conversão total de produção de pasta papelreira (BHKP) para fibras solúveis, na unidade industrial da Biotek, para a conclusão da unidade de recuperação e valorização de ácido acético e furfural de base renovável, na unidade industrial da Caima e para a instalação da unidade pré-industrial de produção de filamento, na unidade industrial da Caima.

29. FUNDOS DE PENSÕES

Algumas empresas do Grupo Altri possuem compromissos relacionados com encargos com fundos de reforma que se encontram cobertos pelo valor dos fundos de pensões autónomos, encontrando-se reconhecidas as responsabilidades líquidas não cobertas nos termos definidos no IAS 19, como de seguida se detalha.

O Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal, constituído por escritura de 31 de dezembro de 1987 e administrado pela “BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, destina-se a garantir aos colaboradores (i) que à

data normal da reforma ou (ii) na cessação contratual do contrato de trabalho com a Empresa, tenham pelo menos 57 anos de idade e 10 anos de serviço contínuo; o direito a um complemento de reforma, a partir da idade normal de reforma, cujo valor tem por base a média dos vencimentos ilíquidos dos últimos dois anos ao serviço da empresa. Por decisão da Administração da Caima, o Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal foi dividido em dois fundos autónomos em dezembro de 1998, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Caima e a Altri Florestal transferiram as quotas-partes das adesões coletivas que detêm junto do BPI Pensões para o Fundo de Pensões Tejo. Esta transferência foi requerida ao Instituto de Seguros de Portugal em 23 de setembro de 2010 tendo este deliberado favoravelmente em 3 de março de 2011, pelo que em abril de 2011 o património de fundo de pensões da Altri Florestal e da Caima foi incorporado no Fundo de Pensões Tejo, com a designação de Plano de Pensões C.

O Fundo de Pensões Tejo foi constituído pela Biotek em 28 de fevereiro de 2005, com o objetivo de financiar, entre outros, o Plano de Pensões decorrente dos Regulamentos e Acordos de Empresa aplicáveis aos Associados. Através de acordo celebrado com as estruturas sindicais em 2007, foi criado um novo Plano de Pensões aplicável a todos os colaboradores admitidos após 1 de setembro de 2007, data da entrada em vigor do novo acordo, e ainda a todos os colaboradores admitidos antes dessa data, que optem de forma expressa pelo novo Plano de Pensões. O Fundo de Pensões Tejo passou, assim, a financiar os benefícios definidos em três Planos de Pensões previstos em Regulamento publicado em Ordem de Serviço de 2002, e ainda os benefícios definidos no novo Plano de Pensões, que passou a designar-se como Plano de Pensões B, previsto no Acordo de Empresa publicado no BTE, nº 32, de 29/08/2007. A partir do exercício de 2009, o Plano de Pensões B passou a aplicar-se a todos os colaboradores no ativo da Biotek, e os restantes Planos de Pensões passaram a cobrir as responsabilidades referentes a todos os ex-colaboradores cuja cessação de contrato tivesse contemplado o direito a pensão, nos termos dos benefícios definidos em cada um dos Planos de Pensões.

Em 1 de maio de 2014, foi criado um novo Plano de Pensões de Contribuição Definida (CD), integrado no Fundo de Pensões Tejo sob a designação Plano de Pensões CD, e aplicável a todos os colaboradores no ativo dos três Associados, Biotek, Caima e Altri Florestal. Aos colaboradores admitidos até

30 de abril de 2014, foi dado o direito de opção de adesão ao novo Plano de Pensões CD, mediante renúncia expressa e definitiva ao Plano de Pensões de Benefício Definido, nas seguintes condições: (a) a todos os colaboradores da Biotek, no ativo em 30 de abril de 2014 com contrato sem termo, foi dada a opção de escolher entre transitar ou não para o plano de contribuição definida (b) no caso da Caima e da Altri Florestal, apenas foi dado direito de opção aos colaboradores que, em 30 de abril de 2014, tivessem contrato sem termo com tempo de serviço maior ou igual a 10 anos e idade igual ou superior a 57 anos. Assim, o Fundo de Pensões Tejo passou a financiar as responsabilidades de cinco Planos de Pensões, quatro dos quais de Benefício Definido, e com responsabilidades tendencialmente a extinguir, e um Plano de Pensões de Contribuição Definida, cujas contribuições variam anualmente em função dos resultados do Grupo Altri e são atribuídas a cada colaborador de cada um dos Associados, em função dos respetivos salários pensionáveis e tempo de serviço.

A partir de 2014, a Celbi atribui aos seus colaboradores com contrato de trabalho subordinado sem termo, um plano de pensões de contribuição definida. De acordo com este plano, a Celbi atribui a cada colaborador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável em função do seu tempo de serviço. A contribuição para o Fundo de Pensões varia anualmente em função dos resultados do Grupo Altri, sendo contabilizadas como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

Os planos de benefícios definidos não são contributivos para os seus participantes.

Com o novo regime de planos de contribuição definida, o Grupo contabiliza como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

De acordo com os estudos atuariais realizados pelas sociedades gestoras dos fundos com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor atual das responsabilidades por serviços passados para os colaboradores no ativo e para os reformados, bem como a situação patrimonial dos fundos de pensões, naquelas datas, eram como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
	Caima/Biotek/Altri Florestal	Caima/Biotek/Altri Florestal
Responsabilidades atuais por serviços passados	8 228 620	8 655 814
Situação patrimonial dos fundos de pensões	8 221 605	8 752 204

O movimento verificado no valor atual das responsabilidades por serviços passados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

31 de dezembro de 2025	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidades no início do exercício	647 286	3 703 398	1 693 174	2 611 956	8 655 814
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(59 463)	(393 960)	(128 170)	(267 430)	(849 023)
Custo dos serviços correntes	—	—	2 425	—	2 425
Custo dos juros	20 426	115 885	53 769	81 986	272 066
Perdas/(Ganhos) atuariais					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	(24 538)	(122 299)	(70 058)	(84 299)	(301 194)
Resultantes de alteração de pressupostos demográficos	29 332	182 921	64 553	115 877	392 683
Resultantes de ajustamentos de experiência	22 650	93 920	(27 671)	(33 050)	55 849
Responsabilidades no fim do exercício	635 693	3 579 865	1 588 022	2 425 040	8 228 620

31 de dezembro de 2024	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidades no início do exercício	650 757	3 902 296	1 803 132	2 812 287	9 168 472
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(58 210)	(420 500)	(134 531)	(299 007)	(912 248)
Custo dos serviços correntes	—	—	2 204	—	2 204
Custo dos juros	21 374	126 826	59 518	91 843	299 561
Perdas/(Ganhos) atuariais					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	6 407	32 502	18 960	23 869	81 738
Resultantes de ajustamentos de experiência	26 958	62 274	(56 109)	(17 036)	16 087
Responsabilidades no fim do exercício	647 286	3 703 398	1 693 174	2 611 956	8 655 814

O movimento verificado na situação patrimonial dos fundos de pensões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

31 de dezembro de 2025	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	655 091	3 600 231	1 849 136	2 647 746	8 752 204
Dotações	—	—	—	—	—
Pensões pagas	(59 463)	(393 960)	(128 170)	(267 430)	(849 023)
Rendimento/Retorno real do Fundo					
Ganhos e Perdas Financeiras	7 279	25 571	10 475	18 663	61 988
Retorno esperado	20 684	112 480	58 836	83 167	275 167
Comissões	(4 012)	(7 616)	(1 344)	(5 759)	(18 731)
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	619 579	3 336 706	1 788 933	2 476 387	8 221 605

31 de dezembro de 2024	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	568 602	3 596 991	1 901 915	2 800 624	8 868 132
Dotações	118 769	268 690	—	27 432	414 891
Pensões pagas	(58 210)	(420 500)	(134 531)	(299 007)	(912 248)
Rendimento/Retorno real do Fundo					
Ganhos e Perdas Financeiras	10 765	45 134	20 057	32 122	108 078
Retorno esperado	18 556	116 354	62 831	91 443	289 184
Outros	(3 391)	(6 438)	(1 136)	(4 868)	(15 833)
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	655 091	3 600 231	1 849 136	2 647 746	8 752 204

Considerando a diferença entre o valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o valor dos fundos de pensões à mesma data, o passivo para “Responsabilidades por pensões” foi aumentado no montante de 103.405 Euros e diminuído no montante de 396.730 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos na rubrica “Responsabilidades para pensões” detalham-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2025	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidade por pensões no início do exercício	(7 807)	103 168	(155 961)	(35 790)	(96 390)
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	24 177	136 586	(42 307)	(14 376)	104 080
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	(258)	3 405	(2 641)	(1 181)	(675)
Liquidações e Dotações	—	—	—	—	—
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	16 112	243 159	(200 909)	(51 347)	7 015

31 de dezembro de 2024	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidade por pensões no início do exercício	82 153	305 306	(98 782)	11 663	300 340
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	22 599	56 080	(56 070)	(20 421)	2 188
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	6 209	10 472	(1 109)	400	15 972
Liquidações e Dotações	(118 768)	(268 690)	—	(27 432)	(414 890)
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	(7 807)	103 168	(155 961)	(35 790)	(96 390)

No que respeita aos referidos planos, os riscos podem ser divididos entre:

(i) Riscos financeiros

O Fundo encontra-se sujeito ao risco de variabilidade dos rendimentos gerados pelos ativos que compõem a carteira do fundo, nomeadamente risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de variação de preço e risco cambial para a componente expressa em moedas distintas do euro.

- ▶ O risco de taxa de juro resulta da relação inversa que se verifica entre as taxas de juro de mercado e o preço das obrigações. Assim, quando as taxas de juro de mercado descem, o preço das obrigações sobe e, quando as taxas de juro de mercado sobem, o preço das obrigações desce;
- ▶ O risco de crédito das obrigações consiste na perceção que os investidores têm relativamente à capacidade de pagamentos, juros e capital, por parte das entidades emitentes;

- ▶ O risco de variação de preços das ações decorre da alteração das expectativas dos investidores relativamente às condições macroeconómicas e setoriais onde opera a empresa e, acima de tudo da evolução das condições específicas do negócio de cada empresa.

(ii) Riscos atuariais

Os riscos atuariais são constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentando vários riscos que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo, nomeadamente taxa de crescimento das pensões, aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

A gestão dos riscos relevantes que afetam o fundo de pensões é efetuada através da Sociedade Gestora do mesmo, através dos seguintes mecanismos:

- ▶ A política de investimentos é revista obrigatoriamente de três em três anos, sendo que no final de cada ano é feita uma avaliação tendo em conta as responsabilidades do fundo e, caso os pressupostos que estiveram na base da sua elaboração se alterem, de forma material, a Sociedade Gestora do mesmo propõe uma retificação à política de investimentos.
- ▶ Os procedimentos utilizados para efetuar a adequação entre os ativos financeiros e as responsabilidades, tem por base a distribuição das responsabilidades por escalões etários, sendo associado a esta um perfil de risco.
- ▶ A distribuição de ações/obrigações por escalão etário, tem por base o princípio de ciclo de vida, o qual considera que a tolerância ao risco diminui (redução do peso de ações) à medida que diminui o horizonte de investimento (aproximação da idade da reforma).
- ▶ A proposta de alocação resulta da ponderação destes perfis, de acordo com o peso de cada escalão na estrutura global das responsabilidades.
- ▶ Adicionalmente, e por dedução à componente de obrigações, consideramos uma parcela de ativos não correlacionados (*hedge funds*, imobiliário, *private equity*, *commodities*), com um peso que

pode oscilar entre 5% e 10%, cujo objetivo é aumentar o nível de diversificação.

- ▶ A Política de Investimentos seguida pelo Sub-Fundo de Pensões BD Tejo a 31 de dezembro de 2025 e 2024, obedece às regras estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2025 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- Método de cálculo "*Projected Unit Credit*";
- Tábuas de Mortalidade TV 88/90-1;
- Taxa de rendimento/desconto 3,80%;
- Taxa de crescimento dos salários 1,0%.

O Fundo de Pensões Tejo tem as seguintes características:

- Composição da carteira:
 - 16,70% ações;
 - 82,84% obrigações a taxa fixa;
 - 0,45% liquidez.

Investimentos alternativos:

- 0,01% *Hedge funds*.

- Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo é de 3,96%.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2024 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- Método de cálculo "*Projected Unit Credit*";
- Tábuas de Mortalidade TV 88/90;
- Taxa de rendimento/desconto 3,30%;
- Taxa de crescimento dos salários 1,0%.

O Fundo de Pensões Tejo tinha as seguintes características:

- Composição da carteira:
 - 11,37% ações;
 - 72,93% obrigações a taxa fixa;
 - 5,35% obrigações a taxa variável;
 - 1,43% liquidez.

Investimentos alternativos:

- e. 0,78% Imobiliário indireto;
 - f. 7,33% *Hedge Funds*;
 - g. 0,81% *Commodities*.
- (ii) Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo era de 3,80%.

As taxas de desconto utilizadas foram selecionadas por referência às taxas de rendimento de um cabaz de obrigações “*corporate*” de alta qualidade. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e “notação de rating” foram consideradas como apropriadas, atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta valorização a variações do pressuposto significativo, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior em 25 pontos base o valor da responsabilidade viria aumentado em, aproximadamente, 0,1 milhões de Euros.

O montante reconhecido como gasto, relativamente aos benefícios de contribuição definida, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ascendeu a aproximadamente 480.000 Euros e 257.000 Euros, respetivamente.

30. PARTES RELACIONADAS

As subsidiárias do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da empresa-mãe e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse, pelo que não são divulgadas nesta nota.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Altri reconheceu o montante de 81.465 Euros, registado na rubrica “Outros rendimentos”, correspondente a rendas de uma fração do edifício da sede, então arrendada à sociedade Vieira de Matos - VDM Capital, S.A., da qual o administrador da Altri SGPS, S.A., Dr. Domingos José Vieira de Matos, é administrador e acionista dominante. No mesmo exercício, o Grupo procedeu à venda do edifício da sede, no Porto, à sociedade Servilivre, S.A., integralmente detida pela sociedade Vieira de Matos - VDM Capital, S.A., pelo montante de 7.301.125 Euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram outras transações com os Administradores do Grupo nem lhes foram concedidos empréstimos.

Os saldos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 e as transações com entidades relacionadas durante os exercícios findos naquelas datas, podem ser resumidos como segue:

	Contas a pagar		Contas a receber		Empréstimos concedidos	
Saldos	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empreendimentos conjuntos e associadas (a)	4 483 168	2 846 133	8 705	721	1 812 844	100 281
	4 483 168	2 846 133	8 705	721	1 812 844	100 281

	Compras e serviços recebidos		Vendas e prest. de serviços		Outros rendimentos	
Transações	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empreendimentos conjuntos e associadas (a)	25 907 519	26 348 559	11 684	8 106	108	56
	25 907 519	26 348 559	11 684	8 106	108	56

	Juros obtidos		Outros gastos	
Transações	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empreendimentos conjuntos e associadas (a)	12 563	281	35 200	—
	12 563	281	35 200	—

(a) Todas as entidades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 conforme Nota 4.2.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

31. COMPENSAÇÕES DOS GESTORES CHAVE

As compensações atribuídas aos gestores chave, que, dado o modelo de governação do Grupo, correspondem aos membros do Conselho de Administração do Grupo Altri, auferidas em todas as sociedades do Grupo Altri, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, têm a seguinte composição:

Conselho de Administração		
	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações fixas	3 906 859	3 781 187
Remunerações variáveis	817 000	2 765 060
	4 723 859	6 546 247

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem: (i) planos ou sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de ações aos membros do Conselho de Administração; (ii) regimes complementares de reforma antecipada para os administradores; (iii) indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício; ou (iv) benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

A administradora Laurentina Martins beneficia de um plano atribuído antes da sua nomeação para o Conselho de Administração em virtude de, na data da atribuição, ser colaboradora da subsidiária Caima. As principais características e informações sobre o referido plano encontram-se detalhadas na Nota 29. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atual das pensões em pagamento afetas a esta colaboradora ascendia a 260.196 Euros, não tendo sido efetuadas contribuições para o referido fundo (Plano C) em 2025 (Nota 29). O valor auferido diretamente através do fundo de pensões em 2025 foi de 33.705 Euros. Adicionalmente durante 2025, o Grupo fez contribuições para o fundo de pensões Celbi (contribuição definida) (Nota 29) para alguns administradores, no montante de 25.835 Euros.

A Altri, S.G.P.S., S.A. não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus colaboradores.

32. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era composta como se segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Subsídios ao investimento e à exploração	6 794 077	5 778 301
Ganhos obtidos na alienação e abate de ativos fixos	840 932	369 211
Ganhos em instrumentos derivados (Nota 27)	2 281 121	2 553 860
Indemnizações relativas a sinistros	14 493 891	7 224 338
Indemnizações relativas a seguros de crédito	158 122	—
Outros	1 955 219	1 493 718
	26 523 362	17 419 428

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Indemnizações relativas a sinistros” inclui, essencialmente, uma indemnização de seguro, na sequência de um incidente que ocorreu na turbina de cogeração da unidade produtiva da Celbi (Nota 16).

33. OUTROS GASTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era composta como se segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Impostos diretos e taxas	2 488 915	1 832 621
Perdas em instrumentos derivados (Nota 27)	1 784 998	14 707 972
Donativos	167 443	124 966
Dívidas incobráveis	165 784	—
Outros	771 231	739 403
	5 378 371	17 404 962

34. RESULTADOS FINANCEIROS

Os gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Gastos financeiros:		
Juros suportados (Nota 20)	18 029 404	26 070 353
Gastos com juros relacionados com passivos da locação (Nota 8.2)	3 519 888	2 995 845
Diferenças de câmbio desfavoráveis	17 448 425	5 624 157
Perdas em instrumentos derivados (Nota 27)	1 727 516	3 533 867
Outros gastos e perdas financeiras	2 298 999	2 354 616
	43 024 232	40 578 838
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	3 663 701	6 597 819
Diferenças de câmbio favoráveis	6 552 962	10 933 882
Ganhos em instrumentos derivados (Nota 27)	8 653 799	3 144 396
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1 847	708
	18 872 309	20 676 805

As rubricas “Ganhos em instrumentos derivados” e “Perdas em instrumentos derivados” correspondem a ganhos e perdas, respetivamente, em instrumentos derivados resultantes de juros corridos e do vencimento ou liquidação de instrumentos derivados e a variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados associados a negociação da taxa de câmbio (Nota 27).

A rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” inclui, entre outros, despesas incorridas com a montagem de empréstimos, que se encontram a ser reconhecidas como custo ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 20).

35. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Equivalência patrimonial (Nota 4.2):		
Operfoz	18 328	23 674
	18 328	23 674

36. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composta como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	32 644 274	48 679 635
Ativo sob direito de uso (Nota 8.1)	12 899 172	11 749 122
Ativos intangíveis (Nota 10)	143 616	230 382
Propriedades de investimento	708	532
	45 687 770	60 659 671

37. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	31.12.2025	31.12.2024
Número de ações para efeito de cálculo do resultado líquido básico e diluído	205 131 672	205 131 672
Resultado para efeito do cálculo do resultado por ação	21 377 386	107 204 025
Resultado por ação		
Básico	0,10	0,52
Diluído	0,10	0,52

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

38. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração do Grupo Altri considera existir um único segmento de negócio relatável, nomeadamente, a produção e comercialização de fibras celulósicas, sendo que a informação de gestão é também preparada e analisada nesta base.

Geograficamente, a repartição das vendas e prestações de serviços do Grupo por mercado é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Mercado interno	174 643 852	182 357 907
Mercado externo	501 647 947	655 540 474
	676 291 799	837 898 381

39. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 828 e 810, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Custos com o pessoal” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	39 229 500	41 831 184
Encargos sobre remunerações	7 994 573	7 522 793
Indemnizações	157 532	402 190
Seguros	1 253 809	1 240 725
Custos com pensões	480 767	256 713
Outros	2 964 274	3 236 080
	52 080 455	54 489 685

40. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecimento de serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Energia	34 728 888	33 891 200
Transportes de mercadorias	44 876 738	49 177 002
Serviços especializados	22 380 082	20 282 223
Combustíveis	17 577 426	16 709 532
Custos com atividade florestal	31 371 336	29 821 428
Conservação e reparação	21 689 300	20 577 114
Rendas e alugueres	2 517 081	3 771 021
Seguros	5 404 016	5 338 040
Subcontratos	6 387 404	5 530 007
Outros	22 420 062	20 725 377
	209 352 333	205 822 944

A variação na rubrica “Transportes de mercadorias” acompanhou a evolução da atividade operacional, que se verificou no último ano.

Relativamente às restantes rubricas, registou-se uma evolução estável dos custos, com ligeiros aumentos ao longo do ano, refletindo o contexto de inflação moderada e em desaceleração.

41. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários suportados pelo Grupo Altri relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. em 2025 e 2024 ascenderam a 318.775 Euros e 238.500 Euros, respetivamente. Referem-se, essencialmente, a serviços de auditoria e revisão legal das contas, e incluem 62.805 Euros em 2025 e 48.000 Euros em 2024, relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO DE
FISCAL

42. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que respeita ao exercício de 2024, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 97.783.306 Euros tivesse a seguinte aplicação:

Dividendos	61 539 501,60 Euros
Reservas livres	36 243 804,40 Euros

A distribuição de lucros do exercício e reservas ora proposta implicou o pagamento de um dividendo bruto de 0,30 Euros por ação.

No que respeita ao exercício de 2025, o Conselho de Administração propõe, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 34.067.959 Euros seja integralmente distribuído como dividendos. Adicionalmente, propõe distribuir como dividendos um montante adicional de reservas no montante de 17.214.959 Euros, o que corresponde a uma distribuição total de dividendos de:

Dividendos	51 282 918 Euros

A distribuição de lucros do exercício e reservas ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o primeiro trimestre de 2026, Portugal foi atingido por várias tempestades, tendo a tempestade Kristin sido a mais destrutiva. Estas tempestades atingiram com maior severidade o centro do País, com impacto nas infraestruturas públicas, incluindo as redes rodoviária e ferroviária, assim como nas unidades industriais do Grupo Altri. Além de danos patrimoniais e perdas de inventário, maioritariamente cobertos pelas apólices de seguro ativas, acresceram paragens, necessárias para restabelecer o normal funcionamento operacional, e impactos nos processos logísticos. Em março, praticamente todo o funcionamento operacional foi retomado, mas as restrições sentidas durante as semanas das intempéries contribuíram para custos logísticos acrescidos, menor nível de produção e maiores consumos de energia.

No primeiro trimestre de 2026, surgiu ainda o conflito entre o Irão, os Estados Unidos da América e Israel, que desencadeou uma vaga de instabilidade no Médio Oriente. Para além da terrível devastação causada com a perda de vidas e da acrescida instabilidade política e social, este contexto geopolítico tem potencial para influenciar os mercados energéticos, as cadeias de abastecimento e, de forma mais ampla, as condições macroeconómicas globais, devendo contribuir para um agravamento das condicionantes logísticas e inflação generalizada dos fatores produtivos e de alguns custos variáveis.

No início de 2026, foi ainda iniciado o procedimento de arquivo do projeto Gama como projeto industrial estratégico, pela Xunta de Galicia, após a decisão da administração central de excluir o projeto Gama da planificação elétrica até 2030. O Grupo Altri tem dado passos para garantir uma conexão elétrica alternativa, independente da planificação futura da Rede Elétrica Espanhola e encontra-se a preparar as alegações que considere oportunas em resposta à comunicação da Xunta de Galicia. O Grupo continua empenhado na avaliação de uma nova unidade industrial para a produção de fibras têxteis sustentáveis na Galiza. Neste momento, o projeto encontra-se a aguardar uma decisão sobre a tramitação da licença ambiental integrada e o Grupo reafirma a sua intenção de tomar uma decisão final de investimento assim que todas as condições estiverem reunidas.

De 31 de dezembro de 2025 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do Grupo Altri e do conjunto das empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas incluídas na consolidação.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

José Armindo Farinha Soares de Pina

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

Vítor Miguel Martins Jorge da Silva

Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira

João Carlos Ribeiro Pereira

Sofia Isabel Henriques Reis Jorge

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

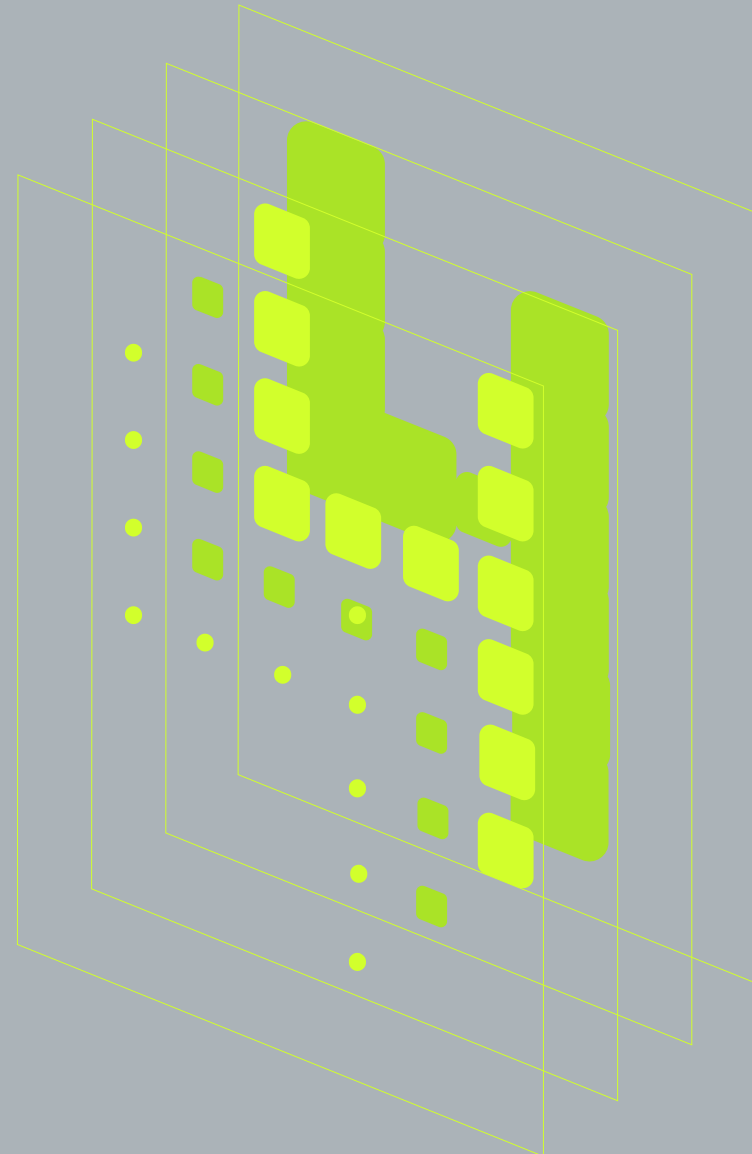
5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Demonstrações Financeiras Separadas e Notas Anexas



Demonstrações da Posição
Financeira em 31 de dezembro de
2025 e 2024

572

Demonstrações dos Resultados por
Naturezas para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

573

Demonstrações do Rendimento
Integral para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024

574

Demonstrações das Alterações no
Capital Próprio para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025
e 2024

575

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2025 e 2024

576

Notas Anexas às Demonstrações
Financeiras

577

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	7	39 098	6 691 284
Ativo sob direito de uso	8.1	117 223	227 636
Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	4	200 279 495	148 063 546
Ativos por impostos diferidos	5	225 901	236 968
Total de ativos não correntes		200 661 717	155 219 434
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	21	2 484 600	127 995
Outras dívidas de terceiros	11	36 080 831	107 964 737
Imposto sobre o rendimento	10	17 240 082	—
Outros ativos correntes	12	9 014 298	3 604 231
Outros ativos financeiros	21	11 087 750	11 087 750
Instrumentos financeiros derivados	17	—	1 259 967
Caixa e equivalentes de caixa	9	66 840 171	49 942 634
Total de ativos correntes		142 747 732	173 987 314
Total do ativo		343 409 449	329 206 748
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	13	5 128 292	5 128 292
Outras reservas	13	58 305 139	22 205 723
Resultado líquido do exercício		34 067 959	97 783 306
Total do capital próprio		123 142 849	150 758 780
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Outros empréstimos	14	179 652 762	79 742 546
Passivo da locação	8.2	49 924	119 725
Passivos por impostos diferidos	5	—	39 546
Instrumentos financeiros derivados	17	—	1 715
Total de passivos não correntes		179 702 686	79 903 532
PASSIVO CORRENTE:			
Outros empréstimos	14	1 595 282	51 698 113
Passivo da locação	8.2	68 929	109 988
Fornecedores		75 288	56 503
Outras dívidas a terceiros	15	25 113 253	17 420 422
Imposto sobre o rendimento	10	925 284	26 850 005
Outros passivos correntes	16	11 308 868	2 409 405
Instrumentos financeiros derivados	17	1 477 010	—
Total de passivos correntes		40 563 914	98 544 436
Total do Passivo		220 266 600	178 447 968
Total do passivo e capital próprio		343 409 449	329 206 748

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras separadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ALTRI, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Prestação de serviços	21	15 610 000	19 440 000
Outros rendimentos	18	695 264	—
Fornecimento e serviços externos	23	(2 566 488)	(1 210 265)
Gastos com pessoal	22	(4 136 341)	(5 205 317)
Amortizações e depreciações	7 e 8.1	(120 001)	(284 397)
Outros gastos		(262 248)	(165 448)
Resultados relativos a investimentos	19	30 000 000	92 000 000
Gastos financeiros	20	(6 269 173)	(7 231 936)
Rendimentos financeiros	20	1 321 107	2 594 703
Resultado antes de impostos		34 272 120	99 937 340
Impostos sobre o rendimento	5	(204 161)	(2 154 034)
Resultado líquido do exercício		34 067 959	97 783 306

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras separadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício		34 067 959	97 783 306
Outro rendimento integral:			
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido			
Varição no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	17	(183 934)	(422 251)
Varição no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - efeito imposto	5	39 546	96 616
		(144 388)	(325 635)
Outro rendimento integral do exercício		(144 388)	(325 635)
Total do rendimento integral do exercício		33 923 571	97 457 671

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras separadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALTRI, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2024	13	25 641 459	5 128 292	52 482 320	21 331 956	104 584 027
Aplicação do resultado de 2023		—	—	21 331 956	(21 331 956)	—
Distribuição de dividendos		—	—	(51 282 918)	—	(51 282 918)
Total do rendimento integral do exercício		—	—	(325 635)	97 783 306	97 457 671
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13	25 641 459	5 128 292	22 205 723	97 783 306	150 758 780
Saldo em 1 de janeiro de 2025	13	25 641 459	5 128 292	22 205 723	97 783 306	150 758 780
Aplicação do resultado de 2024	24	—	—	97 783 306	(97 783 306)	—
Distribuição de dividendos	24	—	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)
Total do rendimento integral do exercício		—	—	(144 388)	34 067 959	33 923 571
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13	25 641 459	5 128 292	58 305 139	34 067 959	123 142 849

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras separadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		18 662 433	22 685 137
Pagamentos a fornecedores		(3 599 403)	(1 397 883)
Pagamentos ao pessoal		(1 624 594)	(2 389 920)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(5 431 068)	(2 319 831)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		(14 766 832)	31 448 176
Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)		(6 759 464)	48 025 679
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos	11 e 21	83 000 000	27 000 000
Outros ativos financeiros	21	—	8 501 000
Ativos fixos tangíveis	7	7 301 125	—
Juros e proveitos similares		904 190	1 583 633
Pagamentos relativos a:			
Investimentos financeiros	4 e 9	(43 652 191)	—
Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)		47 553 124	37 084 633
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	315 000 000	—
Outras operações de financiamento		666 459	729 357
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(6 174 365)	(7 699 227)
Passivo da locação	8.2	(135 486)	(163 086)
Dividendos	24	(61 539 502)	(51 282 918)
Empréstimos obtidos	14	(265 000 000)	(30 000 000)
Outras operações de financiamento	21	(6 663 758)	(82 604)
Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)		(23 846 652)	(88 498 478)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9	49 942 634	53 314 526
Variações cambiais		(49 471)	16 274
Variação de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		16 947 008	(3 388 166)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	9	66 840 171	49 942 634

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras separadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. (“Altri” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1 de fevereiro de 2005, com sede na Rua Manuel Pinto Azevedo, 818, no Porto e que tem como atividade principal a gestão de participações sociais (Nota 4), sendo as suas ações cotadas na *Euronext Lisbon*.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais essencialmente na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas designado por Grupo Altri. A atividade atual do Grupo Altri centra-se na produção de fibras celulósicas de eucalipto através de três unidades produtivas.

As demonstrações financeiras da Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 9 de abril de 2026. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa da Empresa e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

As políticas contabilísticas materiais adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”) em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2025. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (“IFRS - IC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa no pressuposto da continuidade das operações. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, os quais foram mensurados ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.3.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, a Empresa considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

1

RELATÓRIO DE
GESTÃO

2

RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	1-jan-25	Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período. A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução. Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento. A adoção antecipada é permitida, contudo deverão ser divulgados os requisitos de transição aplicados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1-jan-26	Estas alterações resultam essencialmente do projeto de revisão da <i>IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Post Implementation Review – PIR IFRS 9)</i> e clarificam os seguintes aspetos relativos a instrumentos financeiros: • Esclarece que um passivo financeiro é desreconhecido na “data de liquidação”, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada, cancelada, expira ou o passivo de outra forma se qualifica para desreconhecimento. No entanto, é introduzida a possibilidade de uma entidade optar por adotar uma política contabilística que permita desreconhecer um passivo financeiro que seja liquidado através de um sistema de pagamentos eletrónico, antes da data de liquidação, desde que verificado o cumprimento de determinadas condições. • Esclarece de que forma uma entidade deve avaliar as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluem variáveis relativas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) e outras características contingentes semelhantes. • Requer divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros sujeitos a um evento contingente (incluindo variáveis ESG) e instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outro rendimento integral. A adoção antecipada é permitida. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Contudo, uma entidade não é obrigada a reexpressar o período comparativo, sendo os potenciais impactos da aplicação desta alteração reconhecidos em resultados transitados no exercício em que a alteração é aplicável.

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis	1-jan-26	As alterações referem-se especificamente a acordos de compra de energia renovável cuja fonte de produção é dependente da natureza, de modo que o fornecimento não pode ser garantido em horários ou volumes específicos. Neste sentido, estas alterações vêm clarificar a aplicação dos requisitos de "uso próprio" em acordos de compra de energia, bem como o facto de ser permitido aplicar contabilidade de cobertura quando esses contratos sejam usados como instrumentos de cobertura. As alterações têm aplicação antecipada permitida, exceto quanto às orientações relativas à contabilidade de cobertura que deverá ser aplicada prospectivamente a novos relacionamentos de cobertura, assim designados em ou após a data de aplicação inicial.
Melhorias anuais às IFRS (Volume 11)	1-jan-26	Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional, através de pequenas alterações consideradas não urgentes. As principais alterações incluídas neste volume referem-se: • IFRS 1 (<i>Contabilidade de cobertura na adoção pela primeira vez das normas IFRS</i>): Esta alteração visa a atualização das referências cruzadas nos parágrafos B5 e B6 da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para os critérios elegibilidade da contabilidade de cobertura na IFRS 9 para os parágrafos 6.4.1(a), (b) e (c). • IFRS 7 (<i>Ganho ou perda no desreconhecimento</i>): Esta alteração visa atualizar a linguagem relativa aos dados de mercado não observáveis incluídos no parágrafo B38 da IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como adicionar referências para os parágrafos 72 e 73 da IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor. • IFRS 7 (<i>Orientações de implementação</i>): Diversos parágrafos relativos às orientações de implementação da IFRS 7 foram alterados por razões de consistência e clareza. • IFRS 9 (<i>Desreconhecimento de passivos de locação</i>): Esta alteração vem clarificar que quando um passivo financeiro é extinto de acordo com a IFRS 9, o locatário deverá aplicar o parágrafo 3.3.3 da IFRS 9 e reconhecer o ganho ou perda que resulte desse desreconhecimento. • IFRS 9 (<i>Preço da transação</i>): Com esta alteração a referência ao "preço da transação" no parágrafo 5.1.3 da IFRS 9 é substituída por "montante determinado pela aplicação da IFRS 15". • IFRS 10 (<i>Determinação de agente 'de facto'</i>): Alteração efetuada ao parágrafo B74 da IFRS 10, a qual vem clarificar que a relação descrita nesse parágrafo é apenas um exemplo de várias possíveis entre o investidor e outras partes atuando como agentes de facto. O objetivo desta alteração é remover a inconsistência com o requisito do parágrafo B73 segundo o qual uma entidade deve utilizar o seu julgamento na avaliação de outras partes possam atuar como agentes 'de facto'. • IAS 7 (<i>Método do custo</i>): Substituição do termo "método do custo" por "ao custo" no parágrafo 37 da IAS 7 após a eliminação da definição de "método do custo". As alterações têm aplicação antecipada permitida.
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	1-jan-27	A IFRS 18 vem substituir a IAS 1 <i>Apresentação de Demonstrações Financeiras</i> e surge em resposta às solicitações dos investidores que procuram informação relativa à performance financeira. Com a introdução dos novos requisitos da IFRS 18, os investidores terão acesso a informação mais transparente e comparável sobre o desempenho financeiro das empresas, tendo como objetivo assim melhores decisões de investimento. A IFRS 18 introduz essencialmente três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro: • Comparabilidade da demonstração dos resultados: A IFRS 18 introduz três categorias definidas para rendimentos e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtotais definidos, incluindo o resultado operacional. A nova estrutura e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para a análise do desempenho das empresas facilitando a sua comparação. • Transparência das medidas de desempenho definidas pela Gestão: A IFRS 18 vem exigir que se divulguem informações adicionais sobre os indicadores específicos de performance da empresa relacionados com a demonstração dos resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Gestão. • Agregação e desagregação de itens nas demonstrações financeiras: A IFRS 18 estabelece orientações sobre o modo como os itens da demonstração dos resultados devem ser agregados. A aplicação da IFRS 18 é retrospectiva e é permitida a adoção antecipada desde que a opção seja divulgada.

Estas normas e emendas, apesar de aprovada ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. A Empresa encontra-se a avaliar os impactos da adoção da IFRS 18, sendo esperados impactos na estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, em particular, na demonstração dos resultados e nas divulgações incluídas nas notas anexas. Não se estima que da futura adoção das restantes normas e emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

(iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Normas / Emendas	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	1-jan-27	A IFRS 19 permite às entidades elegíveis a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das normas IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário. A aplicação da IFRS 19 é opcional e a aplicação antecipada é permitida. As entidades que adotarem antecipadamente devem divulgar e alinhar as divulgações no período comparativo com as do período atual.
Alterações à IAS 21 – Conversão para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária	1-jan-27	Estas alterações visam clarificar o método de conversão de demonstrações financeiras de uma moeda não hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária. As alterações são relevantes apenas para entidades cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária e cuja própria moeda funcional, ou a das suas operações estrangeiras, seja a de uma economia não hiperinflacionária. Genericamente, as alterações exigem que todos os montantes (incluindo comparativos) sejam traduzidos de uma moeda funcional que seja a de uma economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação que seja a de uma economia hiperinflacionária, utilizando a taxa de fecho na data da demonstração da posição financeira mais recente. As alterações têm aplicação antecipada permitida.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB, mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

2.2 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração utilizados pela Empresa na preparação das suas demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente, os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à sua preparação, para o seu uso pretendido.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As despesas internas associadas à manutenção e ao desenvolvimento de software são registadas como gastos na demonstração dos resultados quando incorridas, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, os gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos).

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao seguinte período de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de serem utilizados.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábilístico na data de alienação ou abate, sendo registradas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Direitos de uso

A Empresa avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Empresa como locatário

A Empresa aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. A Empresa reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), a Empresa reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação, ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para a Empresa no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas rendo em conta a vida útil estimada do ativo.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, a Empresa reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pela Empresa com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício da Empresa.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no período em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, a Empresa usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contém uma opção de compra). A Empresa aplica, igualmente, a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixem de existir, são objeto de reversão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

e) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão

disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a Empresa: (i) tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração a essa data.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

g) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Altri tem controlo, ou seja, detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consigam influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pela Empresa).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL

Os empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Associadas correspondem a entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, isto é, sobre as quais a Empresa tem o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras da investida, mas não correspondendo esse poder a controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas.

A Altri realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não seja recuperável.

A análise de imparidade é efetuada com base na avaliação das participações financeiras, por recurso ao método “*discounted cash-flow*”, tendo como base as projeções financeiras de cash-flow a cinco anos de cada, e a perpetuidade a partir do quinto ano, deduzido do justo valor dos passivos das entidades.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica “Resultados relativos a investimentos”.

h) Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Altri quando esta se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração dos resultados.

(ii) Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Altri e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Classificação de ativos financeiros

1. Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- ▶ o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- ▶ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos), durante a vida esperada do instrumento, na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente ao justo valor através de outro rendimento integral:

- ▶ o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- ▶ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

2. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) ao justo valor através de outro rendimento integral quando estes satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 – "Instrumentos financeiros: Apresentação" e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ▶ for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- ▶ no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- ▶ for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, os ganhos ou perdas acumulados gerados com estes instrumentos financeiros não são reclassificados para a demonstração dos resultados, mas sim transferidos somente para a rubrica de “Resultados transitados”.

3. Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

A Altri reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Empresa nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (*expected credit losses*) daqueles ativos financeiros. O montante de perdas esperadas é atualizado em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, a Altri reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros (*lifetime*). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade da Altri, afetada por fatores prospetivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e perspetivadas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real da Altri a esse *default*. A Altri considera 60 dias após a data de vencimento como *default*.

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. A perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Empresa em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

A Altri reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

Fruto da rigorosa política de controlo de crédito da Altri os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

A Altri avalia as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- ▶ Estratificação dos clientes por tipo de crédito associado;
- ▶ Análise do histórico de incobráveis e *default* para as subpopulações identificadas;
- ▶ Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito;
- ▶ Para os saldos não cobertos por seguro de crédito, apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- ▶ Ajustamento das taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- ▶ Aplicação das taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Altri, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Altri aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Altri desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Altri continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Altri também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Altri reteve. Se a Altri retiver substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, a Altri continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração dos resultados.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Resultados transitados” incluída na rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

(iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pela Altri instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que a Altri detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- ▶ o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- ▶ o passivo for devido para negociação; ou
- ▶ o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como devido para negociação se:

- ▶ for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- ▶ no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- ▶ for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se estiverem afetados a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos), durante a vida esperada do passivo financeiro, na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração da Empresa utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a passivo da locação, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Empresa desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações da Empresa são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração dos resultados.

Quando a Empresa troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, a Empresa contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Instrumentos derivados

A Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa, definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos, de taxa de câmbio, de cobertura do preço da pasta, bem como de cobertura do preço da energia.

A cobertura do risco é efetuada para a sua totalidade, não havendo lugar à cobertura de componentes de risco e não se encontrando definido um valor de cobertura objetivo para os referidos riscos.

A Empresa designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação, a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, a Empresa procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards* cambiais.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são, essencialmente, valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

No caso de instrumentos de cobertura de taxa de juro variável, os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são, em tudo, idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

No caso de instrumentos de cobertura da exposição de taxa de câmbio, a Empresa contrata para cobrir transações altamente prováveis e para uma pequena parcela do total esperado, pelo que se entende, igualmente, como altamente eficazes as estratégias de cobertura.

No caso de instrumentos de cobertura do preço da pasta os índices de preços aos quais estão indexados os contratos de futuros de cobertura do preço da pasta são os mais utilizados pelas subsidiárias do Grupo como referencial do preço de venda da sua pasta, razão pela qual se entende que desempenham também uma cobertura perfeita de transações altamente prováveis e que se esperam que venham a ocorrer em quantidades superiores às contratadas.

No caso de instrumentos de cobertura de preço de energia, a Empresa contrata para cobrir transações altamente prováveis e para uma parcela do total esperado de transações de compras e/ou vendas de energia, pelo que igualmente se entende as estratégias de cobertura como altamente eficazes.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor.

Desde que o derivado de cobertura de fluxo de caixa satisfaça os critérios de elegibilidade, a relação de cobertura deve ser contabilizada como se segue:

1. a componente separada do capital próprio associada ao item coberto (reserva de cobertura de fluxos de caixa) é ajustada para o menor dos seguintes valores (em quantias absolutas):
 - a. o ganho ou perda acumulado no instrumento de cobertura desde o início da cobertura, e
 - b. a alteração acumulada no justo valor (valor presente) do item coberto (i.e. o valor presente da alteração acumulada nos fluxos de caixa futuros esperados cobertos) desde o início da cobertura
2. a parte do ganho ou perda no instrumento de cobertura que se determine constituir uma cobertura eficaz deve ser reconhecida em outro rendimento integral.
3. qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de cobertura constitui uma ineficácia na cobertura e é reconhecida na demonstração dos resultados.

As quantias reconhecidas na reserva de cobertura de fluxos de caixa são subsequentemente reconhecidas na demonstração dos resultados no mesmo período ou períodos em que o item coberto afeta a demonstração dos resultados de acordo com a natureza da transação subjacente. Caso estes sejam de natureza operacional são reconhecidos nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”. Caso sejam de natureza financeira são reconhecidos nas rubricas “Rendimentos financeiros” ou “Gastos financeiros”. Se uma transação prevista coberta resultar subsequentemente no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, os ganhos e perdas acumulados no capital próprio são retirados da reserva de cobertura de fluxos de caixa e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo ou passivo.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, nomeadamente, quando o instrumento se vence ou é vendido, ou quando a transação futura deixa de ser altamente provável. As diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para

resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas correspondentes rubricas da demonstração dos resultados.

No caso de coberturas de transações futuras altamente prováveis, a quantia acumulada em Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa cobertos ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento, e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizados registados na demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

i) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

j) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera a tributação diferida.

A Empresa é tributada segundo o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), de acordo com o artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo a Altri SGPS, S.A. a sociedade dominante do Grupo fiscal.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em subsidiárias e associadas por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica.

k) Rédito

A Altri reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de cinco passos abaixo:

1. identificação do contrato com um cliente;
2. identificação das obrigações;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação a obrigações de performance; e
5. reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o rédito da Altri refere-se integralmente a serviços corporativos prestados às subsidiárias do Grupo, sendo os mesmos faturados mensalmente sendo a fatura emitida no final do mês, pelos serviços prestados nesse mês.

O rédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos serviços vendidos em linha com a tipologia de negócio identificada. O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de performance satisfeita. O preço da transação é uma componente fixa.

A Empresa considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se tratem de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

l) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis em menos de três meses ou que possam ser imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade

operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

p) Ativos detidos para venda ou distribuição e operações em descontinuação

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou distribuição, ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.

Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda ou distribuição imediata nas atuais condições, para além de que a Empresa se tenha comprometido na sua venda ou distribuição.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda ou distribuição e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda ou distribuição, e:

- (i) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou



(iii) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada.

Os saldos entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados no processo de consolidação. As transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminadas na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pela Empresa.

Distribuição de Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas

Quando a Empresa delibera uma distribuição de dividendos em espécie e tem uma obrigação de distribuir o dividendo em questão aos seus acionistas, deve reconhecer um passivo pelo dividendo a pagar.

O passivo relacionado com a responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecido quando o dividendo estiver devidamente aprovado e já não estiver sujeito ao critério da Empresa, o que corresponde à data em que a proposta do dividendo é aprovada em Assembleia Geral.

A Empresa deve mensurar o passivo relacionado com a responsabilidade pela distribuição de dividendos em espécie aos acionistas pelo justo valor a ser distribuído.

Quando a Empresa liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer em resultados qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos ativos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar. A referida diferença é apresentada na demonstração dos resultados na rubrica “Resultado depois de impostos das operações descontinuadas”.

Caso a distribuição dos ativos líquidos resulte em perda de controlo, a Empresa desreconhece o grupo de ativos da subsidiária e outros Montantes

reconhecidos em outro rendimento integral e acumulado em Capital próprio relacionados com o grupo de ativos. Na eventualidade de a Empresa manter qualquer participação na anterior subsidiária, tal participação será mensurada ao justo valor na data de perda de controlo.

2.3 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Testes de imparidade de investimentos financeiros

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste sentido, a Empresa, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

b) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração da Empresa reconhece competência e objetividade às contrapartes.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas não tendo igualmente sido corrigidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa encontra-se exposta a (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco é o de reduzir estes riscos até um nível considerado aceitável.

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, sendo a sua implementação e acompanhamento supervisionados pelos administradores e diretores.

a) Risco de mercado

O atual ambiente macroeconómico, pautado pelos riscos geopolíticos e incertezas relativamente à sua evolução futura, em resultado da combinação de vários efeitos, nomeadamente, os atuais conflitos armados, coloca desafios significativos às empresas e às suas operações.

O Conselho de Administração encontra-se a monitorizar os impactos da atual envolvente macroeconómica na cadeia de operações da Altri, garantindo que são aplicadas medidas mitigatórias que permitam minimizar, sempre que possível, os efeitos negativos e a incerteza que ameaça a estabilidade económica mundial.

Adicionalmente, a Altri, quando entende necessário, utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

Para a Altri, no âmbito da gestão de risco de mercado, reveste-se de particular importância o risco de taxa de juro.

(i) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre, essencialmente, dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pela Empresa na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a sensibilidade da Empresa a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos um ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros, pode ser analisada como segue, não considerando o efeito de cobertura dos instrumentos financeiros derivados (Nota 17) e os financiamentos a taxa fixa.

	31.12.2025	31.12.2024
Juros suportados (Nota 20)	5 778 443	6 928 897
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	1 800 000	1 300 000
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(1 800 000)	(1 300 000)

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data de final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final do exercício.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento das contrapartes.

A Altri é uma sociedade gestora de participações sociais, não tendo qualquer atividade comercial para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços corporativos às suas subsidiárias. Como tal, numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso

normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias (quando aplicável).

Considera-se que os saldos de empréstimos concedidos, quando aplicável, têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Altri cumpre os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de *rating* e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora;
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados.

Tendo em conta as políticas acima, o Conselho de Administração da Altri não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Empresa.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

c) Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos assumidos com terceiros no prazo estipulado.

A Empresa define como política ativa (i) manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento, (ii) limitar a probabilidade de incumprimento no reembolso de todas as suas aplicações e empréstimos negociando a amplitude das cláusulas contratuais e (iii) minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Procura ainda compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

4. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos” era constituída pelas seguintes participações financeiras:

Empresa	Percentagem de detenção		Demonstração da Posição Financeira	
	2025	2024	31.12.2025	31.12.2024
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	100,00%	100,00%	142 168 546	142 168 546
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	100,00%	100,00%	2 050 000	2 050 000
Pulpchem Logistics, A.C.E.	50,00%	50,00%	—	—
Biogama, S.A.	90,00%	90,00%	2 745 000	1 845 000
Altri Abastecimento de Biomassa, S.A.	100,00%	100,00%	2 000 000	2 000 000
Altri Forestal, S.L. ^{(a) (b)}	100,00%	—%	11 426 000	—
Altri Forestal Logistics, S.L. ^{(a) (c)}	100,00%	—%	4 384 000	—
AeoniQ Holding AG ^{(d) (e)}	58,68%	—%	35 505 949	—
			200 279 495	148 063 546

^(a) Sociedade adquirida no segundo trimestre de 2025

^(b) Anteriormente designada por Greenalia Forest, S.L.

^(c) Anteriormente designada por Greenalia Logistics, S.L.

^(d) Sociedade adquirida no terceiro trimestre de 2025

^(e) Anteriormente designada por HeiQ AeoniQ Holding AG

Aquisição de 100% das subsidiárias Altri Forestal e Altri Forestal Logistics

A Altri SGPS concretizou a aquisição de 100% das empresas Altri Forestal e Altri Forestal Logistics no dia 13 de maio de 2025. O valor de aquisição, àquela data, ascendeu a cerca de 15,8 milhões de Euros.

A concretização da aquisição da Altri Forestal, uma das principais empresas do setor florestal galego, e da Altri Forestal Logistics (anteriormente designadas por Greenalia Forest e Greenalia Logistics, respetivamente) representou um importante passo estratégico na consolidação da presença do Grupo Altri na Galiza. Com esta aquisição, a Altri reafirma ainda o seu compromisso com a comunidade local e com os seus parceiros. O Grupo continuará a colaborar com fornecedores locais que adotem as melhores práticas de gestão florestal, promovendo a criação de emprego e impulsionando o aumento da produtividade florestal atual na Galiza, bem



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

como o desenvolvimento económico e social da comunidade autónoma. Esta aquisição irá reforçar as atuais fontes de fornecimento de madeira do Grupo, para o processo de produção de fibras celulósicas.

Aquisição de 58,68% da subsidiária AeonIQ Holding AG

No dia 21 de julho de 2025, a Altri concretizou a aquisição de 58,68% da AeonIQ Holding AG, dando um passo decisivo para a entrada no setor dos têxteis sustentáveis. A AeonIQ Holding AG detém uma participação de 100% no capital da AeonIQ GmbH e uma participação de 100% no capital da AeonIQ Portugal. O investimento da Altri permitirá desenvolver a primeira unidade industrial AeonIQ™ nas instalações da Caima, em Portugal, e reforça a visão estratégica do Grupo Altri de diversificação para aplicações celulósicas de alto valor acrescentado e baixo impacto ambiental.

Para além de diversificar as suas operações, a aquisição da AeonIQ™ está alinhada com a estratégia da Altri de aumentar a sua presença no setor das fibras têxteis sustentáveis e contribuir para a construção de um mundo mais renovável.

A aquisição incluiu a compra de uma participação inicial de 30% à HeiQ Materials AG pelo montante de 10.501.650 Euros, tendo sido posteriormente efetuada a subscrição de novas ações através de um aumento de capital no valor de 25.004.299 Euros, passando a Altri a deter 58,68% da AeonIQ Holding AG.

A Altri preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, as quais apresentam os principais dados financeiros seguintes:

	31.12.2025	31.12.2024
Total do ativo líquido consolidado	1 344 437 901	1 322 395 943
Total do capital próprio consolidado	433 453 732	459 153 799
Resultado consolidado do exercício	20 566 072	106 500 521

Os testes de imparidade efetuados pela Altri sobre as suas participações financeiras nas contas individuais permitiram verificar a inexistência de imparidade. No caso da Altri SL, os testes de imparidade foram efetuados com base num conjunto diverso de informação sobre as suas empresas subsidiárias, nomeadamente, estimativas dos fluxos de caixa descontados. As avaliações foram efetuadas com base nos desempenhos históricos e nas estimativas dos fluxos de caixa descontados, tendo por base planos de negócios a cinco anos (uma vez que é entendimento do Conselho de Administração ser este o período mais adequado face à natureza cíclica das respetivas operações do Grupo), tendo sido considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das subsidiárias da Altri SL com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	6,75%	6,45%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%

A taxa de desconto líquida de imposto (pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 6,75% (6,45% em 31 de dezembro de 2024), a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de juro sem risco	2,86%	2,36%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,23%	4,33%
Prémio de risco da dívida	3,50%	3,50%

Da análise efetuada, a Empresa concluiu pela existência de uma margem confortável face ao ponto a partir do qual os investimentos estariam em risco de imparidade.

1	RELATÓRIO DE GESTÃO
2	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS
4	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
6	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

5. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), sendo a Altri a sociedade dominante do Grupo fiscal, o qual, em 31 de dezembro de 2025, era constituído pelas seguintes entidades:

- Altri Florestal, S.A.;
- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.;
- Caima, S.A.;
- Captaraíz Unipessoal, Lda.;
- Biotek, S.A.;
- Celbi, S.A.;
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.;
- Soc. Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.;
- Florestsul, S.A.;
- Biogama, S.A.;
- Altri Abastecimento de Biomassa, S.A..

Cada uma das sociedades tributadas segundo o RETGS, regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do Grupo (Notas 11 e 15). Nos casos em que as subsidiárias contribuem com prejuízos, é registado, nas demonstrações financeiras

individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime (Nota 21). Caso sejam registados ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais gerados, o montante fica registado na subsidiária como uma conta a receber da empresa-mãe do consolidado fiscal.

De acordo com o Orçamento de Estado para 2026 (Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro), em Portugal, as taxas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas foram reduzidas em 1 p.p. para 2026, passando a taxa geral de 20% para 19% em 2026. A taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas foi ainda reduzida em 1 p.p. em cada um dos próximos dois anos, passando para 18% em 2027 e para 17% em 2028. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa base de imposto sobre o rendimento em vigor foi de 20% e 21%, respetivamente. A Empresa está igualmente sujeita a derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a derrama estadual corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes de imposto	34 272 120	99 937 340
Taxa de imposto	21,5%	22,5%
	7 368 506	22 485 902
Dividendos não tributáveis	(6 450 000)	(20 700 000)
Tributações autónomas	73 216	243 459
Derrama estadual	55 012	194 031
Benefícios fiscais	(636 529)	(225 655)
Outros	(206 044)	156 296
	204 161	2 154 034

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Os ativos por impostos diferidos foram registrados, na medida em que é expectativa do Conselho de Administração que, tal como nos últimos exercícios, o RETGS, venha a gerar lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperabilidade.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	236 968	(39 546)	375 555	(136 162)
Efeitos na demonstração de resultados:				
Outros	(11 067)	—	(138 587)	—
Efeitos em capitais próprios:				
Justo valor de instrumentos derivados	—	39 546	—	96 616
Saldo final	225 901	—	236 968	(39 546)

6. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.2 h), foram classificados como segue:

Ativos financeiros:

31 de dezembro de 2025	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Total
Ativos correntes			
Clientes	2 484 600	—	2 484 600
Outras dívidas de terceiros	35 795 859	—	35 795 859
Outros ativos correntes	9 014 298	—	9 014 298
Outros ativos financeiros	11 087 750	—	11 087 750
Caixa e equivalentes de caixa	66 840 171	—	66 840 171
	125 222 678	—	125 222 678
	125 222 678	—	125 222 678

31 de dezembro de 2024	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Total
Ativos correntes			
Clientes	127 995	—	127 995
Outras dívidas de terceiros	107 960 895	—	107 960 895
Outros ativos correntes	3 559 834	—	3 559 834
Outros ativos financeiros	11 087 750	—	11 087 750
Instrumentos financeiros derivados	—	1 259 967	1 259 967
Caixa e equivalentes de caixa	49 942 634	—	49 942 634
	172 679 108	1 259 967	173 939 075
	172 679 108	1 259 967	173 939 075

Passivos financeiros:

31 de dezembro de 2025	Passivos registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Total
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	179 652 762	—	179 652 762
Passivos da locação	49 924	—	49 924
	179 702 686	—	179 702 686
Passivos correntes			
Outros empréstimos	1 595 282	—	1 595 282
Passivos da locação	68 929	—	68 929
Fornecedores	75 288	—	75 288
Outras dívidas a terceiros	25 067 670	—	25 067 670
Outros passivos correntes	11 308 868	—	11 308 868
Instrumentos financeiros derivados	—	1 477 010	1 477 010
	38 116 037	1 477 010	39 593 047
	217 818 723	1 477 010	219 295 733

31 de dezembro de 2024	Passivos registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura	Total
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	79 742 546	—	79 742 546
Passivos da locação	119 725	—	119 725
Instrumentos financeiros derivados	—	1 715	1 715
	79 862 271	1 715	79 863 986
Passivos correntes			
Outros empréstimos	51 698 113	—	51 698 113
Passivos da locação	109 988	—	109 988
Fornecedores	56 503	—	56 503
Outras dívidas a terceiros	17 031 694	—	17 031 694
Outros passivos correntes	2 409 405	—	2 409 405
	71 305 703	—	71 305 703
	151 167 974	1 715	151 169 689

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 17)	—	—	—	—	1 259 967	—
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 17)	—	1 477 010	—	—	1 715	—

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que, caso não tivessem sido renegociados, estariam vencidos ou em imparidade.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2025						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	—	7 927 561
Aumentos	—	—	—	—	32 551	32 551
Alienações	(1 863 806)	(5 591 419)	—	—	—	(7 455 225)
Saldo final	—	—	50 700	421 636	32 551	504 887
Depreciações acumuladas						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo		Total
Saldo inicial	—	782 799	50 700	402 778		1 236 277
Aumentos	—	—	—	12 311		12 311
Alienações	—	(782 799)	—	—		(782 799)
Saldo final	—	—	50 700	415 089		465 789
	—	—	—	6 547	32 551	39 098



RELATÓRIO DE
GESTÃO



RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA



RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

31 de dezembro de 2024					
Ativo bruto					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561
Aumentos	—	—	—	—	—
Alienações	—	—	—	—	—
Saldo final	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561

Depreciações acumuladas					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	—	670 969	50 700	388 767	1 110 436
Aumentos	—	111 830	—	14 011	125 841
Alienações	—	—	—	—	—
Saldo final	—	782 799	50 700	402 778	1 236 277
	1 863 806	4 808 620	—	18 858	6 691 284

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Altri SGPS procedeu à venda do edifício da sede, no Porto, encontrando-se em curso a preparação das novas instalações, alinhadas com as necessidades atuais da organização. Desta alienação, resultou uma mais-valia contabilística no montante de 613.699 Euros (Notas 18 e 21).

8. DIREITO DE USO

8.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2025			
Ativo Bruto			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	244 598	491 848	736 446
Aumentos	—	—	—
Abates e diminuições	(244 598)	(2 723)	(247 321)
Saldo final	—	489 125	489 125

Amortizações acumuladas			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	244 598	264 212	508 810
Aumentos	—	107 690	107 690
Abates e diminuições	(244 598)	—	(244 598)
Saldo final	—	371 902	371 902
	—	117 223	117 223

31 de dezembro de 2024			
Ativo Bruto			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	244 598	471 037	715 635
Aumentos	—	106 542	106 542
Abates e diminuições	—	(85 731)	(85 731)
Saldo final	244 598	491 848	736 446

Amortizações acumuladas			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	189 454	246 531	435 985
Aumentos	55 144	103 412	158 556
Abates e diminuições	—	(85 731)	(85 731)
Saldo final	244 598	264 212	508 810
	—	227 636	227 636

1
RELATÓRIO DE GESTÃO

2
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A rubrica “Equipamentos de transporte” respeita a contratos de locação de viaturas por prazos até 4 anos.

A rubrica “Edifícios e outras construções” dizia respeito a um contrato de aluguer de instalações por um prazo de 3 anos, que terminou durante o exercício findo em 2024.

8.2. PASSIVO DA LOCAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor do passivo da locação, foi o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	229 713	283 024
Aumentos	—	106 542
Diminuições e abates	(2 722)	—
Acréscimos de juros	27 177	3 233
Pagamentos	(135 486)	(163 086)
Outros efeitos	171	—
Saldo final	118 853	229 713
Corrente	68 929	109 988
Não corrente	49 924	119 725

Adicionalmente, foram reconhecidos, em 2025 e 2024, os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:

	31.12.2025	31.12.2024
Depreciação de ativos sob direito de uso	107 690	158 556
Gastos com juros relacionados com passivos de locação	27 177	3 233
Gastos relacionados com locações de curto prazo e/ou associadas a ativos de baixo valor	52 147	32 196
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	187 014	193 985

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

	31.12.2025					
	2026	2027	2028	2029	>2029	Total
Passivo da locação	68 929	26 652	23 272	—	—	118 853
	68 929	26 652	23 272	—	—	118 853

	31.12.2024					
	2025	2026	2027	2028	>2028	Total
Passivo da locação	109 988	69 476	26 978	23 271	—	229 713
	109 988	69 476	26 978	23 271	—	229 713

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	—	56
Depósitos bancários	66 840 171	49 942 578
	66 840 171	49 942 634

Em 31 de dezembro de 2025, os pagamentos relativos a investimentos financeiros referem-se ao pagamento relativo à aquisição das ações da Altri Forestal e Altri Forestal Logistics, e à aquisição de 58,68% da subsidiária AeoniQ Holding AG.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estas rubricas do ativo e do passivo tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento	17 240 082	—
Total imposto sobre o rendimento	17 240 082	—
Imposto sobre o valor acrescentado	281 130	—
Outros impostos	3 842	3 842
Total outros impostos (Nota 11)	284 972	3 842

Saldos credores:	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento	925 284	26 850 005
Total imposto sobre o rendimento	925 284	26 850 005
Imposto sobre o valor acrescentado	—	317 545
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	23 940	35 776
Retenções na fonte	—	—
Contribuições para a Segurança Social	21 643	35 407
Outros impostos	—	—
Total outros impostos (Nota 15)	45 583	388 728

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor “Imposto sobre o rendimento” inclui os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber pelo grupo fiscal do qual a sociedade é a dominante (Nota 5), deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo credor “Imposto sobre o rendimento” inclui, essencialmente, o imposto sobre o rendimento do exercício a pagar pelo grupo fiscal do qual a sociedade é a dominante (Nota 5), deduzido dos respetivos pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta.

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras dívidas de terceiros” era composta como se segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Empresas do Grupo (Nota 21)		
RETGS	5 622 292	24 735 805
Outras dívidas a receber de Empresas do Grupo	30 000 000	83 102 535
Outras dívidas a receber	173 567	122 555
Contas a receber do Estado e outros entes públicos (Nota 10)	284 972	3 842
	36 080 831	107 964 737

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo na rubrica “Outras dívidas a receber de Empresas do Grupo” diz, essencialmente, respeito a dividendos de subsidiárias, cujo montante já foi deliberado. Os valores em aberto a 31 de dezembro de 2024 foram recebidos durante o exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica inclui também valores a receber de subsidiárias do Grupo Altri referentes a instrumentos derivados (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo na rubrica “Outras dívidas a receber” está relacionado com valores a receber de terceiros referentes a instrumentos derivados.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

12. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como se segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Acréscimo de rendimentos:		
Juros a receber	200 644	253 584
Outros acréscimos de rendimentos (Nota 21)	8 813 654	3 306 250
Gastos a reconhecer:		
Outros gastos	—	44 397
	9 014 298	3 604 231

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” diz respeito aos acréscimos debitados às unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose. Este montante não tem impacto ao nível da demonstração de resultados da Empresa, dado que a Empresa funciona como agente, faturando por conta de outras subsidiárias do Grupo, motivo pelo qual registou pelo mesmo montante um acréscimo de gasto (Notas 16 e 21). Em 31 de dezembro de 2024, em resultado da atividade e da aplicação dos mecanismos do contrato em vigor, não foram registados quaisquer acréscimos de gastos ou rendimentos relacionados com este acordo.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” inclui acréscimos de rendimento relacionados com serviços já prestados e ainda não faturados.

13. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro cada ação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 20%.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “Reserva Legal” até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Outras reservas” tinha a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Reservas de cobertura	—	144 387
Outras reservas e resultados transitados	58 305 139	22 061 336
	58 305 139	22 205 723

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz de cobertura, líquido dos juros corridos e dos respetivos impostos diferidos (Notas 5 e 17).

A linha de “Outras reservas e resultados transitados” corresponde a resultados transitados e reservas livres, as quais de acordo com a legislação em vigor são distribuíveis aos acionistas da Empresa, após a consideração do resultado líquido do exercício e de adiantamentos sobre lucros. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o montante de reservas distribuíveis ascende a 92 373 098 Euros.

14. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica “Outros empréstimos” é como segue:

31.12.2025				
Valor Nominal		Valor Contabilístico		
Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
Outros empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	—	180 000 000	1 595 282	179 652 762
Papel Comercial	—	—	—	—
Total	—	180 000 000	1 595 282	179 652 762

31.12.2024				
Valor Nominal		Valor Contabilístico		
Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
Outros empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	50 000 000	80 000 000	51 698 113	79 742 546
Papel Comercial	—	—	—	—
Total	50 000 000	80 000 000	51 698 113	79 742 546

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal e são reconhecidas como juro ao longo do período de vida dos empréstimos (Nota 20).

Papel Comercial

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa tem contratados, individualmente e em conjunto com outras entidades do Grupo Altri, programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 110.000.000 Euros (160.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024). Estes contratos vencem juros a uma taxa de juro correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*. Deste montante, em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se disponíveis para utilização, pela Empresa ou por outras entidades do Grupo Altri, o montante de 40.000.000 Euros (90.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não se encontrava a ser utilizado qualquer montante pela Empresa.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Empresa tem contratados, individualmente e em conjunto com outras entidades do Grupo Altri, programas de papel comercial sem garantia de colocação, no montante máximo de 45.000.000 Euros (45.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024), os quais vencem juros a uma taxa de juro definida por colocação indireta junto de investidores e/ou definida por proposta de subscrição apresentada pelo intermediário financeiro, com um prazo de emissão de até 90 dias. Deste montante, em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se disponíveis para utilização, pela Empresa ou por outras entidades do Grupo Altri, o montante de 45.000.000 Euros (45.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não se encontrava a utilizar qualquer montante.

Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celbi procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua subsidiária Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se “ALTRI 2014/2020”. Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado “ALTRI 2017/2025”. Em julho de 2025, a Altri SGPS procedeu ao reembolso deste financiamento.

Em 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação “ALTRI 2017/2024”. Em 2021, a 19 de abril, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado de 50.000.000 Euros desse empréstimo obrigacionista, sendo o reembolso dos 20.000.000 Euros remanescentes na data do último pagamento de juros (março de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, procedeu-se ao reembolso do remanescente deste empréstimo obrigacionista.

A 15 de julho de 2019, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, com a designação “ALTRI 2019/2024”, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de *spread*. Em janeiro de 2023, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 5 anos, denominado “ALTRI 2023/2028”.

A 29 de abril de 2022, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 25.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos e taxa de cupão de 2,53%, denominado de “ALTRI 2022-2027”.

A 29 de julho de 2025, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 50.000.000 Euros, com a designação “ALTRI 2025/2033”, vencendo juros a taxa igual à Euribor a 6 meses adicionada de *spread*.

A 15 de outubro de 2025, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 50.000.000 Euros, pelo prazo máximo de 8 anos e taxa de cupão de 3,22%, denominado de “ALTRI 3.22 2025-2033”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 1 de janeiro	131 440 659	161 913 911
Pagamento de empréstimos obtidos	(265 000 000)	(30 000 000)
Recebimento de empréstimos obtidos	315 000 000	—
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	(192 615)	(473 252)
Variação da Dívida	49 807 385	(30 473 252)
Saldo em 31 de dezembro	181 248 044	131 440 659

O prazo de reembolso dos outros empréstimos é como segue:

31.12.2025						
	2026	2027	2028	2029	>2029	Total (valor nominal)
Empréstimos obrigacionistas	—	25 000 000	55 000 000	—	100 000 000	180 000 000
Papel comercial	—	—	—	—	—	—
	—	25 000 000	55 000 000	—	100 000 000	180 000 000

31.12.2024						
	2025	2026	2027	2028	>2028	Total (valor nominal)
Empréstimos obrigacionistas	50 000 000	—	25 000 000	55 000 000	—	130 000 000
Papel comercial	—	—	—	—	—	—
	50 000 000	—	25 000 000	55 000 000	—	130 000 000

15. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Empresas do Grupo (Nota 21)		
RETGS	13 674 197	383 910
Outras dívidas a pagar a Empresas do Grupo	10 273 392	16 431 427
Fornecedores de investimentos financeiros	1 000 000	—
Outras dívidas a pagar	120 081	216 357
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 10)	45 583	388 728
	25 113 253	17 420 422

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo na rubrica “Outras dívidas a pagar a Empresas do Grupo” diz, essencialmente, respeito a valores a pagar a subsidiárias do Grupo Altri referentes a instrumentos derivados e a valores já faturados relativos à aplicação do previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose (Nota 21).

A rubrica “Fornecedores de investimentos financeiros” diz respeito à conta a pagar relacionada com a aquisição da Altri Forestal e da Altri Forestal Logistics (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo na rubrica “Outras dívidas a pagar” está relacionado com valores a pagar a terceiros referentes a instrumentos derivados.

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Encargos a liquidar:		
Remunerações a liquidar	1 223 164	1 274 964
Outros encargos a liquidar	10 085 704	1 134 441
	11 308 868	2 409 405

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Outros encargos a liquidar” inclui o acréscimo de gasto debitado às unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose (Notas 12 e 21). Em 31 de dezembro de 2024, em resultado da atividade e da aplicação dos mecanismos do contrato em vigor, não foram registados quaisquer acréscimos de gastos ou rendimentos relacionados com este acordo.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa tinha em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura do preço da pasta de papel e do preço da energia. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

A Empresa apenas utiliza derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade e das empresas do Grupo. O detalhe dos instrumentos financeiros derivados registados a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como se segue:

	31.12.2025				31.12.2024			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	—	—	—	—	227 475	—	—	1 715
Derivados de cobertura do preço da pasta	—	—	25 072	—	125 139	—	—	—
Derivados de cobertura do preço da energia	—	—	1 451 938	—	907 353	—	—	—
	—	—	1 477 010	—	1 259 967	—	—	1 715

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser detalhado como segue:

2025	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Derivados de cobertura do preço da energia	Total
Saldo inicial	125 139	225 760	—	907 353	1 258 252
Variação do justo valor					
Efeitos em capitais próprios	—	(183 934)	—	—	(183 934)
Efeitos em balanço	(150 211)	(174 312)	—	(2 359 291)	(2 683 814)
Efeitos na demonstração de resultados	—	132 486	—	—	132 486
Saldo final	(25 072)	—	—	(1 451 938)	(1 477 010)

2024	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Derivados de cobertura do preço da energia	Total
Saldo inicial	1 333 266	745 507	—	(2 462 048)	(383 275)
Variação do justo valor					
Efeitos em capitais próprios	—	(422 251)	—	—	(422 251)
Efeitos em balanço	(1 208 127)	(699 915)	—	3 369 401	1 461 359
Efeitos na demonstração de resultados	—	602 419	—	—	602 419
Saldo final	125 139	225 760	—	907 353	1 258 252

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, a Empresa contratou *swaps* de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2024, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”. Em 31 de dezembro de 2025, não se encontravam em vigor contratos de derivados de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro cujos montantes totais eram como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2025	31.12.2024
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	—	56 240
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	—	56 603
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	—	56 301
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	—	56 616
					—	225 760

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas, estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.2 h)).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pela Empresa foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates de Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg* fixo) e os *cash flows* variáveis (*leg* variável). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

(ii) Derivados de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não se encontravam em vigor contratos de derivados de taxa de câmbio.

(iii) Derivados de cobertura do preço da pasta

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade do preço da pasta de papel, a Altri contratou derivados de cobertura do preço da pasta de papel, com o objetivo de transferir a referida posição para a sua subsidiária Celbi, de forma àquela empresa efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e gerir o risco associado ao preço da pasta de papel a que está exposta nas suas operações.

A necessidade de a Empresa atuar como intermediário resulta do seu maior peso e visibilidade junto dos mercados financeiros. Deste modo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi efetuada a transferência para a Celbi da posição nos derivados contratados no montante de 25.072 Euros (posição credora) e 125.139 Euros (posição devedora), respetivamente.

Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivados de cobertura do preço da pasta de papel:

Quantidade coberta	Início	Vencimento	31.12.2025		31.12.2024	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
1.000 ton/mês	01/01/2026	31/12/2026	—	(25 072)	—	—
1.000 ton/mês	01/01/2025	31/12/2025	—	—	125 139	—
			—	(25 072)	125 139	—

O apuramento do justo valor dos derivados de cobertura do preço da pasta de papel, contratados pela Empresa, foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação estimada da pasta de papel (PIX) e o preço fixado para os prazos relevantes, que posteriormente é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(iv) Derivados de cobertura do preço da energia

De forma a mitigar a exposição à volatilidade cada vez mais acentuada do preço da energia, a Altri contratou derivados de cobertura do preço da energia, com o objetivo de transferir a referida posição para a sua subsidiária Celbi, de forma àquela empresa efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e gerir o risco associado ao preço da energia a que está exposta nas suas operações.

Tal como no caso dos derivados de cobertura do preço da pasta, a necessidade de a Empresa atuar como intermediário resulta do seu maior peso e visibilidade junto dos mercados financeiros. Deste modo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi efetuada a transferência para a Celbi da posição nos derivados contratados no montante de 1.451.938 Euros (posição credora) e 907.353 Euros (posição devedora), respetivamente.

Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivados de cobertura do preço da energia:

Quantidade coberta	Início	Vencimento	31.12.2025		31.12.2024	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
18.000 MWh/mês	01/01/2026	31/12/2026	—	(1 451 938)	—	—
6.000 MWh/mês	01/01/2025	31/12/2025	—	—	907 353	—
			—	(1 451 938)	907 353	—

O apuramento do justo valor dos derivados de cobertura do preço da energia, contratados pela Empresa, foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação estimada da energia e o preço fixado para os prazos relevantes, que posteriormente é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

18. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser detalhada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Ganhos obtidos na alienação e abate de ativos fixos	613 699	—
Outros	81 565	—
	695 264	—

O montante registado na rubrica “Ganhos obtidos na alienação e abate de ativos fixos” diz respeito à mais valia contabilística resultante da alienação do edifício da sede, no Porto (Notas 7 e 21).

19. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a investimentos” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser detalhada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Dividendos (Nota 21)	30 000 000	92 000 000
	30 000 000	92 000 000

O montante registado na rubrica diz respeito essencialmente a dividendos distribuídos pelas empresas participadas (Nota 21).



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

20. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Gastos financeiros		
Juros suportados	5 778 443	6 928 897
Outros gastos e perdas financeiras	490 730	303 039
	6 269 173	7 231 936
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	661 770	1 176 819
Outros rendimentos financeiros	659 337	1 417 884
	1 321 107	2 594 703

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” refere-se, essencialmente, a custos suportados com empréstimos obrigacionistas e a comissões relativas a serviços bancários (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros rendimentos financeiros” refere-se, sobretudo, a rendimentos financeiros, decorrentes das obrigações da Celbi detidas pela Altri SGPS (Nota 21). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se ainda registados ganhos em instrumentos derivados de taxa de juro na mesma rubrica (Nota 17).

21. PARTES RELACIONADAS

As empresas do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas. Todas estas transações são efetuadas a preços de mercado.

Os principais saldos com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados como se segue:

31 de dezembro de 2025	Saldos devedores				
	Clientes	RETGS (Nota 11)	Outros ativos financeiros correntes	Outras dívidas de terceiros (Nota 11)	Outros ativos correntes (Nota 12)
Caima	—	—	—	—	8 813 654
Celbi	2 455 900	—	11 087 750	—	—
Altri Florestal	12 300	2 102 352	—	—	—
Inflora	15 375	296 307	—	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	1 025	2 499 907	—	—	—
Altri SL	—	—	—	30 000 000	—
Altri Abastecimento de Biomassa	—	723 726	—	—	—
	2 484 600	5 622 292	11 087 750	30 000 000	8 813 654

31 de dezembro de 2025	Saldos credores			
	Fornecedores	RETGS (Nota 15)	Outras dívidas a terceiros (Nota 15)	Outros passivos correntes (Nota 16)
Caima	—	2 407 597	207 050	—
Biotek	—	832 008	731 850	8 813 654
Celbi	15 543	10 044 469	9 279 424	—
Captaraiz	—	658	—	—
Viveiros do Furadouro	—	48 204	—	—
Sociedade Imobiliária Porto Seguro	—	957	—	—
Biogama	—	308 585	—	—
Florestsul	—	31 719	—	—
Altri Abastecimento de Biomassa	—	—	55 068	—
	15 543	13 674 197	10 273 392	8 813 654

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

31 de dezembro de 2024		Saldos devedores			
	Clientes	RETGS (Nota 11)	Outros ativos financeiros correntes	Outras dívidas de terceiros (Nota 11)	Outros ativos correntes (Nota 12)
Caima	—	4 702 540	—	—	322 500
Biotek	—	2 846 776	—	—	511 667
Celbi	—	11 508 770	11 087 750	102 535	2 439 167
Altri Florestal	3 075	3 066 466	—	—	32 500
Infloira	15 375	297 070	—	—	—
Viveiros do Furadouro	72 058	—	—	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	513	1 757 158	—	—	416
Florestsul	30 237	—	—	—	—
Altri SL	—	—	—	83 000 000	—
Altri Abastecimento de Biomassa	6 737	557 025	—	—	—
	127 995	24 735 805	11 087 750	83 102 535	3 306 250

31 de dezembro de 2024		Saldos credores		
	Fornecedores	RETGS (Nota 15)	Outras dívidas a terceiros (Nota 15)	Outros passivos correntes (Nota 16)
Caima	—	—	555 625	—
Biotek	—	—	5 319 623	—
Celbi	8 222	—	10 556 179	—
Captaraiz	—	432	—	—
Viveiros do Furadouro	—	53 070	—	4 583
Sociedade Imobiliária Porto Seguro	—	6 403	—	—
Biogama	—	312 337	—	—
Florestsul	—	11 668	—	4 583
Altri Abastecimento de Biomassa	—	—	—	55 248
	8 222	383 910	16 431 427	64 414

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica do ativo corrente “Outros ativos financeiros” respeita a obrigações da Celbi adquiridas em mercado pela Altri SGPS que se vencem em julho de 2027 (no montante de 5.892.250 Euros), e maio de 2028 (no montante de 5.195.500 Euros) cujo valor contabilístico é similar ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui um montante a receber da Celbi relativo à transferência da posição nos derivados de cobertura do preço da pasta e cobertura do preço da energia (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa procedeu à especialização dos montantes, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose. Estes montantes não têm impacto ao nível da demonstração de resultados da Empresa, dado que a Empresa funciona como agente faturando por conta de outras subsidiárias do Grupo, motivo pelo qual registou pelo mesmo montante um acréscimo de rendimento e um acréscimo de gasto (Notas 12 e 16). Em 31 de dezembro de 2024, em resultado da atividade e da aplicação dos mecanismos do contrato em vigor, não foram registados quaisquer acréscimos de gastos ou rendimentos.

As principais transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como se segue:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Gastos com pessoal	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Gastos com pessoal
Caima	2 240 000	—	—	2 770 000	—	—
Biotek	2 380 000	—	—	3 500 000	—	—
Celbi	10 970 000	5 952	1 788 062	13 100 000	6 131	3 144 012
Altri Florestal	10 000	—	—	60 000	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	5 000	—	—	5 000	—	—
Altri Abastecimento de Biomassa	5 000	—	—	5 000	—	—
	15 610 000	5 952	1 788 062	19 440 000	6 131	3 144 012

Durante o exercício de 2025, a subsidiária Altri S.L. distribuiu reservas a título de dividendos no montante de 30.000.000 Euros (83.000.000 Euros em 2024). Em 31 de dezembro de 2024, a subsidiária Altri Abastecimento de Madeira distribuiu ainda reservas a título de dividendos no montante de 9.000.000 Euros.

Durante o exercício de 2025, foram reconhecidos rendimentos financeiros relacionados com as obrigações da Celbi adquiridas em mercado pela Altri SGPS no montante de 526.851 Euros (799.191 Euros em 2024).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram liquidados os empréstimos assumidos pela Empresa no âmbito do processo de aquisição da Altri Forestal e Altri Forestal Logistics, no montante de 6.663.758 Euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Altri reconheceu o montante de 81.465 Euros, registado na rubrica “Outros rendimentos”, correspondente a rendas de uma fração do edifício da sede, então arrendada à sociedade Vieira de Matos - VDM Capital, S.A., da qual o administrador da Altri SGPS, S.A., Dr. Domingos José Vieira de Matos, é administrador e acionista dominante. No mesmo exercício, a Altri procedeu à venda do edifício da sede, no Porto, à sociedade Servilivre, S.A., integralmente detida pela sociedade Vieira de Matos - VDM Capital, S.A., pelo montante de 7.301.125 Euros (Notas 7 e 18).

22. GASTOS COM PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 2 e 6, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Gastos com pessoal” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	3 642 784	4 606 387
Encargos sobre remunerações	410 536	452 117
Indemnizações	55 000	126 000
Seguros	11 084	11 182
Outros	16 937	9 631
	4 136 341	5 205 317

23. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecimento e serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Serviços especializados	2 160 794	796 422
Seguros	67 295	55 524
Conservação e reparação	47 431	55 389
Combustíveis	26 769	34 513
Energia	18 516	21 248
Outros	245 683	247 169
	2 566 488	1 210 265

A variação na rubrica “Serviços especializados” está, essencialmente, relacionada com serviços de assessoria nas aquisições de subsidiárias, que ocorreram durante o exercício.

24. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que respeita ao exercício de 2024, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 97.783.306 Euros tivesse a seguinte aplicação:

Dividendos	61 539 501,60 Euros
Reservas livres	36 243 804,40 Euros

A referida proposta foi aprovada em Assembleia Geral realizada a 28 de abril de 2025. Desta forma, a distribuição de lucros do exercício e reservas proposta implicou o pagamento de um dividendo bruto de 0,30 Euros por ação.

No que respeita ao exercício de 2025, o Conselho de Administração propõe, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 34.067.959 Euros seja integralmente distribuído como dividendos. Adicionalmente, propõe distribuir como dividendos um montante adicional de reservas no montante de 17.214.959 Euros, o que correspondeu a uma distribuição total de dividendos de:

Dividendos	51 282 918 Euros

A distribuição de lucros do exercício e reservas ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o primeiro trimestre de 2026, Portugal foi atingido por várias tempestades, tendo a tempestade Kristin sido a mais destrutiva. Estas tempestades atingiram com maior severidade o centro do País, com impacto nas infraestruturas públicas, incluindo as redes rodoviária e ferroviária, assim como nas unidades industriais do Grupo Altri. Além de danos patrimoniais e perdas de inventário, maioritariamente cobertos pelas apólices de seguro ativas, acresceram paragens, necessárias para restabelecer o normal funcionamento operacional, e impactos nos processos logísticos. Em março, praticamente todo o funcionamento operacional foi retomado, mas as restrições sentidas durante as semanas das intempéries contribuíram para custos logísticos acrescidos, menor nível de produção e maiores consumos de energia nas subsidiárias da Altri.

No primeiro trimestre de 2026, surgiu ainda o conflito entre o Irão, os Estados Unidos da América e Israel, que desencadeou uma vaga de instabilidade no Médio Oriente. Para além da terrível devastação causada com a perda de vidas e da acrescida instabilidade política e social, este contexto geopolítico tem potencial para influenciar os mercados energéticos, as cadeias de abastecimento e, de forma mais ampla, as condições macroeconómicas globais, devendo contribuir para um agravamento das condicionantes logísticas e inflação generalizada dos fatores produtivos e de alguns custos variáveis.

De 31 de dezembro de 2025 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Empresa.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

2

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

6

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

José Armindo Farinha Soares de Pina

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

Vítor Miguel Martins Jorge da Silva

Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira

João Carlos Ribeiro Pereira

Sofia Isabel Henriques Reis Jorge

1

RELATÓRIO DE
GESTÃO

2

RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

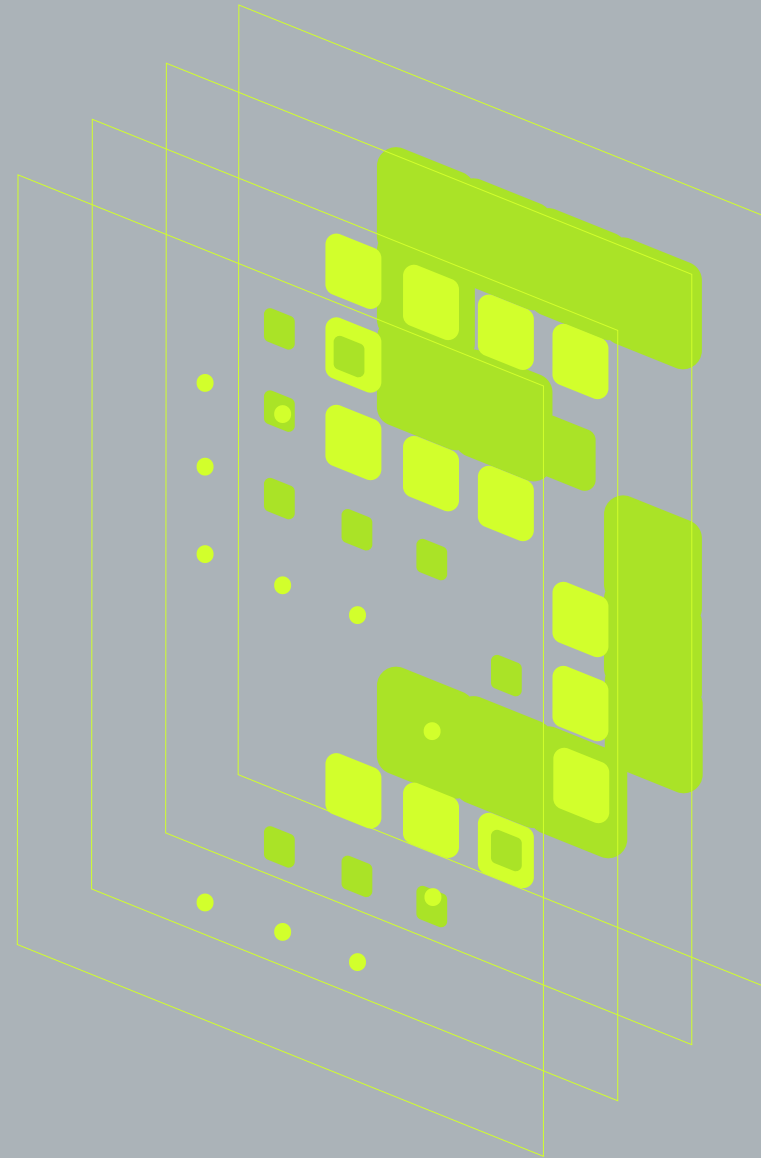
5

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Rua Direita de Francos, 165 - 14º
4100-211 Porto
Portugal
Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com



Altri, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Altri, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1.344.437.901 euros e um total de capital próprio de 433.453.732 euros, incluindo um resultado líquido de 20.566.072 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Altri, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade do Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2025, o valor contabilístico do Goodwill ascendia a 300.275.038 euros (2024: 265.630.973 euros), representando 22% (2024: 20%) do total do ativo do Grupo. A eventual imparidade do Goodwill foi considerada uma matéria relevante porque o montante escriturado deste ativo é significativo e porque o processo de avaliação da imparidade é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos, nomeadamente quanto a condições como a evolução económica futura, capacidade	A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos: - Exame das projeções de fluxos de caixa que sustentam os testes de imparidade realizados pelo Conselho de Administração. Testámos as bases de preparação das projeções tendo em consideração a fiabilidade das projeções anteriores e informação histórica sobre os pressupostos; - Avaliação dos pressupostos utilizados/subjacentes nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios; e

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição N.º 170 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 263 - C. B. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
produtiva disponível no mercado, crédito e evolução de margens.	Teste dos cálculos do modelo usado pelo Conselho de Administração e avaliamos o impacto que variações possíveis nos pressupostos chave poderiam ter em termos de registo de imparidade do Goodwill. Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 9 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Justo valor dos Ativos biológicos	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2025, os Ativos biológicos não correntes ascendem a 125.867.600 euros (2024: 117.827.391 euros), representando 9% (2024: 9%) do total do ativo do Grupo. São compostos essencialmente pela espécie florestal de eucaliptos, que se encontra dispersa por uma vasta área, em terrenos propriedade do Grupo e arrendados, e que, depois de cortados, são utilizados como a principal matéria-prima para a produção de fibras celulósicas ("pasta de papel"). Conforme divulgado na Nota 2.3 i) das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, os Ativos biológicos encontram-se valorizados ao justo valor, tal como previsto na IAS 41. A determinação do justo valor foi efetuada por uma entidade externa, com base na informação constante da base de dados mantida pelo Grupo, a qual reúne informação volumosa e com diversas características. A determinação do justo valor, por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos, materializados em modelos de fluxos de caixa que têm por base diversos pressupostos, apuramento e imputação por espécie dos gastos a incorrer até às florestas se encontrarem prontas para corte e o preço de venda expectável da madeira, motivo pelo qual este assunto foi considerado uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluem: - Entendimento dos controlos chave implementados pelo Grupo, relacionados com a correta manutenção de informação fiável sobre o "cadastro" da área florestal; - Teste à informação incluída na base de dados através da seleção de uma amostra de contratos com os proprietários da área florestal sob gestão do Grupo e visita a uma amostra de propriedades; - Procedimentos substantivos sobre a capitalização de despesas com florestação, com rendas e sobre o total de cortes efetuados no período; - Avaliação das credenciais do perito avaliador contratado para o efeito de determinar o justo valor dos Ativos biológicos; - Leitura do relatório de avaliação emitido pela entidade externa contratada e verificação da sua consistência e coerência com os registos financeiros e não financeiros disponibilizados. Em particular, avaliamos os pressupostos subjacentes à determinação do justo valor, incluindo as taxas de desconto utilizadas, preço de venda expectável da madeira e gastos a incorrer até as mesmas estarem prontas para corte; - Teste aos cálculos constantes do modelo utilizado pela entidade externa; - Envolvimento dos nossos especialistas internos em avaliações para aferir sobre a razoabilidade da taxa de desconto considerada; e - Avaliação da razoabilidade do preço da madeira, considerando dados históricos do Grupo e dos gastos estimados a incorrer até aos ativos se encontrarem prontos para corte, bem como a repartição da totalidade dos gastos entre as diferentes espécies, por comparação com os gastos incorridos no exercício. Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 41 e IFRS 13), incluídas nas Notas 2.3 i) e 11 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.





Altri, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo da Sociedade, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

3/5



Altri, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo da Sociedade

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão, secção Demonstração de Sustentabilidade, a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo da Sociedade, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

4/5



Altri, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de Altri, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 26 de abril de 2017, para um mandato compreendido entre os exercícios de 2017 e 2019. Na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 28 de abril de 2023, fomos nomeados para um novo mandato compreendendo os exercícios de 2023 a 2025, pelo que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, completamos o nono ano de exercício de funções;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 9 de abril de 2026; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Altri, SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML, válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Porto, 9 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Rua Direita de Francos, 165 - 14º
4100-211 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras anexas de Altri SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 343.409.449 euros e um total de capital próprio de 123.142.849 euros, incluindo um resultado líquido de 34.067.959 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Altri SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização/imparidade dos investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O montante escriturado dos "Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos", a 31 de dezembro de 2025, ascende a 200.279.495 euros (2024: 148.063.546 euros) representando 58% (2024: 45%) do total do ativo da Entidade. O risco de imparidade dos "Investimentos", mensurados ao custo, foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo no total do ativo e porque o cálculo do valor recuperável dos investimentos, caso existam indicadores de imparidade, é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos quanto a condições como a evolução	A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ➤ Avaliação da existência de indícios de imparidade na mensuração dos investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos; ➤ Obtenção e análise dos testes de imparidade, nos casos aplicáveis, incluindo a análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade; ➤ A validação dos cálculos aritméticos do modelo utilizado; e

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição N.º 170 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161400 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Altri, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
económica futura, capacidade produtiva disponível no mercado, crédito e evolução de margens.	➤ A realização de análises de sensibilidade, focadas em alterações possíveis nas variáveis mais críticas, como sejam a evolução dos preços de venda, a variação na taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade. Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 4 das notas anexas às demonstrações financeiras separadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo da Sociedade e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL



Altri, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicámos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinámos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicámos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo da Sociedade

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo da Sociedade, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.



Altri, SGPS, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de Altri, SGPS, S.A., pela primeira vez na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 26 de abril de 2017, para um mandato compreendido entre os exercícios de 2017 e 2019. Na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 28 de abril de 2023, fomos nomeados para um novo mandato compreendendo os exercícios de 2023 a 2025, pelo que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, completamos o nono ano de exercício de funções;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 9 de abril de 2026; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Altri SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da DROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

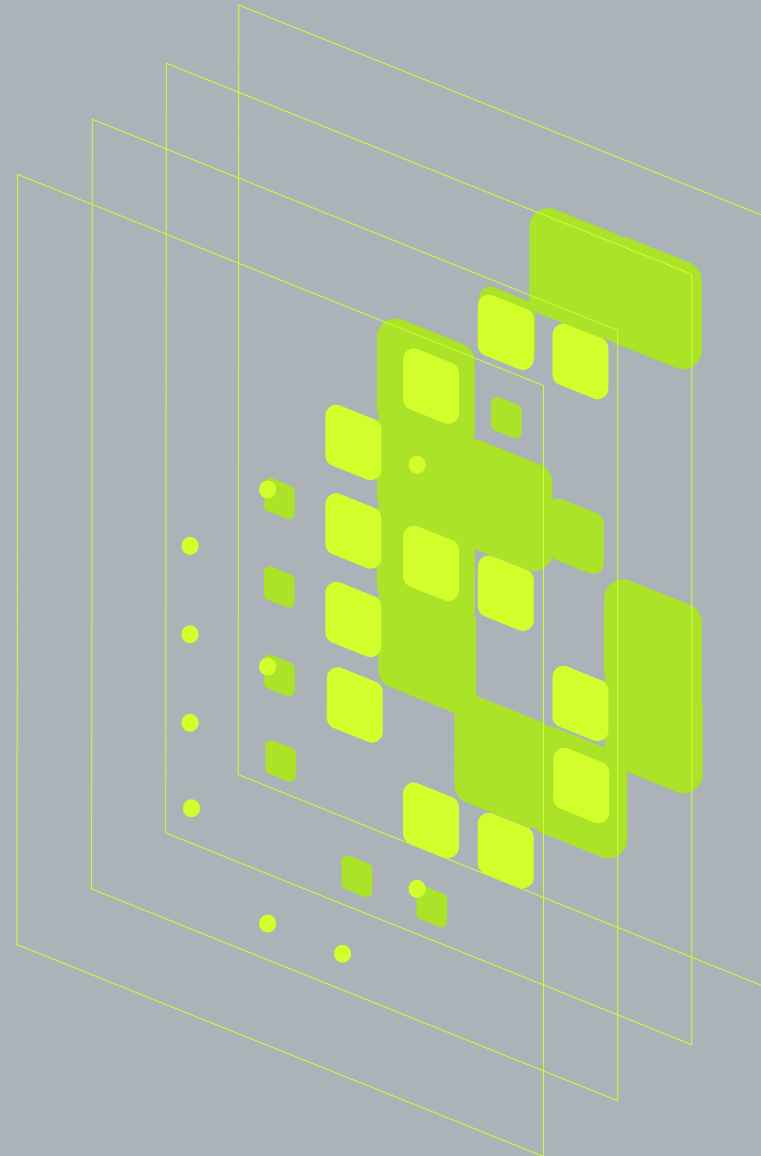
Porto, 9 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques - ROC nº 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da

ALTRI, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e em cumprimento do mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre a análise que este órgão faz do Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas separadas e consolidadas da ALTRI, SGPS, S.A. ("Sociedade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cuja preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração.

1. Relatório sobre a atividade desenvolvida

Ao longo do exercício de 2025, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da atividade da Sociedade e das suas participadas. Analisou com o necessário detalhe a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, incluindo a evolução dos negócios, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, e acompanhou a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Ao longo do ano de 2025, o Conselho Fiscal reuniu dez vezes. As reuniões do Conselho Fiscal realizaram-se de forma telemática, com agendas previamente definidas e com informação antecipadamente circulada. Sempre que se considerou necessário, o Conselho Fiscal contou com a presença de outros membros de órgãos ou direções da Sociedade, tais como membros do Conselho de Administração da Sociedade, das direções de Auditoria Interna, de Risco, de Sustentabilidade ou outras, de modo a obter todas as informações necessárias para debates esclarecidos e decisões informadas.

O Conselho Fiscal desenvolveu a sua atividade estabelecendo iterações permanentes com os demais órgãos sociais e direções da Sociedade, em observância das normas legais e recomendatórias aplicáveis. O Conselho Fiscal não recebeu, por parte do Revisor Oficial de Contas, qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções. Em particular, no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da respetiva atividade de fiscalização e procedeu às iterações necessárias de forma a poder exercer, de forma cabal, as competências que lhe estão atribuídas legalmente.

Em observância do art.º 29.º-S, n.º 1, do Código dos Valores Mobiliários, na sua atual redação, o Conselho Fiscal emitiu, no dia 23 de maio de 2023 parecer prévio vinculativo e favorável sobre a política interna em matéria de transações com partes relacionadas e conflito de interesses, que veio posteriormente, assente nesse parecer prévio favorável, a ser aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada a 5 de junho de 2023 e que se encontra em vigor na sociedade.

Em concordância com as exigências do art.º 397.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emitiu, no dia 20 de março de 2025, parecer prévio vinculativo e favorável sobre a proposta de compra do edifício Sede da Sociedade, apresentada pela Servilivre, S.A., integralmente detida pela Vieira de Matos - VDM Capital, S.A., sociedade controlada pelo Dr. Domingos José Vieira de Matos, administrador da Sociedade, uma vez que os termos do negócio se enquadravam nas condições de mercado. Assente nesse parecer prévio favorável, a proposta de compra veio a ser aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data.

No decurso do exercício, as restantes transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadraram-se na atividade corrente da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efetuados e tomar conhecimento das respetivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta sede o Conselho Fiscal analisou ainda as propostas que lhe foram apresentadas para prestação de serviços distintos de auditoria por aquela SROC tendo-as aprovado, desde logo porque (i) diziam respeito a serviços permitidos, (ii) não afetaram, a nenhum título, a independência da respetiva SROC e (iii) cumpriram os demais requisitos legais.

Adicionalmente, e em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, bem como do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, o Conselho Fiscal promoveu, com o apoio dos serviços da Sociedade, o processo de seleção do Revisor Oficial de Contas/SROC para o segundo e terceiro anos do novo mandato 2026-2028, assegurando o integral cumprimento dos requisitos legais aplicáveis ao respetivo procedimento, tendo



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

em consideração que o Revisor Oficial de Contas/SROC atualmente em funções apenas pode ser reeleito por mais um ano, por força de atingir o limite máximo de dez anos previsto no n.º 3 do artigo 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão (que integra o Relatório de Informação Não Financeira), o Relatório de Governo da Sociedade (que integra o Relatório de Remunerações) e os demais documentos de prestação de contas separadas e consolidadas, designadamente as Demonstrações Separadas e Consolidadas da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e os correspondentes anexos, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor, é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo da consolidação e procedeu ainda à apreciação da respetiva Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, documentos esses que foram emitidos com uma opinião não modificada e que mereceram o seu acordo.

O Conselho Fiscal mais apreciou o Relatório do Governo da Sociedade e o Relatório de Informação Não Financeira (incluído no Relatório de Gestão), nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo confirmado que os mesmos contêm os elementos referidos no art.º 29º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Em reunião realizada a 9 de abril de 2026, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o relatório e as contas do exercício e os demais documentos que o integram. O Conselho Fiscal teve, ao longo do exercício, acesso a toda a informação que se afigurou necessária ou meramente útil ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal analisou ainda o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e demais documentação emitido pelo representante da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

2. Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29º- G do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho Fiscal, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas separadas e consolidadas atrás referidos foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da ALTRI, S.G.P.S., S.A. e do Grupo por ela liderado, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

3. Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão;
- O Relatório de Governo da Sociedade;
- As Demonstrações Financeiras Separadas e Consolidadas e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal expressa ao Conselho de Administração e às diversas direções e equipas da Sociedade e das empresas participadas agradecimento e apreço por toda a colaboração prestada.

Porto, 9 de abril de 2026

O Conselho Fiscal

Jorge Manuel de Sousa Marrão
Presidente do Conselho Fiscal

Pedro Pessanha
Vogal do Conselho Fiscal

Ana Paula dos Santos Silva e Pinho
Vogal do Conselho Fiscal

1
RELATÓRIO DE
GESTÃO

2
RELATÓRIO DE
GOVERNO DA
SOCIEDADE

3
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E
NOTAS ANEXAS

4
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS E
NOTAS ANEXAS

5
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS E
RELATÓRIO DE
AUDITORIA

6
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL

ALTRI.PT

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 818
4100-320 PORTO, PORTUGAL

T: +351 22 8346502
F: +351 22 8346503
E: sede@altri.pt

NIF: 507 172 086
Capital Social: 25641459€